Maria João de Abreu Mena Guimarães e Castro

O OPERÁRIO (1879-82)
e o movimento socialista no Porto

Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Porto • 1999

À memória
do Henrique David,
com saudade

ÍNDICE

Introdução 5

Parte I: O movimento socialista no Porto e *O Operário* (1879-82) 13

1. O movimento socialista no Porto 14
1.1. As origens do movimento socialista: dos anos cinquenta a 1871 14
1.2. De 1871 a 1878: da Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa ao Partido dos Operários Socialistas Portugueses 20
1.3. De 1879 a 1882: unidade e ruptura no movimento socialista portuense 29

2. *O Operário* (1879-1882) 39
2.1. *O Operário* no contexto da imprensa socialista e operária portuense 39
2.2. Descrição do jornal: aspectos formais 47
2.3. Administração, redacção e colaboradores 51
2.4. Natureza e orientação: de jornal da Associação dos Trabalhadores a órgão oficial do Partido dos Operários Socialistas Portugueses 55

Parte II: *O Operário* e o pensamento socialista 60

1. Socialismo ou Socialismos? 61
1.1 O ecletismo ideológico 61
1.2. Sementes de divergência 62
1.3. *O Operário*: pluralidade de opiniões 65
1.4 . O crescente domínio do marxismo no *Operário* 73
1.5. Um caso à parte: Oliveira Martins 80
1.6. A partir de 1882: um partido dividido e dois adversários poderosos 83

2. Socialismo e Anarquismo 86
2.1. As raízes anarquistas 86
2.2. *O Operário* e a coexistência inicial 89
2.3. Os ecos do estrangeiro 91
2.4. A dissidência anarquista 95
2.5. Ermelindo, o serralheiro 100
2.6. Caminhos para o futuro 102

3. Socialismo e Republicanismo 107
3.1 O crescimento do republicanismo (1879-1882) 107
3.2. Diferentes republicanismos e a busca da unidade 114
3.3. *O Operário*: uma visão socialista sobre o republicanismo 120

3.4. Rodrigues de Freitas, um republicano do Porto 138

4. O socialismo e a questão religiosa 144
4.1 O anticlericalismo socialista 144
4.2. A luta pela laicização do Estado 155
4.3. *O Operário* e a imprensa católica. O emergir do catolicismo social 162
4.4. Cristo, socialista e revolucionário 167
4.5. Breve nota a propósito de uma ausência 169

5. Internacionalismo, Federalismo e Nacionalismo 171
5.1. A influência da geração de 48 171
5.2. O internacionalismo socialista. O federalismo 173
5.3. O municipalismo democratizador 179
5.4. Um nacionalismo socialista como resposta à conjuntura. A questão colonial 181

6. O Movimento Socialista: o Partido e a Associação dos Trabalhadores 187
6.1. O Partido dos Operários Socialistas de Portugal — sob o signo da unificação 187
6.2. Duas forças em conflito: o Partido e a Associação 190

7. Formas de intervenção política: eleições ou abstencionismo? As greves. A revolução 198
7.1. Um dilema socialista: eleições ou abstencionismo? Os fracassos eleitorais 198
7.2. As greves 208
7.3. A revolução como objectivo? 212

8. A instrução e a aprendizagem 216
8.1. A importância da instrução para os socialistas. O operário «virtuoso» 216
8.2. Instruir fora da escola 222
8.3. A aprendizagem e o ensino profissional 225

9. A Mulher: uma visão socialista 231
9.1. A lenta emancipação feminina. A posição do *Operário* 231
9.2. Direito à instrução e ao sufrágio 238
9.3. E a mulher trabalhadora? 241

10. Vida Material, Quotidiano e Sociabilidades 247
10.1. Vida material e quotidiano operário na cidade 247
10.2. Sociabilidades operárias 261

Conclusão 271

Bibliografia 280

Anexos 289

Introdução

Tudo o que faço ou não faço,
outros fizeram assim
daí este meu cansaço
de sentir que quanto faço
não é feito só por mim.

Luís de Macedo*

Nas décadas de setenta e oitenta, o Portugal Oitocentista era agitado por novos fenómenos sociais e políticos: a emergência de um proletariado urbano — sobretudo em Lisboa e no Porto — e o aparecimento de um movimento socialista organizado à volta de um partido e de algumas associações de classe. Estudar o movimento socialista portuense, nesse período tão rico em acontecimentos, através das páginas do *Operário* é o objectivo do nosso trabalho.

Os socialistas portuenses foram, geralmente, relegados para um plano muito secundário pela historiografia do movimento operário que privilegiou o estudo do socialismo lisboeta, elevando-o à categoria de modelo nacional. Esquecendo-se, por vezes, contextos e especificidades locais, assumia-se que as posições ideológicas e a praxis política dos socialistas lisboetas traduziam o que se passava no resto do país.

Os poucos estudos que existem sobre o socialismo e o movimento operário portuense de Oitocentos pertencem, quase todos, a alguns dos protagonistas desse mesmo movimento, como é o caso de José Martins Gonçalves Viana ou Manuel Joaquim de Sousa, não possuindo, por isso, o distanciamento e o rigor históricos necessários[1]. É certo que encontramos dados relativos aos socialistas portuenses em obras gerais sobre o movimento operário socialista, como por exemplo, as de César Nogueira ou, mais tarde, as de Carlos da Fonseca, mas trata-se de informação dispersa e raramente integrada numa análise contextualizada e especifíca sobre os operários portuenses[2].

---

* MACEDO, Luís — Cansaço. In RODRIGUES, Amália — *Segredo*. Lisboa: Valentim de Carvalho, 1997 . Folheto que acompanha o CD.

1 Alguns exemplos das obras destes autores: VIANA, J. M. Gonçalves — *A Evolução Anarquista em Portugal*. Lisboa: Seara Nova, 1975. SOUSA, Manuel Joaquim — *Últimos Tempos de Acção Sindical Livre e do Anarquismo Militante*. Lisboa: Antígona, 1989; e *O Sindicalismo em Portugal*. 4ª ed. Porto: Afrontamento, 1974. Ambos os autores possuem vários artigos sobre o movimento operário disseminados por diversos jornais.

2 Entre as principais obras destes autores destacamos: NOGUEIRA, César — *Notas para a História do Socialismo em Portugal*. Lisboa: Portugália, 1964; Resumo Histórico dos Congressos e Conferências do Partido Socialista Português. *O Pensamento*. Porto, 1932-34; Partido Socialista. In *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971. Vol. III. FONSECA, Carlos da — *A origem da 1ª Internacional em Lisboa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1973; *Integração e Ruptura Operária. Capitalismo, Associacionismo, Socialismo 1836-1875*. Lisboa: Editorial Estampa, 1975,

Sabe-se que o Porto era, na segunda metade do século passado, uma cidade em que uma parte significativa da população — «um terço», afirmava Oliveira Martins[3] — trabalhava na indústria e, que o modelo industrial portuense não se caracterizava, como acontecia em Lisboa, pela grande fábrica com grandes concentrações de operários, mas antes pela pequena oficina tradicional com fraco apetrechamento tecnológico e uma mão-de-obra abundante e barata. E, além disso, predominava o sector têxtil que se baseava, fundamentalmente, no sistema de produção domiciliário[4]. Perante este contexto especifíco pode perguntar-se qual o impacto das ideias socialistas sobre estes trabalhadores industriais e se este modelo de industrialização, não teria, por exemplo, originado formas de associativismo operário diferentes das lisboetas.

O movimento operário socialista parece ter sido bastante activo no Porto desde 1872, ano da criação dos primeiros núcleos da Internacional. Nos anos seguintes, esse movimento nem sempre seguiu as iniciativas e directrizes do socialismo lisboeta. Assim, entre 1875 e 1877, o Porto viveu um forte surto grevista, liderado pela Associação dos Trabalhadores local, enquanto reinava a calma entre os trabalhadores lisboetas. Em 1878, contrariando as decisões do Conselho Central do Partido dos Operários Socialistas, os dirigentes portuenses decidiram concorrer, pela primeira vez, a umas eleições legislativas, o que quase provocou uma ruptura entre o núcleo do Porto e o de Lisboa. Em 1880, o IV Congresso do Partido Socialista elegia um Conselho Central constituído exclusivamente por elementos portuenses, o que motivou um boicote sistemático por parte dos dirigentes socialistas de Lisboa, como veremos.

Acrescente-se, ainda, que foi no Porto que ocorreram as primeiras rupturas efectivas no movimento socialista português, primeiro com a formação da União Democrática Social (UDS), liderada por Pinto Barbosa, de tendência «obreirista» e, sobretudo, com a cisão anarquista protagonizada por Ermelindo António Martins que fundava, em 1881, a Associação União dos Trabalhadores (AUT), de tendência bakouninista. Todavia, em quase toda a historiografia sobre o movimento operário continua a afirmar-se que o primeiro grupo anarquista português apareceu na capital, em 1887, o Grupo Comunista-Anarquista de Lisboa.

História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal. Lisboa: Publicações Europa-América, s.d. 4 volumes.

3 Segundo Oliveira Martins era «quasi um quinto a população industrial do districto; mas a relação é muito maior, é de um terço no Porto, — cidade que, por isso, merece o nome de fabril». Cf. *Relatorio apresentado ao Exc.mo snr. Governador Civil do districto do Porto Pressidente da Commissão districtal do inquerito ás industias pela sub-commissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriaes.* Porto: Typ. de Antonio José da Silva Teixeira, 1881, p. 416.

4 PEREIRA, Gaspar Martins — *Famílias Portuenses na Viragem do Século (1880-1910).* Porto: Afrontamento, 1995, p. 77. JUSTINO, David — *A formação do espaço económico nacional.* Lisboa: Vega, 1988. Vol. 1, p. 149-150.

Assim, este trabalho pretende ser um pequeno contributo para o conhecimento mais geral do movimento socialista português no século XIX, permitindo confrontar a experiência portuense com estudos sobre Lisboa ou outras localidades. Procurámos evitar, também, um dos «pecados» mais frequentes na historiografia sobre o movimento operário, o da permeabilidade do discurso histórico pelo ideológico, motivada, na maior parte das vezes, pelas circunstâncias históricas em que esses estudos apareceram.

As primeiras obras sobre o movimento operário socialista foram escritas pelos próprios protagonistas desse movimento, e, portanto, não conseguiram evitar a defesa da tendência a que pertenciam e os ataques às tendências adversárias. Com a implantação do Estado Novo não houve, praticamente, qualquer produção teórica sobre o socialismo devido à profunda desconfiança que o regime sentia sobre temas da História Política e Social Comtemporânea. Rejeitavam-se todos assuntos que referissem a existência de conflitualidade entre o capital e o trabalho e que questionassem a ideia de paz social instaurada com o corporativismo. Por outro lado, a censura era implacável com os livros sobre o socialismo e o sindicalismo. Alguns foram editados clandestinamente ou só seriam publicados após o 25 de Abril.

Mas a partir de finais dos anos 60 e, sobretudo, na década de setenta — culminando com o período revolucionário depois do 25 de Abril — assistiu-se a uma proliferação de trabalhos sobre socialismo, anarquismo e movimento operário, temas que estavam, então, na praça pública e que eram vividos intensamente. Muitos historiadores não conseguiram pôr de lado as suas posições ideológicas ao fazerem a análise dos movimentos políticos e sociais de Oitocentos. Apesar disso, esses trabalhos pioneiros foram contributos fundamentais para o conhecimento do movimento operário e do socialismo, destacando-se, entre outros, os estudos de Victor de Sá, César de Oliveira e Carlos da Fonseca[5]. O operariado saía da obscuridade e ganhava o estatuto de protagonista da História.

Este surto historiográfico continuou com os estudos promovidos pelos investigadores do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, que publicaram, durante vários anos, trabalhos na revista *Análise Social* e no *Boletim de Estudos Operários*. O I.C.S. foi também o responsável pela organização do Arquivo Histórico Social — que se encontra na Biblioteca Nacional — que possui, entre outra

---

[5] Entre as principais obras destes autores destacamos algumas: SÁ, Victor de — *A crise do liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852)*. 2ª ed. Lisboa: Seara Nova, 1974; *Sociologia em Amorim Viana*. Lisboa: Livros Horizonte, 1981; *Movimento Operário e Sindicalismo em Portugal*. Porto: Federação dos Sindicatos dos Tabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário de Portugal, 1981; *Roteiro da Imprensa Operária e Sindical 1836-1986*. Lisboa: Caminho, 1991. OLIVEIRA, César — *A Comuna de Paris e os Socialistas Portugueses*. Porto: Afrontamento, 1971; *O socialismo em Portugal 1850-1900*. Porto: Afrontamento, 1973; *O Operariado e a Primeira República (1910-1924)*. Lisboa: Alfa, 1990. Sobre Carlos da Fonseca ver a nota 2 desta introdução.

documentação, diversos arquivos pessoais de militantes do movimento operário socialista e anarquista.

Nos últimos anos, destacam-se os trabalhos de Maria Filomena Mónica sobre o operariado português e os estudos sobre o movimento anarquista do sociólogo João Freire[6]. Procura-se, neste trabalhos, associar a História Política à nova História Social porque só é possível compreender um fenómeno político — ou outro qualquer — integrando-o num contexto mais amplo. Não basta a mera enumeração dos acontecimentos políticos e sociais, como era feita nos trabalhos — úteis, sem dúvida — de Manuel Joaquim de Sousa ou César Nogueira sobre o socialismo português, mas sim explicá-los e problematizá-los, procurando compreender os grupos sociais que os protagonizam, o seu modo de vida, as sua relações com outros grupos, as mudanças nas suas atitudes, etc. A nova História Político-Social procura analisar cada questão como um fenómeno social global. Encontramos exemplos paradigmáticos desta nova perspectiva em várias obras estrangeiras sobre o movimento operário: *The Making of the English Working Class,* a obra clássica de E. P. Thompson em que se analisam as mudanças globais provocadas pela industrialização nas classes trabalhadoras inglesas; os trabalhos de Joan Scott e Louise Tilly sobre as mulheres operárias e, em França, os trabalhos de Michelle Perrot e Yves Lequin[7].

Foi com esta perspectiva que partimos para a análise da nossa fonte principal, o jornal *O Operário*, publicado entre 1879 e 1882. Este periódico constitui uma fonte de grande importância para a compreensão do movimento socialista portuense e até português na segunda metade do século passado.

O Operário funcionou, numa primeira fase, como porta-voz dos interesses da Associação dos Trabalhadores do Porto e, a partir de Outubro de 1880, como órgão oficial do Partido dos Operários Socialistas Portuenses. Trata-se, pois, de um jornal com o objectivo principal de fazer propaganda política a favor das principais ideias do socialismo português e internacional. Mas o socialismo não era um movimento

---

6 Entre as principais obras destes autores destacam-se: MÓNICA, Maria Filomena — MÓNICA, Maria Filomena — *A Formação da Classe Operária Portuguesa.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982; *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934).* Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1985; *Artesãos e Operários.* Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1986. FREIRE, João — *Anarquistas e Operários. Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940.* Porto: Edições Afrontamento, 1992. Estes dois autores possuem vários artigos importantes na revista *Análise Social.*

7 THOMPSON, E. P. — *The Making of the English Working Class.* Londres: Penguin, 1963. SCOTT, Joan; TILLY, Louise — *Les femmes, le travail et la famille.* Paris: Rivages, 1987 (trad. francesa). PERROT, Michelle — *Les Ouvriers en Grève.* Paris: Mouton, 1973. LEQUIN, Yves — *Les Interêts de Classe et la Republique, les Ouvriers de la Région Lyonnaise (1848-1914).* Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1977.

homogéneo e ideologicamente coeso e, por isso, *O Operário* veicula as principais tendências que caracterizavam o socialismo internacional e que se repercutiam em Portugal. Não estamos, pois, perante um jornal monolítico, do ponto de vista do pensamento político, mas plural, onde coexistem, mais ou menos pacificamente, várias leituras e posicionamentos.

A função política desempenhada pelo jornal implicou que nele colaborassem alguns dos protagonistas do socialismo português como Antero de Quental, Oliveira Martins, Azedo Gneco, Manuel Luís de Figueiredo, Eduardo Carvalho e Cunha, José Martins Gonçalves Viana, entre outros. Além disso, encontram-se pequenas colaborações de nomes importantes do socialismo internacional como Benoît Malon, Andrea Costa, Becker e F. Borde.

Mas a grande riqueza desta fonte prende-se com o seu âmbito cronológico, já que, entre 1879 e 1882, se vive um momento-charneira para o Partido Socialista e para o próprio país, que vê emergir fenómenos determinantes para o seu futuro.

Ao nível do movimento socialista, começavam a desenhar-se, nitidamente, as principais tendências que iriam levar, em meados dos anos oitenta, à ruptura entre possibilistas e marxistas e entre estes e os anarquistas. *O Operário* faz eco da tensão interna entre essas facções e mostra como, de alguma forma, essas rupturas começaram no Porto, com a saída, em 1879, de Pinto Barbosa e, em 1881, de Ermelindo Martins. Por isso, também para a história do anarquismo português, *O Operário* constitui uma fonte incontornável, porque prova, como já referimos, que a primeira organização anarquista portuguesa, a AUT, nasce no Porto, em 1881, embora não sobreviva à morte do seu dirigente, Ermelindo António Martins, em 1884. Mas um dos seus militantes, José Martins Gonçalves Viana, retomará a bandeira anarquista a partir de meados da década de oitenta, liderando o primeiro jornal dessa tendência, intitulado *A Revolução Social* e publicado no Porto desde 1887, como órgão dos grupos anarquistas de Lisboa e Porto.

Por outro lado, este é o período em que o regime monárquico-constitucional vai ser perturbado por duas novas questões: o emergir de uma nova ideologia, o republicanismo, e a questão colonial. Em 1880, os dois fenómenos aparecem profundamente ligados, quando os republicanos decidem protagonizar, nas ruas e na imprensa, o combate à monarquia usando a questão da assinatura do Tratado de Lourenço Marques e as comemorações do tricentenário da morte de Camões. *O Operário* não esconde essa nova realidade política, nem uma certa ambiguidade na posição dos socialistas em relação aos republicanos.

Por último, este é um período em que começa, timidamente, a viragem na história e na acção do catolicismo, porque apesar da consolidação das posições conservadoras por parte do Vaticano, face ao crescente anticlericalismo liberal, republicano e socialista, emergem também movimentos ligados ao catolicismo social que procurarão trazer a

questão social para o seio da Igreja. Curiosamente, é também no Porto, que aparece pela primeira vez essa nova tendência, com a criação, em 1878, do jornal *A Palavra*, cujo estudo aprofundado foi feito por Almeida Policarpo[8].

O método que usamos para estudar a nossa fonte principal baseou-se numa análise intensiva do jornal. Pensamos que a historiografia sobre o movimento socialista e sobre a imprensa necessita de trabalhos de análise mais focalizada que completem os trabalhos de síntese, ou, no caso da imprensa periódica, de catalogação ou simples enunciação dos jornais existentes sobre certo tema, embora não deixem de ser trabalhos de grande utilidade para os investigadores.

Começámos por elaborar uma ficha hemerográfica, seguindo o modelo proposto por Celso Almuiña Fernandez[9], de modo a obtermos uma rápida «radiografia» do *Operário*, isto é, uma visão sintética sobre a sua estrutura, conteúdo, natureza e orientação ideológica.

Em seguida, concentrámo-nos na análise intensiva do jornal, elaborando para cada artigo uma ficha temática, que informatizámos, com as seguintes informações: data (ano, mês, dia), número do jornal, página, nome do artigo, nome do autor, secção, assunto, local, leitura (resumo do artigo) e observações[10]. Foram levantadas 3702 fichas do *Operário* que foram depois seleccionadas de acordo com as análises temáticas a que procedemos e que nos deram um conhecimento pormenorizado das posições veiculadas pelo jornal[11].

Mas o estudo exclusivo do *Operário* dar-nos-ia uma visão parcelar e parcial da realidade e, por isso, recorremos a outras fontes para podermos contextualizar os acontecimentos e posições veiculadas pelo jornal. Este processo afigura-se-nos particularmente importante, porque estamos perante um jornal vincadamente político-ideológico, que deve ser lido enquanto tal, isto é, como um periódico que refletia uma visão específica da realidade e que, ao mesmo tempo, procurava influenciar essa realidade, ao pretender formar operários conscientes dos seus direitos e deveres.

---

8 POLICARPO, João Francisco de Almeida — *O Pensamento Social do Grupo Católico de «A Palavra»*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1977.

9 ALMUIÑA FERNANDEZ, Celso — *La Prensa Vallisoletana durante el Siglo XIX (1808-1894)*. Valladolid: Servicio de Publicaciones de la Diputacion Provincial de Valladolid, 1977. Ver Anexo 1.

10 Ver Anexo 2.

11 No que diz respeito à análise da nossa fonte principal pensávamos recorrer, numa segunda fase, à técnica da análise de conteúdo, que analisa o discurso através, por exemplo, da frequência de certos termos. Mas esta técnica exige procedimentos rigorosos e demorados para os quais não dispúnhamos de tempo, dado a existência de prazos para um trabalho deste tipo. Assim, a análise de conteúdo terá que ficar para trabalhos posteriores. Sobre a técnica da análise de conteúdo ver VALA, Jorge — A Análise de Conteúdo. In SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira — *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento, 1986.

Entre as fontes auxiliares a que recorremos destacam-se alguns jornais da época e livros ou opúsculos de autores contemporâneos destes socialistas que reflectiram sobre as mesmas realidades. Usámos, igualmente, vários estudos sobre a época em questão, desde obras gerais até obras específicas sobre determinados temas, com destaque, obviamente, para as obras sobre os movimentos socialista e operário.

Quando partimos para a elaboração deste trabalho, colocava-se-nos uma multiplicidade de questões que procurámos sistematizar numa grelha de análise temática que, de algum modo, nos pudesse servir de guia de análise às páginas do *Operário*.

Em primeiro lugar, tentar perceber se haveria alguma especificidade na ideologia e na praxis política dos socialistas portuenses, ou se, pelo contrário, estes estariam limitados a obedecer às directrizes nacionais do Conselho Central do Partido Socialista. Por outro lado, ver até que ponto os operários socialistas do Porto seguiam uma linha ideológica definida e homogénea ou se reflectiam as divergências que assolavam o movimento socialista internacional. E, a existirem divergências ideológicas, elas teriam alguma consequência ao nível da prática política e sindical, concretamente no que respeita ao papel das associações e à participação na luta eleitoral?

Em segundo lugar, procurámos compreender o posicionamento dos socialistas face à emergência dos republicanos na cena política portuguesa: aliados potenciais na luta contra o sistema monárquico-constitucional ou adversários como os restantes partidos «burgueses»?

Em terceiro lugar, pretendemos saber qual a posição dos socialistas portuenses sobre algumas das questões que dominavam o discurso político e ideológico da época: anticlericalismo, federalismo, nacionalismo, a instrução e a mulher. Haveria uma visão especificamente socialista?

Por último, tendo em conta que a ideologia socialista se fundava na revolta contra os efeitos do modelo económico capitalista sobre as condições de existência dos trabalhadores e que tais condições determinavam a adesão ao novo credo político e ao programa de uma nova sociedade, como se revelava, nas páginas do *Operário*, o quotidiano dos operários portuenses, desde as condições de trabalho aos salários, das condições de alojamento à alimentação e ao custo de vida, passando pelas sociabilidades?

Temos a consciência de que o nosso trabalho, buscando respostas a estas questões, não se poderá esgotar nesta análise, necessariamente redutora, face à complexidade do objecto de estudo e à riqueza da principal fonte de informação utilizada. As condições em que se realiza um trabalho deste tipo e os limites temporais que lhe são impostos implicam que se fique sempre além do que se pretendia.

Este trabalho contou com a ajuda, a solidariedade e o estímulo de muitas pessoas a quem gostaria de deixar algumas palavras de gratidão.

Em primeiro lugar, um agradecimento muito especial para a Professora Doutora Conceição Meireles Pereira, que tive o privilégio de ter como orientadora, pela sua permanente disponibilidade e pela estimulante orientação científica que me abriu novas perspectivas de investigação. Mas queria também agradecer o seu apoio sereno em momentos difíceis, demonstrando que eu podia contar, além da orientadora, com uma amiga.

Queria agradecer à Biblioteca Municipal do Porto, na pessoa da Drª Fátima Tavarela, a eficiência e a disponibilidade que aí sempre encontrei, o que muito facilitou o meu trabalho de investigação.

No decurso deste Mestrado, iniciei a minha actividade profissional como docente. Contei sempre com a colaboração, a simpatia e o apoio dos responsáveis e dos colegas dos estabelecimentos de ensino onde leccionei e lecciono. Um obrigado muito especial ao Dr. Joaquim Moura e ao Eng. José Rui Ferreira, da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça, pelas facilidades na gestão dos horários e pela compreensão que sempre me demonstraram. Ao Joaquim agradeço, além de todos os incentivos, as palavras amigas nos momentos certos. Também na Escola Superior de Música e Artes do Espectáculo contei com todo o apoio da direcção, colegas e funcionários. Ao Professor José Luís Borges Coelho devo a ternura com que me abriu as portas para novos voos profissionais e científicos.

Não esqueço a amizade militante da Helena, da Mafalda e da Olga que compreenderam que o afastamento físico dos últimos tempos não diminuíu a enorme afectividade e cumplicidade que construímos para o resto das nossas vidas.

À minha mãe e padrinho agradeço todo a solidariedade e estímulo que me deram sem esperarem retribuição, mostrando-me a importância da família para ultrapassar os momentos menos bons.

Por último, ao Gaspar, porque, sem a sua presença quotidiana, nada, mesmo nada, teria sentido. «Fundamental é mesmo o amor»...

PARTE I

O MOVIMENTO SOCIALISTA NO PORTO E *O OPERÁRIO* (1879-82)

1. O movimento socialista no Porto

Não podíamos, por consequência, rejeitar o nome de socialistas que somos, nem a ciência que defendemos e propagamos, o socialismo.

Sousa Brandão, *Economia Social*, 1857

O movimento socialista é a consequencia logica e natural da historia que nos demonstra as tendencias, sempre progressivas da humanidade para a conquista da perfectibilidade social.

Bessa de Carvalho, *O Operário*, Porto, 21/11/1880

1.1. As origens do movimento socialista: dos anos cinquenta a 1871

Em carta a Magalhães Lima, Nobre França, um dos protagonistas do socialismo português durante as décadas de setenta e oitenta do século XIX, era categórico: «O socialismo contemporaneo — dos operários — nasceu em Portugal após o movimento da communa de Paris». Antes dessa data revolucionária, França considerava que o socialismo estava reduzido «ás idealisações de alguns philantropos», «ás lucubrações litterarias de philosophos» ou «ás cogitações de uma democracia idealista»[1]. Antero de Quental partilhava desta opinião. Num artigo do *Operário* dedicado a Lopes de Mendonça, um dos socialistas da geração de 50, Antero caracterizava essa epóca como sendo a conclusão natural do «periodo romantico da politica do século XIX». Período de um «vago idealismo sentimental» perante o que dizia ser «um mal estar em todo o corpo social». A grande novidade, para Quental, fora o aparecimento da classe operária na arena política «falando em nome próprio» só que com falta de organização e de educação política: «...em vez de doutrinas tinha utopias, e em vez de chefes, sectarios». A seu ver, Lopes de Mendonça fora, apenas, uma voz «sem echo serio, um generoso *dilletante* revolucionário, um inoffensivo precursor»[2].

Durante a primeira metade do século XIX, as questões sociais fizeram parte das preocupações de alguns pensadores reformistas, da linha mais progressista do nosso liberalismo, que propunham algumas reformas para combater as desigualdades sociais e alargar o espectro da participação política. Nos escritos de Silvestre Pinheiro Ferreira, Manuel dos Santos Cruz, Francisco Solano Constâncio, Oliveira Marreca, Feliciano de

---

[1] LIMA, Magalhães — *O Socialismo na Europa*.Lisboa: Typ. da Companhia Nacional Editora, 1892, p. 333-334.

[2] *O Operário*. Porto, 30 de Maio de 1880.

Castilho e do próprio Alexandre Herculano eram notórias as influências do catolicismo liberal emergente (sobretudo de Lamennais) e também de algumas ideias de Saint-Simon e Fourier[3].

Mas foi, de facto, durante a década de cinquenta que se começou a falar de socialismo em Portugal e que se assitiu ao emergir das primeiras associações operárias. Os acontecimentos revolucionários de 1848 em França e, também, um pouco por toda a Europa, foram determinantes para o pensamento dos nossos primeiros socialistas ou de tendências socializantes[4]. Fourier, Saint-Simon, Proudhon, Pierre Leroux, Louis Blanc, Cabet, entre outros, foram os pensadores socialistas que mais influência tiveram em homens como Henriques Nogueira, Lopes de Mendonça, Sousa Brandão, Casal Ribeiro. Eram comuns a quase todos eles ideias como a defesa do associativismo, de uma organização mais justa do trabalho que pudesse fazer face ao regime de livre-concorrência, do sufrágio universal, do mutualismo, do cooperativismo, do crédito gratuito fornecido por um banco nacional e da instrução pública das classes populares. Estas doutrinas foram divulgadas, sobretudo, em *O Eco dos Operários*, fundado em 28 de Abril de 1850, e cujos principais redactores eram Lopes de Mendonça, Sousa Brandão, e alguns meses depois, o tipógrafo Vieira da Silva[5].

Entre os primeiros pensadores socialistas portugueses, de algum modo ligados ao Porto, destacaram-se Custódio José Vieira, Marcelino de Matos e Pedro Amorim Viana.

Custódio José Vieira (1822-1879), antigo militante da Patuleia, enquanto estudante finalista de Direito apresentara a tese *Liberdade de pensamento, direito de insurreição, sistema representativo e república, concorrência e comunismo*, uma brochura de 70 páginas que seria publicada no Porto. Em 1848, este autor editava no Porto o opúsculo *Um, Alguns e Todos ou a história de um absurdo*, onde reclamava o direito de voto para os operários e defendia princípios de organização do trabalho semelhantes aos defendidos por Louis Blanc, a quem, aliás, chama mestre[6].

Colega de Custódio José Vieira em Coimbra, Marcelino de Matos (1824-1864?), que também pertencera às hostes académicas da Patuleia, escrevia, em 1848, *Bientôt le Socialisme*, onde eram evidentes as simpatias por Louis Blanc e Cabet. No panfleto *Maio 9 de 1848* , Marcelino de Matos explicava as teorias defendidas por Louis Blanc. Escreve também *As Mulheres e o Socialismo*.

---

[3] Cf SÁ, Victor — *A crise do liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal.* 2ª ed. Lisboa: Seara Nova, 1974.

[4] Sobre a influência da revolução francesa de 1848 em Portugal consultar: RIBEIRO, Maria Manuela Tavares — *Portugal e a Revolução de 1848*. Coimbra: Livraria Minerva, 1990.

[5] Em *O Operário*, de 10 de Agosto de 1879, o socialista portuense J. Maria Pina considerava aquele jornal de Lisboa como o primeiro jornal socialista do país.

[6] SÁ, Victor — *Op. Cit*, p. 256.

Ainda em 1848, Custódio José Vieira e Marcelino de Matos juntavam-se na redacção do jornal portuense *Eco Popular*, onde divulgaram muitas das ideias do socialismo francês. Em 1850 fundavam, igualmente no Porto, a *Esmeralda.*, revista essencialmente intelectual e literária.

Para além da revista *Esmeralda*, Marcelino de Matos e Custódio José Vieira colaboraram em outros jornais portuenses como o já citado *Eco Popular* e ainda o *Nacional*, do qual, a partir de 1863, o principal redactor era o próprio Custódio José Vieira.

Maior rigor analítico encontra-se nas obras de Pedro Amorim Viana (1822-1901)[7]. Em 1852, no jornal portuense *A Península*, Amorim Viana publicava *Análises das Contradições Económicas de Proudhon* (onde faz uma crítica à obra de Proudhon, *Système des contradictions économiques ou Philosophie de la misère*)[8]. Em outras obras Amorim Viana iria refelectir sobre as ideias de socialistas como Buchez e Pierre Leroux.

Nenhum destes pensadores era um socialista colectivista e revolucionário que pusesse em causa, por exemplo, a propriedade privada. A maior parte deles criticava as grandes concentrações de capitais e as grandes manufacturas que punham em causa a sobrevivência dos pequenos proprietários. Queriam melhorar a situação das classes trabalhadoras agravada pelo sistema de livre concorrência, que acusavam de ter acentuado as diferenças sociais e criado situações de miséria extrema. Muitas das soluções que apontavam eram de teor reformista e moralista. A ideia era «regenerar» o operariado integrando-o na nova ordem politica e económica, evitando deste modo os conflitos sociais. Estas ideias enquadravam-se perfeitamente no novo regime saído do golpe de Estado de Saldanha de 1850, que tinha posto fim a trinta anos de forte instabilidade política e de grande desgaste económico. Chegava, assim, ao poder uma nova geração cansada da guerra e das lutas ideológicas e mais apostada nos «melhoramentos materiais» que aproximassem Portugal da Europa industrializada. Para tal, era condição essencial que houvesse estabilidade política e social e para isso havia que encontrar para o novo regime a mais larga base social de apoio possível. Começava a Regeneração.

Tal como os intelectuais também os políticos estavam atentos à agitação política e laboral vivida na Europa, sobretudo em Inglaterra e França, e que neste país culminara

---

[7]Para um conhecimento mais profundo de Amorim Viana ver: SÁ, Victor — *Sociologia em Amorim Viana*. Lisboa: Livros Horizonte, 1981.

[8] Esta mesma obra de Proudhon foi criticada por Oliveira Pinto no trabalho *Proudhon e a Cultura Política*, onde, aliás, recorria a Karl Marx. Este trabalho foi publicado, em 1848, na revista coimbrã *O Instittuto*.

com a revolução de 48 que instituíra a República e levara para governo o socialista Louis Blanc e o operário Albert[9].

A industrialização tentada na segunda metade do século XIX fez surgir um operariado incipiente, sobretudo em Lisboa e Porto. Nesta última cidade manteve-se a tradição artesanal das pequenas oficinas e permaneciam os hábitos corporativos. As unidades fabris modernas eram poucas. Como tem sido salientado, «ao contrário do que sucederá com Lisboa, o Porto mantém uma indústria de feição oficinal, tecnologicamente pouco avançada, assente na tradição corporativa dos antigos mesteres e numa mão de obra abundante»[10]. Assim, o traço distintivo da industrialização portuense era a «estreita articulação entre o trabalho manufactureiro e o oficinal e doméstico»[11].

Foi neste cenário que, durante a década de 50, iriam aparecer as primeiras associações operárias. Apresentavam um carácter mutualista, isto é, «queriam que se estabelecesse o soccorro na doença e na inhabilidade [...] tambem queriam tratar dos melhoramentos das classes em certas circumstancias de atrazamento ou decadencia» e «as primeiras associações que se fundaram, tanto no Porto como em Lisboa, eram organisadas por officios»[12]. Os protagonistas destas associações eram artesãos qualificados, sobretudo tipógrafos, alfaiates, tecelões, ourives e serralheiros, que temiam perder o controlo, o prestígio da sua arte e a transmissão de um saber especializado perante a nova lógica fabril[13]. Todo esse processo era, anteriormente, assegurado pelas corporações de artes e ofício, extintas por decreto de 1834, por serem consideradas um obstáculo ao desenvolvimento do regime da livre concorrência, e, também, pelas confrarias religiosas.

A primeira associação, a Sociedade de Socorros dos Operários Portuenses, surgia em 1852. O ano de 1853 assistia ao aparecimento de várias associações: a Sociedade de Socorros dos Operários Fabricantes do Porto; a Associação dos Alfaiates Portuenses; a Associação dos Sapateiros e Mais Artes que Trabalham o Couro e a Associação do Montepio Geral Portuense. Em 1855 aparecia a Associação dos Operários Marceneiros, Entalhadores e Mais Artes Correlativas. Em 1856 constituem-se a Associação Portuense de Socorros Mútuos das Classes Laboriosas; o Monte-Pio

---

9 Sobre estes acontecimentos ver: Droz, Jacques — *História Geral do Socialismo.* Lisboa: Livros Horizonte, 1977. Vol. 2. p. 413 - 429 e 481 - 492. Vol 3, p. 684 - 692.

10 SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA Gaspar Martins — O Porto Oitocentista. In RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.) — *História do Porto.* Porto: Porto Editora, 1994, p.432

11 JUSTINO, David — *A Formação do Espaço Económico Nacional.* Lisboa: Vega, 1988. Vol. 1, p.96.

12 *O Operário.* Porto, 9 de Novembro de 1879, p. 1-2.

13 Segundo Victor Sá foi no Porto que se verificou a primeira revolta operária contra máquinas vindas do estrangeiro, quando em finais de Abril de 1836, os operários marceneiros foram ao cais da alfândega partir os móveis que tinham acabado de desembarcar. Cf. SÁ, Victor —*A crise do liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal.* 2ª ed. Lisboa: Seara Nova, 1974, p. 109.

dos Ourives do Porto; a União dos Tintureiros Portuenses; a Associação dos Latoeiros Portuenses; a Associação dos Pintores e Artes Correlativas; a Associação Fraternal Portuense dos Ferreiros e Serralheiros; a Associação Fraternal de Beneficiência de Todas as Classes do Porto e a Associação Benéfica dos Ourives Portuenses[14]. Ainda, neste ano, segundo Manuel Joaquim de Sousa, organizava-se no Porto uma Confederação para estabelecer relações e ligações com todas as associações do país, estabelecendo pactos e contractos[15].

O nome de cada uma destas associações é programático: socorrer os associados em momentos críticos e defender um estatuto profissional privilegiado e o brio de cada ofício. Acrescente-se que as velhas confrarias de ofícios continuavam a ser influentes. Em 1855 existiam , no distrito do Porto, mais de 1000 confrarias e irmandades, «por tradição, por religiosidade popular, pela própria natureza do ainda predominante trabalho artesanal e doméstico»[16] e, também, porque os anos de 1855 e 1856 foram anos de crise no Porto. Más colheitas, subida do preço do pão[17], salários reais baixos, os vinhedos do Douro atacados pelo *oidium*, e, para piorar ainda mais a situação, um surto epidémico de *colera morbus* e de tifo agravam as condições de vida dos trabalhadores, explicando-se, assim, por que a maioria das associações operárias portuenses surgiram durante aquele biénio.

Neste movimento associativo não havia ainda uma consciência de classe, nem a ideia da existência de conflito entre o capital e o trabalho. Não existia, como afirma Maria Manuela Tavares Ribeiro, qualquer «confronto hostil» ou «agressividade patente dos operários em relação aos patrões»[18]. Característica que é comum às primeiras associações operárias lisboetas. Mas, ao contrário do que acontecia em Lisboa, o associativismo portuense caracterizava-se por uma grande dispersão e pela inexistência de organizações mais fortes, influentes e abrangentes. Em Lisboa, destacava-se o Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, fundado em 1852 por Sousa Brandão e Lopes de Mendonça, e que vai ser o impulsionador do movimento

---

[14] Estes dados foram retirados de GOODOLPHIM, Costa — *A Associação*. Lisboa: Seara Nova, 1974; e VALADO, Barão — *Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito do Porto...*, Porto, 1857.

[15] SOUSA, Manuel Joaquim de — *O Sindicalismo em Portugal*. 4ª ed. Porto: Afrontamento, 1974, p. 29.

[16] SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins Pereira — *Op. Cit*, p. 445.

[17] Segundo David Justino os preços do pão sobem, entre 1854 e 1858, mais de 60% em relação ao início da década. Ver JUSTINO, David — *Op. Cit*, p. 14 a 27.

[18] RIBEIRO, Maria Manuela Tavares — *Op. Cit*, p. 279. Apecto reforçado por César de Oliveira a propósito deste movimento associativo mutualista, que «não implica um afrontamento directo com o capital e com o patronato; esse movimento não procede de uma auto-consciência que determine, nos próprios trabalhadores, uma posição especificamente socialista em função do processo produtivo, perante as outras classes, interesses e correntes politicas». Cf OLIVEIRA, César — *História do Socialismo em Portugal 1850-1900*. Porto: Afrontamento, 1973, p. 132-133.

associativo lisboeta, local de debates e conferências e um centro importante de instrução[19].

Durante as décadas de 50 e 60, O Centro Promotor integrou-se bem no projecto da Regeneração, que, como se referiu anteriormente , desejava controlar o emergente movimento operário antecipando os conflitos. Como salienta Villaverde Cabral, uma das características da Regeneração é a «recuperação quase integral dos elementos mais radicais produzidos pela crise de 1846-47 e, por intermédio deles, o alargamento dos mecanismos de controle estatal do movimento operário balbuciante»[20].

O Centro Promotor funcionou mesmo, em alguns momentos, como órgão consultivo do Governo para questões laborais e colaborou com várias organizações patronais. Mas não o podemos reduzir a um objecto totalmente manipulado pelo poder porque foi, igualmente, o local onde se reuniram antigos setembristas, maçons, republicanos e socialistas como José Fontana, João Bonaça, Antero de Quental, Felizardo Lima, Jaime Batalha Reis, Sousa Brandão, Eduardo Maia, Nobre França, Teófilo Braga, entre outros. E foi no Centro Promotor que a influência da Internacional e da Comuna de 1871 acabou por dar início a um movimento socialista e operário autónomo, já não de «integração» mas de «ruptura» social, para usar as palavras de Carlos da Fonseca[21].

No movimento associativo, a década de 60 caracterizou-se por algum apagamento. Mas foram também os anos de aprendizagem ideológica face às influências que começavam a chegar da Europa. Foram poucas as movimentações operárias. No Porto, em 1861, segundo refere Pacheco Pereira, os operários fabricantes de seda reivindicavam junto do Governador Civil aumentos salariais, devido à crise que atingia a classe, cujos tecidos eram pagos pelos mesmos preços de 1848, enquanto o custo de vida se tinha agravado[22]. Em 1864, segundo Manuel Joaquim de Sousa, o Porto imitava Lisboa, criando um Centro Operário para «defesa dos interesses económicos e sociais dos trabalhadores, organismos que desempenhavam as funções de Federação»[23].

---

19 Os estatutos, elaborados por Sousa Brandão, eram aprovados pelo Governo em 1853. Anteriormente, tinha surgido, em 1839, a que é considerada a primeira associação operária, a Sociedade dos Artistas Lisbonenses. Durante os anos 40 e 50 fundaram-se várias associações mutualistas de operários qualificados como tipógrafos, sapateiros, tecelões, alfaiates, etc. Em Julho de 1850 nascia a Associação dos Operários, por iniciativa do *Eco dos Operários*. Sobre este assunto ver: GOODOLPHIM, Costa — *Op. Cit*, p. 95-96.

20 CABRAL, Manuel Villaverde — *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX*. 2ª ed. rev. Lisboa: Regra do Jogo, 1977, p. 164.

21 FONSECA, Carlos — *Integração e Ruptura Operárias. Capitalismo, associacionismo, socialismo-1836-1875*. Lisboa: Editorial Estampa, 1975.

22 Cf. PEREIRA, José Pacheco — A origem do movimento operário no Porto: as associações mutualistas, 1850-1870. *Análise Social*, 1981, nº 17. Vol. 65, p. 135-151.

23 SOUSA, Manuel Joaquim — *Op. Cit*, p. 30.

Em finais da década de 60 sucederam-se maus anos agrícolas, em especial em 1867, e assistiu-se a uma alta de preços. Quando o Governo decidiu criar o imposto de consumo, explodiu um forte movimento de protesto, que ficaria conhecido como a Janeirinha — iniciado no Porto a 1 de Janeiro de 1868 — e que derrubaria o governo de fusão Aguiar/Fontes[24]. Durante esta revolta, encabeçada pela pequena e média burguesia, participaram nas reuniões políticas as camadas populares. A agitação era geral e em Lisboa, por exemplo, verificaram-se sérios tumultos operários.

Grande parte destes movimentos, no entanto, não teve um carácter tipicamente operário, concentrando descontentamentos de camadas da pequena burguesia comercial ou dos ofícios e sendo liderada por mestres artesãos. Mas não pode desprezar-se a participação popular em muitos destes movimentos, nem o seu carácter reivindicativo.

1.2. De 1871 a 1878: da Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa ao Partido dos Operários Socialistas Portugueses

Em 1871, a Comuna de Paris causava um forte impacto na opinião pública. «A Comuna discute-se nas ruas, nos locais de venda de jornais e de afixação de telegramas, nos intervalos dos espectáculos. No teatro Variedades, do Porto, uma cantora lírica cantou a *Marselhesa* para grande regozijo da audiência», refere Ana Maria Alves que acrescenta: «A Comuna de Paris foi tanto uma realidade como um mito. Fantasma aterrador com que os partidários do antigo regime ameaçaram os liberais, com que os monárquicos assustaram os republicanos e estes os socialistas; mito de defesa de interesses de cada um, mito ao serviço dos grupos que disputam o poder»[25].

De facto, os acontecimentos revolucionários de Paris assustavam os monárquicos e os republicanos moderados mas animavam alguns republicanos radicais e federais e, sobretudo, os socialistas que consideravam que o povo despertava pela primeira vez e lutava, agora como protagonista da História, pelos ideias de Liberdade, Igualdade e Fraternidade[26]. *O Operário* ilustrava, em vários artigos, este entuasismo: «Em 18 de março de 1871, o povo de Pariz proclama a sua independencia politica e economica ao grito de — *Viva a Communa*»; «todos os povos celebram o dia de *18 de*

---

[24] Sobre os acontecimentos da Janeirinha ver ALVES, Jorge Fernandes — Rodrigues de Freitas: entre a «Janeirinha» e o «31 de Janeiro». In *Estudos de História Contemporânea Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1991, p. 377-390.

[25] ALVES, Ana Maria — *Portugal e a Comuna de Paris*. Lisboa: Editorial Estampa, 1971, p. 48 e 89.

[26] Há dois textos emblemáticos destas posições antagónicas: contra a Comuna escreve Pinheiro Chagas, *História da revolução da Comuna de Paris*; a favor escreve o professor universitário José Falcão, sob anonimato, *A Comuna de Paris e o Governo de Versalhes*. Sobre estas e outras opiniões: HOMEM, Amadeu Carvalho — O Republicanismo e o Socialismo. In MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. Vol.V, p. 239-251.

março, porque significa uma data memorável para o proletariado moderno. *18 de março* significa o despertar de um povo adormecido»[27].

Os acontecimentos da Comuna coincidiram com a realização das Conferências Democráticas do Casino Lisbonense, organizadas por Antero de Quental e José Fontana, em que colaboraram Eça de Queirós, Jaime Batalha Reis, Oliveira Martins, Adolfo Coelho, Teófilo Braga, Augusto Soromenho, Salomão Saragga, Augusto Fuschini, entre outros[28]. Esta manifestação procurava abrir «uma tribuna, aonde tenham voz as ideias e os trabalhos que caracterizam este momento do século, preocupando-nos sobretudo com a transformação social, moral e política dos povos». Queriam também «ligar Portugal com o movimento moderno» e, ainda, «agitar na opinião pública as grandes questões da filosofia e da ciência moderna». O objectivo fundamental era «estudar as condições da transformação política, económica e religiosa da sociedade portuguesa»[29].

O Governo avilista ordenou o encerramento do Casino Lisbonense, proibindo a continuação da realização das polémicas conferências. Os conferencistas eram acusados de divulgar ideias condenadas pela Igreja Católica. São, igualmente, acusados pela facção católica-legitimista de espalharem as doutrinas da Comuna de Paris e as «desgraças que têm horrorizado o mundo»[30] e, ainda, de estarem ao serviço da Internacional, essa «prepotência destruidora, como uma torrente niveladora, como a rasoira que passa por sobre a medida»[31].

Significativamente, 1871 é também o ano da entrada da Internacional em Portugal[32]. Fugidos de Espanha, três internacionalistas espanhóis — Mora, Morago e Lorenzo — vieram, em Junho, a Lisboa «sondar terreno e preparar a propaganda. Naturalmente foram attrahidos para o *Centro Promotor* [...], todos tres se approximaram de Fontana», conta Nobre França[33]. Deu-se, então, o célebre encontro à

---

27 *O Operário*. Porto, 20 de Março de 1881, p. 1. Este número é dedicado a comemorar o 10º aniversário da Comuna de Paris.

28 Cf. SARAIVA, António José — *A Tertúlia Ocidental*. 2º ed. rev. Lisboa: Gradiva, 1997, p. 41-51.

29 Programa das Conferências Democráticas do Casino divulgado por Antero de Quental em *A Revolução de Setembro*, de 18 de Maio de 1871 e citado por MEDINA, João — *As Conferências do Casino e o Socialismo em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984, p. 70-71.

30 *A Nação*. Lisboa, 21 de Maio de 1871.

31 *Ibidem*. Lisboa, 16 de Abril de 1871.

32 A primeira vez que o Conselho Geral da A.I.T. tenta entrar em contacto com Portugal foi em 1866. Maria Filomena Mónica refere a existência de uma acta desse ano em que o italiano Orsini deveria ter entregue uma carta em Portugal. Mas não existem registos de tal acto . Cf. MÓNICA, Maria Filomena — *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1885, p. 35. Sobre este período ver também a obra de Carlos da Fonseca *A origem da 1ª Internacional em Lisboa*. Lisboa:Editorial Estampa, 1973.

33 LIMA, Magalhães — *Op. Cit*, p. 335. Esta aproximação a Fontana pode não ter sido fortuita. César de Oliveira refere a investigação feita por Magalhães Vilhena em Londres (apresentada no artigo «O Idealismo e a Crise da Ideologia Burguesa» publicado na revista *Seara Nova*, em 1964), onde este

noite, a bordo de um barco no Tejo, entre os três espanhóis e Antero, Fontana e, também, Jaime Batalha Reis. Este último recordará, muitos anos mais tarde, esse encontro: «Nessa mesma noite fomos ao Aterro, o Antero e eu, pagámos a um barqueiro para nos deixar remar sozinhos no seu bote e fizemo-nos ao largo. A uma hora combinada aproximámo-nos dum outro cais onde o Fontana nos esperava com os internacionalistas. E durante horas, nessa noite e nas seguintes, sobre o Tejo, enquanto eu remava, o Antero discutia com os emissários socialistas a revolução operária que já lavrava na Europa»[34].

Depois deste encontro constituíu-se a primeira secção portuguesa da Internacional que era secreta e influenciada pelos estatutos da Aliança da Democracia Socialista de Bakunine, e que César Nogueira identifica como a secção do Monte Olivete[35]. O processo de formação dos núcleos internacionalistas não é muito claro devido ao secretismo imposto pelos aliancistas aos seus seguidores. Mas em meados de 1871 fundava-se, também em Lisboa, a associação de resistência, Associação Protectora do Trabalho Nacional (APTN), com sede no palácio de Alcântara, e dirigida pelo ex-padre João Bonança, considerado como o «homem de mão» do Conde de Peniche e influenciado pelos aliancistas espanhois, sobretudo Morago.

Neste período todo o protagonismo do movimento socialista e operário passava por Lisboa. Mas o Porto não estava totalmente ausente, visto que, em 1871, verificaram-se várias greves: dos alfaiates, chapeleiros, carniceiros, estampadores e

---

descobriu que José Fontana foi membro fundador do Conselho Geral da A.I.T., entre 12 de Outubro de 1864 e 4 de Abril de 1865 e que no manifesto inaugural da Internacional, José Fontana assina em quarto lugar, logo a seguir a Karl Marx, aparecendo como o secretário para a Itália. OLIVEIRA, César — *Op. Cit.*, p. 145. Estes dados são confirmados por Amaro del Rosal em *Los Congressos Obreros Internacionales en el siglo XIX*. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1975, p. 134. Também Peter Merten aceita a identificação de José Fontana, militante da seccção portuguesa da Internacional com o seu homónimo membro do Conselho Geral de Londres. Cf. MERTEN, Peter — *Anarchisme und Arbeitkampf in Portugal*. hamburgo: Libertäre Assoziation, 1981. Contudo, alguns autores discordam que o Fontana em questão seja o mesmo, como é o caso de Fernando Piteira Santos e João Arsénio Nunes. Cf. SANTOS, Fernando Piteira — José Fontana militante do movimento operário português. *Diário de Notícias*. Lisboa, 22 de Setembro de 1983. NUNES, João Arsénio — Notas sobre o livro de Peter Merten, *Anarchisme und Arbeitkampf*. In *Boletim de Estudos Operários*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1985, nº 8 (Dez.).

34 REIS, Jaime Batalha — Anos de Lisboa. In *In Memoriam de Antero de Quental*. Porto, 1896, p. 441-470. Dois dos internacionalistas espanhois também descrevem esse encontro com os portugueses: MORA, Francisco — *História del Socialismo Obrero Español*. Madrid, 1902; LORENZO, Anselmo — *El Proletariado militante*. Madrid: Alianza Editorial, 1974.

35 NOGUEIRA, César — *Notas Para a História do Socialismo em Portugal (1871-1910)*. Lisboa: Portugália Editora, 1964. Vol.1, p. 14. Refira-se que Bakunine e os seus seguidores tinham criado à margem da A.I.T. uma organização secreta, a Aliança da Democracia Socialista (A.D.S.), que recusava e combatia a corrente marxista que considerava autoritária. Morago e Lorenzo eram , na altura, membros da A.D.S.

tintureiros[36]. Todos eles lutavam por aumentos salariais e pela diminuição do horário de trabalho.

A 19 de Janeiro de 1872 era criada, em Lisboa, a associação de resistência Fraternidade Operária com estatutos elaborados por José Fontana, a partir do modelo das *trade-unions* inglesas, isto é, com preocupações exclusivamente económicas[37] e onde os internacionalistas desempenharam um papel fundamental. Rapidamente surgiram filiais ou ramificações da Fraternidade Operária em várias cidades, mas é no Porto que o número de adesões é mais elevado: «Houve reuniões nesta cidade a que assistiram 1500 pessoas»[38]. No Porto a Fraternidade Operária era fundada a 30 de Setembro de 1872 e instalava-se na Rua de Gonçalo Cristovão[39]. Foi a partir daqui que se organizou e difundiu todo o movimento socialista e operário do Norte.

O sucesso da Fraternidade Operária foi rápido: um ano depois, Lisboa tem já dez mil sócios e o Porto cerca de oito mil. Nos arredores destas duas cidades haveria mais uns milhares[40].

Em Lisboa fizeram-se sentir, de imediato, os efeitos da acção da Fraternidade Operária: em 1872 rebentava um surto grevista inédito pelas suas dimensões e alcance, já que «fundidores, fragateiros, tipógrafos e tanoeiros entram em greve, pedindo melhores condições de trabalho», refere Filomena Mónica, que não deixa de salientar, igualmente, o carácter limitado do impacto destas greves porque «tudo isto se passava apenas em Lisboa. Tudo isto se mantinha limitado a alguns grupos de trabalhadores aristocráticos. Mas era coisa nova. Assustou muita gente»[41].

Só em 1873 é que o Porto se juntava ao movimento grevista liderado pela Fraternidade Operária. Sucederam-se as greves de tabaqueiros, charuteiros, cigarreiros e ferroviários, reivindicando aumento de salário e mais regalias sociais. Mas os resultados saldaram-se, em todos os casos, pela derrota. Silva Lisboa e Miguel Mendes, militantes da Fraternidade Operária do Porto, eram presos por terem participado e estimulado a

---

36 FONSECA, Carlos — *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal.* Lisboa: Publicações Europa-América, s.d. Vol. IV, p. 150.

37 Esta influência do sindicalismo inglês é apontada por Azedo Gneco num artigo publicado no *Primeiro de Maaio*, nº 62, 1904. J. M. Gonçalves Viana diz que a Fraternidade Operária «baseava-se nos estatutos da *Associação Internacional*, que organizava os trabalhadores em secções de ofícios». Ver VIANA, J. M. Gonçalves — *A Evolução Anarquista em Portugal.* Lisboa: Seara Nova, 1975, p. 67.

38 FONSECA, Carlos — *Integração e Ruptura Operária.* Lisboa: Editorial Estampa, 1975, p. 214.

39 NOGUEIRA, César — *Op. Cit*, p. 34. Ver também FONSECA, Carlos — *A origem.da 1ª Internacional em Lisboa.* Lisboa: Estampa, 1973.

40 NOGUEIRA, César — *Ibidem.*, p.32.

41 MÓNICA, Maria Filomena — *Op. Cit*, p. 41 e 42. Em relação a este movimento grevista, Fernando Emídio da Silva acrescenta os calafates, os compositores, e impressores. Ver: SILVA, F. E. — *As Greves*. Coimbra, 1913. Carlos da Fonseca refere também os tecelões, os carpinteiros navais, as linheiras, os tabaqueiros, os esteireiros e, em Almada, as espadeiras e tintureiras. FONSECA, Carlos da — *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal.* Lisboa: Publicações Europa-América, s.d. Vol. IV, p. 150.

greve dos manipuladores de tabaco[42]. Neste ano aparecia, no Porto, o jornal socialista *O Bom Senso*, dirigido por Felizardo Lima que nunca chegaria a atingir a importância do jornal lisboeta *O Pensamento Social*, nesta altura já o orgão da Fraternidade Operária e onde colaboraram Antero de Quental, José Fontana, Oliveira Martins, Jaime Batalha Reis, Nobre França, Eduardo Maia, Augusto Tedeschi, Azedo Gneco e outros.

Mas a euforia inicial tinha passado. A partir de 1873 o movimento operário decaía e milhares de sócios começaram a abandonar as associações[43]. Segundo o socialista portuense Gonçalves Viana, «aquele mesmo entusiasmo que arrastou o operariado à associação, depressa o conduziu ao abandono, e, em 1874, está quase tudo esfacelado»[44]. O movimento operário português dispersava-se por várias secções e associações que muitas vezes funcionavam como organizações rivais que competiam entre si pelo maior número de greves. Faltava à luta operária um plano organizado e coordenado.

Por outro lado, o movimento operário português aderira a uma Internacional numa fase de decadência e minada por graves divisões internas. No Congresso de Haia, em 1872, as divergências entre Marx e Bakunine atingiam o ponto de ruptura. Os marxistas ganhavam o congresso e declaravam como objectivo central da A.I.T. a necessidade da classe operária, em cada país, criar um partido político distinto. Os anarquistas de Bakunine eram expulsos da Internacional.[45] Neste Congresso Portugal esteve representado por Lafargue, genro e fiel seguidor de Marx, e, por isso, votou ao lado dos marxistas[46]. Esta opção não significava que os portugueses aceitavam sem reservas as directizes marxistas, como por exemplo, a participação na luta política. «O

---

42 Em 1873 o movimento grevista continuou em Lisboa com os tabaqueiros, os tecelões, os fabricantes de massas, os colchoeiros, os curtidores e tipógrafos. Estes dados são referidos em FONSECA, Carlos da — *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal.* Lisboa: Publicações Europa-América, s.d. Vol. IV, p. 151.

43 Maria Filomena Mónica aponta para o ano de 1873 apenas 300 sócios na Fraternidade Operária. MÓNICA, Maria Filomena — *Op. Cit*, p. 47.

44 VIANA, J. M. Gonçalves — *Op. Cit*, p. 67. Viana acrescenta ainda que «vi ainda no Porto os restos fraguementados dessa campanha do trabalho contra o capital. Ainda conservo alguns exemplares de Estatutos da *Internacional* portuguesa com os nomes de alguns membros do grupo da *Internacional,* organizado em 1874.» (p. 68).

45 Carlos da Fonseca alerta para o simplismo da divisão da Internacional entre «autoritários» e «anti-autoritários». Segundo este autor a Internacional «foi uma miscelânea de partidários de Owen, Mazzini, Proudhon, Blanqui, Lassalle, Marx, Bakunine, trade-unionistas, cartistas, etc. Só fazendo completamente tábua rasa desta realidade poderíamos aceitar a confortável tese das duas tendências ditas principais, a «marxista» e a «bakuninista». Fonseca afirma, ainda, que, por exemplo, em Paris a ideologia das secções era predominantemente proudhoniana. Ver FONSECA, Carlos da — *A Origem da 1ª Internacional em Lisboa.* Lisboa: Editorial Estampa, 1973, p. 11.

46 Lafargue, representante da Internacional para os países ibéricos, viera a Lisboa com o objectivo de travar a forte influência dos bakuninistas. César de Oliveira cita uma carta que Lafargue envia a Engels descrevendo Antero e Fontana como «trés inteligents malgré leur proudhonisme». OLIVEIRA, César — *Op. Cit*, p. 151.

termo "marxista" significava apenas a aceitação da chefia do Conselho Central de Londres», explica Filomena Mónica[47]. O socialismo português caracterizava-se por um grande ecletismo, se não mesmo confusão, ideológico onde Proudhon continuava a ter uma maior influência que Marx[48].

Todos sentiam a necessidade de unidade no movimento operário. Nesse sentido, em Outubro de 1873, nascia a Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa (ATRP) a partir da fusão entre a Associação Protectora do Trabalho Nacional e a Fraternidade Operária e que passava funcionar como uma secção da Internacional[49]. A secção do Porto da ATRP era fundada dias depois, a 29 de Outubro, com 200 filiados, funcionando a sede na Rua de Santa Catarina[50]. Gonçalves Viana descreve este núcleo fundador da Associação dos Trabalhadores do Porto: «Foi aí, na Rua de Santa Catarina que, na nossa juventude, em Agosto de 1875, entrámos nos trabalhos da Associação dos Trabalhadores (...) onde encontrámos nos restos do movimento operário de 1873, da classe de tecidos de algodão, entre outros, os irmãos Alecrim e Teixeira; um dos irmãos Verdial, o outro ensaiava-se para actor; os primos Martins, de que passámos a fazer parte, da classe de ferro e representantes de uma humilde família de Viana do Castelo; um bom núcleo de operários das fundições do bairro de Massarelos e tantos outros, hoje desaparecidos do número dos vivos, que durante alguns anos alimentaram a ilusão de que a sociedade actual, cheia de injustiças, seria em breve substituída por outra mais justa e humanitária»[51].

Em 1876 a direcção da A.T.R.P. portuense era constituída por Eduardo Carvalho e Cunha, António Moreira, Silvestre Pinto Caldeira, José Alves Magalhães e Vasconcelos, José Ferreira, José Domingos da Cruz, João Baptista Esteves, Manuel Rodrigues Alves dos Santos, António Cardoso Mesquita e José Domingos Pereira. Na Associação dos Trabalhadores do Porto estavam filiados 2200 operários. Em Lisba eram 3600[52].

---

47 MÓNICA, Maria Filomena — *Op. Cit*, p. 40.

48 Estas questões sobre os diferentes socialismos serão abordadas no capítulo «Socialismo ou Socialismos».

49 Em rigor, a fusão era feita entre a Associação Protectora do Trabalho Nacional, a Fraternidade Operária e, ainda, a Fraternidade Agrícola, a Fraternal dos Trabalhadores, a Fraternidade de Todas as Classes, a Fraternal Barreirense e a Fraternidade Operária do Porto. Cf. GOODOLPHIM, Costa — *A Associação*. Lisboa: Seara Nova, 1974, p. 177.

50 GOODOLPHIM, Costa — *Op. Cit*, p. 179. Goodolphim informa que a secção de Lisboa tinha 300 sócios e a da Alcântara 50. Refere, ainda, que os estatutos da ATRP foram impressos no Porto, em 1875.

51 VIANA, J. M. Gonçalves — Aspirações populares - Subsídios. *O Tripeiro*. Porto, 1926-1927. III Série. VOl. V e VI, p. 292.

52 MÓNICA, Maria Filomena — *Op. Cit*. p. 59. Maria Filomena Mónica tira estes dados do manifesto «Aos operarios do Porto» enviado, em 1876, pela ATRP portuense e, também, de F. E. da Silva — *Op. Cit*.

Entre 1875 e 1877 o Porto, ao contrário de Lisboa, assistiu a um importante movimento grevista: em Agosto de 1875 entravam em greve os marceneiros pedindo um melhor horário de trabalho; em 1876 era a vez dos pregueiros que reivindicavam aumento salarial; em 1877 entravam em greve os chapeleiros de várias fábricas do Porto. A unidade dos trabalhadores começava a dar resultados já que em todas estas greves os operários saíram vitoriosos[53].

Esta vitalidade do associativismo portuense, por contraste com o marasmo lisboeta, era confirmada por Costa Goodolphim, em 1875: «Comparativamente [às de Lisboa], as associações do Porto estão num estado mais perfeito de organização, porque há mais energia nos seus membros, e também porque a quota semanal é mais elevada, sendo em geral de 80 réis semanais. A cidade do Porto que é o berço da liberdade, a terra do comércio, mostra em todas as questões a energia do seu carácter, a actividade do seu espirito laborioso». Goodolphim acrescenta que «as associações de Lisboa, por exemplo, querem estar em liberdade completa de toda a acção da autoridade; as associações do Porto têm nos seus estatutos, quase todas, um artigo em que são considerados seus membros honorários o governador civil e os administradores dos bairros»[54].

Estas últimas considerações mostram a importância que as associações mutualistas continuavam a ter na cidade invicta. Apesar do forte surto industrializador das décadas de setenta e oitenta, que veêm aparecer novas e importantes fábricas, o tecido industrial portuense não tinha mudado muito. Continuava a concentração do operariado na indústria têxtil algodoeira e o predomínio das pequenas unidades domésticas ou oficinas que usavam ainda equipamento tradicional. Aliás, o tipo de «trabalho domiciliário na dependência da fábrica ou do dono dos teares, sendo tradicional do Porto, parece ter-se difundido ainda mais no último quartel do século»[55].

Entretanto, cumprindo as resoluções do Congresso de Haia, algumas secções da Associação dos Trabalhadores e alguns intelectuais decidiram fundar um partido socialista em Portugal. O apoio de José Fontana foi decisivo já que este suíço mantinha grande influência no meio do operariado. Uma das federações da Associação dos Trabalhadores que mais apoia esta decisão é a do Porto, através do seu secretário, Felizardo Lima. Era nomeada uma comissão para elaborar o programa desse partido socialista onde pontificavam nomes como Antero de Quental, José Fontana, Nobre

---

53 FONSECA, Carlos — *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal.* Lisboa: Publicações Europa-América, s.d. Vol. IV. p. 151. Dados confirmados em vários números de *O Operário.*

54 GOODOLPHIM, Costa — *Op. Cit*, p. 200-201.

55 SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins — *Op. Cit*, p. 442.

França, Azedo Gneco, Felizardo Lima e outros. Silva Lisboa fazia parte dessa comissão como representante da Associação dos Trabalhadores do Porto.
A 10 de Janeiro de 1875 fundava-se oficialmente o Partido Socialista Português[56] e o tipógrafo Nobre França aparecia como o redactor responsável pelo primeiro programa. Era um programa com fortes marcas proudhonianas e bakuninistas[57].

A partir desta data o movimento operário investia também na acção política. Os socialistas podiam desenvolver a sua luta em dois campos: no económico, através da Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa e no político, com a participação do Partido Socialista nas eleições e em outras formas de intervenção.

Também em 1875 aparecia, em Lisboa, o jornal *O Protesto*, dirigido por Azedo Gneco e que passava ser o órgão da Associação dos Trabalhadores e do Partido Socialista na capital.

Em 1876 o movimento socialista era afectado pelo suicídio de José Fontana. Mas, no ano seguinte, o Partido Socialista reunia, pela primeira vez, em Congresso. Este I Congresso decorreu em Lisboa, de 2 a 4 de Fevereiro, com a presença de 48 delegados de 23 associações socialistas. O Porto esteve presente através dos círculos 13 e 14 do Partido Socialsita portuense, do grupo das secções da Associação dos Trabalhadores e pela Sociedade Cooperativa dos Tecidos. Como delegados pelo Porto apareciam Manuel José Martins e Eduardo Carvalho e Cunha[58].

A Sociedade Cooperativa dos Tecidos tinha sido fundada pelo tecelão Eduardo Carvalho e Cunha, em 1877, junto da Associação dos Trabalhadores e do Partido Socialista do Porto, que funcionavam no Largo da Fontinha. Daí que estes socialistas portuenses fossem conhecidos como o «grupo da Fontinha». O Partido Socialista do Porto organizava-se em torno de um Conselho de Círculos (13 e 14) formado por José Martins, Eduardo Carvalho e Cunha, Manuel José da Silva, Ermelindo António Martins, Manuel José Martins e José António Teixeira. Nas eleições municipais de Novembro de 1877 os socialistas portuenses resolveram abster-se.

Em 1878 reunia, no Porto, o II Congresso do Partido Socialista com a presença de 22 delegados de dezassete associações. Este congresso determinou que a ATRP, algumas cooperativas e o Partido Socialista deixassem de funcionar autonomamente e se fundissem num único organismo, o Partido dos Operários Socialistas em Portugal (POSP)[59]. A Associação dos Trabalhadores passava a funcionar como a secção

---

56 Segundo César Nogueira, na obra já citada, o primeiro Conselho Central do Partido Socialista era formado por José Caetano da Silva, Azedo Gneco, Agostinho José da Silva, Nobre França e António Joaquim Oliveira.

57 A análise dos programas do Partido Socialista será feita em capítulos posteriores.

58 MÓNICA, Maria Filomena — *Op. Cit.*, onde publica um resumo oficial das Actas deste I Congresso.

59 Neste Congresso elegeu-se um novo Conselho Central: Agostinho José da Silva, Azedo Gneco, António Conceição Pires, Lugélio Luís Paulo e Alfredo César da Silva.

económica de um partido que se sentia enfraquecido pela preferência da ATRP pela luta económica, a favor de reivindicações salariais, em vez de se interessarem pelo acção do Partido. Esta unidade era fictícia, como veremos mais adiante, já que a luta entre uma ala mais «trabalhista» e outra mais política não deixaria de se fazer sentir nos anos seguintes. Aliás, a opção do II Congresso pela abstenção na luta eleitoral parece ter sido uma das condições impostas pela Associação dos Trabalhadores para se integrar no Partido Socialista.

Mas foram as eleições legislativas de 13 de Outubro de 1878 que provocaram as primeiras divergências sérias entre os socialistas[60]. Contrariando a resolução do Conselho Central do Partido Socialista a favor da não participação na luta eleitoral, os socialistas do Porto decidiam concorrer às eleições propondo como candidato pelo círculo 38, o tipógrafo lisboeta José Correia Nobre França. Para o efeito vão criar o Centro Eleitoral Operário que tinha como secretário o serralheiro Ermelindo António Martins.

Mas não era apenas uma revolta local. A ruptura verificou-se no próprio Conselho Central quando Azedo Gneco apoiou esta decisão do Porto. Mas Gneco foi mais longe, manobrando os acontecimentos para que Oliveira Martins fosse o candidato socialista pelo círculo 39, no Porto. Vários interesses parecem ter coincidido na mesma luta. Por um lado, a afirmação da Associação dos Trabalhadores do Porto face às directizes do partido a nível nacional; por outro lado, o descontentamento da linha marxista, personificada em Azedo Gneco, que defendia a participação do partido nas disputas eleitorais. A imprensa socialista da época é omissa em relação a estas divergências. O socialista Luís de Figueiredo referiu-se, posteriormente, a estes acontecimentos afirmando: «As paixões excitaram-se e o combate foi violento como poucos». O Conselho Central entrou em ruptura. Do lado de Gneco ficaram Agostinho José da Silva e Alfredo César da Silva. Violentamente contra ele estiveram António Lúcio Fazenda, Nobre França, Celestino Aspro, Borges Ventura, Sotto Maior Júdice e António Joaquim da Conceição Pires. Este Conselho demitiu-se e é eleito outro[61]. Azedo Gneco foi afastado da Associação dos Trabalhadores e da redacção do *Protesto*. Luís de Figueiredo afirmava, ainda, que «esta cisão de 1878, (...) durou muito tempo, chegando a cortar-se as relações entre agrupações partidárias do Norte e Sul do país»[62].

O protagonista destes acontecimentos, Azedo Gneco, escrevia, em 1879, que «ha um anno que vivemos n'este horror» e que «as associações socialistas de Lisboa

---

60 Nas eleições municipais, em Agosto de 1878, os socialistas optaram pela abstenção.

61 O novo Conselho Central ficou constituído por José Fernandes, Gamboa Saramago, António Jacinto Pinho, José Luís Borges Ventura, Constantino Augusto Pereira e José Caetano da Silva. Este último não aceita e Borges Ventura demitia-se do partido, sendo estes dois elementos substituídos por António Francisco Guerreiro e José Jorge Ferreira. NOGUEIRA, César — *Op. Cit*, p. 87 e 88.

62 Luís de Figueiredo é citado por César Nogueira na obra já citada anteriormente,páginas 88 a 90.

entraram n'um pandemonio — respira-se n'ella uma atmosphera asphyxiante; os sombrios phantasmas da desconfiança e da insolidariedade infundem nos espiritos apprehensões tetricas, pavorosas»[63]. Gneco alertava também contra aqueles que queriam lançar a discórdia no seio dos socialistas. As suas apreensões tinham fundamento. Só no Congresso de 1879, em sessão secreta, é que se resolveria tudo: Gneco acabou por ser alvo de um voto de censura, embora grande parte dos delegados quisesse a sua expulsão.

Quanto às eleições que provocaram tanta discórdia, os resultados foram um desastre: Oliveira Martins obtinha 30 votos, Nobre França apenas 14 e, no círculo central em que não havia candidatura socialista apareceram 7 votos com o nome de Oliveira Martins[64]. Cinquenta e uma pessoas tinham votado no Partido Socialista!

1.3. De 1879 a 1882: unidade e ruptura no movimento socialista portuense

De 22 a 25 de Março de 1879 reuniam-se, em Lisboa, os 21 delegados de 10 agrupações no III Congresso do Partido Socialista. O assunto central era a posição do partido em relação às eleições: participação na luta eleitoral ou abstenção? Fez-se a revisão dos estatutos do partido quando se decidiu que o Partido Socialista nunca mais se absteria da luta eleitoral[65].

A partir de 25 de Maio os socialistas do Porto passavam a ter, também, um jornal, *O Operário*, que aparecia como órgão da Associação dos Trabalhadores e tinha a sede no Largo da Fontinha[66].

Nas eleições legislativas de 19 de Outubro o Centro Eleitoral Operário Socialista do Porto[67] escolhia como candidatos do partido, no Porto, dois conhecidos socialistas lisboetas: o esteireiro Alfredo César da Silva, pelo círculo 38 (Bonfim) e

---

63 *O Operário*. Porto, 10 de Agosto de 1879, p. 3-4.

64 NOGUEIRA, César — *Op. Cit.*, p. 82.

65 Neste Congresso era eleito um novo Conselho Central: José Maria da Conceição Fernandes, Constantino Augusto Pereira, António Evaristo dos Santos, José Fernandes Gamboa Saramago e Manuel José de Assunção.

66 Nesse ano surgia, em Lisboa, um outro jornal operário, *A Voz do Operário*, dirigido por Custódio Brás Pacheco.

67 Segundo *O Operário* , de 27 de Julho de 1879 o Centro Eleitoral Operário Socialista do Porto era formado por: Baptista Lopes de Almeida, J. Maria Cardoso, J. Santos Trindade, Candido de Faria, Patrício Bandeira, Leonardo, Assumpto [sic], Joaquim S. O. Pinto, Ermelindo António Martins, João M. Pina, C. Porto, José Silva Lino, Eduardo Carvalho e Cunha, J.O. Alecrim, J. da Costa Pimenta, F. Alecrim, José Maria Pina, Fortunato, António Teixeira, Manuel Teixeira, Manuel José Martins, Silvestre Pinto Caldeira e Crispim Loureiro. Refira-se que muitos destes nomes pertenceram ao núcleo fundador da Associação dos Trabalhadores no Porto.

Azedo Gneco, pelo círculo 39 (Sé). Oliveira Martins concorria novamente pelo círculo 40 (Cedofeita).
O socialista portuense Ermelindo António Martins concorria pelo círculo 94 de Lisboa. Os outros candidatos socialistas em Lisboa eram Nobre França, pelo círculo 97, e Antero de Quental, pelo círculo 98.

A imprensa socialista apelava aos operários para que votassem nas candidaturas do Partido Socialista porque «no parlamento é necessario que haja quem pugne pelos nossos direitos, quem saiba e se importe com as afflicções, emfim membros da nossa classe», esclarecia Bessa de Carvalho[68]. Alertavam também os trabalhadores contra o perigo de votarem nos partidos burgueses, monárquicos ou republicanos. No Porto o grande adversário dos socialistas éera o partido progressista que no seu programa tinha como divisas a Liberdade, o Progresso e a Tolerância. Daí os constantes avisos de que «nenhum partido em Portugal mente ao seu programma como o partido progressista» até porque «este partido na sua quasi maioria é composto de padres»[69]. Alertavam, também, contra as falsas promessas feitas na campanha eleitoral porque visavam apenas conquistar as simpatias populares. Era verdade que o partido progressista se dizia o «partido do povo» mas para eles, «embusteiros de profissão, nós nada valemos, para nada prestamos; somos um corpo sem vida, [...] uma horda de ignorantes que nos deixamos illudir por um litro de vinho ou fascinar por uma moeda d'ouro», afirmava o sapateiro socialista José Luís, que reconhecia também que «até hoje temos sido nós, os operarios, que os temos guindado ao poder; fomos nós que, illudidos pelas suas promessas enganadoras, [...] lhes demos a força precisa para elles nos esmagarem»[70].

Apesar dos muitos comícios e reuniões eleitorais feitas pelos socialistas nos diversos círculos portuenses, os resultados confirmaram as piores expectativas. Alfredo César da Silva, no círculo 38, obtinha 18 votos; no círculo 39, Azedo Gneco conseguia apenas 19 votos e Oliveira Martins, no círculo 40, tinha 32 votos[71].

Os progressistas ganharam as eleições e Anselmo Braancamp passava a chefiar o novo governo.

Para os socialistas estas eleições provavam que todo o sistema era corrupto e que a vitória dos progressistas fora conseguida «à custa do embrutecimento dos eleitores nas tabernas, e da corrupção de consciencias no mercado»[72]. A vitória moral pertencia aos socialistas porque foram os únicos que não corromperam eleitores e os

---

68 *O Operário*. Porto, 10 de Agosto de 1879, p. 1.

69 *O Operário*. Porto, 7 de Setembro de 1879, p. 1.

70 LUÍS, José — Nós e Elles. *O Operário*. Porto, 21 de Setembro de 1879, p. 1.

71 Em Lisboa os resultados dos socialistas foram também muito fracos: Nobre França e Antero Quental obtinham, cada um, 43 votos e o portuense Ermelindo Martins conseguia 44 votos.

72 *O Operário*. Porto, 26 de Outubro de 1879. p. 1.

poucos votos que obtiveram pertenciam a «homens guiados pela luz da justiça», que souberam «comprehender os seus direitos»[73].

As eleições legislativas de 1879 concentrariam a acção dos socialistas mas não impediram que surgissem os primeiros sinais de alguma agitação interna. Em Novembro, elementos ligados à Associação dos Trabalhadores do Porto enviavam um requerimento ao Conselho de Círculos pedindo uma reunião para «dar nova organisação á Associação, segundo as bases apresentadas pelos requerentes»[74]. Queriam um maior protagonismo para a Associação dos Trabalhadores. Assim, um desses elementos, Ermelindo António Martins, propunha que se formasse, no Porto, um parlamento revolucionário, organizado pela Associação dos Trabalhadores do Porto, «em que deverão ser discutidas todas as propostas que forem apresentadas á camara dos deputados ou á dos pares do reino» e que tenha como objectivo «não só tratar dos interesses materiaes da classe operaria, como tambem dos moraes, isto é, tratar de se habilitar a desgraçada classe»[75].

A preponderância da Associação dos Trabalhadores sobre os elementos mais ligados ao partido fez-se sentir também na eleição do Conselho de Círculos onde predominavam os fundadores da ATRP portuense: José Maria Pina, João Maria Pina, Ermelindo António Martins, Luís Cardoso e Viterbo de Campos[76]. Este poderá ter sido o motivo que levou José Ribeiro (que também assina João Ricardo), defensor da linha marxista, a demitir-se da redacção de *O Operário* .[77] E em Setembro José Ribeiro deixava o Porto e até finais de 1880 não haverá qualquer referência sobre sua participação em actividades políticas. Ermelindo António Martins, grande defensor do espirito da velha Associação dos Trabalhadores parecia dominar o movimento socialista portuense e, aliás, seria uma das figuras centrais do IV Congresso do Partido, em 1880, intervindo em todas as questões.

O IV Congresso do Partido Socialista decorreu no Portro entre 23 e 25 de Outubro com a presença de 18 delegados de 9 agrupações socialistas, mais os representantes dos jornais socialistas, *O Protesto* e *O Operário* [78]. Uma das consequências deste Congresso foi o domínio dos socialistas portuenses no seio do Partido Socialista: o Conselho Central era formado exclusivamente por socialistas do

---

[73] *Ibidem.*

[74] *O Operário*. Porto, 23 de Novembro de 1879, 4. Assinavam este requerimento Ermelindo José Martins, Manuel José Martins, João Baptista Esteves, José Pereira do Amaral, José Martins Gonçalves Viana, José Pereira e António Rodrigues de Assunção.

[75] *O Operário*.. Porto, 14 de Dezembro de 1879, p. 2.

[76] *O Operário*. Porto, 4 de Janeiro de 1880, p. 3.

[77] *O Operário*. Porto, 7 de Março de 1880, p. 4.

[78] Através de *O Operário* foram enviados convites aos círculos, secções e cooperativas do partido para que enviassem ao Conselho Central propostas para o Congresso. Este jornal iria publicar, na «secção oficial» o resumo deste IV Congresso.

Porto e a sua sede passava a funcionar nesta cidade, o que para César Nogueira teve efeitos «contraproducentes à marcha regular do Partido Socialista»[79], embora não explique que efeitos negativos foram esses. Outra consequência dizia respeito ao jornal *O Operário*, que passava a ser o órgão oficial do Partido juntamente com *O Protesto*[80].

Mas 1880 seria dominado por um acontecimento político: a discussão da ratificação do Tratado de Lourenço Marques, o que iria provocar a indignação do país. Foram muitas as manifestações populares contra as «cedências consentidas à voracidade colonialista britânica, a que os progressistas se tinham oposto na sua recente luta de oposição»[81].

Os republicanos iriam aproveitar a situação desencadeando uma campanha fortemente nacionalista. Assim, como forma de desagravo nacional, Teófilo Braga, com a ajuda de Ramalho Ortigão, decidia organizar as comemorações do tricentenário da morte de Camões. Oportunidade chave para os republicanos que aproveitaram este vasto movimento de contestação e alargaram «a sua rede urbana de influência através da fundação de numerosas agremiações»[82].

De início os socialistas não souberam se deviam ou não participar nestas comemorações camonianas. Por um lado, não as podiam evitar porque eram uma oportunidade para criticarem o sistema monárquico-constitucional e terem visibilidade política; por outro lado, percebiam que o protagonismo pertenceria totalmente aos republicanos. A participação dos socialistas nestas comemorações tinha sido, alías, um dos pontos de ordem no IV Congresso do Partido Socialista. Após longa discussão optou-se pela participação porque se tratava da «producção de uma grande manifestação das forças vivas do paiz, correspondendo a um fim social muito

---

79 NOGUEIRA, César — *Op. Cit,* p. 115. O Conselho Central era formado por Manuel José Martins (tesoureiro) Ermelindo António Martins (secretário do norte), Joaquim Pinto de Carvalho (correspondência do estrangeiro) , Eduardo Carvalho e Cunha (secretário do sul) e Silvestre Pinto Caldeira (secretário interno) Mas durante o próprio congresso o domínio dos socialitas portuenses é enorme porque a representar alguns círculos lisboetas estavam homens do Porto como, por exemplo, o litógrafo Guedes de Oliveira, pelo círculo 95 e o marceneiro Viterbo de Campos, pelo círculo 98. Estes dados foram extraídos de *O Operário*, de 7 de Novembro de 1880, p. 1-2.

80 Ver o próximo capítulo sobre *O Operário*.

81 HOMEM, Amadeu Carvalho — O avanço do republicanismo e a crise da monarquia constitucional. In MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal.* Lisboa: Estampa, 1993. Vol. V, p. 138.

82 HOMEM, Amadeu Carvalho — *Op. Cit.*, p. 139. Este ano é também chave para a imprensa republicana que via aparecer *O Século*, em Lisboa e *A Folha Nova*, no Porto, dirigido por Emídio de Oliveira. Sobre as comemorações camonianas ver: CATROGA, Fernando — As comemorações cívicas: o centenário de Camões. In MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal.* Lisboa: Estampa, 1993. Vol. V, p. 602 - 607.

acceitavel»[83]. Em Lisboa o estandarte da ATRP iria ser apreendido durante a procissão civíca do dia 10 de Junho[84], dando algum protagonismo efémero aos socialistas.

Mas o ano de 1880 seria também o princípio de várias cisões. Gonçalves Viana aponta este ano como marcando «o termo de uma etapa do movimento e o início de um novo período cheio de peripécias, que marcam a divisão do movimento e respectivas correntes sociais»[85]. É, também, curioso o retrato que o mesmo Gonçalves Viana traça dos seus companheiros socialistas do Porto, neste período: «Conglobando todos debaixo da mesma bandeira, os elementos socialistas de 1877 a 1880 podem ser assim divididos: primeiro, os encanecidos já no movimento, homens de mais de 30 anos de idade; destes uns, descontentes da política operária, abandonaram, outros já não existem; foram os melhores, os mais enérgicos, de uma dedicação a toda a prova; o segundo grupo eram novos no movimento, homens de 20 a 30 anos; nenhum deles deu nada de geito, a não ser a ambição de serem vaidosos; no terceiro grupo podiam-se contar alguns de menos de 20 anos de idade. Também nada deram, pois a idade permitia-lhes mudar de linha de conduta e até de posição»[86].

Pinto Barbosa abandonava a Associação dos Trabalhadores do Porto e fundava a União Democrática e Social (UDS) com sede na Rua do Almada[87]. Há alguma confusão e pouca informação objectiva em relação a este grupo socialista. Conhecem-se referências ao facto de Ermelindo Martins ter expulsado Pinto Barbosa da Associação dos Trabalhadores acusando-o de ser um *dandy* burguês[88]. Carlos da Fonseca vê na atitude de Pinto Barbosa uma reacção de tipo sindicalista ou trabalhista à política oficial do Partido Socialista durante a greve dos chapeleiros portuenses em 1879. O partido estava totalmente empenhado na luta eleitoral e, por isso, viu com pouca simpatia as reinvidicações dos operários que desviavam a atenção daquilo que consideravam ser a luta fundamental, as eleições[89]. Mas, por outro lado, numa primeira fase não se pode falar em verdadeira ruptura com os socialistas. De início, a UDS era bem recebida pelo

---

83 *O Operário*. Porto, 16 de Janeiro de 1881, p. 1-2.

84 O relato completo do que se passou era feito em *O Operário*. Porto, 20 de Junho de 1880, p.1-2. Em capítulo posterior, dedicado às relações entre socialistas e republicanos, a questão das comemorações camonianas será desenvolvida.

85 VIANA, J. M. Gonçalves — Aspirações populares - Subsídios. *O Tripeiro*. Porto, 1926-1927. III Série. VOl. V e VI, p. 87.

86 VIANA, J. M. Gonçalves — *A Evolução Anarquista em Portugal*. Lisboa: Seara Nova, 1975, p. 69.

87 Gonçalves Viana diz que a sede deste grupo era na Rua do Laranjal. IDEM, *Ibidem*.

88 Esta informação é dada por uma carta de Luis Soares, um dos fundadores da Associação dos Trabalhadores do Porto, que é citada por NOGUEIRA, César — *Op. Cit*, p. 116 e 117. Nesta carta Luís Soares fala do mau génio de Ermelindo António Martins que acusava o primo, Manuel José Martins de ser um burguês por este trabalhar por conta própria e prosperar economicamente.

89 VIANA, J. M. Gonçalves — *A Evolução Anarquista em Portugal*. Lisboa: Seara Nova, 1975, p. 21. Estas considerações são feitas nesta obra no prefácio de Carlos da Fonseca.

Partido Socialista, sendo apresentada como uma «associação popular de instrução»[90] que aderia ao regulamento e ao programa transitório socialistas que tinham sido aprovados no IV Congresso do Partido Socialista[91]. Esta nova associação era convidada pelo Partido Socialista para reuniões partidárias, sobretudo quando estavam em discussão questões eleitorais. Além disso, tinham aderido à U.D.S. elementos da tendência anarquista como Guedes de Oliveira, da tendência marxista como José Ribeiro e, ainda, alguns fundadores da Associação dos Trabalhadores do Porto, como Manuel José Martins.

Em 1881 as divergências entre os socialistas eram já insanáveis. Um grupo de socialistas que tinha aderido à UDS, liderados por José Ribeiro, atacava publicamente Pinto Barbosa em vários comunicados publicados em *O Operário*. Pinto Barbosa era acusado de tomar decisões «contrarias ao espirito socialista» e de autoritarismo ao querer impedir que os membros desta organização fossem igualmente militantes do Partido Socialista. Pinto Barbosa «ousou arvorar-se em *dono* da associação, mandando *pôr fora* da sala imperiosamente a maioria dos associados em pleno goso dos seus direitos»[92]. Estes elementos vão deixar a UDS, mas não sem antes exigirem a Pinto Barbosa todos os «livros, papeis e mais documentos historicos da Associação»[93]. José António Pinto Barbosa era definitivamente afastado de qualquer ligação com o Partido Socialista. José Ribeiro, (assinando Ricardo) tendo Pinto Barbosa como alvo, embora sem nunca o nomear, criticava os burgueses proletários que se refugiavam entre o proletariado e «impõem-se facilmente á gente rude das fabricas e das officinas» devido à «sua palavra mais ou menos correcta e «eloquente apparencia»[94], mas agiam como se fossem patrões ou contramestres das fábricas. De facto, Pinto Barbosa era um empregado de escritório conhecido por cuidar da sua aparência e já anteriormente tinha sido acusado por Ermelindo Martins de ser um «burgês».

A ruptura mais importante que se verificou nesta altura no Partido Socialista teve como protagonista uma figura central da Associação dos Trabalhadores do Porto: Ermelindo António Martins. O pedido da sua demissão era publicado em *O Operário*: «Eu abaixo assignado declaro que me demitto do Partido dos Operarios Socialistas, Associação dos Trabalhadores, sem comtudo deixar de ser socialista e deixar de trabalhar em prol d'esses principios»[95]. Desta forma clara e concisa, este serralheiro

---

90 *O Operário*. Porto, 25 de Setembro de 1881, p. 1-2.

91 *O Operário*. Porto, 3 de Julho de 1881, p. 4.

92 *O Operário*. Porto, 25 de Setembro de 1881, p.1-2.

93 *Ibidem*.

94 *O Operário*. Porto, 25 de Setembro de 1881, p. 4.

95 *O Operário*. Porto, 10 de Abril de 1881. A declaração tem data de 5 de Abril de 1881.

socialista, um dos fundadores do movimento operário socialista do Porto, rompia definitavemte com o partido e com a Associação dos Trabalhadores.

Mas Ermelindo não ficaria parado e fundava, logo depois, a Associação União dos Trabalhadores, com sede na Rua das Carvalheiras. Esta associação tinha uma feição bem próxima do anarquismo bakuninista e era influenciada pelas ideias da única revista que Ermelindo lia, a *Revista Social*, publicação anarquista de Barcelona[96]. Gonçalves Viana, que também aderiu a este grupo, afirma que a AUS reivindicava para si a «linha traçada pela Internacional»[97]. Lutavam, sobretudo, para se libertarem da tutela do movimento político. Este movimento durou muito pouco já que não conseguiu sobreviver à morte do seu líder carismático, Ermelindo Martins, em 1884[98]. As rupturas anarquistas aconteceriam mais tarde em Lisboa e seriam fortemente influenciadas pela vinda a Lisboa do geógrafo e anarquista Elisée Reclus em 1886[99].

Após a saída de Ermelindo Martins, regressava José Ribeiro (João Ricardo) que passaria a dominar todas as reuniões eleitorais e sessões de esclarecimento que o Partido realizaria em várias freguesias do Porto; retomando as funções de principal redactor do *Operário*. Significativamente, assinando como João Ricardo, José Ribeiro seria o tradutor da obra de Engels, *Socialismo Utópico, Socialismo Científico*, que é apresentada em fascículos neste jornal. Em Outubro de 1881, José Ribeiro era secretário do estrangeiro e relator, pelo Conselho Central do Partido dos Operários Socialistas em Portugal[100].

Mas o ano de 1881 seria também ano de eleições. No Porto concorriam Alfredo César da Silva (pelo círculo 38, Bonfim), Azedo Gneco (pelo círculo 39, Sé) e o tipógrafo Francisco Soares Franco Ferreira da Silva. Em Lisboa só se candidataram Nobre França e Agostinho José da Silva[101].

Os regeneradores ganhariam as eleições no Porto. «A chamada terra classica da liberdade, a terra da revolução de 1820, que tanto soffreu nas luctas liberaes (...), não se envergonhou de proteger, nos tres circulos eleitorais (...) os representantes da politica de Tancos e da Penitenciaria, os esbanjadores mais descarados dos dinheiros publicos, os

---

96 Carlos da Fonseca tem dúvidas em relação ao carácter anarquista da AUS. Pensa que foi «uma tentativa do tipo sindicalista independente, já embrionária nas reuniões da Fraternidade Operária, em 1872». VIANA, J. M. Gonçalves — *A Evolução Anarquista em Portugal*. Lisboa: Seara Nova, 1975, p. 25.

97 VIANA, J. M. Gonçalves — *Op. Cit*, p. 71.

98 Na obra já citada, César Nogueira refere uma carta de um velho militante socialista, Luís Soares, em que este descreve as ruspturas ocorridas em 1880 e 1881. Assim, Pinto Barbosa teria saído por não conseguir aturar o mau génio de Ermelindo Martins que o acusava de «burguês».

99 Em Abril de 1887 fundava-se em Lisboa o Grupo Comunista Anarquista de Lisboa.

100 *O Operário*. Porto, 2 de Outubro de 1881, p. 2.

101 A Comissão Central Eleitoral do Partido Socialista portuense era constituída por Francisco Viterbo de Campos, João Maria Pina, Luís Soares, Moreira da Silva e L. A. Teixeira. *O Operário*. Porto, 14 de Agosto de 1881, p. 1.

homens das tratadas, os renegados mais pelintras e mais asquerosos da epocha!», exclamava Bessa de Carvalho que não tinha dúvidas em afirmar que «o Porto está deshonrado».[102] Mais uma vez os socialistas não ultrapassavam umas poucas dezenas de votos, que representavam as poucas «consciencias fortes e dignas que não foi possivel corromper».[103] Mais uma vitória moral e mais promessas de que os socialistas portuenses iriam continuar com a sua luta pela emancipação do proletariado.

Em finais de 1881 os socialistas enfrentaram dificuldades externas e internas. José Ribeiro reconhecia a existência de «atrictos interiores [no Partido Socialista] que constituem a barreira impeditiva do seu progresso e desenvolvimento»[104]. Afirmava que o Conselho Central não conseguia cumprir satisfatoriamnete a sua função porque era composto de elementos de uma mesma localidade — o Porto — e de estar, por isso, a adquirir um estatuto local. Havia outras divergências internas como a tensão entre a Associação e o Partido, que já não conseguia impor-se. Havia também divergências programáticas entre uma ala mais pragmática e virada para a luta económica — que se designará, mais tarde, por possibilista — e uma ala mais política, a marxista[105].

A nível externo, os socialistas não conseguiam competir com a crescente popularidade dos republicanos junto dos trabalhadores. Mas também os anarquistas começavam a ganhar terreno junto das associações de operários, muito pouco interessadas na participação eleitoral[106].

Por isso, em 1882, era sentida por todos a necessidade de reestruturar o movimento socialista. A solução encontrada foi a realização de uma Conferência Socialista, em Lisboa, no mês de Fevereiro, onde estiveram presentes representantes das agrupações socialistas, membros da direcção do Partido Socialista e elementos das secções da ATRP. A representar a Associação dos Trabalhadores do Porto estiveram José Ribeiro e Eduardo Carvalho e Cunha. Significativamente, eram os representantes das duas fururas correntes socialistas, a marxista e a possibilista, respectivamente[107].

Mais uma vez, em nome da unidade, procurava-se um compromisso entre as várias tendências. Era aprovado uma programa elaborado pelo socialista portuense José

---

102 CARVALHO, Bessa — A victoria d'elles e a nossa. *O Operário*. Porto, 18 de Setembro de 1881, p. 1.

103 CARVALHO, Bessa — Depois da lucta. *O Operário*. Porto, 28 de Agosto de 1881, p. 1.

104 RICARDO, João — Questões Necessárias. *O Operário*. Porto, 4 de Dezembro de 1881, p. 1. Neste artigo José Ribeiro (Ricardo) referia que as divergências eram mais sentidas em Lisboa já que os círculos 97 e 98 estavam representados na Associação dos Trabalhadores e os círculos 94 e 95 fundiram-se no Grémio Operário.

105 Sobre estas divergências ver os capítulos 6 e 7 da II Parte.

106 As relações entre socialistas e anarquistas e entre socialistas e republicanos serão desenvolvidas, respectivamente, nos capítulos 2 e 3 da II Parte.

107 *O Operário*, Porto, 5 de Fevereiro de 1882, p. 2. Há uma breve descrição da Conferência Socialista em *O Operário*, de 19 de Fevereiro de 1882 e de 26 de Fevereiro de 1882.

Vitorino Ribeiro, principal redactor do jornal *O Operário*. Este programa vinha confirmar o que já era evidente nos vários artigos de José Ribeiro no*Operário*: a defesa da linha marxista. Benoit Malon, na obra *O Socialismo Integral* (traduzida em 1899, por Heliodoro Salgado), considerava que este programa respeitava a total «ortodoxia marxista». O jornal francês marxista, *Le Proletaire*, considerava-o um programa notável.

Uma outra proposta de José Ribeiro era aprovada: a fusão dos dois jornais socialistas como meio de alcançar maior eficácia e evitar as divergências ideológicas. Assim, *O Operário* e *O Protesto* iriam fundir-se dando origem ao *Protesto Operário*, cujo primeiro número sairia a 5 de Março de 1882. Este jornal teve, nos primeiros anos, duas redacções, uma no Porto e outra em Lisboa. Curiosamente, o *Protesto Operário* iria ser o órgão dos socialistas possibilistas e não dos marxistas.

Reafirmava-se igualmente a importância da existência do Partido Socialista como partido político distinto de todos os outros e a importância da participação na luta eleitoral.

Se as medidas referidas parecem confirmar a vitória da linha marxista, a outra grande decisão da Conferência prova que assim não aconteceu. A partir dessa data a ATRP voltava a funcionar como um organismo autónomo, portanto, independente do Partido Socialista, e dividindo-se em duas secções: Norte e Sul. Esta foi uma vitória para os socialistas possibilistas, que estavam mais interessados na luta económica do que na luta política. Por outro lado, em relação à participação na luta eleitoral, era deixado muito espaço de manobra, já que essa participação deveria ser feita «quando se julgar conveniente» e as agrupações locais podiam decidir sobre essa questão «dentro dos limites estabelecidos»[108].

Mas esta unidade assente sobre bases tão fragéis não podia durar muito. Na década de oitenta o Partido Socialista iria sofrer uma luta constante entre duas facções: os possibilistas mais preocupados com a luta económica, que implicava as condições de vida e de trabalho dos operários, desprezando a luta eleitoral e os marxistas que privilegiavam a luta política. No Porto, apesar das divergências, os socialistas das duas tendências conjugaram esforços em determinados momentos como no forte protesto contra a Lei das Licenças de Trabalho (1887-88) em que o marxista Viterbo Campos e o possibilista Eduardo Carvalho e Cunha desempenharam um papel fundamental na luta do operariado portuense. Refira-se que aquela proposta de Mariano de Carvalho, ministro da Fazenda, acabou por ser revogada face à enérgica reacção dos trabalhadores.

---

[108] Citado por NOGUEIRA, César — *Op. Cit*, p.132 - 134.

Mas na década de noventa as divergências acentuaram-se e culminaram com a ruptura efectiva, em 1895, entre marxistas e possibilistas «que procuram cada qual assegurar-se do apoio das associações de classe, sobretudo em congressos operários realizados sem ser por iniciativa do P.S.»[109]. Os possibilistas ligavam-se à Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa. Os líderes desta tendência eram Manuel Luís de Figueiredo, em Lisboa, e Eduardo Carvalho e Cunha, no Porto. Os marxistas uniam-se ao Centro Socialista Operário de Lisboa a ao Centro Operário de Propaganda Socialista do Porto. Eles eram liderados por Azedo Gneco, em Lisboa, e por Viterbo Campos no Porto.

A imprensa socialista também se dividiu: Viterbo Campos lançava, no Porto, *O Eco Socialista*, e Azedo Gneco, em Lisboa, era o responsável pelo *Revolucionário*. O *Protesto Operário*, dirigido por Luís de Figueiredo era o órgão da linha possibilista. Em finais de noventa saparecia, no Porto, o jornal possibilista *O Trabalho*.

Nos anos noventa, surgiria uma terceira tendência, liderada por Ernesto da Silva, que defendia a união dos socialistas com os republicanos porque acreditava que a instauração da República criaria melhores condições para a luta dos socialistas. Essa aproximação seria facilitada, em grande medida, graças a algumas posições políticas de Afonso Costa, que defendia uma república anti-clerical, socializante e democrática. Estes socialistas acabariam por se dissolver no cada vez mais forte movimento republicano.

Um Partido Socialista dividido por questões ideológicas e pessoais não conseguiu competir com as pressões externas exercidas pelos republicanos e anarquistas. No campo político, a propaganda dos republicanos avançava cada vez mais entre muitos trabalhadores que acreditavam que a implantação da República traria profundas mudanças sociais. No campo económico os anarquistas desenvolviam uma intensa acção junto das associações de classe e das cooperativas, pouco interessadas na participação eleitoral. A repressão contra o anarquismo, a partir de 1896[110], criar-lhe-ia ainda mais simpatias no mundo operário.

Assim, a partir de meados dos anos oitenta o movimento operário português — e portuense — caracterizar-se-ia por uma grande dispersão devido à existência de uma multiplicidade de associações, divididas por opções ideológicas diferentes e, por isso, raramente de acordo quanto aos objectivos e métodos a adoptar.

---

109 OLIVEIRA, César — *Op. Cit*, p. 170. Refira-se, a propósito, que entre 1882 e 1895 não há referência a mais nenhum congresso organizado pelo Partido Socialista, com excepção do Congresso Socialista Anti-católico.

110 A Lei de 13 de Fevereiro de 1896 era extremamente dura no modo como limitava a propaganda e as organizações anarquistas.

2. *O Operário* (1879-1882)

> *A imprensa (...) é a arte de multiplicar com rapidez e por barato preço as cópias dos livros e por conseguinte de tornar accessiveis a todos as producções da intelligencia e do pensamento.*
>
> *O Operário*, 1882*

2.1. *O Operário* no contexto da imprensa socialista e operária portuense

A imprensa periódica é uma das principais fontes para o estudo da História Contemporânea, com destaque para o século XIX, considerado, por alguns autores, como o século do jornalismo[1]. Embora, em século anteriores já existissem jornais, no século passado eles ganharam um estatuto de comunicação de massas, rompendo as estreitas fronteiras em que viviam. O jornal passou a ser uma referência do quotidiano, estando presente não só na intimidade doméstica, mas também nos espaços de sociabilidade como os cafés, os clubes e os restaurantes, «onde era preso a uma tira de madeira com o intuito de atrair a clientela»[2].

O crescimento da imprensa acompanhou em todos os países o eclodir das revoluções liberais e Portugal não foi excepção. Com o liberalismo, a luta político-ideológica ganhou grande importância e a defesa das diferentes ideias políticas passava pela existência de jornais ligados às diversas correntes e forças partidárias. O próprio ideário liberal estimulava o crescimento do jornalismo ao defender a liberdade de expressão e pensamento e ao ver na imprensa um meio privilegiado para formar e "ilustrar" os cidadãos. Ao garantir a liberdade de expressão e permitir a participação social, o jornalismo tornou-se um dos pilares do regime demoliberal. A imprensa aliava a informação com a formação da opinião pública, constituindo-se, deste modo, num elemento de ligação entre os órgãos de poder, os políticos, os intelectuais e o cidadão comum. Nascia um novo poder na sociedade burguesa liberal[3].

---

* *O Operário*. Porto, 5 de Fevereiro de 1882, p. 4.

[1] Cf. ALMUIÑA FERNANDEZ, Celso — *La Prensa Vallisoletana durante el Siglo XIX*. Valladolid: Servicio de Publicaciones de la Diputacion Provincial de Valladolid, 1977.

[2] COSTA, João Lobato — Os Jornais do Porto há Cem Anos. *Público*, 27 de Abril de 1997, p. 44.

[3] Cf. D' AINVELLE, Madeleine Varin — *La presse en France. Genèse et évolution des ses fonctions psycho-sociales*. Paris: P.U.F., 1965. Sobre o papel da imprensa ver também: BAKER, K. M. — Politique et opinion politique. *Annales*. Paris: E. S. C., 1987, nº 1 (Jan.- Fev.); DOVIFAT, Emil — *Periodismo*. Mexico: Union Tipografica Hespano Americana, 1959, t. 1; KAYSER, Jacques —

Ao longo de todo o século XIX verificou-se, assim, uma hipertrofia da imprensa político-ideológica, embora emergisse a seu lado, sobretudo desde os anos 40, uma imprensa especializada, com jornais e revistas culturais, literárias, religiosas, científicas, agrícolas, industriais, de moda, etc.

Os conturbados acontecimentos políticos internacionais e nacionais levaram a um extremar de posições, o que se reflectiu nas opções ideológicas dos jornais. Deste modo, grande parte do combate político passou pela imprensa. Segundo César de Oliveira, a imprensa política destacou-se como «veículo de polémicas e esclarecimento de posições, recrudescendo a sua força com o extremar das formações políticas nos períodos de maior agitação ou a propósito do debate de temas importantes»[4].

Na segunda metade de Oitocentos, com o início da Regeneração, assistiu-se a significativas mudanças quantitativas e qualitativas na imprensa portuguesa, «verificando-se não só um mais claro perfilamento dentro das linhas partidárias, que se começaram a estruturar, mas também um aperfeiçoamento das suas técnicas e dos seus meios de difusão»[5]. Começava a «fase industrial da imprensa» portuguesa, segundo Tengarrinha[6], já que a introdução da máquina a vapor e as melhorias na qualidade do papel permitiram que as novas rotativas aumentassem as tiragens, reduzindo os custos. Os preços dos jornais baixaram, aumentando o número de leitores. Além disso, o desenvolvimento dos meios de comunicação, como o caminho-de-ferro e o telégrafo, contribuiram para que acelerasse a difusão e a rapidez da circulação das novas ideias políticas, culturais e científicas[7]. Um dos exemplos paradigmáticos desta nova fase deu-se com o aparecimento, em 1865, do *Diário de Notícias*, fundado por Eduardo Coelho, que, em breve, se tornava o jornal mais popular da capital. Essa popularidade devia-se ao seu baixo preço, 10 réis, só possível devido ao espaço dedicado à publicidade — que, por sua vez, era um sinal do crescimento comercial e industrial que ocorreu na segunda metade de Oitocentos — e ao ter seguido a prática de outros grandes jornais europeus, o aumento da tiragem do jornal que embarateceu o seu custo de produção.

Este crescimento da imprensa é testemunhado por Inocêncio da Silva que afirma terem surgido 43 novos jornais na década de setenta, 74 nos anos oitenta e 334 na última

---

L'historien et la presse. *Revue Historique*. Paris: Presse Universitaire de France, 1957, t. 1 (Out.-Dez.).

4 OLIVEIRA, César de — *O socialismo em Portugal 1850-1900*. Porto: Afrontamento, 1973, p.80.

5 TORGAL, Luís Reis; VARGUES, Isabel Nobre — Produção e reprodução cultural. In MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal*.Lisboa: Editorial Estampa, 1993. Vol. V, p. 693.

6 Cf. TENGARRINHA, José — *História da imprensa periódica portuguesa*. 2ª ed. Lisboa: Caminho, 1989.

7 César de Oliveira salienta que no *Espectro* (1846/47) eram raras as notícias sobre o estrangeiro, enquanto que no *Diário de Notícias* (1865) abundavam as informações sobre o estrangeiro e as trancrições de discursos de personalidades conhecidas. OLIVEIRA, César — *Op. Cit.*, p. 85.

década de Oitocentos[8]. Em 1880, havia cerca de 200 jornais publicados em Portugal e colónias, com uma tiragem média diária de 100 mil exemplares no total[9], o que demonstrava a existência de uma nova realidade essencialmente urbana em que tinham surgido novos leitores mais instruídos, sobretudo com a aposta crescente na alfabetização, que através desta imprensa ficavam cada vez mais informados sobre Portugal e o resto do mundo. Como salienta Fernando de Sousa, «com o aumento considerável das tiragens da imprensa diária, altera-se substancialmente o estilo e conteúdo dos quotidianos. A imprensa de *opinião* dá lugar à imprensa de *informação,* o jornalismo de *reportagem* substitui o jornalismo de *crónica*»[10].

Também no Porto se verificou, na segunda metade do século XIX, este surto expansionista do jornalismo, aparecendo um número substancial de novos periódicos, como refere Conceição Meireles Pereira: «De qualquer forma a expressão numérica é assaz significativa; num período de cerca de vinte anos (1866-1887) habilitaram-se 125 publicações periódicas no Bairro Ocidental, circunscrição que em 1891 assistiu à publicação de 24 jornais. Já no Bairro Oriental, entre 1866-1898, as fontes apontam a habilitação de 170 títulos de publicações periódicas, pese embora, pelas razões atrás referidas, esse número possa ser acrescido de mais seis dezenas»[11]. Alguns destes jornais tornaram-se exemplos de empresas estáveis, outros tiveram reduzida longevidade.

Destacaram-se alguns jornais que tiveram grandes tiragens e enorme impacto na opinião pública portuense como o *Comércio do Porto*, fundado em 1854[12]. Era conhecido por representar os interesses da burguesia comercial e financeira do Porto e contou com a colaboração de figuras importantes da capital nortenha como Rodrigues de Freitas, Alfredo Alves, Clemente José dos Santos, Júlio Lourenço Pinto, Vilhena Barbosa e outros[13]. Em 1868, aparecia outro importante periódico, o *Primeiro de*

---

8 SILVA, Inocêncio Francisco; ARANHA, Brito — *Diccionario Bibliogaphico Portuguez.*, Lisboa: Imprensa Nacional. 23 vol. Citado por OLIVEIRA, César — *Op. Cit.*, p. 85. Ainda segundo Inocêncio da Silva, Portugal teria, em média, nos últimos anos do século um órgão de informação para cerca e 6500 a 7000 habitantes, número muito elevado se comparado com os outros países europeus (p. 87). Ver também a lista de jornais portugueses elaborada em finais do século passado por Augusto Xavier da Silva Pereira. Cf. PEREIRA, A. X. da Silva — *O Jornalismo Portuguez.* Lisboa: Antiga Casa Bertrand, 1896; e *Os jornaes portuguezes. Sua filiação e metamorphoses.* Lisboa: Imprensa de Libanio da Silva, 1897.

9 TENGARRINHA, José — *Op. Cit.*, p. 231.

10 SOUSA, Fernando — *Op. Cit.*, p. 5.

11 PEREIRA, Maria da Conceição Meireles — Jornais, editores e tipografias do Porto (1866-1898). In ALVES, Jorge Fernandes [coord.) — *A Indústria Portuense em Perspectiva Histórica.* Porto: C.L.C./FLUP, s.d. Actas do Colóquio — Separata, p. 102.

12 Fundado, em 1854, por Manuel de Sousa Carqueja e Henrique Carlos Miranda, com o título *O Comércio* e com periodicidade trissemanal, passa em 1856 a diário, com a designação *O Comércio do Porto.*

13 SOUSA, Fernando — *Jornal de Notícias. A memória de um século (1888-1988).* Porto: Empresa do Jornal de Notícias, S.A.R.L., 1988, p. 33.

Janeiro, fundado por Gaspar Ferreira Baltar em consequência do movimento de protesto contra a aplicação de um imposto de consumo, que ficou conhecido por *Janeirinha*. Este jornal, embora se afirmasse independente, manteve, durante a monarquia, uma simpatia pelos progressistas e nele colaboraram figuras como Ramalho Ortigão, Abel Botelho, João Chagas, Ricardo Jorge, Carlos Lobo de Ávila, Cândido de Figueiredo, entre outros.

Este alinhamento partidário era normal na imprensa política portuguesa do século XIX, que a partir da segunda metade viu aparecer duas forças ideológicas marginais ao regime monárquico-constitucional que usaram o jornalismo como a principal arma do combate político: os republicanos e os socialistas.

O Porto teve também uma imprensa republicana combativa, estimulada pelos acontecimentos revolucionários espanhóis de 1868, pela implantação da III República francesa, em 1871, e pelo aparecimento de algumas associações republicanas, sobretudo na capital. Entre os primeiros jornais republicanos portuenses destacaram-se *A Gazeta Democrática*, de 1870, e *O Diário da Tarde*, de 1871[14]. Mas o grande jornal republicano do Porto seria *A Folha Nova*, fundado em 1881 por Emídio de Oliveira, na sequência das comemorações do tricentenário da morte de Camões e onde colaboraram Heliodoro Salgado, Sampaio Bruno, Marcos Guedes, Jaime Filinto, Ernesto Maia, Lopes Teixeira, entre outros. Todavia, este jornal republicano nunca atingiu a notoriedade e o impacto do lisboeta *O Século*, fundado em 1881 por Magalhães Lima e que contou com a colaboração dos principais políticos e intelectuais republicanos da época.

Saliente-se que entre a imprensa republicana, sobretudo na federalista de tendência mais socializante, houve a tentativa de captar o apoio das camadas populares, ao defenderem o sufrágio universal, direitos sociais e melhorias nas condições de trabalho.

E quanto à imprensa operária e socialista? Antes de mais, convém clarificar o que entendemos por imprensa operária. Adoptámos aqui o conceito para aquela que se assume como tal quer quanto à origem quer quanto ao destinatário, isto é, a imprensa redigida e editada por trabalhadores para defender os direitos dos mesmos e que tem como público alvo, essencialmente, os operários.

Numa primeira fase, até meados de Oitocentos, apareceu timidamente uma imprensa corporativa. Assim, após o definitivo triunfo do liberalismo, em 1834, o primeiro jornal destinado expressamente aos trabalhadores foi o *Jornal dos Artistas*, criado em 1836, que Victor Sá considera como representante da facção da burguesia setembrista, embora destinado aos trabalhadores[15]. Não esqueçamos que esta facção mais

---

[14] Em Lisboa, neste período, salientaram-se *A República Federal*, fundada em 1869 por Felizardo Lima, *O Republicano*, também de 1869 e, em 1872, *O Trabalho*, que continuaria com a designação de *A República Federal*.

[15] SÁ, Victor — *Roteiro da Imprensa Operária e Sindical 1836-1986*. Lisboa: Caminho, 1991, p. 61.

radical do liberalismo mobilizará, mais tarde, os trabalhadores na luta contra a ditadura de Costa Cabral.

Apenas nos anos cinquenta, em consequência dos ecos das revoluções europeias de 1848 e do pensamento socialista, nasciam, em Portugal, as primeiras associações operárias e os verdadeiros jornais socialistas e operários. Já vimos como estas primeiras associações operárias tinham um carácter mutualista, estando interessadas, fundamentalmente, no socorro aos trabalhadores em caso de necessidade, na instrução e nos melhoramentos materiais e morais da classe operária emergente. Os principais dirigentes destas associações ou eram intelectuais — como Lopes de Mendonça, Casal Ribeiro, Henriques Nogueira, Sousa Brandão — ou artesãos qualificados como Vieira da Silva, influenciados pelas novas ideias socialistas de Louis Blanc, Leroux, Cabet, Saint-Simon e Proudhon e também do catolicismo liberal de Lamennais. A mais importante destas associações foi o Centro Promotor das Classes Laboriosas, criado em 1852 por Sousa Brandão e Lopes de Mendonça. É neste enquadramento que surgem os primeiros jornais verdadeiramente operários como *O Eco dos Operários*, fundado em 1850 pelos já citados Lopes de Mendonça, Sousa Brandão e Vieira da Silva, e que é considerado por Victor de Sá, como o «mais antigo jornal socialista português»[16], que tinha como objectivo principal contribuir para a emancipação da classe trabalhadora através do alargamento das «sucessivas conquistas do princípio liberal», aparecendo o socialismo como uma forma de regeneração da classe operária.

Na década de cinquenta, alguns sectores profissionais, sobretudo os da «aristocracia operária», fundavam, igualmente, órgãos próprios na imprensa, como, por exemplo, *O Eco Metalúrgico* (Lisboa, 1850), *A Tribuna* (1853), jornal dos tipógrafos lisboetas, *Jornal da Associação dos Sapateiros e Artes que Trabalham em Cabedal*(Lisboa, 1853), *Jornal da Associação dos Professores* (Lisboa, 1856) e *A Associação Fraternal dos Fabricantes de Tecidos e Artes Correlativas* (1858), dos tecelões lisboetas. Como demonstram estes títulos, apesar das corporações terem sido extintas, em 1834, mantinha-se vivo entre os trabalhadores o espírito de defesa das artes e ofícios.

No Porto, os primeiros jornais operários e socialistas apareceram também nos anos cinquenta por iniciativa de teóricos como Custódio José Vieira e Marcelino de Matos, entre outros[17]. Assim, em 1850, surgia *A Esmeralda*, onde Custódio José Vieira se declarava discípulo de Louis Blanc e identificava o socialismo com uma nova organização do trabalho e como a «ideia predominante, caracterísitica da época», que

---

16 IDEM — *A crise do liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852)*. Lisboa: Seara Nova, 1974, p. 255.

17 Em 1849, surgia no Porto *O Eco Popular*, onde participaram Custódio José Vieira e Marcelino de Matos, mas, segundo Victor Sá, este jornal não era propriamente operário, mas sim um órgão de imprensa ligado à Patuleia. SÁ, Victor — *Roteiro da imprensa operária e sindical 1836-1986*. Lisboa: Caminho, 1991, p. 62.

visava afastar Portugal da corrupção, imoralidade e miséria. Em 1852, criava-se o *Jornal dos Operários*, que continuaria, no ano seguinte, por iniciativa de um conjunto de tipógrafos, com o título de *A Voz do Operário*, onde participaria Angelina Vidal. Em 1853, Amorim Viana analisava e criticava as ideias de Proudhon na *Península*. Estes jornais divulgaram algumas das principais ideias do socialismo de meados de século, nomeadamente através de Custódio José Vieira e Marcelino de Matos, seguidores de Blanc, Leroux, ente outros. Para estes socialistas portuenses a imprensa seria o motor de uma revolução tranquila, ou seja, a «a via indicada para se empreender a difusão cultural pela qual pensavam ambos emancipar as massas»[18].

Todos este jornais operários eram reformistas, inspirados no espírito mutualista das associações já referidas e, por isso, nenhum deles possuía uma forte consciência de classe ou denunciava o conflito entre capital e trabalho como a essência do capitalismo ou defendia a luta de classes como motor da história.

Saliente-se, ainda, que alguns jornais, ditos operários, embora pelo título parecessem defender as classes trabalhadoras, eram na prática bastante conservadores, como era o caso do *Defensor dos Artistas*, criado em 1864, no Porto, como um «jornal de operários para operários», mas que na prática defendia a acção do industrial portuense Faria Guimarães, elogiava «os ministérios que nos protegem» e atacava as ideias de Custódio José Vieira[19].

Esta imprensa operária, em alguns casos influenciada pelos socialismos utópicos, será ultrapassada a partir dos anos setenta por uma imprensa socialista mais ideológica e reivindicativa influenciada pela Associação Internacional dos Trabalhadores, pelos acontecimentos revolucionários e sangrentos da Comuna de Paris, em 1871, e pelos movimento socialista espanhol que será, como vimos, o responsável pela entrada da Internacional em Portugal. Com a criação das várias secções portuguesas da Internacional e, sobretudo, com o surgimento, em 1872, da Fraternidade Operária o movimento socialista e operário abandonava o mutualismo para defender a igualdade, a liberdade e a luta de classes. Em 1873, nascia a Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa, com sedes em Lisboa e no Porto, que, no caso da cidade invicta, foi responsável pelo dinamismo do movimento operário, liderando, entre 1875 e 1877, as greves dos marceneiros, pregueiros e chapeleiros. E, em 1875, criava-se, como vimos, o Partido Socialista e aumentava a necessidade de criar novos instrumentos de propaganda. Inseridos nesta nova conjuntura apareciam os primeiros jornais operários modernos ligados ao movimento grevista e às novas associações operária de resistência, ligadas à Internacional.

---

[18] IDEM, *Ibidem*, p. 257.

[19] IDEM, *Ibidem*, p. 65.

Assim, um dos jornais mais importantes foi *O Pensamento Social*, criado em 1872 como órgão da Fraternidade Operária de Lisboa e onde participaram os nomes mais sonantes do socialismo português da época como Antero de Quental, Oliveira Martins, José Fontana, Azedo Gneco, Eduardo Maia, Nobre França, Jaime Batalha Reis, e outros. Com menos importância, surgia no Porto, em 1873, *O Bom Senso*, dirigido pelo então socialista Felizardo Lima. Mas o grande destaque na imprensa operária socialista dar-se-ia, em 1875, com a criação, em Lisboa, do *Protesto*, órgão oficial do Partido Socialista, dirigido por Azedo Gneco e Manuel Luís Figueiredo e onde colaboraram os líderes mais importantes do movimento socialista português.

Finalmente, em 1879, surgia *O Operário*, «periodico destinado a advogar o interesse dos trabalhadores», fundado por elementos da Associação dos Trabalhadores do Porto. A partir de Outubro de 1880, após a realização do IV Congresso do Partido Socialista, passava a ser o órgão do Partido dos Operários Socialistas Portugueses. Nesse mesmo ano, fundava-se em Lisboa *A Voz do Operário*, órgão dos manipuladores de tabaco, embora defendesse a restante classe operária em geral.

Estes jornais tinham um público-alvo específico, os operários, e pretendiam ser órgãos de propaganda, divulgando a linha programática dos seus movimentos, dando notícias sobre o partido e a associação de classe, sobre a luta dos trabalhadores nos respectivos países e no estrangeiro e criticando violentamente o poder instalado. Em Portugal, segundo Victor de Sá, «pelo número de publicações iniciadas confirma-se [...] a consolidação do movimento operário a partir da década de 1880. Trata-se de uma ascensão imparável até final do primeiro quartel do nosso século»[20].

Esta proliferação de jornais traduzia, também, a consolidação de uma cultura operária, porque, como refere Manuela Tavares Ribeiro, o «aparecimento de um jornal prende-se frequentemente com a formação de um grupo que faz dele o porta-voz do seu inconformismo ou das suas tendências ideológicas. Vínculos solidários manifestam-se na criação de um periódico e revelam como grupos de jovens operários se lançam no campo do jornalismo que regista nas décadas finesseculares, um acentuado crescimento»[21].

O crescimento do número de jornais socialistas e operários não reflectia apenas o aumento do associativismo operário e a consolidação das ideias socialistas mas também a existência de um período de grande liberdade de imprensa em que a censura foi praticamente inexistente. De facto, na segunda metade do século XIX, após o fim da lei da censura de Costa Cabral — que ficaria conhecida como a «lei da Rolha» —, viveu-se

---

20 IDEM — Notícias sobre a imprensa operária portuguesa. *Revista de História*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica. Centro de História da Universidade do Porto, 1983-1984. Vol. V, p. 148-151.

21 RIBEIRO, Maria Manuela Tavares — Movimento operário e a formação cultural. In *Los 98 Ibéricos y el Mar. Torre do Tombo, Lisboa (27-29 de Abril de 1998)*. Madrid: Comisaría General de España; Expo Lisboa'98, 1998, p. 395.

um período de quase total liberdade de imprensa, o que estimularia, entre 1880 e 1890, uma grande multiplicação de jornais, revistas e opúsculos ligados às mais diversas correntes ideológicas, mesmo as mais radicais. Nessa época vigorava a lei de 17 de Maio de 1866, que abolira todas as cauções e restrições estabelecidas anteriormente para a imprensa periódica. Para Bento Carqueja, esta lei inaugurara «um regimen se não inteiramente auspicioso, pelo menos um *regimen digno*», porque permitira as «garantias para o exercicio de sagradas liberdades» e «elementos seguros para efficaz repressão de abusos»[22]. Para Oliveira Marques, «apesar de algumas leis mais restritas, que suscitaram protestos sem fim e de algumas — muito moderadas — perseguições à imprensa, a liberdade de publicar podia considerar-se completa»[23].

Todavia, os socialistas do *Operário* não deixaram de bradar contra algumas medidas repressivas do Governo contra a imprensa, em 1881. Neste ano, na sequência dos inúmeros protestos públicos contra a assinatura do Tratado de Lourenço Marques, o poeta Gomes Leal era preso por ordem do governo progressista de Rodrigues Sampaio, por ter, com o seu poema *A Traição*, insultado a família real. *O Operário* proclamava que o Governo conspirava contra a liberdade individual e a liberdade de imprensa e afirmava estar certo que «a perseguição ao jornalismo, agora iniciada, ha-de fazer levantar a consciencia popular em um protesto unanime por que o povo sabe, por lho haver dito António Rodrigues Sampaio, que "a perseguição á imprensa é o unico remedio dos fracos que não podem sustentar um combate leal n'este campo onde as unicas armas permittidas são o raciocinio, e onde a opinião publica é o unico e supremo juiz da contenda"»[24]. O passado político de Rodrigues Sampaio, antigo setembrista e redactor do *Espectro* e da *Revolução de Setembro,* seria constantemente recordado por republicanos e socialistas. Também em 1881, o jornal republicano *O Século* era alvo de vários processos jurídicos por abuso de liberdade de imprensa, tendo os seus responsáveis sido presos algumas vezes[25]. Apesar de alguns incidentes, predominava um ambiente de grande tolerância e permissividade em relação à imprensa. A partir de meados dos anos oitenta o movimento socialista e operário dividia-se em várias facções — possibilistas, marxistas, sindicalistas, sociais-cristãs, anarquistas — e cada uma delas tinha os seus jornais, veículos ideológicos mais ou menos oficiais. Destacar-se-ia a imprensa anarquista, bastante

---

22 CARQUEJA, Bento - *A Liberdade de Imprensa.* Porto: Typographia do «Comercio do Porto», 1893, p. 39.

23 MARQUES, A. H. de Oliveira — *História de Portugal.* 3ª ed. Lisboa: Palas Editora, 1978, p. 52. Sobre a questão da censura ver FRANCO, Graça — *A Censura à Imprensa (1820-1974).* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993. Segundo esta autora, a liberdade de imprensa foi «para o regime da Monarquia Constitucional, simultaneamente, o sustentáculo e a causa principal da sua destruição».

24 CARVALHO, Bessa — Perseguidores e perseguidos. *O Operário.* Porto, 17 de Julho de 1881, p. 1-2.

25 Ver, por exemplo, *O Operário.* Porto, 7 de Agosto de 1881, p. 3.

violenta no tom do discurso e radical nas propostas, o que levará à promulgação de uma das mais repressivas leis de imprensa, a de 13 de Fevereiro de 1896.

Nos pontos seguintes faremos uma análise mais aprofundada do jornal, quer nos seus aspectos internos ou formais, quer nos aspectos externos ou conjunturais, mas que determinaram a suas opções estruturais — na forma e no conteúdo. Essa análise teve como base de trabalho a elaboração prévia de uma ficha hemerográfica, que é apresentada em anexo[26].

2.2. Descrição do jornal: aspectos formais

Os aspectos formais e técnicos que caracterizam um jornal são importantes sobretudo porque traduzem determinadas opções estéticas, culturais e políticas e, além disso, decorrem de uma conjuntura histórica, a nível técnico, social e económico.

O Operário publicou-se no Porto entre 1879 e 1882[27]: o primeiro número saiu a 25 de Maio de 1879 e o último número tem a data de 26 de Fevereiro de 1882, altura em que se fundia com o *Protesto* , de Lisboa, dando origem ao *Protesto Operário*. *O Operário* era um semanário matutino que se publicava todos os domingos.

O título do periódico, *O Operário*, manteve-se o mesmo ao longo dos três anos de publicação, mas o mesmo não aconteceu com o subtítulo. Assim, de 25 de Maio de 1879 até 24 de Outubro de 1880, designava-se como «Periodico destinado a advogar os interesses dos trabalhadores»; de 31 de Outubro até 7 de Novembro de 1880 apresentava como subtítulo «Orgão do Partido Socialista» e, finalmente, de 14 de Novembro de 1880 até ao último número, passava a ter como subtítulo, «Jornal do Partido dos Operarios Socialistas». Estas mudanças traduzem as diferentes ligações do jornal com o movimento operário socialista e também as diferentes posições do Partido Socialista em relação à imprensa operária, o que era motivado pelas lutas entre as diferentes facções socialistas. Deste modo, inicialmente, *O Operário*, aparecia ligado à Associaçãos dos Trabalhadores do Porto e, posteriormente — coincidindo com a realização do IV Congresso do Partido

---

[26] É sempre difícil encontrar um modelo de ficha hemerográfica que seja aceite por todos os investigadores, existindo, portanto, várias propostas, o que se explica, também, pelo crescente interesse pelo estudo da imprensa, expresso nas últimas décadas. Neste trabalho, seguimos o modelo proposto pelo espanhol Celso Almuiña Fernandez, por nos parecer bastante completo e rigoroso. Cf. ALMUIÑA FERNANDEZ, Celso — Op. Cit., p. 379-381. A ficha hemerográfica do *Operário* é publicada em Anexo 1.

[27] O estudo deste jornal baseou-se na colecção existente na Biblioteca Municipal do Porto/Hemeroteca: *O Operário*. Porto, 1879-1882. I Vol. (25 de Maio de 1879 a 26 de Fevereiro de 1882). Esta colecção não se encontra completa faltando os seguintes números, por motivos que não conseguimos apurar: 12 de Outubro de 1879, 3 de Agosto de 1881, 7 de Novembro de 1881, 14 de Novembro de 1881 e 22 de Janeiro de 1882.

Socialista —, passaria a ser um dos órgãos oficiais do Partido Socialista. Analisaremos esta questão mais adiante.

Ainda quanto ao cabeçalho do *Operário* é de salientar que durantes os dois primeiros anos de publicação o jornal não apresenta qualquer lema, embora isso acontecesse frequentemente nos jornais de propaganda política. Apenas a partir do terceiro ano de publicação (28 de Maio de 1881), é que *O Operário* apresentará um lema bastante extenso, que não era mais do que um resumo das ideias fundamentais do programa do Partido Socialista: elevação dos salários, diminuição do horário de trabalho, melhores condições nos locais de trabalho, igualdade de salários entre homens e mulheres, regulação da aprendizagem, reforma administrativa com valorização do papel dos municípios, reforma do sistema jurídico, etc. A apresentação deste lema no cabeçalho traduzia um reforço do papel deste jornal como órgão do Partido Socialista e, consequentemente, uma maior aposta na propaganda política.

A administração e redacção do *Operário* tinham a mesma sede no Porto, no Largo da Fontinha, nº 50, que era, simultaneamente, a sede da Associação Internacional dos Trabalhadores do Porto, do Partido dos Operários Socialistas e da Cooperativa de Tecidos dirigida por Eduardo Carvalho e Cunha, não admirando, por isso, que este núcleo socialista do Porto fosse conhecido como o «grupo da Fontinha»[28].

O Operário, como quase todos os pequenos jornais, não tinha impressora própria, tendo, por isso, de recorrer a tipografias externas. De 25 de Maio a 22 de Junho de 1879, o jornal foi impresso na Tipografia A. F. Vasconcelos; de 29 de Junho de 1879 a 28 de Novembro de 1880, a impressão esteve a cargo da Tipografia Ocidental e, finalmente, a partir de 5 de Dezembro de 1880 até ao último número, o jornal foi impresso na Imprensa Civilização. Nunca foram apresentados os motivos que levaram a estas mudanças. Todavia, podemos levantar algumas hipóteses, provavelmente ligadas com preços mais acessíveis, com as condições de pagamento ou com relações de amizade dos responsáveis ou colaboradores do jornal. Sobre a tipografia Ocidental, sabemos que foi fundada por Joaquim da Costa Carregal. Além de ter sido a primeira tipografia do Porto a usar técnicas avançadas como a estereotipia e galvanoplastia, foi, também, famosa por ter acolhido alguns dos mais famosos intelectuais do Portugal de Oitocentos que aqui publicaram os seus trabalhos, nomeadamente Antero de Quental que aí publicou os seus *Sonetos* e o discurso antimonárquico, conhecido como o *Manifesto* da Liga Patriótica do Norte, o que deixa antever alguma simpatia daquela tipografia pelas causas mais progressistas[29].

---

[28] SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins Pereira — O Porto Oitocentista. In RAMOS, Luís A. de Oliveira — *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 1994, p. 447.

[29] CORDEIRO, José Manuel — Uma tipografia célebre. *O Público*. Porto, 14 de Março de 1999, p. 47.

No que respeita às características técnicas, seria fastidioso referi-las todas neste texto, já que se encontram especificadas em anexo. Convém, no entanto, salientar que era um pequeno jperiódico de 4 páginas, sem imagens, o que demonstra a necessidade de produzir um jornal o mais barato possível[30].

Mais importante, para o presente estudo, são as secções existentes e o modo como elas se distribuem ao longo do jornal. Durante os três anos de publicação algumas secções mantiveram-se constantes, embora pudessem ter mudado de nome. Em primeiro lugar, a primeira página era destinada ao Editorial, normalmente assinado por um dos redactores — dominam Bessa de Carvalho e José Ribeiro (João Ricardo) — ou anónimo e, quando sobrava espaço, apareciam, também, alguns artigos de opinião, sobre a situação política. Muitas vezes a secção onde estava esse artigo de opinião tinha a designação de «Chronica Politica». Nesta primeira página predominavam as notícias sobre a realidade nacional, sendo muito raro os editoriais sobre notícias do estrangeiro, o que só acontece com o aniversário da Comuna, o regresso de Louise Michel do exílio, a morte de Blanqui e de Littré e os acontecimentos na Rússia, nomeadamente o assassinato do Czar.

Nas segunda e terceira páginas alternavam posições as seguintes secções: «Eccos da Semana», «Correio do estrangeiro» e «Correspondencia». A secção «Eccos da Semana» — que muda de designação, primeiro, para «Eccos e Factos» e, mais tarde, para «Varias Noticias» — pretendia, de forma sucinta, abordar os principais acontecimentos nacionais, desde a política até aos acontecimentos mundanos. Geralmente, as notícias eram retiradas de outros jornais e comentadas por um redactor que raramente se identificava (nos últimos números aparecem as iniciais de Bessa de Carvalho). A secção «Correio do Estrangeiro» obedecia a um processo idêntico ao da secção anterior, isto é, recolhiam-se notícias de jornais nacionais ou estrangeiros, que, em seguida, eram comentadas. Nesta secção predominavam as notícias sobre os movimentos operários e socialistas de outros países, com destaque para a França, Espanha e Alemanha.

A secção «Correspondencia» aparecia normalmente na terceira página, e, como o nome indica, era o espaço dedicado ao correspondente do *Operário,* em Lisboa. Numa primeira fase, o correspondente na capital foi Azedo Gneco, sendo substituído, mais tarde[31], alegadamente por motivos de saúde, por Alfredo da Silva, ambos dirigentes nacionais do Partido Socialista, em Lisboa. Nesta secção comentava-se os principais acontecimentos políticos da capital, com destaque para a actividade parlamentar.

Outra secção que aparecia no *Operário*, embora de forma intermitente, era o «Folhetim do Operario». Começou, como o nome indica, por ser a publicação, durante

---

30 Ao longo dos 3 anos de publicação houve apenas uma fotografia, a de Lopes de Mendonça, para comemorar o 1° aniversário do jornal.

31 *O Operário*. Porto, 18 de Julho de 1880, p. 3.

vários números, de dramas sociais como, por exemplo, *Como Acabam os Pobres*, de Benjamin Gustineau. Porém, depressa se transformou em mais um espaço de propaganda política ao publicar, sob a forma de folhetim, vários textos fundamentais do pensamento político socialista como, por exemplo, *O que é a Internacional?*, de Antero de Quental, *A propriedade*, de João Bonança e *O Socialismo utópico e o socialismo científico*, de Engels, com tradução de João Ricardo.

Por vezes, na terceira ou quarta página aparecia — sobretudo durante os dois primeiros anos de publicação — a secção «Espectaculos» ou «Palcos», onde se anunciavam e criticavam diferentes tipos de espectáculos como teatro, operetas, bailes, circo, etc.

A última página era dedicada aos avisos e à publicidade. Na secção «Avisos» anunciavam-se as reuniões ou outras iniciativas da Associação dos Trabalhadores ou do Partido Socialista. Este espaço era também aproveitado para indicar o pagamento da assinatura do jornal. A secção «Annuncios» variava de tamanho, ocupando por vezes quase toda a última página. Os anúncios mais frequentes relacionavam-se com pequenas oficinas de membros do Partido Socialista e com jornais, revistas e almanaques de teor político — socialista e republicano — ou cultural e científico, quer portugueses, quer estrangeiros.

As secções citadas são aquelas que se mantiveram constantes ao longo dos três anos, mas nota-se que, durante esse período, *O Operário* foi fazendo experiências com o espaço e com o conteúdo do jornal, criando algumas secções novas, que acentuassem o carácter mais propagandístico do jornal, como a secção «Publicações Recebidas» (que muda, depois, de nome para «Bibliographia») onde se publicitavam os principais jornais e revistas socialistas estrangeiros e, ainda a «Secção Official» (que depois muda para «Actos Officiaes») onde se divulgavam as decisões dos Congresso e do Conselho do Partido Socialista e o programa deste partido. Deste modo, o jornal reforçava a sua posição como órgão oficial do Partido Socialista.

As transformações mais profundas na estrutura do jornal ocorreram no início do terceiro ano de publicação, quando a maior parte das secções mudou de nome ou se criaram outras, passando a existir as seguintes secções: «Assumptos do Dia», para o editorial, «Propaganda e Combate», para os artigos de fundo, «Datas e Recordações», «Atravez do Globo», para as notícias do estrangeiro, «Tribunna dos Opprimidos», espaço dedicado às queixas dos trabalhadores, «Factos e Commentarios», para os acontecimentos nacionais, «Conhecimentos Uteis», «Secção Litteraria», «Á Volta da Imprensa», onde se comentava as notícias dadas por outros jornais e «Movimento Operario». Os nomes das secções permite perceber que, a partir de Maio de 1881, o jornal *O Operário* assumiu um tom mais panfletário.

A concluir, refira-se que só muito esporadicamente aparecia a secção «Pequena Correspondencia», onde a redacção do *Operário* respondia a dúvidas dos seus leitores, o que pode significar um *feedback* bastante reduzido no mundo operário.

2.3. Administração, redacção e colaboradores

O Operário foi fundado por elementos — que não conseguimos identificar — da Associação dos Trabalhadores do Porto, aparecendo António Lopes de Almeida, operário tecelão, como editor responsável, isto é como aquele que responderia judicialmente pelo jornal caso fosse necessário[32].

Até ao IV Congresso do Partido Socialista, realizado em Outubro de 1880, a administração do jornal era nomeada pelos membros dos círculos portuenses 38, 39 e 40 do Partido Operário Socialista — que, desde 1878, englobava a Associação dos Trabalhadores, — e que geralmente reuniam na casa da Associação dos Trabalhadores do Porto, no Largo da Fontinha[33]. Até esse momento, o único nome que aparecia publicamente a representar a administração do *Operário* era o tecelão Eduardo Carvalho e Cunha[34], um dos elementos mais importantes do movimento operário socialista nos anos setenta e oitenta, estando presente em todas as manifestações do movimento operário socialista: cooperativismo, associativismo e partido. Carvalho e Cunha era o fundador da importante Cooperativa de Tecidos de Algodão, na Fontinha, membro do Conselho da Federação Portuense da Associação da A.T.R.P., membro do Centro Eleitoral Operário Socialista do Porto, membro, em 1880, do Conselho Central do Partido Socialista, com o cargo de secretário para o Sul do país, secretário da Associação de Socorros Harmonia Portuense, sendo ainda dos elementos fundadores do Grémio Familiar Instructivo do Porto. A partir de meados dos anos oitenta liderará, no Porto, a facção possibilista do Partido Socialista.

Em 1880, o IV Congresso elegia a nova administração do *Operário* que ficava constituída por Eduardo Carvalho e Cunha, José da Silva Lino, um dos mais antigos membros da Associação dos Trabalhadores, e António Rocha Coelho[35]. António José de Ávila ficava como o representante da administração do jornal em Lisboa[36].

---

32 *Livro do Registo das Habilitações dos Jornaes e dos Editores Responsaveis.* 1°. — Index. Arquivo da Câmara Municipal do Porto, p. 16 v.

33 *O Operário.* Porto, 2 de Janeiro de 1880, p. 4.

34 *O Operário.* Porto, 5 de Dezembro de 1880, p. 4.

35 *Ibidem.*

36 *O Operário.* Porto, 30 de Janeiro de 1881, p. 1.

À administração competia, sobretudo, a gestão financeira do jornal, cujos fundos vinham principalmente das vendas. O preço do *Operário* era bastante baixo, apenas 10 réis, por número. Este jornal podia ser vendido avulso em alguns quiosques do Porto e na sede da Associação dos Trabalhadores, no Largo da Fontinha, mas os leitores do Porto podiam subscrever o jornal, que custava 150 réis por cada 12 números, quantia que devia ser paga adiantadamente aos encarregados da entrega do jornal. Para o resto do país a subscrição e o pagamento eram feitos através do correio, custando 150 réis por trimestre. Vendiam-se, também, números avulsos em alguns quiosques de Lisboa e numa oficina de Angra.

Outro modo de obter receitas era através da publicidade que, no caso do *Operário,* custava 20 réis por linha, 10 réis no caso de serem anúncios repetidos. Anunciavam-se gratuitamente as publicações que entregassem um exemplar no jornal. Tendo em conta que a maior parte dos anúncios se relacionava com jornais e revistas, podemos pressupor que as receitas da publicidade não eram muito grandes[37]. Daí, provavelmente, o lamento do relatório apresentado pela redacção do *Protesto* no IV Congresso do Partido Socialista que afirmava que «espinhosa é, sem duvida, a missão das redacções dos periodicos socialistas»[38].

Tal como a administração, também a redacção do jornal, até 1880, foi eleita pela assembleia dos círculos portuenses do Partido Socialista. Nesta primeira fase, existiam membros efectivos e outros suplentes, que foram mudando por diferentes circunstâncias. *O Operário* ia dando, ao longo do tempo, algumas indicações sobre quem compunha a redacção. Assim, sabemos que a passagem de Pinto Barbosa pela redacção deste jornal foi efémera, porque apresentou a demissão em Julho de 1879[39] e, apesar de ter sido um dos fundadores do socialismo portuense, Barbosa rompia também com o Partido, indo fundar a União Democrática e Social, de tendência obreirista, de que falaremos noutro capítulo.

O serralheiro Manuel José Martins, um dos membros mais antigos do Partido Socialista — em 1877 fora o representante dos círculos portuenses no I Congresso Socialista — foi redactor do *Operário* por um breve período, porque em Setembro de

---

37 Não admira, pois, que fossem constantes os apelos da administração do *Operário* para que os seus assinantes pagassem as cotas em atraso: «Pedimos aos nossos assignantes o favor de darem as suas ordens para que as suas familias satisfaçam a importancia do jornal quando estiverem ausentes. Pedimos a finesa de participarem a esta administração quando mudam de casa, para evitar as reclamações que nos tem sido feitas». Cf. *O Operário*. Porto, 13 de Julho de 1879, p. 2. O pagamento das assinaturas da província devia ser mais complicado ainda, como elucida este aviso repetido até à exaustão: «Roga-se aos snrs. assignantes das provincias o favor de satisfazerem no mais curto prazo possivel a importancia de suas assignaturas para evitar que a administração suspenda a remessa do jornal». Cf. *O Operário*. Porto, 4 de Janeiro de 1880, p. 1.

38 *O Operário*. Porto, 21 de Novembro de 1880, p. 2.

39 *O Operário*:Porto, 10 de Agosto de 1879, p. 4.

1879 abandonava a redacção do jornal alegando «justos motivos»[40], mas continuou a participar activamente na vida do movimento socialista portuense. Em 1879, era membro do Centro Eleitoral Operário e Socialista no Porto e, no ano seguinte, era eleito no IV Congresso do Partido para o Conselho Central, com o cargo de tesoureiro, e, novamente, para a redacção do *Operário*. Os anúncios das suas duas oficinas publicados constantemente no *Operário,* permitem levantar a hipótese de que não teria grandes dificuldades económicas, o que justifica, aliás, que em Dezembro de 1880 tenha editado o opúsculo de Guedes de Oliveira, *Em face da História*[41]. Foi, igualmente, um dos fundadores do Grémio Familiar Instructivo do Porto.

Em Dezembro de 1879, o jovem tecelão Manuel José da Silva (1858-1932) abandonava temporariamente a redacção do jornal, por motivos de saúde[42], mas estaria de volta no ano seguinte. Durante este período continuou com intensa actividade no Partido. Delegado ao IV Congresso, pelo círculo 40, seria eleito membro da Comissão para o Estabelecimento das Câmaras Sindicais.

Com a demissão de Manuel José da Silva, entrava para a redacção o também muito jovem Augusto Alberto Bessa de Carvalho — tinha apenas 18 anos — que iniciava aqui uma longa e famosa carreira no jornalismo português já que escreveu, entre muitos outros, no *Protesto*, *Folha Nova*, *O Bejense, Comércio do Porto, Diário de Notícias* (onde foi um dos principais redactores), *Jornal das Colónias*, *Jornal de Notícias*, e fundou alguns jornais como *O Diário* e *A Nossa Pátria*. Em 1896, deslocou-se para Lisboa onde foi o responsável pela exposição da imprensa realizada pelo Ateneu Comercial de Lisboa. Escreveu várias peças de teatro e vários artigos históricos, nomeadamente na revista *O Tripeiro*. Foi sócio de várias academias e instituições de ciências e de belas artes portuguesas e estrangeiras. Entre 1879 e 1882, Bessa de Carvalho participou activamente na vida do Partido Socialista, escrevendo grande parte dos editoriais do *Operário*, como membro do Centro Operário Socialista do Porto, como delegado do Partido ao IV Congresso, pelo círculo 39, como membro fundador da UDS, liderada por Pinto Barbosa — da qual sairia pouco depois — e, ainda, fundando o Grémio Familiar Instructivo do Porto.

Outro dos redactores foi o marceneiro Francisco Viterbo de Campos (1859-1904)[43]. Era membro do Centro Operário Socialista do Porto. Em 1880, fazia parte do

---

40 *O Operário*. Porto, 14 de Setembro de 1879, p. 4.

41 *O Operário*. Porto, 19 de Dezembro de 1880, p. 3.

42 No pedido de demissão como redactor do *Operário*, declarou Manuel José da Silva: «Declaro que á assemblea dos circulos do Porto, apresento um officio pedindo-me seja concedida a demissão de membro da redacção do «Operario», em consequencia de eu ser subjeito a frequentes achaques phisicos, que me inhibem de desempenhar a minha missão, com esmero e sollicitude». *O Operário*. Porto, 7 de Dezembro de 1879, p. 4.

43 *O Operário*. Porto, 14 de Dezembro de 1879. p. 2.

Conselho de Círculos, com o cargo de secretário interno, sendo eleito no IV Congresso como membro da Comissão para o Estabelecimento das Câmaras Sindicais. Em 1881 era o 1° secretário da Sociedade União Cooperativa dos Operários Marceneiros e, em 1882, ajudava a fundar o Grémio Familiar Instructivo do Porto. A partir de meados dos anos oitenta, será a mais importante figura da facção marxista portuense, desempenhando um papel chave na luta, entre 1887-88, contra a Lei das Licenças de Trabalho, participando no Centro Operário de Propaganda Socialista e lançando, em 1892, o jornal marxista *O Eco Socialista*, que publicou o *Manifesto Comunista*, de Marx e Engels[44].

Em 1879, entrava para a redacção do *Operário* José Ribeiro, que assinaria sempre com o pseudónimo de João Ricardo. Será a figura central do jornal e do movimento socialista portuense no início dos anos oitenta. Este socialista, sobre o qual se conhece muito pouco, merece um estudo aprofundado que não pudemos realizar no âmbito deste trabalho, mas que pensamos vir a desenvolver posteriormente. Embora revelando uma cultura superior à dos seus companheiros, identificava-se como operário sapateiro e «filho de um agricultor de provincia»[45], mas outros colaboradores do *Operário* caracterizavam-no como um jovem «pensador», com «rasão esclarecida e inteligencia bem desenvolvida e que se dedica a estudos serios»[46]. Eleito para o IV Congresso do Partido acabou por não participar nele porque entretanto se demitira da redacção do jornal, da Associaçãos dos Trabalhadores e do Partido Socialista[47], devido a fortes divergências internas no movimento socialista portuense, como veremos em capítulos posteriores. Em Maio de 1881, regressava ao Partido e ao jornal passando a ser o grande teórico do movimento socialista portuense, tentando guiar esse movimento no sentido do marxismo. Nesse sentido, era eleito presidente do Conselho de Círculos do Partido Socialista no Porto e seria uma das figuras proeminentes da Conferência Socialista, realizada em 1882, em que vê aprovadas muitas das suas propostas e, sobretudo, o programa do partido por ele elaborado. Era, também, o correspondente em Portugal dos jornais franceses, *Le Citoyen*. e *L'Emancipation*, este dirigido por Benoît Malon[48].

A partir do Congresso Socialista de 1880, a redacção passava a ser eleita pelo Conselho Central do Partido, ficando constituída por Manuel José Martins, Augusto Bessa de Carvalho e Joaquim Pinto Carvalho, a quem se juntaria, em 1881, José Ribeiro (João Ricardo)[49]. A redacção reunia todas as quartas-feiras à noite, no Largo da Fontinha.

---

44 SÁ, Victor — *Roteiro da imprensa operária e sindical 1836-1986*. Lisboa: Caminho, 1991, p. 81.

45 *O Operário*. Porto, 10 de Agosto de 1879, p. 4.

46 *O Operário*. Porto, 3 de Fevereiro de 1880, p. 3.

47 *O Operário*. Porto, 19 de Setembro de 1880, p. 1.

48 *o Operário*. Porto, 22 de Agosto de 1880, p. 2.

49 *O Operário*. Porto, 19 de Junho de 1881, p. 2.

O papel dos redactores do *Operário* reduzia-se a duas funções principais: recolher notícias de outros órgãos de informação para os comentar e fazer propaganda política através de artigos de opinião. Daí ser muito importante perceber a preparação intelectual de cada um e, também, o seu posicionamento ideológico dentro do movimento operário e socialista.

O Operário tinha um correspondente em Lisboa, que até 11 de Julho de 1880 foi, como já referimos, Azedo Gneco (1849-1911), um dos nomes mais importantes da história do movimento socialista português de Oitocentos, desde a criação da primeira secção da Internacional em 1871 até ao fim da sua vida, desempenhando todos os cargos importantes no Partido Socialista e, liderando, a partir de meados de oitenta a facção marxista. Gneco seria substituído no *Operário* pelo dirigente lisboeta do Partido Socialista, Alfredo da Silva.

Entre os colaboradores do *Operário* encontram-se alguns dos nomes mais importantes do socialismo português como Antero de Quental, Oliveira Martins, Azedo Gneco, Nobre França, Agostinho José da Silva, Lúcio Fazenda, Manuel Luís de Figueiredo, Ermelindo António Martins e José Martins Gonçalves Viana. Nos aniversários do jornal colaboraram também alguns nomes muito significativos do movimento socialista internacional, como Benoît Malon, Andrea Costa, F. Borde, Becker, Louis Bertrand e Enrico Bignani.

É de salientar, também, que aparecem alguns artigos de republicanos federalistas e anticlericais como Angelina Vidal, Lopes Praça, Heliodoro Salgado e Gomes Leal.

Contudo, muitos dos colaboradores do jornal eram simples operários artesãos e militantes menos conhecidos do movimento socialista do Porto, casos do tecelão Silvestre Pinto Caldeira, do ourives António Cândido Faria, do litógrafo Guedes de Oliveira, mais tarde, famosíssimo como fotógrafo, do tecelão José da Silva Lino, de António Oliveira Rolo, de Beatriz Neves, do pregueiro Luís Fernandes Cardoso, dos irmãos tecelões Alecrim, entre outros.

2.4. Natureza e orientação: de jornal da Associação dos Trabalhadores a órgão oficial do Partido dos Operários Socialistas Portugueses

A natureza e a orientação ideológica do *Operário* serão questões analisadas com maior profundidade ao longo dos vários capítulos deste trabalho. Contudo, parece-nos importante definir, desde já, algumas ideias e levantar algumas pistas.

Em primeiro lugar, este era um jornal de operários socialistas para operários que deveriam tornar-se socialistas e, por isso, pretendia ser um jornal político, fazendo propaganda das novas ideias socialistas que agitavam a Europa. No primeiro número,

este periódico portuense afirmava que «o titulo que serve de lemma a este jornal representa a ordem de ideias que seguimos. Derramal-as e discutil-as e defendel-as, eis o nosso proposito. Fazer com que as attenções dos trabalhadores convirjam para o problema da transformação social que traga comsigo a segurança do trabalho, a sua justa e permanente compensação, eis o nosso intuito». Em seguida, *O Operário* declarava que lutava pelos direitos e interesses dos trabalhadores, alertando os operários «contra as ciladas dos partidos que hoje se exhibem no tablado politico do paiz. Por agora limitamo-nos a mosttrar aos nossos companheiros a falsidade dos principios dos grupos politicos que nos seus jornaes tecem elogios ao povo e se propoem defendel-o»[50]. Um dos principais objectivos do *Operário* seria, sempre, afirmar-se contra todos os partidos «burgueses», monárquicos ou republicanos.

Inicialmente, *O Operário* começou por estar ligado à Associação dos Trabalhadores, de onde emanavam as principais figuras do socialismo portuense como Ermelindo Martins, o seu primo Manuel José Martins, José da Silva Lino, Eduardo Carvalho e Cunha, entre outros[51]. O jornal assumia-se, em editorial, como «filho de trabalhadores redigido e sustentado por trabalhadores [...] que tem chamado á união as classes trabalhadoras do Porto»[52]. E essa união dos trabalhadores passava pela adesão à Associação dos Trabalhadores, único organismo considerado legítimo para representar os trabalhadores e defender os seus direitos. Por isso, até finais de 1880, predominarão os textos mais virados para a luta económica, com destaque para as condições laborais — salários, horário de trabalho, salubridade e higiene, etc. — o nível de vida dos trabalhadores, a regulação da aprendizagem, a instrução, etc.

Esta ligação inicial à Associação dos Trabalhadores não implicava qualquer distanciamento do Partido Socialista, o que aliás nem era possível porque, em 1878, dera-se a fusão do Partido Socialista com a Associação dos Trabalhadores, originando o Partido dos Operários Socialistas. E, nessa altura, começava a tentativa do Partido controlar a energia sindicalista, racionalizando a luta da Associação no sentido da intervenção eleitoral. Daí, a administração e a redacção serem eleitas pela assembleia dos círculos portuenses do Partido Socialista, até Outubro de 1880.

A mudança de subtítulo para «Jornal do Partido dos Operarios Socialistas» derivava desta luta interna entre os que valorizavam a luta económica através da Associação e os que queriam valorizar a luta política e, por isso, centralizar toda a

---

50 *O Operário*. Porto, 25 de Maio de 1879, p. 1.

51 Esta ligação inicial do *Operário* à Associação dos Trabalhadores é referida por José Ribeiro, num artigo em que afirmava que até 1880 este jornal «não passava de um simples jornal da Associação dos Trabalhadores do Porto, deffendendo os interesses das classes trabalhadoras, e embebido do espirito da Associação que era o mesmo espirito do partido por isso que d'elle fazia parte». *O Operário*. Porto, 25 de Dezembro de 1881, p. 2.

52 *O Operário*. Porto, 23 de Maio de 1880, p. 1.

actividade socialista — associativismo e imprensa, por exemplo — no Partido. No Congresso realizado em 1880, no Porto, *O Operário* ganhava apertados vínculos ao Partido, ao passar a ser, a par do *Protesto*, de Lisboa, órgão oficial do Partido Socialista, o que significava, na prática, um maior controlo da administração e redacção do jornal e da sua linha editorial. Como vimos, a administração e a redacção eram eleitas pelo Conselho Central do Partido, que passava a ser responsável pela sua viabilidade económica. A administração tinha que apresentar as contas nos Congressos do Partido e a redacção passava a ter voto consultivo nos Congressos socialistas, mas, ao mesmo tempo, era obrigada a obedecer às linhas programáticas e ideológicas determinadas pelo Conselho Central do Partido Socialista[53].

A partir desse momento *O Operário* acentuaria o tom da propaganda política, aumentando o número de artigos ideológicos, que valorizavam o papel da luta política protagonizada pelo Partido Socialista. Por isso, aumentava a agressividade contra os republicanos e a Igreja e o folhetim operário deixava de divulgar dramas sociais para passar a difundir textos de teoria política como «Socialismo utópico e socialismo científico», de Engels. E era evidente a tentativa de orientar ideologicamente o jornal para o marxismo, através dos editoriais de José Ribeiro.

Quanto à orientação ideológica do jornal, podemos dizer que nunca houve, de forma clara, uma bem tendência única. O movimento operário socialista dos anos oitenta não era homogéneo, coexistindo de forma mais ou menos pacífica várias tendências: proudhonianos, marxistas, «obreiristas» e anarquistas. *O Operário* não conseguiu escapar a essa diversidade ideológica. Apareciam, por isso, artigos defendendo o papel da velha Associação dos Trabalhadores e a importância da luta económica, como os de Carvalho e Cunha ou Manuel José Martins, outros, como os textos assinados por José Ribeiro/João Ricardo, valorizavam a luta política através do único partido que representava os trabalhadores contra os partidos burgueses. Surgiam, também, opiniões mais revolucionárias em que se privilegiava a luta contra o Estado como as de Guedes de Oliveira. A todos unia-os o velho lema da Internacional: «A emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores». E, por isso, era possível afirmar em 1880 que *O Operário* era «apezar de tudo e de todas as difficuldades promovidas pela burguezia despeitada, o orgão official das classes trabalhadoras» e que era «lido com avidez e enthusiasmo pelos nossos companheiros»[54].

---

53 O IV Congresso decidiu explicitamente que os dois jornais — *O Operário* e *O Protesto* — adoptassem o subtítulo « Jornal do Partido Socialista», que a sua «sustentação fique a cargo dos conselhos dos circulos do sul e do norte» e que «ambos obedeçam á mesma linha de conducta, ficando as suas redacções a fazer parte do conselho central, com voto consultivo». *O Operário*. Porto, 12 de Dezembro de 1881, p. 1.

54 *O Operário*. Porto, 15 de Fevereiro de 1880, p. 1.

Se, numa primeira fase, a tensão interna conseguiu ser ultrapassada pela coexistência de textos de diferente teor ideológico, a partir de meados de 1881, verificou-se uma clarificação com a saída do Partido do serralheiro anarquista Ermelindo António Martins e o regresso do marxista José Ribeiro, que rapidamente dominaria a linha editorial do jornal e o próprio Partido no Porto[55].

Em finais de 1881, José Ribeiro (assinando Ricardo) pretendia já aplicar a política do «centralismo democrático» ao Partido e ao *Operário*, provavelmente por estar descontente com as vozes dissonantes que continuavam a existir. Quanto à imprensa do Partido, Ricardo propunha que se criasse um único órgão oficial, porque a existência de dois jornais com tal função poderia provocar incoerências ideológicas, sendo prejudicial ao bom funcionamento do Partido Socialista. E foi Ricardo que, nas páginas do *Operário*, propôs que fosse feita a fusão entre este e o *Protesto*, dando origem a um novo jornal que «tomaria mui logicamente o título de *Protesto Operario* sobremaneira significativo da fusão estabelecida e do movimento das classes trabalhadoras em face da infame exploração burgueza»[56]. Este artigo deve ter provocado entre alguns socialistas reacções negativas, porque, no número seguinte, Ricardo constatava que «o nosso ultimo artigo deixou algumas aprehensões no espirito de alguns dos nossos companheiros» e assumia a inteira e única responsabilidade por aquelas opiniões[57].

Mas Ribeiro não estava sozinho e devia contar com bastantes apoios, porque, dando seguimento a estas propostas, a Conferência Socialista de 1882 determinava o fim da existência autónoma do *Operário.* Em Fevereiro a administração do jornal pedia a todos os assinantes que liquidassem as contas, porque a Conferência Socialista decidira reorganizar a imprensa socialista, fazendo, a partir de 5 de Março, a fusão entre o *Operário*, do Porto e o *Protesto*, de Lisboa, criando um único jornal que se passaria a designar *O Protesto Operário*, com redacção no Porto e em Lisboa. Era o fim, temporário, de um voz autónoma dos socialistas do Porto.

Refira-se, ainda, que um jornal só concretiza os seus objectivos quando consegue atingir um determinado público, que neste caso era consituído, fundamentalmente, pelos operários portuenses. Não possuímos meios e informações suficientes que nos permitam tirar conclusões a esse propósito. Sabemos que, à partida, o elevadíssimo analfabetismo entre as classes trabalhadoras restringiria o número de leitores e os poucos que sabiam ler eram os artesãos mais qualificados do Porto e Lisboa. Sabemos, também, pela pouca correspondência chegada ao *Operário* que este jornal chegava a outras zonas do país como Amarante, Castelo Branco, Régua, Penafiel, Montemor-o-Velho e Braga, mas deviam ser

---

55 Sobre estas rupturas ideológicas no movimento socialista portuense ver os capítulos 1 e 2 da II parte do presente trabalho.

56 RICARDO, João — Questões Necessarias VI. *O Operário*. Porto, 25 de Dezembro de 1881, p. 2.

57 *O Operário*. Porto, 1 de Janeiro de 1882, p. 1.

casos isolados. Sabemos, por último, que a maior parte dos assinantes do jornal eram membros da Associação dos Trabalhadores e do Partido Socialista, o que correspondia a uma minoria infíma da classe trabalhadora.

Não podemos, contudo, desvalorizar a importância histórica do *Operário* porque ele foi o primeiro jornal socialista do Porto com um forte discurso reivindicativo e ideológico, configurando as principais tendências existentes no movimento socialista, devido à sua ligação directa com a Associação dos Trabalhadores e com o Partido dos Operários Socialistas. A partir do momento em que se assumiu como órgão oficial do Partido Socialista, *O Operário* foi o primeiro jornal portuense a divulgar os grandes princípios teóricos do movimento socialista internacional, com objectivos políticos definidos. Além disso, participaram, como vimos, nas páginas deste jornal alguns dos nomes fundamentais da história do socialismo nacional e internacional. Por último, o estudo deste jornal permite-nos perceber alguma especificidade do socialismo portuense em relação ao lisboeta, nomeadamente a importância da corrente anarquista, já que é no Porto que nasce o primeiro grupo anarquista, a Associação União dos Trabalhadores, liderada por Ermelindo António Martins.

PARTE II

O OPERÁRIO

E O PENSAMENTO SOCIALISTA

1. Socialismo ou Socialismos?

> [...] *mil sistemas estranhos saíram impetuosamente dos espiritos alterados da multidão... Parecia que graças ao choque da revolução a própria sociedade se reduziria a pó e que se poria a concurso a nova forma que era preciso dar ao edifício que se ia colocar no seu lugar; cada um propunha um plano* [...]. *Um pretendia destruir a desigualdade das fortunas, o outro, a desigualdade dos conhecimentos, o terceiro tomava a seu cargo o nivelar a mais antiga das desigualdades, a do homem e da mulher; indicavam-se tratamentos específicos contra a pobreza, com remédios para este mal do trabalho que atormenta a humanidade desde que ela existe.*
>
> Alexis de Tocqueville*

1.1 O ecletismo ideológico

Em 1880, a propósito do 6º aniversário do jornal socialista lisboeta *O Protesto*, Bessa de Carvalho, um dos principais redactores de *O Operário*, afirmava que estes dois jornais defendiam as doutrinas «perfilhadas por Lassalle, Marx, Malon, Andrea e Costa e entre nós por Oliveira Martins e Anthero do Quental e muitos outros robustos talentos»[1]. Numa breve frase misturavam-se diferentes correntes socialistas — marxismo, socialismo de Estado, possibilismo, proudhonianismo — e até anarquistas.

Outros reconheciam a confusão ideológica que reinava entre os socialistas portuenses. O jornal *O Bejense* dizia desconhecer por qual das muitas escolas teóricas socialistas *O Operário* optava. Em resposta, o jornal dos socialistas do Porto declarava defender a apropriação colectiva do solo e, em seguida, afirmava que todos os programas socialistas visavam a emancipação dos trabalhadores[2]. Com esta afirmação demasiado vaga e abrangente, *O Operário* (ou o redactor que não está identificado) não se comprometia por nenhuma das escolas socialistas. Aliás, são vários os artigos em que o socialismo era definido sem contornos precisos. S. Ribeiro, por exemplo, dizia que «o socialismo quer tornar os homens eguaes» e que «é um governo de ordem, harmonia, de

---

* Texto escrito em 1850-51 (após a revolução de 1848) e citado por DROZ, Jacques — *História Geral do Socialismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1977. Vol. 3, p. 684 e 685.

[1] CARVALHO, Bessa — Ao «Protesto». *O Operário*. Porto, 1 de Agosto de 1880, p. 1. Este texto conciliava o que já era, então, inconciliável. Assim, por exemplo, Marx e Lassalle tinham cortado relações em 1862 porque o primeiro censurava violentamente o nacionalismo exarcebado e as cumplicidades com Bismark do segundo. Sobre este assunto ver TOUCHARD, Jean — *História das Ideias Políticas*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1991. Vol. 3, p. 182.

[2] *O Operário*. Porto, 20 de Junho de 1880, p. 2.

moralidade e de paz: é a justiça»[3]. Por sua vez, Bessa de Carvalho declarava que «o partido dos operarios socialistas se propõe alcançar a emancipação social às classes trabalhadoras» e por isso «detesta e promove uma guerra ao capital e à propriedade»[4].

Mas seria possível dar uma resposta que definisse claramente a opção ideológica dos socialistas portuenses? Uma análise detalhada do jornal revela um enorme ecletismo ideológico. Numa primeira fase, até 1881, coexistiram textos marxistas, proudhonianos, «trabalhistas» e bakuninistas, o que reflectia a realidade complexa do movimento socialista. Em finais dos anos setenta e princípios dos anos oitenta, o movimento socialista português era o resultado de múltiplas influências do socialismo europeu. No mesmo partido e na mesma associação lutavam lado a lado proudhonianos, marxistas e bakuninistas. No mesmo movimento coexistiam os que valorizavam a luta económica e os que privilegiavam a luta política. Esta coexistência estava longe de ser pacífica e apesar das várias tentativas de unidade começavam a fazer-se sentir os primeiros sinais de uma ruptura que iria eclodir em meados da década de oitenta entre os possibilistas, mais interessados em melhorar as condições económicas e sociais dos trabalhadores, e os marxistas, claramente virados para a luta no campo político, sobretudo nas eleições[5].

O Operário não podia deixar de reflectir a tensão entre as diversas correntes que propunham métodos e soluções bastante diferentes para os problemas que todos reconheciam existir. Por outro lado, este jornal portuense foi um palco privilegiado para personagens que seriam os futuros líderes daquelas tendências.

A partir de 1881, a luta entre as diferentes correntes socialistas tornou-se mais aberta e os marxistas pareceram levar a melhor quando o principal redactor passou a ser José Ribeiro (João Ricardo), responsável por editoriais claramente identificados com a ortodoxia marxista. Era o princípio do fim da unidade do movimento socialista.

1.2. Sementes de divergência

As divergências ideológicas começaram com a formação das primeiras secções portuguesas da Internacional. Em 1871, os três internacionalistas espanhóis, Mora, Morago e Lorenzo chegavam a Lisboa e no seu contacto com Fontana , Antero e outros socialistas «expuseram as doutrinas de Karl Marx, e as theorias que, já mesmo então, dividiam o Socialismo nascente», conta Jaime Batalha Reis, um dos protagonistas do

---

[3] RIBEIRO, S. — Justiça. *O Operário*. Porto, 29 de Junho de 1879, p. 2.

[4] CARVALHO, Bessa — O socialismo e os seus inimigos. *O Operário*. Porto, 17 de Agosto de 1879, p.1.

[5] Na década de oitenta o movimento socialista e operário viria conhecer outra importante cisão, com consequências mais profundas, protagonizada pelos anarquistas. Esse assunto será abordado no capítulo seguinte.

famoso encontro nocturno a bordo de um barco, no Tejo[6]. Os primeiros núcleos internacionalistas em Portugal iriam seguir a linha de Bakunine, que, em grande medida, era o seguidor das ideias de Proudhon, no seio da Internacional. Assim, a influência bakuninista, em Portugal, faz-se sentir logo de início, em 1871, na Associação Protectora do Trabalho Nacional (APTN), onde, segundo José Fontana, surgiram as primeiras divergências entre os militantes: «Uns optavam que ela devia abranger as questões politicas e seguir uma politica avançada, outros, pelo contrário, que ela devia abster-se de toda a acção politica e tratar puramente das questões económicas de seu interesse»[7]. A APTN optou pelo abstencionismo político, o que não surpreende se tivermos em conta a influência que o aliancista Morago teve em João Bonança, dirigente daquela associação operária[8].

Quanto à Fraternidade Operária, fundada por José Fontana em 1872, os seus estatutos eram semelhantes aos das *trade-unions* inglesas, isto é, proíbia aos seus membros qualquer manifestação política e virava-se exclusivamente para a luta económica. Ou seja, também no seio desta associação operária a opção pelo abstencionismo político era muito clara, o que mais uma vez revela a influência dos bakuninistas e proudhonianos.

Por outro lado, é conhecida a enorme influência de Proudhon em intelectuais como Antero de Quental, Oliveira Martins, Jaime Batalha Reis, Augusto Fuschini, José Fontana, Eça de Queirós e outros nomes mais ou menos ligados à história do socialismo português[9]. Às ideias de Proudhon juntavam-se, ainda, as de outros socialistas, nomeadamente ingleses como Owen, mas sobretudo, franceses como Saint-Simon, Fourier, Louis Blanc, entre outros. Quase todos defendiam uma reforma do sistema

---

[6] REIS, Jaime Batalha — Annos de Lisboa (algumas lembranças). In *Anthero de Quental. In Memoriam.* 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença e Casa dos Açores, 1993, p. 465. Sabemos, de facto, que as primeiras secções internacionalistas em Portugal pertenciam à *Aliança da Democracia Socialista*, organização secreta com existência paralela à Internacional e que contestava o que considerava ser o autoritarismo centralizador dos marxistas e defendia a extinção do Estado, preconizando, por isso, a abstenção política.

[7] *O Protesto*. nº 11. Lisboa, 1875.

[8] César Nogueira confirma estes dados porque referindo-se à Associação Protectora do Trabalho afirma que «o primeiro núcleo da Internacional portuguesa orientou-se pelo programa da Aliança Internacional da Democracia Socialista». Ver NOGUEIRA, César — *Notas para a história do socialismo em Portugal (1871-1910)*. Lisboa: Portugália Editora, 1966. Vol 1. p. 14.

[9] Lafargue, depois de passar por Lisboa, escreve a Engels e informa-o que «a Aliança se formou em Portugal e que homens excelentes, embora proudhonianos têm bastantes dificuldades em lutar contra ela. Estou em contacto com eles, nas minhas cartas privadas ataquei Bakounine e Proudhon». Citado por MÓNICA; Maria Filomena — *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1985, p. 38. Também a propósito da influência de Proudhon, Eça de Queirós conta que ele e Jaime Batalha Reis, sob a influência de Antero de Quental, começaram «à noite a estudar Proudhon, nos tres tomos da *Justiça e a Revolução na Egreja*, quietos á banca, com os pés em capachos, como bons estudantes. Ver QUEIRÓS, Eça — Um genio que era um santo. In *Anthero de Quental. In Memoriam.* Lisboa: Editorial Presença e Casa dos Açores, 1993. p. 501.

capitalista preconizando medidas como a descentralização do Estado, o cooperativismo e o mutualismo, uma diferente organização do trabalho, a democratização no acesso à educação, etc. Tratava-se de um conjunto de medidas que visavam acabar com os profundos antagonismos sociais provocados pelo desenvolvimento do capitalismo, criando uma sociedade mais fraterna constituída, de preferência, por pequenos produtores. Comum a quase todos estes socialistas era a crença iluminista no aperfeiçoamento inevitável das sociedades quando guiadas pela luz da razão. Quase todos estes socialistas, mais tarde conhecidos por utópicos, como Owen, Fourier, Saint-Simon e, sobretudo, Proudhon, desprezavam a acção política e, consequentemente, preconizavam a abstenção na luta eleitoral[10].

Mas a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), fundada em Londres, em 1864, «englobava toda uma série muito diversa de correntes políticas que embora aceitando expressamente os seus estatutos e regulamentos, não poderiam proporcionar uma coesão ideológica e uma unidade táctica interna que cimentassem uma acção isenta de atritos» refere César de Oliveira[11]. A luta era particularmente forte entre os bakuninistas e os marxistas. Ora, o movimento operário português aderiu à Internacional no exacto momento em que os marxistas se impuseram, expulsando, no Congresso de Haia de 1872, Bakunine e os seus seguidores. A partir desse momento, os marxistas determinavam que «a conquista do poder político tornou-se [...] a primeira obrigação da classe operária»[12] e que «o proletariado só pode agir como classe constituindo-se ele próprio em partido político distinto, oposto a todos os antigos partidos formados pelas classes possedentes»[13].

No Congresso de Haia de 1872, a secção portuguesa era representada por Paul Lafargue, genro de Marx, e vota, por isso, ao lado dos marxistas que, com a expulsão dos bakuninistas, passaram a dominar a Internacional já que os proudhonianos tornam-se minoritários. A decisão dos portugueses fora determinada mais pelas circunstâncias do que pelas convicções. A maior parte dos socialistas portugueses, como vimos, via com reservas a participação na luta política.

Como salienta Filomena Mónica, «a existência de marxistas em Portugal não significa que Marx fosse conhecido, muito menos lido ou compreendido»[14]. Já em 1872, Nobre

---

[10] Para um breve resumo das ideias destes socialistas utópicos ver TOUCHARD, Jean — *Op. Cit*, p. 117-147.

[11] OLIVEIRA, César — *O socialismo em Portugal - 1850-1900*. Porto: Afrontamento, 1973, p. 142.

[12] *Adresse* inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores, em 1864, elaborada por Karl Marx. Citada por MARGARIDO, Alfredo — *A Introdução do marxismo em Portugal 1850-1930*. Lisboa: Guimarães & Cª Editores, 1975, p. 36.

[13] Texto da Resolução do Congresso de Lausana de 1867. Citado por MARGARIDO, Alfredo — *Op. Cit*, p. 36.

[14] MÓNICA, Maria Filomena — *Op. Cit*, p.27.

França apercebia-se dessa realidade em carta a Engels afirmando que «a maior parte da classe trabalhadora, não possuindo ideias sobre coisa alguma, nem compreendendo o que se diz e escreve, julga que a Internacional é uma associação muito rica e tem muita curiosidade em conhecê-la» e adiante acrescentava que essa classe trabalhadora atrasada «não sabendo ler a maior parte [...], possuindo ideias muito confusas do Estado e da Autoridade, cujos nomes a humilham, não está para compreender a ideia da emancipação»[15].

De facto, o peso dessa corrente mais «sindicalista», pouco interessada em questões políticas sobre o Estado e o Poder, mas empenhada em minorar as condições precárias da existência dos trabalhadores através do associativismo operário, das cooperativas de produção, consumo e crédito, e de outras formas de mutualismo foi sempre muito forte. Este espirito manteve-se maioritário na Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa, fundada em 1873, com o objectivo de cumprir as resoluções do Congresso de Haia.

Mas, ao mesmo tempo, a corrente mais política, cumprindo igualmente as directrizes de Haia, apostava na formação do Partido Socialista, em 1875. A partir desse momento, a Associação dos Trabalhadores, estaria vocacionada para a luta económica, e o Partido Socialista encarregar-se-ia da luta política.

Grande parte dos dirigentes do movimento socialista tentou a conciliação destas duas tendências. *O Operário* é, também, eco desse objectivo de unidade. Num dos primeiros editoriais afirmava-se que se apresentavam dois caminhos aos operários: «a formação de cooperativas e a intervenção politica. Qualquer d'elles isoladamente nada vale. Mas conjunctamente darão um famoso resultado, e o primeiro contribuirá poderosamente para o bom exito do segundo»[16]. Mas as divergências existiam e *O Operário* não as conseguia iludir.

1.3. *O Operário*: pluralidade de opiniões

O jornal *O Operário* aparecia em 25 de Maio de 1879, como «periodico destinado a advogar os interesses dos trabalhadores», isto é, como órgão da Associação dos Trabalhadores do Porto. Não era, por isso, de estranhar a influência das correntes socialistas mais viradas para a luta económica, mais interessadas em melhorar as condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora.

---

15 *Treze Cartas de Portugal para Engels e Marx*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1978. Citado por MÓNICA, Maria Filomena — *Op. Cit*, p. 26.

16 *O Operário*. 1 de Junho de 1879, p. 1.

O espirito do socialismo de 48 permanecia ainda vivo em *O Operário*. O tecelão José Maria Pina, um dos elementos mais antigos da Associação dos Trabalhadores do Porto, não hesitava em invocar os acontecimentos revolucionários de 1848, em França, como fonte de inspiração por ter trazido entre «outras concepções, mais ou menos praticas a organisação das officinas sociaes» que Pina considerava fontes de progresso e elementos da «nova forma social»[17]. É igualmente significativo que *O Operário* publicasse em fascículos o texto de Antero de Quental, *O que é a Internacional?*, escrito em 1871. Neste opúsculo Antero refletia a profunda influência de Proudhon no seu pensamento político, a quem, aliás, chamava de «profeta do proletariado». Essa influência era óbvia na defesa que Quental fazia de uma federação agro-industrial, de uma sociedade onde haveria o encontro de todas as classes numa única classe formada por «trabalhadores livres e iguais» e, ainda, do abstencionismo político[18].

Outro texto fundamental publicado por *O Operário,* durante o ano de 1879, foi o programa do Partido Socialista, escrito em 1877. Aí atacava-se o Estado forte e centralizado, apostava-se numa efectiva descentralização administrativa em que os municipios seriam os responsáveis pela gestão de escolas, hospitais, cadeias, vias públicas, correios, telégrafos, polícias, tribunais, etc. Defendia-se, igualmente, medidas de carácter económico para que os trabalhadores pudessem «modificar a sua condição de salariados», como a diminuição do horário de trabalho, o aumento dos salários, a «salubridade dos logares onde se executa o trabalho», «abolição do tempo determinado de apendizagem», a exclusão das crianças das fábricas, etc. E, para modificar a situação económica dos trabalhadores, o programa socialista pensava ser necessário criar instituições como cooperativas de trabalho, de crédito e de consumo, caixas de socorros na doença e na inabilidade e, ainda, seguros de mobília e utensílios[19]. Maria Filomena Mónica considera que este programa não passava do «federalismo apregoado por Proudhon», muito mais interessado nas reivindicações imediatas dos trabalhadores[20].

---

17 *O Operário*. Porto, 10 de Agosto de 1879, p. 2. José Maria Pina defendia deste modo as «oficinas sociais» preconizadas por Louis Blanc.

18 Este opúsculo começou a ser publicado em *O Operário*, em fascículos, a partir de 28 de Março de 1880. A propósito da participação política afirma Antero: «...em quanto o nosso pensamento emancipador se não tiver realisado, enquanto a reforma social não fôr um facto, toda a acção politica não representará para nós mais do que dissipação de tempo, dispersão de forças (...). O programma politico das classes trabalhadoras, segundo o Socialismo, cifra-se em uma só palavra: *abstenção*». QUENTAL, Antero de — O que é a Internacional? *O Operário*. Porto, 6 de Junho de 1880, p. 3.

19 Citado do I Programa do Partido Socialista em Portugal. Este programa encontra-se publicado em *O Operário*. Porto, 3 de Agosto de 1879, p. 1 e, também em FONSECA, Carlos — *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América, s.d. Vol. II, p. 101-107. Este programa foi aprovado oficialmente a 20 de Janeiro de 1878 pelo Conselho Central do Partido Socialista que era constituido por Agostinho José da Silva, António Joaquim Oliveira, António Lúcio Fazenda, Eudóxio César de Azedo Gneco, José Correia Nobre França e Saul Picoldino Fernandes.

20 MÓNICA, Maria Filomena — *Op. Cit,* p. 51.

Para Carlos da Fonseca este programa visava «descentralizar o capitalismo»[21]. Significativamente, este texto programático não contemplava uma única palavra sobre as formas de participação política dos trabalhadores.

Mas já em 1879, *O Operário* revelava as divergências existentes em relação às orientações defendidas nos textos acima citados. Azedo Gneco, correspondente do jornal portuense em Lisboa, defendia a participação autónoma do Partido Socialista nas eleições legislativas desse ano, afirmando: «A constituição dos proletários portuguezes como partido militante, independente e opposto aos demais partidos politicos, constituição que eu tive a glória de iniciar e conseguir, reclama a lucta a todo o transe, affirmando assim constantemente a existencia do partido operario, o unico que, alheio às tricas partidarias e sem as peias egoistas das facções burguezas, póde realizar reformas uteis, e conduzir a sociedade pela verdadeira senda do progresso»[22].

Ao mesmo tempo, Gneco condenava as escolas socialistas que contribuíam para «enraizar a crença da impossibilidade da extirpação dos males sociais, com os seus desconchavos (...) estabelecendo como principio que o verdadeiro revolucionario só deve destruir, e no mais curto espaço de tempo» e acrescentava ser urgente «affirmar com factos que os socialistas portuguezes não pertencem á pleiade de sonhadores, mais ou menos rasoaveis, que querem remodelar o mundo em harmonia com a sua imaginação»[23]. Deste modo, Azedo Gneco expunha o seu pensamento político claramente identificado com a linha marxista e atacava os chamados socialistas utópicos e também os anarquistas. Aliás, Gneco conhecia muito bem o peso dos socialistas mais ligados às correntes «sindicalista» e proudhoniana, já que quando propusera, como vimos em capítulo anterior, a candidatura de Oliveira Martins por um dos círculos do Porto nas eleições legislativas de 1878 tinha entrado em confronto directo com a direcção do Partido Socialista que, então, tinha optado pela abstenção. Recorde-se que depois desse duro combate entre as duas facções do partido, Gneco foi afastado de todos os cargos partidários e da Associação dos Trabalhadores.

Em outros artigos Gneco era, ainda, mais directo nos ataques aos socialistas utópicos ao afirmar que os socialistas portugueses não seguiam as «utopias de Saint-Simon, Fourier e Proudhon»[24]. Aliás, Azedo Gneco referia-se constantemente aos socialismos de 48 como «metafísicos» e marcados pelo «sentimentalismo de 1789»[25]. Este socialista de ascendência italiana lutaria sempre pelo reforço da corrente marxista

---

21 Prefácio de Carlos da Fonseca no livro de VIANA, J. M. Gonçalves — *A Evolução Anarquista em Portugal*. Lisboa : Seara Nova, 1975, p. 15.

22 *O Operário*. Porto, 3 de Agosto de 1879, p. 2.

23 *Ibidem*.

24 *O Operário*. Porto, 21 de Setembro de 1879, p. 3.

25 GNECO, Azedo — Lição de Mestre. *O Operário*. Porto, 23 de Maio de 1880, p. 1 e 2.

e, aliás, considerava ter sido, ele próprio, o principal responsável pela divulgação do marxismo em Portugal: «Como fazia parte de todos os conselhos era-me fácil manejar as coisas à minha vontade», escrevia Gneco numa carta a Engels[26].

Esta posição de Azedo Gneco e muitos outros artigos do *Operário* que privilegiavam a luta política e defendiam o colectivismo estavam em confronto com o programa do Partido Socialista. Apesar de aparecerem vários artigos a defenderem o cooperativismo como meio de melhorar a situação económica e social dos operários, a verdade é que a defesa do colectivismo ganhava gradualmente espaço no *Operário*, o que não surpreende se tivermos em conta que com excepção dos socialistas ainda ligados ao proudhonianismo ou a outras correntes socialistas utópicas, quer os bakuninistas quer os marxistas eram apologistas da apropriação colectiva dos meios de produção, nomeadamente da terra. Assim, não desprezando totalmente o papel das cooperativas, insistia-se em alguns artigos do *Operário* que elas pertenciam ao passado, a uma época de transicção: «Sabe-se que as duas escolas de cooperadores e collectivistas, diferem quanto à forma de organisação, quanto ao modo de proceder, mas não quanto ao fim a attingir. Ambos trabalham para entregar aos trabalhadores agricolas ou industriaes a posse da terra e dos instrumentos de trabalho; os cooperadores rehavendo-os pela accumulação de pequenos capitaes, e os collectivistas expropriando-os pela acção do Estado. Ambos egualmente prosseguem a organisação collectiva do trabalho; os cooperadores por associações livres e os collectivistas por grupos communaes e cooperativos. Os cooperadores são pacificos e progressistas, os collectivistas são radicaes e revolucionarios por necessidade. A cooperação foi na historia dos desenvolvimentos do socialismo, uma doutrina de transicção, e sobre tudo de conciliação»[27]. Este artigo acrescentava, ainda, que o cooperativismo não resultou porque os capitalistas não compreenderam e «carregaram sobre os socialistas de todas as escolas [...] repelliram a cooperação, isto é o socialismo simples e pacifíco, e mataram-no em embryão». Deste modo nasceu o fosso entre as duas classes, burguesia e proletariado, o que levou ao «collectivismo revolucionario»[28].

A defesa do colectivismo passava a ser um ponto comum a marxistas e anarquistas. Internacionalmente a defesa explícita do colectivismo foi feita no Congresso da AIT, em Bruxelas, realizado de 6 a 13 de Setembro de 1868. Este

---

26 *Treze Cartas de Portugal para Engels e Marx*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1978. Citado por MÓNICA, Maria Filomena — *Op. Cit*, p.27.

27 *O Operário*. Porto, 16 de Novembro de 1879, p. 1.

28 *Ibidem*. p. 1 e 2. Recorde-se a propósito do Congresso de Marselha, que o marxista Jules Guesde o apelidou de «congresso imortal» e, como refere Jacques Droz, «entre as vítimas contaram-se (...) as formas do passado nas quais se personificou um momento do socialismo francês, um momento da história dos produtores dependentes e sonhando com a independência: as cooperativas foram eliminadas na qualidade de instrumento de emancipação do proletariado»: DROZ, Jacques — *História Geral do Socialismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1979. Vol. 4, p. 200 e 201.

Congresso declarava-se partidário da apropriação colectiva do solo, das minas, das pedreiras e dos meios de transporte embora dizesse que as cooperativas eram importantes e que deviam «formar a base da futura sociedade socialista emancipada»[29].

Mas foi no Congresso de Basileia, realizado de 5 a 12 de Setembro de 1869, que se proclamou que «a sociedade tem o direito de abolir a propriedade individual do solo e de fazer entrar o solo na comunidade»[30].

Portanto, era normal que, em finais da década de 70 e princípios da de 80, uma parte significativa dos operários socialistas portuenses defendesse a colectivização dos meios de produção como o melhor caminho para a emancipação do proletariado: «Para nós, como para todos os que estão do nosso lado, qualquer que seja a escola a que pertençam a pobresa está ligada á propriedade; haverá pobres, emquanto a propriedade fôr individual, porque sendo ella a origem da riquesa, é claro que não serão ricos aquelles que não possuirem. Para extinguir, pois a pobresa, é necessario mudar de systema; é necessario que a propriedade seja de todos, isto é collectiva. A propriedade do solo, das officinas, dos instrumentos de trabalho, deve pertencer aos trabalhadores agricolas, aos artistas e aos operarios. [...] É por este *desideratum* que aspiramos todos os que nos chamamos SOCIALISTAS»[31].

Assim, a importância crescente dos colectivistas de tendência bakuninista e dos marxistas fez com que se sentisse a necessidade de modificar o programa do partido. No início de 1880, tendo como objectivo o IV Congresso do Partido Socialista que estava prestes a realizar-se no Porto, afirmava-se a necessidade da «formação d'um programa que seja, por assim dizer, a sinthese das aspirações da maioria dos operarios portuguezes» e acrescentava-se que esse programa «será por certo um pouco differente, como já hoje é o que existe, dos que são defendidos pelos nossos companheiros do resto da Europa» porque «as condições de meio, a falta de educação conveniente e os muitos preconceitos (...) impedem que os operarios entrem desassombradamente n'um caminho de aberta opposição ás instituições actuaes». Advertia-se que esse programa não se afastaria da base fundamental do socialismo, «a collectividade do solo e de todas as riquezas naturaes e a extinção do patronato». Mas ao mesmo tempo insistia-se que alguns métodos de acção teriam de ser graduais como a «criação de associações de auxilio e de cooperação», porque embora não acreditassem «na efficacia d'estes meios que é quasi nulla» pensavam que eles podiam trazer «algum pequeno allivio aos desherdados e para mais facilmente lhes fazer comprehender que só a applicação das theorias socialistas poderá ter como consequencia a felicidade commum»[32].

---

[29] DROZ, Jacques — *Op. Cit.*, Vol. 3. p, 837.

[30] IDEM, *Ibidem*, p. 838.

[31] *O Operário*. Porto, 29 de Fevereiro de 1880, p. 1.

[32] *O Operário*. Porto, 22 de Fevereiro de 1880, p.1.

Nestas afirmações é possível discernir a existência de algum debate interno no partido. O objectivo era o colectivismo mas dadas as especificidades da situação dos operários portugueses, os métodos graduais, como as cooperativas, continuavam válidos.

No referido IV Congresso do Partido Socialista, realizado no Porto em 1880, um dos pontos de ordem era precisamente a revisão do programa do partido. Aí era lido o programa em vigor, e eram apresentados um projecto proposto pelo Conselho Central e ainda outro «elaborado pelo dr. Anthero de Quental a pedido de alguns membros do partido». Decidia-se, também, nomear uma «comissão especial para estudar e dar opinião àcerca das reformas que se propõe no programma»[33]. Mas esta comissão não optou definitivamente por nenhuma linha ideológica, considerando que o programa do partido deve «quanto possivel, corresponder ás necessidades da sociedade portugueza, tendo em vista os principios da collectivização das riquezas sociaes». Por isso, acrescentava a comissão, «o actual programma do partido socialista é apenas transitorio, por quanto não é licito ditar de antemão as reformas que um meio social porventura differente possa exigir»[34].

Optava-se pela moderação porque acima de tudo considerava-se que o partido devia «diligenciar obter desde já o maior numero de regalias para a classe trabalhadora»[35]. Esta moderação era reveladora do peso da corrente «sindicalista» no Congresso, como veremos adiante.

O novo programa aprovado no IV Congresso era bastante semelhante ao anterior[36]. Mas havia algumas diferenças significativas. Em primeiro lugar, a ordem de apresentação dos princípios programáticos. A defesa da descentralização administrativa, com base nos municípios, era relegada para um plano secundário e privilegiava-se os aspectos económicos que visavam uma melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores. E, mais uma vez, salientava-se a importância da criação de cooperativas de produção, consumo e de crédito e ainda de caixas de socorros (art. 15°), mas advertia-se para a necessidade da exclusão «dos proprietarios e seus representantes das sociedades de trabalhadores, tais como montepios, cooperativas, de recreio, instrucção e outras, com o fim de evitar a dominação e o servilismo». Este aviso permite

---

33 *O Operário*. Porto, 21 de Novembro de 1880, p. 1 e 2. Nessa altura o conselho central era composto por Borges Ventura, Lino Rato, Nobre França e Lúcio Fazenda.

34 *O Operário*. Porto, 30 de Janeiro de 1881, p. 1. A comissão era constituída por José Martins Gonçalves Viana, José da Silva Lino, Silvestre Pinto Caldeira, Eduardo Carvalho e Cunha, Augusto Bessa de Carvalho e Luís Figueiredo.

35 *Ibidem*.

36 Ver Anexo 3. Este programa aprovado em 1880 é também reproduzido por FONSECA, Carlos da — *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América, s.d. Vol. 2, p. 121-125. Vem igualmente publicado em *O Operário*, de 17 e 24 de Abril de 1881.

perceber que muitas das associações cooperativas e de socorros mantinham o espirito mutualista das primeiras associações criadas a partir da década de 50 onde não havia oposição de classes, mas pelo contrário, uma coexistência pacifíca entre patrões e empregados e, que, por isso eram acusadas de serem dominadas pela burguesia.

Uma das poucas novidades do programa era a referência, bastante discreta é certo, à questão da participação política. Afirmava-se que os proletários «constituem-se em partido politico, determinados a criarem um poder, que modifique as violências politicas da classe dominante, fazendo também representar nos poderes do Estado os seus interesses de classe, excluídos das instituições politicas e civis». Deste modo, «os operarios preparam-se para se apoderarem dos poderes públicos entrando em todos os corpos politicos e administrativos». Deste modo, procurava-se agradar aos elementos socialistas que defendiam a participação eleitoral do Partido Socialista.

Como interpretar este programa? Será que se pode falar no reforço da componente «sindicalista», mais interessada na luta económica e que por isso não deixava de valorizar o cooperativismo? Houve cedências aos elementos que valorizavam a luta política? Ou, mais uma vez, tentou-se a conciliação entre as duas forças, evitando o domínio de uma delas? A análise da composição da referida comissão permite perceber o predomínio dos elementos que apostavam na luta económica. Gonçalves Viana seria, nas décadas de 80 e 90, um dos principais elementos do anarquismo portuense. Eduardo Carvalho e Cunha e Luís de Figueiredo seriam os líderes do socialismo possibilista no Porto e em Lisboa, respectivamente, e, além disso, Carvalho e Cunha dirigia a importante Cooperativa de Tecidos do Porto que estava agregada à Associação dos Trabalhadores do Porto. José da Silva Lino era um velho elemento da Associação dos Trabalhadores do Porto, onde a corrente «sindicalista» era muito forte.

Deste IV Congresso parece sair reforçado o peso dos socialistas do Porto e, entre estes, a ala ligada ao espírito da velha Associação de Trabalhadores do Porto. O novo Conselho Central era formado por Manuel José Martins, Ermelindo António Martins, Joaquim Pinto de Carvalho, Eduardo Carvalho e Cunha e Silvestre Pinto Caldeira, ou seja, nomes que no futuro, mais ou menos próximo, estariam ligados ao anarquismo ou ao socialismo possibilista.

Por outro lado, é importante não simplificar a análise rotulando ideologicamente os membros do movimento socialista portuense. A maior parte deles nunca tinha lido quaquer obra teórica do socialismo e por isso, defendiam algumas máximas apanhadas em diferentes correntes socialistas (e anarquistas, como veremos) e acreditavam, provavelmente, na possibilidade de as conciliar. Havia um objectivo comum a todos estes homens: a emancipação do proletariado e o melhoramento das difíceis condições de vida dos trabalhadores. Daí, que o Congresso concluísse que a «linha de conducta a

seguir pelo partido socialista deverá ser aquella que mais rapidamente conduzir á implantação do collectivismo. N'este intuito, o partido servi-se-ha da politica como meio de acção a aproveitar para a representação e melhoramento do proletariado; como se poderá aproveitar da *gréve*, da cooperativa, etc., na ordem economica»[37]. Todas os métodos de acção eram úteis.

Assim, era frequente aparecerem artigos de conciliação em que se afirmava que as cooperativas de produção não eram o único meio de emancipação dos trabalhadores mas «um meio e meio muito precioso» só que também era necessário entrar «em lucta politica a quem até ali só tinha luctado no campo economico», porque os operários entenderam que «deviam aspirar ao governo das nações, como sendo o unico recurso, e inffalivel para acabar com as tyrannias que dominam e esmagam o trabalhador. É então que se vê apparecer o partido socialista definitivamente organisado»[38].

Ao apelo à formação de cooperativas juntava-se o reconhecimento da necessidade da luta política: «Formemos cooperativas não só de producção mas de consumo, para nos livrarmos dos abusos com que somos vexados, e quando chegar a occasião em que o povo tem que mandar delegados seus às camaras, mandemos tambem os nossos»[39].

A coexistência das tendências verificava-se também nas felicitações que *O Operário* recebe aquando dos seus aniversários: foram enviados pequenos textos por socialistas ou anarquistas como Benoit Malon, Andrea Costa, Frederic Borde, Becker, Louis Bertrand[40].

Em meados de 1880, por motivos não esclarecidos, verificava-se o afastamento (temporário) do jornal, e mais tarde da Associação dos Trabalhadores, de José Ribeiro, o único elemento dos socialistas portuenses claramente identificado com a ortodoxia marxista[41]. Era o próprio *O Operário*, que de forma breve e seca informava os seus leitores do facto: «Deixou de fazer parte da redacção d'esta folha o cidadão José Ribeiro (João Ricardo) operario sapateiro. Deixou tambem de pertencer á Associação dos Trabalhadores»[42]. Estaria este afastamento de José Ribeiro relacionado com o crescente domínio da ala «trabalhista»?

---

[37] *O Operário*. Porto, 19 de Dezembro de 1881, p.1.

[38] *O Operário*. Porto, 1 de Junho de 1879, p. 1.

[39] *O Operário*. Porto, 15 de Junho de 1879, p. 1.

[40] *O Operário*. Porto, 30 de Maio de 1880 e 29 de Maio de 1881.

[41] José Ribeiro (assinando João Ricardo) começava por demitir-se do jornal em Março de 1880 fazendo a seguinte declaração: «Declaro que desde hoje deixo de ser redactor effectivo do Operario. Na reunião que deve effectuar-se de tarde terei occasião de apresentar, juntamente com o pedido da minha demissão, os motivos imperiosos que me obrigam a fazel-o». Ver *O Operário*. Porto, 7 de Março de 1880, p. 4.

[42] *O Operário*. Porto, 19 de Setembro de 1880, p. 4. Neste número dava-se a mesma informação em francês aos socialistas europeus já que José Ribeiro era o correspondente por Portugal de vários

Com o afastamento do principal responsável pelos artigos de teor marxista do jornal e com o predomínio no Partido e na Associação dos Trabalhadores da corrente mais sindicalista surgiam alguns artigos virados claramente para a luta económica. Aparecia, por exemplo, um editorial não assinado afirmando que «não basta a existencia do partido operario, cujo desenvolvimento será moroso e difficil; é preciso crear dentro d'elle, não associações de resistencia, uteis dadas certas circumstancias (...) mas sim caixas de auxilio aos trabalhadores filiados no partido, não só por occasião de falta de trabalho mas principalmente no caso de vingança exercida pelos patrões por motivos politicos (...) e é principalmente d'uma necessidade immediata a união das forças de todos os operarios para, por meio da acção cooperativa, se tornarem cada vez mais independentes, fortes e unidos»[43].

Nesta forte corrente sindicalista encontrava-se a raiz do socialismo possibilista cujos mentores, a nível internacional, seriam Paul Brousse e Benoit Malon, com o seu socialismo integral[44]. Os possibilistas eram nacionalistas e reformistas porque valorizavam as conjunturas específicas de cada país e do respectivo movimento operário e, além disso, preocupavam-se, sobretudo, em propor ou apoiar todas as medidas que trouxessem melhoramentos efectivos para as condições de vida e de trabalho dos operários. Por isso, os possibilistas punham a tónica sobre a acção sindical e faziam prevalecer a luta económica sobre a luta política. E, ao contrário dos marxistas, não eram centralistas, preferindo apostar claramente em soluções descentralizadoras[45].

1.4 . O crescente domínio do marxismo no*Operário*

Os socialistas portugueses aderiram à Internacional, como já foi referido, no momento em que os marxistas se impunham sobre as outras correntes. Depois da sua passagem por Lisboa, Lafargue, secretário pela Península Ibérica na Internacional,

---

jornais socialistas europeus, como por exemplo, o *L'Emancipation*, de Benoit Malon : «Nous faisons savoir à nos amis, correligionaires et collegues de la prèsse à l'étranger que: le citoyen José Ribeiro (João Ricardo) ne fait-il part de la redaction de L'*Operario*. Il ne fait part aussi de l'associaction des ouvriers socialistes en Portugal.

Porto, le 18 setembre 1880. *La redaction.*».

[43] *O Operário*. Porto, 4 de Abril de 1880, p.1.

[44] Benoit Malon era bastante conhecido dos leitores de *O Operário* já que muitas das suas obras, sobretudo *O Socialismo Integral* e a *Revue Socialiste* eram anunciadas e analisadas neste jornal. Para o socialismo integral só por si a luta de classe não dominava a história e recusavam-se a «encerrar toda a vida social na concha do progresso económico». Para os socialistas integralistas os fenómenos morais eram igualmente importantes, ou seja, «para elles não é exacto que a sociedade politica seja um reflexo da sociedade economica; os phenomenos religiosos, politicos e economicos actuam uns sobre os outros e entrecruzam-se para determinar o movimento das nações». São palavras de Benoit Malon citadas por LIMA, Magalhães — *O Socialismo na Europa*, 1892, p. 13 e 14.

[45] Cf. DROZ, Jacques — *Op. Cit.* Vol. IV, p. 11 e 209-212.

conseguia o votos dos portugueses para o lado marxista. Mas a grande maioria dos socialistas portugueses continuava mais influenciada por Proudhon e não conhecia a obra de Marx. Aliás, a única obra marxista conhecida em Portugal era *O Manifesto Comunista,* publicado, em 1872, no jornal *Pensamento Social*. Como refere Alfredo Margarido, a introdução do marxismo, em Portugal, foi dificultada pela forte influência das outras correntes socialistas, sobretudo a proudhoniana[46].

A maior parte das referências a Marx no*Operário* eram genéricas e revelavam a ausência de um conhecimento profundo da obra marxista. Em princípios de 1880, o sapateiro Gaspar Ricardo referia o autor do *Capital* nos seguintes termos: «Marx, o generoso conspirador da emancipação social, pugnando pelo estabelecimento da *Associação Universal dos Trabalhadores*, conhecida hoje sob o nome generico de *Internacional*, creu, como alguns dos seus antecessores, ser ella quem deveria levar os operarios a rehaver as suas garantias, de ha muito aniquiladas pela desmesurada ambição dos capitalistas. O profundo reformador allemão, para convencer os operarios da torpe exploração de que eram victimas, mostrando assim o quanto urgia a fundação da Associação, onde todos os trabalhadores se agremiassem no intuito de conseguirem a reivindicação social, deu-lhes o celebre livro o *Capital*, o mais logico e irrefutavel de quantos escriptos tem apparecido em economia social»[47].

O autor deste artigo tinha uma noção bastante vaga dos conceitos de mais valia e do antagonismo entre trabalho e capital no sistema capitalista: «O capital é totalmente improductivo sem applicação ao trabalho, e a prova é assaz conhecida. Affastado o trabalho do capital que pruduziria este? A sociedade desappareceria logo que lhe tirassem a vida, isto é o trabalho, unica origem do valor, vertendo incessantemente o seu fabuloso producto sobre o capital. [...]. A remuneração do seu serviço [do operário], é a quarta parte do lucro que aufere o capital, e em quanto pelo seu exforço consegue ganhar um parco salario, vai enfraquecendo na razão em que robustece o mesmo capital»[48].

Como foi referido, até meados de 1880 coexistiram neste jornal, tal como no Partido Socialista portuense, várias tendências ideológicas. Era, pois, possível aparecer um artigo declarando que os socialistas portugueses eram marxistas: «Os deffensores das doutrinas de Karl Marx, em cujas fileiras militamos, propagam as suas ideias actualmente em Portugal, por meio de dous jornaes semanaes e varias publicações taes como almanachs, etc»[49]. Saliente-se, que este artigo era escrito após o IV Congresso, ou

---

[46] MARGARIDO, Alfredo — *Op. Cit.*, p. 10.

[47] RICARDO, Gaspar — O Trabalho e o Capital. *O Operário*. Porto, 4 de Janeiro de 1880, p.1.

[48] IDEM, *Ibidem*.

[49] *O Operário*. Porto, 11 de Novembro de 1880, p.3.

seja, após a aparente vitória de uma linha mais identificada com a acção da Associação dos Trabalhadores.

Os principais divulgadores do pensamento marxista, e aqueles que melhor o conheciam, eram Azedo Gneco e, no Porto, José Ribeiro/João Ricardo. Azedo Gneco não era uma personagem consensual no seio de um Partido Socialista que valorizava essencialmente a luta económica. José Ribeiro parece ter, igualmente, causado algum mau estar dentro do Partido Socialista do Porto. Como vimos, em meados de 1880 José Ribeiro afastava-se (ou era afastado) do jornal e do movimento socialista portuense dando lugar a um domínio da linha mais «trabalhista» do partido. A grande figura passava a ser Ermelindo António Martins.

Por motivos ainda não esclarecidos, mas que revelam uma intensa luta interna entre facções, com Ermelindo Martins e José Ribeiro como protagonistas, este último regressava ao Partido e em Maio de 1881 tomava conta da redacção do jornal e passava a aparecer em todas as actividades públicas do Partido Socialista. Nessa altura, já tinha começado a saída do Partido Socialista dos elementos mais contestários à linha política e centralista que Ribeiro vai personificar.

Em 1880, Pinto Barbosa, antigo redactor do *Operário*, tinha deixado a Associação dos Trabalhadores e o Partido Socialista para fundar a União Democrática Social (UDS), organização defensora da linha sindicalista que, numa primeira fase, não se desligou totalmente do Partido Socialista, já que aderiu ao programa transitório deste partido. A propósito da UDS, Carlos da Fonseca salienta que esta cisão protagonizada por Pinto Barbosa deu-se devido ao modo como o partido tinha ignorado a greve dos chapeleiros de 1879. Estava-se em pleno período eleitoral e o partido viu com pouca simpatia greves que «davam um aspecto subversivo à situação, inoportunas porque equidistaram o militante de olhos fixados na urna»[50]. Carlos da Fonseca considera que a UDS defendia um socialismo moderado e anti-centralizador, próximo dos possibilistas[51].

Em Abril de 1881, demitia-se do Partido e da Associação dos Trabalhadores do Porto um dos mais carismáticos dirigentes do movimento operário portuense, o

---

[50] Prefácio de Carlos da Fonseca ao livro de VIANA, J. M. Gonçalves — *Op. Cit.*, p. 21.

[51] Em 1882, a UDS enviava uma mensagem de saudação ao congresso dos possibilistas franceses: «A assembleia da associação popular União Democrática Social, (com sede no Porto), rua do Laranjal nº123-2º, reunida hoje para celebrar a constituição definitiva, aproveita o acontecimento para festejar a revolução parisiense de 18 de Março e saudar, em seu nome e em nome das classes trabalhadoras que ela representa, os sobreviventes desse movimento revolucionário verdadeiramente popular e que, por isso, lhe merece toda a simpatia. Permiti-nos, companheiros, utilizar o vosso *Prolétaire* para exprimirmos publicamente os nossos sentimentos». Citado por Carlos da Fonseca no seu prefácio a VIANA, J. M. Gonçalves — *Op. Cit*, p. 24.

serralheiro Ermelindo Martins, para fundar a AUT, Associação União dos Trabalhadores, de tendência anarquista[52].

Depois do seu regresso à redacção do jornal, José Ribeiro não deixaria de atacar Pinto Barbosa e Ermelindo Martins e, além disso, iria escrever vários artigos de fundo claramente orientados pelo pensamento marxista. Quais as ideias básicas do marxismo divulgadas em *O Operário* ?[53]

Uma das ideias fundamentais era a da luta de classes como motor da história e do desenvolvimento da humanidade: «...a lei natural do desenvolvimento das sociedades é a lucta constante das classes, lucta tanto mais accentuada quanto mais a condicção historica do momento mostra a virilidade de uma classe em opposição á decrepitude. Assim se notamos que as classes que sobem vivem constantemente agarradas ao principio revolucionario que lhes deu o poder, tornando-se por esse facto imminentemente conservadoras, por outro lado vêmos que as classes que ficam, e que nasceram da propria proclamação d'aquelle principio se orientam differentemente, terminando por impôr um novo principio consentaneo á sua posição social, derivado da propria natureza da sua existencia e porconseguinte imminentemente revolucionario.É a eterna e infinita lei da evolução»[54].

Nestes artigos Ricardo reconhecia o mérito das revoluções burguesas por derrubarem a sociedade do Antigo Regime e criarem as condições para o desenvolvimento do proletariado e salientava que o antagonismo actual era entre a burguesia — o capital — e o operariado — o trabalho: «É que a democracia republicana representa hoje uma phase evolutiva no meio burguez, exactamente como a organização do proletariado em partido politico distinto accuza a conquista da sua consciencia. Mas as duas classes, uma representativa do capital, outra do trabalho, longe de se fundirem no cadinho da evolução excluem-se, extremam-se, definem-se e degladiam-se poderosamente cada qual pelo triumpho dos seus direitos». João Ricardo acrescentava que «o movimento socialista affirma um antagonismo de classes cuja conflagração futura implicará irremediavelmente a resolução de todos os problemas sociaes»[55].

Noutro artigo Ricardo afirmava que «o aperfeiçoamento progressivo do industrialismo collocou frente a frente, em guerra aberta, dois adversários famozos:— burguezia e proletariado, ou — capital e trabalho»[56] porque «desde o momento em que por uma supposta liberdade do trabalho, que não é mais do que a liberdade da

---

52 *O Operário*. Porto, 10 de Abril de 1881, p. 3. As relações entre socialismo e anarquismo serão abordadas no capítulo 2, da II Parte.

53 Ver um breve resumo do pensamento marxista em TOUCHARD, Jean — *Op. Cit.* p. 226.

54 *O Operário*. Porto, 25 de Setembro de 1881, p.1.

55 RICARDO, João — Politica Socialista. *O Operário*. Porto, 6 de Fevereiro de 1881, p. 1.

56 *O Operário*. Porto, 30 de Maio de 1880. p.4.

exploração capitalista, a industria moderna principiou a progredir, reclamando de cada vez a aglomeração de braços, a concentração dos capitaes e a applicação da mechanica, as massas operarias, augmentando proporcionalmente, começaram tambem de reagir contra uma ordem social que as opprime e explora, que as conserva eternamente na dura condição de rotos e famintos»[57].

Era necessário que os trabalhadores se revoltassem, mas Ricardo alertava que a luta dos operários devia ser organizada e não ser desbaratada em revoluções sem qualquer disciplina porque eram inúteis e tinham como resultado milhares de cadáveres nas ruas como em 1871, na França, durante a Comuna. As sociedades «não podem transformar-se repentinamente [...] sem a consciencia das suas acções, sem uma orientação logica do seu movimento. É esta consciencia e esta orientação que caracterisam actualmente o movimento socialista universal e ellas e só ellas poderão conseguir seja qual fôr o ponto a que possa ainda subir a exploração do trabalho pelo capital, a transformação da propriedade collectiva, a illiminação do salario, o aniquillamento dos monopolios, a unificação das classes emfim que constitue o final da emancipação dos trabalhadores»[58], proclamava Ricardo. Por isso o proletariado devia constituir-se em partido político distinto, intervindo através do sufrágio universal. E se o sufrágio for adulterado pelo poder económico «rebentará então a revolução, não a revolução cega, anti-civilisadora, mas a revolução já preparada pela disciplina moral das massas, a revolução expontanea, efficaz, vivificadora »[59].

Quanto às associações de resistência, elas podiam melhorar as duras condições de vida dos operários: «Por meio da associação de resistencia os operarios pertencendo a qual ramo industrial podem reclamar e obter um augmento de salario, uma diminuição nas horas de trabalho, mas esse bem estar relativo conquistado pelo exforço collectivo e solidario dos operarios agremiados, passará em breve, porque não destroe a baze essencial da exploração — a lei dos salarios. Mais inutil ainda o meio da cooperação, cuja practica de producção ou de consumo, tem forçosamente de cahir defronte da concorrencia individual, que dispõe de sommas que os emprehendedores das cooperativas não podem jámais obter ainda que conseguissem, o que não é possivel subtrahir uma pequena parte aos seus salarios»[60]. Nesta afirmação era patente mais uma vez uma crítica aos que privilegiavam a luta no campo económico, fundamentalmente através das cooperativas, e que, como vimos, tinham muita força no Partido Socialista e na Associação dos Trabalhadores.

---

[57] RICARDO — A emancipação dos trabalhadores. *O Operário*. Porto, 17 de Julho de 1881, p.1. Ver o texto integral no Anexo 10.

[58] IDEM, *Ibidem*.

[59] IDEM, *Ibidem*.

[60] IDEM, *Ibidem*.

A estes artigos, claramente marxistas, juntava-se a tradução da obra de Engels, *Socialismo Utópico, Socialismo Científico*, feita por José Ribeiro a partir duma tradução francesa[61]. Este opúsculo de Engels era a cartilha fundamental do marxismo em França[62] e, deste modo, os marxistas portugueses passavam a ter uma base teórica[63].

Mas José Ribeiro não ficava apenas pela teoria e partiu para a acção política concreta, estando presente, a partir de meados de 1881, em vários núcleos do partido nas diferentes freguesias do Porto e Gaia, fundando aí pequenos clubes e participando em saraus, festas e comícios políticos. Nesses momentos José Ribeiro não perdia a oportunidade de avisar sobre quais os caminhos a evitar. Num banquete realizado para comemorar o 2° aniversário do jornal *O Operário*, José Ribeiro afirmava que no movimento socialista portuense «varreram-se as idealisações vagas e indifinidas que preocupavam outr'ora os espiritos faceis e arrebatados, e por outro lado, desfizeram-se como castellos de cartas n'um desengano cruel, as esperanças d'uma alliança entre o capital e o trabalho, por meio da cooperação, como o sonharam talvez malevolamente, os economistas burguezes liberaes». Quanto ao socialismo português ele estava pouco desenvolvido por ser jovem e apesar «de ter nascido no seio da Internacional que prégava a abstenção politica e a substituição das leis pelos costumes, uma theoria utopica sem fundamento»[64]. Deste modo, José Ribeiro procurava afastar para o passado a velha tradição cooperativista do movimento operário português e a perferência pela luta económica em detrimento da luta política. Todavia, neste seu labor de difundir a mensagem marxista, José Ribeiro confrontava-se com a realidade. Assim, respondendo a um convite dos socialistas de Lordelo para inaugurar um centro socialista nesta freguesia, Ribeiro dissertava, mais uma vez, sobre a Internacional e a emancipação dos trabalhadores, segundo a lógica marxista, mas os objectivos daquela nova associação socialista viravam-se fundamentalmente para a «creacção de uma bibliotheca (...), creacção de uma caixa de auxilio (...), promoção da organisação dos trabalhadores em sociedades cooperativas e secções d'officios»[65].

---

61 Esta obra de Engels começou a ser publicada, em forma de folhetim (na secção *Folhetim Operario*) , em *O Operário* de 3 de Julho de 1881. Informava-se que a tradução fora feita do francês, da *Revue Socialiste*.

62 Cf. DROZ, Jacques — Op. Cit., que afirma: «Tirado por Lafargue do *Anti-Dühring* foi publicado em 1880 na*Revue Socialiste*, e depois difundindo em brochuras: durante muito tempo ele seria em França o breviário marxista oficial» (p. 194). Como se pode ver pela secção de anúncios de *O Operário* a revista francesa acima citada era recebida em Portugal através da redacção deste jornal socialista do Porto.

63 César de Oliveira refere que a única obra marxista traduzida para português era o*Manifesto Comunista*, primeiro no *Pensamento Social*, em 1872 e mais trade no *Eco Socialista*, do Porto, em 1892 e afirma: «não conhecemos mais nenhuma traducção de outras obras de Marx e Engels». OLIVEIRA, César — *Op. Cit.*, p. 182.

64 *O Operário*. Porto, 12 de Junho de 1881, p.1 e 2.

65 *O Operário*. Porto, 30 de Outubro de 1881, p. 2.

Mas José Ribeiro conhecia bem a realidade do operariado em Portugal e a prova disso é um lúcido e notavél texto que escreveu, em nome do Conselho Central do Partido dos Operários Socialistas em Portugal para o Congresso Socialista Universal de Zurique, onde caracterizava a situação das classes trabalhadoras portuguesas. Ribeiro dizia que num país essencialmente agrícola, as classes trabalhadoras eram representadas, na sua grande maioria, pelos trabalhadores dos campos que utilizavam instrumentos agrícolas muito primitivos e que eram profundamente influenciados pela religião católica e, por isso, não aceitavam qualquer iniciativa socialista ou revolucionária. «Ao lado d'este proletariado invalido, apparecem as classes trabalhadoras industriaes das fabricas e das officinas das duas cidades principaes do paiz — Lisboa e Porto, que, apezar de representarem uma minoria do proletariado portuguez, obedecem facilmente ao espirito renovador da epocha, agremiando-se em associações de resistencia, cooperativas de produção e consumo, clubs de instrucção e auxilio, de propaganda revolucionaria, etc. O estado da industria nacional que a incompetencia e o desleixo dos governos tem collocado em termos deploraveis, não permitte, porém, uma organisação fórte das forças operarias [...]»[66].

Sobre a acção dos socialistas portugueses Ribeiro era relativamente crítico quando afirmava que eles defendiam o colectivismo dos meios de produção «apesar de se limitarem pelo momento a exigir a pratica do programma do partido». E salientava: «Esta transicção tão simples quanto confusas são as instituições do paiz seria facilmente applicavel dentro d'uma republica sem a intervenção revolucionaria do proletariado como classe distincta, o que demonstra o criterio que tem presidido aos trabalhos dos operarios portuguezes». Além disso, referia que os congressos socialistas realizados em Lisboa e no Porto tinham sido alheios «a quaesquer theorias sobra a propriedade, têm versado tão sómente sobre a consolidação do partido e sobre a regulamentação das instituições». Assim, «as circunstancias excepcionaes do proletariado portuguez que, pelo estado latente em que se encontram no momento actual todas as forças vitaes da sociedade, não póde definir-se, e muito menos impor-se pela sua força moral ou material, inhibem-o pelo momento de proceder como os proletariados do norte da Europa, que a aglomeração dos capitaes, a applicação das descobertas scientificas á industria e o grau de desenvolvimento intellectual, colloca em perfeito e justo antagonismo às classes dirigentes». Por isso, explicava Ribeiro, as principais reinvindicações do proletarido português são de carácter económico como a diminuição do horário de trabalho, o aumento dos salários, a regulamentação do trabalho das crianças, etc. José Ribeiro acaba o artigo num tom esperançoso porque a principal característica «do movimento socialista portuguez é sem duvida, o predominio geral do

---

[66] *O Operário*. Porto, 2 de Outubro de 1881, p, 1-2.

elemento operario» e «as associações multiplicam-se por toda a parte, lavrando estatutos revolucionarios»[67]. Este longo extracto permite perceber como José Ribeiro conhecia bem o Partido Socialista em que militava.

Ao mesmo tempo, José Ribeiro reconhecia a existência de divergências no seio do Partido Socialista e que eram esses «atrictos interiores que constituem a barreira impeditiva do seu progresso e desenvolvimento»[68].

Em Fevereiro de 1882, José Ribeiro deslocava-se a Lisboa para participar na I Conferência Socialista realizada para reorganizar o movimento socialista português. Os principais objectivos da conferência tinham sido traçados pelo próprio Ribeiro, numa perspectiva marxista: um novo programa, um novo funcionamento interno do partido com a centralização do Conselho Central, em Lisboa e um único órgão oficial do partido, com a fusão de *O Operário* e de *O Protesto*.[69]

De facto, muitas destas propostas foram aprovadas na Conferência, com destaque para a aprovação de um novo programa, elaborado pelo próprio José Ribeiro que, como já foi referido, seguia já uma linha de orientação marxista.

Mas não se pode falar numa vitória marxista já que desta Conferencia saía também a decisão da Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa voltar a funcionar autonomamente, ou seja, já não sob a tutela do Partido Socialista. Esta última decisão representava a vitória da linha sindicalista e ia contra as propostas de centralização do funcionamento do Partido Socialista apresentadas por José Ribeiro em vários números de *O Operário*, em 1881.

1.5. Um caso à parte: Oliveira Martins

A participação de Oliveira Martins em *O Operário* é muito pequena mas paradigmática do pensamento de um homem que já se tinha afastado do proudhonianismo das suas primeiras obras sobre o socialismo — *Teoria do Socialismo* (1872) e*Portugal e o Socialismo* (1873) — e que defendia já abertamente o que ficou conhecido como socialismo de Estado ou de cátedra.

Em 1880 surgia um artigo denominado «O socialismo e as classes operárias» onde Oliveira Martins contradizia todo(s) o(s) pensamento(s) políto(s) de *O Operário*. Em primeiro lugar, Martins atacava a ideia da existência de um partido distinto da classe operária em oposição aos outros grupos sociais: «Os systemas de reformas, mais

---

67 *Ibidem.*

68 *O Operário*. Porto, 4 de Dezembro de 1881. p. 2.

69 Estas propostas foram apresentadas por João Ricardo em vários artigos publicados em finais de 1881 em *O Operário* com o título de «Questões necessarias».

ou menos constantes nos seus principios e correspondentes nos seus processos, a que é uso chamar socialismo, não importam exclusivamente ás classes operarias, isto é, ao grupo de cidadãos que vivem do trabalho mecanico salariado. [...] Nem a revolução social pode, pois, ser a obra particular d'uma certa classe, nem mesmo entre as diversas classes de uma sociedade a classe operaria se acha em Portugal nas condições de ter n'essa revolução o papel dominante»[70].

Aliás, neste artigo, Oliveira Martins mostrava a desconfiança que tinha da chamada classe operária: «São mais promptos em receber a vergonhosa moeda com que lhes pagam o voto, do que em usar d'um direito que a lei lhes dá e os faria verdadeiros soberanos dos destinos politicos, se d'elle soubessem usar. Preferem a taberna á associação, o vinho ao estudo, e dão-se melhor com a embriaguez e a miseria do que com a virtude que os tornaria fortes e ricos. [...] Antes de ensinar principios de reforma politica ou social, é necessario ensinar principios de reforma dos costumes» e conclui: «É necessario ser primeiro alguma cousa: depois, e só depois, se pode dizer o que se pretende»[71].

E quem podia, então, fazer essas reformas necessárias? Segundo Oliveira Martins, «as reformas não se podem fazer com declamações mais ou menos vans, nem com phrases mais ou menos occas. É necessario saber-se primeiro o que se quer, e ter-se depois a força e vontade para traduzir em actos esse querer»[72]. De facto, Oliveira Martins não acreditava que a classe operária pudesse fazer qualquer revolução até porque a ausência de uma verdadeira industrialização provocara também a ausência de uma verdadeira classe operária.

E, como refere Augusto Santos Silva, um dos temas centrais da obra de Oliveira Martins é «a relação entre a *modernização* das estruturas económicas e sociais e a *questão social*»[73], ou seja, entre a necessidade sentida de reformar e modernizar um país atrasado em relação à Europa industrializada e o conflito social entre capital e trabalho que o capitalismo industrial tinha gerado.

Neste sentido, Oliveira Martins pertencia ao conjunto de políticos e técnicos que procuraram fazer essas reformas estruturais e modernizações no interior da Regeneração[74]. Acreditava, agora, que só a partir do aparelho de Estado, era possível fazer as tais reformas socias. Para Oliveira Martins, só o Estado podia velar pelos valores da justiça e da igualdade social através de medidas que regulamentassem o

---

[70] MARTINS, Oliveira — O socialismo e as classes operarias. *O Operário*. Porto, 11 de Janeiro de 1880, p.1. Ver o artigo completo em Anexo 4.

[71] IDEM, *Ibidem*.

[72] IDEM, *Ibidem*.

[73] SILVA, Augusto Santos — *Palavras para um País. Estudos incompletos sobre o século XIX português*. Lisboa: Celta, 1997, p. 48.

[74] Cf. SILVA, Augusto Santos — *Op. Cit.* 49.

mercado e a organização do trabalho, que reorganizassem o sistema bancário, que estimulassem o ensino técnico-profissional, etc. Exemplo disto é um outro artigo que Oliveira Martins escreveu para *O Operário* onde abordava a questão dos novos impostos lançados pelo governo progressista. Martins atacava violentamente a política financeira do novo governo que iria agravar o déficite, «molestia chronica», e agravar as condições dos trabalhadores porque era sobre eles que iam recair os novos impostos. E exclamava: «...os nossos politicos não acharam ainda o meio de fazer com que os capitalistas paguem impostos»[75].

Oliveira Martins acabará por defender a existência de um Estado forte, capaz de intervir realizando as necessárias reformas económicas mas assegurando ao mesmo tempo uma justa distribuição da riqueza e promovendo a protecção social dos mais desfavorecidos. Daí a simpatia de Oliveira Martins por Bismark cuja política tinha sido orientada por nomes importantes do chamado socialismo de Estado.

Esse socialismo de Estado, quase sempre associado a Bismark, era criticado no *Operário*. Na secção dedicada às notícias do estrangeiro eram frequentes as referências às perseguições implacavéis feitas aos socialistas pelo Estado alemão. Noticiava-se, por exemplo, que «o snr. Wagner, professor de economia na universidade de Berlim, partidario do socialismo de estado, e um dos conselheiros intimos de Bismark» expôs determinadas medidas numa conferência eleitoral mas «não conseguirão illudir o proletariado allemão»[76].

Num jornal que fazia da propriedade privada um dos principais alvos de ataque, Oliveira Martins escrevia que declarar «que a propriedade é um roubo, além de ser um a tolice, é já uma banalidade sem significação; declarar que o capital é nefasto é outra tolice e um perigo; condemnar como perversos todos os que não trabalham comnosco, é por fim desconhecer a necessidade das cousas e teimar em conservar as illusões e os erros»[77].

Estas declarações demonstram que Oliveira Martins seguia já por outros caminhos que não os dos operários socialistas. José Ribeiro, a propósito de Oliveira Martins, dizia ter por ele «uma grande veneração posto não concordemos inteiramente com muitas das suas opiniões»[78].

A sua presença neste jornal talvez só se explique pelo prestígio intelectual que ainda gozava entre os socialistas. Aliás, o valor intelectual de Oliveira Martins era sempre referido cada vez que saía um novo livro seu e, por isso, encontram-se frases em

---

[75] MARTINS, Oliveira — Os novos impostos. *O Operário*. Porto, 7 de Março de 1880, p. 1.

[76] *O Operário*. Porto, 15 de Janeiro de 1881, p. 2.

[77] MARTINS, Oliveira — O socialismo e as classes operárias. *O Operário*. Porto, 11 de Janeiro de 1880, p1.

[78] *O Operário*. Porto, 24 de Julho de1881. p1.

que o classificavam como «o insigne propagador das sciencias sociaes»[79] e o «infatigavel escritor contemporaneo e nosso illustre correligionario»[80].

1.6. A partir de 1882: um partido dividido e dois adversários poderosos

A I Conferência Nacional do Partido Socialista, que decorreu em Lisboa de 11 a 15 de Fevereiro, pretendia, como já foi referido, reorganizar e unir o movimento socialista português. Mas não consegui iludir as diferenças e lutas que há muito dilaceravam o Partido Socialista. Os marxistas conseguiram ver aprovado um programa onde se defendia a colectivização dos meios de produção, reconhecia-se a luta de classes como o motor da história e afirmava-se a necessidade da classe trabalhadora se constituir em partido político distinto dos demais[81].

Mas a corrente sindicalista, que formará a linha possibilista, continuava muito forte no partido. Por isso, nesta I Conferência Socialista a ATRP, como já foi referido, afirmava o seu peso ao alcançar plena autonomia em relação ao Partido Socialista. Em relação à participação eleitoral, a Conferência decidia que deviam ser os agrupamentos locais a decidir da conveniência de tal participação.

O peso desta tendência era já notória em 1880 nas palavras de Luís de Figueiredo, futuro líder da facção possibilista, quando afirmava que o que interessava à classe trabalhadora eram as «reformas sociaes, realizaveis no campo economico e politico», e atacava o que considerava ser alguma possibilidade de autoritarismo: «...o movimento proletário apenas poderá quando muito, acceitar a adherencia de alguns individuos das classes burguezas, que guiados por uma elevada intuição de justiça, prefiram sacrificar as suas personalidades ante a elevação ds principios. O que não póde acceitar é *directores* ou *guias*. Movimento económico de classe guia-se pelo sentimento collectivo»[82].

A partir de meados dos anos 80 e sobretudo na década de 90, acentuaram-se as divergências entre os possibilistas de Luís de Figueiredo e os marxistas de Azedo Gneco. Cada facção iria fundar as suas associações operárias e os seus jornais. César Nogueira descreve estes acontecimentos: «Em Lisboa a dissidência era animada por Azedo Gneco e no Porto por Francisco Viterbo de Campos. Em Lisboa os dissidentes

---

79 *O Operário*. Porto, 23 de Novembro de 1879, p. 3.

80 *O Operário*. Porto, 3 de Outubro de 1880, p. 3.

81 Malon, a propósito deste programa afirma: «Notórios pela sua precisão científica, que mais faz sobressair ainda a perfeita ortodoxia marxista, são os considerandos do Partido Operário Socialista Português». MALON, Benoit — *O Socialismo Integral*. Lisboa, 1899 (tradução de Heliodoro Salgado).

82 FIGUEIREDO, M. Luiz — O movimento socialista. *O Operário*. Porto, 31 de Outubro de 1880, p.2.

[os marxistas] organizam o Centro Socialista Operário, instalado no Pátio do Salema, o que deu origem a que a facção que nele predominava fosse conhecida pelos «salemistas», enquanto os possibilistas eram denominados «franciscanos», por terem a sede da Associação dos Trabalhadores na Calçada de S. Francisco [...] e publicam *O Revolucionário* [...] para se contrapor ao jornal *O Protesto Operário*, que tinha já uma longa existência[...]. No Porto os elementos dissidentes fundam o Centro Operário de Propaganda Socialista em oposição à velha Associação dos Trabalhadores, e têm por órgão o *Eco Socialista*, saído em 1892, para se opor ao semanário *O Trabalhador*, porta-voz dos socialistas possibilistas portuenses»[83].

Magalhães Lima, republicano federalista, traça um retrato mais completo da diversidade do movimento socialista: «Quatro são os grupos em que, actualmente, se divide o socialismo entre nós: o grupo *possibilista*, que tem por orgãos, na imprensa, o *Protesto Operário* e o *Trabalhador*, o grupo *socialista*, tendo por orgão, o *Echo Socialista*, o grupo *ecletico*, representado pela *Voz do Operario* e o *Amigo do Povo*, e o grupo dos *socialistas de Estado*, de quem fazem parte Sousa Brandão, Costa Goodolphim, Liberato Correia, Augusto Fuschini, Jayme Batalha Reis, Oliveira Martins, etc»[84]. De seguida, Magalhães Lima explica que o grupo socialista corresponde aos marxistas e tem como principais representantes Nobre França, Domingos Leite, Conceição Fernandes, Viterbo Campos, Luis Soares, Azedo Gneco, entre outros. No grupo possibilista encontram-se homens como Luís de Figueiredo, Agostinho José da Silva, Eduardo Carvalho e Cunha e José Martins.

O próprio Azedo Gneco reconhecia a fragilidade do movimento socialista provocada por estas divisões internas que mais que ideológicas eram também pessoais. Para Gneco esta diversidade trazia «como consequencia necessaria a falta de criterio proprio no operariado, pois que este, menos entendido geralmente em especulações theoricas, acaba por não saber qual o caminho mais seguro que tem a seguir para a conquista das suas reinvindicações no meio d'essas tão grandes divergencias»[85].

Esta diversidade ideológica vai, de facto, fragilizar o movimento socialista, sobretudo no momento em que tem que enfrentar dois adversários poderosos: os anarquistas e os republicanos.

Na luta económica os possibilistas encontraram a concorrência dos anarquistas que dominavam as associações de classe, os clubes de instrução, as cooperativas de consumo e de produção. Além disso, os anarquistas possuiam um discurso directo e

---

[83] NOGUEIRA, César — *Op. Cit*, p. 205.

[84] LIMA, Magalhães — *Op. Cit.*, p 352. Recorde-se que nos anos 90 surge uma outra tendência nos socialistas, a que defendea união com os republicanos e que era liderada por Ernesto da Silva.

[85] Conferência de Azedo Gneco na *Associação dos Operários Rolheiros*, citada por LIMA, Magalhães — *Op. Cit*, p. 353.

simples ao contestarem qualquer forma de autoridade e ao prometeram a revolução directa e radical contra a burguesia. Por isso, estiveram presentes e, mais, foram os principais responsáveis, pelas greves ou manifestações de protesto operário. Não admira, pois, que até aos anos 30 do século XX o movimento sindicalista fosse dominado pelos anarco-sindicalistas.

Os marxistas, ao privilegiarem a luta política, enfrentaram outro adversário poderoso: os republicanos. Estes prometiam uma solução imediata para os problemas dos trabalhadores, a implantação do regime republicano, a seguir ao qual seria possível concretizar as necessárias reformas sociais. Esta mensagem iria chegar facilmente à classe média e ao pequeno número de trabalhadores que participava nas eleições. Em desespero Gneco acabaria por propor alianças eleitorais com os republicanos, mas essas alianças foram temporárias e desmoralizaram ainda mais o Partido Socialista junto de um eleitorado operário cada vez mais desiludido com as lutas políticas e mais virado para as propostas anarco-sindicalistas. A luta política, como se sabe, foi ganha pelos republicanos.[86]

Concluímos com as elucidativas palavras do dirigente operário Alexandre Vieira: «O Partido Socialista, remando contra a maré, esforçava-se por ganhar terreno entre o operariado. Mas, por um lado, a circunstância de não posuuir militantes com feitio combativo, que fossem capazes de contrabater vantajosamente os oradores republicanos nos comícios públicos (comícios que se efectuaram com frequência, sobretudo em Lisboa) e, por outro lado, a hostilidade dos núcleos anarquistas, dificultavam-lhe a propaganda, de tal modo que a acção que exercia entre a massa trabalhadora era frouxa»[87].

---

[86] Cf. MÓNICA, Maria Filomena — *Op. Cit.* p, 159 e 160.

[87] VIEIRA, Alexandre — *Para a História do Sindicalismo em Portugal*. Lisboa: Seara Nova, 1974, p.34.

2. Socialismo e Anarquismo

Somos, pois, anarquistas, porque queremos uma sociedade sem governo, uma organização livre, indo do indivíduo ao grupo, do grupo à federação e à confederação, com desprezo de barreiras e fronteiras, sendo a associação baseada sobre o livre acordo e naturalmente determinada e regulada pelas necessidades, aptidões, ideias e sentimentos dos indivíduos. É para nós essa a organização política correspondente ao socialismo: a anarquia é o vaso que pode conter e garantir a igualdade de condições económicas.

Neno Vasco, *Concepção Anarquista do Sindicalismo*. 1923*

2.1. As raízes anarquistas

Em Portugal, a influência das tendências libertárias coincidiu com as origens do pensamento socialista e com o despertar do moderno movimento associativo dos trabalhadores e teve como principal mentor Joseph Pierre Proudhon. Este pensador francês influenciou profundamente muitos dos intelectuais da chamada geração de 70 que estiveram ligados ao aparecimento do socialismo em Portugal, como Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queirós, Jaime Batalha Reis, Augusto Fuschini e outros. Silva Mendes, um dos primeiros portugueses a fazer, no final do século passado, um estudo profundo sobre o anarquismo, dirá que Proudhon foi o «primeiro socialista que, oppondo a liberdade à autoridade, se declarou francamente anarchista»[1], acrescentando que «todo o seu socialismo se funda na liberdade tanto individual como collectiva e na acção das leis geraes da economia independente de toda a intervenção governamental»[2].

A Comuna de Paris de 1871 que, como foi referido anteriormente, teve um papel determinante no eclodir do moderno movimento socialista português foi influenciada pelas ideias revolucionárias e libertárias. Não surpreende, por isso, que certos refugiados franceses da Comuna, defensores desses ideais, animassem alguns dos

---

* Esta obra foi editada pela primeira vez em 1923 pela Editorial de *A Batalha*. Utilizámos a mais recente, publicada pela Afrontamento, Porto, em 1984.

[1] MENDES, Silva — *Socialismo libertario ou Anarchismo*. Lisboa: s. e. 1896, p. 6. Piteira Santos, por sua vez, afirma que o conceito de anarquismo foi teorizado, pela primeira vez, por William Godwin em *Enquiry Concerning Political Justice*, em 1793, mas considera ter sido Proudhon quem desenvolveu o conceito e usou pela primeira vez a palavra em *Qu'est-ce que la propriété?* Cf. SANTOS, Fernando Piteira — Anarquismo. In SERRÃO, Joel (dir.) — *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1975. Vol. 1, p. 147-148.

[2] IDEM, *Ibidem.*, p. 30.

primeiros movimentos operários e socialistas em Portugal. No Porto, por exemplo, Joseph Delarue, integrava um importante núcleo da Internacional[3].

Mas o primeiro contacto directo dos portugueses com o movimento socialista internacional foi feito em 1871 através dos três internacionalistas espanhóis, Mora, Lorenzo e Morago, ligados à associação secreta bakuninista, Aliança da Democracia Socialista[4], que tinham como função organizar uma secção portuguesa da Internacional. No já citado encontro nocturno no Tejo, os espanhóis expuseram a Antero, Fontana e Batalha Reis as duas correntes dominantes na Internacional, a marxista e a bakuninista. Assim, não é de admirar que os primeiros núcleos portugueses da Internacional seguissem a tendência aliancista. Na verdade, os seus militantes estavam longe de perceber as divergências ideológicas, que minavam a Internacional, entre os autoritários (nome dado aos marxistas) e anti-autoritários, mas parecem ter aderido facilmente à ideia de que a luta económica deveria sobrepor-se à luta política e desconfiavam claramente do Estado e de todo o processo eleitoral, o que demonstra a influência dos princípios defendidos por Bakunine.

Em 1872, José Fontana fundava a associação de resistência Fraternidade Operária, onde, segundo Piteira Santos, se juntava à influência proudhoniana a influência bakuninista[5]. Com rigor, não pode afirmar-se que a Fraternidade Operária seguisse explicitamente o anarquismo, mas partilhava com este o desprezo pela luta política e tinha como objectivo a luta económica, ou seja, conseguir o máximo de conquistas para os trabalhadores. Por isso, será, como foi referido em capítulos anteriores, mais correcto falar de tendência «trabalhista» ou «sindicalista», um pouco ao estilo das *trade-unions* inglesas.

A preponderância da tendência aliancista no movimento operário português era também comprovada com a vinda a Lisboa, em 1872, do marxista Paul Lafargue para tentar combater a crescente influência anarquista na Peninsula Ibérica[6]. Na sua passagem por Espanha não obteve grande êxito, mas conseguiu que os portugueses votassem ao lado dos marxistas no Congresso de Haia. Os anarquistas tentaram, igualmente, conseguir o voto da secção portuguesa, como prova uma carta, desse ano de

---

[3] MÓNICA, Maria Filomena — *O Movimento Socialista em Portugal.* Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda/Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1985, p. 158.

[4] Silva Mendes informa que, paralelamente à A.I.T., «Bakounine fundou a *Alliança Internacional da Democracia Socialista* com séde provisoria em Genebra e um *comité* director, de que faziam parte com Bakounine, Perron, J. Becker, Brosset, Guétat, Duval e Zagorsky. Formaram-se imediatamente grupos adherentes na Itália, França e Hespanha». MENDES, Silva — *Op. Cit.* p, 81.

[5] SANTOS, Fernando Piteira — *Op. Cit.*, p. 147.

[6] De Londres, Lafargue escreve a Engels, em Fevereiro de 1872, dizendo: «Parece que a Aliança se constituiu em Portugal e que os homens do *Pensamento Social*, homens excelentes apesar de proudhonianos, têm muita dificuldade em lutar contra ela». Já em Lisboa, também em carta a Engels, datada de 8 de Agosto de 1872, Lafargue confirma que «os internacionais portugueses começaram por ser aliancistas». Citado por SANTOS, Fernando Piteira — *Op. Cit*, p. 147.

1872, de um aliancista espanhol para José Fontana: «Deixemos aos que querem ser escravos a aceitação das resoluções altamente atentatórias da nossa diginidade, sejamos livres, sejamos dignos e federalistas, porque só assim se conservará a grande unidade da Internacional, gravemente ameaçada pelo cinismo do partido comunista autoritário alemão»[7].

Não são claros os motivos que levaram os socialistas portugueses a votar com os marxistas, mas a visita pessoal de Lafargue a Portugal e a má reputação do aliancista João Bonança no seio do movimento operário podem ter contribuído para essa opção[8]. Por outro lado, dirigentes como Azedo Gneco e Nobre França, seguidores entusiastas da linha marxista (sobretudo o primeiro), souberam manobrar o voto socialista português no sentido do apoio à linha marxista[9]. Esta opção não escondia as divergências no seio do movimento operário português como demonstravam alguns textos publicados em *O Pensamento Social*, órgão da Fraternidade Operária. Basta assinalar, a este propósito, a posição expressa por aquele periódico, a propósito de um artigo onde se defendia a acção política e o papel do Estado: «Parte da redacção deste jornal não aceita alguma doutrina expendida no artigo que se leu. A política para alguns de nós nada mais é do que a supressão do Estado e das suas relações. Não só concebemos uma sociedade sem Estado, mas afirmamos que não pode existir sociedade perfeita, justa e moral, existindo o Estado, que, para nós, como o confirmam os factos contemporâneos e anteriores, é o resultado da imperfeição, da injustiça e da imoralidade social [...]»[10]. Assim, já em 1972 havia duas facções no movimento socialista, sendo uma delas anti-estatista e revolucionária, próximas, pois, do anarquismo. O texto de Antero de Quental *O que é a Internacional?,* publicado também em 1872, a que atrás aludismos, assumia também, em grande medida, estas tendências proudhonianas e aliancistas.

Ao nível da Internacional o movimento operário estava irremediavelmente separado entre os marxistas e os bakuninistas. O Congresso de Haia de 1873 confirmou o domínio dos primeiros e levou à expulsão dos seguidores de Bakunine[11].

---

[7] Este texto encontra-se em NETTLAU, N. — *La Première International en Espagne*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1969, e é citado por MÓNICA, Maria Filomena — *Op. Cit,* p. 38.

[8] João Bonança, fundador da APTN (Associação Protectora do Trabalho Nacional), atacou várias vezes a linha autoritária da Internacional: «O que nós não queremos, portugueses, é sermos escravos de um grupo de homens inclinados aos interesses germanicos: queremos liberdades das nossas pessoas, da nossa industria e do nosso trabalho». João Bonança acabará por ser expulso da Internacional, acusado de servir os interesses do Conde de Peniche e de conspirar dentro do movimento operário a favor dele.

[9] Como foi referido anteriormente, Gneco achava que tinha sido ele quem mais contribuíra para fazer vingar o marxismo e rejeitar todas as propostas «estapafúrdias do papa Bakounine». Cf. MÓNICA, Maria Filomena — *Op. Cit*, p. 40.

[10] Citado por OLIVEIRA, César de — *O Socialismo em Portugal 1850-1900.* Porto: Afrontamento, 1973. p, 188.

[11] Malatesta, um dos principais líderes anarquistas, escreveu a propósito deste conflito: «O modo de organização, que se fez centralista e autoritário por obra do Conselho Geral e especialmente de Karl

Em Portugal, um pouco à margem deste conflito elementos de várias tendências juntavam-se para formar, em 1875, o Partido Socialista Português, que insistiu em permanecer na Internacional apesar dos aliciamentos do movimento aliancista dissidente para participar nos seus congressos[12].

O primeiro programa do partido que, com algumas alterações, vigorou até 1882, favorecia o ecletismo político e não podia desagradar aos elementos mais influenciados pelos princípios anarquistas, porque defendia a destruição do Estado e a sua substituição por um federalismo de base municipalista e, ainda, reivindicava certas medidas imediatas com vista à resolução da precária situação dos trabalhadores, revelando deste modo algum desprezo da luta política.

Desde os primeiros tempos que a influência dos anarquistas no Partido Socialista parece ter sido muito forte no Porto. Gonçalves Viana, futuro dirigente anarquista, contaria, mais tarde, que, em 1876 — enquanto secretário de correspondência do Partido Socialista —, recebera uma carta de Azedo Gneco pedindo que os socialistas portuenses seguissem a linha traçada pela maioria do Congresso de Haia e criticando os aliancistas espanhóis por se terem aliado aos republicanos em 1873, para fazer a revolução. E acrescentava Gonçalves Viana: «Nesse mesmo ano houve aqui no Porto uma conferência de socialistas e republicanos, e Gneco não se cansou de Lisboa de escrever cartas para evitar que no Porto se traísse a coisa»[13].

Até 1880, as várias tendências iriam conviver dentro do Partido dos Operários Socialistas de Portugal, que desde 1878 tinha absorvido, com o desagrado silencioso da linha mais libertária, a Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa (ATRP).

2.2. *O Operário* e a coexistência inicial

Como já foi referido anteriormente, o pensamento político presente em *O Operário* era bastante eclético, não havendo, pelo menos na sua fase inicial, o predomínio de qualquer corrente ideológica. Nestes primeiros anos, dirá mais tarde o

---

Marx, que do mesmo Conselho era a alma, deu realmente em resultado a cisão da Internacional em dois ramos; mas o ramo federalista e anarquista, que compreendia as federações da Espanha, Itália, Suiça francesa, Bélgica, França meridional, assim como secções insuladas de outros países, pouco tempo sobreviveu ao ramo autoritário». Citado por VASCO, Neno — *Concepção Anarquista do Sindicalismo*. Porto: Afrontamento, 1984, p. 89.

[12] Maria Filomena Mónica afirma que em 1876, Paul Brousse, Guillaume, Malatesta e Cafiero escreveram aos socialistas portugueses a convidá-los para o 8º Congresso da Internacional Dissidente, mas o Partido Socialista Português recusou. Cf. MÓNICA, Maria Filomena — *Op. Cit.*, p. 50.

[13] VIANA, J. M. Gonçalves — *A Evolução Anarquista em Portugal*. Lisboa: Seara Nova, 1975, p. 75. No prefácio a esta obra, Carlos da Fonseca chama a atenção para o facto de Gneco ser um dos alvos preferidos dos anarquistas que lhe chamavam o sumo sacerdote da *sociocracia indígena*.

pensador e político anarquista Neno Vasco, «todos se confundiam e acotovelavam em torno do mesmo fim socialista»[14]. Compreende-se assim que Bessa de Carvalho afirme que os socialistas portugueses defendiam as doutrinas de Marx, Lassale, Malon, Andrea Costa, Oliveira Martinse e Antero de Quental, ou seja, socialistas de todas as tendências até anarquistas[15].

A palavra anarquismo tinha, contudo, um sentido pejorativo para alguns socialistas portuenses, que a ligavam ao caos e à desordem, o que podia incomodar ou mesmo afugentar muitos dos que queriam conquistar. Registe-se o cuidado de S. Ribeiro que, ao definir socialismo, afirmava que «o socialismo não é a anarchia, como ahi dizem muitas pessoas; é um governo de ordem, de harmonia, de moralidade e paz»[16].

Há, no jornal *O Operário*, um outro editorial anónimo mais ambíguo a propósito da questão da anarquia. Partindo da acusação de que os socialistas eram anarquistas que punham em risco a ordem social, o autor replicava com algumas perguntas: que ordem social era esta «onde ninguem tem seguro o pão do dia de amanhã?», onde eram as próprias autoridades a transgredir a lei, onde uma parte da sociedade era explorada por outra, onde a instrução não existia, etc. E concluía: «Porem convem amedrontar, e por isso diz-se que elles são anarchistas. E são. São destruidores, é verdade; mas são destruidores da desordem que hoje dirige os paizes sob o disfarçe da tyrania que se esconde com a mascara da liberdade»[17].

Azedo Gneco, representante da facção marxista do Partido Socialista, era mais claro nas suas críticas a outras tendências: «Algumas escólas socialistas, mesmo, teem contribuido para enraizar a crença da impossibilidade da extirpação dos males sociaes, com os seus desconchavos. Impressionados com as questões sociologicas, e não querendo attender á reforma bruta, gradual e opportuna das sociedades, estabelecendo como principio que o verdadeiro revolucionario só deve destruir, e no mais curto espaço de tempo [...], teem praticado verdadeiros attentados sociaes, difficultando, assim, o arraigamento do partido socialista, e o seu desenvolvimento e acção»[18].

---

[14] VASCO, Neno — *Concepção Anarquista do Sindicalismo*. Porto: Afrontamento, 1984, p. 102.

[15] *O Operário*. Porto, 1 de Agosto de 1880. Todavia este ecletismo ideológico não nos pode fazer dizer, como faz Carlos da Fonseca, que entre 1874 e 1887, houve um «eclipse da corrente libertária» em Portugal, comparando o anarquismo português com o de outros países europeus como Itália, França e Espanha, onde o movimento anarquista estava pujante. Mas esse não será também o retrato do socialismo e do próprio Partido Socialista Português? Como veremos, a corrente libertária nunca deixou de estar presente nestes anos intermédios através de muitos militantes socialistas. Ver prefácio de Carlos da Fonseca à obra já citada de J. M. Gonçalves Viana, página 11.

[16] RIBEIRO, S. — Justiça. *O Operário*. Porto, 29 de Junho de 1879, p.1.

[17] *O Operário*. Porto, 6 de Julho de 1879, p. 1.

[18] *O Operário*. Porto, 3 de Agosto de 1879, p. 2.

Mas continuavam a ser publicados textos claramente identificados com o anarquismo. Por exemplo, publicava-se o discurso proferido por Paul Brousse quando o governo suíço lhe instaurou um processo criminal. Aí, Brousse afirmava que os anarquistas «desejam uma ordem espontanea, natural scientifica, que seja o resultado essencial de novas condições sociaes». Em seguida, atacava os fundamentos do sistema eleitoral liberal, porque apenas votava uma minoria que é quem faz as leis e, por isso, o Estado era um órgão repressivo. Brousse acabava o seu discurso defendendo um federalismo com base em pequenas comunidades constituídas por pequenos produtores[19].

Publicou-se, também, no *Operário* um texto teórico do italiano Tito Zanardelli, proferido no Círculo dos Estudos Sociais, em Londres, de forte teor anarquista já que defendia a abolição do Estado e do governo[20]. Foram igualmente publicados textos de João Bonança e o famoso *O que é a Internacional?* de Antero de Quental.

Até aos inicíos de 1881, os futuros líderes do anarquismo portuense colaboraram com a Associação dos Trabalhadores e com o Partido Socialista. Assim, em 1879, Ermelindo Martins era candidato pelo círculo 94, de Lisboa, nas eleições legislativas e os seus primos, Manuel José Martins e José Martins Gonçalves Viana, eram eleitos respectivamente para o Conselho Central e para o secretariado da União de Círculos Portuense 13 e 14. O momento era de união entre todos os representantes do socialismo portuense.

2.3. Os ecos do estrangeiro

Porém, o destaque especial que *O Operário* dava ao anarquismo tinha origem, sobretudo, em notícias do estrangeiro, sobretudo de Espanha, Itália e Rússia. Os movimentos anarquistas desses países eram identificados como pertencendo ao movimento socialista em geral e, portanto, lutando pela libertação do proletariado. As divergências eram ao nível da testratégia, não de objectivos. Os líderes anarquistas são elogiados; por exemplo, Elisée Reclus aparecia como o «ardente propugnador da Causa Social, o illustre martyr da Revolução»[21]. Significativamente, apenas nas secções da responsabilidade do marxista José Ribeiro era feita, de forma explícita, a separação entre socialismo e anarquismo. Por exemplo, quando se acusa a recepção do jornal francês *Revolution Sociale*, Ribeiro classifica-o como anarquista[22].

---

[19] *O Operário*. Porto, 3 de Agosto de 1879, 1-2.

[20] *O Operário*. Porto, 2 de Novembro e 16 de Novembro de 1879.

[21] *O Operário*. Porto, 15 de Fevereiro de 1880, p. 2.

[22] *O Operário*. Porto, 3 de Outubro de 1880, p. 2.

As ligações do movimento operário e socialista português com o congénere espanhol eram antigas e profundas. Ora, Espanha era o grande alfobre dos anarquistas na Europa. Eram frequentes os convites recebidos de Espanha para participar em iniciativas operárias e socialistas conjuntas e mensagens de incentivo à luta proletária. Assim, por exemplo, a Associação dos Trabalhadores do Conselho Local de Gracia, que era uma secção espanhola da Internacional, enviou uma mensagem de solidariedade aos socialistas do Porto a propósito da comemoração de mais um aniversário da Comuna de Paris, que terminava com as expressões: «Viva a Associação Internacional dos Trabalhadores. Viva a revolução social. Viva a anarchia e o collectivismo»[23]. Também no início de 1881, *O Operário* publica, em fascículos, um texto do anarquista espanhol F. Ruiz, apresentado como «nosso excellente amigo»[24]. Nesse texto, Ruiz defendia o colectivismo em economia e a anarquia, em política, que definia como «a abolição dos estados politicos, reemprazando-os com estados operarios, cujas funções sejam puramente economicas». E concluía: «A verdadeira *Republica Democratica-Federal* é a *Propriedade Collectiva*, a *Anarchia* e a *Federação Economica*, ou seja a *Livre Federação Universal de Livres Associações Operarias Agricolas e Industriaes,* fórmula que acceita em todas as suas partes»[25].

A partir de meados de 1881, com o predomínio do marxista José Ribeiro na linha editorial de *O Operário*, houve uma tentativa de distanciamento em relação ao movimento operário espanhol. Na secção *Atravez do Globo*, alguém que assina como R. (que, pelo estilo, parece ser justamente José Ribeiro) considerava que o movimento operário espanhol está atingido por uma cisão prejudicial entre anarquistas e estadistas. Segundo este texto, os anarquistas estavam «agarrados inconsciente ou conscientemente ao velho methodo metaphisico [...], desprezam todas as particularidades, todas as observações, todos os atritos, para não verem senão um *desideratum* final e unico sem se importarem se esse *desideratum* poderá ter lugar já, ou sómente d'aqui a um seculo»[26]. Já os estadistas eram os, que estando ligados aos métodos da observação e experiência, «sentem a necessidade de pôr de parte todo o systema da organização social mais ou menos idealista, attentos os progressos quotidianos da sciencia e da producção, indagam minuciosamente as causas impeditivas da civilisação d'accordo com as descobertas scientificas e com as leis que regem as sociedades e procuram o mal estar social, não na constituição intima da sociedade o que equivaleria a destruil-a sem

---

[23] *O Operário*. Porto, 27 de Março de 1881, 2.

[24] *O Operário*. Porto, 6 de Fevereiro de 1881,3 Este jornal começava a publicação do texto de Ruiz em 9 de Janeiro de 1881e terminava em 3 de Abril de 1881. Tratava-se do discurso pronunciado na sessão científico-literária da associação espanhola *Fomento de Las Artes*, sobre o tema *A existência de classes é útil ou prejudicial ao progresso da humanidade?*

[25] *O Operário*. Porto, 6 de Março de 1881, 4

[26] *O Operário*. Porto, 30 de Outubro de 1881, 2.

que podessem reorganisa-la, mas nas relações accidentaes dos phenomenos economicos e das energias sociaes»[27]. Deste modo, explicava o autor, estes últimos valorizavam a acção política ao organizarem os trabalhadores num partido político distinto dos burgueses e usavam como armas o voto e todas as manifestações políticas e económicas porque não desprezavam a greve e as cooperativas. Em seguida, continuava a criticar os anarquistas como aqueles que «regeitam toda a acção politica como inutil, e abandonam por consequencia a elaboração de programmas, como sendo a consagração da authoridade»[28]. Alertava, também, que todo este «furor revolucionário» fazia com que os anarquistas esquecessem as datas de 1848 e 1871 que só trouxeram para os trabalhadores o derrame do seu sangue. Por último, o autor afirmava que a *Revista Social*, de Barcelona, era o órgão dos anarquistas e o jornal *El Obrero* era o órgão dos «estadistas». Existe, obviamente, alguma confusão nos termos usados visto que os «estadistas» correspondiam aos marxistas, mas talvez essa atitude fosse intencional para marcar bem as diferenças entre as duas facções.

Em Dezembro desse ano, os responsáveis da *Revista Social* respondiam, acusando o jornal portuense de não ser exacto em muitas das informações sobre os anarquistas espanhóis e de se esquecer que os socialistas portugueses se tinham abstido nas últimas eleições o que era «uma imitação da politica anarchista»[29]. Ricardo explicava que esse facto fora motivado «por causas puramente locaes e particulares, sendo além d'isso uma abstenção momentânea». Ricardo aproveitava para reafirmar o seu pensamento político: «... não nos cabe no entendimento, o facto da emancipação economica dos trabalhadores antes da sua emancipação politica, por quanto vemos, que as liberdades sociaes se subordinam e dimanam das liberdades políticas». No entanto, agradecia as informações dadas pela *Revista Social,* porque «em Portugal não ha anarchistas que as queiram discutir nem pela palavra nem pela penna»[30].

No *Operário* dava-se bastante destaque ao movimento operário e socialista italiano, que era, neste período, de clara tendência anarquista como se pode ver por alguns pontos dos seu programa: colectivização da terra e dos instrumentos de trabalho, a susbtituição da família tradicional por uma família livre e igualitária e a defesa de «um organismo social baseado sobre a mais completa autonomia dos grupos e das comunas federadas», com a consequente abolição do Estado[31]. O jornal portuense não tinha

---

27 *Ibidem.*

28 *Ibidem.*

29 *O Operário.* Porto, 4 de Dezembro de 1881, p. 3.

30 *Ibidem.* Esta última afirmação sobre o anarquismo português era um ataque indirecto a Ermelindo Martins e ao seu grupo, a AUT, que se tinha formado pouco tempo antes, como será referido mais adiante.

31 *O Operário.* Porto, 9 de Novembro de 1879, 4.

dúvidas em apelidar de socialistas os líderes italianos anarquistas como Malatesta, Andrea Costa, Cafiero, Covelli e Zanardelli[32].

O grande destaque do noticiário estrangeiro era dado aos acontecimentos protagonizados pelos nihilistas russos. Era evidente a atracção por um movimento revolucionário sobre o qual os socialistas portuenses reconheciam, todavia, saber pouco: «É difficil dar aos nossos leitores uma ideia nitida e clara do que se chama o movimento socialista na Russia, ali um chama-lhe: a *revolução da Rússia*, outros dão-lhe o titulo de *movimento nihilista*, porém nehum d'estes dois titulos dá sequer uma pequena amostra do que se passa realmente»[33].

Reconhecia-se que a luta contra a tirania czarista era protagonizada apenas por uma minoria mas esses acontecimentos eram «os preludios d'um grande cataclysmo, que transformará bem cedo o modo de ser da politica d'aquelle paiz». Afirmava-se, também que aqueles socialistas, por força das circunstâncias, ainda não formularam um programa claro mas que eles assumem ter «fins completamente economicos»[34].

Na secção *Folhetim do Operário*, aparecia um texto assinado por *Voltaire* (que tinha sido anteriormente publicado no *Comércio de Portugal*) onde se definia o *nihil* como o «programma feroz do extenuamento immenso da humanidade. Nada de reis, nada de padres, nada de Deus, nada! É o livramento completo , absoluto, o apêllo desesperado á responsabilidade directa, o trovejante grito da altivez do homem, acordada, desperta!»[35].

Para os socialistas portuenses, a dura e violenta repressão do governo do Czar — enforcamentos, deportações, fuzilamentos e torturas — justificava o carácter violento de algumas iniciativas dos nihilistas, como por exemplo, os atentados contra a vida do czar Alexandre III[36]. Deste modo, o sapateiro portuense José Luís considerava que os nihilistas «não são assassinos nem incendiarios, como a burguesia lhes chama, são homens que, na impossibilidade de manifestarem pacificamente as suas mais belas aspirações, se viram obrigados a lançar mão de meios ainda que rigorosos para fazerem prevalecer as suas ideias»[37]. A simpatia por estes anarquistas russos era evidente no seio do movimento operário portuense.

---

[32] Refira-se a propósito que Andrea Costa escreve alguns artigos no jornal *O Operário*, como por exemplo em 12 de Junho de 1881. Além disso, como já foi referido, o discurso de Tito Zanardelli proferido no Círculo dos Estudos Sociais de Londres, de forte teor anarquista, é publicado na secção *Folhetim do Operário*.

[33] *O Operário*. Porto, 22 de Fevereiro de 1880, p. 2.

[34] *Ibidem*.

[35] *O Operário*. Porto, 7 de Março de 1880, p. 2-3.

[36] Um desses atentados acaba por provocar a morte do czar, quando são lançadas duas bombas sobre a sua carruagem. Ver *O Operário*. Porto, de 21 de Dezembro de 1879 e de 22 de Fevereiro de 1880.

[37] *O Operário*. Porto, 14 de Março de 1880.

Os nomes de outros anarquistas europeus seram frequentemente citados como exemplos da luta socialista: é o caso de Guillaume, Reclus, Paul Brousse, entre outros.

Em Maio de 1881 *O Operário* recebia um manifesto dos chamados socialistas-revolucionários com um convite para o congresso de Julho desse ano, em Londres, que tinha como objectivo agrupar as forças revolucionárias[38]. A resposta enviada pelo jornal portuense demonstrava que os tempos tinham mudado. Socialistas e anarquistas portuenses estavam definitivamente separados e *O Operário* era agora dominado pelo marxista José Ribeiro. Este classificava aquela reunião internacional como «um congresso de *furiosos* anarquistas» que não incomodavam as burguesias, porque estas sabiam que, «se essas vociferações se traduzirem em actos desordenados, tanto melhor para ella que póde pôr em acção toda a metralha de que dispõe» e concluía dizendo que o que a burguesia não suportava ver era «a manifestação politica independente do proletariado»[39].

2.4. A dissidência anarquista

A partir dos anos oitenta o movimento socialista não conseguiu suster as suas divergências internas. À divisão entre socialistas marxistas e socialistas possibilistas, juntava-se agora a dissidência anarquista.

A década de oitenta trouxe aos operários a desilusão com o processo eleitoral e, consequentemente, com a luta política. Gonçalves Viana, protagonista destes acontecimentos, considerava que esse sentimento de desprezo pela luta eleitoral estava a desenvolver-se em todo o país, de Norte a Sul e, por isso, crescia a corrente que queria adoptar a luta apenas e só no campo económico. Num texto publicado alguns anos mais tarde, explicava Viana: «A luta política é uma luta inconsequente com o espirito revolucionário e com a aspiração de inteira liberdade que predomina na massa anónima. Ainda mesmo que a política operária não tivesse aquele inconveniente, como pode o operário dispor de si, votando em candidato socialista, se ele economicamente depende do burguês que o explora [...]. A burguesia, como classe dominante, impõe ao operariado eleitor a alternativa ou de votar por ele ou de o expulsar da oficina e fábrica»[40].

Gonçalves Viana que recordava, também, que, já em 1879, surgira, a par de *O Operário*, um outro jornal em Lisboa, *A Voz do Operário*, órgão dos manipuladores de Tabaco e que era uma voz dissidente, pois atacava a luta dos socialistas no campo

---

[38] *O Operário*. Porto, 15 de Maio de 1881.

[39] *O Operário*. Porto, 7 de Agosto de 1881, p. 1-2.

[40] *O Eco Metalurgico*. Lisboa, 21 de Março de 1897.

político. E acrescentava: «Já em 1880 aparecem na *Voz* as minhas correspondências denunciando as divergências existentes no Porto. Por mais que as conveniências pessoais as quisessem abafar, o descontentamento aumenta»[41].

O Operário não conseguia esconder essas tensões internas. Em Março de 1880, por razões não totalmente esclarecidas, o marxista José Ribeiro (João Ricardo) deixava a redacção do jornal, invocando «motivos imperiosos»[42]. Em Agosto de 1880, sabia-se, através de uma notícia na secção *Correio Estrangeiro*, que havia um novo jornal socialista em França, o *L'Emancipation*, cujo redactor chefe era Benoit Malon e onde participavam, entre outros, Guesde, Lafargue, Paul Brousse, Bebel, Andrea Costa e... José Ribeiro, com o pesudónimo de João Ricardo, que aparecia como correspondente por Portugal[43]. Seja como for, Ribeiro esteve ausente dos principais acontecimentos do Partido Socialista portuense durante 1880, nomeadamente do IV Congresso do partido em que, como já foi referido, Ermelindo Martins fora a grande figura, acabando mesmo eleito para o Conselho Central. A ruptura, porém, dar-se-ia algum tempo depois.

Significativamente, em meados de 1881, José Ribeiro regressava ao jornal e às notícias. Aparecia lado a lado com Ermelindo Martins num sarau organizado pela Associação dos Trabalhadores para comemorar os 10 anos da Comuna de Paris[44]. Apesar de haver um hiato informativo pressente-se uma luta entre estes dois homens que representavam duas correntes bem distintas: o marxista Ribeiro a defender a supremacia da luta política e, portanto, o primado do Partido Socialista, e o anarquista Ermelindo Martins a privilegiar a luta económica e a Associação dos Trabalhadores num modelo próximo do espírito inicial da Internacional.

Entretanto, outro socialista, Pinto Barbosa, tinha fundado a União Democrática Social que alguns autores pretenderam ligar ao anarquismo[45]. Mas a UDS não era uma associação anarquista nem foi vista pelos socialistas, pelo menos numa primeira fase, como uma ruptura interna. Como aludimos anteriormente, a UDS aderira ao programa transitório e ao regulamento do Partido Socialista e participou em muitas reuniões políticas promovidas pelos socialistas portuenses. Na secção dos avisos do *Operário*, onde se publicitavam as reuniões desta associação, a UDS aparecia descrita como «associação de instrução popular»[46]. Já referimos que Carlos da Fonseca considera que

---

[41] VIANA, J. M. Gonçalves — *A Evolução Anarquista em Portugal*. Lisboa: Seara Nova, 1975. p. 68.

[42] *O Operário*. Porto, 7 de Março de 1880, p. 4.

[43] *O Operário*. Porto, 22 de Agosto de 1880, p. 4.

[44] *O Operário*. Porto, 27 de Março de 1881.

[45] Filomena Mónica, por exemplo diz que é neste período que «alguns indivíduos e pequenos grupos começam a reclamar-se do anarquismo». E dá como exemplos dois agrupamentos portuenses, a UDS e a AUT (Associação União dos Trabalhadores). Ver MÓNICA, Maria Filomena — *Op. Cit.* p. 99. Na verdade estes dois grupos correspondiam, como veremos, a distintas posições ideológicas.

[46] *O Operário*. Porto, 7 de Agosto de 1881, 4.

este grupo liderado por Pinto Barbosa representava uma corrente «trabalhista», interessada em desenvolver a sua luta a favor da melhoria das condições de vida e de trabalho dos operários, desprezando e luta política[47].

A verdadeira ruptura aconteceu em Abril de 1881 quando Ermelindo Martins apresentou, em carta publicada em *O Operário*, a sua demissão do Partido Socialista e da Associação dos Trabalhadores, embora afirmasse não deixar de ser socialista e de «trabalhar em prol d'esses princípios»[48]. Nesse mesmo ano, Ermelindo fundava, com alguns companheiros como F. G. Alecrim e Guedes de Oliveira, a Associação União dos Trabalhadores (AUT) que iria organizar-se segundo o esquema inicial das secções da AIT, isto é, em grupos de 10 indivíduos, as Decas. Esta nova organização «reinvindicava a linha da velha Associação Internacional»[49], diz Gonçalves Viana, que acompanhou o primo Ermelindo nesta nova aventura política.

Será que se pode falar de ideologia anarquista em relação à AUT? Carlos da Fonseca tem dúvidas sobre se é uma associação anarquista ou antes uma «tentativa do tipo sindicalista independente, já embrionária nas reuniões da Fraternidade Operária»[50]. César Nogueira não tem qualquer dúvida em classificar a AUT como sendo de «feição anarquista»[51]. Gonçalves Viana diz que, a partir dessa data, se assistiu à «completa separação do movimento operário do Porto», acrescentando que em Lisboa ela só aconteceu anos depois[52]. Afirmavam-se colectivistas porque, como explica Gonçalves Viana, «para melhor se distinguirem dos *comunistas* autoritários, os anti-autoritários ou anarquistas adoptam o nome de *colectivistas*»[53]. O papel desta organização na história do anarquismo português é normalmente ignorado e o ano de 1887 é muitas vezes assinalado como o do início do anarquismo em Portugal com a fundação do Grupo Comunista Anarquista de Lisboa[54].

---

47 Prefácio de Carlos da Fonseca ao livro de VIANA, J. M. Gonçalves — *Op. Cit.*, p. 21. Sobre a UDS ver o capítulo 1 da II Parte.

48 A declaração de Ermelindo Martins tem a data de 5 de Abril de 1881 e é a seguinte: «Eu abaixo assignado declaro que me demitto do Partido dos Operarios Socialistas, Associação dos Trabalhadores, sem contudo deixar de ser socialista e deixar de trabalhar em prol d'esses principios». Ver *O Operário*. Porto, 10 de Abril de 1881, p. 4.

49 VIANA, J. M. Gonçalves — *Op. Cit*, p. 71.

50 Prefácio de Carlos da Fonseca ao livro já citado de Gonçalves Viana (p. 25).

51 NOGUEIRA, César — *Notas para a História do Socialismo em Portugal (1871-1910)*. Lisboa: Portugália Editora, 1964. Vol. 1, p. 116.

52 VIANA, J. M. Gonçalves — *Op. Cit.*, p. 71.

53 IDEM, *Ibidem*, p. 90.

54 É significativo o título do catálogo editado pela Biblioteca Nacional, *00 anos de anarquismo em Portugal 1887-1987*. Carlos da Fonseca segue o mesmo caminho quando afirma: «Nous avons situé la naissance du mouvement en avril de 1886, sous l'emprise directe du géographe Elisée Reclus pendant son deuxième voyage au Portugal». Ver FONSECA, Carlos — Pour una analyse du mouvement libertaire et de son histoire. In *Histoire du Portugal. Histoire Europeenne. Actes du*

Com a saída de Ermelindo Martins e de outros elementos, assistiu-se a alguma movimentação partidária e a uma tentativa de clarificar o caminho a seguir, sobretudo por parte dos elementos identificados com o marxismo. Logo em Abril, vinha ao Porto Azedo Gneco, líder da facção marxista, o mesmo que nos últimos meses não tinha respondido a nenhum dos convites e avisos do Conselho Central do Partido Socialista[55].

A partir desta altura, José Ribeiro passava a dominar a linha editorial do jornal com os seus artigos de teor marxista a que deu o nome *Questões Necessarias*. Em Junho de 1881, realizava-se um «banquete operário socialista» para comemorar o 2° aniversário de *O Operário*, onde estiveram presentes membros do Partido Socialista, elementos da Associação dos Trabalhadores, do jornal em questão e de várias cooperativas. Refira-se que a própria UDS esteve presente através do seu presidente, Pinto Barbosa. No seu discurso, José Ribeiro (que mais uma vez aparece como João Ricardo e como correspondente do *Cityoen de Paris*) afirmava estarem presentes naquela celebração todas as agrupações socialistas do Porto e que felizmente em Portugal não existia a corrente anarquista que tanto tem «impedido o trabalho evolutivo do socialismo scientifico internacional»[56]. Esta afirmação era contrariada por Pinto Barbosa que, em seguida, afirmava que gostaria de «ver alli representadas todas as ideias socialistas que existem no Porto. Que desejaria um banquete geral em que tomassem parte todos os individuos que constituem o movimento socialista portuense»[57]. O ausente era, obviamente, o anarquista Ermelindo António Martins que representava agora a AUT, e que Ribeiro preferia ignorar.

No número seguinte do jornal, José Ribeiro voltava a atacar o anarquismo e, embora sem nunca o nomear, o serralheiro Ermelindo. «Depois do banquete de que vimos fallando, podemos affoitamente affirmar que os operarios organisados no Porto nem sonham com o anarchismo que determina uma revolução geral nitro-glycerinosa, n'um momento dado, nem se lançam nos braços da burguezia á espera que ella lhes apague a sêde com a sua amphora de ouro» afirmava Ribeiro que, em seguida, passava ao ataque, dizendo que duvidava da sinceridade das «convicções manifestadas por alguem no unico congresso a que assistimos, o do anno passado»[58]. Não o nomeia, mas o visado é, evidentemente, o seu grande adversário político e, recorde-se, figura dominante desse congresso, Ermelindo Martins.

---

colloque. Paris, 22-23 Mai, 1986. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais, 1987, p. 254.

55 Em *O Operário* de 13 de Março de 1881 podia ler-se o seguinte: «Roga-se ao companheiro Eudoxio Cezar Azedo Gneco, queira ter o incommodo de responder ao ultimo officio que lhe enviou o conselho central». Sobre a vinda de Gneco ver *O Operário*. Porto, 17 de Abril de 1881, p. 3. Veio também ao Porto outro apoiante da tendência de Gneco, Agostinho José da Silva.

56 *O Operário*. Porto, 5 de Junho de 1881, 3-4.

57 *Ibidem*.

58 *O Operário*. Porto, 12 de Junho de 1881, p. 1.

A insistência com que José Ribeiro negava a existência de anarquismo no Porto parece significar exactamente o contrário. Assim, por exemplo, Ribeiro reconhecia que o socialismo português nascera «no seio da Internacional que prégava a abstenção politica e a substituição das leis pelo costume», mas achava que actualmente o partido estava totalmente empenhado na luta política. E para reforçar estas palavras desmentia uma notícia dada pelo próprio jornal ao afirmar que no referido banquete não houve uma única nota discordante[59].

José Ribeiro era, por sua vez, desmentido, por um camarada de *O Operário*, Bessa de Carvalho — que nunca se define ideologicamente — quando este referia, embora de forma sarcástica, a existência de um grupo anarquista no Porto, numa pequena notícia intitulada «Verdadeiro Anarchismo»: «Alguns operarios d'esta cidade que estão filiados n'uma agrupação que regeita a entrada da classe operaria na lucta em terreno politico, andaram por ahi em peregrinação pelo candidato regenerador!!! Detestam a sua politica e apoiam a politica dos seus exploradores, dos partidos burguezes!!! [...] Chama-se a isto verdadeiro *anarchismo*... no cerebro»[60].

Concluindo, pode afirmar-se que a primeira organização anarquista portuguesa, a AUT, surgiu no Porto não só porque eram princípios bakuninistas que influenciavam o seu líder, Ermelindo Martins, e outros militantes, mas porque os próprios contemporâneos socialistas a classificaram como tal. A propósito do espirito que presidiu à formação da AUT, parece claro que ele significava um retorno à ideologia original da Internacional. Segundo Neno Vasco, as origens do movimento anarquista foram «sindicalistas» e estavam presentes no seio da I Internacional e das «associações internacionais de que Bakunine foi o principal inspirador, fundindo e vivificando as ideias marxistas com o pensamento de Proudhon e dos socialistas franceses» e também que na AIT sempre predominou a ideia de que «a sociedade de resistência é o grupo essencial, órgão específico da luta de classes e o núcleo reorganizador da sociedade futura»[61]. Ermelindo Martins um dos fundadores da Associação dos Trabalhadores no Porto, acreditava nesse ideal original da I Internacional.

Sobre a AUT dirá Gonçalves Viana que foi a primeira tentativa de organizar a «escola» anarquista em Portugal, mas que depois entrou em crise com a morte de Ermelindo Martins, acabando por não resitir à perda do seu líder[62]. Também o jornal

---

59 *Ibidem.*

60 *O Operário*. Porto, 28 de Agosto de 1881, p. 3.

61 VASCO, Neno — *Op. Cit,* p. 75 e 76.

62 VIANA, J. M. Gonçalves — *Op. Cit,* p. 85. Para Gonçalves Viana, 1884 significou também o «desaparecimento de quase todos os elementos que vinham fazendo a campanha socialista desde 1872-1873. Os melhores baixaram ao seio da mãe comum; outros, cansados, desgostosos, abandonaram o movimento e os restantes adaptaram-se ao meio burguês, corromperam-se, initulizaram-se. Mas ficaram as nulidades!» (p. 74).

portuense *Revolução Social* afirmaria, mais tarde, que foi no Porto, «essa laboriosa cidade, onde há tanta energia e tanta miséria, onde tanto se trabalha e tanto se sofre, [...] quem primeiro viu erguer a bandeira anarquista [...] empunhada por um moço serralheiro, inteligente e enérgico, mas inteiramente desorientado pela leitura dos jornais operários espanhóis»[63].

2.5. Ermelindo, o serralheiro

O serralheiro Ermelindo António Martins é um dos protagonistas da história movimento operário portuense na década de setenta e princípios da de oitenta.

Ermelindo, tal como o movimento operário e socialista do século passado, não estava isento de contradições. Acabou os seus dias a lutar pelo ideal anarquista e, por isso, a desprezar a luta dos operários no campo político, sobretudo o eleitoral, mas, em 1879, era um dos membros do Centro Eleitoral Operário Socialista do Porto[64]. Com ele estavam os elementos mais antigos da Associação dos Trabalhadores do Porto, como os irmãos Pina, os irmãos Alecrim, J. S. Lino, Eduardo Carvalho e Cunha e o seu primo Manuel José Martins. A maior parte deles acabaria por defender o abandono da luta eleitoral, tal como Ermelindo. Este iria envolver-se pessoalmente nas lutas eleitorais e nas eleições legislativas de 1879 concorria como candidato a deputado pelo círculo 94, de Lisboa[65]. Qual o significado deste empenhamento pessoal de Ermelindo na luta eleitoral? Provavelmente a obediência às ordens emanadas do Conselho Central do Partido Socialista, num momento em que era sentida por todos a necessidade de unidade do movimento socialista, sobretudo tendo em conta as fortes desavenças provocadas pelas eleições de 1878[66].

Mas, nas entrelinhas de *O Operário,* é possível perceber que Ermelindo, juntamente com outros companheiros, não estava satisfeito com o rumo do partido e da Associação dos Trabalhadores, sobretudo após os maus resultados alcançados pelos candidatos socialistas. Em Novembro de 1879, Ermelindo Martins, os seus dois primos, Manuel José Martins e Gonçalves Viana, e , ainda, Manuel José da Silva, João Baptista Esteves, José Pereira do Amaral e António Rodrigues de Assunção apresentavam um

---

63 Citado por VIANA, J. M. Gonçalves — *Op. Cit,* p. 86.

64 Vários números de *O Operário* fornecem a constituição desse Centro Eleitoral Operário Socialista do Porto: Baptista Lopes de Almeida, J. Maria M. Cardoso, J. Santos Trindade, Cândido de Faria, Patrício Bandeira, Leonardo, Assumpto, Joaquim S. d'O. Pinto, Ermelindo, João Maria Pina, C. Porto, J. S. Lino, Eduardo Carvalho e Cunha, J. O. Alecrim, J. da Costa Pimenta, F. Alecrim, José Maria Pina, Fortunato, António Teixeira, Manuel Teixeira, Manuel J. Martins, Silvestre Pinto Caldeira e Crispim Loureiro. Ver, como exemplo, *O Operário.* Porto, 27 de Julho de 1879, p. 4.

65 *O Operário.* Porto, 31 de Agosto de 1879, p. 1.

66 Ver os capítulos sobre os socialismos e as eleições.

requerimento, no jornal, dirigido a todos os militantes socialistas com o objectivo de «se tractar de dar nova organisação à Associação, segundo as bases que foram apresentadas pelos requerentes»[67]. Este era um primeiro sinal da revolta de elementos importantes da Associação dos Trabalhadores do Porto que estariam, provavelmente, descontentes com o predomínio do Partido Socialista sobre a ATRP e, portanto, com o empenhamento dos socialistas na luta eleitoral cujos resultados demonstravam ser uma estratégia errada.

A partir deste momento Ermelindo Martins apareceu a liderar várias iniciativas, entre as quais, a formação de um parlamento operário revolucionário onde deveriam ser discutidas todas as propostas apresentadas à Câmara dos Deputados, com o objectivo «não só [de] tratar dos interesses materiaes da classe operaria, como tambem dos moraes, isto é, tratar de se habilitar a desgraçada classe»[68]. Foi o próprio Ermelindo Martins que elaborou o regulamento desse parlamento, não deixando de reforçar o facto de ele ser «uma instituição organisada no seio da Associação dos Trabalhadores do Porto»[69]. Em várias festas organizadas pelo Partido Socialista e pela Associação dos Trabalhadores, Ermelindo aparecia como o protagonista. Por exemplo, numa festa de propaganda socialista, o serralheiro Ermelindo, que sabemos não ter qualquer escolaridade, «mostrou mais uma vez a intelligencia de que é dotado e a segurança de vistas com que encara os factos. Tomou por assumpto — a miseria e suas causas — e refutou principios firmados por Malthus no seu livro *Da População*»[70]. E tudo isto num discurso «conciso, sem adorno de phrazes, mas vigoroso, cheio de verdade e de forte raciocinio»[71]. Numa outra festa de propaganda socialista, realizada em Setembro de 1880, Ermelindo Martins dissertara sobre a Internacional e a importância da Associação[72].

Em 1880, Ermelindo era eleito para o Conselho de Círculos do Porto do Partido Socialista, que era o órgão que determinava as políticas a seguir pelo partido[73]. E no IV Congresso do Partido Socialista Ermelindo era um dos protagonistas, fazendo parte de várias comissões e participando activamente em todos os debates. Terminava como vencedor — tal como os socialistas do Porto — ao ser eleito para o Conselho Central[74]. Vitória de Pirro, como se sabe, já que o marxista José Ribeiro regressaria e, com o apoio

---

67 *O Operário*. Porto, 23 de Novembro de 1879, p. 4

68 *O Operário*. Porto, 14 de Dezembro de 1879, 2.

69 *O Operário*. Porto, 18 de Janeiro de 1880, p. 2.

70 *O Operário*. Porto, 8 de Fevereiro de 1880, p. 3.

71 *Ibidem.*

72 *O Operário*. Porto, 26 de Setembro de 1880, p. 3.

73 *O Operário*. Porto, 4 de Janeiro de 1880. Os outros elementos do Conselho de Círculos eram João Pina e o seu irmão José Pina, Luís Cardoso e Viterbo de Campos.

74 O Conselho Central eleito neste Congresso era composto exclusivamente por socialistas portuenses: Ermelindo António Martins, Manuel José Martins, Joaquim Pinto de Carvalho e Silvestre Pinto Caldeira.

do aparelho partidário de Lisboa, onde pontificava Azedo Gneco, tomava conta do jornal e do Partido Socialista. Restava a Ermelindo e aos seus companheiros fecharem a porta e partirem para nova aventura política, a formação da Associação União dos Trabalhadores, em 1881, influenciada pelos principios do colectivismo anarquista defendidos pelo jornal anarquista de Barcelona, *Revista Social*, que segundo o seu primo Gonçalves Viana, era talvez o único periódico que Ermelindo lia[75].

O retrato de Ermelindo Martins seria feito, alguns anos mais tarde: «Chamava-se Ermelindo Martins este chefe anarquista (cabeça pensante para todos os socialistas do seu tempo, no Norte) e mourejava o seu rude trabalho numa miserável oficina da rua das Carvalheiras. De estatura meã, nervoso, olhar vivo, penetrante, barba e cabelos negros, tez pálida, mostrava no seu modo resoluto a energia que poderia desenvolver e, na tristeza do seu semblante, os sofrimentos de uma vida desgraçada»[76].

2.6. Caminhos para o futuro

A AUT não sobreviveu à morte do líder, Ermelindo Martins, em 1884, que deixou o «movimento fatalmente condenado a passar uma pequena crise»[77], afirma Gonçalves Viana. Acrescenta este autor que a AUT, em 1884, «depois de ter assistido às peripécias dadas com um refugiado da *Mão Negra*, de Espanha, estava quase dissolvida e a morte de Ermelindo acabou com os restos que ainda existiam dela e talvez essa associação por seu turno apressasse a morte de Ermelindo»[78].

Em 1886, e após uma visita do geógrafo anarquista Elisée Reclus a Portugal, fundavam-se os primeiros grupos anarquistas de Lisboa. Esta visita foi determinante para o renascimento do anarquismo português, sendo igualmente importante a influência do jornal francês *Le Revolté*, dirigido pelo próprio Reclus. Mais tarde, Reclus reconhecerá que esta sua viagem a Portugal alcançou resultados positivos: «A anarquia progride em todo o lado. [...] O ano passado havia um só [anarquista] em Lisboa. Hoje são já suficientemente numerosos para difundir milhares de brochuras e editar um

---

75 VIANA, J. M. Gonçalves — Aspirações Populares - Subsídios. *Tripeiro*. III série, vol. 5 e 6. Porto, 1926-1927, p. 106.

76 *Jornal da Manhã*. Porto, 12 de Fevereiro de 1888. Citado por VIANA, J. M. Gonçalves — *A evolução anarquista em Portugal*. Lisboa: Seara Nova, 1975, p. 86.

77 VIANA, J. M. Gonçalves — *Op. Cit.*, p. 27.

78 IDEM, *Ibidem*, p. 72. A *Mão Negra* era uma organização anarquista secreta espanhola, fundada entre 1874 e 1881, que operava sobretudo na Andaluzia. Ficou conhecida pelos meios violentos que usava contra os latifundiários daquela região de Espanha. Esses latifundiários e também banqueiros eram julgados em tribunais populares e executados em seguida. *A Mão Negra* acabou por ser regeitada pelo próprio movimento anarquista espanhol.

jornal»[79]. Esse jornal era *A Centelha*, dirigido pelo caixeiro João António Cardoso.

Nesse mesmo ano, segundo informa o jornal francês *Le Revolté*, realizaram-se manifestações anarquistas em várias cidades portuguesas, destando-se o Porto onde se juntaram seis mil pessoas.

Em 1886 estes grupos anarquistas definiam-se como «comunistas-anarquistas», e Gonçalves Viana escrevia vários artigos na *Voz do Operário,* definindo esta ideologia anarquista por contraponto às outras escolas socialistas: «Enfim, parece-nos que os diversos grupos do movimento socialista estatísticas [sic], e ainda os que se dizem colectivistas, aceitam uma autoridade qualquer à frente das colectividades. Enquanto que para os comunistas-anarquistas, a facção mais avançada do movimento operário, cuja organização se constitui por afinidade, segundo as suas tendências, opiniões, vontades e necessidades, por grupos federados, desenvolvendo-se livremente, desapareceu toda a sombra de autoridade»[80].

Além de Gonçalves Viana, também o anarquista J. A. Cardoso vai entrar em polémica com os socialistas a propósito da questão eleitoral[81].

A cisão entre socialistas e anarquistas estava consumada. Estes últimos começaram a fazer sessões de esclarecimento sobre a diferença entre o chamado socialismo autoritário e o socialismo anarquista, como aconteceu no Porto, numa cooperativa de consumo em que se discutiu «as vantagens da associação de resistência sobre as cooperativas»[82], ou em Lisboa, no Centro Operário.

Em 1887, surgia em Lisboa o Grupo Comunista-Anarquista que publicava um manifesto com a declaração de princípios anarquistas, onde se defendia claramente que «a classe trabalhadora, para atingir um melhor futuro pela sua emancipação, precisa eliminar o Estado e a propriedade individual» e recusava-se os meios legais de acção que seriam substituídos pela «abstenção à urna, deserção da caserna, a greve violenta e a propaganda ilegal»[83]. Ainda nesse ano formava-se o Grupo Comunista-Anarquista do Porto, liderado por Gonçalves Viana.

---

79 Carta de Reclus a Jacques Gross, data de 16 de Maio de 1887 e citada por Carlos da Fonseca no prefácio a VIANA, J. M. Gonçalves — *Op. Cit.*, p. 31. Refira-se a propósito que os operários portugueses não causaram uma impressão favorável em Reclus que dirá:«Que humanidade bizarra! todos mal nascidos, mal ensinados, mal alimentados e mal alojados». Trata-se de uma carta de Reclus a Paul Reigner, de 9 de Abril de 1886, e citado por Carlos da Fonseca na obra referida anteriormente, p. 29.

80 *Voz do Operário*. Lisboa, Dezembro de 1886. nº 374.

81 J. A. Cardoso dirá que «como anarquista defendo a autonomia do individuo e os meios práticos que nos conduzem à completa emancipação. Por isso, não deixo de considerar o sufrágio e o parlamentarismo atentados contra uma e outra coisa, advogando a propaganda pelo facto». Ver *A Voz do Operário*, nº 217, 1886.

82 VIANA, J. M. Gonçalves — *Op. Cit.*, p. 113.

83 Citado por SANTOS, F. P. — *Op. Cit.* Recorde-se que a corrente anarquista colectivista já tinha os seus princípios bem definidos desde o Congresso Anarquista de Friburgo, em 1878. Aí a doutrina foi

A partir daqui os anarquistas iriam ganhar uma influência crescente no movimento operário, sendo de destacar que o Porto foi sempre um alfobre de anarquistas. Para César de Oliveira o Porto era «a cidade onde os anarquistas estavam melhor organizados»[84].

O sucesso dos anarquistas explica-se pela aposta nas associações de resistência operária, gérmen das futuras organizações sindicais. Essa aposta radicava nas origens da Internacional porque, como salienta João Freire, «aquilo por que se bateram Bakunine, Guillaume e os anti-autoritários contra Marx e consortes, foi pela autonomia e soberania das associações de base (profissionais) contra a tutela dos teóricos e dirigentes»[85]. E acrescenta João Freire: «A primazia dada à experiência imediata dos explorados como meio de auto-aprendizagem dum processo libertador é pois central no anarquismo comunista, como já o era na corrente anti-autoritária da Internacional»[86].

O sindicalismo constituíu, pois, uma verdadeira «escolha estratégica» dos anarquistas porque ganhou uma importante base operária que seria intransigente na sua luta contra o Estado e o capitalismo. Esta luta seria ganha «com cada vitória, por insignificante que seja, ganha pelos trabalhadores contra os patrões, cada diminuição de desfrutamento, cada porção de riqueza subtraída aos proprietários e posta à disposição de todos [...], sempre que sirva para aumentar as pretensões dos operários e tornar a luta mais aguda»[87]. Esta posição revelava também um profundo desprezo pelo processo eleitoral que consideravam manipulado pelo Estado e pela burguesia e do qual estavam cada vez mais afastados, devido à nova lei eleitoral de 1895. De facto, na década de noventa, o Partido Socialista não conseguira, tal como antes, eleger qualquer deputado, os operários viviam cada vez com mais dificuldades e só as organizações sindicais pareciam fazer sentido. Segundo Filomena Mónica, depois de oitenta anos de liberalismo, os operários achavam que a solução era simples: «[...] que à violência do Estado e da sociedade, deveriam responder com igual violência; [...] que deviam lutar contra o patrão, directamente, na fábrica; [...] e que abandonassem toda e qualquer acção política»[88], e por isso tinham que dedicar toda a sua energia aos sindicatos, que eram verdadeiramente operários. Caminhava-se para o anarco-sindicalismo.

---

exposta numa memória enviada a esse congresso por Kropotkine e Elisée Reclus e onde se defendia a supressão do Estado, o colectivismo internacionalista, a revolução social através do levantamento espontâneo do povo, a apropriação colectiva da riqueza social e, como meios a utilizar, a propaganda teórica, a acção revolucionária e insurreccional e a rejeição do sufrágio. Ver MENDES, SILVA — *Op. Cit.*, p. 118 e 119.

[84] OLIVEIRA, César — *Op. Cit..*, p. 192.

[85] Prefácio de João Freire a VASCO, Neno — *Concepção Anarquista do Sindicalismo.* Porto: Afrontamento, 1984, p. 14.

[86] IDEM, *Ibidem*, p. 15

[87] Extracto de um discurso do anarquista italiano Malatesta, citado por VASCO, Neno — *Op. Cit.*, p. 71.

[88] Prefácio de Maria Filomena Mónica ao *Almanaque A Batalha 1926.* Lisboa: Ed. Rolim, 1987, p. XIV.

A segunda aposta bem sucedida é na propaganda. A partir da década de noventa do século passado assistiu-se à publicação de inúmeros opúsculos, folhetos e obras de importantes teóricos anarquistas estrangeiros e nacionais, como Kropotkine, Jean Grave, Malatesta, Elisée Reclus, Gonçalves Viana, Mendes da Silva, Campos Lima, etc. Neste sector destacou-se a *Biblioteca dos Grupos Anarquistas do Porto*, que começou por editar o livro *A Anarquia na Evolução Social*, de Kropotkine. Acrescente-se a este esforço propagandístico os inúmeros periódicos anarquistas, com destaque para o portuense *Revolução Social*, dirigido também por Gonçalves Viana. Segundo Carlos da Fonseca, «entre 1887 e 1895 foram distribuídos, em Lisboa e no Porto, pelo menos quatorze manifestos anarquistas. Quase todos retinham dois temas principais: apelo à abstenção e brochuras em que o militante encontra os elementos essenciais de formação teórica»[89].

Além do mais, os anarquistas estiveram presentes no quotidiano dos trabalhadores, nas fábricas e nas oficinas, mas também nos espaços de sociabilidade operária como as festas, teatros, escolas, etc. Esta forma de contacto directo com os operários era mais eficaz que qualquer programa eleitoral ou congresso, acções que tanto agradavam aos socialistas.

No final do século, o sucesso da propaganda anarquista junto dos trabalhadores e alguns atentados no estrangeiro e em Portugal da autoria de militantes libertários levaram a que o governo promulgasse em 13 de Fevereiro de 1896 uma lei em que se estabelecem penas e processos de julgamento «para os que publicassem, defendessem, aplaudissem, aconselhassem actos subversivos ou professassem doutrinas de anarquismo»[90].

Para concluir, eis as palavras de Silva Mendes, um profundo conhecedor do movimento anarquista, escritas em finais do século passado: «Em Portugal, o movimento anarchista não tem acompanhado o dos outros paizes. O socialismo, organizado primeiramente pelos estatutos da *Alliança* de Bakounine, tem-se desenvolvido com tendencias diversas; hoje, porem, mercê da influencia educadora de alguns operarios espanhoes que têm vivido e vivem no meio dos revolucionarios portuguezes, o socialismo propende geralmente para a forma anarchista. O operariado de Lisboa, Porto, Coimbra e outros centros industriaes vae pouco a pouco abandonando

---

[89] Ver prefácio de Carlos da Fonseca ao livro já citado de Gonçalves Viana, onde apresenta uma lista de jornais e livros anarquistas publicados neste período de tempo (p. 39-43).

[90] SANTOS, Fernando Piteira — *Op. Cit.* Em Portugal verificaram-se pequenos tumultos que nunca atingiram os atentados no estrangeiro. Como diz Filomena Mónica, «bastou um louco deitar umas pedras ao coche do rei e ter rebentado uma bomba num vão de escada em Lisboa, para que o governo de Hintze Ribeiro decidisse publicar em 1896 uma lei de repressão ao anarquismo». MÓNICA, Maria Filomena — *O Movimento Socialista em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda/Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1985, p. 100.

as tendências marxistas para se lançar no anarchismo. Convencido da improficuidade da táctica parlamentar, repugna-lhe aceitar o socialismo autoritario. Bastantes grupos, mais ou menos secretos existem nos principais centros, mas professando a propaganda pelo facto sem restrições, outros subordinando-a a certas regras»[91].

[91] MENDES, Manuel Silva — *Op. Cit.*, p, 169.

3. Socialismo e Republicanismo

Quem diz democracia diz naturalmente república. Se a democracia é uma ideia, a república é a sua palavra; se é uma vontade, a república é a sua acção; se é um sentimento, a república é o seu poema.

Antero de Quental, *Portugal perante a Revolução de Espanha*, 1868.*

3.1 O crescimento do republicanismo (1879-1882)

Entre 1879 e 1882, Portugal assistiu a um crescimento da propaganda e da influência republicanas. Aproveitando uma conjuntura que lhes era favorável, os republicanos concentraram os seus esforços numa campanha de forte teor nacionalista, lançando as bases para a criação do Partido Republicano, em 1883[1]. O aumento da visibilidade dos republicanos era notado pelos socialistas portuenses que escreviam em 1880, no *Operário*: «Hoje que a corrente das ideias republicanas está invadindo os dominios de todas as classes em Portugal, e que, apezar da limitadissima esphera em que circula o movimento politico portuguez parece ganhar raizes profundas no espirito da mocidade d'este paiz a causa inconsciente da substituição d'um monarcha por um presidente»[2].

Desde o início da década de setenta que os republicanos portugueses tentavam lançar um movimento político organizado que funcionasse como uma alternativa ao regime monárquico-constitucional que consideravam responsável pelo estado de decadência e de crise financeira que o país atravessava. Neste esforço os republicanos beneficiaram da conjuntura interna e externa.

A nível interno, a pequena e média burguesia sentia-se insatisfeita com o crescente aumento da carga fiscal e com a correspondente descida do nível de vida. De

---

* QUENTAL, Antero de — Portugal perante a Revolução de Espanha. In *Prosas*, 1868.T. 2 p, 59-66.

1 Segundo Fernando Catroga não existe um partido republicano até 1883, mas sim um movimento doutrinal ou «um estádio protopartidário», porque «a marginalidade do republicanismo em relação ao regime e o peso da tradição clubista e conspirativa na memória dos nossos radicalistas fizeram com que, nos seus primórdios, aquele se tenha assumido como um "movimento"organicamente atrasado em relação aos 'partidos' (regenerador e histórico) em que radicava o jogo político monárquico-constitucional consolidado com a Regeneração (1851)». Por este motivo, Catroga não dá razão aos que defendem que o partido republicano se fundou em 1876, com a comemoração da vitória dos republicanos franceses, ou em 1880, com as comemorações do tricentenário da morte de Camões. Cf. CATROGA, Fernando — *O Republicanismo em Portugal*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1991. Vol. 1. p, 10-12.

2 *O Operário*. Porto, 18 de Janeiro de 1880, p. 1.

facto, apesar dos progressos materiais alcançados com a governação de Fontes Pereira de Melo, a industrialização dos principais centros urbanos criou uma pequena burguesia mais instruída e um proletariado insatisfeito com a sua difícil condição de vida. Este descontentamento face a um sistema que beneficiara essencialmente a burguesia comercial e financeira e originara situações de miséria entre as classes trabalhadoras provocou as reivindicações dos operários e os consequentes surtos grevistas (de que a década de setenta é paradigmática), mas também os protestos de vários sectores da burguesia[3]. A crise económica acentuava-se com o crónico e crescente *deficit* do orçamento de Estado.

Por outro lado, as forças mais radicais do liberalismo português, herdeiras do vintismo e do setembrismo, não se identificavam com o rotativismo monárquico-constitucional. Aliás, em 1876, o país assistira ao Pacto da Granja, que fizera a fusão entre Históricos e Reformistas dando lugar aos Progressistas, liderados por Anselmo Braancamp[4]. Este novo partido procurava, com o apoio do próprio monarca, funcionar como uma alternativa aos Regeneradores dentro do regime monárquico-constitucional. Os Progressistas invocavam a memória do liberalismo mais avançado (vintismo, setembrismo e Patuleia), mas, de facto, nunca a concretizaram e, por isso, a médio prazo, não constituiriam uma verdadeira alternativa nem seriam atractivos para uma geração mais jovem e influenciada pelas experiências revolucionárias europeias. Nas décadas de sessenta e setenta a juventude estudantil de Coimbra fazia a sua formação intelectual contestando os velhos valores políticos do liberalismo e aderindo às novas ideias que agitavam a Europa. Liam Hegel, Proudhon, Quinet, Renan, Taine, Comte, Littré, Vico, Victor Hugo, Feuerbach, Spencer, entre outros, e assistiam entusiasmados aos acontecimentos revolucionários no estrangeiro.

Por outro lado, a nível externo, os republicanos não foram imunes aos acontecimentos em Espanha e em França. A revolução espanhola de 1868 afastou do trono a rainha Isabel II e levou ao poder o movimento federalista e republicano liderado por Pi y Margall e Castelar. Entusiasmaram-se os ânimos de muitos republicanos portugueses, alguns dos quais chegaram a defender, à semelhança da Suíça e Estados Unidos da América, uma união republicana federal entre todos os povos ibéricos. Por outro lado, a Comuna de Paris, em 1871, como veremos mais adiante, contribuiria para

---

[3] Um exemplo da insatisfação da pequena e média burguesia contra o aumento dos impostos é a revolta de 1868, no Porto, que ficou conhecida como a *Janeirinha*. Cf. ALVES, Jorge Fernandes — Rodrigues de Freitas: Entre a "Janeirinha" e o "31 de Janeiro". In AAVV — *Estudos de História Contemporânea Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1991. p. 377- 390.

[4] No novo Partido Progressista encontravam-se nomes como Alves Martins, Mariano de Carvalho, José Luciano de Castro, Adriano Abreu Cardoso Machado, Tomás Oliveira Lobo e outros. Sobre estes acontecimentos cf. CARVALHO, Joaquim — Estabelecimento do Rotativismo. In PERES, Damião — *História de Portugal*. Barcelos: Portucalense Editora, Ld^{a}, 1935. Vol. VII, p. 401 e ss.

afastar a maioria dos republicanos portugueses dos sonhos revolucionários socializantes e, por outro lado, para os aproximar da III República francesa de Thiers e Gambetta. Esta posição seria reforçada com a derrota da experiência republicana em Espanha, em 1874. A partir de então, a República francesa passará a ser o paradigma.

Assim, a partir da segunda metade de Oitocentos, assistiu-se, nas palavras de Joel Serrão, a «um complexo fenómeno sócio-cultural que caracterizaremos como revolta da consciência moral dos cidadãos mais esclarecidos ante o baixo e injusto teor de vida da esmagadora maioria da gente portuguesa»[5]. Ou seja, para muitos espíritos tornava-se imperioso conciliar o conceito de liberdade, herdado do liberalismo, com o de igualdade, isto é, de justiça social, o que não fora alcançado em nenhum país por qualquer das experiências liberais[6]. E, na década de setenta, esta «aspiração» democrática foi assumida por dois movimentos — que se confundiram, por vezes — o republicanismo e o socialismo. Como veremos mais à frente, no espírito da maioria dos intelectuais progressistas estas soluções eram convergentes, pelo menos até meados dos anos setenta.

No início da década de setenta, os socialistas pareceram ganhar alguma vantagem sobre os republicanos ao concretizarem a sua acção política com a criação do Partido Socialista, em 1875. Os republicanos estavam divididos por vários clubes ou centros, continuadores das sociedades de pensamento iluministas e dos clubes jacobinos, que tinham como principal função a formação ideológica e política, e também, ocasionalmente, a participação nas eleições[7]. Não existia uma direcção nacional republicana e, por isso, estes centros seguiam diferentes correntes ideológicas e tinham os seus próprios líderes. Contudo, em 1878, apareciam, pela primeira vez, candidaturas republicanas nas duas principais cidades. Em Lisboa, Elias Garcia, apoiado pelos regeneradores não conseguiu ser eleito, já no Porto era eleito o primeiro deputado republicano, Rodrigues de Freitas, que voltava a ganhar nas eleições de 1880. Todavia, este êxito dos republicanos no Porto deve ser relativizado e integrado num contexto específico, não só pelo enorme prestígio pessoal de Rodrigues de Freitas entre os eleitores portuenses, sobretudo entre os comerciantes, mas também pelo apoio dos progressistas que nunca apresentaram uma candidatura própria sempre que Rodrigues de Freitas concorreu. Aliás, nas eleições posteriores em que Rodrigues de Freitas não se

---

[5] SERRÃO, Joel — *Antologia do Pensamento Político Português/1*. Porto: Editorial Inova, 1970. p. 30.

[6] Joaquim de Carvalho considera, mesmo, que, se o liberalismo português se tivesse mantido fiel ao espirito progressivo da Carta e avançado para uma lei mais avançada e democrática, o partido republicano não teria tido condições para aparecer. Cf. CARVALHO, Joaquim — Formação da Ideologia Republicana. In MONTALVOR, Luís — *História do Regímen Republicano*. Lisboa: Empresa Editorial Ática, 1930-1932. Vol. 1, p. 211-213.

[7] O republicano Manuel de Arriaga confirma a importância do clube republicano ao classificá-lo como «a pedra angular, o organismo típico do partido republicano português». ARRIAGA, Manuel — *Projecto de Organização Definitiva do Partido Republicano Português*. Lisboa: Tipografia Popular, 1882, p. 7.

candidatou os republicanos não ganharam[8]. Mas o que não pode ser relativizado é o sucesso dos republicanos e a sua crescente influência a partir de 1880, ano em que aproveitaram de forma oportuna os acontecimentos conturbados que se viveram.

Em 1880 o país atravessava uma crise financeira provocada por um *deficit* permanente, por uma dívida pública em crescendo e por uma crise bancária de que um dos melhores e mais recentes exemplos tinha sido o inquérito ao Banco Ultramarino, em 1878, que levara alguns dos mais importantes ministros de Fontes Pereira de Melo a demitirem-se (Serpa Pimentel, Andrade Corvo, Lourenço de Carvalho e Couto Monteiro). Entretanto, o rei chamara Anselmo Braancamp para formar um governo que convocaria eleições, em 1880, ganhas pelos progressistas. Estes não cumpriram as promessas democráticas feitas durante o período eleitoral, o que aumentou o descontentamento das forças mais "avançadas" que se viraram para o republicanismo. Mas a gota de água seria a questão da ratificação do Tratado de Lourenço Marques que o governo de Braancamp herdara do anterior governo regenerador[9]. Nesse tratado ficava estabelecido legalmente o direito das tropas inglesas atravessarem o território português de Moçambique e dos navios ingleses policiarem as águas moçambicanas; além disso, a Inglaterra podia intervir também na nossa pauta comercial. Este texto provocou uma forte contestação nacional porque via-se nele uma vergonhosa cedência ao imperialismo inglês e uma desonra para o brio nacional. É neste contexto de forte emoção nacionalista que os republicanos Teófilo Braga e Ramalho Ortigão tiveram a ideia de celebrar o tricentenário da morte de Camões como uma espécie de desagravo nacional. Camões simbolizava um período de grandeza da pátria por oposição ao estado de decadência da sociedade portuguesa, representada pelo regime monárquico-constitucional dos Bragança.

Os republicanos recordarão o ano de 1880 e os festejos camonianos como um momento fundador em que o republicanismo lançou as bases de uma rede organizacional pelo país. Magalhães Lima considerava o tricentenário de Camões como «a maior manifestação cívica que se realizou em Portugal». Acrescentava este republicano: «Tudo se transformou como por encanto. Começou a falar-se na nossa epopeia, o que não se fazia até aí. Reviveu o esforço da Raça e com ele o ressurgimento da Nacionalidade. Data de então a organização da Democracia Portuguesa»[10].

O ideólogo dos festejos, Teófilo Braga, não tinha dúvidas que o dia 10 de Junho de 1880 marcara o início de uma nova era para os portugueses: «Nesse dia, todas as

---

[8] Os republicanos só voltarão a ganhar no Porto, em Fevereiro de 1900, numa conjuntura muito específica, caracterizada por uma grande descontentamento dos portuenses face à atitude do governo no ataque à epidemia de peste bubónica em 1899.

[9] O tratado tinha sido assinado por Andrade Corvo no próprio dia da sua demissão como ministro do goveno de Fontes Pereira de Melo, em 30 de Maio de 1879.

[10] LIMA, Sebastião Magalhães — *Episódios da minha vida.* Lisboa: Perspectivas & Realidades, s.d, p. 1.

forças vivas, tudo quanto há com futuro ainda nesta pequena nacionalidade, vibrou com unanimidade ao impulso de um estímulo consciente [...]. O centenário de Camões manifestou à Europa que sabíamos tirar da maior tradição do nosso passado histórico o estímulo para um renascimento»[11]. Basílio Teles confere a 1880 o mesmo cunho de mudança política radical quando afirma que «antes desta data, não há história do *partido republicano*, mas apenas história da ideia, da *aspiração republicana*, porque só a contar daquela época a política o pôde reconhecer como um novo factor, susceptível de influir nos seus arranjos»[12].

Por outro lado, os republicanos não deixaram de salientar a antipatia das autoridades pelos festejos camonianos. O jornal republicano *O Trinta* acusava a família real e os ministros de não terem participado no «grande cortejo cívico [...]puramente nacional e patriótico» por não quererem «*sujar-se* com o contacto da pebe». E exclamava aquele periódico: «Honra ao povo português! Honra a todos quantos concorrem para o brilhantismo da grande festa cívica em honra do maior patriota»[13].

Deste modo, o discurso republicano ganhava um forte cunho nacionalista apelando à regeneração nacional o que não podia ser feito com um sistema decadente como o monárquico-constitucional. Os republicanos retomavam, como refere Joel Serrão[14], o velho conceito de regeneração nacional, sempre presente nos diferentes discursos ideológicos do liberalismo português oitocentista, mas davam-lhe, agora, um cunho democrático, invocando mais participação democrática e mais cidadania.

Este êxito estimulou os republicanos para a acção política. No Porto, por exemplo, reanimou-se o Centro Republicano Radical que possuía o jornal *O Combate* e realizava conferências quinzenais de propaganda[15]. Por outro lado, este sucesso político tornou urgente a unidade dos republicanos no pensamento e na acção, o que irá ser tentado nos dois anos seguintes. Provavelmente, por isto, Magalhães Lima classifica 1880 como «o primeiro ano da República em Portugal»[16]. Este publicista, foi, aliás, em 1880, o candidato pelo círculo 98, com o apoio de todas as correntes republicanas, a federalista e a unitária, obtendo um bom resultado.

---

[11] BRAGA, Teófilo — *História das Iderias Republicanas em Portugal.* Lisboa: Nova Livraria Internacional, 1880, p. 215.

[12] TELES, Basílio — *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro.* Porto, 1905. Citado por SERRÃO, Joel — *Op. Cit.*, p. 325.

[13] *O Trinta.* Lisboa, 13 de Abril de 1880. Citado por MEDINA, João — *História Contempoânea de Portugal.* Lisboa: Multilar, 1990. T. 2, p. 549.

[14] Como afirma Joel Serrão: «Na verdade, em todos os momentos fundamentais da história do nosso liberalismo, este assumiu carácter regenerador, ou seja, assumiu a ambiguidade fundamental de sentidos que o termo regeneração encerra: gerar ou produzir de novo; reproduzir de novo; reproduzir o que estava destruído». SERRÃO, Joel — *Op. Cit.*, p. 43.

[15] *O Operário.* Porto, 1 de Fevereiro de 1880, p. 3.

[16] LIMA, Magalhães — *Op. Cit.*, p. 127.

As reacções nacionalistas contra o Tratado de Lourenço Marques continuaram em 1881 com a realização de vários comícios nas principais cidades. No Porto, em Abril, realizava-se um comício republicano no Largo da Aguardente, cujo orador principal foi Alves da Veiga que afirmou que aquele comício pretendia «protestar contra o Tratado de Lourenço Marques e accentuar de uma maneira definitiva a marcha politica do partido republicano»[17]. Segundo *O Operário*, «estavam seguramente duas mil pessoas, porém se não fora o mau estado do tempo muito maior teria sido o concurso do povo»[18].

Na sequência destes acontecimentos surgiram dois importantes jornais republicanos, o *Século*, em Lisboa, dirigido por Magalhães Lima, e o *Folha Nova*, no Porto, com Emídio de Oliveira como director. Toda esta campanha de contestação organizada pelos republicanos levou a Câmara dos Pares a não ratificar o Tratado e obrigou o governo de Braancamp a pedir a demissão. Dirá, mais tarde, Magalhães Lima: «Desta brilhante campanha poderia ter saído a proclamação da República, se o partido então estivesse organizado. Os centros multiplicaram-se; os jornais surgiram como por encanto; alguma coisa nova e estranha se começou a notar, desde essa época, na vida política do país». Acrescenta Magalhães Lima que «por toda a parte se realizaram comícios, no meio de um entusiasmo indescritível; é aclamada ruidosamente a ideia republicana no Porto, em Coimbra, em Setúbal, em todas as principais cidades do Reino; vibra alto o clamor contra a Pátria escravizada; caem os progressistas e sobem os regeneradores; a situação, porém é diferente, porque o povo acorda do seu indeferentismo e começa a interessar-se pela administração pública»[19].

E os acontecimentos continuaram a estimular a acção republicana. Ainda em 1881, a política portuguesa era agitada com a prisão do poeta Gomes Leal, acusado de ofender a família real com o poema *A Traição*. Este texto era um violento protesto contra o Tratado de Lourenço Marques e nele Gomes Leal acusava explicitamente o rei D. Luís de ser culpado pelos acontecimentos. Republicanos e socialistas uniram-se para protestar contra a prisão do poeta que tinha sido ordenada pelo chefe do governo regenerador, Rodrigues Sampaio. Republicanos e socialistas que não deixaram, então, de recordar o passado político de Rodrigues Sampaio, antigo setembrista, que enquanto redactor de *O Espectro* insultara virulentamente a família real e defendera apaixonadamente a liberdade de imprensa e de expressão. Depois de sair da cadeia, Gomes Leal dedicava a Rodrigues Sampaio um poema significativamente intitulado *O renegado*. A prisão do poeta foi o primeiro sinal de um período que se iria caracterizar

---

[17] *O Operário*. Porto, 3 de Abril de 1881, p. 3.

[18] *Ibidem*. Segundo informa este jornal, estiveram igualmente presentes como oradores Augusto Rocha, do Centro Democrático de Coimbra, Magalhães Lima e Manuel de Arriaga.

[19] LIMA, Magalhães — *Op. Cit.*., p. 133-134.

por uma certa perseguição à imprensa e manifestações republicanas. Os redactores do *Século* foram as principais vítimas e alguns comícios republicanos foram proíbidos[20]. Magalhães Lima, num discurso algo hiperbólico, falará de um «período aberto de terrorismo», em que as liberdades públicas foram amordaçadas, a imprensa perseguida e «os sinceros democratas vexados e acorrentados»[21]. Esta pressão do governo fez aumentar a simpatia pelos republicanos.

Nas eleições de 1881 os republicanos conseguiam um total de 7778 votos e elegiam Elias Garcia por Lisboa (embora com o apoio, não declarado, dos regeneradores que queriam impedir uma vitória progressista). No Porto, Emídio Garcia e Alves da Veiga obtiveram bons resultados mas não alcançaram a vitória. Estes êxitos moderados traduziam o impacto da intensa campanha nacionalista feita pelos republicanos a propósito da questão do Tratado de Lourenço Marques e de uma conjuntura caracterizada, como anteriormente se disse, por escândalos financeiros, pelo aumento da carga fiscal (com o imposto sobre o rendimento), pela questão polémica da dotação régia e, ainda, pelo regresso das ordens religiosas, sobretudo dos jesuítas, que voltavam a dominar o ensino. Todos estes factores desagradavam à pequena e média burguesia urbana, mais politizada, que tinha ascendido à capacidade de eleitor com a lei de 1878[22].

Estes resultados demonstravam, igualmente, que a implantação dos republicanos estava localizada sobretudo em Lisboa, um pouco em Setúbal e Beja, e muito menos no Norte. Como salienta Fernando Catroga, «na década de 80, a votação republicana em Lisboa recolheu entre 3000 e 4500 votos, no Porto a escala nunca ultrapassou os 618 votos»[23]. Os socialistas aperceberam-se, também, da influência republicana na capital, como é notório num artigo do *Operário*, assinado por António José de Oliveira Rollo em que este se queixava do estado do proletariado em Lisboa «devido ao immenso numero de especuladores que se dizem republicanos, impestando d'este modo, Lisboa, e permanecendo continuamente, onde as classes de baixa esphera social se aglomeram, propagando com o cinismo que lhe é habitual, as suas falsas doutrinas»[24]. No Porto, nas

---

[20] Cf. com algumas notícias do *Operário*, como por exemplo, os números de 17 de Julho e de 20 de Agosto de 1881.

[21] LIMA, Magalhães — *Op. Cit.*, p. 134.

[22] Recorde-se que a Lei de 8 de Maio de 1878 estipulava que podiam votar os eleitores masculinos que tivessem um rendimento de 100$000 réis e os que tivessem mais de 21 anos e soubessem ler e escrever ou fossem chefes de família. Deste modo, o número dos eleitores passou de 480 mil em 1877 para cerca de 820 mil em 1878.

[23] CATROGA, Fernando — *Op. Cit.*, p. 101. A propósito desta forte implantação republicana em Lisboa afirma César de Oliveira: «A cidade era bem o coração do Partido Republicano e o único centro que tinha peso decisivo». OLIVEIRA, César — *O Operariado e a Primeira República.* Lisboa: Alfa, 1990, p. 27

[24] *O Operário*. Porto, 1 de Agosto de 1880, p. 4.

eleições locais os republicanos ganhavam a freguesia da Vitória, conseguindo alguns lugares noutras freguesias. É o caso de Dionísio Ferreira dos Santos Silva, na freguesia de Santo Ildefonso.

Em 1882, os republicanos prosseguiram a sua campanha nacionalista, aproveitando mais uma data comemorativa, desta feita o centenário da morte do Marquês de Pombal, para lançar violentos ataques ao regresso dos jesuítas. Neste ano sucederam-se vários comícios anti-jesuíticos nas principais cidades do reino, que tiveram, aliás, o apoio dos socialistas.

O resultado da acção política republicana, nestes primeiros anos da década de oitenta, foi o surgimento de uma rede orgânica que funcionará em pleno nas décadas seguintes. Se em 1879 havia apenas 4 centros republicanos em Lisboa, em 1882 eram já 19 na capital e 21 espalhados no resto do país[25]. Todavia, o movimento republicano continuava ainda dividido por facções ideológicas e carecia de uma forte organização. Esta pulverização por movimentos e personalidades era testemunhada na época pelo republicano Alexandre da Conceição que afirmava haver em Portugal «quatro ou cinco fracções do partido republicano, e por isso nenhum partido digno desse nome fortemente e seriamente organizado»[26].

Sebastião de Magalhães Lima confirmava esta situação ao escrever que «o partido republicano português carece, primeiro que tudo, de afirmar a sua vitalidade, por uma sólida e definitiva organização, de que está já dependente o seu crédito como partido de combate e futuro»[27]. Assim, a grande maioria dos republicanos sentia a necessidade de uma unidade de acção e pensamento que pusesse fim a anos de divergências, por vezes profundas, entre facções e pessoas. Esta necessidade tornara-se premente depois do sucesso dos festejos camonianos. Desde 1881 que o movimento republicano procurava unir as diversas tendências com vista a uma definitiva organização do movimento em partido.

3.2. Diferentes republicanismos e a busca da unidade

No início dos anos setenta, os republicanos constituíam um movimento heterogéneo e dividido, disperso por três grupos distintos. Carrilho Videira, no

---

[25] CATROGA, Fernando — A Formação Da Ideologia Republicana. In MEDINA, João — *Op. Cit.*, p. 19.

[26] CONCEIÇÃO, Alexandre — Ao Partido Republicano. *O Século*. Lisboa, 21 de Janeiro de 1881, p. 1.

[27] LIMA, Sebastião Magalhães — Applaudimos. *O Século*. Lisboa, 21 de Janeiro de 1881, p. 1. Também Teófilo Braga achava ser necessário aos republicanos «coordenar a sua acção mútua, federando-os por meio de delegados que constituam uma junta superior dirigente que tome a sublime responsabilidade do nome do partido republicano português». Ver *O Século*. Lisboa, 27 de Janeiro de 1881, p. 1.

Almanach Republicano de 1883, esclarece que esses grupos eram: os «democratas», que vinham da esquerda monárquica desiludida com o rotativisno da Regeneração, os «moderados», oriundos do núcleo do Centro Federal de 1870, e os «federalistas», que eram «um grupo destacado do partido socialista»[28]. Nas fileiras federalistas contavam-se republicanos, como Magalhães Lima, Teófilo Braga ou Carrilho Videira e alguns dos futuros fundadores do Partido Socialista, como Azedo Gneco, Nobre França e Eduardo Maia. A questão da origem comum entre socialistas e republicanos será abordada mais adiante.

Nos finais dos anos setenta, continuava a divisão dos republicanos entre os mesmos três grupos, conhecidos, então, por uma designação algo diferente: os federalistas, os «regeneradores» liderados por Elias Garcia, e os «progressistas», liderados por Oliveira Marreca. A identificação destes nomes com os principais partidos monárquicos indicava as alianças tácticas, geralmente em período eleitoral, dos diferentes grupos republicanos com cada um dos principais partidos monárquicos. Este fenómeno era descrito por um republicano da época, Martins de Carvalho: «[...]uma parte do Partido Republicano subordina-se ou deixa-se subordinar ao Governo Regenerador; e outra parte subordina-se ou deixa-se subordinar ao Governo Progressista! Por ambas as formas os republicanos não fazem mais do que servir de instrumentos dos ambiciosos monarquistas»[29]. Esta necessidade de alianças com os partidos monárquicos traduzia a ausência de uma estratégia unitária e autónoma consequente. Ora, estes republicanos dispersavam-se, como vimos anteriormente, por clubes ou centros republicanos ideologicamente independentes entre si e sem qualquer liderança ou programa em comum, tendo cada clube e região o seu órgão de imprensa. Mas como se tinha chegado a este estado de pluralidade ideológica e de métodos de acção?

As origens do republicanismo português remontam aos momentos mais radicais do primeiro liberalismo português. Até 1848 encontramos reinvindicações episódicas de uma república portuguesa, como por exemplo, os protestos do general Marinho, em

---

[28] Citado por HOMEM, Amadeu Carvalho — O avanço do republicanismo e a crise da monarquia constitucional. In MATTOSO, José (dir.) — *História e Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993. Vol V, p. 133. Nos democratas estavam Latino Coelho, Oliveira Marreca, Sousa Brandão, Gilberto Rola, Bernardino Pinheiro, Osório de Vasconcelos, Alves Branco, Santos Lima e Elias Garcia; entres os moderados encontravam-se António Maria da Silva, Alfredo de Melo, Albano Coutinho, Costa Goodolphim, Eça Ramos, João Bonança, Júlio Máximo Pereira, Silva Viana e Salema Garção; por último nos federalistas contavam-se Eduardo Maia, António Joaquim Nunes, Leão de Oliveira, Hipólito Barcelos, Damião da Silva, Silva Pinto, Francisco José Figueira, Augusto de Faria Serrão, Tito Lívio Dias Mendes, Infante de Câmara, Conceição Fernandes, Teófilo Braga, Horácio Esk Ferrari e Carrilho Videira. Ver também CATROGA, Fernando — *O Republicanismo em Portugal*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1991, p. 28.

[29] *O Conimbricense*. Coimbra, 10 de Dezembro de 1879, p. 2. Citado por CATROGA, Fernando — A formação da ideologia republicana (1820-1880) In MEDINA, João — *Op. Cit.*, p. 17.

1829, e António Feliciano Castilho, nos anos trinta[30]. Depois da derrota da Patuleia três nomes defendiam a República, José Estevão, Rodrigues Sampaio e Oliveira Marreca, que fundaram a Comissão Revolucionária de Lisboa. Mas, para Fernando Catroga, estas «primeiras manifestações de republicanismo em Portugal traduziram mais uma esperança do que uma possibilidade real de concretização histórica»[31].

Com os acontecimentos revolucionários de 1848 na Europa, as posições republicanas ganharam alento. O melhor e mais importante teórico desse período foi José Félix Henriques Nogueira, com os *Estudos sobre a reforma em Portugal* (1851), obra reformista inspirada em Herculano, Fourier, Louis Blanc, Proudhon, Tocqueville, Raspail, entre outros, e que se pode resumir em quatro conceitos: República, Municipalismo, Federalismo e Associação[32]. Assim, o primeiro republicanismo português assentava nos principais postulados presentes nas doutrinas descentralizadoras, federalistas e democráticas de Henriques Nogueira que iria ser reconhecido pelos republicanos das décadas posteriores como o fundador do republicanismo e o pai da democracia em Portugal[33]. Também os socialistas viram em Henriques Nogueira um precursor na defesa dos ideais democráticos e socializantes.

Este republicanismo federalista esteve presente nas Conferências do Casino, em 1871, e dominou as hostes republicanas até finais dos anos setenta. Os seus modelos eram a (éfemera) República espanhola de Castelar e Pi y Margall e os Estados Unidos da América. Além disso, estabeleceu ao longo deste período várias pontes com os socialistas, porque, como refere Amadeu Carvalho Homem, o federalismo «defendendo as teses da descentralização administrativa, do reforço das autonomias regionais e municipais e do nivelamento das condições económicas, aparece [...] como o fulcro

---

30 Cf. CARVALHO, Joaquim — Formação da ideologia republicana (1820-1880). In Montalvor, Luís — *Op. Cit.*, p. 211.

31 CATROGA, Fernando — A Formação do Movimento Republicano - 1870-1883. In MEDINA, João — *Op. Cit.*, 9.

32 Sobre o modelo de República que defende, escreve Henriques Nogueira: «Quisera que num país como o nosso, emancipado por cruentos esforços da tutela humilhante, egoista e sanguinária da monarquia absoluta, cansado do regime espoliador, traiçoeiro e faccioso da monarquia constitucional, necessitado de restaurar as forças perdidas em lutas estéreis e de cicatrizar feridas que ainda gotejam, ávido enfim de gozar as doçuras da liberdade por que tanto há sofrido, o governo do Estado fosse feito pelo povo e para o povo, sob a forma nobre, filosófica e prestigiosa de *República* [...]. Quisera que os interesses da localidade fossem atendidos primeiro que tudo; que o território se dividisse para todos os efeitos em grandes e bem regidos municípios; e que as aldeias tivessem os melhoramentos indispensáveis ao bem comum dos moradores [...]. Quisera por último, que Portugal, como povo pequeno e oprimido, mas conscio e zeloso da sua dignidade, procurasse na *Federação* com outros povos peninsulares a força, a importância e a verdadeira independência que lhe faltam na sua tão escarnecida nacionalidade». NOGUEIRA, José Félix Henriques — *Obra Completa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1976. T. 1, p. 22 e 23. (org. de António Carlos Leal da Silva).

33 A consagração de Henriques Nogueira é feita por Teófilo Braga, aquando das comemorações camonianas, que o considera como a figura pioneira do movimento republicano e democrático. O culminar desta consagração foi a formação do Clube Henriques Nogueira, em 1881. Cf. CATROGA, Fernando — *O republicanismo em Portugal*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1991, p. 176.

teórico de um projecto concebido a traço grosso, susceptível de congregar a favor a atenção de republicanos e de socialistas, ou, melhor dizendo, de republicanos-socialistas»[34].

Não admira, portanto, que o primeiro programa republicano fosse organizado pelo Centro Federal de Lisboa, em Junho de 1873, cabendo a sua autoria a Horácio Esk Ferrari. Nesse programa exigia-se uma República Democrática Federal, com base numa autonomia municipalista, e citavam-se autores como Henriques Nogueira, Pi y Margall, Proudhon, Tocqueville, Stuart Mill e, ainda a Constituição dos Estados Unidos e da Suíça e o programa de Castellar, em Espanha[35]. Para Catroga, os republicanos federalistas foram os precursores do «social-republicanismo» de finais do século XIX, porque reafirmavam a validade da tríade da Revolução Francesa — Liberdade, Igualdade e Fraternidade — mas defendiam, igualmente, quer a a laicização do Estado quer a realização de reformas sociais mais profundas. Neste sentido, os federalistas defendiam o associativismo, o mutualismo, as cooperativas de consumo e produção, bem como a existência de um banco económico de crédito colectivo e social[36].

A partir de meados da década de setenta, com a derrocada da experiência republicana federalista em Espanha e com o êxito da República unitária e centralista francesa, saída dos escombros da Comuna, o modelo mais realista e com possibilidades de sucesso parecia ser este republicanismo conservador e pragmático, personificado por Thiers e Gambetta[37], a que se juntava um atestado de cientificidade dado pelo positivismo de Littré, o futuro mentor espiritual de muitos republicanos portugueses. Para Littré, seguindo o seu mestre Auguste Comte, as revoluções eram desnecessárias porque as sociedades só podiam, de acordo com leis científicas, evoluir num determinado sentido, o da ordem e do progresso.

Assim, inspirando-se no paradigma francês, muitos republicanos portugueses afastaram-se dos projectos revolucionários e optaram pela via moderada da mudança gradual e inevitável das sociedades. É neste sentido que, em 1876, o Centro Republicano do Porto, emitia uma circular dizendo que «nas nossas leis acham-se já

---

[34] HOMEM, Amadeu Carvalho — *Op. Cit.*, p. 133. Como veremos mais adiante, havia muito de comum entre socialistas e republicanos federalistas: o internacionalismo, a descentralização administrativa, a defesa do associativismo e uma participação mais democrática dos cidadãos na vida política do país.

[35] Sobre este programa ver CATROGA, Fernando — *Op. Cit.*, p. 63-65. Este programa foi publicado em *O Rebate*. Lisboa, nº1, 1873.

[36] Cf. BATALHA, Landislau — O Operariado e a Política. In *Almanach Republicano para 1877*. Lisboa, 1876. Neste período existe um outro programa republicano elaborado pelo grupo de Elias Garcia que tinha sido redigido, em 1873, por Latino Coelho e pelo próprio Elias Garcia.

[37] A este republicanismo mais preocupado com questões de táctica política do que com os princípios foi dado o nome de oportunista e era o próprio Gambetta que defendia o oportunismo como uma «politique avisée, ne laissant jamais l'heure propice, les circonstances favorables, mais ne sacrifiant rien ni au hasard, ni à l'espirit de violence». Cf. BARRAL, Pierre — *Les Fondements de la Troisiéme République*. Paris, 1968.

consignados direitos que tornam desnecessárias as revoluções» e que, por isso, seram relativistas e não partidários da violência de uma revolução, porque «atendemos às relações estabelecidas, e procuramos modificá-las dentro dos limites legais»[38].

Por outro lado, a entrada em cena do Partido Socialista, como partido de uma classe, distinto e autónomo dos «partidos burgueses», empurrou muitos republicanos para este republicanismo unitário, conservador e pragmático inspirado na III República francesa. Estes republicanos deixariam cair as reivindicações federalistas e as propostas de cunho socializante a favor de um discurso anti-monárquico e anticlerical, que, como vimos, no início da década de oitenta adquiriu um tom fortemente nacionalista e messiânico.

Este grupo de republicanos democratas, conhecidos como moderados, era liderado por Elias Garcia e Osório de Vasconcelos que formaram, em 1873, a União Republicana onde pretendiam aglutinar todos os descontentes do regime monárquico. Em 1876, a União Republicana era substiuída pelo Centro Republicano Democrático de Lisboa, cujo directório tinha 34 elementos[39] e que estimulou o aparecimentos de muitos centros republicanos a nível nacional, bem como a publicação de vários jornais e revistas. Contudo, cada um destes centros regionais tinha plena autonomia e independência ao nível da estratégia e do pensamento. Para Carvalho Homem o grande objectivo destes clubes era «a implantação de órgãos de imprensa e a propagação dos rudimentos da pedagogia democrática»[40].

Os federalistas criticavam estes centros devido à falta de elementos das classes populares e de se esquecerem que o verdadeiro fim da República era a transformação das instituições sociais[41]. Críticas desta natureza levaram à expulsão de Carrilho Videira e Ladislau Batalha que fundaram, a 3 de Dezembro de 1876, a sociedade de pensamento Clube Mundo Novo e apoiaram as candidaturas de Teófilo Braga e Manuel de Arriaga nas eleições de 1878. Nesse mesmo ano, Elias Garcia caía em desgraça por ter assumido compromissos eleitorais com os regeneradores. Por este facto, Oliveira Marreca, Latino Coelho e Bernardino Pinheiro abandonaram o Centro Republicano Democrático e fundaram o Centro Republicano de Lisboa.

---

[38] Citado por HOMEM, Amadeu Carvalho — *Op. Cit.*, p. 136.

[39] Neste centro houvera desde o início divergências provocadas pela designação do mesmo já que homens como Elias Garcia preferiam apenas o nome de "Democrático" de modo a ganharem o apoio de certos monárquicos descontentes com o sistema rotativista. Ver CATROGA, Fernando — *Op. Cit.*, p. 36.

[40] HOMEM, Amadeu Carvalho — *Op. Cit.*, p. 136.

[41] A propósito do Centro Democrático Republicano, o federalista Ladislau Batalha afirmava que «o proletariado não está ali nunca, e quando alguém desses aparece, se pede palavra, pode ser desconsiderado, mormente na actualidade em que a Mesa se tornou capciosa e verbal». BATALHA, Ladislau - *Nova Inquisição ou o Directório Republicano e os seus actos perante a opinião pública.* Lisboa, 1876, p. 18.

Em 1879, era criado o Centro Republicano Federal em Lisboa, de que faziam parte, entre outros, Carrilho Videira, Teixeira Bastos, Horácio Esk Ferrari, Manuel de Arriaga, Manuel Goulart de Medeiros, e o seu órgão oficial era *A Vanguarda*, dirigido por Carrilho Videira, tendo Teófilo Braga como redactor principal. Estes federalistas foram muito activos até aos inícios da década de oitenta, particularmente nas celebrações camonianas.

O sucesso dos festejos camonianos mostrava como era urgente a união dos republicanos de modo a dar maior consistência política e ideológica à sua acção. Nesse ano tentou-se a conciliação do Centro Republicano Democrático com o Centro Republicano Federal. Teófilo Braga, Silva Lisboa e Manuel de Arriaga apoiaram estes esforços e só Carrilho Videira e Teixeira Bastos se mantiveram irredutíveis no seu federalismo.

A partir de 1881 foram vários os esforços no sentido da unidade republicana, com destaque para a criação do Centro Eleitoral Republicano Federal do Círculo 96, também conhecido por Clube Henriques Nogueira. Este Centro, constituído por homens como Policarpo Silva Lisboa, Silva Graça, Morais Carvela e António Furtado, tentava atenuar as tendências mais radicais do federalismo, até então protagonizadas por Carrilho Videira e Teixeira de Bastos e, ao mesmo tempo, alertava os republicanos para a necessidade de um programa republicano comum[42].

Os esforços mais importantes e significativos partem do Porto e de Coimbra, cidades que se tinham mantido à margem das grandes lutas internas entre os republicanos da capital.

Em Abril de 1882, Emídio de Garcia e José Falcão, por Coimbra, Alves da Veiga, Júlio de Matos e Manuel José Teixeira, pelo Porto, formavam uma comissão e pediam a adesão dos republicanos lisboetas.

Os republicanos de Lisboa acederam, formando para o efeito uma comissão composta por elementos das diferentes tendências: Oliveira Marreca, Teófilo Braga, Manuel de Arriaga, Latino Coelho e Bernardino Pinheiro. Deste modo, com o objectivo de criar um projecto comum e unitário a todos os republicanos, surgia o *Projecto de Organização Definitiva do Partido Republicano*, escrito por Manuel de Arriaga[43]. Curiosamente, Manuel de Arriaga seria eleito, em Novembro desse ano, deputado pelo círculo do Funchal.

---

[42] HOMEM, Amadeu Carvalho — O avanço do republicanismo e a crise da monarquia constitucional. In MATTOSO, José (dir.) — Op. Cit., p. 141. Este autor considera que a fase crucial de organização unitária dos republicanos se situa entre 1881 e 1883.

[43] Cf. CATROGA, Fernando — *Op. Cit.*, p. 51. Recorde-se que os republicanos sabiam que para este projecto de unidade era necessário dinheiro e, para isso, tinha sido criada, em Agosto de 1881, a Liga Económica do Partido Republicano, que funcionava como uma espécie de caixa mutualista, subsidiando as campanhas eleitorais e socorrendo os militantes vítimas de perseguições.

Finalmente, em Agosto de 1883, nas salas do Clube Henriques Nogueira, seria eleito o Directório, isto é, a primeira direcção nacional do movimento republicano. A partir desse momento, os republicanos portugueses estavam subordinados «em todo o país a disposições gerais e a uma direcção comum»[44]. Essa direcção nacional englobava nomes de todas as tendências e gerações: Elias Garcia, Manuel de Arriaga, Teófilo Braga, Consiglieri Pedroso, Sousa Brandão, Bernardino Pinheiro, Teixeira de Queirós, Sabino de Sousa, Magalhães Lima e Castelo Branco Saraiva[45].

Segundo Carvalho Homem, o Congresso de 1883 permitiu «a coexistência, nos órgãos de direcção do Partido Republicano, dos federalistas Manuel de Arriaga, Teófilo Braga e Sebastião de Magalhães Lima, dos moderados Rodrigues de Freitas, Bernardino Pinheiro e Elias Garcia, bem como dos «patriarcas» Oliveira Marreca, Latino Coelho e Sousa Brandão»[46]. De fora ficariam Carrilho Videira, em Lisboa, e Emídio de Oliveira, no Porto. Carrilho Videira iria, mais tarde, aderir ao Partido Socialista.

3.3. *O Operário*: uma visão socialista sobre o republicanismo

Na maior parte dos textos de *O Operário*, que abarcam o período de 1879 a 1882, existia a preocupação de distinguir republicanos e socialistas. O partido socialista aparecia como o partido da classe operária, o único capaz de lutar pela emancipação da classe trabalhadora e em clara oposição a todos os outros partidos burgueses, onde incluíam o republicano.

Os socialistas portuenses esforçavam-se por demonstrar que a instauração da república não resolveria o problema dos trabalhadores, porque a questão essencial não era a mudança de regime político. Todavia, existia uma gradação nas opiniões em relação ao republicanismo, que ia desde os que defendiam algumas formas de cooperação entre as forças «avançadas», até aqueles que afirmavam categoricamente que «entre socialistas e republicanos jamais haverá união possível»[47].

Por que razão sentiam os socialistas a necessidade constante de se distinguirem dos republicanos? E por que razão existiam diferentes posicionamentos em relação à colaboração com os republicanos?

---

[44] *O Século*. Lisboa, 17 de Abril de 1883, p. 1.

[45] Cf. CATROGA, Fernando — *Op. Cit.*, p. 52 e 53. Havia, igualmente, um órgão consultivo, formado por Oliveira Marreca, Latino Coelho, Rodrigues de Freitas, Emídio Garcia, Jacinto Nunes, Anselmo Xavier e José de Sousa Larcher.

[46] HOMEM, Amadeu Carvalho — *Op. Cit.*, p. 141.

[47] *O Operário*. Porto, 22 de Agosto de 1880, p. 3.

Em primeiro lugar, socialistas e republicanos nasceram de uma raiz comum[48], como demonstra a citação do socialista Antero de Quental que abre o presente capítulo. Este texto, escrito por Antero em 1868, após a revolução espanhola que depusera a rainha, fazia a apologia de uma república federalista que conciliasse a liberdade com a igualdade, «cujo divórcio tem causado a ruína das mais heroicas repúblicas, o abatimento da mais florescentes democracias»[49]. Pedia-se república e socialismo.

De facto, a partir da década de cinquenta e até meados dos anos setenta, socialistas e republicanos confundiam-se nos espaços e nas acções políticas. Ambos reivindicavam a memória das experiências revolucionárias de 48 e tinham como modelos teóricos Proudhon e Henriques Nogueira. Socialistas e republicanos frequentavam o Centro Promotor para o Melhoramento das Classes Laboriosas, onde defendiam o mutualismo e o associativismo. Nos primeiros anos da década de setenta, encontramos republicanos e socialistas no Palácio de Fiúza, em Alcântara, que era a sede da Associação Protectora do Trabalho Nacional (APTN), de João Bonança, no Pátio Salema, sede da Fraternidade Republicana, e, ainda, na Livraria Internacional, que pertencia a Carrilho Videira, principal redactor do jornal *O Rebate*, órgão do Centro Republicano Federal de Lisboa. Segundo Magalhães Lima, «éramos todos federalistas, porque vínhamos da mesma *escola proudhoniana*, em que havíamos formado os nossos espiritos»[50]. Ora, como vimos em capítulo anterior, Proudhon foi a grande influência ideológica dos socialistas portugueses na década de setenta. Assim, pode afirmar-se que, num primeiro momento, republicanismo e socialismo não existiam como movimentos autónomos, mas, pelo contrário, confundiam-se na defesa de um republicanismo federalista e socializante[51]. Estas ideias tinham sido assimiladas pela juventude coimbrã que não se revia no rotativismo da monarquia constitucional nem no liberalismo fontista e, por isso, como afirma Joel Serrão, com o «republicanismo pretendia negar-se o passado imediato, ou seja, a tipificação portuguesa sob a forma de

---

48 Para Fernando Catroga, «o estudo da formação do Partido Republicano ultrapassa o levantamento dos seus passos cronológicos e das suas lutas internas. Sob a pena de não se abarcar a visão total do fenómeno, ter-se-á de correlacionar estes com o avanço da proposta socialista e com o reagrupamento das facções monárquicas...». CATROGA, Fernando — *Op. Cit.*, p. 32.

49 Antero de Quental, citado por SERRÃO, Joel — *Op. Cit.* p. 307. Antero deixava claro que o federalismo era a solução ao afirmar que «estas palavras *federação democrática* resumem hoje o credo revolucionário, como há oitenta anos as de *república indivisível* resumiam as aspirações da geração heroica, mas pouco experiente, que criou na história a grande data de 1793». (p. 308).

50 LIMA, Sebastião Magalhães — *Op. Cit.*, p. 41. Em 1872, Magalhães Lima escrevia *A Actualidade. Estudo Económico-social*, onde fazia a defesa da Associação Internacional dos Trabalhadores. Por outro lado, recorde-se que o primeiro jornal federalista, *A República Federal* (1869), era dirigido pelo socialista Felizardo Lima e contava com a participação de Sousa Brandão.

51 Segundo Amadeu Carvalho Homem, «enquanto o republicanismo permaneceu no débil limiar de um 'movimento' pouco estruturado foi sempre possível surpreender — pelo menos por parte de alguns militantes — a nota de uma evidente aproximação ao evangelho socializante». HOMEM, Amadeu Carvalho — *Op. Cit.*, p. 239.

monarquia constitucional que o liberalismo assumira; mediante o socialismo, buscavam-se entre névoas, os caminhos a trilhar no porvir»[52].

Em 1871 iniciava-se a ruptura entre socialistas e republicanos. O desfecho sangrento da Comuna de Paris levara, como foi referido, muitos republicanos a duvidarem dos caminhos revolucionários e a optarem, antes, pela moderada, legalista e unitária III República francesa.

Por outro lado, os socialistas portugueses, sob a influência crescente dos ideários da Internacional, começavam a desvalorizar a questão do regime político. Esta posição era evidente em Oliveira Martins, com *A Teoria do Socialismo* (1872) e *Portugal e o Socialismo* (1873), e em Antero de Quental que no seu texto de 1873, *O que é a Internacional?,* descrevia as repúblicas «de facto» (dando como exemplo a francesa) como simples combinações políticas que «não representam uma renovação social; não abrem uma idade nova na vida das nações: sob outros nomes, continuam as tradições governamentais da monarquia constitucional, com o mesmo equilíbrio instável de interesses antagónicos, o mesmo sistema autoritário de centralização administrativa, o mesmo militarismo, as mesmas influências bancárias e capitalistas, a mesma agiotagem da dívida pública»[53].

Por isso, Quental desejava uma República Social, que assentasse sobre «instituições económicas e sociais verdadeiramente democráticas, destruidoras de todos os antagonismos e monopólios de classes, zeladoras do direito e dignidade do trabalho, destinadas a manter continuamente entre os cidadãos o nível da igualdade». E concluía: «... porque se não compreendemos que haja república verdadeira fora do socialismo, não compreendemos igualmente que fora da república possa o socialismo realizar-se completamente. Para nós só é real e séria a república em que houver garantido para o Socialismo um lugar seu, não um lugar dado por favor e concessão, mas legal, legalíssimo, indisputado, como um dos elementos essenciais do organismo republicano»[54].

Estas ideias podiam ser subscritas por um dos grupos republicanos, o federalista, visto que o seu programa de 1873 estava muito próximo das exigências socialistas, como por exemplo, a elegibilidade dos cargos administrativos mais importantes, a abolição do exército permanente, a proibição da prisão preventiva, a defesa do sufrágio universal para os maiores de dezoito anos, e alguns direitos sociais, como o direito à instrução, a defesa do municipalismo (na tradição de Herculano e Henriques Nogueira),

---

[52] SERRÃO, Joel — *Op. Cit.*, p. 36.

[53] QUENTAL, Antero — Portugal e o Socialismo. In *Prosas*. T.III., p. 196-202, citado por SERRÃO, Joel — *Op. Cit.*, p. 378.

[54] IDEM, *Ibidem*.

etc.[55]. Esta aproximação aos socialistas levou Joaquim de Carvalho a referir que, «no início de 1873, o republicanismo federal não foi meramente político. Surgira como um grupo destacado do socialismo, e pelas suas tendências de reformismo social o apelativo que melhor exprime os seus objectivos até 1876 é o de partido federal radical-socialista»[56]. Os nomes que melhor faziam esta ponte com os socialistas eram Teixeira Bastos, Felizardo Lima e Heliodoro Salgado que não viam no republicanismo unicamente uma fórmula política. Queriam uma «República progressiva, reformadora, evolucionista, popular, igualitária e justiceira», que tivesse por fundamento «a instrução e a educação, e por aspiração a suprema socialização da terra, do capital e dos instrumentos de produção, isto é, a queda do feudalismo económico, — a igualdade de meios e condições»[57].

Não obstante as semelhanças enunciadas, havia algumas diferenças fundamentais entre socialistas e republicanos, mesmo os federalistas, que se acentuaram com a formação, em 1876, do Partido Socialista e que se tornariam irreversíveis no início da década de oitenta. Manuel José Martins, um dos mais importantes socialistas portuenses, considerava que os erros dos partidos monárquicos no Governo tinham levado a que uma parte da burguesia portuguesa visse na implantação da República a única solução política mas, ao mesmo tempo, avisava que a «eliminação de um cargo hereditario para substituir por um logar sujeito a eleição pelos representantes da classe dirigente, não altera nem póde alterar a condição de existencia da classe produtora». E acrescentava, dando como exemplos as diferentes repúblicas conhecidas, que a República não passava de uma forma de governo aperfeiçoada, que teria que ser implantada em Portugal porque a «sociedade na sua constante e ininterrompida marcha evolutiva não póde dar saltos, e por consequencia o socialismo, não se pode implantar já». Para este operário portuense o triunfo do socialismo só aconteceria quando os operários desprezarem «todos os systemas governativos da burguezia»[58]. Nesta frase estão inscritas algumas questões a analisar: a república entendida como um regime burguês e que, por isso, não alterava a situação dos trabalhadores (como demonstravam os exemplos das repúblicas conhecidas); a pouca importância dada pelos socialistas à questão da mudança do regime político e, ao mesmo tempo, a ideia de que a república era uma inevitabilidade histórica, adoptando a perspectiva iluminista, que as sociedades humanas caminham para o progresso material e moral.

---

55 A análise deste programa é feita de forma mais profunda em CATROGA, Fernando — *Op. Cit.*, p. 63 e ss.

56 CARVALHO, Joaquim — Formação da Ideologia Republicana. In MONTALVOR, Luís — *Op. Cit.*, p. 252-253.

57 BOTTO-MACHADO, Fernão — *Crenças e Revoltas.* Lisboa, 1908, p. 417.

58 MARTINS, Manuel José — Proletariado e Burguezia. *O Operário.* Porto, 13 de Março de 1881, p.1.

De facto, os republicanos falavam em nome da soberania nacional, isto é, de um povo que identificavam com a nação, enquanto os socialistas actuavam em nome da soberania popular, ou seja, assumiam-se como os representantes de uma nova classe criada com a industrialização, o proletariado. Por isso, os republicanos optaram por uma estratégia frentista e conciliadora da burguesia com as classes populares. Pelo contrário, os socialistas salientavam a oposição inevitável entre as duas classes[59]. O Partido Socialista afirmava-se como o partido da classe trabalhadora, dos operários, e, portanto, nada tendo a ver com os partidos burgueses, onde incluía os republicanos. *O Operário* reflectia esta divisão ao reforçar a distinção absoluta entre o partido socialista e os restantes partidos. Bessa de Carvalho, um dos principais redactores do jornal, afirmava que «como partido politico, estamos em opposição permanente contra todos os grupos monarchicos ou republicanos, porque em todos elles deparamos com os elementos que nos exploram»[60]. Para os socialistas não havia dúvidas sobre o carácter burguês do movimento republicano. Afirmava, ainda, Bessa de Carvalho: «O que vêmos e o que ninguém póde negar, é que a republica, unitaria ou federal, não deixa de ser um regime burguez»[61] e, portanto, submetido ao poder do capital. Assim, continuava Bessa de Carvalho, «nas republicas sente-se, como nas monarchias, o jugo atrophiador do capital, o individualismo industrial, a prostituição, a miseria, a ignorancia e todo o sinistro cortejo de males que traz junto a si todo o governo burguez»[62].

O marxista José Ribeiro (assinando sempre como Ricardo) mostrava ser o socialista portuense mais bem preparado, do ponto de vista teórico, para abordar a questão do antagonismo de classes entre republicanos e socialistas: «[...] temos visto e ouvido affirmar por mais de uma vez no nosso paíz [...] que o movimento operario socialista não é mais que um ramo, ou uma manifestação do movimento republicano. Esta homogeneidade democrática é tão falsa como infundada. [...] O movimento socialista, não symthetisa apenas uma opposição meramente politica; affirma um antagonismo de classes cuja conflagração futura implicará irremediavelmente a resolução de todos os problemas sociaes»[63]. Ribeiro considerava que as aspirações do

---

59 Segundo Carvalho Homem, para os socialistas era «incontroverso que o poderio burguês entronizou um novo regime de castas, não assentes agora em pergaminhos genealógicos, em privilégios de nascimento ou em mandatos religiosos, mas solidamente alicerçadas no açambarcamento das disponibilidades materiais. O proletariado, esse tal Quarto Estado de penitentes sociais, ter-se-ia originado a partir da matriz do egoísmo e da hipocrisia da nova classe burguesa dominante. Daí que a relacionação entre estas classes desavindas e inimigas só pudesse vir a fazer-se através de uma lógica de embate». HOMEM, Amadeu Carvalho — *Op. Cit.*, p 246.

60 CARVALHO, Bessa — Quem somos e o que queremos. *O Operário*. Porto, 21 de Novembro de 1880.p, 1.

61 CARVALHO, Bessa — Um argumento sem geito. *O Operário.* Porto, 10 de Abril de 1881. p. 1 e 2.

62 IDEM, *Ibidem.*

63 RICARDO, João — Politica e Socialismo. *O Operário.* Porto, 6 de Fevereiro de 1881, p.1.

proletariado não tinham que ver apenas com as reformas políticas, mas sobretudo com as reformas económicas que a democracia republicana «não confirma nem concebe apesar de constituirem de per si toda a harmonia social». Para Ribeiro, a República era apenas uma fase da evolução social, mas «as duas classes, uma representativa do capital, outra do trabalho, longe de se fundirem no cadinho da evolução, excluem-se, extremam-se, definem-se e degladiam-se poderosamente cada qual pelo triumpho dos seus direitos»[64].

O anarquista Ermelindo Martins tinha a mesma opinião que o seu adversário no Partido Socialista — José Ribeiro — , mas expressava-a de um modo muito próprio. Assim, numa conferência promovida pela Associação dos Trabalhadores, em Fevereiro de 1881, ao analisar os vários partidos políticos, Ermelindo dizia que «os monarchicos se chamam mutuamente ladrões e que todos teem razão de assim proceder. O partido republicano pretende illudir a classe trabalhadora, prometendo-lhe muita felicidade, etc., etc., coisas que não podia vir a cumprir porque é burguez»[65]. Todos os socialistas estavam de acordo na utilidade da existência de um partido dos operários, o Partido Socialista, porque o «proletariado tem de constituir-se em poder revolucionario, para estabelecer a igualdade economica, garantia de toda a liberdade e bem estar»[66].

Os socialistas portuenses usavam frequentamente os exemplos das repúblicas mais conhecidas — França, Suiça e Estados Unidos — como provas de que a mudança de regime não trazia qualquer melhoria significativa para os trabalhadores: «Veja-se a republica da França onde são perseguidos os que defendem a causa dos trabalhadores. Veja-se a republica na Suissa onde vigora a pena de morte. Veja-se a republica dos Estados-Unidos onde as classes operárias procuram o refugio da emigração para escapar à miséria»[67], exclamava João Ricardo.

Particularmente atacada pelos socialistas era a III República francesa, que funcionava como um verdadeiro modelo de sucesso para os republicanos portugueses por aliar, como referem Berstein e Rudelle, os princípios democráticos e os princípios liberais, dentro da legalidade política[68]. Para os socialistas a república francesa era um exemplo de repressão das liberdades mais fundamentais e de agravamento das condições de vida dos trabalhadores. Logo em 1879, o governo republicano francês é

---

64 IDEM, *Ibidem*.

65 *O Operário*. Porto, 13 de Fevereiro de 1881, p. 3.

66 *O Operário*. Porto, 7 de Novembro de 1880, p. 4

67 RICARDO, João — Questões Necessárias II. *O Operário*. Porto, 21 de Novembro de 1881, p.1.

68 Berstein e Rudelle afirmam: «En fait, durant les annés 1880-1885, les républicains libéraux qui gouvernent vont mettre au point à partir des institutions de la IIIe République un système politique alliant principes démocratiques et principes libéraux, réalisant ainsi un régime original, celui de la démocratie libérale». Cf. BERSTEIN, S, ; RUDELLE, O. — *Le modèle républicain*. Paris: PUF, 1992, p. 163.

acusado pelo *Operário* de impedir a eleição do socialista revolucionário Blanqui para a Câmara dos Deputados: «A camara dos deputados *concede a Blanqui a liberdade* de defender a legalidade da sua eleição. Não há nada como uma republica á similhança da que vemos em França. Ella não reconhece ao eleito do povo o direito de tomar o logar que lhe pertence. Faz-lhe o especial favor de lhe *conceder a liberdade* de se justificar e depois cadeia. E viva a republica, que é o governo do povo pelo povo»[69], comentava-se ironicamente na secção *Correio do Estrangeiro*. Para Bessa de Carvalho, esta atitude do governo francês explicava-se pelo antagonismo de classes, porque «os republicanos francezes, como burguezes que são, reconhecem que a immensa maioria dos eleitores de Bordeus são operarios [...] e como Blanqui se propunha a defender os direitos da classe trabalhadora são essas as causas do principal odio contra elle»[70]. Esta era a prova, continuava Bessa de Carvalho, que «os republicanos francezes são mais absolutistas que os partidos do imperio [...] são mais retrogados que os proprios conservadores contra quem tanto clamam». E, em seguida, o alvo transferia-se para os republicanos portugueses que «podem dizer sem vergonha que devemos ter uma republica á imitação da franceza que protege a reacção e esmaga a soberania popular. Continuae republicanos burguezes que com factos como o que ha pouco teve lugar em França irá havendo menos illudidos»[71].

Além do desrespeito pelos direitos fundamentais, a República francesa agravara a miséria dos trabalhadores. Perguntava-se «porque razão é que em plena Paris, na cidade revolucionaria, em plena republica tão decantada nos livros dos senhores republicanos se morre de fome! E mais duzentas familias são postas fóra, judicialmente das suas habitações por não terem meios para satisfazer as rendas»[72]. E havia um facto constantemente relembrado pelos socialistas: Thiers fora o carrasco da Comuna francesa e condenara ao exílio muitos dos revolucionários parisienses de 1871.

Outra questão dividia socialistas e republicanos: o valor dado à luta política e à participação eleitoral. Como vimos, em capítulos anteriores, uma parte substancial dos socialistas desprezava a luta política, que consideravam adulterada a favor da burguesia e, por isso, preferiam a luta económica. Ora, para os republicanos só a mudança de regime político poderia trazer mudanças económicas favoráveis aos operários. Por isso apelavam aos trabalhadores que unissem esforços com os republicanos para derrubar as instituições monárquicas[73]. A indiferença de grande parte dos socialistas perante a luta

---

[69] *O Operário*. Porto, 1 de Junho de 1879, p. 2.

[70] CARVALHO, Bessa — Luiz Augusto Blanqui e os republicanos francezes. *O Operário*. Porto, 22 de Junho de 1879, p. 1.

[71] IDEM, *Ibidem*.

[72] *O Operário*. Porto, 26 de Dezembro de 1880, p. 1.

[73] *O Operário*. Porto, 10 de Abril de 1881, p. 3.

política fazia com que os republicanos os acusassem de cumplicidade com os partidos monárquicos. Os socialistas respondiam relembrando o apoio do Partido Progressista, por exemplo, a candidatos republicanos como Rodrigues de Freitas, no Porto, e também que o *Tempo*, jornal republicano, aconselhava os republicanos a votarem nas candidaturas progressistas onde não fossem «precisos os seus votos para os correligionários»[74].

A partir de 1878, os socialistas participaram, pela primeira vez, na luta eleitoral e não deixaram de atacar, com maior ou menor dureza, as candidaturas republicanas. Alfredo da Silva, correspondente do *Operário*, em Lisboa, e um dos socialistas mais próximos dos republicanos federais (chegou inclusivamente a participar em iniciativas dos federalistas), elogiava Magalhães Lima, candidato em 1880 pelo círculo 98 de Lisboa, mas confessava que os socialistas nunca poderiam votar nele, porque Magalhães Lima, «cujo merecimento é incontestavel, tendo adquirido bastantes sympathias pela forma independente e democrata porque tem dirigido o *Commercio de Portugal*», não representava «a expressão dos desejos e aspirações da classe trabalhadora, claramente desenvolvidos no nosso programma»»[75].

E, sempre que os republicanos apelavam para que os socialistas se lhes juntassem de forma a lutar contra a monarquia, os socialistas respondiam que as grandes diferenças se situavam no plano económico e que a República não resolvia a situação dos trabalhadores. Nas eleições de 1881, perante as candidaturas republicanas no Porto, o *Operário* afirmava que eles eram «republicanos, revolucionarios, mas em todo o caso são membros da classe exploradora, não podem defender os interesses da nossa infeliz classe»[76].

A partir dos anos oitenta, os republicanos aumentaram os apelos aos trabalhadores para votarem nos candidatos da República. O jornal republicano federalista *O Combate* interpelava os operários descontentes com os impostos e o aumento do custo de vida: «Vamos trabalhadores: à lucta pela republica. Deixae-vos das theorias patuscas das *vanu-pieds* do *Operario* e do *Protesto*: que estão provocando a desordem e espalhando a idiotice entre os trabalhadores portuguezes, por ordens superiores de burguezes capitalistas. Todo o operario honrado só tem um partido politico a seguir: é o partido republicano»[77]. Os socialistas portuenses responderiam de forma dura, considerando que «só um forte desarranjo mental os obrigaria a escrever

---

74 *O Operário*. Porto, 14 de Agosto de 1881, p. 4.

75 *O Operário*. Porto, 29 de Agosto de 1880, p. 3 e 4. No círculo 98 o candidato socialista era Antero de Quental que, segundo as notícias de Alfredo da Silva, parece ter sido quse ignorado por Magalhães Lima.

76 *O Operário*. Porto, 10 de Julho de 1881. p. 3. Os candidatos republicanos no Porto eram Alves da Veiga, no círculo do Bonfim, Augusto Rocha, em Cedofeita, e Ramalho Ortigão.

77 Citado em *O Operário*. Porto, 25 de Julho de 1880, p. 3.

que os burguezes, os que nos sugam o sangue, a nós trabalhadores, ordenam que os jornaes socialistas ensinem aos operarios qual o seu verdadeiro caminho», porque estavam «perfeitamente convencidos de que nos republicanos tambem existe o elemento explorador»[78].

Houve, contudo, momentos de aproximação entre os republicanos federalistas e o socialistas, quase sempre por iniciativa dos primeiros. Por exemplo, em 1879, durante as eleições legislativas, os republicanos federais de Lisboa apoiaram a candidatura do socialista Antero de Quental pelo círculo 98, gesto que os socialistas reconhecem, pela voz de Azedo Gneco: «...sendo para agradecer, e muito, aos republicanos federaes, a defferencia de não apresentarem candidato pelo circulo 98, e ainda a intenção de protegerem a candidatura socialista no circulo 97...»[79].

Mas os socialistas não retribuíram a deferência com os republicanos, porque não apoiaram a candidatura do federalista Teófilo Braga, invocando as deliberações do Congresso socialista de 1878. Magalhães Lima nunca negou as suas ligações com a corrente do socialismo possibilista e com o seu teórico, Benoît Malon, a quem diz ter amado «como se pode amar um apóstolo».[80] Um outro caso de aproximação entre os republicanos federalistas e os socialistas era o de Angelina Vidal, que chegou a fazer sua uma frase da Internacional: a emancipação do trabalhador há de ser obra do mesmo trabalhador. *O Operário*, apesar de manifestar uma enorme simpatia pela «revolucionária» não entendia como podia Angelina Vidal proferir tal frase e continuar a ser republicana, porque os republicanos eram burgueses e, portanto, «como poderá esse proletariado que a conferente tanto defende, emancipar-se n'um estado aonde predomine o elemento burguez, explorador por excellencia?»[81].

Um artigo de S. Paulard (que *O Operário* traduz do *Proletaire*) sobre os radicais franceses resume na perfeição a opinião dos socialistas sobre os republicanos federais. Paulard criticava os radicais por apenas desejarem reformas políticas, relacionadas com as liberdades burguesas e nunca porem em causa o sistema capitalista, responsável pela exploração dos trabalhadores. Ou seja, os radicais não discutiam «a posse geral dos meios de produção e circulação», nem defendiam a «egualdade social» e, por isso, sob um sistema republicano radical, a classe operária «continuará a sofrer a exploração capitalista». Pelo contrário, continuava Paulard, os socialistas, ««aquelles que resolveram a constituição do partido socialista operario entendem proseguir revolucionariamente a exaltação do Quarto Estado [...]. Os socialistas não querem

---

[78] *Ibidem.*

[79] *O Operário*. Porto, 21 de Setembro de 1879, p. 2. O outro candidato socialista na capital era Nobre França.

[80] LIMA, Magalhães — *Op. Cit.*, p. 55. Aliás, Magalhães Lima escreveu na *Revista Socialista* dirigida por Benoît Malon.

[81] *O Operário*. Porto, 8 de Janeiro de 1882, p. 2.

limitar as suas acções ás reformas politicas; o seu fim é puramente economico, porque estão convencidos que sem a egualdade social as liberdades politicas são mentiras, e o suffragio universal um lôgro»[82].

A diferença essencial entre os republicanos (incluíndo os federalistas) e os socialistas dizia respeito à propriedade. Os republicanos consideravam o direito à propriedade privada como um dos direitos fundamentais do homem, enquanto os socialistas pediam «uma modificação completa da appropriação da propriedade, a qual de individual como é tornar-se-ha collectiva na sua organização, pois que ella é collectiva na sua origem»[83]. Paulard concluía o seu texto com esta afirmação categórica: «nós consideramos os radicaes como os peiores inimigos do partido socialista operario»[84].

Outra questão doutrinária importante é o posicionamento dos socialistas em relação ao positivismo que, a partir da década de oitenta, aparece como a principal corrente filosófica inspiradora dos republicanos portugueses[85]. A adesão dos republicanos portugueses ao modelo da república francesa de Gambetta e Thiers significou também uma adesão ao positivismo de Littré, mentor do republicanismo gaulês. Em Portugal o principal teórico do positivismo foi Teófilo Braga que procurou identificar o socialismo com uma fase romântica e metafísica do pensamento político. Teófilo defendia, na época, que «as emoções socialistas atrasam a reorganização politica deste país; estudando as bases positivas do Socialismo, chegámos à conclusão de que aí se refugiaram os metafísicos revolucionários que embaraçam a sua solução considerando a República como uma forma política dos conservadores burgueses»[86].

Os socialistas de *O Operário* respondiam através de José Ribeiro/João Ricardo, o elemento que possuía maior formação política para discutir estas questões. Para João

---

[82] *O Operário*. Porto, 18 de Janeiro de 1880, p. 1.

[83] IDEM, *Ibidem*.

[84] IDEM, *Ibidem*.

[85] O positivismo, filosofia criada por Auguste Comte e difundida por Littré, procurava aplicar às ciências sociais e às sociedades as mesmas leis de causa e efeito das ciências experimentais. Na época passou a existir, segundo Catroga, «uma crescente articulação [...] entre o republicanismo, definido como aspiração social, e o positivismo, entendido como a única filosofia que teria a capacidade para fundamentar uma concepção geral do universo». CATROGA, Fernando — A formação da ideologia republicana. In MEDINA, João — *Op. Cit.*, p 30.

[86] BRAGA, Teófilo — *História das Ideias Republicanas*. Lisboa, 1880, p. 315. Acrescentava Teófilo: «Os positivitas portugueses compreenderam a necessidade de evitar toda a agitação partidária, que só servia para justificar os arbitrios da polícia, e assim fizeram a crítica da tradição jacobina, e puderam julgar a incoerência dos metafisicos revolucionários, e as divergências provenientes do clubismo. A ordem em Portugal não é uma consequência do bem estar geral, mas da apatia de um povo esgotado pelo exercício de um governo de expedientes, por um sistema beneficiário de uma família privilegiada, que tem mantido a estabilidade; para que essa ordem não se converta em automatismo dos agentes estáticos de coesão nacional, é necessário vulgarizar ideias, ensinar a formar opinião, estabelecer relações com o movimento europeu, e só assim é que por seu turno o progresso será o primeiro factor da ordem». BRAGA, Teófilo — *Op. Cit.*, p. 323.

Ricardo, os republicanos que se dizem «orientados no rumo positivo das sociedades modernas e criticam com uma inveja sordida o movimento operario socialista [...], que insultam o rei como que o desaparecimento d'um monarcha implicasse uma renovação politica ou social», não passam de «novos philosophos do positivo, mais metaphysicos, e menos prudentes do que aquelles que muitas vezes accusam de sentimentalismo e precipitação»[87]. Acrescentava Ricardo que, por detrás das palavras complicadas que os republicanos positivistas usavam, não se encontrava qualquer resposta para os verdadeiros males sociais que afectavam os trabalhadores, como a miséria, a prostituição e a falta de dignidade humana. «Impossivel! dizem, isso é uma utopia, um mytho, locubrações de cerebros excessivamente poeticos, metaphysicos, senão enfermos; como conceber uma civilisação sem desigualdades? E no caso affirmativo que meios para a obter? Tocar na arca santa do capital? Nunca! E não sabem que é exactamente esse mesmo capital a origem de todos os males sociaes»[88], acusava João Ricardo.

Mas, embora criticassem o positivismo dos republicanos, os socialistas não evitaram também a tentação das explicações evolucionistas e cientistas sobre o desenvolvimento das sociedades[89]. Ou seja, os socialistas partilhavam com os republicanos a perspectiva historicista (herdeira da tradição iluminista, nomeadamente de Condorcet), que entendia o tempo como um inevitável e irreversível acumular de experiências no sentido da perfectibilidade e progresso humanos. Nesta perspectiva, a república era para a maioria dos socialistas uma fase intermédia — mas necessária — para alcançar a sociedade socialista. Num texto de *O Operário*, de forte cunho anarquista, dizia-se que a «Republica para nós é um meio, como o é a constituição da Sociedade á custa da extinção do Estado [...]. Não somos pois republicanos à francesa, à suissa ou à americana, mas republicanos anarchicos»[90]. Por isso reconheciam que a implantação do governo republicano era mais um passo no caminho do progresso, mas, ao mesmo tempo, afirmavam que a República era «o complemento da exploração burgueza». Por isso repetiam um aviso: «não podemos nem devemos, auxiliar na sua

---

87 *O Operário*. Porto, 15 de Agosto de 1880, p. 1.

88 *Ibidem*. Outras respostas eram menos ideológicas e mais humoristas. Por exemplo, aquando da publicação do livro de Teófilo Braga, *Soluções Positivas*, *O Operário* comenta que «o *mestre* Theophylo Braga (com Y grego) vem *escamado* contra nós, socialistas. O futuro talvez desengane o snr. Theophylo [...]. Mas emfim cada qual tem a sua mania e a *mania positiveira* é uma como outra qualquer». Cf. *O Operário*. Porto, 19 de Dezembro de 1880, p. 3.

89 Como afirma César de Oliveira, «para o socialismo marxista e em certa medida para o colectivismo bakouninista, o existir concreto do homem gera a sua consciência e esta consciência leva os homens a agir no sentido de transformar as circunstâncias que lhe determinam o modo social de existência; daí que o processo histórico da humanidade seja, a um mesmo tempo, produto das estruturas económicas, socais e culturais objectivas mas também criado pela acção do homem, pela sua *capacidade de transformar, transformando-se*». OLIVEIRA, César — *Op. Cit.*, p. 22

90 *O Operário*. Porto, 12 de Setembro de 1880. p.3.

revolução aquelles que nos exploram, nem fazer causa commum com os nossos inimigos»[91].

Joaquim Pinto de Carvalho, um dos redactores do *Operário*, considerava que o fim da monarquia estava próximo e que «é certo que o partido republicano tem mais tarde ou mais cedo, em lapso de tempo não muito distante subir ao poder, [...] é certo que não devemos combater a republica, por isso que é uma nova fórma de governo cuja phase temos que passar, pois finalmente se comprehende que não podiamos saltar do constitucionalismo para o socialismo [...] é certo isto, é certo tambem que é preciso que os trabalhadores vão comprehendendo que a republica não é mais do que o poder directamente nas mãos da burguezia, que tendo o poder todo concentrado em si, nos poderá explorar depois muito mais á sua vontade do que até agora fazia»[92].

Qual devia ser a atitude dos trabalhadores perante a luta dos republicanos? Os trabalhadores não podiam «ajudar a subir ao poder um partido em que se achando lá, os ha de esmagar e explorar talvez mais do que actualmente com a monarchia; assim o logar que hoje nos compete é a de assistirmos impassiveis a essa mutação de scena»[93], aconselhava Joaquim Pinto de Carvalho. Mas a passividade não significava apatia, porque, entretanto, os trabalhadores deveriam velar pela sua instrução e união com vista à futura emancipação social, o que só podia ser feito no Partido Socialista, o verdadeiro e único partido da classe operária.

Bessa de Carvalho era também um adepto das teses evolucionistas, acreditando que «á monarchia constitucional ha de succeder a republica unitaria e a esta a federal como a monarchia constitucional succedeu à monarchia absoluta, mas tambem sabemos que ha de ser na republica que a burguezia se acabará por esphacelar. [...] É no systema republicano que a burguezia tem certa a sua morte moral, como tem no socialismo a sua total anniquilação. [...] Apezar de sabermos isto, não devemos appoiar a republica, como tambem não appoiamos a monarchia, como não appoiamos nenhuma instituição burgueza»[94]. E, numa resposta ironica aos positivistas, Bessa de Carvalho afirmava que «nós socialistas, methaphisicos, utopistas ou qualquer outro epitheto que os cidadãos republicanos nos queiram dar, temos escripto por mais que uma vez, e hoje repetimos, é, que não pertence á classe operaria a implantação da republica, mas sim á burguezia»[95].

Apenas o jovem anarquista Guedes de Oliveira não concordava com a inevitabilidade da República e alertava contra esses burgueses que diziam que «para a

---

[91] *Ibidem.*

[92] CARVALHO, J. P. — Aos trabalhadores. *O Operário* Porto, 3 de Abril de 1881, p.2.

[93] *Ibidem.*

[94] *O Operário*. Porto, 10 de Abril de 1881, p. 1 e 2.

[95] *Ibidem.*

consummação das aspirações socialistas, é preciso ajudar a completar as suas pretensões [as da burguesia]». Guedes de Oliveira não negava o quanto era importante combater os reis, «primeiros algozes dos povos que dizem representar», e os padres, «primeiros traidores das ideias que representam — as ideias de Christo», só que os socialistas não deviam esquecer de combater os seus piores inimigos, «essa burguesia mascarada, que são inimigos traidores, e nunca declarados, — os piores antagonistas»[96]. Noutro artigo, Guedes de Oliveira alertava para que os operários não se deixassem enganar com as «luminosas esperanças do republicanismo, porque a republica é o logro e a fraude constitucional mais aperfeiçoada»[97].

Os socialistas não perceberam que o republicanismo não propunha apenas uma mudança política, mas também um novo modelo cultural, à semelhança dos republicanos franceses[98]. Aproveitando, como vimos anteriormente, uma conjuntura interna favorável, os republicanos apresentavam-se como a solução para todos os problemas do país, cuja origem estava no regime monárquico-constitucional e o seu discurso ganhou maior agressividade, quer junto da burguesia urbana quer junto das classes trabalhadoras. O programa republicano de 1878, da responsabilidade do grupo de Elias Garcia, era já uma resposta, no campo económico, aos socialistas, porque, embora não pondo em causa o modelo liberal, defendia estratégias interclassistas que concorriam com as socialistas. Eram disto exemplos: a abolição dos direitos de consumo cobrados pelo Estado; a defesa do cooperativismo e do crédito barato; a defesa de habitação operária barata; a defesa da completa laicização da sociedade, pedindo, nomeadamente, a secularização do registo de nascimento, casamento e morte[99].

Os republicanos defendiam, igualmente, o sufrágio universal, e não censitário, com o objectivo de alargar a sua base de apoio. Por isso, o republicanismo assumiu-se

---

96 OLIVEIRA, Guedes de — Urge.*O Operário*. Porto, 26 de Dezembro, 1880, p. 1 e 2.

97 IDEM — A Farça Annual. *O Operário*. Porto, 9 de Janeiro de 1881, p. 1.

98 Segundo S. Berstein e O. Rudelle: «... la République en France ne constituait pas simplement un régime institutionnel, variante de la démocratie libérale, mais un véritable modéle politique, au même titre que la monarchie absolute, le césarisme ou le socialisme et que ce modèle politique ne se confondait pas purement et simplement avec le libéralisme. De surcroît, il était évident qu'ún modèle politique ne consistait pas uniquement dans le mode de désignation, les modalités d'action, les rapports des pouvoirs publics entre eux, mais représentait une forme de réponse de la société aux problèmes qu'elle affrontait à un moment donné de son histoire. Comme tel, un modèle politique, du moins lorsqu'il connait la stabilité et bénéficie de la durée, constitue une sorte d'écosystème social dont touts les éléments sont en étroite symbiose les uns avec les autres: représentations mentals, fondements philosophiques, références historiques, valeurs, dispositions institutionnelles, organisation et structures sociales, pratiques politiques, etc.». BERSTEIN, S.; RUDELLE, O. — *Le modèle Républicain*. Paris: PUF, 1992, p. 7.

99 Cf. CATROGA, Fernando — *Op. Cit.*, p. 77-79. Recorde-se que o primeiro casamento civil efectuou-se a 13 de Março de 1879. A propósito de programas, saliente-se que o programa federalista de 1886, elaborado por Carrilho Videira e Teixeira Bastos, é o mais avançado, no sentido socialista, visto que se defende um sector público da economia, a supressão dos monopólios públicos, a nacionalização dos bancos, caminho de ferro, minas e seguros e ainda a elaboração de legislação laboral.

como um projecto socialmente heterogéneo, isto é, «se os 'intelectuais' e os funcionários públicos exerciam a hegemonia ao nível da direcção do movimento, a sua radicação alargar-se-á, igualmente, a estratos sociais (comerciantes, artesãos, trabalhadores) que, se não lhe davam uma grande expressão eleitoral, já lhe forneciam, porém, o entusiasmo militante suficiente para animar os centros e algumas lutas (comícios, representações) contra o governo monárquico e contra o clericalismo»[100]. Em 1880, Teixeira Bastos e Carrilho Videira escreviam o *Catecismo Republicano para Uso do Povo*, numa linguagem muito simples e pedagógica, procurando chegar junto de alguns trabalhadores urbanos alfabetizados.

Esta ofensiva republicana, na década de oitenta, alargava mais o fosso entre republicanos e socialistas. Antero de Quental era, mais uma vez, o paradigma do posicionamento dos socialistas. Em 1880, numa carta enviada à Comissão Eleitoral do Partido Socialista do Círculo 98, na qual aceitava ser mais uma vez candidato socialista por aquele círculo lisboeta, Antero de Quental afirmava: «as candidaturas socialistas têem a meus olhos — o que não têem nenhumas outras, monarchicas ou republicanas — uma alta significação politica [...] a classe trabalhadora comprehendeu que sem *socialismo* toda a politica é vã e superficial». Antero considerava que os partidos burgueses eram todos iguais, repetiam frases feitas e vazias de conteúdo e nenhum deles, por mais radical que se afirmasse, visava a «alteração visceral da actual ordem economica e a reorganisação do Estado segundo a norma do direito economico», porque isso implicaria «precisamente a destruição da sociedade burgueza, de que elles são os naturaes representantes». Depois, dirigia-se directamente aos republicanos, exclamando: «Burguezes radicaes, se a vossa republica não é mais do que a republica do capital, assim como a monarquia dos conservadores não é mais do que a monarquia do capital, que temos nós, Proletariado, que ver com essa esteril questão de fórma? É uma questão de familia entre os membros da Burguezia, nada mais»[101].

Os socialistas acusavam os republicanos de se terem vendido ao capital e às forças mais conservadoras. Azedo Gneco afirmava que no passado «no meio de grandes applausos a burguezia repudiava os reis, os padres e os aristocratas, e hoje unem-se a elles [...] porque os seus interesses são plenamente mantidos quer d'entre as instituições monarchicas, quer nas instituições republicanas federaes ou unitarias; o rei hoje não é mais de que uma chancella, a aristocracia come pela mão da burguezia, os padres ou as machinas de embrutecimento, e o verdadeiro poderoso só um — o capital»[102].

---

100 CATROGA, Fernando — *O Republicanismo em Portugal.* Coimbra: Faculdade de Letras, 1991, p. 107.

101 QUENTAL, Antero — Á Comissão Eleitoral do Partido Socialista — Circulo 98. *O Operário*. Porto, 22 de Agosto de 1880, p. 1 e 2.

102 *O Operário*. Porto, Porto, 12 de Dezembro de 1880, p. 2.

O crescendo da propaganda republicana levava os socialistas a acusar os republicanos de usarem a arma do ataque e da calúnia. Guedes de Oliveira acusava os «republicanistas que desavergonhadamente impunham a divisa infame do insulto e da mentira»[103]. Mas os socialistas subiam também de tom nos ataques aos republicanos e não desdenhavam os comentários de carácter mais privado. O operário Oliveira Rolo invectivava os republicanos de «burguezes exploradores infames», e considerava a república que «parte do proletariado tem como muito conveniente», como «o mais perfeito travão, que impede o andamento à grande obra da regeneração social»[104]. Um texto de *O Operário* chegou a insultar o republicano Alves da Veiga por ter feito a um filho um enterro católico: «Isto prova até à saciedade que aos actos da burguezia quer monarchia, quer republicana só preside a hypocrisia»[105], comentava o jornal.

Assim, na década de oitenta, apesar dos vários aliciamentos republicanos para participarem em inciativas comuns, os socialistas preferiram continuar sozinhos. Em Fevereiro de 1880, *O Operário* recebia uma carta do centro Republicano de Lisboa com a proposta de «colligar os jornaes e os centros republicanos do paiz, para seguir-se uma politica uniforme e methodica». Segundo os subscritores desta carta, «ninguem desconhecerá a força que adviria ao partido republicano portuguez de semelhante colligação». Depois, o convite era dirigido mais directamente ao jornal portuense para «a convocação immediata do congresso, formado por delegados dos diversos centros e redacções» e perguntava-se se a redacção do *Operário* estava «disposta a cooperar prompta e energicamente na propaganda republicana contra as propostas de fazenda ultimamente apresentadas pelo governo»[106]. A resposta do jornal foi, como seria de esperar, negativa, porque as classes trabalhadoras «da quaes o *operário* é orgão, não se importam absolutamente nada de quaesquer colligações que tentem promover quaesquer partidos, a não ser o insurgirem-se no limite das leis contra essas colligações, quando ellas teem em vista, como quasi sempre, o exercicio da preponderancia sobre os outros partidos, muitas vezes em detrimento da liberdade e da justiça e sempre em prejuiso do povo, o eterno martyr». E concluíam com a frase lapidar: «Não nos importa que o paiz seja regido por um monarcha, ou por um presidente; que não transigimos com partido algum»[107].

---

[103] *O Operário*. Porto, 25 de Julho de 1880, p. 2.

[104] ROLLO, Oliveira — O Socialismo e a Republica. *O Operário*. Porto, 5 de Setembro de 1880, p. 1.

[105] *O Operário*. Porto, 13 de Junho de 1880, p. 3.

[106] *O Operário*. Porto, 8 de Fevereiro de 1880, p. 2. Este comunicado publicado no jornal portuense é assinado por elementos de uma comissão nomeda pelo Centro Republicano de Lisboa: A. L. Lopes Martins (presidente da comissão), José Nunes da Matta (vice-presidente), Cipriano Augusto de Sá Machado (vogal), Custódio Martins Pereira (vogal) e Alfredo Ansur (secretário).

[107] *Ibidem.*

Mas, no início dos anos oitenta, os republicanos promoveram um conjunto de iniciativas que os socialistas não podiam, nem sabiam evitar, até porque algumas correspondiam a reivindicações socialistas. Em Março de 1880, realizava-se em Lisboa um comício organizado pelo Centro Republicano Democrático contra os novos impostos, onde, além das diferentes correntes republicanas esteve presente o operário socialista lisboeta Agostinho da Silva, que o *Operário* diz ter causado a admiração de todos os presentes devido aos seus dotes de oratória[108].

Mas o grande acontecimento de 1880 foi, como vimos, as comemorações do tricentenário da morte de Camões. A questão da participação era tão importante para os socialistas que ela fez parte de um dos pontos da ordem de trabalhos do IV Congresso do Partido Socialista, em 1880. Perguntava-se numa moção: «Devem as agrupações do partido socialista tomar parte no congresso annual das associações operarias instituidas pela imprensa em commemoração do centenario de Camões? No caso affirmativo qual deve ser alli o procedimento dos representantes socialistas?». O Congresso decidiria que as agrupações do partido socialista se fizessem representar e que «os seus representantes n'aquelle congresso discutam e votem as questõs que alli forem suscitadas, conforme o seu criterio que não poderá ser senão o do seu partido»[109]. No jornal *O Operário*, no espaço dedicado à publicidade, são muitos os anúncios relativos aos festejos, às cerimónias e aos livros relacionados com a data comemorativa.

Mas também houve críticas. Azedo Gneco afirmava: «Não quero dizer que não applaudo a imprensa da capital por memorar o escriptor gigante que immortalizou as grandezas da patria; mas que; depois de tantos annos de olvido; me parecem farçadas parte das manifestações do projecto; e portanto; menos gràves e sinceras. Adhiro ás festas do centenario pelo pensamento que as dirige, e não pela maneira por que são dirigidas que para mim tem tanto de grutesco, que se me afigura apoucar a memoria de Camões»[110]. João Ricardo considerava que a «celebração de centenarios, longe de ser uma manifestação popular expontanea e consciente, não é mais do que uma manifestação de predominios e influencias [...], não é mais do que a satisfação dos desejos d'uma minoria que se impõe». Para Ricardo estes festejos não contribuíam para o desenvolvimento cultural do povo português: «E embora essa massa seja arrastada a participar d'um contentamento que não comprehende, nada lucrará com isso, nem a civilisação, nem o progresso da humanidade, nem a memoria do morto illustre»[111].

---

[108] *O Operário*. Porto, 21 de Março de 1880, p. 3.

[109] *O Operário*. Porto, 16 de Janeiro de 1881, p. 1 e 2. Refira-se que esta proposta foi subscrita por José Martins Gonçalves Viana, Bessa de Carvalho, Ermelindo António Martins, Pinto de Carvalho e Lúciuo Fazenda, sendo aprovada por maioria.

[110] *O Operário*. Porto, 2 de Maio de 1880, p. 4.

[111] RICARDO, João — Os Centenarios. *O Operário*. Porto, 19 de Junho de 1881, p. 1 e 2.

Os socialistas compreenderam bem quem protagonizava e beneficiava com as comemorações camonianas — os republicanos —, mas não puderam evitá-las para não serem acusados de desprezo por Camões e pela pátria, num momento crítico como era o da discussão do Tratado de Lourenço Marques. Contudo, mais tarde, acusaram a comissão dos festejos camonianos de ser burguesa devido ao elevado preço do *Livro do Centenário*. Ora, essa comissão devia muito ao povo, «que na sua maioria concorreu ao festejo civico, augmentando-lhe ou, melhor dito, dando-lhe toda a magnitude e importancia que não lograria ter se essa classe de explorados e ludibriados não comparecesse». No fundo, aquela atitude era «mais um desengano para muitos, mas, infelismente, já não o é para nós que estamos plenamente convencidos de que a classe que nos explora nada póde fazer de util, honesto e honroso»[112].

Um outro acontecimento agitou socialistas e republicanos: a questão da assinatura do Tratado de Lourenço Marques. Alfredo da Silva falava de uma «assignatura escandalosa do contracto em condições pouco regulares, [que] faz apregoar pelos seus orgãos a tremenda affronta feita ao paiz, a venda vergonhosa d'uma porção de territorio portuguez ao estrangeiro»[113]. Há outros artigos escritos contra o Tratado de Lourenço Marques em que os socialistas reiteravam as críticas republicanas e apoiavam a presença do povo nos comícios republicanos.

Os socialistas estariam também ao lado dos republicanos nos protestos contra a prisão do poeta Gomes Leal na sequência da publicação de *A Traição*. Uma comissão formada por Nobre França e Conceição Fernandes visitará o poeta na prisão do Limoeiro. E, tal como os republicanos, também os socialistas atacarão violentamente o chefe do governo, Rodrigues Sampaio, responsável pela prisão de Gomes Leal, lembrando o passado do antigo líder do setembrismo, que havia sido um acérrimo defensor da liberdade da imprensa e cujos artigos no *Espectro* haviam ofendido a família real[114].

Por último, em 1881 e 1882, socialistas e republicanos estarão lado a lado na campanha anticlerical, que assumirá dimensão nacional. Ambos os partidos atribuíam à Igreja a responsabilidade pela não existência de verdadeiros cidadãos em Portugal devido ao domínio que exerciam sobre as almas e as mentes da população.

Além destes momentos em que os interesses dos dois partidos pontualmente convergiram, em nenhum local do jornal *O Operário* apareceu a defesa de uma união política dos socialistas com os republicanos[115].

---

[112] *O Operário*. Porto, 1 de Maio de 1881, p. 2.

[113] *O Operário*. Porto, 13 de Março de 1881, p. 3.

[114] *O Operário*. Porto, 17 de Julho de 1881, p. 2.

[115] Só nos anos noventa aparecerá uma facção no seio dos marxistas socialistas, liderada por Ernesto Silva, a defender uma união política com o partido republicano, porque, com a implantação do novo regime, haveria novas condições para o partido socialista. Esta posição será ajudada, em grande

Os republicanos acabarão por suplantar os socialistas ao influenciarem as pequena e média burguesias urbanas e mesmo algum proletariado que, descontente com a sua situação, acabou por ver na implantação da República uma verdadeira solução. Como afirma César de Oliveira, os republicanos «elaboraram [...] uma crítica muito concreta da monarquia, crítica que cada vez é mais fundada no país real a qual beneficiando da maçonaria e de um anticlericalismo comum aos socialistas, ganha sobre estes cada vez mais ascendente»[116].

Além disso, os republicanos tiveram do seu lado a maioria dos intelectuais portugueses e por isso produziram uma obra teórica de nível superior. Desde os anos cinquenta até finais do século, os republicanos contaram, entre muitos outros, com adeptos como José Estêvão, Rodrigues Sampaio, Henriques Nogueira, Latino Coelho, Rodrigues de Freitas, Fradesso da Silveira, José Falcão, Manuel de Arriaga, Teófilo Braga, Teixeira Bastos, Magalhães Lima, Alves da Veiga, Sampaio Bruno, Basílio Teles e Afonso Costa. Ganharam respeitabilidade pela qualidade dos seus políticos e também porque apresentavam um projecto alternativo credível a uma monarquia que aparecia como decadente, corrupta e traidora aos interesses da pátria. Não defendiam unicamente a mudança de regime político, mas também uma renovação política, moral, religiosa, e para isso pretendiam ter bases científicas, adoptando o posotivismo como teoria e método.

Em finais do século XIX o republicanismo começava a incorporar propostas mais democráticas, incluindo algumas provenientes das áreas socialista e anarquista. Sebastião de Magalhães Lima defendia o socialismo integral de Benoit Malon, e «Afonso Costa, na sua crítica à doutrina social de Leão XIII, colocou-se explicitamente sob a autoridade de Marx e do socialismo reformista de Benoît Malon»[117]. Esta corrente mais virada para uma ampla base social ganhou força depois do Ultimato inglês e do fracasso da revolta de 1891, no Porto. A partir de então, o ideal republicano aparece associado ao sonho de emancipação social. Como afirma César de Oliveira, nesta conquista das classes trabalhadoras, os republicanos «não raras vezes usaram demagogicamente de promessas fáceis de um imediato mundo de abundância após os triunfo da República, não tanto para as mobilizarem na acção política própria, mas mais para conseguirem o seu apoio e participação»[118].

E este sucesso republicano junto dos trabalhadores acontecia num período de forte crise interna do Partido Socialista. Os socialistas assistiram impotentes à saída de

---

medida, com a difusão do livro *A Igreja e a questão social*, de Afonso Costa, onde se fazia a defesa de uma república anti-clerical, socializante e democrática.

[116] OLIVEIRA, César — *O Socialismo em Portugal 1850-1900.* Porto: Afrontamento, 1973, p. 162.

[117] CATROGA, Fernando — *Op. Cit.*, p. 90.

[118] OLIVEIRA, César — *Op. Cit.*, p. 28.

muitos elementos para as hostes republicanas. Manuel Luís de Figueiredo dirá mais tarde: «O operariado, afastando-se do movimento socialista e abandonando as associações de classe, lançou-se no clubismo burguês, dando-lhes tal incremento que, dentro em pouco, a luta travada entre republicanos monárquicos absorvia-lhes todas as atenções, sendo postos de parte, ao menos por momentos, a questão económica e os problemas sociais»[119].

Os republicanos adaptaram-se muito melhor à realidade económico-social de Portugal, porque, como salientou Joaquim de Carvalho, a propaganda socialista não conseguiu vencer as aspirações republicanas, nem «abalar o ideal burguês do pequeno proprietário, o regime da pequena indústria»[120], ou seja, os verdadeiros potenciais eleitorais, no que foi ajudado pela escassez de um proletariado urbano, dada a debilidade da própria indústria fabril.

3.4. Rodrigues de Freitas, um republicano do Porto

Em 1879, Rodrigues de Freitas era o único deputado republicano do parlamento português. Eleito em 1878, com o apoio expresso dos progressistas, Rodrigues de Freitas era um figura de enorme prestígio na cidade do Porto, no meio financeiro, comercial, jornalístico e, também, no ensino. Particularmente importante era a sua ligação com a poderosa Associação Comercial do Porto, da qual tinha sido secretário em meados dos anos sessenta, e com o jornal *Comércio do Porto*, veículo das opiniões da burguesia mercantil portuense[121]. Em 1881, era eleito vice-presidente da Sociedade de Geografia Comercial do Porto. Setembrista, na juventude, Rodrigues de Freitas era politicamente rotulado como um defensor do liberalismo ortodoxo e das virtudes da democracia representativa e, além disso, como anti-socialista[122]. Embora ligado ao movimento republicano portuense, Rodrigues de Freitas não considerava que o

---

[119] Citado por NOGUEIRA, César — *Notas Para a História do Socialismo em Portugal (1871-1910)*. Lisboa: Portugália Editora, 1964. Vol. I, p. 237-8.

[120] CARVALHO, Joaquim de — *Op. Cit.*, p. 248.

[121] Jorge Alves afirma que «Rodrigues de Freitas vai fazer de *O Comércio do Porto* a sua verdadeira tribuna, passando a escrever regularmente os editoriais como redactor principal». Cf. Introdução de Jorge Fernandes Alves a FREITAS, Rodrigues — *Novas Páginas Avulsas*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1996, p. 14.

[122] Jorge Fernandes Alves caracteriza Rodrigues de Freitas como possuindo um «apego ao liberalismo representativo, à exigência eleitoral, ao claro uso da razão, não se deixando convencer pelas vias revolucionárias ou mais emotivas da acção política, apostando teimosamente no republicanismo evolucionista», e por isso terá rótulos de «republicano, economista liberal de características ortodoxas, defensor acérrimo das virtudes da democracia representativa, anti-socialista». Cf. introdução de Jorge Fernandes Alves a *Novas Páginas Avulsas*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1996. p. 8. Recorde-se além disso que, desde 1874, Freitas era eleito deputado pelo Porto, nas listas progressistas.

essencial fosse a mera mudança de regime político: «Não atribuo especialmente à monarquia os males que sofremos. Os abusos praticados por este governo (análogo aos que têm sido cometidos por outros ministérios) não procedem tanto da vontade que os ministros têm de violar a lei como da atmosfera política de que respiram, e a qual eu creio não é pura. [...] Suponhamos que vinham os republicanos e consideravam que, desde que mudassem o trono pela cadeira de presidente da república, teriam alcançado tudo quanto era necessário para que o país estivesse democraticamente organizado. Eu, francamente o digo, não só não podia estar com esses republicanos, mas seria também seu adversário»[123].

Esta independência e corência políticas suscitaram o respeito dos seus adversários, o que parece ter sido uma constante na vida deste portuense, pelo menos tendo em conta o retrato traçado por Duarte Leite: «A plácida rigidez de princípios, a modéstia e a isenção que caracterizam a sua conduta conquistam-lhe é certo, a estima e o respeito de amigos e adversários, mas não avolumaram a minguada falange dos imitadores»[124].

Os socialistas de *O Operário* têm uma posição ambígua sobre Rodrigues de Freitas. Por um lado, atacavam-no pelo partido e pelos interesses que ele representava, mas, por outro, existiam demonstrações de admiração e respeito por muitas das posições tomadas por aquele político republicano. Assim, certas acções de Rodrigues de Freitas enquanto deputado eram aplaudidas pelos socialistas portuenses, particularmente as que diziam respeito aos dotes régios. Num período de crise financeira, em que se exigiam sacrifícios às populações, sobretudo através do aumento dos impostos, o governo não aceitava algumas propostas que tinham como objectivo poupar algumas despesas ao orçamento do Estado. *O Operário* refere que Rodrigues de Freitas — identificado como o «deputado eleito pelo círculo central d'esta cidade» — apresentou no parlamento duas propostas que reduziriam as despesas do Estado: a redução da dotação do Infante D. Augusto para quatro contos de réis e, ainda, que «ficasse a cargo da dotação da familia real a despesa com a guarda dos archeiros». Estas duas propostas foram liminarmente rejeitadas pela Câmara dos Deputados o que levava o jornal dos socialistas portuenses a exclamar que o governo progressista «entende que é melhor sobrecarregar o povo com todo os impostos possiveis do que diminuir um pouco aos ordenados d'aquelles para quem a nação paga generosamente». Ao mesmo tempo, este jornal elogiava a acção do deputado Rodrigues de Freitas que agiu «obedecendo mais a um dever imposto pela

---

[123] Parte da intervenção parlamentar de Maio de 1874, transcrita in *Aos Cidadãos Eleitores do Bairro Oriental da Cidade do Porto*. Porto, 1874, p. 25-29. Citado em FREITAS, Rodrigues — *Op. Cit.*,.p. 18

[124] Cf. com a introdução de Duarte Leite a FREITAS, Rodrigues — *Páginas Avulsas*. Porto: Livraria Chardron, 1906, p. V-VII.

consciencia do que à influencia ou paixão de partido, pois que elle abertamente declarou na camara não pertencer a partido algum, por isso que em Portugal ainda não se tinha organizado o partido republicano»[125]. Elogiava-se também a persistência e coerência de Rodrigues de Freitas, que desde 1874, enquanto deputado progressista, vinha propondo a diminuição dos dotes reais[126]. Muitas outras propostas do deputado Rodrigues de Freitas mereceram o aplauso dos socialistas ou, pelo menos, coincidiram reivindicações suas, como por exemplo, a defesa do ensino infantil, com base nos jardins de infância, o apoio ao método de leitura de João de Deus, a criação de bibliotecas, a questão da liberdade religiosa, etc.[127]

Em 1881, Rodrigues de Freitas recusava a recandidatura a deputado, apesar dos apelos constantes dos republicanos e, dizia-se em alguns jornais, de vários operários. A propósito destas notícias, Manuel José da Silva, em *O Operário,* caracterizava Rodrigues de Freitas como um «cidadão cujas virtudes, honestidade e talento rendemos preito de consideração» e que, por isso, não podia voltar atrás na palavra dada de que não se recandidataria, porque «se o cidadão Rodrigues de Freitas declara acceitar a candidatura, dá de si a mais triste ideia que póde dar um homem até aqui tão considerado por partidarios e adversarios!»[128].

Os socialistas não deixarão de comentar ironicamente os apelos desesperados dos republicanos para que Rodrigues de Freitas reconsiderasse a sua posição, já que são realizados comícios com republicanos de todo o país, como o que acontece em Julho de 1881[129]. Aliás, nada se fazia no movimento republicano portuense sem ele. Em 1881, os republicanos portuenses não realizam um comício, anunciado há várias semanas, porque Rodrigues de Freitas não quis estar presente por já não ser deputado da nação. Comentário do *Operário*: «De fórma que, se faltar aos republicanos o snr. Rodrigues de Freitas — lá se vae a republica»[130]. De facto, sem Rodrigues de Freitas os republicanos não conseguem eleger mais nenhum deputado nas eleições seguintes.

Mas a questão fundamental do referido artigo de Manuel José da Silva era a relação do operariado com a candidatura de Rodrigues de Freitas e os benefícios que os

---

125 *O Operário*. Porto, 1 de Fevereiro de 1880, p. 1 e 2. Esta referência de Rodrigues de Freitas vem reforçar a posição de Fernando Catroga que afirma que neste período não havia ainda partido republicano.

126 Nesse ano escrevia o manifesto *Aos cidadãos eleitores do Bairro Ocidental do Porto*, onde se encontram algumas das suas intervenções parlamentares mais polémicas, como as relacionadas com a dotação régia.

127 Ver referências aos discursos parlamentares de Rodrigues de Freitas em FREITAS, Rodrigues — *Op. Cit.*, p. 20 e ss.

128 SILVA, Manuel José — A classe operaria e o cidadão Rodrigues de Freitas. *O Operário*. Porto, 3 de Julho de 1881, p. 3. Ver texto completo em Anexo 5.

129 Ver *O Operário*. Porto, 10 de Julho de 1881, p. 2 e 3.

130 *O Operário*. Porto, 27 de Fevereiro de 1881, p. 2.

trabalhadores poderiam colher dessa candidatura. Nenhuns, respondia Manuel José da Silva, porque «como propugnador, e como defensor de interesses commerciaes que não aproveitam aos explorados, mas sim aos exploradores, tem Rodrigues de Freitas dado prova de trabalhador dedicado e potente. Relativamente ás relações da classe operaria com os possuidores do capital e dos instrumentos de trabalho, isto é, ás condições penozas da nossa existencia, não vimos que s. exc[a] propozesse e defendesse leis tendentes a alliviar taes condições, e a promover quanto possivel a emancipação do trabalhador da tutella capitalista»[131]. Além das óbvias alusões às relações de Rodrigues de Freitas com a influente Associação Comercial do Porto havia questões de princípios políticos que dividiam os socialistas e Rodrigues de Freitas.

De facto, desde 1871, com os acontecimentos revolucionários da Comuna de Paris, eram conhecidas as críticas de Rodrigues de Freitas ao movimento e pensamento socialistas. Em 1872, Freitas publicava *A Revolução Social — Analyse das Doutrinas da Associação Internacional do Trabalho*, onde criticava o socialismo proudhoniano e previa que o socialismo traria «a mais cruel das infelicidades»[132], ao contrário dos benefícios que o liberalismo propiciava. Além disso, era um dos poucos intelectuais portugueses que conhecia — e criticava — o pensamento marxista[133]. Para Rodrigues de Freitas, o socialismo punha em causa as liberdades, as instituições e os direitos liberais que ele tanto prezava. Estas posições próximas de um liberalismo ortodoxo prejudicaram a sua imagem junto das forças socialistas. Contudo, Rodrigues de Freitas sempre demonstrou, ao longo da sua vida, grandes preocupações sociais. Por exemplo, defendeu o papel positivo das associações operárias, até porque, como bom liberal, apostava sobretudo em soluções emanadas da sociedade civil, desde que essas formas de associativismo «não pusessem em causa os princípios do trabalho, da propriedade privada e da liberdade individual»[134]. A propósito do associativismo operário escreveu: «...basta, por exemplo, pensar nos resultados verdadeiramente assombrosos das associações operárias fundadas neste século sob formas tão variadas; mas quanto não há ainda a fazer para que todos os operários tenham a clara ideia dos seus direitos e dos seus deveres, quer no seio da família, quer relativamente à nação de que fazem parte?»[135].

---

131 IDEM, *Ibidem*.

132 Citado em FREITAS, Rodrigues — *Op. Cit.*, p. 17.

133 Os seus conhecimentos abrangiam também os economistas clássicos, os intervencionistas e os socialistas de cátedra e os marginalistas, o que está patente na sua obra *Príncipios de Economia Política*, 1883.

134 Prefácio de Jorge Fernandes Alves a FREITAS, Rodrigues — *Op. Cit.* , p. 36.

135 FREITAS, Rodrigues — Melhoramento das Classes Laboriosas. *Comércio do Porto*. Porto, 16 de Maio de 1884. Publicado em *Novas Paginas Avulsas*, p. 61.

Por outro lado, com o tempo, Rodrigues de Freitas acabou por defender uma maior intervenção do Estado na economia, de modo a que ele pudesse desempenhar uma função niveladora das desigualdades sociais[136]. Chegou mesmo a demonstrar algumas simpatias para com o socialismo de cátedra, aplicado na Alemanha de Bismarck, porque estes socialistas «mantêm nitidamente a separação entre a propriedade pública ou do Estado, e a particular ou do indivíduo; [...] admitem a concorrência industrial na sua generalidade e só por considerações especiais pretendem que o Estado tome conta de alguns ramos do trabalho; [...] querem a adopção de providencias legais, tendentes a melhorar as classes laboriosas pela intervenção do Estado»[137]. A este sistema opunha o outro socialismo, que ele condenava, porque defendia «a socialização ou nacionalização da terra, minas, etc., e de todos os capitais externos ao homem. A nação economicamente considerada, compõe-se de operários; cada cidadão é um trabalhador nas fábricas sociais»[138]. Este socialismo colectivista era o defendido pela Internacional e, portanto, pelos socialistas portugueses.

As preocupações sociais de Freitas com os mais desfavorecidos, patentes nos seus artigos do *Comércio do Porto,* são muito semelhantes aos graves problemas descritos pelos socialistas de *O Operário*: a instrução das classes trabalhadoras, a construção de casas baratas para os operários, a miséria desta classe no Porto[139]. Na verdade, no diagnóstico, Rodrigues de Freitas não andava longe das análises de *O Operário,* como se pode ver por este extracto: «As investigações feitas pelas autoridades e pelas comissões da imprensa vieram mostrar que há no Porto muitíssimas pessoas que vivem na miséria; e que na maioria das casas habitadas pelos membros das classes inferiores em recursos pecuniários faltam as mais rudimentares condições recomendadas pela higiene[...]. Assim, ao lado de tantas provas de progresso material, de tantas obras que aformosearam a cidade, bem como do incontestável aumento de riqueza externa, de tanto conforto para os opulentos, — vive a cidade da indigência, com as suas ilhas lôbregas, com as suas estreitas e infectas moradas, com os seus

---

136 A este propósito escreve Rodrigues de Freitas: «Embora seja imenso o atractivo da caridade; embora, bem analisados todos os elementos da questão, não haja prazer maior, nem mais acabado, que o de espalhar a felicidade em torno de si próprio, o homem ainda não adquiriu a capacidade para preferir este a tantos outros prazeres; e, se a benificiência tornada função do Estado perde a melhor parte da sua beleza superior, nem por isso deixa de ser necessária e indispensável». Ver FREITAS, Rodrigues — Beneficiência Pública. *Comércio do Porto.* Porto, 7 de Agosto de 1880. Publicado também em *Novas Páginas Avulsas.* p. 47.

137 FREITAS, Rodrigues — *Op. Cit.* p. 491. Ver ainda o artigo "O socialismo oficial" publicado no *Comércio do Porto*, a 6 de Dezembro de 1884, e que foi coligido nas *Novas Páginas Avulsas*, p. 479 e ss.

138 IDEM, *Ibidem.* p. 491.

139 Os principais artigos de *O Comércio do Porto* dedicados a estas questões encontram-se publicados em *Novas Páginas Avulsas.*

habitantes cujo organismo necessariamente se deteriora, se atrofia, se deprava nesse meio tão mórbido»[140].

Deste modo, os socialistas e Rodrigues de Freitas coincidiam no diagnóstico da doença, mas propunham terapias diferentes: os primeiros recusavam categoricamente o sistema liberal e capitalista e preconizavam o colectivismo com a socialização dos meios de produção; Freitas apostava sempre no regime liberal e nas liberdades individuais, mas acreditava que uma maior intervenção do Estado — a par com a iniciativa privada — poderia solucionar os problemas sociais mais graves. A luta entre estas duas propostas continuaria por muito mais tempo.

---

140 FREITAS, Rodrigues — A Miséria no Porto. *Folha Nova*. Porto, 27 de Julho de 1885. Publicado em *Novas Páginas Avulsas*, p. 65.

4. O socialismo e a questão religiosa

Não há padres bons nem padres maus; entre uns e outros não há escolha possível.

*Jesuítas, lazaristas, franciscanos ou simples curas de freguesia, são todos a mesma gente; dominados pelos mesmos sentimentos ruins, cheios dos mesmos vícios, pérfidos e traiçoeiros. Educados nos mesmos princípios, comungando nas mesmas doutrinas, falsas e inimigas da verdade, que é a base e o propulsor do progresso e o esteio da felicidade dos povos, essa casta mil vezes maldita vive alimentada dum ódio profundo contra quanto represente emancipação, isto é, liberdade.**

Manifesto anticlerical, 1895

4.1 O anticlericalismo socialista

O último quartel do século XIX caracterizou-se por uma intensa luta anticlerical, promovida por republicanos e socialistas. Este anticlericalismo assumiu um carácter diverso do que havia sido encetado pelos primeiros liberais portugueses. O regime liberal, instaurado em 1820 e consolidado em 1834, pressupunha «a dessacralização da origem do poder, a afirmação do princípio de soberania nacional, o cidadão capacitário, o poder social e o *governo dos espirítos*»[1], entrando, por isso, em confronto com as poderosas estruturas corporativas eclesiásticas. De facto, uma das características mais evidentes do liberalismo português seria a luta entre o Estado e Igreja, visto que o novo regime político reafirmava a soberania do Estado em matéria religiosa e procurava afastar a Igreja nacional do controlo de Roma. Esta política não era particularmente inovadora, já que o regime liberal retomava e acentuava as tendências regalistas[2] da monarquia portuguesa de legitimar a soberania do Estado nacional perante poderes supranacionais, como era o poder de Roma[3]. Ao mesmo tempo, o poder liberal

---

* Texto distribuído após um Congresso Católico, sem local de impressão nem tipografia e citado por FONSECA, Carlos da — *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal. O operariado e a Igreja militante*. Lisboa: Publicações Europa- América, s.d, p. 125.

[1] NETO, Vítor — *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998, p. 13.

[2] Segundo Vítor Neto o «vocábulo regalismo, utilizado sobretudo na Península Ibérica, exprimia a defesa das regalias do poder civil nas relações do Estado com a Igreja. Na sua dimensão ideológica, o conceito recobria um conjunto de princípios que justificavam a supremacia do poder civil sobre a esfera eclesiástica». NETO, Vítor — *Op. Cit.*, p. 27-28.

[3] Segundo a Carta Constitucional, a nomeação de bispos e de outros clérigos pertencia ao poder político, tal como a faculdade de concessão ou negação de beneplácito aos documentos pontificais e «quaisquer

pretendia destruir o poder económico — através da expropriação dos bens das ordens religiosas— e cultural da Igreja, reformando o ensino que era, então, dominado pelas ordens religiosas, com destaque para os jesuítas. Aliás, o anticlericalismo liberal foi sobretudo um anticongreganismo, que vinha da herança antijesuítica deixada pelo marquês de Pombal. O liberalismo como filosofia política assente na supremacia da liberdade individual questionava o enorme poder económico das ordens religiosas que obedeciam a uma autoridade estrangeira — pondo em causa a supremacia da nação — e impediam a formação de uma opinião pública corporizada por cidadãos esclarecidos, ao difundirem as suas ideias ultramontanas nos variados estabelecimentos de ensino que possuíam.

Apesar deste anticlericalismo, o regime liberal não era antireligioso, nem sequer anticatólico. A religião era entendida como um instrumento essencial de sociabilidade. Como afirma Vítor Neto, os liberais «conscientes da importância da instituição eclesiástica na vida das comunidades [...] atribuíam-lhe um papel agregador, mas jamais deixaram de pensar na necessidade de um controlo do poder temporal sobre a instância religiosa»[4]. Não admira, portanto, que a Carta Constitucional, no seu artigo 6°, estabelecesse como religião de Estado o catolicismo, sendo a liberdade religiosa apenas permitida aos estrangeiros que podiam praticar «o seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas sem forma exterior de Templo»[5]. Deste modo, o texto constitucional era contraditório ao defender, por um lado, a liberdade de consciência e pensamento e, por outro, ao impor o catolicismo como religião de Estado. Esta contradição foi denunciada por alguns liberais mais radicais, e sobretudo pelos anticlericais de finais do século passado, apostados na completa separação entre o Estado e a Igreja.

A maioria dos primeiros intelectuais liberais, como Almeida Garrett e Alexandre Herculano, pretendia adaptar o catolicismo à nova ordem liberal, recuperando as qualidades do cristianismo primitivo e evangélico. Herculano, por exemplo, sonhava com um novo catolicismo que aliasse os princípios de liberdade e caridade e inventa, como paradigma, um padre modelo no seu romance *O Pároco de Aldeia*.[6]

Também os pensadores ligados ao movimento revolucionário e socialista de 1848, como Henriques Nogueira, quiseram aliar cristianismo e revolução, defendendo uma Igreja que abraçasse os valores de liberdade, igualdade e fraternidade, presentes, segundo eles, nas primitivas comunidades cristãs.

---

outras constituições eclesiásticas». Cf. MIRANDA, Jorge — *As Constituições Portuguesas*. Lisboa: Livraria Petrony, 1976, p. 98.

[4] NETO, Vítor— *Op. Cit.*, p. 40.

[5] MIRANDA, Jorge — *Op. Cit.* p. 81.

[6] HERCULANO, Alexandre — *O Pároco de Aldeia.* Lisboa: Livraria Bertrand, 1969.

O anticlericalismo manifestado pelos socialistas e republicanos, a partir da década de setenta, ia mais longe que o anterior, ao criticar não só o clero mas também a essência da própria religião. Para estes homens a luta anticlerical visava, como veremos mais adiante, a total laicização da sociedade. Portadores de uma visão materialista, e quase sempre ateia, do universo, inspirada em filosofias como o positivismo e o cientismo, republicanos e socialistas entendiam a religião como um estádio metafísico da evolução humana, da qual o Homem seria libertado graças ao progresso científico. Republicanos e socialistas partilharam ideias e lutas anticlericais, mas houve igualmente, neste processo, especificidades próprias do movimento socialista.

Os jesuítas eram os inimigos privilegiados dos socialistas. Eles encarnavam os piores males atribuídos à Igreja católica. Os socialistas mostravam-se particularmente preocupados com o domínio exercido pelos jesuítas no ensino, o que consideravam um poderoso obstáculo para a formação de verdadeiros cidadãos. Segundo o *Operário*, «o jesuitismo lança mão da arma poderosa da instrucção para propagar os seus principios e conseguir os seus fins»[7], ou seja, para combater as novas ideias que animavam os socialistas. Bessa de Carvalho, um dos mais violentos anticlericais de*O Operário*, recordava que «os jesuitas appoiam, por meio dos seus jornaes e das suas praticas, a perseguição da Russia, chamada o colosso do norte, contra a formidavel seita do nihilismo, da Allemanha, da Italia e d'outros paizes contra o socialismo e seus defensores»[8].

Estes constantes ataques aos jesuítas, e também a outras ordens religiosas como as Irmãs de Caridade e os Lazaristas, resultavam do regresso envergonhado e discreto das congregações religiosas a Portugal, desde finais da década de cinquenta, apesar de a lei proibir a sua existência em território nacional. Esse processo acentuou-se a partir de 1880, devido à expulsão dos jesuítas de alguns países como a Itália e a França e, também, graças ao apoio que tiveram da família real portuguesa e de certos sectores da aristocracia e burguesia[9]. A maior parte dessas ordens eram estrangeiras e estavam vocacionadas para a assistência pública aos mais necessitados e para o ensino. Em 1880 esse regresso era já um dado adquirido e tornava-se cada vez mais visível, já que muitas ordens possuíam os seus órgãos de imprensa. Bessa de Carvalho resumia a situação dizendo que «ha congregações religiosas em todos o paiz, associações catholicas, aulas catholicas, azylos catholicos, etc»[10] e revoltava-se com a indiferença revelada pelos progressistas, agora no governo, perante a entrada destas ordens em Portugal. Aliás, a

---

[7] *O Operário.* Porto, 24 de Abril de 1881, p. 3.

[8] CARVALHO, Bessa — Guerra aos Jesuitas. *O Operário.* Porto, 18 de Abril de 1880, p.1. Este texto encontra-se publicado na íntegra no Anexo 6.

[9] Cf. NETO, Vítor — *Op. Cit.*, p. 311.

[10] CARVALHO, Bessa — Os Jesuitas II. *O Operário.* Porto, 24 de Outubro de 1880, p. 1.a

rápida e bem sucedida difusão destas ordens no país explicava-se pelas insuficiências do Estado liberal nos domínios da protecção social e da educação.

Confrontados com os indícios, cada vez mais frequentes, da presença de jesuítas no Porto, os socialistas publicavam no seu jornal um artigo intitulado *Alerta cidadãos*, onde se avisava que estava de volta «a seita negra do jesuitismo, pretendendo minar as exíguas liberdades que possue o povo portuguez, e obstar á conquista d'outras que são de innadiavel necessidade». Acrescentava-se, ainda, que «as toupeiras do Vaticano» tinham comprado um palacete em Vilar para estabelecer a «sua tenebrosa congregação»[11].

Estes ataques eram ilustrados com histórias terríveis sobre crianças vítimas de castigos corporais nos colégios jesuítas — apelidados de «escolas inquisitoriais»[12] — e de jovens raptadas e «desonradas» pelos padres jesuítas e, em seguida, obrigadas a ingressar em ordens religiosas como a das Irmãs de Caridade[13]. Num estilo violento comentava-se: «Os proselytos da renegada companhia de Jesus não descançam no seu diabolico empenho de recrutar pela provincia raparigas menores, a fim de entrarem para os estabelecimentos de irmãs de caridade que pollulam na cidade como os cogumellos nas cisternas. Esses escorpiões venenosos, que deixam mancha indelevel em tudo o que tocam, abusam, fanatisam, envenenam tão profundamente os espiritos ingenuos que os acreditam ou escutam, que todos os dias nos chegam notícias das suas miseraveis traficancias, do escandaloso proceder em chamar a si ou aos da sua grey as inocentes raparigas da aldeia, as quaes se deixam imbuir de sorridentes esperanças de um melhor futuro na graça e regalos da Ordem, ou se aterrorisam das torturas do inferno, em caso contrário, descriptas e pintadas em negras côres por esses milhafres da honra e da felicidade»[14].

A partir de meados de 1880 foram constantes os apelos para que o povo portuense participasse em comícios contra os jesuítas e contra o restabelecimento desta ordem em solo português[15]. «Esta-se tornando urgentissima a convocação de grandes *meetings* para protestar contra a sinistra invasão dos jesuitas, e fazer entrar o governo n'um periodo energico de acção, elle que tão inerte e indifferente se mostra ante a entrada provocadora de *rebeldes* e *traidores* em que falla a lei de 3 de Setembro de 1759. É já demais sabido que a França, que é indubitavelmente o cerebro da raça latina, expulsou do seu seio, n'um rasgo de energia admirável e eloquente as viboras que

---

11 *O Operário*. Porto, 29 de Agosto de 1880, p. 3.

12 *O Operário*. Porto, 28 de Dezembro de 1879, p. 3.

13 *O Operário*. Porto, 8 de Maio de 1881, p. 3. Neste número relata- se um caso de uma jovem de 19 anos raptada pelos «gafanhotos negros».

14 *O Operário*. Porto, 12 de Junho de 1881, p. 3.

15 *O Operário*. Porto, 5 de Setembro de 1880, p. 3.

conspiravam contra a liberdade e contra a republica — os jesuitas—»[16], exclamava Bessa de Carvalho. Aliás, para este socialista, o caso francês demonstrava como não podia haver complacência para com os jesuítas porque eles tinham aproveitado a tolerância da República fracesa para dominarem o ensino e, como «representantes d'um passado cuja historia está salpicada de sangue», ousaram «erguer-se, para combater as doutrinas sacrossantas da Ideia Nova, e pregár-nos com visos de sinceridade as doutrinas que a Sciencia tem declarado absurdas, falsas e improprias d'este seculo»[17].

Contudo, os socialistas de *O Operário* dividiam-se no que diz respeito à atitude a adoptar perante os jesuítas. Bessa de Carvalho, sempre radical, considerava que «um jesuita é um homem perigosissimo para a marcha regular do progresso. O jesuita não deve ter acolhimento em parte alguma, todos se devem afastar d'elle com o asco e desprezo com que nos affastamos da immundice»[18], e consequentemente, qualquer atitude de tolerância para com eles era condenável. Este redactor do *Operário* dizia a esse respeito que «há por ahi uns pretendidos *philosophos* que proclamam a tolerancia para com os jesuitas como se fosse justa, ou acceitavel em face das mais resumidas noções de história, a tolerancia para aquelles infames expoliadores da honra das familias e do credito dos povos»[19].

Todavia, as vozes que pregavam a tolerância e condenavam o uso da força e da violência contra os jesuítas encontravam-se na redacção e entre os colaboradores do *Operário.* Agostinho da Silva, por exemplo, não apoiava «por fórma alguma a expulsão dos jesuitas para não estabelecer o precedente de serem expulsos do seu paiz natal individuos que professem ideias diametralmente oppostas das dos homens que occupam o poder. [...] Expulsaes hoje os jesuitas [...], amanhã pela mesma razão sereis expulsos por não professardes a ideia monarchica»[20]. Esta opinião era apoiada por outro operário, identificado como F. G., que dizia que, «nós, companheiros, que nos propomos a defender a liberdade a todo o transe, não podemos nem devemos ficar calados diante de um povo ignorante e rude e que por interesses de facção pede a expulsão de homens, que, como todos, devem ter garantida a liberdade de pensar; não se diga que os governos expulsando os jesuitas teem em vista o adiantamento intellectual do povo»[21]. Além disso, F. G. perguntava se os homens de «ideias avançadas» não possuiam meios

---

16 CARVALHO, Bessa — Os Jesuitas I. *O Operário.* Porto, 17 de Outubro de 1880, p. 2.

17 CARVALHO, Bessa — Guerra aos Jesuitas. *O Operário.* Porto, 18 de Abril de 1880, p. 1. Refira-se a propósito deste extracto que o anticlericalismo da III República francesa entusiasmou republicanos e socialistas. Ver, sobre o anticlericalismo francês desse período, MATER, André — *La Politique Religieuse de la République Francaise.* Paris: Librairie Critique Nourry, 1909.

18 CARVALHO, Bessa — Guerra aos Jesuitas. *O Operário.* Porto, 18 de Abril de 1880. p. 1.

19 IDEM, Ibidem.

20 *O Operário.* Porto, 30 deJaneiro de 1881, p. 1 e 2.

21 F. G. — Ideias com ideias se batem. *O Operário.* Porto, 6 de Fevereiro de 1881, p. 1 e 2.

eficazes para combater os «defensores das trevas» e declarava que a solução passava por outras medidas como a criação de escolas públicas, bibliotecas, conferências, a separação entre o Estado e a Igreja e, sobretudo, «instrucção, muita instrucção, e com ella e só com ella poderemos expulsar para fóra do nosso seio toda a casta de jesuitas, de todos os matizes e systemas»[22].

Apesar destas reacções mais tolerantes, a maioria dos artigos do *Operário,* reflectia uma atitude de indignação pela presença dos jesuítas em Portugal e pela sua influência crescente no ensino e na imprensa. Socialistas, republicanos e liberais anticlericais, através da imprensa, de comícios, de conferências e de representações enviadas para a Câmara dos Deputados geraram uma enorme pressão pública que obrigou o Governo, em 1880, a publicar uma portaria declarando que continuavam em vigor as leis referentes à impossibilidade de existência legal de congregações religiosas em Portugal, e a promover um inquérito, a nível distrital, indagando se existiam colégios dirigidos por membros de congregações religiosas estrangeiras. Os resultados nunca foram conhecidos[23].

Apesar de todos estes violentos protestos, os jesuítas instituíram a província portuguesa em 1880, dirigida por Ficarelli, criaram vários colégios e jornais e não deixaram de desenvolver alguma acção ideológica contra o liberalismo, o republicanismo, o socialismo e a maçonaria. Não admira, pois, que em 1881 aumentassem os comícios antijesuíticos por todo o país[24] e que o centenário da morte do Marquês de Pombal tivesse sido aproveitado como a ocasião ideal para continuar a luta contra as ordens religiosas, particularmente contra o seguidores de Loyolla. *O Operário* nunca deixou de noticiar os comícios anticlericais e as acções inseridas no centenário pombalino[25].

O socialistas atacavam, igualmente, o reaccionarismo da Igreja católica, visível num conjunto de encíclicas e de dogmas emanados de Roma, na segunda metade de Oitocentos. Perante o novo espiríto científico, materialista e individualista da época, a Igreja reagia, através do Papa Pio IX, proclamando novos dogmas religiosos, como o da Imaculada Conceição, em 1854, e o da infalibilidade pontifícia, em 1870, que reforçava o caractér monárquico da Igreja. Face à construção da nova ordem liberal e, sobretudo, perante o aparecimento das novas ideias republicanas, socialistas e anarquistas, o

---

[22] IDEM, *Ibidem.*

[23] Cf. NETO, Vítor — *Op. Cit.*, p. 317 e *O Operário.* Porto, 21 de Novembro de 1880, p. 4.

[24] No Porto ocorre um comício antijesuítico em Abril, promovido pela Associação Liberal Portuense, com Alexandre Braga e Emídio Garcia como principais oradores. Os socialistas portuenses aplaudem a ideia mas não deixam de criticar o envio de uma representação ao rei que «quer queira, quer não queira tem que ser alliado dos jesuítas» e o facto de se ter defendido a expulsão dos jesuítas, «o que é um atentado á liberdade de crenças». Cf. *O Operário.* Porto, 24 de Abril de 1881, p. 3.

[25] *O Operário.* Porto, 24 de Abril de 1881, p. 3.

mesmo Papa Pio IX lançava, em 1864, a encíclica *Quanta Cura* e o catálogo dos «erros principais do nosso tempo», o *Syllabus* que acompanhava aquela encíclica[26]. Entre esses males do século constava o socialismo, entendido como filho do liberalismo. Por isso, em muitos países — como em França e Portugal — a Igreja assumiu a luta contra o republicanismo e as novas ideias socialistas. Aliás, em Portugal, a maioria do clero criticou, muitas vezes, o Estado liberal e chegou a defender o regresso ao absolutismo monárquico, não evitando mesmo, nos períodos eleitorais, de apelar aos fiéis católicos que votassem em candidatos miguelistas ou liberais mais conservadores. Estas atitudes e a intensa campanha da Igreja contra a maçonaria, o racionalismo e os livres pensadores eram, para todos os anticlericais, as provas que demonstravam que o catolicismo continuava a ser o pilar do pensamento mais aintidemocrático, retrógado e opressivo.

Em 1878, com a subida ao trono pontíficio de Leão XIII, a política do Vaticano não sofria alterações porque na encíclica *Quod apostolici*, este papa condenava, mais uma vez, o socialismo. Bessa de Carvalho reagia, perguntando se «serão mais graves os perigos que Leão XIII vaticina do que os criminosos acontecimentos da historia dos papas», e acrescentava: «Diz mais o que actualmente se senta na cadeira papal, onde tão grandes criminosos se tem sentado, que as seitas socialistas e communistas se acham espalhadas por todo o mundo e ligadas entre si pelos vinculos da iniquidade. Vinculos de fraternidade são os que nos unem a todos os socialistas; vinculos da iniquidade são os que ligam os membros do clero, os soldados d'essa feroz cohorte de parasitas que tanto sangue têem feito derramar»[27].

Os dogmas da Igreja eram, para os socialistas, símbolos do obscurantismo e das trevas «em que estão immersos os membros das classes populares»[28]. A propósito do dogma da Imaculada Conceição, os socialistas do Porto comentavam que era «um absurdo como outro qualquer, contra o qual protesta a natureza que não podia, nem pode permittir que uma mulher seja mãe, simplesmente por *obra e graça do espirito santo*. A dar-se credito á Escriptura, na parte referente á existencia da tal Maria, não pode crer-se que ella fosse virgem depois de ser mãe; e d'aqui não ha fugir»[29].

---

[26] Segundo Vítor Neto, na *Quanta Cura* «eram condenados os princípios que fundamentavam a ordem liberal, a autonomia da razão humana e o valor da ciência. O pontífice rejeitava o racionalismo, o naturalismo, o galicanismo, o liberalismo e o socialismo. No catálogo de 80 proposições (*Syllabus*) condenavam-se os principais erros do nosso tempo. De entre eles sublinhemos a laicidade do Estado, a liberdade de consciência e de cultos, a liberdade de imprensa, a soberania do povo, o direito da sociedade civil se intrometer nos assuntos religiosos, a supressão do poder temporal do papa, o progresso e a civilização moderna». Cf. NETO, Vítor — *Op. Cit.*, p. 383.

[27] CARVALHO, Bessa — Uma folha da historia dos papas. *O Operário*. Porto, 28 de Dezembro de 1879, p. 1 e 2.

[28] *O Operário*. Porto, 14 de Dezembro de 1879, p. 3.

[29] *O Operário*. Porto, 12 de Dezembro de 1880, p. 2.

Heliodoro Salgado, um dos principais anticlericais portugueses do século XIX, escrevia para o *Operário* um artigo de fundo sobre o dogma religioso, salientando que este funcionava como um despotismo moral usado pelo clero e pelos reis como uma arma de domínio e subjugação dos povos. Para Heliodoro Salgado a «theologia persiste em conserval-os [dogmas]. A sciencia dá-nos a verdade, e Roma dogmatisa o Syllabus. É a noite contra a luz. Tenebrosa opposição! Poderemos toleral-o? Não. Não porque o dogma não cessa de contrariar a Liberdade, ora nas maldições do Syllabus, ora nos concilios infames. Guerremol-o, pois»[30].

Os socialistas, tal como a maioria dos anticlericais, usaram a ciência como uma arma de ataque à religião e acreditavam que as leis do progresso eram imparáveis e que as verdades científicas triunfariam apesar dos obstáculos criados pelas forças reaccionárias, como a Igreja. Para o *Operário*, «a idea de intervenção divina na natureza, tem sido forçada a ceder ás ideias das cauzas naturaes em quasi tudo o que é do domínio das sciencias phisicas. Em geologia, em astronomia, em chimica, em phisica, em botanica, em zoologia, etc., nenhum homem instruido pensa nunca em introduzir a ideia de intervenção sobrenatural, para explicar os fenomenos que observa»[31]. O sucesso rápido do positivismo no meio intelectual português e nos meios políticos mais avançados explica, em grande parte, este optimismo e o culto do progresso científico. Por isso afirmava-se no *Operário* que «o clero catholico [...] conmhecedor da superstição do povo, começou por fazer-lhe acreditar na divindade fabricada por elle» e assim teriam perpetuado a ignorância do povo com fanatismos[32]. Bessa de Carvalho proclamava que «o Deus das gerações modernas, é o Progresso; os nossos padres são os apostolos da Sciencia; os nossos templos são as officinas onde debalde procurareis lançar a vossa pestilenta baba, mastins do catholicismo»[33].

Os socialistas identificavam-se como livres pensadores. De facto, a propósito do Congresso Internacional do Livres Pensadores, realizado em Bruxelas, em Setembro de 1880, os socialistas portuenses afirmavam que «livre pensar e o socialismo estão ligados por uma forma intima [...]. A maior parte dos membros do congresso assim o comprehenderam, e mostraram-se francamente socialistas»[34]. Não surpreende, portanto, que o *Operário* desse ênfase a notícias que demonstravam como a Igreja estimulava a superstição e a crendice do povo. A propósito da epidemia de *philoxera* nas vinhas do Douro, relatava-se que uns proprietários da zona, promovera, com o apoio da igreja local, umas preces para que «a providencia se amerceie d'aquelles povos». Ora, segundo

---

30 SALGADO, Heliodoro — O Dogma. *O Operário*. Porto, 5 de Dezembro de 1880, p. 1 e 2.

31 *O Operário*. Porto, 16 de Janeiro de 1881. p. 1 e 2.

32 *O Operário*. Porto, 27 de Junho de 1880, p. 1.

33 CARVALHO, Bessa — A Cruz do operario. *O Operário*. Porto, 1 de Agosto de 1880, p. 1.

34 *O Operário*. Porto, 26 de Setembro de 1880, p. 1

O Operário «taes proprietarios devem requerer o privilegio d'invenção, caso as preces surtam o effeito desejado»[35].

Aparecem ainda, no *Operário*, críticas violentas a aspectos pontuais da conduta do clero que, segundo os socialistas portuenses, desmentiam os princípios e as virtudes publicamente apregoadas pela Igreja. A lista de assuntos é extensa e, aliás, quase todos eles constituiram temas fortes da literatura anticlerical de finais de século. São inúmeras as notícias que relatam actos de violência de sacerdotes contra leigos[36], de roubos do dinheiro das esmolas, da exigência de legados aos fiéis para que salvassem a alma do inferno[37], de relações ilícitas com mulheres[38], da recusa de tratamento médico a doentes por acreditarem que bastava ministrar água benta (provocando, em alguns casos, a morte desses doentes)[39] e da questão das bulas na quaresma, em que se permitia aos crentes comer carne em troca de dinheiro[40], etc. Recordava-se, também, constantemente, o passado da Igreja católica, sobretudo a Inquisição e as perseguições aos cristãos novos, aos homens de ciência e de outras religiões, porque, afirmava Bessa de Carvalho, «como livre pensadores, é do nosso dever recordar estas datas sanguinolentas da historia do catholicismo»[41].

Outra ponto abordado pelo *Operário* era a oposição entre a ostensiva riqueza da Igreja e a pobreza dos trabalhadores. Bessa de Carvalho criticava o Papa Leão XIII por ter afirmado que «os pobres devem esperar a recompensa no ceu, e que na terra devem acceitar o que sobra aos ricos» e, em seguida, perguntava qual seria o motivo «porque Leão XIII e outros papas teem acceitado valiosissimas sommas que os fanaticos, os verdadeiros enganados, lhes teem levado de muitas partes do globo? Porque não querem os papas esperar pela recompensa do ceu?»[42]. Para o redactor do *Operário* era incompreensível que a Igreja defendesse que a desigualdade dos direitos e dos poderes emanava da vontade divina, ao mesmo tempo que identificava Deus com o Bem, a Justiça e a Verdade[43].

---

35 *O Operário*. Porto, 23 de Maio de 1880, p. 4.

36 *O Operário*. Porto, 20 de Julho de 1879, p. 2. Esta notícia relata um caso de um padres espanhol que esfaqueou, dentro da Igreja, alguns homens que se tinham sentado no lugar das mulheres.

37 *O Operário*. Porto, 27 de Junho de 1880, p. 3.

38 *O Operário*. Porto, 20 de Julho de 1879, p. 3.

39 *O Operário*. Porto, 13 de Junho de 1880 p. 3, e 11 de Julho de 1880, p. 3.

40 A propósito das bulas comentava o jornal: «Está posta à venda, pois, desde domingo, a bulla para a proxima quaresma. Recomendamos fervorosamente aos leitores a compra do sagrado papel, por meio do qual a santa igreja nos permitte comer carne no tempo santo. Custa o modico preço de quarenta reis, mas só tem valimento rezando-se umas orações; sem ellas nada feito». Cf. *O Operário*. Porto, 21 de Dezembro de 1879. p. 3.

41 *O Operário*. Porto, 28 de Agosto de 1881, p. 2.

42 CARVALHO, Bessa — Uma folha da historia dos papas. *O Operário*. Porto, 28 de Dezembro de 1879, p. 1 e 2.

43 IDEM, *Ibidem*.

Mas o que distinguia o anticlericalismo socialista era o enquadramento da questão religiosa na questão social, ou seja, a crítica ao clero integrava-se no contexto da luta de classes, visto que os membros da Igreja pertenciam às classes exploradoras. Além de serem acusados de classe parasita que nada produzia de útil à sociedade, o clero fazia igualmente parte, juntamente com a nobreza e a burguesia, das instituições reaccionárias que dominavam o país e exploravam a classe trabalhadora. Por isso, como refere Fernando Catroga, a imprensa operária debruçava-se «amiúde sobre o problema, procurando denunciar os limites daquela posição [dos republicanos], contrapondo-lhe a necessidade de se articular o problema do clericalismo com a *questão social*»[44]. A Igreja católica aparecia aos olhos dos socialistas portugueses como um suporte do sistema capitalista[45].

Assim, o *Operário* referia-se frequentemente à entrada de membros do clero para o parlamento como mais um sinal da conivência entre as classes dominantes. Eis um exemplo: «Fala-se que vai ser nomeada uma *fornada* de conegos. Nada mais natural, depois da *fornada* de pares. Reprodução do consulado do marquez (hoje duque) d'Avilla e Bolama»[46].

Acusava-se, ainda, o governo de pactuar com o clero ao permitir, de forma encapotada, a entrada das ordens religiosas em Portugal, o que, aliás, era visto como uma típica atitude de burgueses. Afirmava o alfaiate socialista Costa Brejdey (provavelmente um pseudónimo): «O governo progressista, querendo deixar assignalada a sua passagem pelo poder com um facto *glorioso*, recebe, de braços cruzados e com a mais lisongeira hospitalidade, essa horda de jesuitas, condemnados pela historia. [...] Os governos burguezes hão de sempre mostrar o que são. [...] A burguesia e o clero são hoje, mais que nunca, dois inimigos com que o proletariado deve estar sempre de prevenção. [...] O burguês promove uma guerra surda contra o proletariado, isto é, explora-o cruelmente, mas illude-o logo com promessas mentirosas; o jesuita, trama tambem na sombra contra o socego do lar domestico, seduz-lhes as filhas e depois aconselha-as a que se filiem na congregação das *Filhas de Maria*». Por isso, em jeito de conclusão, este socialista apelava para que o proletariado se constituisse em «guarda avançada contra o jesuita e contra o burguez, porque ambos são perigosos, porque ambos miram o mesmo fim — á exploração e ao fanatismo»[47].

Com base nesta lógica de classe, os socialistas do Porto convocavam, em Dezembro de 1880, um comício contra os jesuítas e outras congregações religiosas e

---

[44] CATROGA, Fernando — O laicismo e a questão religiosa. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1988. nº 100, p. 217.

[45] Para uma perspectiva europeia da relação entre o anticlericalismo e o pensamento mais à esquerda cf. ARBEOLA, V. M. — *Socialismo y Anticlericalismo*. Madrid: Taurus, 1973.

[46] *O Operário*. Porto, 8 de Fevereiro de 1880, p. 3.

[47] BREJDEY, Costa — Jesuitas e burguezes. *O Operário*. Porto, 26 de Dezembro de 1880, p. 2.

também contra «as *congregações* monarchicas e contra os republicanos», e para o efeito convidavam para uma ampla discussão, «os catholicos, os regeneradores, os progressistas, os republicanos de S. Bento, e os positivistas, emfim toda a burguezia»[48].

Neste combate, um dos meios mais utilizados pelos socialistas foi o recurso às obras de propaganda anticlerical. De entre a vasta literatura anticlerical destaque-se aquela que foi produzida pelos próprios colaboradores do *Operário*. O jovem socialista portuense, Guedes de Oliveira publicava, em finais de 1880, um folheto intitulado *Em face da historia* (cujo editor era o operário socialista e redactor do *Operário*, Manuel José Martins), onde era «verberada, com a energia que dá firmeza de convicções, essa cohorte infame e sanguinaria denominada — o clero»[49]. Outro operário, M. Pinto Canedo escrevia o opúsculo*A mentira da Egreja de Roma,* onde demonstrava como «a mentira religiosa, de mãos dadas com a mentira política, teem conservado na sociedade actual esta especie de marasmo»[50]. Em 1881, o socialista lisboeta Manuel Luís de Figueiredo publicava a peça dramática *Os Jesuitas*, amplamente publicitada no *Operário*[51]. Foram igualmente publicitadas as principais obras anticlericais deste período como *Jesuítas* de Teixeira Bastos. E, em finais de 1880, a Livraria Civilização, no Porto, decidia criar uma Biblioteca anti-jesuítica, com o objectivo de editar obras que contestassem o domínio desta ordem, começando com *As cartas provinciais* de Blaise Pascal, gesto difundido ao longo de vários meses no *Operário*[52].

Desconhecemos o impacto concreto que esta luta anticlerical dos socialistas teve no meio operário portuense. Para Gaspar Martins Pereira era evidente a descristianização no seio das famílias operárias do Porto, na década de oitenta, traduzida, na prática, pela queda do ritual da desobriga, o que pode não querer dizer, como salienta aquele autor, um afastamento dos princípios católicos, mas sim das práticas. Se o afastamento — menos acentuado[53] — das práticas religiosas era também evidente no meio burguês, as causas desta indiferença religiosa nos dois grupos sociais eram diferentes, ou seja, «a atitude laicista, tendencialmente agnóstica, dos meios cultos da época, o anticlericalismo de raiz republicana ou liberal, terão pouco a ver com a atitude de revolta das camadas populares face à degradação das condições de

---

48 *O Operário*. Porto, 19 de Dezembro de 1880, p. 3.

49 *O Operário*. Porto, 19 de Dezembro de 1880, p. 3.

50 *O Operário*. Porto, 16 de Novembro de 1879, p. 4.

51 *O Operário*. Porto, 16 de Janeiro de 1881, p. 4.

52 *O Operário*. Porto, 19 de Dezembro de 1880, p. 3.

53 Segundo Gaspar Martins Pereira, na Rua da Saudade, habitada em grande maioria por operários, só 44% das famílias tinham desobrigado, em 1881, enquanto que nas famílias da Rua do Almada, predominantemente burguesas, essa percentagem atingia os 60%. Dez anos mais tarde, as proporções eram, respectivamente, de 16% e 24%. Cf. PEREIRA, Gaspar — *Famílias portuenses na viragem do século (1880-1910)*. Porto: Afrontamento, 1995, p. 197.

sobrevivência da unidade doméstica»[54]. Carlos da Fonseca, por seu lado, considera que o anticlericalismo assumiu grandes proporções entre os operários e a restante classe trabalhadora, porque ao «colocar-se na vanguarda da luta contra as reivindicações operárias e dos democratas franceses de 1848, a igreja católica perdeu por largos anos a grande oportunidade histórica de se redimir aos olhos dos trabalhadores e se inserir no seu movimento»[55]. Em Portugal, a Igreja assumiu as mesma posição ao colocar-se na primeira fila da batalha contra o socialismo e as ideias democratas.

Outros factores poderão ter estimulado a descristianização no mundo operário pois a industrialização ao provocar o êxodo rural, destruíu os laços, muitas vezes religiosos, que ligavam as comunidades tradicionais. Além disso, o mundo urbano, a experiência anónima da fábrica, a alfabetização de algumas elites operárias, e uma maior e mais livre circulação das novas ideias políticas através da imprensa, dos comícios e das conferências, terão contribuído para aumentar o espiríto crítico e a revolta existente devido às péssimas condições de vida dos trabalhadores.

4.2. A luta pela laicização do Estado

A polémica religiosa de finais do século XIX — protagonizada principalmente por socialistas e republicanos — visava objectivos mais radicais que o anticlericalismo liberal. Lutava-se pela total laicização do Estado, o que implicava subtrair os mais importantes sectores da sociedade e os momentos fundamentais do quotidiano dos cidadãos ao controlo da Igreja católica. Havia, consequentemente, que criar uma consciência colectiva laica que se traduzisse em atitudes e comportamentos, ou seja, era necessário — usando as palavras de Júlio de Matos — «extirpar o jesuíta secular» que existia em cada português.[56] Por isso, como salientou Fernando Catroga, o laicismo era «um projecto de revolução cultural alternativo à mundividência católica», apostando-se para tal, «na dessacralização dos fundamentos últimos do conhecimento em nome do empolamento científico»[57]. Em nome dessa ciência e do progresso do espiríto humano, os socialistas acusavam a Igreja —através do padre e do frade — de difundir uma visão reaccionária do mundo e de servir os interesses dos grupos mais conservadores e ultramontanos da sociedade, o que provocava o atraso de Portugal em relação às restantes nações desenvolvidas.

---

[54] PEREIRA, Gaspar Martins — *Ibidem.*

[55] FONSECA, Carlos da — *Op. Cit.*, p. 51-59.

[56] MATOS, Júlio de — O jesuitismo nos seculares. a propósito do novo livro do Sr. Teixeira Bastos. In *Era Nova*, 1880-81. p. 92; citado por CATROGA, Fernando — *Op. Cit.*, p. 255.

[57] CATROGA, Fernando — *Op. Cit.*, p. 254.

Socialistas, republicanos e outros anticlericais encetavam uma luta que visava desmistificar o estatuto sacral e simbólico dos padres e da Igreja no quotidiano dos cidadãos. Fernando Catroga sintetiza o programa laicizador destes grupos políticos: «Laicizar o conhecimento, a natureza, a sociedade e a vida, tornar a escola gratuita e laica, dessacralizar o padre, civilizar os ritos de passagem, constituíam, assim, momentos de um processo descristianizador totalizante, cujo ponto nodal se irá centrar porém, nas relações jurídico-políticas entre a Igreja e o Estado, isto é, na dimensão institucional do projecto laicizador»[58]. Vejamos, de seguida, como se posicionaram os socialistas portuenses em relação a esse projecto laicizador.

Em primeiro lugar, deveria ser assegurada a total separação entre o Estado e a Igreja, o que o poder liberal não tinha conseguido ao instituir, no já citado artigo 6° da Carta Constitucional, o catolicismo como religião oficial do Estado, colidindo, deste modo, com um dos direitos fundamentais do cidadão, o da liberdade de pensamento e culto religioso. Para os socialistas, o Estado deveria ser indiferente perante a religião, de modo a poder representar todos os cidadãos — crentes e não crentes — e deveria, igualmente, permitir que todas as religiões pudessem funcionar com total liberdade. A religião deveria ser remetida para a esfera do privado. Não admira, pois, que uma das principais exigências dos sectores mais democráticos e laicistas da política portuguesa fosse a revogação do referido artigo 6° da Carta Constitucional.

Em vários artigos do *Operário* pedia-se a separação total entre o Estado e a Igreja como condição fundamental para a emancipação dos trabalhadores[59]. Nos seus programas, o partido socialista defendia a existência de um Estado laico, que resultaria da reorganização democrática da sociedade. Embora o primeiro programa socialista, de 1876[60], ignore a questão religiosa, os programas posteriores seriam categóricos quanto à posição dos socialistas perante a Igreja. Assim, no programa transitório do Partido dos Operários Socialistas em Portugal, aprovado no IV Congresso, realizado no Porto, em 1880, exigia-se a «separação da egreja e do estado»[61]. O programa de 1882, da autoria do portuense José Ribeiro, ia muito mais longe nas exigências defendidas em matéria religiosa: instrução primária secular, obrigatória e gratuita; supressão dos juramentos religiosos nas funções políticasa e judiciais; abolição do orçamento dos cultos ou separação da Igreja pela não intervenção do Estado; registo civil obrigatório para os nascimentos, matrimónios e óbitos; secularização dos cemitérios[62]. Este programa

---

[58] CATROGA, Fernando — *op. Cit.*, p. 226.

[59] Ver, como exemplo, *O Operário.* Porto, 6 de Fevereiro de 1881. p. 2 e 24 de Abril, de 1881, p. 2 e 3.

[60] No primeiro programa os socialistas apenas exigiam a abolição do juramento religioso nos domínios político, civil, judicial e militar. Ver *O Operário.* Porto, 27 de Julho de 1879, p. 1.

[61] *O Operário.* Porto, 14 de Agosto de 1881, p. 2.

[62] *O Protesto.* Lisboa, Janeiro de 1882. Citado por FONSECA, Carlos — *Op. Cit.*, p. 131.

sistematizava as exigências feitas pelos socialistas nos anos anteriores, das quais, como veremos, o *Operário* era porta-voz.

Assim, era necessário pugnar por um ensino público obrigatório, gratuito e laico que formasse verdadeiros cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres. A Igreja desempenhava um papel hegemónico na reprodução dos valores sociais porque dominava o ensino. Os liberais, desde 1834, procuraram desenvolver um projecto educativo nacional que fosse controlado pelo Estado (por exemplo, com as leis de Passos Manuel e Costa Cabral) mas nunca o conseguiram efectivamente e, apesar das leis que garantiam a obrigatoriedade do ensino primário, a taxa de analfabetismo era, em 1878, de 82,4%[63]. Ora, numa população maioritariamente analfabeta e rural, os padres, portadores de uma cultura letrada e erudita, exerciam uma influência determinante no quotidiano dos habitantes das aldeias e vilas.

Para os socialistas, o projecto secularizador da sociedade passava por retirar totalmente o controlo do ensino à Igreja, porque através do seu domínio os católicos difundiam ideias que os socialistas consideravam perniciosas para o desenvolvimento e progresso humanos. Por outro lado, os socialistas verificavam que nada tinha mudado, efectivamente, no sector da educação, com a monarquia constitucional.

Em Janeiro de 1880, por exemplo, a Câmara dos deputados elegia a comissão de instrução, onde predominavam os membros do clero. *O Operário* destacava, em pormenor, a composição desta comissão: «Um é o conego Alves Matheus; outro o vigario geral de Aveiro, Pires de Lima; outro o reverendo dr. António Candido; outro o prior da Encarnação, Garcia Diniz; outro o dr. Penha Fortuna, membro da associação catholica de Braga; outro um official do exercito, Goes Pinto. De maneira que a maioria d'uma commissão tão importante, como é a da instrução, compõe-se de individuos que vivem inteiramente da ignorancia popular — quatro padres, um reaccionario *progressista* e um parasita!!! A minoria d'esta commissão está representada pelo deputado do circulo central do Porto: Rodrigues de Freitas, ainda bem !»[64] Consequentemente, os socialistas portuenses defendiam «a prohibição do ensino de qualquer religião nas escholas primarias e secundarias» e «a instrucção primaria obrigatoria, gratuita e baseada exclusivamente nas sciencias naturaes e sociaes»[65].

A luta laicista dos socialistas passava, igualmente, pela secularização de alguns momentos fundamentais da vida de qualquer indivíduo e que eram vistos pela Igreja como sacramentos, e, portanto, tutelados por ela: nascimento, casamento e a morte.

A questão do registo civil de todos os indíviduos que nasciam era, como vimos, uma das exigências dos socialistas, embora essa questão não domine no *Operário*. Há

---

[63] NETO, Vítor — *Op. Cit*, p. 223

[64] *O Operário*. Porto, 25 de Janeiro de 1880, p. 3.

[65] *O Operário*. Porto, 5 de Dezembro de 1880, p. 3.

referências a exemplos vindos do estrangeiro que alegram os socialistas, como por exemplo, o facto de em 1878, na Alemanha, das 41 mil crianças nascidas, só 17 mil terem sido baptizadas, o que era visto como uma vitória do progresso sobre o obscurantismo religioso[66].

Já a problemática do casamento civil ocupa mais espaço nas páginas de *O Operário*. Esta questão tinha sido retomada pelos anticlericais, em finais da década de setenta, devido às orientações conservadoras do Concílio Vaticano I, que condenavam o casamento civil porque levava à degeneração da família. De facto, a luta pelo casamento civil transformou-se num dos maiores debates do século passado, quer pelo nível dos intelectuais envolvidos, quer pelas paixões que despertou. Recorde-se que a polémica foi despoletada durante a elaboração do novo Código Civil (promulgado em 1867), quando alguns membros da comissão redactora — Alexandre Herculano, Levy Maria Jordão, Vicente Ferrer Neto Paiva e José Júlio — consideraram que o novo código deveria reconhecer o casamento civil facultativo, o que não agradou aos católicos, para quem o casamento era, acima de tudo, um sacramento e a união civil não passava de concubinato que, além do mais, estava em contradição com a Carta Constitucional. A polémica entre as duas partes encheu páginas de jornais e estimulou a publicação de livros e opúsculos, sendo de destacar o papel de Alexandre Herculano na defesa do casamento civil, naquela que foi a última polémica da sua vida antes de se retirar para Vale de Lobos[67].

A luta pelo direito ao casamento civil prolongou-se até 1878, quando o código civil, finalmente, estabeleceu essa possibilidade, ou seja, passava a existir duas formas de casamento facultativas, a católica e a civil. Mas a sua defesa continuou a ser feita pelas forças mais progressistas — republicanos, socialistas e anarquistas — até aos

---

66 *O Operário*. Porto, 1 de Fevereiro de 1880, p. 2. Recorde-se, a propósito do registo civil, que na origem da primeira Associação do Registo Civil de Lisboa, criada em 1876, estiveram os então socialistas Eduardo Maia e João Bonança.

67 Sobre a posição pública de Alexandre Herculano e, ainda, sobre os inúmeros debates em que participou a propósito do casamento civil ver HERCULANO, Alexandre — *Opúsculos IV*. Lisboa : Presença, 1987 (Org., intr. e notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia). Segundo Herculano, a comissão revisora do código civil tinha querido conciliar duas coisas, o respeito pela liberdade de consciência, por um lado, e o respeito pelo catolicismo, por outro, e por isso, «o legislador afirmou imediatamente que esse importante acto da vida do homem civilizado é, absolutamente falando, um contrato civil. Tem depois de o definir e regular [...]. Se esse contrato, nos países católicos, é forçosamente outra coisa, não há para que vir ali: se é exclusivamente matéria de um sacramento à igreja pertence defini-lo e regê-lo, e se, neste caso tem efeitos civis, esses efeitos hão-de ser regulados em diversos lugares do código como o são outros efeitos análogos. [...] O casamento é o que diz o projecto: é o contrato que tem por fim constituir legitamente família. A constituição da família é a formação da molécula social, e a molécula social não pode ser exclusivamente fabricada pelos ministros de nenhuma religião. Se assim fosse, a sociedade civil seria apenas uma prolação dos grémios religiosos, quando, pelo contrário, ela precedeu a todas as actuais religiões positivas». Cf. com a primeira carta de Alexandre Herculano sobre o casamento civil dirigida ao *Jornal do Commercio* e que é citada na obra atrás referida (p. 35-43).

finais do século XIX[68]. Como refere Vítor Neto, o debate sobre o casamento civil «inscrevia-se no quadro da contestação, feita em nome da liberdade de pensamento e de consciência, ao monopólio exercido pela Igreja católica no controlo simbólico dos actos essenciais da vida dos indivíduos (casamento, nascimento e morte)»[69].

No *Operário,* cada casamento civil era noticiado porque significava mais uma vitória contra o clero: «Na administração do bairro occidental, de Lisboa, teem-se celebrado quinze casamentos civis. O poder de Roma vai lentamente decahindo!»[70]. Além disso, consideravam que o casamento era «um elemento civil da sociedade e que nada tem com a religião para os factos legaes que d'elle derivam»[71].

O Operário salientava, essencialmente, os casamentos civis protagonizados por operários, alguns dos quais redactores ou colaboradores deste jornal socialista. Assim, casaram pelo civil: Manuel José da Silva[72], um dos principais dirigentes socialistas e redactor do *Operário*, Agostinho José da Silva[73], dirigente socialista e correspondente do *Operário*, em Lisboa e Domingos Duarte Ferreira, colaborador do mesmo jornal. Além de Lisboa e Porto, surgiam notícias de casamentos civis de outras localidades como, por exemplo, Aveiro, onde, em 1880, teve lugar o primeiro casamento civil, de um operário pedreiro[74].

Contudo, segundo Ricardo Jorge, não havia no Porto, muitos adeptos daquela modalidade de matrimónio, apontando para o período entre 1893 e 1897 uma média anual de 7,8 casamentos, o que nos leva a pensar que para os anos de 1879 a 1882 esse número fosse ainda mais baixo. Ao mesmo tempo, aquele médico portuense salientava que o casamento civil era mais praticado nos meios operários. Afirmava Ricardo Jorge: «Dos dois bairros é o Oriental que fornece maior contingente, talvez por ser aquele onde é mais numerosa a população operária»[75].

A necessidade de secularizar a morte ocupa algumas páginas do *Operário*. No princípio da década de oitenta já não se discutia a construção dos cemitérios fora das igrejas, questão que só agitava, ainda, os meios mais pequenos e rurais[76]. Discutia-se, sim, o monopólio da Igreja em todo o processo de enterramento.

---

68 Cf. CATROGA, Fernando — Cientismo, política e anticlericalismo. In MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal.* Lisboa: Estampa, 1993, p. 592.

69 NETO, Vítor — *Op. Cit*, p. 236.

70 *O Operário.* Porto, 21 de Dezembro de 1879, p. 3.

71 *O Operário.* Porto, 2 de Maio de 1880, p. 3.

72 *O Operário.* Porto, 11 de Dezembro de 1881. p. 3.

73 *O Operário.* Porto, 24 de Julho de 1881, p. 3.

74 *O Operário.* Porto, 2 de Maio de 1880, p. 3.

75 JORGE, Ricardo — *Demographia e Hygiene na cidade do Porto.....* Porto: Repartição de saude e Hygiene da Camra do Porto, 1899, p. 252-253.

76 A partir dos anos 30 publicaram-se vários decretos, posturas e circulares sobre o enterramento dos mortos nos cemitérios. Um dos últimos decretos tem a data de 19 de Março de 1881, o que prova a

Por vezes, a Igreja tentava interditar a sepultura aos que considerava indignos ou tentava, por outro lado, impor o enterramento católico contra a vontade dos familares do falecido. *O Operário* relatava o enterro católico do redactor do jornal *Emancipação*, Carlos Campeão — que «tinha o maximo desprezo pela mascarada theocratica» — contra a vontade da família e dos amigos que tentaram realizar um enterro civil. Nessa ocasião teriam ocorrido incidentes provocados por uma força popular armada e apoiada pelo padre local. Mas, escreve-se, «concluido que foi o enterro catholico e retirado o padre, teve logar a imponente manifestação liberal; Angelina Vidal recitou uma poesia; em seguida foi lido o discurso enviado por Teixeira Bastos [...] e ainda fallou Augusto Goes, censurando o acto religioso applicado a um livre pensador»[77].

Incidentes semelhantes ocorreram no Porto, durante o enterro civil, no cemitério de Agramonte, da «irmã do cidadão Miguel Maria Felicidade», que constituíu uma «manifestação anti-catholioca muito concorrida»[78].

O Operário deu um enorme destaque à morte do positivista francês, Littré — «atheu» e «contrario ao Vaticano» segundo Bessa de Carvalho — , cujo funeral fora católico por imposição da mulher e da mãe, «duas fanáticas mulheres [que] depois que o austero inimigo do clero adoeceu gravemente, fecharam as suas portas aos amigos d'elle para só as abrirem a padres. [...] Foi d'esta fórma que o clero conseguio apoderar-se do cadáver de Littré, e é por isto que os jornaes catholicos bradam n'uns impetos de victoria phantasiada ...*Conversão! Conversão!*»[79]. Para Bessa de Carvalho este facto explicava-se pela «tolerancia exagerada» de Littré com a «sua esposa reaccionaria e beata a toda a prova»[80].

Em 1881, *O Operário* decidia publicar o regulamento do registo civil, «afim de que todos que nos leem tenham conhecimento d'elle e abandonem essa negragada [sic] cafila de clericaes que trazendo apoz de si um rastro de sangue, levam o desgosto e até a morte ao meio do lar domestico». Deste modo, procuravam informar os trabalhadores que o registo civil estava em vigor, para os portugueses não católicos, desde 1 de Janeiro de 1879 e que, segundo o *Operário*, era já «grande o numero de contratos

---

existência de algumas dificuldades provocadas por razões burocráticas, financeiras e, sobretudo, pela resitência de algumas populações rurais, quase todas oriundas do Norte de Portugal. Cf. CABRAL, João Pina; FEIJÓ, Rui G. — Um Conflito de Atitudes Perante a Morte: A Questão dos Cemitérios no Portugal Contemporâneo. In FEIJÓ, Rui; MARTINS, Hermínio; CABRAL, João Pina — *A Morte no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Editorial Querco, 1985, p. 175-208.

77 *O Operário*. Porto, 7 de Março de 1880, p. 3 e 4. Recorde-se que o primeiro funeral civil, realizado em Portugal, ocorreu em Julho de 1876 durante o enterro do médico Aires Maia. Cf. FONSECA, Carlos — *Op. Cit.*, p. 16.

78 *O Operário*. Porto, 5 de Dezembro de 1880, p. 4.

79 CARVALHO, Bessa — Littré e o Clero. *O Operário*. Porto, 26 de Junho de 1881, p. 1.

80 IDEM — Ainda Littré e os intrujões de sotaina. *O Operário*. Porto, 10 de Julho de 1881, p. 1.

matrimoniaes, registos de obitos e de nascimentos, celebrados civilmente, quer dizer, celebram-se sem o latim, a agua benta e as arlequinices dos jesuitas»[81].

Embora com menos destaque, o *Operário* abordava a questão do juramento religioso, nos actos judiciais e políticos. Em Julho de 1880, os socialistas do Porto rejubilavam com a abolição do juramento religioso na Câmara dos Comuns, em Inglaterra e questionavam se Portugal «não seguirá o exemplo dos seus *fieis alliados*»[82]. A luta pela abolição do juramento religioso seria outra das exigências anticlericais de finais do século XIX e que só seria definitivamente resolvida com a implantação da República, em 1910, apesar das complicações provocadas com a eleição de deputados republicanos e socialistas, que eram obrigados a jurar perante Deus, os Santos Evangelhos e o rei[83].

Este projecto secularizador procurava afastar a religião para a esfera do privado e, ao mesmo tempo, criar novos valores legitimadores da cidadania, através de uma nova moral cívica. Republicanos e socialistas procurarão no passado inspiração para legitimar o presente. Deste modo, algumas celebrações civis e laicas apropriavam-se da liturgia e ritualidade religiosas — procissões e romagens — para proclamar esse novos valores. É neste contexto que se inserem as comemorações dos centenários, como o Tricentenário de Camões, em 1880, ou o Centenário de Pombal, em 1882[84], aproveitados por republicanos e, de algum modo, pelos socialistas, como momentos de propaganda política e ideológica; e, também as romagens aos cemitérios onde estavam enterrados homens ilustres para os respectivos movimentos como, por exemplo, José Fontana.

---

81 *O Operário*. Porto, 10 de Junho de 1881, p. 3 e 4. Além deste número, o regulamento do registo civil será publicado nos números de 26 de Junho e de 3 de Julho de 1881. Segundo este regulamento o registo civil aplicava-se aos portugueses não católicos, era ministrado pelo administrador de bairro ou de concelho e abrangia os seguintes actos: nascimentos, casamentos, óbitos e reconhecimentos e legitimações dos filhos.

82 *O Operário*. Porto, 18 de Julho de 1880, p. 2.

83 A questão da abolição do juramento religioso era de grande importância para o movimento laicista porque, como nota Fernando Catroga, o juramento «como todo o contrato, deve ser entendido como um acto de linguagem enformado por regras e formulários precisos que estipulam as condições da sua legitimidade. Nesta perspectiva, implica uma relação e uma hierarquização intersubjectiva que remete, em última análise, para uma instância tutelar invocada como penhor da sinceridade do compromisso. Poder-se-á mesmo dizer que, nele e por ele, estão implicadas não só uma certa ideia e uma dada prática de legitimação do poder, como nele se joga o grau de responsabilidade com que se usa a liberdade subjectiva». CATROGA, Fernando — O laicismo e a questão religiosa. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1988. nº 100, p. 247. Recorde-se que todos os projectos protagonizados pelos deputados republicanos para abolir o juramento religioso foram rejeitados pela maioria monárquica.

84 Para o Operário tornava-se necessário participar nos festejos do centenário da morte de Pombal, porque apesar de alguns erros, este «inimigo do jesuitismo [...] teve na sua vida factos notaveis e, para a epocha em que viveu fez prodigios». *O Operário*. Porto, 19 de Fevereiro de 1881, p. 2 e 3.

Através deste movimento laicista a Igreja perdeu alguma hegemonia sobre as consciências e o controlo sobre a sociedade e a cultura, ou seja, como refere Vítor Neto, «à medida que a secularização avançou o número de indivíduos que tinha a necessidade de recorrer a interpretações religiosas do mundo e da sua própria existência diminuiu»[85]. Contudo, os resultados ficariam bem longe do que tinha sido imaginado pelos agentes da luta laicista. Muitos destes intelectuais e políticos pensaram que era apenas uma questão de tempo para que a religião fosse eliminada da sociedade portuguesa, mas esqueceram-se que a influência da religião católica estava profundamente enraizada na cultura popular, mesclada, também, com tradições mais antigas e que, por isso, como refere Catroga, o laicismo, «apesar da crescente irradiação do seu militantismo, constituía uma opção de uma minoria que actuava como uma verdadeira vanguarda iluminista e cujo raio de acção atingia, quase exclusivamente, as grandes cidades e os estratos populares mais alfabetizados»[86]. Os socialistas portuenses do *Operário* pertenciam a essa minoria.

4.3. *O Operário* e a imprensa católica. O emergir do catolicismo social

Perante esta ofensiva anticlerical e laicista, a Igreja católica reagia criando novas ordens religiosas, novas instituições interventoras na sociedade e, principalmente, recorrendo à imprensa como meio de propaganda religiosa — e, por vezes, política — e de ataque às novas forças políticas e ideológicas mais progressistas, como os republicanos e socialistas. De facto, a partir da década de setenta a imprensa católica multiplicou-se[87] e tornou-se, por isso, alvo preferencial das críticas dos socialistas.

Dois jornais católicos são particularmente atacados no *Operário*: *A Palavra* e *A Cruz do Operário*. O primeiro tinha sido fundado, em 1872, no Porto, por Francisco Teixeira de Aguillar, Conde de Samodães[88]. Os socialistas portuenses referiam-se à *Palavra* como o «periodico reaccionario do Porto»[89] ou como «o jornal catholico-miguelista-jesuitico da cidade invicta»[90]. Apesar de *A Palavra* ter anunciado, no seu

---

85 NETO, Vítor — *Op. Cit.*, p. 220.

86 CATROGA, Fernando — *Op. Cit.*, p. 273.

87 Segundo um estudo elaborado pelo militante católico Manuel Frutuoso da Fonseca, a pedido da diocese do Porto, publicaram-se 66 jornais católicos, entre 1840 e 1895. Cf. NETO, Vítor — *Op. Cit.*, p. 230.

88 Cf. POLICARPO, João Francisco de Almeida — *O Pensamento Social do Grupo Católico de «A Palavra»*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1977, Vol. 1.

89 *O Operário*. Porto, 25 de Julho de 1880, p. 3.

90 *O Operário*. Porto, 15 de Janeiro de 1882, p. 2 e 3. Esta classificação dada pelos socialistas não se enquadrava com a realidade porque a maioria dos católicos deste jornal aceitava a ordem liberal vigente e tentava concilrar o liberalismo com o catolicismo como se pode ver emdeclarações como a

primeiro número, de que se manteriam «alheios completamente às questões partidárias», numca perdeu uma oportunidade de combater os «inimigos do catholicismo», porque Portugal estava «sendo victima d'uma peste perniciossima de periodicos impios que minam e aluem a sociedade pelos fundamentos», entre os quais incluía *O Operário*[91] .

Por seu lado, *A Cruz do Operário*, fundado em 1880, em Lisboa, declarava que o seu objectivo era lutar contra o socialismo e a «dissolução social» e defender a «consolidação do nobre edificio catholico»[92]. Os socialistas respondiam com ironia e com uma linguagem que, por vezes, chegava a ser insultuosa. Apelidavam este jornal de «santinha» ou «santa cruz» e consideravam que ele tinha sido criado «para nos divertir...e isso consegue-o; nunca vimos papel mais pandego»[93]. Perante o envio de alguns exemplares da *Cruz do Operário* para a redacção do *Operário*, garantiam que não o iam queimar «porque precisamos de ser economicos e o papel da *Cruz* serve muito bem para certos misteres e não se póde estragar queimando-os»[94].

Mas estas críticas, mais ou menos violentas, não conseguiam dissimular a preocupação dos socialistas perante a ofensiva dos católicos no mundo operário. De facto, *A Cruz do Operário* tinha como público alvo, a classe operária, o que representava uma viragem no discurso da Igreja católica, que durante muito tempo, ignorara o operariado e a questão social. A intromissão da Igreja católica em terreno que os socialistas consideravam seu, provocava comentários verrinosos por parte do *Operário*: «Os individuos que estão á frente da redacção da *Cruz do Operario* tentam levar na rede alguns incautos, o que lhes não será difícil; podem porém estar certos que não são capazes de converter á religião absurda e chimerica que professam, nem um dos verdadeiros socialistas! [...] O operario d'hoje vae chegando ao convencimento que pode muito bem passar sem Deus, sem padres e sem egrejas»[95].

O melhor exemplo do novo posicionamento de parte da Igreja católica era dado pela *Palavra* que, como notou Almeida Policarpo, até 1880 tinha ignorado, nos seus artigos, as questões do mundo laboral e dos operários. Até àquela data a questão social não existia enquanto tal. A miséria era encarada como uma fatalidade — os pobres sempre existirão — e a desigualdade social como algo natural e emanado da vontade

---

seguinte: «Pode-se ser liberal e católico, sem contradição nem confusão de ideias: deve ser liberal o que for sinceramnete católico, porque os princípios de liberdade, de igualdade e de fraternidade não foi a escola revolucionaria que os criou, mas o cristianismo». Citado por NETO, Vítor — *Op. Cit.*, p. 408 e 409.

91 *O Operário*. Porto, 25 de Julho de 1880, p. 3.

92 *A Cruz do Operário*. Lisboa, 31 de Maio de 1880. p. 1 e 2.

93 CARVALHO, Bessa —A Cruz do Operario. *O Operário*. Porto, 15 de Agosto de 1880, p. 1.

94 *O Operário*. Porto, 1 de Agosto de 1880, p. 2.

95 CARVALHO, Bessa — A Cruz do Operario. *O Operário*. Porto, 1 de Agosto de 1880, p. 1.

divina tendo em vista a manutenção da ordem, conceito muito apreciado pelos católicos[96]. Assim, em 1879, o padre João Vieira das Neves Castro Cruz afirmava que face «à diversidade de estados, de officios, de empregos, de occupações, de condições e d'outros mil respeitos com que o Auctor do género humano collocou o homem para ligar a sociedade», a sociedade tinha de ter, igualmente, «pequenos e grandes, moços e velhos, fortes e fracos, são e enfermos»[97]. A questão operária, a existir, abalaria profundamente esta concepção "topográfica" da sociedade, em que cada um deveria contentar-se com o seu lugar e provocaria um sério e perigoso desequilibrio. Não admira, pois, que para este jornal católico, o operário ideal fosse «um homem amante da ordem estabelecida, um bom pai de família, cumpridor pontual dos deveres religiosos e com qualidades de economia e poupança, não malbaratando o dinheiro gasto nas casas de perdição e nas tabernas»[98]. Traçava-se, assim, o conceito de «bom operário». A salvação passava pela religião. Os socialistas portuenses criticavam esta posição porque pretendia «salvar os operarios da miseria que soffrem, por meio de missas e orações»[99].

A partir de 1880 os problemas dos trabalhadores passaram a ocupar mais espaço na *Palavra* e as questões sociais eram objecto de uma análise mais profunda. Como nota Almeida Policarpo, a questão social ainda não tinha uma verdadeira autonomia, ou seja, continuava a ser entendida como uma questão moral e religiosa, mas surgiam fortes críticas ao liberalismo económico e ao capitalismo industrial que tinha originado novas e terríveis condições de vida para os operários. Começava a nascer, entre os responsáveis católicos, uma percepção das injustiças sociais e a consciencialização do antagonismo — constantemente denunciado pelos socialistas — entre ricos e pobres. Os socialistas comentavam, em tom irónico, que os padres tinham descoberto o antagonismo entre exploradores e explorados e, que tinham, igualmente, encontrado a solução para o problema. Citavam, como exemplo, o padre jesuíta Sebastião Leite de Vasconcelos, que «descobriu que o unico meio de resolver a questão social era.. era... acabar com o pauperismo!!». A solução proposta passava pela criação de oficinas católicas, o que levava o *Operário* a proclamar que «é um typo impagavel este Sebastião»[100].

---

96 Como salienta Almeida Policarpo, «a propósito de tudo, se aponta a noção de "ordem" — e quando a ela se não faz referência expressa, ela está, de um modo ou de outro, subentendida ou implícita». POLICARPO, João Francisco de Almeida — *Op. Cit.*, p. 117.

97 CRUZ, Pde João Vieira Neves Castro da — Direitos e Deveres do Homem. *A Palavra* Porto, 16 de Abril de 1879, p. 1.

98 POLICARPO, João Francisco de Almeida — *op. Cit.*, p. 172.

99 *O Operário*. Porto, 15 de Agosto de 1880, p.2.

100 *O Operário*. Porto, 23 de Outubro de 1881, p. 3.

Para os católicos, a solução para a questão social passava pela caridade do rico e pela resignação do pobre[101] e, ainda, pelo regresso aos princípios cristãos, os únicos que poderiam salvar a sociedade do estado de podridão em que se encontrava. Este apelo à caridade explica a importância de associações como a de S. Vicente de Paula, que procurava aliar os benefícios materiais para os mais pobres com a palavra de Deus. Entre 1879 e 1880, a *Palavra* publicava um conjunto de artigos sobre as Conferências de S. Vicente de Paula em que se promovia e elogiava a caridade cristã que visava simultaneamente o espiríto e o corpo dos pobres[102].

Os socialistas desprezavam profundamente a caridade. Bessa de Carvalho declarava que «nunca as classes pobres deixarão de o ser pelo facto de receberem esmollas dos ricos» e, além disso, o «catholicismo não pratica a caridade, antes pello contrario, explora em grande escalla com a miseria e a ignorancia dos pobres». Bessa de Carvalho particularizava a questão ao dizer que «se o Papa que é representante do catholicismo, quizesse praticar a caridade, não receberia essas quantias fabulosas que sob o titulo de *dinheiro de S. Pedro*, enchem as arcas do Vaticano»[103]. Todas estas críticas desaguavam num ponto crucial para os socialistas, a mudança radical de sistema, porque «n'uma organisação social perfeita onde exista a egualdade de deveres e de direitos é completamente desnecessaria a caridade, porque todos possuirão o suficiente para prover às suas necessidades» e, acrescentava-se, a miséria era «um effeito e não um facto. [...] Effeito da má distribuição da riqueza, da má organização social»[104].

A outra solução, para os católicos, passava pela associação dos trabalhadores[105]. Provavelmente, pressionados pelo êxito das associações socialistas, os católicos reconheciam o direito dos operários se associarem para melhorarem a sua vida material. Mas, ao contrário dos socialistas, a Igreja não pretendia que estas associações tivessem um carácter de associações de resistência e de classe, mas sim, que estabelecessem a concórdia e a harmonia entre as classes sociais. É neste sentido que serão criados, mais tarde, os círculos católicos de operários, onde, segundo Almeida Policarpo, «dominava o paternalismo das "classes superiores" face às "classes inferiores"»[106].

---

101 Cf. ALMEIDA, D. António de — Os pobres. *A Palavra*. Porto, 18 de Agosto de 1881, p. 2.

102 POLICARPO, João Francisco de Almeida — *Op. Cit.* , p. 173. Segundo *O Operário* a associção de S. Vicente de Paula tinha outros objectivos encapotados. Davam como exemplo o discurso que inaugurou a entrada da ordem em Guimarães, onde o seu fundador, Sena de Freitas afirmava ser necessário combater os males que eram o socialismo, o comunismo e o nihilismo. Ver *O Operário*. Porto, 9 de Maio de 1880, p. 2.

103 CARVALHO, Bessa — A caridade. *O Operário*. Porto, 31 de Julho de 1881, p. 2.

104 IDEM, *Ibidem*.

105 A caridade e a associção estavam previstas pela Igreja na encíclica *Quod Apostolici muneris*, de 28 de Dezembro de 1878.

106 POLICARPO, João Francisco de Almeida — *Op. Cit.*, p.219.

Por outro lado, nestes jornais católicos, surgiam profundos artigos doutrinários — muitas vezes em editorial — sobre o socialismo[107]. Em 1881, o Conde Samodães escrevia na *Palavra* um artigo intitulado *Socialismo e Catholicismo* que, segundo o próprio autor, «se pode considerar como o primeiro artigo doutrinal em que a questão operária é examinada numa perspectiva de conjunto»[108]. Nesse mesmo ano, a *Cruz do Operário* publicava um conjunto de artigos teóricos com o mesmo título, *Socialismo e catholicismo* — duramente atacados nas páginas do *Operário*. Era, pois, notória, a preocupação de criar doutrina que fizesse frente à ofensiva socialista entre os operários portugueses que originara uma «mania irreligiosa» e um desprezo pela religião que, segundo os católicos, ameaçava a sociedade europeia[109]. O socialismo já não era, para a hierarquia católica, apenas um filho do liberalismo, mas uma entidade autónoma, anticristã e subversiva e que se expandia pela Europa[110].

Assim, durante os anos oitenta, a questão social começava a ser aproveitada pela Igreja, «despertando mecanismos de controlo social» que, segundo Gaspar Martins Pereira, fariam surgir «associações de beneficiência e caridade e outros grupos de cariz filantrópico, cuja direcção é assumida pela Igreja católica com evidente carácter militante»[111]. Um dos exemplos mais notórios foi a criação, em 1879, da Associação de Beneficiência e Caridade da freguesia de Cedofeita, dirigida pelo abade e prior da colegiada, D. António Maria Correia de Bastos Pina e que conseguiu reunir à sua volta algumas personalidades importantes da freguesia e também membros das classes médias e populares[112]. Confrontados com esta associação comentavam os socialistas portuenses: «Pensem os nossos companheiros que benefícios póde fazer á classe operaria uma associção fundada por um prior e presidida honorariamente por um bispo!»[113]. Em 1879, também no Porto, organizava-se o primeiro núcleo de juventude católica. No fundo, todas estas iniciativas ilustram, como dissemos antes, a resposta da Igreja católica, à influência crescente dos republicanos, socialistas e anarquistas juntos das classes trabalhadoras. Mas significam, igualmente, o aparecimento de uma Igreja militante que descobria o novo mundo do trabalho. Durante os anos oitenta

---

107 IDEM, *Ibidem* . p, 192 e 193.

108 IDEM, *Ibidem.*

109 IDEM, *Ibidem* Mas desde o início, que havia consciência do impacto das doutrinas socialistas porque segundo *A Palavra* «o movimento internacionalista entre nós vae tomando proporções importantes [...] a propaganda é activa, persistente, e, diga-se toda a verdade, encontra ecco nas classes operarias». *A Palavra*. Porto, 12 de Fevereiro de 1873.

110 Cf. POLICARPO, João Francisco de Almeida — *Op. Cit.*, p. 200.

111 PEREIRA, Gaspar Martins — *Op. Cit.*, p. 188.

112 Segundo Gaspar Martins Pereira esta associação dividiu a paróquia em sete circunscrições e através de uma organização eficaz e descentralizada ela procurou e conseguiu implantar se nas zonas mais pobres atenuando alguns casos de miséria mais gritante através da distrubuição de esmolas, roupas, medicamentos, etc. Cf. PEREIRA, Gaspar Martins — *Op. Cit.*, p. 188.

113 *O Operário*. Porto, 18 de Abril de 1880, p. 3.

apareceriam, de forma tímida, os primeiros artigos a reivindicar medidas por parte dos poderes públicos de forma a criar maior justiça social. Pedir-se-ia, designadamente, a intervenção do Estado em matéria de legislação laboral.

Mas seria preciso esperar pelos anos noventa para se assistir à verdadeira mudança no discurso da Igreja, resultado da proclamação da encíclica *Rerum Novarum*, em 15 de Maio de 1891. Assumia-se o conflito social, falava-se do «jugo quase servil» dos operários, do «imenso abismo» entre ricos e pobres. Apelava-se para o associativismo operário e para a intervenção do Estado na reparação das injustiças através de legislação e de políticas sociais. Esta encíclia do Papa Leão XIII reconciliava a Igreja com os tempos modernos[114].

4.4. Cristo, socialista e revolucionário

Nas páginas de *O Operário* assiste-se à exaltação de um Cristo humanizado, pobre e revolucionário, defensor dos oprimidos e lutador contra todas as injustiças sociais. Embora negassem a natureza divina de Jesus Cristo, a grande maioria dos socialistas e anarquistas sentia uma simpatia pelo exemplo de pobreza dado por Jesus e os primeiros apóstolos e, também, pelo amor pela humanidade pregado nos evangelhos. Alexandre da Conceição, num poema publicado no *Operário*, em Abril de 1880, falava explicitamente de um «Christo socialista» que lutou «contra o imperio dos vis, contra o poder do mal, /Pois se offereceste a face ao insulto brutal,/ Tambem azorragaste os phariseus do templo»[115]. O poeta exaltava um Cristo defensor dos proletários, escravos do capital, porque ele era o «redemptor dos bons, dos opprimidos». A figura de Cristo continha em si «o drama da paixão de toda a humanidade,/o drama da justiça, o drama da egualdade, /A lucta secular, sem treguas, colossal,/ Dos bons contra a oppressão, dos justos contra o mal,/ Dos povos contra os reis»[116].

---

114 Para Carlos da Fonseca, a *Rerum Novarum* não teve grande influência em Portugal, ao contrário do que aconteceu noutros países europeus, porque entre outros motivos, os católicos portugueses recusaram « a possibilidade de formação de associações genuinamente operárias, e isto não obstante as directivas feitas neste sentido por Leão XIII». FONSECA, Carlos — *Op. Cit.* p. 105. Para Almeida Policarpo será à sombra da encíclica que vai *A Palavra* batalhar, com galhardia, pela causa trabalhadora». Será publicado um suplemento totalmente dedicado aos operários, *O Grito do Povo,* onde pontificaram antigos militantes socialistas como Manuel Durate de Almeida e Manuel José Martins, antigo redactor de *O Operário*. A grande surpresa, e exibido como um trunfo pelos católicos, foi a adesão de Gonçalves Viana, antigo fundador do Grupo Comunista Anarquista do Porto, que teve um acolhimento caloroso e que escreveu vários artigos na *Palavra* e no *Grito do Povo*. Cf. POLICARPO, João Francisco de Almeida — *Op. Cit.* p. 230.

115 CONCEIÇÃO, Alexandre — Christo. *O Operário*. Porto, 11 de Abril de 1880, p. 1.

116 IDEM, *Ibidem*.

Como salienta Fernando Catroga, «no terreno do movimento operário são [...] frequentes as invocações do exemplo secularizado de Cristo em qualquer das correntes ideológico-políticas que o influenciavam»[117]. Em nome de Cristo — por paradoxal que possa parecer — defendia-se a laicização e a secularização da sociedade. Igualmente, em nome do cristianismo primitivo e dos princípios evangélicos, atacava-se uma Igreja que tinha passado para o lado dos poderosos e dos exploradores. Daí a interrogação: «Oh Christo! que dirias tu se podesses ressuscitar e ver o que fazem aquelles que dizem ser os apostolos da tua doutrina! Tu, que foste pobre e que aconselhaste a pobreza, tens por discipulos uns ambiciosos que aspiram ás grandezas da terra»[118]. O anarquista espanhol F. Ruiz, elogiava esse cristianismo primitivo que tinha realizado «a revolução social, a maior que registra a historia» e o Cristo «idealista que vinha regenerar a uma grande parte da humanidade, fazendo-a avançar um passo na estrada do progresso». Para Ruiz, um dos principais fundamentos da doutrina de Jesus «foi o assentar que *todos os homens eram eguaes ante Deus sem distincção de cathegorias ou classes*»[119].

Mas esta imagem de um Cristo, defensor da igualdade e fraternidade entre os homens, não era uma criação original destes socialistas: tinha já sido defendida anteriormente, sobretudo pelos liberais e socialistas de 1848. O bretão Lamennais[120], grande defensor do retorno à pureza e simplicidade do cristianismo evangélico primitvo, influenciou profundamente o pensamento de homens como Feliciano Castilho, João Maria Nogueira, António Alves Martins, Rodrigues Sampaio, Alexandre Herculano e do socialista e republicano Henriques Nogueira.

Os socialistas não estavam interessados no carácter divino de Cristo, que aliás era negado pelo espiríto cientista e positivista da época. «A egreja catholica arranjou a lenda da *paixão*, *morte* e *ressurreição* d'aquelle a quem chamou o *homem-deus*, e pretende armar ao effeito contando-nos essa lenda, que vae soffrendo já os estragos que o tempo costuma fazer»[121]. Para os que sofriam a miséria e as crescentes desigualdades sociais, interessava fazer de Cristo um heroi socialista, precursor de todas as revoluções em nome da igualdade. Por isso proclamava-se: «Tu, oh Christo, que foste o mais puro philosopho e o mais ardente revolucionario do teu tempo, que pregaste a fraternidade entre os homens que derramaste o teu sangue em prol da humanidade, tu que és o maior vulto apontado pela historia — que farias tu, oh Christo, se hoje ressuscitasses e visses

---

117 CATROGA, Fernando — *Op. Cit.*, p. 264.

118 *O Operário*. Porto, 27 de Junho de 1880, p. 1.

119 *O Operário*. Porto, 31 de Outubro de 1881, p. 3.

120 Além de Lamennais, vários socialistas da geração de 1848 tentaram fazer a conciliação entre cristianismo e socialismo, como, por exemplo, Cabet, Buchez, Louis Blanc, Leroux, Victor Hugo, entre outros. Ver FONSECA, Carlos — *Op. Cit.*, p. 60-61.

121 *O Operário*. Porto, 17 de Abril de 1881, p. 3.

quanto esses desalmados, inventores da tua divindade tem particado, alterado o teu codigo, fugirias d'elles para não seres crucificado em dous calvarios»[122].

4.5. Breve nota a propósito de uma ausência

Não existe no *Operário* qualquer referência à existência de adeptos do protestantismo, entre os socialistas do Porto. Ausência estranha, se tivermos em conta um estudo sobre as famílias portuenses, em finais do século XIX, realizado por Gaspar Martins Pereira, que demonstra que «já em 1881 nos aparecem no *Livro de Desobriga* referências expressas ao protestantismo ou à *religião evangélica*, professada pelo menos por três famílias da Rua da Saudade, todas dos extractos mais pobres»[123]. Em 1881, na Ilha do Mastro — um alfobre de socialistas e anarquistas —, na citada Rua da Saudade, surgia uma *Escola Protestante*. E durante toda a década de noventa, os protestantes aparecerão ligados a associações anarquistas-socialistas[124].

De facto, como informa Vítor Neto, «os evangélicos sentiram grandes dificuldades na sua luta pela liberdade religiosa num país em que o Estado confessional excluía as confissões dissidentes. Por isso, só conseguiram implantar-se em regiões onde o catolicismo dava mostras de uma maior fragilidade e onde a secularização das consciências era mais acentuada»[125]. Por isso, o protestantismo era muitas vezes usado como uma arma contra o catolicismo, nos textos de muitos anticlericais e livre-pensadores portugueses. Alguns deles viram na religião protestante um factor de desenvolvimento dos respectivos países, por oposição ao atraso provocado pela religião católica nos países do Sul da Europa[126]. Estas referências não aparecem no *Operário*, jornal de operários socialistas anticlericais. Aliás, uma das poucas alusões ao protestantismo não é nada elogiosa, porque relatava o comportamento violento de

---

122 *O Operário*. Porto, 27 de Junho de 1880, p. 1. Rodrigues de Freitas, ele próprio um crítico da Igreja de Roma, explicava esta adesão dos trabalhadores à figura de Cristo dizendo que, «pela noite de um sonho é permittido confundir a communa de 1870-71 com o primitivo christianismo; a luz da historia só póde illuminar acordados; e entre estes mesmos quantos a não vêem immediatamente! Sobretudo os que soffrem na miseria, ou se revoltam com dôr profunda contra rudes desigualdades e injustiças sociaes estão sobre maneira expostos a receber na apaixonada mente as mais incorrectas theorias como se foram inabalaveis verdades». FREITAS, Rodrigues — *Páginas Avulsas*. Porto, Livraria Chardron, 1906. p. 221.

123 PEREIRA, Gaspar Martins — *Op. Cit.*, p. 197.

124 Entre essas associações destaca-se a Agrupação Promotora dos Melhoramentos Morais e Materiais das Classes Populares do Porto, dirigida pelo latoeiro António Joaquim Morais e apoiada pelo jornal anarquista *Revolução Social*, de Gonçalves Viana. Ver PEREIRA, Gaspar Martins — *Op. Cit* , p. 199.

125 NETO, Vítor — *Op. Cit* , p. 535. Sobre o papel da s Igrejas protestantes no Porto, consultar esta obra nas páginas 545 a 548.

126 Um dos melhores exemplos é o de Fernão Botto Machado que achava que os povos do norte tinham sido mais felizes com o protestantismo. Cf. *A Queda do Monstro*. Lisboa: Typographia Bayard, 1910.

missionários protestantes em África, para com os povos nativos, o que era descrito como um comportamento «degradante e estupido d'uma canalha vil, que com impetos de fera, investe contra indigenas da Africa Central»[127].

Há, também, uma referência ao pastor luterano holandês, Domella Nieuwenhens, devido a este ter deixado a vida religiosa para se dedicar «ao culto da humanidade, isto é, á propaganda socialista». Recordava-se que «havia já bastante tempo que elle ia transformando a pouco e pouco a sua egreja protestante em uma especie de templo dedicado ao culto da razão e da democracia; mas mesmo assim alargada e engrandecida, a ideia da religião parecia-lhe incompativel com a sciencia, e é por isso que elle a renega para sempre»[128]. Não se verifica, portanto, qualquer elogio especial à religião protestante em detrimento da religião católica. Como não existem dados suficientes para tirar qualquer conclusão, podemos apenas levantar como hipóteses, que por mero acaso não haveria entre os redactores do *Operário* nenhum adepto do protestantismo, ou que na parte oriental da cidade — zona da sede do *Operário* — ainda não haveria qualquer foco difusor de protestantismo entre as classes populares, como parece ter acontecido em Vila Nova de Gaia e na parte ocidental da cidade do Porto, onde a comunidade inglesa era mais numerosa[129].

---

127 FERNANDES, F. Luiz — Proezas do protestantismo na Africa. *O Operário.* Porto, 8 de Agosto de 1880, p. 1.

128 *O Operário.* Porto, 26 de Outubro de 1879. p. 3. Rodrigues de Freitas dá mais algumas informações a propósito daquele antigo pastor protestante: «Para instrucção do povo trabalhador o famoso socialista hollandez Domela Nieuwenhens escreveu um livrinho intitulado *A vida de Jesus*, cuja versão em lingua allemã sahiu ha pouco do prelo. Começando por indicar as difficuldades de biographar Christo em rigor historico, — difficuldades insuperaveis, — e considerando-o como homem, occupa-se primeiro da sua obra de reformador religiooso, e depois da sua doutrina social». Cf. FREITAS, José Joaquim Rodrigues de — A Evolução religiosa. In *Paginas Avulsas.* Porto, Livraria Chardron, 1906, p. 221.

129 A partir de finais da década de setenta assiste-se a uma intensa actividade dos protestantes no Porto. Sobre este assunto ver a obra já citada de Vítor Neto e também GUICHARD, François — Le Protestantisme au Portugal. In *Arquivos do Centro Cultural Português.* Paris, 1990.

5. Internacionalismo, Federalismo e Nacionalismo

A patria do trabalhador, a nossa patria, é o universo; a nossa familia a humanidade.

Bessa de Carvalho, *O Operário*, 1880[1]

5.1. A influência da geração de 48

A publicação de *O Operário* coincidiu, como foi referido em capítulos anteriores, com um período de exaltação dos ânimos nacionalistas, sobretudo com a discussão sobre a assinatura do Tratado de Lourenço Marques. Esta onda de nacionalismo não atingia apenas Portugal mas varria toda uma Europa ávida de possuir ricos territórios ultramarinos, fundamentais para a expansão do capitalismo industrial e financeiro. Ora, apesar do movimento operário e socialista apelar para o internacionalismo — o proletariado não tem pátria, dizia Marx no *Manifesto Comunista* — os socialistas portugueses não escaparam a essa vaga nacionalista, o que é visível em alguns texto do *Operário*.

Contudo, só aparentemente existia uma contradição entre o internacionalismo operário e o nacionalismo defendido por muitos partidos socialistas europeus. Este era um nacionalismo romântico, democrático e emancipador dos povos, cujas raízes remontavam ao período revolucionário de 1848. O sentimento nacionalista despertado nessa época tinha uma dimensão europeia e universal, ou seja, procurava-se conciliar uma forte consciência nacional com apelos à fraternidade universal e à paz entre os povos. Socialistas como Saint-Simon, Buchez, Pecqueur, Fourier, Considérant, Leroux e, sobretudo, Proudhon sonharam com a criação de uma federação europeia, que daria origem, posteriormente, à República Universal[2]. Acreditavam que, primeiro, era preciso que os povos conquistassem a sua soberania, a liberdade e os seus direitos de cidadania. Só então, era possível pensar numa federação dos povos, que deveria começar por aqueles que tinham mais afinidades culturais[3]. Em 1849, teve lugar, em Paris, o

---

[1] CARVALHO, Bessa — A questão da patria. *O Operário*. Porto, 1 de Maio de 1881, p. 1

[2] Cf. RIBEIRO, Maria Manuela Tavares — Utopismo, Internacionalismo, Pacifismo. In A.A.V.V. — *Estudos de História Contemporânea Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1991, p. 289-302. HAYES, Carlton J. H. — *El nacionalismo uma religíon*. Mexico: Union Tipografica Editorial Hispano-Americana, 1966.

[3] O positivista e federalista Littré afirmava: «Le sentiment de la fraternité européenne grandit, à mesure que la revolution se propague et que la cause démocratique fait des noveaux prosélytes. L'Occident est pousé vers une confédération républicaine». Citado por VOYENNE, Bernard — *Histoire de l'Idée Européenne*. Paris: Payot, 1964, p. 130.

Congresso dos Amigos da Paz, sob a presidência do escritor Victor Hugo, onde se defendeu a formação dos Estados Unidos da Europa e de um parlamento europeu![4]

Deste modo, a revolução de 1848, em Paris, abria caminho para novas reivindicações nacionalistas e democráticas de outros povos europeus e, como refere Bernard Voyenne, os patriotas mais ardentes, todos liberais convictos, eram simultaneamente os europeístas mais fervorosos.[5] Um homem simbolizava estas aspirações, Giuseppe Mazzini, o grande herói da unificação italiana — proclamando que cada nação era um Estado[6] — mas que não deixava de ser um europeísta e internacionalista convicto porque «não via qualquer contradição entre a satisfação das aspirações nacionais e a realização de uma ordem pacífica e universal»[7].

Estas ideias influenciaram, nas décadas de 50 e 60, Sousa Brandão, Custódio José Vieira, Casal Ribeiro, Joaquim Maria da Silva que, entre outros, defenderam o federalismo e a descentralização administrativa. Mas o nome mais importante foi José Félix Henriques Nogueira que em *Estudos sobre a reforma em Portugal* (1851) defendia como princípios básicos da organização do Estado a republicanização, democratização, associação, municipalização e federação[8]. Estes princípios estavam presentes na maioria dos programas socialistas e republicanos, o que fez com que Henriques Nogueira aparecesse, aos olhos desses socialistas e republicanos da década de oitenta, como «o fundador da democracia portuguesa»[9]. Como refere Catroga, Henriques Nogueira «defendia a liberdade para as nacionalidades na plenitude das suas especificidades culturais e históricas, condição essencial para se concretizar a forma superior do associativismo humano: a federação universal de todos os povos, cuja comparticipação portuguesa se daria, no plano imediato, através da federação dos povos ibéricos»[10].

---

4 Cf. VEDEL, Georges — Las Grandes Corrientes del Pensamento Político y el Federalismo. In BERGER, G. et allii — *Federalismo y Federalismo Europeo*. Madrid: Editorial Tecnos, 1965, p. 60.

5 VOYENNE, Bernard — *Op. Cit.*, p. 123 e 124.

6 HOBSBAWM, Erich — *A questão do nacionalismo (nações e nacionalismo desde 1870)*. Lisboa: Terramar, 1998, p. 97.

7 RIBEIRO, Maria Manuela Tavares — *Op. Cit.* p. 293. Mazzini, no prefácio ao Manifesto do movimento «Jovem Itália», afirmava que a construção das nacionalidades era o prenúncio da grande Federação Europeia que deveria unir numa só família todas as famílias do Mundo Antigo. Ver VOYENNE, Bernard — *Op. Cit.*, p. 126.

8 CARVALHO, Joaquim — A formação da ideologia republicana em Portugal (1820-1880). In MONTALVOR, Luís (dir.) — *História do Regímen Republicano em Portugal*. Lisboa: Empresa Editorial Ática, 1930-32, p. 217. Cf. NOGUEIRA, José Félix Henriques — *Obra Completa*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1976. T. I. P., 19-180. (ed. org. por António Carlos Leal da Silva).

9 *Era Nova*. Lisboa, 1 de Março de 1883, p. 2. Citado por CATROGA, Fernando — A memória de 1848 na fundamentação do republicanismo português. In A.A.V.V. — *Estudos de História Contemporânea Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1991, p. 269.

10 CATROGA, Fernando — *Ibidem*, p. 280. Nogueira tinha sido influenciado pelo programa de Mazzini da «Jovem Itália» e também pelas ideias de Proudhon, Kant e Pi y Margall.

Mas as revoluções de 1848 acabarão num impasse político porque, como refere Carlton Hayes, «tanto el nacionalismo como el liberalismo habían quedado aparentemente liquidados en la marejada resultante de la tormenta revolucionaria de 1848»[11]. Iniciava-se, então, um conflito entre o nacionalismo e o liberalismo internacionalista porque em nome de algumas aspirações nacionalistas punham-se em causa os melhores princípios demoliberais e vice-versa[12]. Mas se o nacionalismo liberal e democrático sofreu um pesado revés, foi ganhando terreno na Europa outro tipo de nacionalismo influenciado pela unificação alemã que faria triunfar o princípio das nacionalidades com base na força militar, na centralização administrativa e, em alguns casos, na ideia de superioridade de algumas nações. Esse nacionalismo europeu, como salienta Huntzinger, «encontrará a sua expansão no imperialismo em finais do século XIX»[13].

Contudo, os acontecimentos revolucionários de 1848 e o respectivo pensamento político seriam constantemente evocados como «momentos matriciais» por republicanos e socialistas, projectando-se no sonho de um internacionalismo democrático que unisse os povos numa República Social e Fraternal[14]. Mas o internacionalismo não seria entendido por todos da mesma maneira.

5.2. O internacionalismo socialista. O federalismo

Através de Proudhon, Marx, Bakounine e muitos outros, o movimento socialista apelava à defesa do internacionalismo operário o que revelava uma profunda desconfiança pelo sistema representativo burguês e pelo capitalismo industrial que provocara, em todos os países, a exploração dos trabalhadores. Marx proclamara no *Manifesto Comunista*, em 1848, que, tal como o capital, também o proletário não tinha pátria. Começava a existir a conscencialização que os operários estavam isolados, nos seus países, das outras classes privilegiadas e que, pelo contrário, se encontravam muito mais próximos dos operários dos outros países capitalistas, igualmente explorados. Por isso surgiu a ideia de formar uma «nação operária» horizontal, através da Europa — mais tarde alargada a todo o mundo — que se concretizou com a criação da Associação Internacional dos

---

11 HAYES, Carlton J. H. — *Op. Cit.*, p. 95.

12 IDEM, *Ibidem*, p. 94. Hayes dá alguns exemplos: os liberais austríacos de origem alemã lutavam pela continuação do domínio da língua alemã sobre o poliglota império austro-húngaro e tentaram impedir a unificação alemã; o patriota húngaro Kossuth pedia a independência para os magiares mas negava-a para os romenos, os croatas e os eslovenos.

13 HUNTZINGER, Jacques — *Introdução às Relações Internacionais*. s.l.: PE Edicçoes, 1991. p. 44.

14 Segundo Manuela Tavares Ribeiro, «a revolução de 1848 foi criadora, ela incarnou esse ideal internacionalista que alardeia pelos indivíduos e pelos povos o sentimento de Fraternidade, de que os utópicos, os socialistas e os republicanos fizeram eco e que subsistirá como o primeiro elemento indispensável a toda a organização internacional». RIBEIRO, Maria Manuela Tavares — *Op. Cit.*, p. 296.

Trabalhadores, em 1864. Passava a ser possível a união progressiva da força dos trabalhadores, até então limitados pelas fronteiras nacionais. No discurso inaugural, Marx referira o jogo do mundo capitalista que usava os preconceitos nacionalistas e as guerras para enganar o povo e propusera como alternativa um programa com base na lei da moral e da justiça que deveria governar as relações entre os indivíduos.[15] Apesar da Internacional ter sido, como salienta Carlos da Fonseca, uma «grande alma num corpo minúsculo»[16], ela encarnou, de facto, as aspirações, os sonhos e as lutas de milhões de trabalhadores em todo o mundo e estimulou os operários a organizarem-se em associações e a lutar pelos seus direitos.

A 10 de Março de 1872, Portugal aderia à Internacional e, consequemente, à defesa do internacionalismo operário[17]. Nessa altura, a secção de Lisboa enviara ao Conselho Geral de Londres um documento onde dava conta da «adesão da Região Portuguesa, infelizmente a mais tardia da Europa a entrar no grande movimento de emancipação e libertação económica, política e social da classe operária e da humanidade sofredora»[18]. Contudo, Portugal sempre desempenhou um papel secundário na A.I.T. e foi notório «o absentismo dos delegados portugueses aos congressos operários, facto que, sem significar o isolamento total, [era] pelos menos sinónimo da falta de ligações orgânicas com os organismos centralizadores», refere Carlos da Fonseca[19].

Na década de oitenta, os teóricos do movimento socialista europeu continuavam a apelar ao fim das fronteiras entre os povos e à constituição de uma *República Universal*. É nesse sentido que apontava a mensagem enviada por Benoît Malon, por altura do 1° aniversário de *O Operário*, onde proclamava a necessidade de abolir as «barreiras nacionaes, de modo que a Republica social europêa, nucleo da Republica Universal, venha pôr côbro ás guerras fratricidas e que todos os povos possam desenvolver-se na sciencia e na justiça»[20]. Em 1881, realizava-se, na Suíça, um Congresso Universal Socialista para o qual foram convidados todos os partidos operários e socialistas a fim de

---

15 VOYENNE, Bernard — *Op. Cit*, p. 149.

16 FONSECA, Carlos — *A origem da 1ª Internacional em Lisboa*. Lisboa: Estampa, 1973, p. 12

17 IDEM, *Ibidem*, p. 9. Já anteriormente, em 1870, a secção de Barcelona da A.I.T:, apelara aos trabalhadores portugueses: «Nós, trabalhadores, que pomos de lado as constantes e raquíticas combinações políticas, não reconhecemos nacionalidades, não sonhamos monarquias ibéricas nem queremos ser liberticidas», e concluia-se proclamando que a causa do trabalho era a humanidade. Citado por FONSECA, Carlos — *Op. Cit.*, p. 41 e 42. Por outro lado, a ideia era que a partir de Portugal a Internacional passasse para a América do Sul. Segundo o internacionalista espanhol Mora, «com os portugueses, graças aos quais a Internacional será levada ao Brasil, será então possível a fundação de uma série de federações regionais em Buenos Aires, Montevideu e Valparaiso». Carta de Mora a F. Engels, citada por NETTLAU, M. — *La Première International en Espagne (1868-1888)*. Dordrecht: D. Reidel, 1969, p. 92.

18 Carta escrita em francês por Nobre França e José Tedeschi e citada por FONSECA, Carlos — *Op. Cit.* p. 68.

19 FONSECA, Carlos — *Op. Cit*, p. 67.

20 MALON, Benoît — Caros companheiros portugueses. *O Operário*. Porto, 30 de Maio de 1880, p. 3.

«estabelecerem entre si a união para melhor attingirem o fim commum», ou seja, a emancipação do proletariado e o combate à dominação capitalista. Um dos temas discutidos fora a possibilidade de se criar uma «federação socialista» e «um programma commum de principios, de agitação e de propaganda»[21].

O Operário alinhava pela mesma orientação ideológica e, assim, proclamava defender a fraternidade entre os povos porque ela era «uma das palavras inscriptas na bandeira do socialismo»[22]. Bessa de Carvalho acreditava que um dia «cahirão as fronteiras, approximando os povos; extinguir-se-hão os exercitos e com elles extinguir-se-ha o direito da força para só existir a força do direito»[23]. Outro socialista portuense, Silvestre Pinto Caldeira, apontava as fronteiras como «a cauza das guerras internacionais, pelo orgulho e vaidade dos tyrannos» e, por isso, a felicidade só seria possível com «a união de todo o proletariado» e com a «transformação de uma sociedade já decadente e corrompida, como a actual, em uma sociedade justa». Caldeira acabava o seu artigo com um grito muito semelhante ao da Internacional: «União, proletarios!»[24]

Enquanto internacionalistas, os socialistas menosprezavam os apelos ao patriotismo e alguns artigos de *O Operário* apontam nesse sentido. Bessa de Carvalho escreve um editorial sobre a posição dos socialistas perante a questão da pátria, que ele considerava ser frequentemente levantada pelos partidos conservadores «para insultarem os seus adversarios, armando ao effeito com o já gasto e detiorado [sic] argumento da *união iberica*» e apelidava-os de «patriotecos de occasião»[25]. Para os socialistas colocavam-se outras questões: «Para que serve a patria ao proletario? Garante-lhe a subsistencia? Livra-o da miséria? Educa-lhe os filhos? Não. Aqui, como na Hespanha, como na França, como em todas as nações do Universo, o proletario vive na miseria e na ignorancia», declarava Bessa de Carvalho. Para este socialista portuense, em todos os países «o trabalho vê-se esmagado pelo jugo do capital que o explora injusta e infamemente» e, por isso, «os soffrimentos do proletario portuguez são os soffrimentos do proletariado de todo o mundo»[26]. Para Bessa de Carvalho a grande família dos trabalhadores estava separada por barreiras levantadas pela burguesia, mas como os operários estavam ligados por laços de fraternidade eles não reconheciam a pátria, até porque «a patria de nada lhes serve; apenas lhes exige deveres e não lhes concede direitos» e concluía acrescentando que «a patria serve para os barões do ouro, os nobres, os burguezes e os reis»[27].

---

21 *O Operário*. Porto, 20 de Março de 1881, p. 2 e 3.
22 CARVALHO, Bessa — Fraternidade. *O Operário*. Porto, 14 de Setembro de 1879, p. 1.
23 IDEM, *Ibidem*.
24 CALDEIRA, Silvestre Pinto — Organisação Actual. *O Operário*: Porto, 27 de Julho de 1879, p. 2.
25 CARVALHO, Bessa — A questão da patria. *O Operário*. Porto, 1 de Maio de 1881, p. 1. Ver este texto na íntegra no Anexo 7.
26 IDEM, *Ibidem*.
27 IDEM, *Ibidem*.

Também o artigo assinado por Slavius (certamente um peseudónimo), anteriormente publicado no *Voix de l'Ouvrier* e traduzido por Joaquim Pinto de Carvalho, condenava o patriotismo porque era um sentimento mesquinho que levava a considerar «como inferiores, os homens separados de nós por uma fronteira, algumas vezes natural e outras muitas convencional e arbitraria». Para Slavius a existência de fronteiras e de diferentes nações conduzia à guerra, porque «os despostas e os governos entritiveram sempre as massas debaixo d'esta denominação, a aversão do estrangeiro, levando assim a tornarem-se inimigos mortaes, homens que não tinham motivo nenhum para se detestarem, e que ao contrario tinham todo o interesse em se unirem»[28]. Slavius propunha como modelo de organização dos Estados «uma unica e grande confederação», o que, como vimos, tinha sido a solução preferida pelos socialistas de meados do século, e, tal como estes, considerava que «as differenças que podessem surgir entre as provincias seriam aplanadas e decididas por um tribunal arbitral». Contudo, Slavius não negava que pudesse existir um sentimento de ligação ao local onde se nasce e vive, mas se se entendia por patriotismo «a ligeira preferencia que damos pelo logar onde nascemos e aonde havemos vivido, nós poderiamos então entregar-nos sem pena a esta ideia; mas nesse caso isso não é patriotismo, é unicamente uma affeição pelos logares que de ha muito se conhecem, onde se tem os seus interesses, as suas afinidades, as suas amisades e conhecimentos». E terminava o seu artigo com uma frase utilizada pelos jesuítas: «*Ibi Este Patria, Ubi Bene*, a patria é onde se vive melhor»[29].

O federalismo era para os socialistas o melhor sistema de organização dos Estados porque permitia conciliar as liberdades particulares com a necessidade de uma organização colectiva e permitia, também, a existência de comunidades livres com efectiva participação por parte dos cidadãos nos seus destinos[30]. Desde o início o movimento socialista aderiu a esta posição e no Congresso da Internacional de Lausanne, de 1867, o proudhoniano Toulain fazia aprovar uma moção defendendo a criação de uma confederação de estados livres europeus[31]. De facto, a grande referência continuava a ser o socialista Proudhon, autor do *Du Principe Fédératif* (1863), para quem as fronteiras e as nacionalidades representavam um obstáculo no caminho da revolução social. Para Proudhon o nacionalismo poderia levar à guerra entre os Estados e reforçava o poder ditatorial e centralizador dos países. No pensamento proudhoniano, a realização integral do homem só podia ser alcançada em pequenas comunidades construídas à escala humana, como a comuna e a oficina . Ora, o federalismo baseado na soberania dos povos, na liberdade e na justiça permitiria a paz entre os povos, a diversidade e a

---

28 SLAVIUS — *O Operário*. Porto, 22 de Maio de 1881, p. 2 e 3.
29 IDEM, *Ibidem*.
30 Cf. ARON, Robert; MARC, Alexandre — *Principes du fédéralisme*. Paris: Le Postulan, 1948, p. 19.
31 VOYENNE, Bernard — *Op. Cit.*, p. 148 e 149.

revolução social. Mas, para Proudhon, o federalismo implicava mais federalismo, ou seja, a Europa Federal só poderia ser construída com Estados federalistas a nível interno[32], o que implicava uma efectiva descentralização administrativa.

A defesa do federalismo no *Operário* é feita, por exemplo, pela socialista Beatriz Neves que afirmava que o «verdadeiro caminho evolutivo dos povos [era] a grande federação socialista da Europa»[33]. Este federalismo socialista não era apoiado pela maioria dos republicanos federalistas, como Teófilo Braga, Carrilho Videira e Teixeira Bastos que não simpatizavam com o que consideravam ser os excessos do internacionalismo de socialistas como Antero de Quental[34] e não deixavam de reivindicar um Portugal autónomo e independente.

Contudo, e apesar do espírito nacionalista se ter acentuado a partir dos anos oitenta, com o tricentenário camoniano e com a questão do Tratado de Lourenço Marques, estes republicanos federais nunca negaram uma «tendência universalista da evolução da humanidade»[35]. Muito próximo da perspectiva socialista continuará Magalhães Lima cujas afirmações seriam subscritas pelo *Operário*: «Somos solidários uns com os outros. Solidários todos os homens de uma mesma nação. Solidárias igualmente as nações que formam uma só e grande família — o mundo civilizado, a humanidade. A era pacifica só poderá ser definitivamente inaugurada pela prática do federalismo»[36]. Acreditava-se, portanto, numa República Federal Universal, que seria construída de forma gradativa, ou seja, começando por uma federação ibérica.

O problema do federalismo implicava, de facto, outra questão polémica, a do iberismo. A propósito da questão ibérica encheram-se páginas de livros e jornais e extremaram-se posições, sobretudo na segunda metade do século passado, devido à revolução espanhola que depôs a conservadora monarquia isabelina e que, posteriormente

---

32 Sobre o pensamento de Proudhon ver VOYENNE, Bernard — *Op. Cit.*, p. 137-144.

33 NEVES, Beatriz — Instrucção. *O Operário*. Porto, 13 de Fevereiro de 1881, p. 1.

34 CATROGA, Fernando — Nacionalistas e Iberistas. In MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993, p. 564. Contudo, o primeiro programa republicano federalista de 1873 defendia a instauração imediata da República Democrática e Federal Portuguesa e foram usadas como fontes para a sua elaboração as obras de Proudhon, Tocqueville, Vacherot, Roque Garcia, Stuart Mill, a Constituição dos Estados Unidos e da Suíça e o programa democrático de Castelar. Sobre o assunto ver CATROGA, Fernando — *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*. Coimbra, Faculdade de Letras, 1991. p. 63.

35 IDEM, *Ibidem* Coimbra. p. 200. Ainda segundo Fernando Catroga, apesar de «o federalismo interno se ter diluído numa proposta essencialmente descentralista, dentro de um Estado unitário, e de, a nível externo, ter diminuído a crença na sua viabilidade prática a curto ou a médio prazo, é um facto que, para a grande maioria dos intelectuais do movimento, essa solução, enquanto meta, continuou a ser a única que permitiria salvaguardar as autonomias nacionais dentro das exigências de correlacionamento internacional derivadas do estádio evolutivo da humanidade». (p. 201)

36 LIMA, Sebastião de Magalhães — *O Ideal Moderno:O Federalismo*. Lisboa, 1898, p. 63 e 64. Citado por CATROGA, Fernando — *O Republicanismo em Portugal Da formação ao 5 de Outubro de 1910*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1991. Vol 2, p. 201.

levou ao projecto republicano, federalista, descentralizador e democrático de Castellar e Pi y Margall[37].

Para os anti-iberistas, a unidade e indepedência do Estado português era fundamental face às pretensões hegemónicas de Espanha sobre o território nacional. Os iberistas dividiram-se em unitaristas e federalistas. Os primeiros viam na união dos dois países uma forma da monarquia sobreviver[38] e, também, um meio de evitar a decadência dos dois países ibéricos criando deste modo uma nação forte capaz de enfrentar a crescente hegemonia britânica[39]. Para os federalistas, sobretudo com a instauração da república espanhola, a união de Portugal e Espanha representava a concretização dos princípios democráticos e republicanos na Península Ibérica e um primeiro passo para a futura federação europeia. A obra de Henriques Nogueira — o grande teórico do federalismo ibérico — e o opúsculo de Antero Quental, *Portugal perante a Revolução de Espanha*, publicado em 1868, simbolizavam esta última posição[40].

A questão do federalismo ibérico e europeu sofreria um duro revés com o fracasso da experiência revolucionária e republicana em Espanha e, ainda, com a sangrenta experiência da Comuna de Paris, arrastando muitos republicanos federalistas para posições mais próximas da bem sucedida III República francesa, centralista, unitária e nacionalista.

O Operário, surge numa época posterior à efervescência deste debate na sociedade portuguesa e talvez, por isso, não reflita a importância deste tema na opinião pública de então e apenas faça eco de alguns conflitos costeiros entre pescadores dos dois países ibéricos e às exigências de indemnizações por parte do governo espanhol que levantavam alguns ânimos anti-iberistas. Mas a resposta dos socialistas portuenses era a de reforçar a cartilha internacionalista contra as fronteiras que eram «as causas das guerras e da ruina das nações, [...] o sustentaculo de todas as tyrannicas ambições»[41] e os conflitos existentes entre os dois países ibéricos resultavam da «existencia das fronteiras, que

---

37 Cf. LÓPEZ-CORDON, Maria Victoria — *La Revolucíon de 1868 y la I Republica.* Madrid, 1978.

38 Recorde-se que a vacatura do trono espanhol alimentou algumas pretensões iberistas entre os monárquicos dos dois países peninsulares que viram em D. Fernando — ou no filho, D. Luís — uma forma de salvar a monarquia liberal em Espanha.

39 Como afirma Fernando Catroga, em torno do debate sobre o iberismo «encontramos projectadas as lutas pela consolidação do Estado-nação no contexto de reordenamento europeu decorrente da crescente hegemonia do imperialismo britânico, da emergência de novas nacionalidades e da tomada de consciência de uma ilação tipicamente romântica: a decadência dos dois países ibéricos. Deste modo pensava-se que só o todo peninsular teria força económica e política para se impor no xadrez político europeu e, a partir daí, defender as colónias e intensificar a sua exploração». CATROGA, Fernando — Nacionalistas e Iberistas. In MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal.* Lisboa: Estampa, 1993. Vol. V. p. 563.

40 Sobre as diferentes opiniões perante a questão ibérica ver PEREIRA, Maria da Conceição Meireles — *A Questão Ibérica. Imprensa e Opinião (1850-1870).* Porto, 1995. Dissertação para Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

41 *O Operário.* Porto, 14 de Dezembro de 1879, p. 3.

separam os povos que deviam ser irmãos»[42]. Para os socialistas do *Operário* a esperança era a de uma pátria universal: «não tardará muito que as gerações novas derrubem as fronteiras e com ellas os tyrannos, reconhecendo como patria — o universo — o povo — , então haverá paz»[43].

Em contrapartida, o crescente nacionalismo anti-ibérico manifestava-se, em Portugal, através da celebração do 1 de Dezembro com festejos cada vez mais imponentes e institucionais[44]. Como afirma Catroga, «a elite intelectual do liberalismo lançava as sementes da institucionalização do culto da independência nacional, elegendo como símbolo a revolução de 1640»[45]. Assim, esta data passava a ser um símbolo de resistência à propaganda iberista, assistindo-se à sua consagração no calendário cívico nacional[46].

Os socialistas do Porto criticavam esses festejos dizendo que a pátria era «apenas um nome que representa um capricho» e que eles não se convenciam «que tão homens são os hespanhoes como os portuguezes», e que em ambos os países os trabalhadores eram igualmente explorados[47].

5.3. O municipalismo democratizador

O federalismo dos socialistas portugueses implicava a descentralização administrativa como uma forma de democratizar efectivamente o Estado, assegurando uma maior proximidade dos cidadãos com os poderes instituídos. Essa descentralização passava pela municipalização das principais funções do Estado. Num texto publicado no *Operário*, João Bonança, um dos fundadores do movimento socialista português, afirmava: «... o terreno, o credito, oas caminhos de ferro, os telegraphos, os rios e os mares com as suas riquezas são bens de todos os cidadãos; para a administração e usofruição d'esses bens os cidadãos constituem-se em municipios ou comunas, regiões ou districtos, e nação...»[48]. Muitas destas ideias, partilhadas pela maioria dos republicanos federalistas, tinham a sua origem no ideário de Henriques Nogueira que via

---

42 *O Operário*. Porto, 18 de Abril de 1880, p. 2.

43 *O Operário*. Porto, 14 de Dezembro de 1879, p. 3.

44 Segundo Conceição Meireles Pereira, as comemorações do 1° de Dezembro foram ressuscitadas em 1861, entre aplausos e críticas e, a partir de então, «desenvolve-se um poderoso ritual como cortejos e bandeiras, toques de sinos e salvas de tiros, quadros e retratos, hinos e poemas, representações teatrais e jogos populares, jantares e discursos, brindes e acções filantrópicas». PEREIRA, Maria da Conceição Meireles — *Op. Cit.*, p. 608.

45 CATROGA, Fernando — Nacionalistas e Iberistas. In MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993. Vol. V, p. 566.

46 Cf. PEREIRA, Maria da Conceição Meireles — *Op. Cit.*, p. 610.

47 *O Operário*. Porto, 4 de Dezembro de 1881, p. 3 e 4.

48 BONANÇA, João — A Propriedade. *O Operário*. Porto, 26 de Outubro de 1879, p 3.

a descentralização administrativa como o garante de uma verdadeira democratização do país, do nivelamento das condições económicas[49] e da harmonia social.

O socialista Gastão Valério defendia nas páginas do *Operário* o municipalismo, considerando que «desde os tempos mais remotos que os municipios tem exercido poderosa acção nas conquistas da liberdade, e tem sido o reducto onde as classes sem privilegios se tem defendido contra os maiores abusos do despotismo»[50]. Por isso, Valério acreditava que o princípio da descentralização administrativa beneficiava os povos, porque o município era «a instituição democratica por excellencia»[51].

Por sua vez, o anarquista espanhol F. Ruiz propunha uma organização administrativa com base nos «municipios livres ou concelhos locaes e na federação desses mesmos municipios compostos de delegados das diferentes organisações operarias», acrescentando que esta luta pela descentralização competia aos socialistas revolucionários de todos os países do mundo[52].

Em 1881 discutia-se o projecto do novo Código Administrativo que o *Operário* considerava ser mais centralizador que o de 1878, de Rodrigues Sampaio[53]. Alfredo da Silva achava que esse projecto estava longe de realizar as aspirações socialistas, «ou mesmo de satisfazer as necessidades inherentes á vida municipal», porque, para este socialista lisboeta, os governos, «asphyxiando as regalias municipaes, sob uma tutella mais ou menos mascarada, matam toda a iniciativa particular, não educando os cidadãos na vida, propriamente municipal, inhibem-nos de os tornar prestantes ao estado, dando logar ás costumadas declamações de que o povo não está convenientemente preparado para que se lhe considerem amplas liberdades»[54].

De facto, as «aspirações socialistas» sobre a questão da organização administrativa do Estado estavam bem clarificadas nos programas do Partido Socialista. O primeiro desses programas, de 1876, proclamava ser a favor da instituição dos municípios que deveriam ser constituídos por «todos os contribuintes da sua circumscripção», e seriam

---

49 HOMEM, Amadeu Carvalho — O republicanismo e o socialismo. In MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993. Vol V, p. 240.

50 *O Operário*. Porto, 23 de Outubro de 1881, p. 3.

51 IDEM, *Ibidem*.

52 *O Operário*. Porto, 3 de Abril de 1881, p. 2 e 3.

53 O Código Administrativo de 1878 é considerado o mais descentralizador porque «estabelece uma verdadeira estrutura autárquica nos distritos, com a criação das comissões distritais» e, além disso, «retira poderes aos governadores civis e às autoridades de nomeação régia, fortalece os órgãos de carácter electivo, alarga substancialmente o sufrágio, e suprime o oligárquico conselho municipal». PEREIRA, Gaspar Martins — A questão regional. *História* Ano XX Outubro de 1998, nº 7, p. 57.

54 *O Operário*. Porto, 20 de Fevereiro de 1881, p. 3. O novo código seria aprovado em 1886, durante governo de José Luciano de Castro, pretendendo «corrigir os excessos introduzidos no sistema por uma descentralização considerada exagerada». MARQUES, Mário Reis — A evolução da organização administrativa no Estado liberal. In MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993, p. 174. Sobre este assunto ver, também, SANTOS, José António — *Regionalização processo histórico*. Lisboa: Livros Horizonte, 1985.

contribuintes todos os indivíduos maiores que exercessem alguma profissão. Estipulava-se, igualmente, que sob a administração municipal ficassem as escolas, os hospitais, as cadeias, as vias públicas, os correios e telégrafos, os impostos, os tribunais, a polícia e outros serviços[55].

O programa transitório do Partido Socialista, aprovado no IV Congresso, em 1880, defendia a constituição dos municípios como «simples executores dos ditames das assembleias que os houverem eleito e que devem ser constituidas dos individuos maiores das respectivas localidades, e da sua consequente responsabilidade perante as mesmas assembleias». E continuava a defender que os serviços públicos já referidos ficassem sob a tutela municipal[56].

Não admira, portanto, a simpatia demonstrada pela tendência autonomista espanhola. Num artigo assinado por «um collectivista» elogiava-se o «movimento autonomista que se está verificando em Hespanha», porque a autonomia era «a base sobre que deve descançar a organisação do municipio livre, doutrina regada já com sangue de 30000 martyres, nas ruas de Paris». O autor destas palavras não tinha dúvidas de que o proletariado deveria estar ao lado da luta autonomista[57].

5.4. Um nacionalismo socialista como resposta à conjuntura. A questão colonial

No último quartel do século XIX estendeu-se pela Europa uma vaga nacionalista, diferente, nos seus princípios e objectivos, do nacionalismo romântico, liberal e democrático da primeira metade do século que exaltava a fraternidade entre os povos. O novo nacionalismo era conservador, autoritário e, em alguns casos, até reaccionário — sendo notória a influência do pensamento do alemão Fichte — ao defender a superioridade de certas nações sobre outras, o que estará na base do imperialismo de finais do século XIX[58]. Bismark era o símbolo desse novo nacionalismo, apoiado no militarismo prussiano. Mas a III República francesa era tão nacionalista como a Alemanha e, aliás, importou desta o exemplo da organização prussiana do exército.

---

55 *O Operário*. Porto, 27 de Julho de 1879, p. 1.

56 *O Operário*. Porto, 14 de Agosto de 1881, p. 2.

57 *O Operário*. Porto, 5 de Junho de 1881, p. 4.

58 Cf. HUNTZINGER, Jacques — *Introdução às Relações Internacionais*. s. l.: PE Edições, 1991, p. 42 e 43. Ver também SYMMONS-SYMONOLEWICZ, Konstantins — *Nationalists Mouvements: a comparative view*. Meadville: Maplewood Press, 1970. Segundo este autor, «the ideology of nationalism, unlike the ideologies of other social mouvements, for example, socialism or communism, is not an elaborate system of socioeconomic theory or a philosophy of history. It consists only of some constitutive ideas and beliefs centering around the idea of the nation and its rights in relation to other nations» (p. 40).

A partir deste período surgiram grupos dispostos, por variadas razões, a fazer «campanha a favor da *ideia nacional*», ou seja, a exigir o direito a um Estado independente e soberano. E contavam, agora, com o apoio da maioria da população a estas reivindicações. Como salienta Erich Hobsbawm, a «questão nacional» passou a ser «uma questão importante na política interna de praticamente todos os Estados europeus»[59]. Para este autor, este facto era reflexo de mudanças políticas e sociais significativas, provocadas, entre outros factores, por uma situação internacional propícia a «atitudes de hostilidade para com os estrangeiros» e, também, pela existência de Estados modernos mais organizados administrativamente, mais centralizados e, por isso, mais eficazes na mobilização dos cidadãos[60].

Que influência exerceu este discurso nacionalista nas classes trabalhadoras e nas forças políticas mais progressistas, como os socialistas, à partida menos receptivos a este tipo de discurso?

Os socialistas portugueses não escaparam ao discurso nacionalista, o que se explica, em parte, por uma conjuntura específica. Como foi referido em capítulos anteriores, em 1879 rebentava a polémica sobre o Tratado de Lourenço Marques, aproveitada pelos republicanos para fazer a exaltação dos valores da pátria ofendidos por uma monarquia constitucional fraca e corrupta. Encheram-se páginas e páginas de jornais e realizaram-se dezenas de comícios protestando contra a «venda» de uma parte da «pátria» ao gigante britânico. A exaltação nacionalista culminaria, no ano seguinte, nos festejos camonianos organizados pelos republicanos, contando com o apoio da maçonaria, e a que aderiram algumas associações de classe e o próprio Partido Socialista. À frente da comissão organizadora das comemorações do tricentenário da morte de Camões estava Teófilo Braga, representando simultaneamente a maçonaria e o Partido Republicano.

Os socialistas criticaram duramente a assinatura do Tratado de Lourenço Marques. Alfredo da Silva considerava o referido tratado como uma forma de «lograr e comprometter a nação», embora acrescentasse que os socialistas não estavam interessados em discutir esta questão com base no «amôr patrio», mas pensava que a monarquia e o governo não «tendo forças nem criterio para resolverem practicamente a questão colonial, resolveram deixar esphacelar á mingua de recursos os nossos vastos dominios ultramarinos, quando os não entregam á cubiça insaciavel de estranhos». E, depois, num tom mais nacionalista, acrescentava Alfredo da Silva : «O tratado de Lourenço Marques estampará nas páginas da história, com um stygma indelevel a conmdenação fatal dos homens que antepõem as suas conveniencias, aos interesses mais caros da patria, que

---

59 HOBSBAWM, Erich — *A questão do nacionalismo (nações e nacionalismo desde 1870)*. Lisboa: Terramar, 1998, p. 99 e 100.

60 IDEM, *Ibidem*. p, 103.

blasonam de amar e respeitar»[61]. Perante os inúmeros comícios de protesto realizados em Lisboa e no Porto, Alfredo da Silva declarava que o tratado era «uma tremenda affronta feita ao paiz, [uma] venda vergonhosa d'uma porção de territorio portuguez ao estrangeiro»[62]. E os socialistas participaram activamente nestes comícios republicanos de protesto para demonstrarem «ao povo, a decadencia moral dos partidos monarchicos, que só buscam iludil-o para consegir os seus fins»[63].

Os socialistas participaram, igualmente, nos festejos camonianos em nome dos mesmos valores pátrios louvados pelos republicanos, embora alguns desses socialistas tivessem uma perspectiva mais pessimista sobre os resultados alcançados. A republicana socialista, Angelina Vidal, num artigo do *Operário,* recordava que os festejos camonianos fizeram «brotar as mais belas esperanças de renascimento dos antigos brios lusitanos» e assistiram a uma espécie de início de regeneração da nacionalidade corrompida nos últimos anos, mas, depois dos festejos «cada um perdeu a iniciativa, cada enthusiasmo volveu ao estado pathologico cujos symptomas destruidores se multiplicam interruptamente»[64].

Quanto aos partidos socialistas europeus, também eles não escaparam ao apelo nacionalista, o que, segundo Carlos da Fonseca, foi uma das razões para o fracasso da I Internacional[65]. A tendência socialista possibilista fazia questão de evidenciar as diferenças nacionais como determinantes para a política a seguir pelos partidos operários de cada país.

À partida, nacionalismo e socialismo parecem excluir-se mutuamente, mas esta teoria é posta em causa por Hobsbawm, para quem «os vários princípios em que se baseava o apelo político que tinha o povo como destinatário — em especial o apelo de classe dos socialistas, o apelo confessionário das seitas religiosas e o apelo da nacionalidade — não se excluíam mutuamente» e, acrescenta o historiador inglês, era possível aos trabalhadores pertencerem a diversos círculos e terem diversas lealdades que não viam como incompatíveis entre si[66]. Os problemas surgiam quando estas diferentes lealdades entravam em conflito e, nesse caso, eram os dirigentes partidários que sentiam mais dificuladades em responder perante trabalhadores receptivos quer ao discurso

---

61 *O Operário*. Porto, 18 de Julho de 1880, p. 3.

62 *O Operário*. Porto, 13 de Março de 1881, p. 3.

63 *O Operário*. Porto, 20 de Março de 1881, p. 4.

64 VIDAL, Angelina — Mais verdades. *O Operário*. Porto, 6 de Fevereiro de 1881, p. 1.

65 FONSECA, Carlos — *Op. Cit.*, p. 78. Segundo Carlos da Fonseca, «esta tendência de transposição das lutas para um plano puramente nacional não escapou aos delegados do Congresso de Haia que acabou por sancionar esta posição ao ter como palavra de ordem a formação de um partido operário no interior de cada país».

66 Para Hobsbawm, «um homem podia não ter qualquer problema em saber que era filho de um irlandês, marido de uma alemã, membro da comunidade mineira, operário, apoiante do Barnsley Football Club, liberal, um dos primeiros metodistas, um inglês patriótico, possivelmente um republicano, um defensor do Império Britânico». HOBSBAWM , Erich — *Op. Cit.*, p. 116.

nacionalista quer ao discurso socialista. Os dirigentes socialistas optaram, muitas vezes, por lançar apelos revolucionários que funcionassem como matriz aos movimentos nacionais dos seus povos e que assentavam na ideia do povo como a entidade soberana da nação e do poder do Estado exercido em nome desse povo[67].

Por isso, muitos partidos socialistas foram veículos privilegiados para as exigências nacionalistas de alguns povos, como é o caso do irlandês. *O Operário* mostrava ser particularmente sensível ao nacionalismo irlandês que era visto como o desejo legítimo de liberdade e justiça de um povo sob o jugo inglês. Neste sentido, Alfredo da Silva dizia que o Partido Socialista Português via com simpatia o movimento do povo da Irlanda porque representava a revolta de um povo oprimido que reclamava liberdade. Depois de descrever a história do domínio inglês na Irlanda — «que mandou tropas sobre tropas occuparem aquelle solo desgraçado» — destacava sobretudo a questão da divisão da terra, visto que «a base da larga contenda alli travada entre rendeiros e proprietários [era] a injusta distribuição do solo»[68]. Para os socialistas portuenses a questão irlandesa era a «questão de uma *nação*» de 5 milhões de habitantes, que a Inglaterra confiscara em seu exclusivo proveito e que, por isso, pretendia reconquistar a terra e a liberdade perdidas. Segundo Bessa de Carvalho, tratava-se de «um povo opprimido que se levantava energico, implacavel, forte nos seus direitos e comprehendendo os seus deveres, a reagir contra os oppressores»[69].

A partir da década de setenta, outra questão foi determinante para o crescimento do espiríto nacionalista, a concorrência entre as velhas e novas potências europeias pelo domínio dos territórios ultramarinos, sobretudo em África, que já não eram apenas fornecedores de mão-de-obra escrava e de matérias primas secundárias, mas sim potenciais mercados fornecedores de matérias primas básicas para o desenvolvimento industrial europeu, mercados de escoamento para os produtos das metrópoles e amplos espaços de rentáveis investimentos dos abundantes capitais europeus. Afirma Maria Manuela Lucas: «O período compreendido entre 1870 e 1890 foi marcado por um aumento do interesse da Europa pelo continente africano, onde vários Estados pretendiam aproveitar um manancial de riquezas inexploradas e a oferta de mercados mais amplos para o seu comércio, estimulado pelo aumento da produção da indústria mecânica. Nesse período a grande aspiração das nações era a exploração e conquista de territórios a partir do litoral africano, como forma de alargar a dominação aos vastos espaços do interior. Mas as ambições das grandes potências europeias colidiam frequentemente com os direitos de soberania que Portugal exercia ou reivindicava para si, com base na prioridade

---

67 HOBSBAWM, Erich — *Op. Cit*, p. 83 e 118.

68 *O Operário*. Porto, 13 de Fevereiro de 1881, p. 3 e 4.

69 CARVALHO, Bessa — A questão agraria na Irlanda e o governo inglez. *O Operário*. Porto, 30 de Outubro de 1881, p. 1.

das descobertas»[70]. Os primeiros conflitos ocorreram na década de setenta, com a Bélgica e a Inglaterra, devido às reivindicações portuguesas da soberania do rio Zaire e da baía de S. Lourenço. No entanto, sob a política livre-cambista de Andrade Corvo, as posições portuguesas subordinavam-se aos interesses britânicos, sobretudo na África Oriental, recebendo Portugal, em contrapartida, o apoio inglês às suas pretensões de soberania sobre as duas margens do rio Zaire[71].

Para conseguir os seus objectivos as grandes potências europeias enviaram exploradores, militares, cientistas e até aventureiros para reconhecerem o território e entrarem no *hinterland* africano, alargando assim o domínio real dessas regiões. Em Portugal, já desde 1875, com o apoio da Sociedade de Geografia de Lisboa — fundada por Luciano Cordeiro — promoviam-se estas viagens exploratórias, científicas e militares ao continente africano, protagonizadas por Serpa Pinto, Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, que se tornaram autênticos herois nacionais[72]. Mas seria após a Conferência de Berlim (1884-85) que se intensificaria o projecto colonizador e se multiplicariam as viagens de exploração, bem como os focos de conflito com súbditos ou povos ou tribos protegidas da Grã-Bretanha. A estratégia portuguesa recuperava o velho projecto de construir um grande império na África Central que ligasse o Atlântico ao Índico, o que entrava em choque com as pretensões inglesas de criar um corredor que ligasse o Cairo à Cidade do Cabo.

Apesar de os socialistas terem alinhado no coro de protestos contra o Tratado de Lourenço Marques, não deixavam de ter um discurso diferente — embora ambíguo — sobre o colonialismo. Bessa de Carvalho, por exemplo, manifestava-se contra o facto de alguns países «pela imposição da força» quererem «collocar debaixo do seu *protectorado* alguns póvos que teem direito incontestavel á independencia e á liberdade»[73]. As nossas colónias africanas estariam incluídas nesta categoria? Não sabemos.

As críticas socialistas dirigiam-se mais contra o tipo de sistema colonial implantado por Portugal. *O Operário* publicava em Junho de 1880 um manifesto do Partido Socialista, protestando contra o facto de um português «submettido ás torturas da Africa por um simples crime de furto illegal», ter sido «mandado matar ás varadas pela

---

[70] LUCAS, Maria Manuela — Organização do Império. In MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993. Vol V, p. 305.

[71] Só após a Conferência de Berlim (1884-85), se verificaria uma verdadeira viragem na política colonial portuguesa, definida pelo progressista Barros Gomes, retomando o projecto da África Meridional Portuguesa, unindo Angola à contracosta. Cf. ALEXANDRE, Valentim — *Origens do Colonialismo Português Moderno*. Lisboa: Sá da Costa, 1979, Vol. III.

[72] Em 1881, a Sociedade de Geografia, de acordo com o governo, lançava um «Apelo ao Povo Português em Nome da Honra, do Direito, do Interesse do Futuro da Pátria» e criava um movimento de «Susbscrição Nacional Permanente destinada ao Estabelecimento de Estações Civilizadoras nos Territórios Sujeitos e Adjacentes ao Domínio Português em África», projecto semelhante ao de outros países europeus. LUCAS, Maria Manuela — *Op. Cit.*, p. 309.

[73] CARVALHO, Bessa — Fraternidade. *O Operário*. Porto, 14 de Setembro de 1879, p. 1.

auctoridade constituida, não se sabendo averiguadamente por qual crime ou delicto, isto é, não se sabendo juridicamente a rasão porquê»[74]. Os autores do manifesto criticavam, igualmente, um sistema colonial em que eram constantes os relatos de castigos bárbaros aplicados a brancos em situação de dependência e também «aos miseraveis indigenas forçados á servidão pelos invasores do seu territorio». Para os socialistas, as colónias africanas eram dominadas «por uma oligarchia de funcionarios publicos, civis e militares, constituidos em classe para vexar, opprimir e explorar a população indigena e a classe branca inferior, não em proveito da patria, [...] não em proveito da civilisação e liberdade de commercio, da industria e da sciencia, mas tão sómente em proveito das paixões animaes do homem, das vaidades dos superiores, dos preconceitos e erros de uma classe inculta»[75]. Condenavam este sistema «de administração e de instituições coloniais» que permitiam a «practica de taes actos infames», mas não punham em causa o colonialismo, porque acabavam o manifesto a pedir uma reforma do sistema colonial, da lei, dos magistrados e dos funcionários[76]. Os socialistas não só não se opunham ao colonialismo, como apoiavam algumas iniciativas nessa área como a recepção entusiástica feita a Capelo e a Ivens aquando de uma vinda destes exploradores ao Porto, em Maio de 1880, para proferirem uma conferência científica[77]. Apoiaram também a criação, por parte da Sociedade de Geografia de Lisboa, de um fundo africano, para o qual promoveram uma subscrição nacional para que o povo português pudesse ajudar a «explendida obra das estações civilisadoras no sertão africano». Perante esta iniciatica proclamava o *Operário* : «Faremos quanto em nossas forças couber, que pouco será, com o fim de auxiliar a commissão no seu intento humanitario e civilisador: é o que pelo momento podemos garantir á commissão [...]. Á medida que a obra da civilisação do territorio africano fôr progredindo, iremos dando notícia consoante nos pede a benemerita commissão»[78].

A concorrência entre as potências europeias pelo domínio dos territórios coloniais ajudou a criar um espírito nacionalista exarcebado que, levado às últimas consequências, provocará, no início do século seguinte, a Primeira Guerra Mundial. O internacionalismo não venceu como ideologia dominante.

---

74 *O Operário*. Porto, 6 de Junho de 1880, p. 2 e 3. Este manifesto tem a data de 19 de Maio e é assinado por Nobre França, Lúcio Fazenda, Manuel Luís de Figueiredo e Victor José de Sousa.

75 *Ibidem*. A questão dos maus tatos físicos aos condenados e degredados assumiu grandes proporções nos anos oitenta, ao ponto da questão ter sido discuttida no parlamento. Ver *O Operário*. Porto, 23 de Janeiro de 1881, p.4.

76 *Ibidem*.

77 *O Operário*. Porto, 25 de Abril de 1880, p. 3.

78 *O Operário*. Porto, 11 de Dezembro de 1881, p. 3.

6. O Movimento Socialista: o Partido e a Associação dos Trabalhadores

*A associação é o meio poderoso pelo qual todos os que somos trabalhadores quasi nos podemos tornar independentes e chegar á realisação do nosso ideal de justiça.**

O Operário, 1880.

6.1. O Partido dos Operários Socialistas de Portugal — sob o signo da unificação

Em 1879, ano em que se iniciou a publicação de *O Operário*, os socialistas portuenses acreditavam estarem ultrapassadas as divergências entre os que valorizavam o papel da Associação dos Trabalhadores e a luta exclusivamente virada para o campo económico e os que defendiam o papel central do Partido Socialista e a importância da luta politíca. Em editorial, eram apresentados os dois caminhos a seguir pelos trabalhadores para conseguir a sua emancipação: a formação de cooperativas e a intervenção na politica, acrescentando-se que «qualquer d'elles isoladamente nada vale. Mas conjunctamente darão um famoso resultado, e o primeiro contribuirá poderosamente para o bom exito do segundo». E concluía-se, dizendo que ambos os caminhos se reduziam a uma só palavra: Associação[1].

A unidade entre aquelas duas tendências fora alcançada em 1878, no II Congresso Socialista realizado no Porto, onde se decidira que a Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa, algumas cooperativas e o Partido Socialista deixassem de funcionar, autonomamente, como até aí, e se fundissem num corpo único, o Partido dos Operários Socialistas em Portugal.

O II Congresso demonstrava, também, a tentativa por parte do Partido Socialista de controlar a Associação dos Trabalhadores e respectivas secções de ofícios. De facto, o *Operário* revelava isso mesmo ao convocar os membros do Partido Socialista para uma assembleia geral com o fim de «nomear o novo Conselho de Circulos que ha de dirigir a Associação no proximo anno»[2].

O Congresso de 1878 foi o culminar de um relacionamento nem sempre fácil entre as associações operárias e o Partido. A Associação dos Trabalhadores na Região

---

*Citado em *O Operário*. Porto, 11 de Abril de 1880. p.1.

[1] *O Operário*. Porto, 1 de Junho de 1879, p. 1.

[2] *O Operário*. Porto, 28 de Dezembro de 1879, p. 4.

Portuguesa herdara o espírito do associativismo de resistência protagonizado pela Fraternidade Operária e surgira, em 1873, como uma secção da Associação Internacional dos Trabalhadores. E, como foi referido em capítulos anteriores, era evidente a influência aliancista no seio do movimento operário português, o que se reflectia numa tendência mais «obreirista», isto é, mais interessada em melhorar as condições de vida e de trabalho dos operários portugueses o que seria alcançado através da existência de associações operárias de resistência autónomas e viradas para a acção puramente económica e, também, através das cooperativas de consumo, de produção e de crédito. Aliás, um dos principais objectivos da ATRP era, explicitamente, «por meio das uniões dos trabalhadores, alcançar os melhoramentos sociais, morais e materiais necessários para aliviar as suas condições de assalariados»[3].

Contudo, a vitória marxista no Congresso da Internacional em Haia, em 1872, significou uma viragem no movimento operário ao determinar a necessidade de um partido político socialista que em cada país se intrometesse na luta política através das eleições. Para cumprir estas resoluções de Haia alguns intelectuais e vários elementos ligados à elite operária — como, por exemplo, Antero de Quental, José Fontana, Azedo Gneco, Eduardo Maia, Felizardo Lima, Nobre França, entre outros — fundavam em 1875, o Partido Socialista. O *Protesto Operário* faria, mais tarde, um pouco de história sobre este período: «Foi assim que se criaram o *Partido Socialista* e a *Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa*, o primeiro para a luta política, a segunda para a luta económica; associações perfeitamente organizadas, e cujos estatutos se podiam ligar numa federação ou unificar numa fusão. Se tivesse sido possível formar desde logo uma associação com vasto programa da revolução socialista, ter-se-ia criado; mas como não fosse, organizaram-se duas, uma completando a outra e ambas preparadas para a sua futura junção»[4]. Assim, o desejo de unificar partido e associação num único organismo foi sentido desde o início e, provavelmente, só não foi possível por falta de vontade por parte das associações determinadas a manter a sua autonomia e desconfiadas da luta política. Em Portugal, como vimos, a forte tendência aliancista do movimento operário fez com que este duvidasse sempre da acção política partidária e, por isso, segundo o anarquista Emídio Santana, «a continuidade do movimento associativo operário manteve-se sempre, com actividade própria mais ou menos autónoma da acção política do Partido Socialista»[5].

---

[3] Citado por NOGUEIRA, César — *Notas para a história do socialismo em Portugal (1871-1910).* Lisboa: Portugália Editora, 1966. Vol. 1, p. 43 e 44.

[4] *O Protesto Operário.* Nº 33. Lisboa, 1883.

[5] Prefácio de Emídio Santana a SOUSA, Manuel Joaquim de — *O sindicalismo em Portugal.* Porto: Afrontamento, 1974, p. 12 e 13. A posição de Emídio Santana não é totalmente isenta, porque, como anarquista, defende que «a aceitação da proposta de Marx de confiar a realização do socialismo a um partido operário, concluía também o processo que opunha as concepções revolucionárias ao método do

Em 1876, o jornal *O Protesto* defendia a formação de um «conselho» que servisse de centro aos dois agrupamentos, o Partido e a Associação, o que se concretizava, no I Congresso Socialista de 1877, com a constituição de um Conselho formado por três membros da ATRP, três membros das cooperativas e cinco elementos pelo Partido[6]. Mas a diversidade e a força das associações operárias foi bem evidente nesse Congresso onde estiveram presentes 23 agrupações socialistas. Pelo Porto, para além da secção da Associação dos Trabalhadores, participou a Sociedade Cooperativa dos Tecidos, dirigida por Eduardo Carvalho e Cunha.

Maria Filomena Mónica salienta que os dirigentes do Partido Socialista nem sempre compreendiam que «os trabalhadores insistissem em gastar as suas energias a fazer greves em vez de se interessarem pelo partido» e, por seu lado, os membros da Associação dos Trabalhadores desconfiavam «dos círculos políticos onde mandavam os burgueses»[7]. Para esta investigadora quem mais sofreu com a separação dos campos de luta foi o Partido porque o associativismo operário estava relativamente bem implantado nas duas principais cidades[8]. Por isso, começou a defender-se que as associações profissionais organizadas no seio da Associação dos Trabalhadores entrassem para o Partido, isto é, como refere Manuel Joaquim de Sousa, «as associações operárias desapareceriam e os operários agrupar-se-iam em secções de ofícios ou mistas, que, por sua vez, se agrupariam em círculos políticos eleitorais»[9]. Antes do II Congresso, aparecia um documento, assinado pelos membros do Conselho Central do Partido, onde se justificava a necessidade de fusão de todos os agrupamentos socialistas, afirmando, nomeadamente, que «a agrupação rápida da classe trabalhadora, como se efectuou nos primeiros dias do socialismo em Portugal, nada significa, a não ser a inconsciência do povo trabalhador, porque, se assim não fosse, em vez de desmantelado, vê-lo-íamos, pelo contrário, prosperar, e muito» e, por conseguinte, convencidos da urgência de organizar o movimento operário português de modo a conferir-lhe unidade, submetiam à votação no Congresso uma proposta declarando que «o exclusivismo da luta no campo económico adoptado na Associação dos Trabalhadores enfraquece o Partido Socialista na sua luta no campo político, e vice-versa»[10]. Além deste argumento, invocavam-se,

---

reformismo que encontrava exactamente nele a via apropriada para a integração operária no sistema capitalista através do parlamentarismo» (p. 12).

6 SOUSA, Manuel Joaquim de — *Op Cit.*, p. 47.

7 MÓNICA, Maria Filomena — *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda/Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1985, p. 47.

8 Em 1876 estavam associados 5880 operário, 3600 em Lisboa e 2200 no Porto. MÓNICA, Maria Filomena — *Op. Cit.*, p. 59.

9 SOUSA, Manuel Joaquim de — *Op. Cit.*, p. 47.

10 Cf. NOGUEIRA, César — *Op. Cit.*, p. 78-80. Este documento era assinado por Saul Pacoldino Fernandes, Nobre França, Luís António de Carvalho Grácio, Agostinho José da Silva, António Lúcio Fazenda e Azedo Gneco.

igualmente, os sacrifícios pecuniários resultantes da existência de duas organizações operárias e a divisão de forças e de tempo.

É com base nesse documento que o já citado II Congresso decidia pela importância da «homogeneidade do movimento operário», que passava a depender do Conselho Central do Partido Socialista, composto por 5 membros. Todavia, o programa do Partido Socialista ia ao encontro das pretensões das associações operárias ao defender, essencialmente, medidas de carácter económico, como a diminuição do horário de trabalho, o aumento dos salários, a melhoria das condições no local de trabalho, a exclusão das crianças das fábricas, etc. Ao mesmo tempo, é certo, apelava-se para a necessidade da existência de um partido operário: «Na epoca actual os proletarios obrigados pela necessidade, constituem-se em classe e em partido politico militante, determinados a crearem um poder que modifique as violencias da classe possuidora»[11].

Esta táctica não foi inicialmente contestada pelas associações operárias que procuraram conjugar os esforços com os membros do Partido em nome da emancipação dos trabalhadores. Em 1879/80, algumas figuras importantes da velha Associação dos Trabalhadores do Porto participavam activamente em actividades do Partido, como por exemplo, Ermelindo Martins que fora, nesse ano, o candidato do Partido Socialista pelo círculo 94, de Lisboa, e que no ano seguinte seria membro do Conselho Central do Partido.[12]

Contudo, a crescente hegemonia do Partido em relação às associações operárias acabaria por provocar revoltas e rupturas. A propósito dos acontecimentos de 1878 afirma Alexandre Vieira que «a circunstância de um bom número de socialistas ter pretendido então [...] subordinar a acção sindical às directrizes partidárias prejudicou consideravelmente o exercício regular da primeira, o que levou alguns dos mais activos e inconformados elementos do operariado militante a formarem núcleos anarquistas, parte dos quais tinham à sua frente figuras intelectuais de valia»[13].

6.2. Duas forças em conflito: o Partido e a Associação

Os primeiros editoriais do *Operário* procuravam conciliar, como vimos, o associativismo operário com a existência de um partido socialista. Mas, em 1879 este jornal portuense estava sob a tutela da Associação dos Trabalhadores do Porto e era notório um maior ênfase na defesa do associativismo operário e do cooperativismo.

---

11 *O Operário*. Porto, 27 de Julho de 1879, p.1.

12 Cf. prefácio de Carlos da Fonseca a VIANA, J. M. Gonçalves — *A Evolução Anarquista em Portugal*. Lisboa: Seara Nova, 1975, p. 16.

13 VIEIRA, Alexandre — *Para a história do sindicalismo em Portugal*. Lisboa : Seara Nova, 1974, p. 22.

Existem vários artigos em que se proclamava que só pela associação era possível a emancipação dos trabalhadores[14].

Eduardo Carvalho e Cunha, fundador de uma das mais importantes cooperativas do Porto, a Sociedade Cooperativa dos Tecidos, com sede no Largo da Fontinha, acentuava a importância da Associação como o único meio de combater as injustiças a que os operários estavam sujeitos. Segundo aquele tecelão socialista, «os operários necessitavam de uma Associação para estudar as suas questões politicas e economicas», porque sofriam baixas de salários, estavam sujeitos a regulamentos iníquos e a muitas injustiças praticadas nas oficinas e fábricas[15]. Em defesa dos seus argumentos não se esquecia de evocar a memória da Fraternidade Operária quando os trabalhadores estavam unidos e havia «respeito da parte dos industriais para com os operarios»[16]. Carvalho e Cunha representava a ala mais «obreirista» do Partido, cujas principais preocupações se prendiam com as duras condições de vida e de trabalho dos trabalhadores, e acreditava que a solução passava fundamentalmente pela força do associativismo dos operários.

Um dos fundadores da Fraternidade Operária e da Associação dos Trabalhadores do Porto, o tecelão J. M. Pina, apelava directamente aos trabalhadores para se ligarem à Associação: «Trabalhadores de todas as classes, vinde ao centro das Associações operárias, protestar contra esta infame sociedade que vos nega o direito á vida, ao trabalho, á felicidade, á familia, vinde ligar-vos aos vossos companheiros de infortunio»[17]. Acrescentava Pina que as associações operárias eram «elementos da nova forma social»[18]. E, significativamente, não havia uma única palavra sobre o Partido Socialista.

Em finais de 1879, alguns elementos da Associação dos Trabalhadores do Porto enviavam um requerimento ao Conselho de Círculos do Partido Socialista, solicitando uma reunião para «dar nova organisação á Associação»[19]. Assinavam este requerimento alguns dos fundadores da ATRP no Porto, como Ermelindo Martins, José Baptista Esteves, Manuel José Martins, e jovens que no futuro pertencerão a movimentos anarquistas como Gonçalves Viana. Na reunião extraordinária, realizada a pedido destes elementos, decidiu-se formar uma comissão composta por Ermelindo António Martins, Manuel José da Silva, Manuel José Martins e Sousa Viterbo para elaborarem um relatório «de modo a explicitar as dificuldades expostas por elles»[20].

---

14 Como exemplo, ver *O Operário*. Porto, 15 de Junho de 1879, p. 1.

15 CUNHA, Eduardo Carvalho — Baixa de salario. *O Operário*. Porto, 13 de Julho de 1879, p. 1.

16 IDEM, *Ibidem*.

17 PINA, J. M. — As cooperativas. *O Operário*. Porto, 10 de Agosto de 1879, p.1.

18 IDEM, *Ibidem*.

19 *O Operário*. Porto, 23 de Novembro de 1879, p. 4.

20 *O Operário*. Porto, 30 de Novembro de 1879, p. 3.

Num editorial anónimo de 1880 era possível perceber esse mesmo descontentamento perante a subordinação da Associação ao Partido ao apelar-se para um novo «engrandecimento da Associação dos Trabalhadores», porque «como consequencia promover-se-ha o desenvolvimento do partido operario»[21]. Ao mesmo tempo, propunha-se que as cooperativas de consumo e de produção ficassem sob a tutela da Associação dos Trabalhadores, o que significava, na prática, contestar a decisão do Congresso de 1878[22].

Refira-se, a propósito, que as cooperativas continuavam a ser defendidas por muitos operários como mecanismos importantes para melhorar a vida dos trabalhadores. Em 1879, existiam no Porto algumas associações importantes de tipo cooperativo, que tinham direito a estarem presentes nos congressos do Partido através de delegados: a Sociedade Auxiliadora das Classes Obreiras de Ambos os Sexos no Porto, dirigida pelo socialista João da Costa Pimenta; a Sociedade Cooperativa dos Tecidos, de Eduardo Carvalho e Cunha; a Cooperativa dos Operários Tecelãos; a Associação de Socorros Harmonia Portuense, onde participava também Eduardo Carvalho e Cunha, entre outras[23]. A situação finaceira destas cooperativas devia ser bastante difícil, com muitos dos seus sócios a deverem o dinheiro das cotas, porque eram constantes os avisos no *Operário* para que fossem pagas as cotas em falta, chegando a haver reuniões para punir esses sócios[24].

Outra preocupação dos socialistas portuenses prendia-se com algumas associações mutualistas do Porto que prejudicavam os operários e onde predominava o «elemento burguês». Embora se louvasse os homens que fundaram as primeiras associações de socorros — «homens de grandes talentos e de aspirações profundissimas» — acusavam-se muitas delas de terem entregue o dinheiro na «mão de agiotas que o aplicavam em seu proprio interesse»[25]. O sapateiro socialista José Luís criticava, em editorial, a proliferação de associações de socorros por todo o Porto — «a cidade do Porto abriga em seu seio uma infinidade de associações» — e denunciava o estádio precário em que quase todas se encontravam devido à especulação financeira.[26] Aliás, Eduardo Carvalho e Cunha afirmava que o capital destas associações estava «convertido em papeis de credito quando o podiam ter empregado em montar e desenvolver officinas sociaes»[27]. A mensagem

---

21 *O Operário*. Porto, 11 de Abril de 1880. p.1. Ver o artigo completo no Anexo 8.

22 *Ibidem*.

23 Em 1881 surgia a Sociedade União Cooperativa dos Operários, onde pontificava o socialista Francisco Viterbo Campos.

24 Ver, como exemplo, os números do *Operário* durante os meses de Novembro e Dezembro de 1879.

25 *O Operário*. Porto, 9 de Novembro de 1879, p.1 e 2.

26 LUÍS, José — As Associações. *O Operário*. Porto, 25 de Janeiro de 1880, p.4.

27 CUNHA, Eduardo Carvalho — As Associações de Socorros. *O Operário*. Porto, 3 de Outubro de 1880, p. 1.

destes socialistas era simples: as associações cooperativas de operários deviam ser dirigidas pelos próprios operários[28].

Mas existia uma facção no Partido Socialista, que de forma simplista podemos designar de marxista, que valorizava no papel central do Partido e na importância da participação nas eleições. Assim, Azedo Gneco afirmava: «A constituição dos proletarios portuguezes como partido militante, independente e opposto aos demais partidos politicos [...] reclama a lucta a todo o transe, affirmando assim constantemente a existencia do partido operario, o unico que alheio ás tricas partidarias e sem as peias egoistas das facções burguezas, póde realizar reformas uteis, e conduzir a sociedade pela verdadeira senda do progresso»[29]. Outro editorial, desta vez não assinado, definia o Partido Socialista português como fazendo parte do «partido socialista universal», sendo «formado em geral pelo proletariado» e tendo como principais aspirações «a organisação do trabalho, fazendo cessar a soberania que os industriaes exercem sobre os operarios». E concluía declarando que «nenhum outro partido que não seja o que for formado pelo operarios poderá levar á practica as medidas apresentadas pelos escriptores socialistas»[30].

O sapateiro José Luís defendia que o Partido Socialista era o único que servia as esperanças do povo: «É d'elle que devemos esperar tudo; é nele que se devem filiar todos os trabalhadores honestos, porque é d'elle que depende o nosso futuro, o futuro das nossas mulheres e de nossos filhos»[31].

O ano de 1880 foi decisivo para o futuro do movimento socialista portuense. Era notória a existência de várias tendências e personalidades em confronto. Foram tomadas decisões, muitas vezes contraditórias, que reflectiam essa tensão interna. Assim, logo no início do ano, procurou-se centralizar a acção das diferentes secções de ofícios na sede da Associação dos Trabalhadores, no Largo da Fontinha, mas que aparecia designada pela «nossa casa e secretaria do Partido Socialista»[32]. Em Abril desse ano, a Assembleia Geral do Partido Socialista do Porto votava «por unanimidade a extinção das secções d'officios no seio do Partido»[33].

Provavelmente, atitudes como esta terão levado Pinto Barbosa a deixar o Partido Socialista para fundar a UDS (União Democrática e Social), que procurava seguir o espírito das velhas associações operárias desligadas da actividade partidária. Recorde-se, aliás, que outro dos motivos que levou Barbosa a afastar-se do Partido fora a indiferença

---

28 *O Operário*. Porto, 9 de Novembro de 1879, p. 1 e 2.

29 *O Operário*. Porto, 3 de Agosto de 1880, p. 2.

30 *O Operário*. Porto, 4 de Outubro de 1879, p. 1.

31 LUÍS, José — Nós e elles. *O Operário*. Porto, 21 de Setembro de 1879, p.1.

32 *O Operário*. Porto, 11 de Janeiro de 1880, p. 4.

33 *O Operário*. Porto, 25 de Abril de 1880, p. 3.

demonstrada por este — então empenhado na luta eleitoral — face à greve dos chapeleiros do Porto, em 1879.

Em editorial anónimo e a propósito do Congresso Socialista, que se avizinhava, reflectia-se sobre esta situação ambígua e reclamava-se que fossem abordadas duas questões centrais: «a organisação definitiva e segura das associações operarias existentes no paiz com tendencias emancipadoras, e a formação d'um programma que seja, por assim dizer, a sinthese das aspirações da maioria dos operarios portuguezes»[34].

Também em 1880 era aprovado, após longa discussão, o projecto do Regulamento do Partido Socialista que traduzia a orgânica e funcionamento do partido[35]. Era evidente, nesse regulamento, que a organização do partido obedecia a uma unidade básica, o círculo eleitoral, o que demonstrava a supremacia dos interesses partidários sobre os associativos[36]. Assim, as secções do partido que faziam parte de uma circunscrição eleitoral formavam um círculo, composto de dois delegados representantes de cada uma das secções. O círculo, composto por 3 membros, era «o centro d'acção do partido na localidade, e serve de meio de communicação entre as secções de que se compõe e entre estas e o conselho central do partido»[37]. Mas, importante para o presente capítulo, era o artigo 46°, dedicado às associações operárias socialistas que apareciam designadas como «instituições auxiliares» e onde se declarava que «são consideradas instituições auxiliares do partido socialista, as sociedades cooperativas de producção, de credito e de consumo, as caixas de soccorros e de seguros, e todas as sociedades de trabalhadores que tenham por fim cooperar na obra da emancipação social»[38].

Contudo, nas vésperas do IV Congresso, a facção ligada à Associação dos Trabalhadores, liderada pelo serralheiro Ermelindo Martins, parecia ganhar terreno no movimento socialista portuense. Ermelindo multiplicava-se em iniciativas. Assim, criava o «parlamento revolucionario», deixando claro que era uma «instituição organisada no seio da Associação dos Trabalhadores do Porto»[39]. Em Maio de 1880, a Associação dos Trabalhadores abria, na Fontinha, aulas nocturnas de francês e, em Agosto, Ermelindo, Guedes de Oliveira, Carvalho e Cunha e Bessa de Carvalho formavam um escola de oratória, com o objectivo de fazer propaganda das ideias socialistas[40].

---

34 *O Operário*. Porto, 22 de Fevereiro de 1880, p.1.

35 O Regulamento do Partido Socialista foi publicado em 3 números do *Operário*, em 15, 22 e 29 de Fevereiro de 1880.

36 Afirmava o regulamento que «os membros do partido socialista agrupam-se por freguesias, concelhos ou povoações, formando secções, que devem constituir circulos eleitoraes, eguaes aos da circumscripção politica do paiz».

37 *O Operário*. Porto, 15 e 22 de Fevereiro de 1880.

38 *O Operário*. Porto, 22 de Fevereiro de 1880.

39 *O Operário*. Porto, 18 de Janeiro de 1880, p. 4.

40 *O Operário*. Porto, 8 de Agosto de 1880, p. 2.

A composição do Conselho de Círculos do Porto manifestava esse crescente domínio, ao ser formado pelos velhos elementos da Associação dos Trabalhadores, como os irmãos Pina e Ermelindo Martins. Entretanto, afastava-se do Partido e da Associação, José Ribeiro (João Ricardo), o mais fiel representante da facção marxista no Porto e adepto da centralização de todo o movimento operário no Partido, de quem falaremos mais adiante.

O IV Congresso do Partido Socialista, realizado no Porto nos dias 23, 24 e 25 de Outubro de 1880, reflectia o domínio efémero dos socialistas do Porto ao elegerem para o Conselho Central apenas elementos portuenses: Manuel José Martins, Ermelindo António Martins, Joaquim Pinto de Carvalho e Silvestre Pinto Caldeira[41]. O programa do Partido Socialista aprovado, neste IV Congresso, privilegiava, mais uma vez, o associativismo operário como forma de solucionar a miséria dos trabalhadores e de alcançar melhorias ao nível do horário de trabalho, dos salários, etc. Reforçava-se, também, a importância das cooperativas de produção, de consumo e de crédito, embora advertindo que as mesmas deveriam ser dirigidas por operários e não por burgueses. As referências ao Partido e à participação política eram discretas, afirmando-se apenas que os proletários «constituem-se em partido politico, determinados a criarem um poder, que modifique as violencias politicas da classe dominante, fazendo também representar nos poderes do Estado os seus interesses de classe, excluídos das instituições politicas e civis»[42].

Contudo, esta foi uma vitória de Pirro. Rapidamente, o novo Conselho Central sentiu sérias dificuldades em tomar medidas e fazê-las aprovar devido à total indiferença dos socialistas lisboetas. Em Fevereiro de 1881, solicitava-se aos membros do Partido encarregados da correspondência dos diversos círculos socialistas de Lisboa que respondessem aos ofícios que o Partido enviava[43]. Este pedido foi repetido mais algumas vezes. Em Março, pedia-se a Azedo Gneco que respondesse aos últimos ofícios enviados pelo Conselho Central do Partido[44]. Não existem referências no *Operário* a qualquer resposta de Gneco. Estes sinais parecem indicar as tentativas dos elementos lisboetas, mais afectos à linha marxista, e, portanto, mais centralistas, de boicotarem o novo Conselho Central.

Por motivos não totalmente clarificados pelo *Operário*, Ermelindo Martins afastava-se do Partido e da Associação, em Abril de 1881, para fundar a AUT (Associação União dos Trabalhadores), de tendência anarquista. Entretanto, como se viu em capítulos anteriores, José Ribeiro regressava ao Partido, à Associação e ao jornal *O*

---

41 *O Operário*. Porto, 30 de Janeiro de 1881, p.1.

42 Este programa foi publicado no *Operário* nos números de 17 e 24 de Abril de 1881. Ver Anexo 3.

43 *O Operário*. Porto, 20 de Fevereiro de 1881, p. 4.

44 *O Operário*. Porto, 13 de Março de 1881, p. 4.

Operário — escrevendo a maioria dos editoriais — e, após algumas visitas de Azedo Gneco ao Porto, era eleito para o Conselho Central do Partido Socalista[45].

Os textos de José Ribeiro — assinados com o pseudónimo de João Ricardo — constituem uma excelente fonte para perceber o pensamento socialista de tendência marxista, em Portugal, no século passado.

Sobre os caminhos a seguir pelos trabalhadores com vista à sua emancipação, João Ricardo apontava a importância «da conquista e do exercicio do suffragio» e da constituição dos partidos operários. Para ele, as associações de resistência eram importantes, mas apenas como «meios secundários», porque através delas os operários podiam «reclamar e obter um augmento de salario, uma diminuição nas horas de trabalho». Quanto ao cooperativismo, classificava-o como «meio inutil». Ricardo era peremptório na importância do partido: «Em Portugal, a tactica revolucionaria dos operarios é na essencia a mesma que a esta hora praticam todos os operarios do mundo, isto é, a acção poderosa do seu partido distinto, de classe, intransigente com todas as manifestações burguezas»[46].

Ricardo chegava, por vezes, a criticar duramente o associativismo operário, «onde facil e frequentemente appareciam graves contrariedades» e onde era mais fácil submeterem-se aos jogos dos burgueses[47]. Para impedir essas «contrariedades», Ricardo defendia a centralização de todas as associações e agrupamentos operários no Partido Socialista, porque «a constituição do proletariado em partido politico distinto [...] tem a vantagem de reunir na mesma acção as diversas agrupações de differentes classes do proletariado que pela sua differenciação social cedem a intuitos multiformes»[48]. Mas Ricardo ia mais longe nas suas propostas centralizadoras ao afirmar: «é preciso que o partido influa de tal modo sobre as associações que estas julguem um perigo vêr-se isoladas umas das outras»[49].

Sobre o papel do Conselho de Círculos afirmava Ricardo: «Sendo eleito pela federação, isto é, pelo conjunto das agrupações existentes n'uma região dada, o conselho de federação deve ser encarregado do estabelecimento de relações entre esses grupos, da coordenação das leis politicas, economicas ou philosophicas predominantes, da estatistica das secções e dos membros que as constituem, da creacção d'um centro de informações necessarias a todos os grupos organisados ou em vias de organisação, da influencia politica, economica e social cuja transmissão seja considerada efficaz, num relatorio

---

45 Cf. *O Operário*, todos os números a partir de Abril de 1881 até Fevereiro de 1882.

46 RICARDO, João — A emancipação dos trabalhadores. *O Operário*. Porto, 17 de Julho de 1881, p. 1. Ver o texto integral no Anexo 10.

47 IDEM — Os burguezes proletarios & os proletarios burguezes. *O Operário*. Porto, 25 de Setembro de 1881, p. 1.

48 IDEM — Questões Necessárias IV. *O Operário*. Porto, 18 de Dezembro de 1881, p. 2.

49 IDEM, *Ibidem*.

periodico á federação»[50]. Criticava, por isso, duramente, a situação em que o Conselho se encontrava, porque não havia convergência de todas as forças do Partido, não tinha grande influência sobre as agrupações e estas deixavam de lhe «reconhecer a devida authoridade, julgando-o uma corporação completamente inutil, sem resultados, nem significação de nenhuma especie que lhes diga respeito». Ricardo constatava que o Conselho de Círculos do Porto lutava «com dificuldades innumeras para conservar a sua unidade na acção, agravada frequentemente pela ordem de trabalhos que os congressos ou a tradicção d'uma velha acção socialista lhe impozeram»[51]. Era, pois, notória a visceral desconfiança que Ricardo sentia pelo espírito autónomo e reivindivativo das associações operárias que desejava controlar através do Partido,o que passaria a dirigir e uniformizar a acção e o pensamento socialistas.

Mas esta visão marxista do funcionamento do Partido não impediu que a tendência mais sindicalista continuasse a fazer ouvir a sua voz. Foi para discutir estas questões e tentar chegar a um consenso que, em Fevereiro de 1882, se realizou em Lisboa a Conferência Socialista onde, pelo Porto, estiveram presentes, significativamente, os representantes das duas correntes: José Ribeiro e Eduardo Carvalho e Cunha[52].

Contudo, esta Conferência Socialista adiou, mais uma vez, os confrontos, ao tentar uma solução de compromisso, isto é, sublinhou, por um lado, a importância do Partido Socialista e da luta eleitoral e aprovou o mais marxista dos programas socialistas, elaborado por José Ribeiro, mas, por outro lado, determinando que a ATRP voltasse a funcionar como um organismo autónomo do Partido Socialista. Procurava-se, deste modo, evitar o inevitável, a cisão interna do Partido, entre marxistas e possibilistas[53].

---

50 IDEM — Questões Necessarias V. *O Operário*. Porto, 4 de Dezembro de 1881, p. 1 e 2.

51 IDEM, *Ibidem*.

52 *O Operário*. Porto, 29 de Janeiro de 1882, p. 2.

53 Nos anos seguintes à Conferência de 1882 houve algumas iniciativas que demonstram a tendência para uma certa autonomia operária: em 1883 aparecia a Associação Emancipadora do Proletariado, que aceitava o programa e o regulamento do Partido Socialista, mas que queria conservar a sua autonomia, e, em 1885, a Associação de Classe dos Torneiros revoltava-se contra o Partido Socialista e, por livre iniciativa, convocava um Congresso Operário. Sobre este assunto ver MÓNICA, Maria Filomena — *Op. Cit.*, p. 60.

7. Formas de intervenção política: eleições ou abstencionismo? As greves. A revolução

Á urna, productores da riqueza social, que não gosaes!
Á urna, protestando contra os despotas!
Á urna contra a pressão authoritaria e burguesa!
Á urna pelos vossos mais caros interesses!
Á urna contra os exploradores da vossa miseria e ignorancia!
Á urna pela vossa emancipação, pela Justiça e pela Verdade!

Bessa de Carvalho, *O Operário*, 1879*

7.1. Um dilema socialista: eleições ou abstencionismo? Os fracassos eleitorais

No movimento operário socialista degladiavam-se, como foi referido nos capítulos anteriores, duas tendências que tinham o mesmo objectivo, a emancipação dos trabalhadores e o derrube do sistema capitalista, mas que divergiam quanto ao caminho a seguir: lutar exclusivamente no campo económico ou apostar sobretudo na via eleitoral, era a questão que preocupava a maioria dos dirigentes socialistas.

A participação dos trabalhadores na disputa eleitoral dividiu desde o início os operários socialistas. Por um lado, a influência do pensamento proudhoniano e dos aliancistas na formação do movimento socialista português empurrou os operários para o abstencionismo político. Esta posição era evidente no texto que Quental publicara em 1872, *O que é a Internacional?* — e que o *Operário* divulgava, sob a forma de folhetim, em 1880 —, onde o escritor defendia a indiferença dos trabalhadores perante a luta eleitoral. Proclamava Antero : «O programma politico das classes trabalhadoras, segundo o Socialismo, cifra-se em uma só palavra: abstenção. Deixemos que esse mundo velho se desorganise, apodreça, se esphacele, por si, pelo effeito do virus interior que o mina»[1]. Este mesmo pensamento animou a Fraternidade Operária, a Associação Protectora do Trabalho Nacional e, mais tarde, a Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa.

Todavia, vários elementos socialistas quiseram cumprir as resoluções do Congresso de Haia da A.I.T. e criaram, em 1875, o Partido Socialista. Apostaram, pois, nas eleições. Alguns dirigentes socialistas, sobretudo os da facção marxista, consideravam positivo conseguir representação parlamentar, porque isso «permitia

---

* *O Operário*. Porto, 19 de Outubro de 1879, p. 1.

[1] QUENTAL, Antero — O que é a Internacional? *O Operário*. Porto, 6 de Junho de 1880, p. 2.

questionar os governos, forçar a passagem de legislação operária favorável e impedir a desfavorável, intimidar o aparelho judicial, em suma, ter um grupo de pressão política»[2].

É certo que o sistema político e eleitoral da segunda metade de Oitocentos não exercia qualquer atracção nos trabalhadores. Estes sentiam-se marginalizados do sistema rotativista implantado com a Regeneração, que fazia alternar no poder dois partidos — o Regenerador e o Progressista —, sem programa definido, sem grandes diferenças ideológicas entre si, e que pareciam ter como objectivo principal satisfazer os diferentes grupos de pressão da sociedade oitocentista[3]. Deste modo, e sem grandes sobressaltos, o rotativismo permitia a estabilidade política considerada fundamental para o progresso material, congregando nos dois partidos políticos as forças conservadoras e as menos conservadoras e marginalizando os elementos mais radicais.[4]

Por outro lado, o sufrágio censitário, tal como vigorou até 1878 afastava a classe trabalhadora da participação eleitoral, criando uma verdadeira clivagem social entre cidadãos de pleno direito e os excluídos do sistema eleitoral[5]. Não admira, portanto, que muitos republicanos e socialistas exigissem, em 1876, o sufrágio universal como condição essencial para uma maior democratização do sistema político. Mais adiante, falaremos das fraudes existentes no processo eleitoral, que contribuíram igualmente para afastar da urna muitos operários.

Mas, em 1878 surgia uma nova lei eleitoral que alargava substancialmente o número de possíveis eleitores, já que passavam a poder votar os que soubessem ler e escrever e os «chefes de família», independentemente de terem atingido um rendimento anual de 100$000 réis, exigido anteriormente. Claro que para se ser considerado «chefe de família» era preciso ter rendimentos, mas como em muitas famílias operárias as mulheres e os filhos trabalhavam, esse rendimento não tinha que ser exageradamente alto. Como salienta Maria Antonieta Cruz, «apesar de nunca ter sido consignado o sufrágio universal masculino, podemos constatar que, a partir da Lei de 8 de Março de 1878, houve a inclusão, no corpo eleitoral, de não contribuintes sem as habilitações previstas nas leis eleitorais anteriores»[6]. Segundo esta investigadora, no Porto, o número de

---

2 SANTOS, Maciel Morais — O Partido Socialista nos seus primeiros anos — duas eleições perdidas. *Revista da Faculdade de Letras*. Porto, 1994, 2ª série. Vol. XI, p. 289.

3 De forma um pouco redutora, o Partido Regenerador era, normalmente, identificado com os grandes proprietários e a alta burguesia financeira, enquanto que o Partido Progressista representava a burguesia manufactureira e a «classe média» urbana.

4 Sobre o rotativismo político ver TENGARRINHA, José Manuel — Três temas da História Política da segunda metade do século XIX: rotativismo, reformismo, progressismo. In *Estudos de História Contemporânea de Portugal*. Lisboa: Caminho, 1983.

5 Segundo a Lei eleitoral de 23 de Novembro de 1859 o sufrágio era censitário, isto é, era necessário possuir um rendimento anual de 100$000 réis, o que excluía a grande maioria da classe operária. Além disso, era preciso ser do sexo masculino e maior, ou seja, ter mais de 21 anos.

6 CRUZ, Maria Antonieta — *Os burgueses do Porto na segunda metade do século XIX*. Porto: Fundação Engº. António de Almeida, 1999, p. 51.

eleitores era, em 1877, de 9865 e, em 1878, subia para 13035, o que corresponde a um aumento de 34,8%.[7] Um grupo assumia uma significativa expressão quantitativa, o dos trabalhadores manuais e operários urbanos que, em 1880, representavam 21,7% dos eleitores recenseados no Porto, quando, em 1860, eram apenas 1,2%. Para Antonieta Cruz, a lei eleitoral de 1878 explica este acréscimo, porque «muitos destes eleitores detinham rendimentos muito baixos, havendo 37,4% dos inscritos que apenas adquiriram esta prerrogativa por serem chefes de família»[8]. Assim, a partir de 1878, os operários passaram a valer votos e a fazer parte do discurso político. O tecelão Eduardo Carvalho e Cunha apercebia-se deste novo facto ao comentar que «quando há eleições, ninguem ouve falar senão na classe operaria; findam as eleições, já se não falla em melhoramentos para o povo, isto é incontestavel»[9].

Conscientes de que a nova lei eleitoral abria novas perspectivas e possibilidades para os operários, os socialistas discutiram, em 1878, no seu II Congresso, a hipótese de participarem nas eleições desse ano. Acabaram por decidir pela abstenção, alegando que a organização partidária estava incompleta[10], o que não foi acatado, como vimos, por todos os militantes. Os socialistas do Porto, com o apoio de Azedo Gneco, decidiram ir a votos, apresentando como candidatos Nobre França e Oliveira Martins. Os resultados foram desastrosos. Oliveira Martins conseguiria apenas 30 votos (mais sete no círculo central que foram anulados, porque ele não concorria por esta circunscrição) e Nobre França ficava-se pelos 14. O comentário de Oliveira Martins a estes resultados prefigurava o que viria a ser dito, mais tarde, de cada vez que os socialistas foram a votos: «As eleições do Porto provaram que havia 50 homens que, apesar das influências dos patrões e das tentações dos compradores, souberam e quiseram guardar a sua honra e manter a sua dignidade. Prova isto; mas também prova, e infelizmente, que esses homens eram 50 apenas numa cidade onde há 2000 ou 3000 operários fabris»[11].

---

[7] IDEM, *Ibidem*, p. 133. Segundo Pedro Tavares de Almeida, em 1877, o número de recenseados em todo o país era de 480000 e em 1878 aumentava para 820000, atingindo cerca de um milhão em 1890. ALMEIDA, Pedro Tavares — *Eleições e caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*. Lisboa: Difel, 1991. Sobre o processo eleitoral ver também VARGUES, Isabel Nobre; RIBEIRO, Maria Manuela Tavares — Estruturas políticas: parlamentos, eleições, partidos políticos e maçonarias. In MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993. Vol. V, p. 191-197.

[8] CRUZ, Maria Antonieta — *Op. Cit.*, p. 133. Nesta obra são apresentados gráficos que ilustram a distribuição geográfica dos operários nas freguesias do Porto e, também, os rendimentos dos eleitores «trabalhadores manuais e operários urbanos», entre 1847 e 1880.

[9] CUNHA, Eduardo Carvalho e — Centro Eleitoral União. *O Operário*. Porto, 27 de Julho de 1879. p. 2.

[10] O *Protesto* considerava a luta eleitoral uma farsa «posta em cena por meios infames de que os operários não podem nem devem deitar mão» e por isso, o Partido Socialista abstinha-se de concorrer às urnas, «a fim de não sancionar os desaforos que os partidos burgueses praticam nesta ocasião». Citado por NOGUEIRA, César — *Notas Para a História do Socialismo em Portugal (1871-1910)*. Lisboa: Portugália Editora, 1964. Vol.1, p. 83.

[11] Artigo de Oliveira Martins no *Protesto*, citado por NOGUEIRA, César — *Op. Cit.*, p. 76.

Em 1879, como *O Operário* demonstra, as facções do Partido Socialista portuense mantinham-se unidas e continuavam a apostar na luta eleitoral, cumprindo aliás a determinação do III Congresso, de que «o Partido Socialista nunca mais se abstivesse de concorrer à luta eleitoral»[12]. Alguns dos fundadores da Associação dos Trabalhadores do Porto[13] — pouco atraídos pela luta política — integravam-se no Centro Eleitoral Operário Socialista do Porto e escolhiam os candidatos às eleições legislativas desse ano. O próprio Ermelindo Martins aceitava ser candidato pelo círculo 94 de Lisboa.

Os socialistas procuravam apresentar o seu partido como o único que verdadeiramente representava a classe trabalhadora, por oposição aos «partidos burgueses», representantes dos elementos que exploravam o proletariado. O sapateiro José Luís colocava a questão como «Nós ou elles», título de um editorial, onde se podia ler: «Para elles [...], nós nada valemos, para nada prestamos; somos um corpo sem vida, um exercito sem chefe, uma horda de ignorantes que nos deixamos illudir por um litro de vinho ou fascinar por uma moeda d'ouro. Para elles, a urna é um mercado; a consciencia um genero»[14].

Bessa de Carvalho fazia apelos mais dramáticos para que os trabalhadores se unissem e elegessem como seus representantes membros da classe operária : «Á urna, pois, operários, á urna contra os exploradores, á urna contra os que tantas veses vos têm enganado. Não vos deixeis vencer por promessas. [...] Á urna contra a burguezia; á urna contra os modernos senhores feudaes; á urna em nome da liberdade; á urna contra a exploração»[15]. Para Bessa de Carvalho, a participação eleitoral era «um direito dos mais sagrados da vida constitucional dos povos» e podia ser bem usado pelos trabalhadores, porque eles eram a maioria dos eleitores. Por isso, «se todos os membros da classe salariada pensassem bem em antes de votar a sua lista, tinhamos a certeza de que os candidatos socialistas sahiriam eleitos por uma maioria enorme; e isto porque não póde haver agrupação politica que mais sympathias possa inspirar no proletariado», explicava o ourives socialista. Além de serem a maioria, os operários deveriam, também, compreender a importância de existir no parlamento quem pugnasse pelos direitos dos trabalhadores, quem se importasse com a miséria dos operários, o que só podia ser feito por membros da mesma classe[16]. Contudo, Bessa de Carvalho não tinha grandes expectativas quanto ao resultado dos socialistas nas eleições, pois afirmava, em jeito de

---

12 Cf. NOGUEIRA, César — *Op. Cit.*, p. 102.

13 Entre os membros do Centro Eleitoral Operário Socialista do Porto encontram-se Ermelindo António Martins, António Cândido Faria, os irmãos Pina, os irmãos Alecrim, J. S. Lino e Eduardo Carvalho e Cunha. Muitos deles irão integrar a facção possibilista ou, mesmo, grupos anarquistas do Porto.

14 LUÍS, José — Nós e Elles. *O Operário*. Porto, 21 de Setembro de 1879, p.1.

15 CARVALHO, Bessa de — Á Lucta. *O Operário*. Porto, 27 de Julho de 1879, p. 2.

16 IDEM — Os operarios em face da urna. *O Operário*. Porto, 10 de Agosto de 1879. p.1.

auto-consolo, que «algumas dezenas de votos simbolizarão outros tantos passos no caminho glorioso da emancipação»[17].

Apenas o muito jovem Guedes de Oliveira mostrava, de forma um pouco mais explícita, ter pouco apreço pela luta eleitoral: «Approxima-se a épocha em que os nossos oppressores costumam illudir-nos. Approxima-se a épocha eleitoral, e nós, os operarios, necessitamos de nos precaver para responder ás intrigas que os nossos exploradores constumam tecer para vendermos a nossa consciencia». Guedes de Oliveira não fazia nenhum apelo directo ao voto e preferia apelar de forma vaga para uma luta que não especifica: «É necessario que a classe operaria que lucta consciente no campo do socialismo esteja alérta para acudir ao chamamento dos seus amigos e camaradas que luctam pela causa de todos»[18].

No *Operário* não existe um único artigo que defenda explicitamente a abstenção dos trabalhadores na luta política. Pelo contrário, aparecem apaixonadas defesas da luta eleitoral e duras críticas aos abstencionistas. É o caso de Azedo Gneco que, nas vésperas das eleições de 1879, declarava: «Dos que se absteem de votar, direi que são o sustentaculo consciente de toda esta podridão. São mais corruptos que os corruptos — folgam e riem com a vista e a analyse da corrupção!»[19].

No próprio dia das eleições, a redacção do *Operário* advinhava o resultado dos socialistas nas eleições. No editorial podia ler-se: «O resultado da lucta eleitoral travada há já dias mostrará hoje, mais uma vez, que a alta significação politica que acompanha o direito de votar é desconhecida pela maior parte dos cidadãos, o que traz consequencias desastradas e perniciosas para a boa gestão dos negocios publicos». Por isso, acrecentava-se, o vencedor das eleições seria «aquelle dos partidos conservadores que mais e melhor soube corromper»[20].

Os resultados dos candidatos socialistas, no Porto, nas eleições de 1879, não foram muito animadores: 18 votos para Afredo César da Silva, no Bonfim (círculo 38); Azedo Gneco, pela Sé (círculo 39), obteve 19 votos e Oliveira Martins, por Cedofeita (círculo 40), conseguia 32 votos. Em Lisboa, o serralheiro portuense, Ermelindo Martins, obtinha 41 votos, Nobre França 43 e Antero de Quental, também 43 votos[21].

Perante estes resultados ter-se-ia colocado mais uma vez a questão do abstencionismo nas eleições? Sabemos que Oliveira Martins (se) interrogava: «Perguntaremos pois: Entendem os operários do Porto que lhes convém mais abster-se da

---

17 IDEM — Á Lucta. *O Operário*. Porto, 27 de Julho de 1879, p. 2.

18 OLIVEIRA, Henrique A. Guedes de — Aos operarios. *O Operário*. Porto, 14 de Setembro de 1879. p, 2.

19 *O Operário*. Porto, 31 de Agosto de 1879, p. 3.

20 *O Operário*. Porto, 19 de Outubro de 1879, p.1. Ver o artigo completo no Anexo 9.

21 NOGUEIRA, César — *Op. Cit.*, p. 103.

política? Não entendem por que votaram com os partidos constitucionais. Ou entendem que a abstenção como partido é a única política a seguir pelos socialistas?»[22].

Os socialistas apontavam algumas razões para este descalabro nos resultados eleitorais. Em primeiro lugar, acusavam o sistema eleitoral de estar corrompido pelo caciquismo local, pela compra e venda de votos, pelo impedimento do exercício do direito de votar a alguns cidadãos, etc. Estes relatos, apesar de constituirem uma versão partidária, não andavam longe da verdade, já que, sobretudo nos meios pequenos, os influentes locais manipulavam a votação, em certos lugares impedia-se o voto aos adversários, oferecia-se dinheiro e álcool, inauguravam-se obras públicas nas épocas eleitorais, criando, assim, postos de trabalho, prometia-se a isenção do serviço militar, etc[23]. Portanto, o processo eleitoral continuava caracterizado, de facto, por muitas irregularidades, que começavam, aliás, no próprio acto do recenseamento, já que a constituição das mesas responsáveis por esse processo competia aos presidentes de câmara. Como afirmam Isabel Vargues e Manuela Tavares Ribeiro, «a fraude eleitoral operava-se em quatro fases: na operação de recenseamento, no apuramento dos votos, no transporte das actas e outros documentos para a cabeça do círculo, no apuramento de votos pela junta do círculo eleitoral»[24].

Não admiram, pois, os comentários duros e desencantados do *Operário* sobre o processo eleitoral . Comentava Azedo Gneco: «Em geral o deputado compra o lugar que occupa. É seu. Custou-lhe dinheiro. É propriedade sua, arrematada pelo maior lance no mercado das consciencias». Em seguida, Gneco especificava como se processava a manipulação dos votos: «Os agentes governamentaes, que em geral são as auctoridades, compram votos com o dinheiro do candidato, com o dinheiro da nação, com promessas de empregos publicos, com dispensa illegal da satisfacção de compromissos para com o Estado; ou coagem eleitores por intermedio d'aquelles de quem estes dependem»[25]. Por vezes as acusações eram mais directas, como, por exemplo, a acusação de que «cincoenta contos de reis foi a quantia que custou aos dois partidos [regenerador e progressista] a lucta eleitoral no circulo do Bonfim»[26]. Noutro artigo comentava-se: «Não houve

---

22 Oliveira Martins citado por NOGUEIRA, César — *Op. Cit.*, p. 86.

23 Exemplos destes processos durante a campanha eleitoral apareciam descritos nos jornais daépoca. Cf. *O Primeiro de Janeiro*. Porto, 30 de Agosto e 15 de Setembro de 1879 e *O Operário*. Porto, 26 de Outubro de 1879.

24 VARGUES, Isabel Nobre; RIBEIRO, Maria Manuela Tavares — Estruturas políticas: parlamentos, eleições, partidos políticos e maçonarias. In MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993. Vol. V, p. 196.

25 *O Operário*. Porto, 31 de Agosto de 1879, p. 3. Azedo Gneco dava como exemplo da existência de coacção sobre os eleitores o caso de um dos candidatos por Alcochete ter ameaçado os trabalhadores que não votassem nele de «serem despedidos das marinhas ou de nunca mais serem chamados para trabalhos da companhia de gaz». *O Operário*. Porto, 28 de Setembro de 1879, p. 2.

26 *O Operário*. Porto, 26 de Outubro de 1879, p. 1.

dinheiro para sustentar o trabalho honrado nas officinas, e houve *cincoenta contos* para sustentar na ociosidade, no vicio, na desordem, esses mesmos operarios a quem primeiro se negou trabalho»[27]. O sapateiro José Luís declarava, ironicamente, que os grandes vencedores tinham sido os taberneiros, porque «liquidaram n'um só dia o que outros não conseguirão liquidar em muitos annos»[28].

Os poucos operários que votavam nas candidaturas socialistas eram «homens guiados apenas pela luz da justiça»[29], mas os outros trabalhadores não ficavam imunes a estas críticas, porque eles vendiam os votos a quem lhes pagasse mais, porque tinham cedido aos candidatos burgueses, representantes dos proprietários, industriais e capitalistas, isto é, os seus piores «inimigos». Azedo Gneco lamentava estas situações, afirmando: «É triste e vergonhoso para os proletarios, o dizer-se que vendem o voto por alguns tostões, e por menos ainda; mas é incontestavelmente verdade... Não duvido que, em alguns casos, o eleitor se veja coagido, porque o desaforo dos influentes não tem limites; mas a maior parte das vezes, o eleitor podia deixar de votar às cegas, ou contra a sua consciencia»[30]. Não tinha a maioria dos operários do Porto votado no Partido Progressista? Pois bem, «agora os operarios, que deram o seu voto para eleger os deputados [...], que façam requerimentos, que dirijam petições, e que escrevam representações, e verão então o seu erro; verão o resultado dos seus pedidos, dos seus requerimentos e das suas representações»[31].

Apesar de tudo, os socialistas não desanimaram com estes resultados, porque encaravam as eleições sob uma perspectiva pedagógica. Havia que educar a classe operária através da campanha eleitoral. Para Azedo Gneco, as eleições «lançavam nos espiritos a ideia de que é necessario bons legisladores e administradores, livremente eleitos pelo povo»[32]. Os socialistas sabiam que estavam «em pequeno numero, com escassos recursos, desajudados, desacompanhados dos seus companheiros, em proveito de quem trabalhavam» e que os resultados seriam diminutos, mas, de cada vez que concorriam, obtinham uma vitória moral que era «a voz de algumas dezenas de homens condemnando os representantes da oppressão do grande sobre o pequeno, do rico sobre o pobre»[33]. Por isso, empenharam-se na luta eleitoral nos anos seguintes.

Como dissémos, após a derrota eleitoral de 1879, não apareceram textos ideológicos no *Operário* a contestar a opção do Partido Socialista pela luta política. Abundam, sim, as notícias de vitórias socialistas em alguns países europeus, em especial

---

27 *O Operário*. Porto, 26 de Outubro de 1879, p. 1.

28 *O Operário*. Porto, 9 de Novembro de 1879, p. 3.

29 *Ibidem*.

30 *O Operário*. Porto, 31 de Agosto de 1879. p. 4.

31 *O Operário*. Porto, 26 de Outubro de 1879, p. 2.

32 *O Operário*. Porto, 3 de Agosto de 1879, p. 2 e 3.

33 *O Operário*. Porto, 19 de Outubro de 1879, p. 1.

na Alemanha, onde, apesar das medidas repressivas de Bismark, os socialistas, conseguiam eleger deputados para os diferentes parlamentos locais e nacional.

Além disso, *O Operário* lembrava frequentemente aos leitores que o processo de recenseamento estava aberto, porque a lei estipulava que ele fosse feito por concelho ou bairro e as listas de inscrição tinham que ser revistas todos os anos. O recenseamento era facultativo e os interessados tinham que apresentar provas documentais na altura da inscrição[34]. A propósito do recenseamento declarava a redacção do *Operário*: «O voto é uma das grandes armas de combate contra a oppressão, quando conscientemente manejado, e a lei faculta-o a todos quantos saibam ler e escrever, ou sejam chefes de familia, comtanto que tenham mais de 21 annos»[35].

A única nota dissonante, mas não de forma demasiado evidente, fora a iniciativa de Ermelindo Martins ao criar, no seio da Associação dos Trabalhadores do Porto, um parlamento revolucionário, porque, dizia ele, «entre as diversas fórmas de governo, aquella que mais procura illudir o povo é a constitucional; proclamando o suffragio universal fallam-nos todos os governos monarchico-constitucionaes nas bellezas do systema representativo que nós conhecemos, e estamos promptos a provar, eivado de mentiras sem conta» e enunciava-as: a corrupção do sistema eleitoral, a venda e compra de votos, a existência de uma câmara alta não eleita que sancionava as leis, o governo nomeado pelo rei e não pelo parlamento, entre outras[36].

Embora *O Operário* seja omisso quanto à existência de descontentamento interno devido à participação do Partido Socialista nas lides eleitorais, ele existia, como contará mais tarde Manuel Luís de Figueiredo: «Os operários agrupados em volta do programma abstencionista mostraram absoluta repugnância pela acção política; e mesmo alguns dos mais notáveis pugnadores do socialismo científico negaram-se a aceitar a luta política como uma necessidade revolucionária»[37].

Mais uma vez, apenas Guedes de Oliveira num artigo inflamado apelidava o parlamento de «circo de palhaçadas» e o sistema eleitoral constitucional como um obstáculo à «progressiva marcha da corrente revolucionária», porque o «o povo n'uma sociedade justa não precisa de *senhores* que o representem nem de *Estados* que o governem»[38]. Mas não se pronunciava claramente sobra a participação dos socialistas portugueses na luta eleitoral.

---

34 Cf. VARGUES, Isabel Nobre; RIBEIRO, Maria Manuela — *Op. Cit.*, p. 194. Ver, como exemplo, *O Operário*. Porto, 1 de Fevereiro de 1880, p.1 e 2.

35 *O Operário*. Porto, 6 de Fevereiro de 1881, p.3.

36 *O Operário*. Porto, 4 de Janeiro de 1880, p. 2.

37 FIGUEIREDO, Manuel Luís — *O Protesto Operário*. Lisboa, 1885. nº 45; citado por NOGUEIRA, César — *Op. Cit.*, p. 47.

38 OLIVEIRA, Guedes de — A Farça Annual. *O Operário*. Porto, 9 de Janeiro de 1881, p.1.

Contudo, o esforço de unidade no Partido Socialista continuava e o IV Congresso reunido no Porto — e onde, como vimos, dominou a ala mais «sindicalista» do Partido — decidia que, tendo como objectivo alcançar a «colectivização da terra e dos instrumentos de trabalho», o Partido Socialista deveria servir-se da política «como meio de acção a aproveitar para a representação e melhoramento do proletariado» e também da greve e da cooperativa na «ordem economica». Acrescentava-se que o Partido deveria empregar como meios eficazes de propaganda a imprensa, o comício, o *meeting*, e a apresentação de candidaturas.[39] Este esforço era também financeiro, porque realizar uma campanha eleitoral ficava caro e, por isso, o *Operário* nos períodos eleitorais abria subscrições na sua redacção para ajudar nas despesas.

Nesse ano de 1880, Antero de Quental candidatava-se pelo círculo 98 de Lisboa, mas no seu manifesto eleitoral demonstrava uma certa descrença no processo eleitoral ao declarar que a classe trabalhadora compreendera que sem socialismo «toda a politica é vã e superficial» porque o movimento liberal e burguês estava esgotado e os partidos transformados em bandos. Concomitantemente, Quental e atacava o parlamentarismo cuja essência considerava ser a «conspiração permanente». Contudo, o escritor ia a votos, porque acreditava que «para exprimir o pensamento do Proletariado só o Proletariado é competente»[40]. Nessas eleições suplementares, Antero alcançava 35 votos, que o *Operário* classificava de «consciencias livres» e que o próprio intelectual socialista apelidava de «consciencias leaes», porque esses votos, «votos do pobre e dependente tiveram de resistir a seducções e pressões [...] tiveram de resistir ao dinheiro, ás promessas e ás ameaças, aos mil meios, ora vis ora tyrannicos, que emprega habitualmente a insolencia do poder e da influencia»[41].

Em 1881 realizavam-se eleições legislativas e municipais e, perante esse cenário, Bessa de Carvalho comentava que se aproximava «mais um escandaloso mercado eleitoral onde os eleitores inconscientes irão vender o seu voto aos galopins regeneradores ou progressistas». Contudo, o Partido Socialista iria concorrer, porque «á classe operaria, nenhum partido convém a não ser o que seja formado por ella mesma» e porque nos restantes partidos se encontravam «o capitalista, o proprietário, o industrial, o commerciante, etc, e outros representantes da sociedade burgeza»[42]. A mensagem eleitoral repetia-se. E os resultados também.

No Porto concorreram Alfredo da Silva (Bonfim), Azedo Gneco (Sé) e Ferreira da Silva (Cedofeita). Em Lisboa os candidatos foram Nobre França, pelo círculo 92 e

---

39 Ver *O Operário*. Porto, 19 de Dezembro de 1880, p. 1; e NOGUEIRA, César — *Op. Cit.*, p.114 e 115.

40 *O Operário*. Porto, 22 de Agosto de 1880, p. 1 e 2.

41 *Ibidem*.

42 CARVALHO, Bessa de — Aos trabalhadores — as proximas eleições. *O Operário*. Porto, 8 de Maio de 1881. p. 1

Agostinho José da Silva, no círculo 94.[43] Os editoriais continuavam a denunciar a poderosa máquina eleitoral montada pelo governo, os subornos e as pressões exercidas sobre os operários, a eliminação de centenas de potenciais eleitores das listas de recenseamento, etc.[44] Mas continuava-se, igualmente, a apelar ao voto dos operários no Partido Socialista. A Comissão Eleitoral do Partido dos Operários Socialistas pedia, nas páginas do *Operário* que os trabalhadores fossem às urnas exercerem «o unico direito que o Constitucionalismo dos nossos dias nos confere». Alertavam esses trabalhadores contra as falsas promessas: «Prometteram-vos dinheiro, vinho, a isempção do serviço militar aos vossos filhos, a protecção á vossa vida particular; apertaram-vos a mão, chamaram-vos amigos, fizeram-vos mil promessas e mil demonstrações de sympathia, para vos apresentarem a uns sujeitos regeneradores, progressistas ou republicanos que sabem tanto das vossas necessidades como vós sabeis do que vae agora na China»[45]. Apesar de não terem grandes esperanças em alcançar um bom resultado — «sabemos que uma grande derrota nos espera» —, estes homens acreditavam que estavam a preparar o caminho para uma futura vitória, mas não sabiam quando e, por isso, declaravam: «Não venceremos hoje nem amanhã, mas havemos de necessariamente vencer um dia, se antes d'esse dia o nosso desespero não exigir a victoria immediata»[46].

Alguns dos antigos companheiros de luta, como Pinto Barbosa e Ermelindo Martins, já haviam desesperado perante a insistência na luta política e tinham rompido com o Partido Socialista em busca de outros caminhos mais focalizados na luta económica.

Outros, como Bessa de Carvalho e José Ribeiro, continuavam a insistir nas vantagens da luta eleitoral, apesar dos resultados nunca ultrapassarem as dezenas de votos. Outros ainda, como Eduardo Carvalho e Cunha, insistiam na autonomia da Associação face ao Partido e na importância da luta sindical.

A já citada Conferência Socialista de 1882 tentou agradar a gregos e troianos. A velha Associação recuperou a sua autonomia e aprovou-se uma declaração determinando que se mantivesse a constituição da classe trabalhadora em partido político distinto dos demais partidos burgueses e que, embora o Partido Socialista continuasse firme em todos os princípios, «pela fatalidade da própria existência» tinha de moldar a sua acção

---

43 Os socialistas não concorreram em Lisboa pelos círculos 97 e 98 e, embora oficialmente dessem liberdade de votos aos seus eleitores, aconselharam o voto nos candidatos republicanos. O número do *Operário* com os resultados das eleições não existe na colecção da Biblioteca Municipal do Porto e César Nogueira também não refere quais foram os resultados. *O Operário* faz apenas referência a «algumas dezenas». *O Operário*. Porto, 28 de Agosto de 1881, p. 1. Nas eleições municipais do Porto os socialistas abstêm-se.

44 Ver, como exemplo, *O Operário*. Porto, 7 de Agosto de 1881, p.1.

45 *O Operário*. Porto, 14 de Agosto de 1881, p. 1. A referida comissão eleitoral era composta por Francisco Viterbo Campos, João Maria Pina, Luís Soares, Moreira da Silva e L. A. Teixeira.

46 *Ibidem*.

revolucionária às circunstâncias em que se encontrava e «às fases por que passar a sociedade portuguesa» e quando «o julgar conveniente manifestar-se na urna, não o fará senão com candidaturas da classe trabalhadora, militante do partido»[47].

Entre 1878 e 1895 os socialistas não alcançaram qualquer votação significativa, reforçando a facção que defendia o desprezo pela urna. Os operários convenceram-se de que não obteriam nada através da luta política e viraram-se para a luta sindical.

Gonçalves Viana, mais tarde, verá estes anos como «desastrosos», considerando que foi um erro táctico importante a luta focalizada na acção política porque, explica o serralheiro anarquista, «a luta política é inconsequente com o espiríto revolucionário e com a aspiração de inteira liberdade que predomina na massa anónima»[48].

O Partido Socialista acabaria por perder em todas as frentes: na luta política, porque um operariado disperso, pouco alfabetizado e vivendo em condições miseráveis ficou indiferente perante os apelos ao voto, que via como um instrumento do domínio burguês, e os poucos que se mostraram receptivos viram nos republicanos uma alternativa mais credível e eficaz; na luta económica onde foram ultrapassados pelos anarco-sindicalistas que conseguiram efectivas melhorias nas condições de trabalho e de vida dos operários através das greves, das cooperativas e do associativismo sindicalista.

7.2. As greves

A posição dos socialistas perante a luta política determinou a perspectiva com que encaravam as greves dos operários. Se a facção mais «sindicalista» via a greve como uma arma fundamental ao serviço dos trabalhadores, por seu lado, o Partido Socialista considerava a greve como um obstáculo à acção política dos operários que gastavam desnecessariamente as suas energias e o seu tempo.

O período em análise neste trabalho (1879-1882) caracteriza-se por uma média anual de greves muito baixa[49], tendência que se manteve até 1886. Anteriormente, apenas em 1872 houvera uma intensa actividade grevista, devido à acção da Fraternidade Operária. Significativamente, os dirigentes socialistas evocariam essa experiência grevista como algo de negativo, inconsequente e prejudicial ao desenvolvimento do movimento operário e socialista. Os «excessos» grevistas de 1872 teriam contribuído para o quase

---

47 Citado por NOGUEIRA, César — *Op. Cit.*, p. 133 e 134.

48 *O Eco Metalúrgico*. Lisboa, 21 de Março de 1897.

49 Sobre o número e características das greves no século passado ver: FONSECA, Carlos da — *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América, s.d. Vol. IV (Greves e Agitações Operárias); SILVA, Fernando Emídio da — *As Greves*. Coimbra, 1913; TENGARRINHA, José Manuel — Movimento grevista e sociedade em movimento: uma perspectiva histórica até 1920, In *Estudos de História Contemporânea de Portugal*. Lisboa: Caminho, 1983.

aniquilamento do movimento operário. A propósito desse surto grevista, considerava o *Protesto* que «todo este movimento tinha por norte a greve a todo o transe» e esse desejo aumentou a rivalidade entre as associações operárias, já que «todos queriam apresentar a maior soma de greves»[50]. Em Lisboa, num período de 18 meses, a Fraternidade Operária liderou mais de 50 greves. Mas a defesa deste recurso como meio privilegiado de acção integrava-se nos objectivos da Fraternidade Operária de manter a luta dos operários circunscrita ao campo económico. E, em 1872, também Quental, no seu já citado opúsculo *O que é a Internacional?,* defendia a greve como um meio importante de resistência para conquistar «ora augmento do salario, ora a diminuição das horas de trabalho, ora garantias para a dignidade e liberdade do operario dentro da fabrica»[51].

Na maior parte dos textos do *Operário* dedicados às greves não se encontra uma grande simpatia para com os operários grevistas o que parece traduzir a linha oficial do Partido Socialista que, recorde-se, desde 1878, coordenava a acção da Associação dos Trabalhadores. De facto, para os dirigentes partidários, as greves operárias foram muitas vezes inoportunas. Carlos da Fonseca, não estranha esta atitude de reserva ou até de hostilidade dos movimentos políticos em relação às greves, porque «a grande percentagem de conflitos mal acabados, a falta de meios pecuniários que autorizem maior resistência e a própria fraqueza das estruturas sindicais não eram de molde a despertar euforias nos "partidos operários"»[52].

Como contrapartida aos desejos grevistas contrapunha-se o associativismo e, sobretudo, a luta política. Num editorial não assinado afirmava-se que só seriam atendidas as reclamações dos operários quando estes forem fortes e respeitados e essa força só seria alcançada através da associação; as medidas protectoras do trabalho que estavam a ser tomadas em alguns países deviam-se justamente «á força dos socialistas nestes paizes e até á eleição de alguns». Aliás, mesmo as greves só poderiam sair vitoriosas se fossem fruto de uma união dos operários, como demonstrava o exemplo inglês. E, a propósito comentava-se: «Não applaudimos as greves, com quanto sejam uteis em certas circunstancias; mas o que temos em intenção mostrar por estes exemplos, é que não temos meio algum de obter a força de que carecemos senão associando-nos»[53].

---

50 *O Protesto*. Lisboa, 1876. nº 61.

51 QUENTAL, Antero de — O que é a Internacional? *O Operário*. Porto, 9 de Maio de 1880, p. 2.

52 FONSECA, Carlos da — *Op. Cit.*, p. 49 e 50.

53 *O Operário*. Porto, 30 de Novembro de 1879, p. 1. A pouca simpatia dos partidos socialistas para com os grevistas sentia-se noutros países europeus, como por exemplo na Bélgica, em que o Partido Socialista local, a propósito de uma greve dos mineiros, era de opinião que «esta gréve rebentando em circumstancias desfavoraveis e não podendo esterder-se ás outras bacias de hulhas, não teria nenhuma probabilidade de exito, e que por consequencia não devia ser aconselhada aos mineiros. E alguns delegados do Partido Socialista foram enviados junto dos mineiros para lhes pedir paciência. *O Operário*. Porto, 4 de Janeiro de 1880, p. 2.

Eram frequentes as notícias sobre greves no estrangeiro, com especial destaque para a Inglaterra e a França que viveram um intenso período grevista nos primeiros anos da década de oitenta. Os motivos que originavam estas greves prendiam-se essencialmente com a quebra dos salários, o horário de trabalho, as más condições do local de trabalho ou a solidariedade com a luta de outros operários. Raramente *O Operário* comentava estas greves, limitando-se a dar a notícia, a criticar os excessos policiais quando ocorriam ou a afirmar que continuava a «lucta tenaz entre o capital e o trabalho»[54]. Já quando as greves não eram vitoriosas comentava-se, por vezes, que era o resultado «da imprudencia dos operarios e do seu desleixo pela associação. Que se unam e sejam circumspectos, e serão fortes»[55].

E mesmo perante greves vitoriosas, como a dos ebanistas de Paris, Joaquim Pinto de Carvalho, concordando que era um exemplo de que a união fazia a força, acrescentava: «Nós sabemos que as gréves pouco adiantam para o bem estar dos trabalhadores, mas em todo o caso é este um meio de se mostrar aos *senhores* burguezes que os operarios estão dispostos a reagir contra todas as oppressões que se lhes ofereçam». Todavia, este socialista portuense mostrava que não se devia esquecer a luta protagonizada pelo Partido: «E ao mesmo tempo que combatemos pelos nossos direitos no campo economico, não nos esqueçamos de combater no campo político»[56].

Vejamos, de seguida, que greves ocorreram durante o período 1879-1882. Carlos da Fonseca enumera as seguintes: greve dos corticeiros de Lisboa, em 1880, dos fabricantes de móveis de ferro de Lisboa, em Janeiro de 1881, dos tipógrafos e dos tabaqueiros de Lisboa e dos tecelões do Porto, em 1882[57].*O Operário* informa-nos sobre mais algumas: em 1879, a greve dos operários das docas do Funchal contra uma redução de 20% nos seus salários[58]; em Maio de 1880, a greve dos operários chapeleiros fulistas da fábrica de António Braga, na Rua do Bonjardim, no Porto, que contou com o apoio de uma comissão de operários chapeleiros de outras fábricas[59]; em Outubro de 1880, as greves dos mineiros da Mealhada e do Coval de Mós por terem baixado os seus salários, dos operários da companhia de gás de Lisboa, para obterem aumento salarial e a abolição das multas, e dos operários do Matadouro Municipal de Lisboa contra a obrigatoriedade de frequentarem a escola da oficina[60].

---

54 *O Operário*. Porto, 13 de Julho de 1879. p. 2.

55 *O Operário*. Porto, 4 de Abril de 1880, p. 2.

56 *O Operário*. Porto, 7 de Novembro de 1880, p. 2.

57 FONSECA, Carlos da — *Op. Cit.*, p. 152.

58 *O Operário*. Porto, 10 de Agosto de 1879, p. 3.

59 *O Operário*. Porto, 16 de Maio de 1880, p. 4. O jornal não comentava a greve mas criticava a posição dos operários chapeleiros da Fábrica Social que teriam recusado o auxílio aos seus companheiros em greve.

60 *O Operário*. Porto, 17 de Outubro de 1880, p. 3 e 4.

Algumas daquelas greves foram comentadas no *Operário*. Assim, Alfredo da Silva começava por clarificar o posicionamento do Partido Socialista: «Não appoiamos nem aconselhamos o recurso ás gréves, são ellas sempre um mal que se oppõe a outro mal, e só em ultimo extremo se deve lançar mão de um meio tão violento se bem que muitas veses necessario, para corrigir as demasias e prepotencias dos patrões, que obrigam muitas vezes os operarios a resistirem, usando de tal meio de que algumas vezes teem colhido proficuo resultado»[61]. Para este socialista lisboeta, a greve dos trabalhadores da companhia de gás era o resultado de terem «vendido a sua consciencia» nas últimas eleições, votando nos progressistas. A greve dos operários do Matadouro Municipal era, para Alfredo da Silva, um exemplo da «falta completa de um bocado de bom senso, na maioria da classe operaria». Segundo as informações disponíveis, o administrador do matadouro criara no edifício municipal uma escola, obrigando todos os empregados que não soubessem ler a frequentá-la duas horas por dia, o que para o dirigente socialista parecia «ser altamente proveitoso e digno de elogio», embora não concordasse com as multas para os operários que faltassem[62].

Assim, durante este período, o Partido, através das páginas do *Operário* posicionava-se em oposição às greves, o que levaria, como já vimos, à saída de Pinto Barbosa, porque a indiferença dos dirigentes socialistas pelas reivindicações imediatas dos operários provocara «entre os grevistas um desejo exarcebado de autonomismo, não do tipo *anárquico*, como se tem afirmado, mas *sindicalista*, frequentemente instigado pelas doutrinas possibilistas e nelas confundido»[63]. Esta posição também não era partilhada pelos membros das associações operárias, embriões dos futuros sindicatos, para quem, qualquer melhoria no presente do trabalhador era uma conquista importante contra o capitalismo.

Em Janeiro de 1881, provavelmente como resultado da vitória momentânea da facção «trabalhista» no IV Congresso do Partido Socialista, o *Operário* aparecia a apoiar a greve dos operários de móveis de ferro, de Lisboa, contra o aumento do horário de trabalho. Assim, o jornal portuense publicava o manifesto dos operários da Fábrica Lisbonense, onde tinha começado a greve, pedindo auxílio para «uma greve tão justa quanto necessaria», porque era o «protesto dos opprimidos». Além disso, a redacção do *Operário* abria uma subscrição para ajudar financeiramente os trabalhadores grevistas[64].

Sabemos que *O Operário*, a partir de meados de 1881, sofreu uma mudança ideológica com o afastamento de elementos que irão formar grupos anarquistas e com a

---

61 *Ibidem*, p. 4.

62 *Ibidem*. A greve do Matadouro terminava em Novembro com os operários a concordarem em frequentar a escola. *O Operário*. Porto, 7 de Novembro de 1880, p. 3.

63 Prefácio de Carlos da Fonseca a VIANA, J. M. Gonçalves — *A Evolução Anarquista em Portugal*. Lisboa: Seara Nova, 1975, p. 23.

64 *O Operário*. Porto, 16 de Janeiro de 1881, p. 2 e 3.

reentrada do marxista José Ribeiro. Como posteriormente a essa data não houve movimentos grevistas, não sabemos que posição tomaria o jornal.

Quando, em 1882, entraram em greve os operários manipuladores de tabaco da Fábrica Regalia, de Lisboa, começava a Conferência Socialista que garantia a autonomia da Associação dos Trabalhadores e o reforço da luta económica. Mas a própria ala possibilista do Partido Socialista não conseguirá competir com os grupos anarquistas que surgirão com força em meados da década de oitenta na capital e no Porto. Ora, a partir de 1885/86 começava um forte surto grevista apoiado pelos anarquistas e que escapará quase completamente ao controlo do Partido Socialista. Este continuava a acreditar num caminho seguro e lento para fazer a revolução.

7.3. A revolução como objectivo?

Muitos dos artigos do *Operário* acabavam com o grito de «Viva a Revolução Social!». Mas que revolução era esta? Esta mesma questão fora feita pelo jornal *O Bejense* que perguntava que escola socialista defendia *O Operário*, a moderada, que acreditava na evolução das sociedades, ou a revolucionária, que combatia violentamente a ordem e que, posta em prática, causaria «estragos»? Respondia a redacção do jornal portuense que, apesar de se considerarem revolucionários, não pretendiam «agitar as massas inconscientes», procurando levá-las a extremos que «por extemporaneos e inconscientes seriam altamente perigosos» e, além disso, interromperiam «a marcha triunphante do progresso»[65].

Na memória de todos, socialistas e adversários, mantinha-se a experiência revolucionária e sangrenta da Comuna de Paris, de 1871. Esse episódio continuava a ser exaltado pelos socialistas de todo o mundo como um marco para a luta dos trabalhadores. Proclamava o *Operário,* no 10º aniversário da Comuna: «Todos os povos celebram o dia 18 de março, porque significa uma data memoravel para o proletariado moderno. 18 de março significa o despertar de um povo adormecido; a reivindicação de um direito subjugado; a soberania e independencia de um povo escravo»[66]. Mas esta experiência não era para ser repetida. Azedo Gneco era bem claro quando dizia detestar a frase «o que é preciso é uma communa, isto não vae d'outra maneira», frase essa que, «pronunciada n'um sentido horrivel, espalha-se, propaga-se»[67].

João Ricardo era mais profundo na sua análise e fazia uma retrospectiva das primeiras revoltas nos países mais industrializados que, por não terem qualquer

65 *O Operário*. Porto, 7 de Março de 1880, p. 1 e 2.

66 *O Operário*. Porto, 20 de Março de 1881, p. 1.

67 *O Operário*. Porto, 3 de Agosto de 1879, p. 3.

organização e disciplina, foram «infructiferas, senão prejudiciais ao movimento operario». Ricardo condenava as revoluções inúteis que deixaram «estendidos nas ruas e nas praças milhares de cadaveres de operarios». E, como exemplos destas revoluções, apresentava as datas de 1831, 1848 e, sobretudo, de 1871, que resultaram na vitória da burguesia sobre o proletariado. Finalmente, acrescentava Ricardo, a classe trabalhadora, percebia que «as sociedades não podiam transformar-se repentinamente». E o caminho, defendia o sapateiro marxista, passava pelo sufrágio universal[68]. Perante as objecções de que o sufrágio estava adulterado, Ricardo profetizava que, se isso continuasse por muito tempo, rebentaria «a revolução, não a revolução cega, anticivilisadora, mas a revolução já preparada pela disciplina moral das massas, a revolução expontanea, efficaz, vificadora, a que nada poderá oppor-se por obedecer ás leis imutaveis da evolução»[69]. Eis o caminho revolucionário dos marxistas: a conquista gradual do poder pelo povo trabalhador guiado pela vanguarda do proletariado, representada pelo Partido Socialista.

Também o operário socialista Silvestre Pinto Caldeira defendia a revolução pacífica, «a revolução das ideias» que seria alcançada pela associação, pela escola, pelo livro e «não pelo fôgo, levantando discussões contra discussões e não trincheiras contra trincheiras». Os socialistas combatiam essa revolução violenta, porque, explicava Caldeira, ela «derrubaria as nossas asserções»[70].

Assim, os socialistas, sobretudo os da linha marxista, acreditavam que, à medida que a industrialização avançasse, o número de operários aumentaria e, consequentemente, cresceria também o socialismo, porque esses operários ganhariam consciência política face à crescente exploração capitalista. Seria possível, então, tomar o poder sem banhos de sangue, ou seja, realizar o que a Comuna de Paris tentara, sem as consequências da sua derrota.

O meio privilegiado de alcançar a «revolução social» era, portanto, a luta política protagonizada pelo Partido Socialista. É nesta perspectiva que se situa a defesa que Gneco fazia de uma revolução «essencialmente opportunista, methodica e gradual, e, portanto, a agrupação dos socialistas como partido militante e a sua acção immediata, uma necessidade consequente da propria revolução social»[71]. Defendia-se, pois, a revolução através do sufrágio universal, ou seja, a revolução que resultava do proletariado organizado em partido distinto dos partidos burgueses. Por isso, Bessa de Carvalho pensava que a revolução social seria possível quando o proletariado se agrupar «em volta da bandeira vermelha e impondo, ao direito da força, a força do direito, destrua tudo o

---

68 RICARDO, João — A emancipação dos trabalhadores. *O Operário*. Porto, 17 de Julho de 1881, p.1. Ver o texto integral no Anexo 10.

69 IDEM, *Ibidem*.

70 CALDEIRA, Silvestre Pinto — Organisação Actual. *O Operário*. Porto, 27 de Julho de 1879, p. 2.

71 *O Operário*. Porto, 3 de Agosto de 1879, p. 3.

que é indigno e tudo o que se oppõe á sua libertação»[72]. O poder da burguesia estava a acabar e havia de chegar o tempo do proletariado, porque o motor da história era a luta de classes. E a revolução já tinha começado, porque, afirmava Gneco, «a revolução está-se operando pacificamente, em substituição da arma; o parlamentarismo, os jornaes, as conferencias, os meetings; mas no momento em que o proletariado peça contas á burguezia [...] a revolução energica será inevitavel, porque a burguezia não transige nem cede uma linha de seus privilegios»[73].

E anunciava-se o futuro: «É então que nós esperamos que os proletarios das cidades e dos campos, organisados e conscientes dos seus direitos, formem uma massa compacta capaz de supportar o choque e destruir esta ultima forma de dominação burgueza; esperamos mais, que os proletarios não se contentem de fazer uma revolução politica com o fim de serem uns individuos susbstituidos por outros; mas sim que façam a revolução social, que supprimindo as classes, as transformará todas n'uma unica — a dos trabalhadores —, destruindo a apropriação individual das forças de producção e circulação para dar lugar á propriedade collectiva da communa ou do estado»[74].

Por último, há que destacar nas páginas do *Operário* apenas duas opiniões ligeiramente diferentes. Guedes de Oliveira, com o ardor revolucionário da juventude, confessava que a revolução social poderia não ser assim tão pacífica: «Aspira-se hoje á igualdade social em toda a sua acepção, mas por meio da revolução socegada; todavia, se d'esse modo se não puder obter, é justo recorrer a meios extremos, pois se trata d'um assumtpo grave, de que depende a felicidade dos povos»[75]. Em breve, Guedes de Oliveira engrossará o movimento anarquista e, mais tarde, passará para as fileiras republicanas.

Também Oliveira Martins tinha ideias muito próprias sobre a revolução social necessária e que nada tinham a ver com a linha editorial do jornal e com os princípios do Partido Socialista. Afirmava ele que «nem a revolução social pode, pois, ser a obra particular de uma certa classe, nem mesmo entre as diversas classes d'uma sociedade a classe operaria se acha em Portugal nas condições de ter n'essa revolução o papel dominante». Para Martins, o primeiro passo passava pela união dos trabalhadores, pela consciência dos seus direitos, porque «é necessario ser primeiro alguma coisa; depois, e só depois, se pode dizer o que se pretende»[76]. Martins acabará, depois, por defender que

---

72 *O Operário*. Porto, 2 de Janeiro de 1881, p.1 e 2.

73 *O Operário*. Porto, 12 de Dezembro de 1880, p. 2.

74 *O Operário*. Porto, 20 de Fevereiro de 1881, p. 2.

75 *O Operário*. Porto, 14 de Novembro de 1880, p.4.

76 MARTINS, Oliveira — O socialismo e as classes operarias. *O Operário*. Porto, 11 de Janeiro de 1880, p. 1.

a revolução social deve partir de cima, do Estado, numa concepção típica de um «socialista de cátedra».

Conclui-se que a maioria dos socialistas desvalorizava o discurso revolucionário, privilegiando a legalidade da luta política e/ou a acção pacifíca e pedagógica das associações de trabalhadores. O espírito revolucionário, presente no jovem Guedes de Oliveira, será retomado mais tarde pelos anarco-sindicalistas o que talvez explique o sucesso desta corrente junto dos trabalhadores ao mesmo tempo que a influência dos socialistas se tornava residual.

8. A instrução e a aprendizagem

Mulheres do meu país:
Acaso alguma deseja
Que o seu filhinho não veja,
Que viva tão infeliz?

Mandai-o de muito novo
Onde receba instrução
Que vale mais do que o pão,
É a riqueza do povo.

Acácio de Paiva,
A Voz do Operário, 1911.*

8.1. A importância da instrução para os socialistas. O operário «virtuoso»

Para os socialistas portuenses a instrução era «uma imperiosa necessidade»[1] que reivindicavam como um direito fundamental de todos os trabalhadores. Contudo, a ênfase na educação do povo não era um exclusivo do pensamento socialista, mas de todo o discurso liberal.

A construção da nova sociedade liberal exigia não só uma nova regulação jurídica da política e da economia, mas também a formação política, ideológica e cultural do povo. Educar era instruir e transmitir valores e normas de conduta e, por isso, como afirma Augusto Santos Silva, o objectivo fundamental da educação era «formar cidadãos, moral e intelectualmente preparados, e intervenientes activos na vida económica, social e política nacional»[2]. Liberalismo e educação estavam intimamente ligados, porque, se só podia existir educação popular e aberta em regime liberal, também não podia haver um verdadeiro regime liberal sem uma educação efectiva do povo[3].

---

* *A Voz do Operário*. Lisboa, 15 de Outubro de 1911. Citado por MÓNICA, Maria Filomena (org. e pref.) — *Poemas Operários*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1983, p. 99.

1 *O Operário*. Porto, 6 de Julho de 1879, p. 1.

2 SILVA, Augusto Santos — *Formar a Nação: vias culturais do progresso segundo intelectuais portugueses do século XIX*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1987, p. 88.

3 D. António da Costa, um dos maiores pensadores sobre pedagogia do século XIX, considerava a educação do povo e a liberdade como indissociáveis e por isso afirmava, descontente com a situação do seu tempo: «A nação tem sede não só do ler, mas de todos os assuntos educativos e profissionais que hoje elevam a instrução a uma verdadeira reformação social. A instrução adiantou-se em relação ao passado, mas ainda não se nacionalizou; o povo não sabe». COSTA, D. António — *História da Instrução Popular em Portugal desde a Fundação da Monarquia até aos Nossos Dias*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1871. cap. XIV, p. 248-249.

A nova sociedade burguesa percebia que o seu poder só poderia ser consolidado com um «verdadeiro» povo consciente dos seus direitos e deveres. Nas palavras de Vitorino Magalhães Godinho: «A burguesia não podia afirmar-se social e politicamente enquanto esses campónios seguissem às cegas o morgado sr. Joãozinho das Perdizes ou o "brasileiro", enquanto sob a férula sacerdotal se opusessem ao progresso — as estradas, ao enterro no cemitério — e se mantivessem na ignorância crassa, presa fácil de pregadores sem escrupúlos. [...] Havia, em suma, que criar o cidadão acabando de vez com o súbdito que não sabe reclamar o que lhe é devido, incapaz de afirmar os seus direitos porque o habituaram a ter unicamente deveres, e que por isso pensa pela cabeça dos caciques, humildemente agradece o que lhe é devido — o que seria devido numa civilização assente na cidadania — e ele julga sempre acto de caridade, embora esta última instância realizada com o seu próprio dinheiro...»[4]. Não admira, portanto, que na primeira metade do século XIX, a educação ocupasse um espaço privilegiado nos textos constitucionais, até porque o próprio exercício da soberania passava também pela instrução porque a alfabetização era uma das condições para se ser elegível e eleitor.

Este interesse pela educação acentou-se a partir dos anos cinquenta devido à conjugação de dois factores, aparentemente divergentes: a Regeneração com o seu projecto de desenvolvimento industrial e as novas ideias revolucionárias e democráticas de 1848. Assim, para os técnicos, intelectuais e políticos que apoiaram ou ocuparam lugares-chave nos governos da Regeneração o progresso económico — a par com a estabilidade política — era o objectivo fundamental, o que pressupunha uma aposta na industrialização e, também, uma melhoria das qualificações dos agentes económicos — técnicos e empresários, quadros médios e, igualmente, agricultores e operários. Entre esses homens distinguiram-se, por exemplo, Andrade Corvo, Fradesso da Silveira e Rebelo da Silva.

Ao mesmo tempo, vários intelectuais, muitos deles oriundos da esquerda do liberalismo, adoptaram as ideias democráticas e mais ou menos socializantes das revoluções de 1848, viam na educação uma oportunidade de qualificar a mão-de-obra operária e de a promover socialmente e, ainda, de incentivar a educação dos trabalhadores para uma verdadeira cidadania. Entes esses pensadores pontuavam Henriques Nogueira, Sousa Brandão, Costa Goodolfim, Oliveira Marreca e Custódio José Vieira. Este último considerava a educação como o meio ideal de ascensão social dos trabalhadores, mas salientava que isso só seria possível quando houvesse, de facto, igualdade de oportunidades para todos os indivíduos, o que implicava, nas suas palavras, uma

---

[4] GODINHO, Vitorino Magalhães — *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Arcádia, 1975, p. 157-158.

«revolução social», que o regime liberal representativo não assegurava[5]. Esta posição seria retomada, mais tarde, pelos socialistas. A este sector juntou-se também um grupo de militantes associativos e de operários, distinguindo-se o papel do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, criado em 1853 por Sousa Brandão e Lopes de Mendonça, cujo programa previa a criação de cursos de instrução popular e de qualificação da mão-de-obra.

A partir dos anos setenta, os novos intelectuais e militantes republicanos e socialistas afirmaram ainda mais veementemente a fé na instrução do povo. Os socialistas reconheciam que a educação estava presente nos discursos do governo e da oposição[6]: «Instruir o povo tem sido o desejo dos governos constitucionaes», afirmavam, mas, ao mesmo tempo, questionavam o que entendiam os governantes por povo, porque, «para dar a verdadeira e util intrucção aos que vivem nas ultimas camadas em condições taes que mais parecem escravos do que cidadãos, condições devidas á má disposição dos individuos na sociedade; dár a esses a instrucção precisa para que saibam comprehender o que são e para o que servem, indicar-lhes o que teem a fazer como cooperadores para a prosperidade da sociedade para que trabalham, dar-lhes essas instrucção, não tem sido até hoje o intento dos que governam»[7].

O sapateiro José Luís também declarava «que todos fallam, todos clamam, pedindo instrucção publica obrigatoria, como o unico meio de esterminar a ignorancia do seio das classes obreiras; os partidos politicos adornam os seus programmas com essa medida salvadora; os deputados gastam uma boa parte das sessões em discussão sobre a utilidade do ensino obrigatorio, e a imprensa não deixa de imitar aquelles que se empenham n'uma tão gigantesca tarefa», contudo, lamentava-se este socialista, tudo continuava em projecto quando a instrução era reconhecida como uma justa aspiração dos trabalhadores. José Luís interrogava-se se essa falta de vontade em instituir o ensino obrigatório seria «porque os governos temam que o operario, até hoje escravo da mais crassa ignorancia, possa amanhã, depois de convenientemente instruido, tornar-se n'um juiz imparcial, frio e severo dos seus actos» e, contudo, afirmava ele, os governos eram as maiores vítimas da ignorancia de um operário que «convenientemente illustrado seria o melhor sustentaculo de um governo que não se afastasse da orbita da moralidade»[8]. Aliás, esta suspeita de que ao poder interessava a ignorância dos trabalhadores era referida

---

5 Os artigos de Custódio José Vieira sobre educação foram publicados no jornal *A Península*, em 1852, e, depois, reeditados por SÁ, Victor — *Perspectivas do Século XIX*. Lisboa: Portugália, 1964.

6 Durante a campanha eleitoral de 1879, os Progressistas do Porto, através do candidato pelo Bonfim, Mariano de Carvalho, prometiam aos eleitores que, se fossem governo, criariam escolas de desenho e bibliotecas para os operários. *O Operário*. Porto, 2 de Novembro de 1879, p. 3.

7 *O Operário*. Porto, 13 de Julho de 1879, p. 1.

8 LUÍS, José — A instrucção pública e o trabalho I. *O Operário*. Porto, 7 de Dezembro de 1879, p. 1 e 2.

constantemente, porque assim o povo continuava a «pagar mais», a trabalhar e a calar e, quando fosse «derramada» a instrução, o povo teria conhecimento dos deveres e dos direitos de cada cidadão[9]. Deste modo, para os socialistas a educação era um meio essencial de acesso à cidadania.

Os militantes socialistas acreditavam que a instrução era, também, um meio de libertação e emancipação dos povos e era neste sentido que Beatriz Neves afirmava: «Para vencermos necessitamos instruir o povo; — expulsar do lar o domínio das doutrinas metaphisicas e das crendices religiosas que tolhem o caminho do progresso, com os falsos milagres dos seus deuses irrisórios». Só estes cidadãos instruídos é que poderiam compreender que o caminho do futuro era a «grande federação socialista». Daí a necessidade de laicizar o ensino, expulsando os jesuítas e, também, de «criar aulas, por iniciativa nossa, onde os filhos do povo e a mulher possam vêr bem claro o chaos para o qual a ignorancia e os falsos preconceitos os arrastam inconscientemente»[10].

A instrução era, igualmente, entendida como um meio de nivelar as desigualdades sociais e, por isso, afirmava-se no *Operário* que, «no dia em que a instrucção se tiver diffundido por todas as camadas sociaes, deixará de haver miseria, porque o trabalho se estenderá a todos os membros da familia humana»[11].

Havia ainda outro aspecto a considerar neste incentivo à difusão da educação. Acreditava-se que a educação civilizava, transmitindo valores e moralizando os costumes. Os socialistas insistiam igualmente neste ponto, considerando que só a educação podia combater os vícios e a criminalidade, porque nenhum deste problemas poderia ser solucionado com a cadeia ou com o agravamento das penas, já que na origem de tudo estava «falta da educação, filha da ignorancia e da mizeria» e esses problemas só iriam diminuir com «as luzes e os progressos da civilisação». Daí a insistência na «educação intellectual e moral do espirito, no desenvolvimento do trabalho e no derramamento da educação»[12]. Os socialistas acreditavam, portanto, que só com muita instrução seria possível formar o operário «virtuoso», afastado do lupanar e da taberna, capaz de dignificar a sua condição operária e conciente do valor da sua arte e dos seus direitos. Como vimos, só este operário «virtuoso» podia votar conscientemente, ao contrários dos trabalhadores ignorantes que vendiam os seus votos por algum dinheiro ou por um copo de vinho. Criava-se, assim, uma espécie de «moral operária», que não era muito diferente da moral pequeno-burguesa, porque, como refere Filomena Mónica, valorizava-se o bom

---

9 *O Operário*. Porto, 28 de Março de 1880, p.1. Este artigo completo encontra-se no Anexo 11.

10 NEVES, Beatriz — A Instrucção. *O Operário*. Porto, 14 de Fevereiro de 1881, p. 1. A questão da relação da educação com a religião foi abordada no capítulo 4; e sobre a educação da mulher falaremos no capítulo seguinte.

11 *O Operário*. Porto, 6 de Julho de 1879, p. 1.

12 *O Operário*. Porto, 1 de Janeiro de 1881. p. 2.

profissional, bom chefe de família, afastado do álcool e do bordel e de todo o excesso festivo que se identificava com as massas populares[13].

Quanto à escola, ela era entendida como o principal meio de veicular a instrução e a primeira prioridade era baixar as elevadas taxas de analfabetismo dos portugueses, o que só podia ser feito através da difusão da instrução primária a todos os estratos da sociedade portuguesa. Os primeiros intelectuais liberais e os dirigentes das primeiras associações operárias reclamavam a implantação do ensino primário para todos os cidadãos. Na segunda metade de Oitocentos tentou-se concretizar esse desiderato, nomeadamente com D. António da Costa, em 1870, e, sobretudo, com Rodrigues Sampaio que, em 1878, tentou aplicar a lei da obrigatoriedade do ensino primário. Contudo, a lei nunca foi aplicada na prática e as medidas punitivas foram ineficazes. Mas continuava a insistir-se na importância do ensino primário e, por isso, em Junho de 1880, o governo progressista de Luciano de Castro aprovava a reforma e a reorganização da instrução primária e, em Dezembro desse ano, dava instruções para que fosse executada a lei de Rodrigues Sampaio que estipulava a obrigatoriedade do ensino primário[14].

O Operário reconhecia que o Estado tinha criado e espalhado pelo país escolas primárias públicas, mas considerava que eram poucas e de baixa qualidade se comparadas com as escolas para «os filhos dos capitalistas, dos proprietários, dos industriaes, ou d'aquelles a quem o dinheiro chega para mais alguma coisa que não seja matar a fome e satisfazer ás primeiras necessidades da vida». Por isso, esses alunos podiam aceder aos liceus, às academias, às escolas politécnicas e às universidades, o que nunca aconteceria a um filho de um operário, a quem restava ser operário como o seu pai[15]. De facto, o nível do ensino nas escolas primárias oficiais era muito criticado pelos socialistas que consideravam que se resumia a «aprender a lêr e escrever [...] e as quatro operações, sendo estas em geral ensinadas de tal modo que não é raro encontrarem-se alumnos sahidos d'essas escolas que não sabem applicar qualquer d'ellas». Lamentavam, ainda, a ausência do ensino da História e da Geografia e de outros conhecimentos úteis como o sistema de pesos e medidas e como nenhuma destas matérias era ensinada, se um operário quisesse dar uma educação superior ao seu filho tinha que «pagar ás escólas particulares,

---

13 Ver sobre este assunto MÓNICA, Maria Filomena — *A Formação da Classe Operária Portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982. Esta autora cita um texto publicado na *Batalha*, de 15 de Abril de 1927 que, embora se referindo a um período posterior, exemplifica bem o objectivo de moralizar o comportamento do trabalhador através da instrução: «(...) se o operariado trocasse a taberna pela escola, onde adquiriria a luz do espírito, imediatamente ruiriam os alicerces do grande edifício burguês; e como para o solidificar será preciso o embrutecimento do povo, as sanguessugas burguesas abrem tabernas nos lugares onde deveriam funcionar casas de educação» (p. 504).

14 ALVES, Luís Alberto Marques — *Contributos Para o Estudo do Ensino Industrial em Portugal (1750-1910)*. Porto: Faculdade de Letras, 1998. Anexo 2 (Legislação Publicada entre 1750 e 1910), p. 316 e 321.

15 *O Operário*. Porto, 13 de Julho de 1879, p.1.

ou então fazer parte d'alguma das ordens e irmandades que no Porto dão aulas aos filhos dos associados»[16].

As críticas dos socialistas ao sistema de ensino implicavam sempre uma crítica à organização social, dado que à partida os operários não tinham as mesmas condições de acesso à instrução, porque não tinham um horário de trabalho reduzido, porque não havia, de facto, instrução obrigatória, e as escolas, diurnas ou nocturnas, que os filhos dos operários frequentavam eram de muito fraco nível. Não admira, pois, que o socialista Manuel Lage afirmasse ter a certeza de que nenhum dos alunos das escolas oficiais do Porto se «apresentou a fazer exame de instrucção primária no Lyceu Nacional»[17].

Aliás, a propósito da reforma da instrução primária comentava *O Operário*: «Sobre a reforma da instrucção primaria podemos affiançar, sem ter o menor receio de errar, que não aproveitará aos filhos dos proletarios, porque a dificuldade não está em existir a escola bem dirigida, está em que o proletario não póde mandar o filho a essa escóla. Um filho que nasce proletario é uma boca a mais a sustentar, e o pai pretende é que o filho ganhe para não ser pezado. Instrucção ficará sem ella»[18].

Deste modo, os socialistas estabeleciam uma íntima relação entre a educação e o desenvolvimento político, social e económico. A vigente forma de organização social prejudicava esse caminho para o progresso integral da sociedade portuguesa. José Luís considerava que a «falta de escolas em condições proprias e a escassez das horas de descanço do operario, concorrem grandemente para o abatimento physico, moral e intellectual da classe productora». E, perguntava este sapateiro socialista, como era possível a operários que trabalhavam 14 a 16 horas por dia frequentarem as poucas escolas nocturnas existentes: «A questão do ensino está inteiramente ligada com a questão do trabalho; a reforma d'uma pede a immediata da outra; uma sem a outra, pouco ou nada aproveitará á classe productora»[19]. Retomava-se, assim, a tese de Custódio José Vieira sobre a necessidade de uma revolução social que permitiria, enfim, as verdadeiras mudanças no ensino e em outros sectores.

Ao nível da educação primária, desenvolveram-se, ainda, alguns métodos de leitura mais eficazes e rápidos, com destaque para o de Feliciano de Castilho, que ficaria conhecido como o «método de leitura repentina», que provocou polémica e cuja aplicação foi efémera[20]. Maior sucesso teria a *Cartilha Maternal* de João de Deus. Em Outubro de

---

16 *Ibidem.*

17 LAGE, Manuel — A emancipação social e os operarios portuguezes. *O Operário*. Porto, 24 de Agosto de 1879, p. 1 e 2.

18 *O Operário*. Porto, 7 de Dezembro de 1879, p.1.

19 LUÍS, José — A Instrucção Pública e o Trabalho II. *O Operário*. Porto, 21 de Dezembro de 1879, p. 1.

20 É de salientar que Feliciano de Castilho colaborou activamente com o Centro Promotor e com várias associações operárias.

1881, a Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses de Lisboa apoiava o método de leitura e escrita de um sócio, Branco Rodrigues, e abria cursos para analfabetos.[21]

É de realçar que o *Operário* não faz qualquer referência à educação infantil pré-primária, embora, em 1879, essa questão fosse abordada no parlamento através do deputado republicano Rodrigues de Freitas que aconselhava a criação de «jardins de infância», que aliás surgiriam timidamente, no ano seguinte, em Lisboa e no Porto, por iniciativa do governo progressista de José Luciano de Castro[22].

8.2. Instruir fora da escola

Não se educava apenas na escola, mas também através da participação associativa, da imprensa, da literatura e da arte, de conferências, etc.

Quanto às experiências associativas, interessa-nos particularmente os exemplos de associações operárias e socialistas vocacionadas para a instrução dos trabalhadores, consideradas por Costa Goodolfim como possuindo várias vantagens, como a divulgação da instrução, a construção de escolas, de bibliotecas e gabinetes de leitura[23].

Ora, *O Operário* fazia eco de algumas experiências associativas no campo da educação. Em 1879 existia, no Porto, o Ateneu Operário, que patrocinava uma escola de instrução primária, com sede na Associação dos Trabalhadores, no Largo da Fontinha. Eis a descrição dessa escola num anúncio publicado no *Operário*: «Nesta escola ensina-se gratuitamente a lêr, escrever e contar aos operarios filiados na Associação dos Trabalhadores, hoje Partido dos Operarios Socialistas. Pede-se a quem lêr este annuncio o favor de o fazer saber áquelles que precisem d'esta instrucção»[24]. Em 1880, por exemplo, o jornal socialista anunciava o aparecimento no Porto de um círculo operário cujo fim seria «concorrer brilhantemente para a instrucção e morigeração da classe operaria do Porto» e onde haveria «aulas de instrucção primaria e de linguas, bibliotheca, palestras familiares, conferencias periodicas, saraus literarios, etc.». Os seus protagonistas seriam alguns socialistas portuenses.[25] Este projecto concretizava-se, em Fevereiro de 1882, com a criação do *Grémio Familiar Instrutivo*, dirigido pelos socialistas Manuel José Martins, Eduardo Carvalho e Cunha, Bessa de Carvalho, José Martins Júnior, Manuel Duarte Ferreira, Francisco Viterbo Campos e Elísio Filinto Feio[26]. Antes,

---

21 *O Operário*. Porto, 30 de Outubro de 1881, p. 4.

22 TORGAL, Luís Reis — A instrução pública. In MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993. Vol. V, p. 621.

23 GOODOLFIM, Costa — *A Associação*. Lisboa: Seara Nova, 1974, p. 27 e 28.

24 *O Operário*. Porto, 31 de Agosto de 1879, p. 4.

25 *O Operário*. Porto, 8 de Fevereiro de 1880, p. 4.

26 *O Operário*. Porto, 5 de Fevereiro de 1882, p. 3.

em 1880, como já foi referido, alguns socialistas criavam uma escola de oratória para divulgar as ideias socialistas e onde podiam participar apenas militantes socialistas[27].

A própria organização socialista dissidente fundada por Pinto Barbosa, a UDS, interessava-se pela instrução das massas, promovendo diversas conferências científicas, onde se discutiam, entre outros assuntos, a teoria da selecção natural das espécies, de Darwin, e os trabalhos de Lamarck e Haeckel[28].

Mas, depois da escola, a imprensa era considerado o meio privilegiado para instruir os cidadãos. Proliferam, no século XIX, jornais científicos, técnicos, artísticos, pedagógicos, literários e, claro, políticos, onde colaboram muitos quadros da Regeneração. *O Operário* dedicava geralmente a última página para anunciar muitos destes jornais científico-culturais.

Além disso, os socialistas e os republicanos procuravam editar obras de divulgação das suas ideias políticas e do novo espiríto científico. Assim, *O Operário* anunciava frequentemente, na última página, livros de divulgação das ideias republicanas e socialistas, e das novas posições científicas, como, por exemplo, as obras editadas pela Biblioteca Emancipação do Porto, entre as quais se contava *Os Progressos do Espírito Humano*, de Teixeira Bastos[29]. Outro dos anúncios mais frequentes no jornal era a colecção *Biblioteca do Povo*, dedicada às ciências, artes e filosofias[30]. E poderiam referir-se muitos outros exemplos como a revista positivista *Era Nova*, o *Pantheon*, revista quinzenal de ciências e letras, cujos redactores eram Leite de Vasconcelos e Montalverne de Sequeira[31], *O Atheneu*, publicação de «ensino, educação e recreio e das conquistas da civilisação moderna»[32], o *Manual da Infancia*, do médico A. A. Melo, onde se ensinavam os cuidados das mães grávidas e nos primeiros anos da infância, um Dicionário coordenado por Augusto de Oliveira Mascarenhas e Clemente Abreu dedicado a diferentes áreas científicas como a Corografia, Heráldica, História, Etologia, Biografia, Estatística, Arqueologia, etc.[33], e, também, uma folha quinzenal intitulada *A Escola*, que, como o nome indica, abordava assuntos relativos à educação[34].

A preocupação do *Operário* com a divulgação de conhecimentos e novidades científicas levou à criação, em 1881, de uma secção especial, que se iniciou com a

---

27 *O Operário*. Porto, 14 de Novembro de 1880, p. 4. Os republicanos, por sua vez, também fundavam no Porto associações de instrução e propaganda das suas ideias como o Clube Rodrigues de Freitas, criado em 1880 e que pretendia promover conferências periódicas, estabelecer um gabinete de leitura, etc. *O Operário*. Porto, 27 de Junho de 1880, p. 3.

28 Ver *O Operário*. Porto, 10 e 17 de Julho de 1881, p. 3.

29 *O Operário*. Porto, 23 de Novembro de 1879, p. 2.

30 *O Operário*. Porto, 6 de Julho de 1879, p. 4.

31 *O Operário*. Porto, 5 de Dezembro de 1880, p. 4.

32 *O Operário*. Porto, 5 de Dezembro de 1880, p. 4.

33 *O Operário*. Porto, 8 de Agosto de 1880, p.4.

34 *O Operário*. Porto, 1 de Fevereiro de 1880, p. 3.

publicação, durante vários números, da *História da Indústria,* de Paul Maigne. Nos números seguintes apareciam artigos explicando os diferentes fenómenos físicos e geográfios, onde era evidente o combate às explicações metafísicas.

No campo da literatura destacavam-se, ainda, os almanaques, publicações de grande impacto popular, que pretendiam veicular conhecimentos úteis e práticos para o quotidiano, conhecimentos científicos ou técnicos e, também, fazer a propaganda de certas ideias políticas, como era o caso dos almanaques republicanos e socialistas. Em finais de 1879, os socialistas lançavam o *Almanaque Socialista para 1880*, que se vendia na sede da Associação dos Trabalhadores, no Largo da Fontinha[35].

As bibliotecas eram também um instrumento educativo fundamental para muitos intelectuais e responsáveis políticos. Em algumas regiões do país começavam a aparecer pequenas bibliotecas, como, por exemplo, em Tabuaço, em que por iniciativa particular de Macedo Pinto se fundara uma biblioteca e um curso de formação para agricultores[36]. Em Elvas, por ocasião do tricentenário de Camões era inaugurada, pelo poder local, uma biblioteca popular que solicitava à redacção do *Operário* um exemplar semanal deste jornal[37]. Mas os próprios socialistas portuenses criaram algumas bibliotecas. No IV Congresso do Partido Socialista decidia-se a criação de uma Biblioteca Socialista para «a publicação de livros de propaganda socialista», para a qual cada membro do partido deveria colaborar finaceiramente[38].

Mas também sobre as bibliotecas públicas e municipais os socialistas manifestavam a sua opinião. Sobre a Biblioteca Municipal do Porto dizia Bessa de Carvalho: «No Porto possuímos, por exemplo, a famosa e assás notavel Bibliotheca Publica ou Municipal, que é considerada como uma das melhores do reino, não só pelas condições em que se acha, mas tambem pelo grande numero de boas obras que encerra». Contudo, este socialista mostrava como era impossível para um operário ter acesso a essa biblioteca: «Póde acaso algum filho do povo, algum trabalhador frequental-a sem ter de faltar ao trabalho? Não, porque as horas a que ella se conserva aberta são justamente aquella a que o trabalhador tem forçosamente de estar na offina» e, para frequentar a biblioteca, o operário teria que «faltar ao trabalho, pelo menos meio dia, e todos sabem o que representa para o proletario meio dia de trabalho». Mas Bessa de Carvalho criticava também a dificuldade de acesso a certos livros como os de Teófilo Braga, Oliveira Martins, Antero de Quental ou de «outros mais escriptores revolucionarios» que, quando solicitados, era dito não estarem disponíveis ou não existirem e como por lei os editores tinham que mandar à Biblioteca um exemplar de cada livro publicado, parecia-lhe que

---

35 *O Operário*. Porto, 14 de Dezembro de 1879. p. 3.

36 *O Operário*. Porto, 28 de Março de 1880, p. 3.

37 *O Operário*. Porto, 20 de Junho de 1880, p. 3.

38 *O Operário*. Porto, 19 de Dezembro de 1880, p.1.

eram «recomendações que teem os senhores empregados para negarem a existencia de obras revolucionarias e instructivas». E, acrescentava o redactor do *Operário* que essas dificuldades não existiam quando se requisitavam livros e jornais católicos como *A Palavra*[39]. Aparecem no *Operário* mais artigos sobre a Biblioteca Municipal do Porto, classificada sempre como «um dos mais uteis estabelecimentos de instrucção popular do Porto», onde se criticava novamente o horário de atendimento, incompatível com o horário dos trabalhadores e o mau humor e a pouca simpatia dos funcionários[40].

Também o teatro desempenhava um importante papel, com destaque para o chamado «drama social», que pretendia ser, nas palavras de Augusto Santos Silva, um «instrumento-chave de uma pedagogia moral e política expressamente dirigida aos trabalhadores pequeno-burgueses e operários»[41]. Os socialistas também escreveram as sua peças, como, por exemplo, *Gaspar, o serralheiro*, classificado como um «drama de combate»[42]. Aliás, é esta peça que inaugura uma companhia de teatro amador constituída por operários portuenses[43]. Alguns teatros eram aproveitados para conferências, comícios e até para a apresentação ao grande público do novo invento de Thomas Edison — «o sabio aperfeiçoador da luz electrica», segundo o *Operário* — o fonógrafo[44].

8.3. A aprendizagem e o ensino profissional

Em Março de 1880 discutia-se no parlamento a reforma da instrução secundária e alguns deputados exigiam um ensino profissional, o que vinha ao encontro de uma das principais preocupações expressas no *Operário*. «Há escolas onde se apprende a ser médico, engenheiro, jurisconsulto. Onde estão as escolas onde se aprende a ser tintureiro, serralheiro ou gravador?», perguntava-se em editorial. E acrescentava-se: «Porque é que não se criam escolas-officinas, onde uma vez entrado o filho do trabalhador possa ahi aprender o officio para que tiver mais vocação ou que mais lhe convenha». Exigia-se, ainda, que o Estado, que sustentava tantas escolas secundárias e superiores — para os mais «favorecidos» —, sustentasse também a «educação artística», oficinas onde se formassem bons artesãos e operários[45].

---

39 CARVALHO, Bessa — A Instrucção popular II. *O Operário*. Porto, 5 de Junho de 1881, p.1.

40 GIL — A bibliotheca municipal. *O Operário*. Porto, 23 de Outubro de 1881, p. 1 e 2.

41 SILVA, Augusto Santos — *Op. Cit.*, p. 102.

42 *O Operário*. Porto, 2 de Janeiro de 1881, p. 3.

43 *Ibidem*.

44 *O Operário*. Porto, 23 de Novembro de 1879, p. 3.

45 *O Operário*. Porto, 21 de Março de 1880, p.1.

Mas, antes dos socialistas, vários pensadores e políticos, sobretudo no período a seguir à Regeneração[46], tinham insistido na importância da existência de um ensino profissional, com vista à qualificação técnica de uma mão-de-obra capaz de acompanhar o progresso técnico e o desenvolvimento industrial. Para Fontes Pereira de Melo, a modernização económica implicava a difusão dos conhecimentos científicos e técnicos por um conjunto cada vez mais vasto de trabalhadores. Como salienta Augusto Santos Silva: «Não há progresso nas actividades produtivas com trabalhadores analfabetos — estenda-se pois, a instrução elementar, combata-se o analfabetismo; nem o há com trabalhadores desactualizados, presos a velhas rotinas, incapazes de incorporar a disciplina industrial e adaptar-se a novos meios e formas de produção — consolide-se, portanto, o ensino profissional»[47]. Os próprios socialistas faziam esta associação entre o ensino profissional e o progresso industrial português, e, por isso, quando se falava da crise industrial consideravam que o problema não residia unicamente nas pautas alfandegárias que favoreciam os produtos estrangeiros — sobretudo no caso do Tratado Comercial assinado com a França, em 1882 — mas também na falta de educação técnico-profissional. Por isso, os socialistas declaravam que «sem educação alguma artística, sem protecção às industriais, sem escholas profissionaes, com a deficiencia artistica dos nossos operarios, que em grande maioria, força é dizel-o, preferem o ocio ao estudo, seremos um paiz de ociosos ou burocratas». Além disso, criticavam o raro ensino técnico existente, afirmando que o «Instituto Industrial é simplesmente uma cousa impossivel, o Instituto Agricola, regido ainda assim por habeis professores, está longe de corresponder à sua missão; escholas de artes e officios é cousa completamente desconhecida entre nós»[48]. O ensino profissional era tão importante para os socialistas que Alfredo da Silva justificava a necessidade de um deputado socialista no parlamento português para que este pudesse apresentar uma proposta de lei visando a reforma do ensino primário e, sobretudo, o estabelecimento de escolas profissionais[49]. No período em que o *Operário* é publicado existiam apenas três escolas de ensino profissional: o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, o Instituto Geral da Agricultura, também com sede na capital, e a Escola Industrial do Porto[50]. É de salientar que nenhuma delas era uma escola profissonal de nível médio ou destinada aos operários.

---

46 Antes da Regeneração tinha-se tentado introduzir o ensino técnico e profissional em Portugal, nomeadamente com as reformas de Passos Manuel e de Costa Cabral. Sobre este assunto ver ALVES, Luís Alberto — *Op. Cit.*, p. 75-82.

47 SILVA, Augusto Santos — *Formar a Nação...*, p. 96.

48 *O Operário*. Porto, 5 de Fevereiro de 1882, p. 3 e 4.

49 *O Operário*. Porto, 20 de Agosto de 1881, p. 4.

50 Segundo José Maria da Ponte, estas escolas eram muito frequentadas e muitos mais alunos as queriam frequentar. Cf. HORTA, José Maria da Ponte — *Estado e Crítica do Nosso Ensino Offical*. Lisboa: Tipografia Academia Real das Ciências, 1881, p. 38. Citado por ALVES, Luís Alberto — *Op. Cit.*, p. 237.

Nos anos oitenta, os responsáveis governativos e outras forças da sociedade sentiam que não se podia adiar mais a criação de um ensino profissional, como salienta Luís Alberto Alves: «São múltiplas as opiniões e são grandes as expectativas relativamente ao papel que as escolas industriais podem e devem desempenhar. [...] Se da criação de escolas primárias depende a existência de cidadãos mais activos e participativos na vida pública, das escolas industriais espera-se a formação de trabalhadores capazes de se transformarem no capital humano da industrialização»[51]. Aliás, como refere o mesmo autor, toda a década de oitenta foi «especialmente pródiga em iniciativas legislativas no âmbito do ensino profissional»[52]. Só em 1884, graças à iniciativa de António Augusto de Aguiar se assitiria à criação de uma rede de escolas industriais através de um processo de descentralização dos estabelecimentos de ensino industrial que foram criados em Lisboa, no Porto, Covilhã, Coimbra e Caldas de Rainha, cujo objectivo era o de ligar as escolas às indústrias predominantes em cada região, qualificando a respectiva mão-de-obra. Mais uma vez estava subjacente uma perspectiva de desenvolvimento industrial. Aliás, a lei de 1884 proclamava que o «trabalho e a indústria, hoje completamente emancipados, devem estar aptos a produzir em condições indispensáveis de barateza e perfeição, não podendo esta aptidão ser adquirida senão pela instrução dada aos trabalhadores nas escolas especiais com uma feição eminentemente prática[...]»[53].

Claro que havia uma certa ambiguidade em relação à própria noção de ensino profissional. Que tipo de mão-de-obra se queria formar? Criar trabalhadores fabris disciplinados e mais apetrechados tecnicamente ou, antes, valorizar uma qualificação de tipo artesanal, ou seja, a capacidade de controlar todas as fases de produção, o «saber fazer» tradicional que era tão diferente do modo de produção da maquinofactura fabril? Se para os teóricos da Regeneração a primeira perspectiva era fundamental, até porque se encaixava na ideia tão valorizada de estabilidade política, para os militantes operários socialistas era claramente a segunda posição que estava em jogo.

Para os primeiros dirigentes socialistas a instrução profissional implicava «uma questão bastante importante que andava ligada à da instrucção — a aprendizagem»[54], até porque eram os artesãos que lideravam as associações de trabalhadores e ao reivindicarem

---

51 ALVES, Luís Alberto Marques — *Op. Cit.*, p. 67. Até aos anos oitenta, todas as iniciativas relacionadas com o ensino técnico surgiram sob a tutela do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria devido à ausência de um Ministério vocacionado para a educação e instrução.

52 ALVES, Luís Alberto — *Op. Cit*, p. 130.

53 Decreto de 3 de Janeiro de 1884, oriundo do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria e que foi publicada no Diário do Governo de 14 de Fevereiro de 1887. Citado por ALVES, Luís Alberto — *Op. Cit.*, p. 237.

54 *O Operário.* Porto, 28 de Março de 1880, p.1. Este artigo completo encontra-se no Anexo 11.

instrução, apostavam na qualificação do seu saber profissional e tentavam impedir a proletarização, que significava, antes de mais, a desqualificação da sua arte[55].

Mas esta atitude não revelava apenas uma posição defensiva face ao avanço da fábrica e do novo modo de produção, era também a afirmação da condição operária, por parte de um artesão que continuava a pretender controlar todo o processo produtivo[56]. Recorde-se que, quando o Estado liberal extingue, em 1834, as corporações, cria um vazio jurídico nas relações de trabalho e permite «aos industriais e proprietários das oficinas admitir qualquer número de aprendizes, sem que se estabeleçam quaisquer normas sobre as condições de aprendizado, possibilitando em contrapartida a livre circulação de aprendizes»[57]. A partir desse momento os industriais recorreram com mais frequência a um elevado número de menores — e também de mulheres — para trabalhar nas suas fábricas e oficinas e aumentaram, deste modo, a produção e os lucros à custa de salários mais baixos. Eram também os industriais que determinavam o acesso à profissão ao estabelecerem regulamentos internos próprios nas suas fábricas e oficinas.

João Ricardo caracterizava o estado da aprendizagem nas oficinas como algo que era urgente alterar. Segundo este socialista, os aprendizes da maior parte das indústrias fabris e manufactureiras provinham de famílias de operários pobres mandados trabalhar muito cedo, e, na oficina, «o proprietario ou o industrial não cura de saber se a pobre creança arcará impunemente com o pesado serviço a que a obrigam; não se importa se o alimento que ella consome diariamente será suficiente em qualidade e em quantidade para a conservação e progresso das suas faculdades organicas; e não quer saber se os paes ou o Estado, ou a quem compete, lhe mandaram ensinar o alphabeto». O resultado, acrescentava Ricardo, era que, quando constituía família, já estava «exausto de forças, esquelletico, mysantropo e d'uma boçalidade a toda prova». Esta era, para o redactor do *Operário*, uma das causas da decadência da indústria portuguesa. Como solução, Ricardo propunha «uma legislação rigorosa [...], a dessimanação profusa de escólas litterarias e profissionais para uso dos filhos dos operarios de ambos os sexos; o estabelecimento de bibliotecas populares centraes e nocturnas para o derramamento da instrucção em

---

55 Segundo Carlos da Fonseca, na segunda metade do século XIX, «o analfabetismo é geralmente mais elevado nas indústrias sem tradição corporativa, como o algodão, o papel ou o tabaco, já organizadas de acordo com as regras do capitalismo industrial». FONSECA, Carlos — La classe ouvrière portugaise entre la tradition et la modernité. In *Utopie et Socialisme au Portugal au XIXe Siècle*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979, p. 372-374.

56 Afirma Augusto Santos Silva: «Educado ou educando, o operário-artifície, seja tipógrafo seja sapateiro, novo protagonista da cena político-ideológica, desde os anos cinquenta, protagonista com *voz* (ao contrário dos camponeses manuais não qualificados), por via da, ainda que ténue, organização associativa — pode e deve ser reconhecido como interlocutor. A dignidade da sua condição baseia-se na qualificação e no comportamento moral». SILVA, Augusto Santos — *Op. Cit.*, p. 98 e 99.

57 PEREIRA, Gaspar Martins — Aprender a Arte - sobre o aprendizado nas fábricas e oficinas segundo o inquérito de 1866. In A.A.V.V. — *Estudos de História Contemporânea Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1991, p. 330.

geral»[58]. Esta relação entre instrução e o rendimento do trabalho era igualmente estabelecida pelo republicano portuense Rodrigues de Freitas: «Que transformações se não operariam no trabalho nacional, se as classes laboriosas fossem menos ignorantes?[...] Esclarecer os homens de trabalho manual com as luzes da Ciência equivaleria a aumentar em milhares de contos o rendimento anual da fortuna pública [...]»[59].

Mas havia outra consequência desse vazio legislativo e da ausência de escolas profissionais, que era, segundo Gaspar Martins Pereira, a ruptura da lógica tradicional artesã das relações entre o mestre e o aprendiz, centrada na transmissão controlada do saber especializado da arte e na defesa do prestígio profissional»[60] e que agora era susbstituída pela lógica de um mercado baseado no lucro e na livre concorrência.

Por isso, as questões do aprendizado e do modo de ingresso no mundo do trabalho, constituíram temas centrais quer de resistência quer de reivindicação dos operários oitocentistas que insistiam na defesa da velha lógica artesã por oposição à nova ordem liberal que desqualificava o saber e a arte. Esta defesa era mais evidente numa cidade como o Porto onde até muito tarde a industrialização se caracterizou pela predominância das pequenas oficinas em que se mantinham as rotinas tradicionais. Assim, as relações entre os mestres e os aprendizes eram pautadas pelo paternalismo e, devido ao citado vazio legislativo, as condições de acesso à profissão e a formação dos aprendizes variavam segundo os ofícios e as regiões, predominando o costume e os antigos regulamentos das extintas corporações. O Código Civil de 1867, que para Gaspar Martins Pereira, «constituíu a primeira legislação liberal sobre este assunto»[61], continha algumas disposições sobre o aprendizado. O aprendizado prolongava-se muitas vezes para além do tempo determinado na lei o que constituía uma estratégia de dispor de mão-de-obra barata e, por outro lado, em certas regiões, o próprio aprendiz não dispunha de muitas alternativas de colocação[62]. O que significa que aquela legislação foi ineficaz o que

---

58 RICARDO, João — A Aprendizagem. *O Operário*. Porto, 8 de Fevereiro de 1880, p. 1.

59 FREITAS, José Joaquim Rodrigues de — *Nova Páginas Avulsas*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1996, p. 142-143 (Introdução de Jorge Fernandes Alves).

60 PEREIRA, Gaspar Martins — *Op. Cit.*, p. 330. Também Filomena Mónica defende esta perspectiva em vários dos seus trabalhos como Uma aristocracia operária: os chapeleiros (1870-1914). *Análise Social*. Vol. XV (60), 1979; e ainda em *A Formação da classe operária portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982, onde escreve que «o controlo do aprendizado constituiu um ponto fundamental nas lutas operárias iniciais. Os primeiros operários não lutaram só por reivindicações salariais, lutaram também, e principalmente, para que o controlo sobre o mercado lhes não saísse das mãos; objectivo evidentemente incompatível com a necessidade da constituição de um mercado de trabalho capitalista» (p. 24).

61 PEREIRA, Gaspar Martins — *Op. Cit.*, p. 334. Segundo este autor, o Código Civil fixava «as condições de rescisão do contrato», determinava «o limite de 9 horas diárias de trabalho para os aprendizes menores de 14 anos e de 12 para os menores de 18 anos», e proibia o mestre de reter o aprendiz além do tempo «convencionado ou do costume».

62 IDEM, *Ibidem*, p. 333.

levará ao aparecimento de uma nova lei em 14 de Abril de 1891, onde se reflecte uma intenção de o Estado intervir em matéria social.

Contudo, quando abordamos o ensino das classes trabalhadoras no século passado, apercebemo-nos que esse foi um projecto sempre adiado, porque na prática o analfabetismo persistiu com taxas elevadíssimas e persistiram, também, até ao nosso século as eternas propostas de alfabetização das massas e de qualificação da mão-de-obra operária.

9. A Mulher: uma visão socialista

Inventam-se preconceitos,
leis, argumentos, poderes...
E a mulher, só tem deveres,
mas, o Homem, tem direitos!

República Social, 1911*

when she saw this rigid system close about her (...) that sense of darkness and suffocation (...) took possession of her.

Henry James, *The Portrait of a Lady*, 1881

9.1. A lenta emancipação feminina. A posição do *Operário*

O século XIX assistiu ao nascimento do feminismo. Pela primeira vez, as mulheres apareceram como uma personagem colectiva na vida política e, de forma nova, no mundo do trabalho. Como afirmam Fraisse e Perrot, «esse século é o momento histórico em que a vida das mulheres se altera, ou mais exactamente o momento em que a perspectiva de vida das mulheres se altera: o tempo de modernidade em que se torna possível uma posição de sujeito, indivíduo de corpo inteiro e actriz política, futura cidadã»[1].

Na sua luta, as mulheres vão usar a seu favor o pensamento burguês liberal, herdeiro da filosofia das Luzes, que valorizava o indivíduo como portador de direitos naturais fundamentais —a liberdade e a igualdade —, que acreditava nas ideias da razão e do progresso, e que considerava a educação como um factor essencial na formação da personalidade. A esta perspectiva, liberal e igualitária, cujo principal mentor foi Stuart Mill, juntou-se outra corrente feminista, que Käppeli designa como dualista, que acentuava a especificidade feminina, nomeadamente a função maternal que dava à mulher um papel distinto, mas fundamental, sob o ponto de vista psíquico, social e cultural[2].

---

* *A República Social*. Lisboa:, 12 de Fevereiro de 1911, citado por MÓNICA, Maria Filomena ((sel. e pref.) — *Poemas Operários*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1983, p. 87.

1 FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle — *História das Mulheres. O século XIX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, p. 9. Segundo estas autoras, «encontram-se gestos ou escritos feministas anteriores a este século, mas o feminismo que se entrevê na prática revolucionária de 1789 surge depois de 1830» (p. 12).

2 KÄPPELI, Anne-Marie — Cenas feministas. In RAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle (Dir.) — *História das Mulheres. O século XIX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, p. 539-540.

Por outro lado, a crença, dominante no século XIX, de que a humanidade caminhava inevitavelmente em direcção ao progresso, sofrendo inúmeras transformações, favorecia a causa das mulheres que apontavam vários condicionalismos históricos para explicar a sua situação secundária e dependente em relação aos homens.

O socialista portuense Bessa de Carvalho traçava nas páginas do *Operário* um quadro do movimento feminista nascente, afirmando que «as mulheres conscias [...] dos seus direitos propagam em comicios apropriados os grandiosos principios da libertação feminina. Umas nos comicios, outras na imprensa, já algumas vão comprehendendo a justiça da sua causa não obstante que outras tambem não pouco illustradas neguem que possam ter direitos eguaes aos do homem». E citava como principais exemplos da libertação feminina, os Estados Unidos da América e a França, e neste país salientava a figura da feminista Aubertine Auclerc que «promove comicios, pronuncia discursos magnificos, solicita assignaturas para representações ao governo, cria associações de combate; emfim é uma revolucionária distincta; uma mulher que comprehende perfeitamente quais são os seus direitos e os seus deveres»[3].

Foi entre os movimentos políticos mais democráticos que as mulheres encontraram os seus primeiros aliados, porque, se é verdade que a nova sociedade liberal começou por afastar a mulher da coisa pública ao remetê-la para o espaço privado do lar, esses ideais liberais e democráticos continham em si os princípios que contradiziam essa exclusão ao proclamar a liberdade e a igualdade como direitos fundamentais de todos os seres humanos. Não admira, pois, que em França as primeiras reivindicações feministas coincidissem com o movimento revolucionário de 1848. De facto, o movimento feminista teria como aliados políticos privilegiados os republicanos e os socialistas.

E foram exactamente alguns dos chamados socialistas utópicos que, nas décadas de 20 a 40, puseram em causa todo o discurso filosófico e político que procurava justificar a dependência da mulher, porque, ao repensarem totalmente o funcionamento da sociedade, repensaram igualmente o papel da mulher, atacando com particular violência o estatuto em que se baseava o casamento.

Charles Fourier foi o primeiro socialista a causar escândalo ao elaborar toda uma doutrina que será, durante o século XIX, fonte da teoria de libertação feminina[4]. Em Inglaterra, destacou-se o socialista William Thompson que defendia abertamente a

---

3 CARVALHO, Bessa de — Os Direitos da Mulher. *O Operário*. Porto, 4 de Dezembro de 1881, p.4.

4 Segundo Fraisse, o «pensamento de Fourier é mais um pensamento da liberdade que da igualdade, da libertação mais do que da emancipação. [...] A opressão e o aviltamento das mulheres na civilização condensa-se na imagem do casamento, de que Fourier é um crítico virulento. Ainda antes de iniciar uma denúncia moral do casamento e dos preconceitos que a ele se ligam nos costumes actuais, ele insiste na sua realidade mercantil, fundamento económico (dinheiro e propriedade)». FRAISSE, Geneviève — Da destinação ao destino. História filosófica da diferença entre os sexos. In FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle — *Op. Cit.*, p. 65-66.

libertação das mulheres no seu livro, cujo título era deveras revelador, *Appeal of One Half of Human Race, Women, Against the Pretensions of the Other Half, Men, to Retain Them in Political and Thence in Civil Domestic Slavery*. Também outros socialistas como Pierre Leroux, Robert Owen (*On the marriages of the priestwood of the old immoral*) e Anne Wheeler (escreveu com William Thompson, *Appeal on behalf of women*) defenderam a igualdade entre sexos. Apoio dado igualmente por Marx que ao afirmar que a família era uma realidade histórica, mostrava o carácter transitório do estatuto da mulher.

Na segunda metade do século, outros teóricos socialistas, além de Marx, iriam apoiar as exigências feministas, como Engels (*A origem da família, da Propriedade Privada e do Estado*, 1884), Benoît Malon[5] e Bebel (*A Mulher e o Socialismo*). Além disso, as feministas foram buscar ao movimento socialista algumas tácticas como métodos de propaganda, manifestações de rua, bandeiras, palavras de ordem, etc.

Saliente-se, todavia, que nem todos os espíritos ditos progressistas apoiaram a causa das mulheres. Foi o caso do «pai» do positivismo, Augusto Comte, que, apoiando-se nas diferenças biológicas, justificava a hierarquia entre os sexos, relegando o afecto para o domínio das mulheres e o intelecto como algo tipicamente masculino[6]. A outra excepção foi Proudhon que justificava a diferença entre os sexos pela existência de um dualismo económico: as funções das mulheres eram a reprodução, a poupança e o consumo — actividades que a confinavam ao lar — e os homens tinham como função fundamental a produção e troca de bens. Assim, se na oficina — local que deveria ser exclusivamente masculino — reinava a concorrência, no lar, pelo contrário, reinava a paz porque havia desigualdade e respeito entre os sexos[7].

Como se caracterizava a situação das mulheres portuguesas nos fins da década de setenta, início da de oitenta? A republicana Angelina Vidal considerava deplorável «o quadro da mulher nas suas diferentes classes... aristocracia, burgueza e operaria — que

---

5 *O Operário*. Porto, 30 de Maio de 1880, p. 3. Neste número, que comemorava o 1° aniversário do *Operário*, defendia a emancipação da mulher como princípio básico do socialismo.

6 Segundo Geniève Fraisse, Augusto Comte considerava a mulher como uma espécie de "anjo" do homem e que as mulheres estariam num "estado de infância radical" e, por isso, embora fossem companheiras do homem elas não podiam ser iguais a ele. FRAISSE, Geneviève — Da destinação ao destino. História filosófica da diferença entre os sexos. In FRAISSE, Geniève; PERROT, Michelle — *Op. Cit.*, p. 74. A feminista portuguesa Angelina Vidal atacou violentamente estas posições de Comte, nomeadamente quando aquele positivista afirmava que a mulher como tinha um cérebro menos desenvolvido que o homem não podia dedicar-se a estudos mais profundos, mostrando, como veremos adiante, que o problema da subalternidade da mulher radicava, essencialmente, na educação errada da mulher. Ver *O Operário*. Porto, 2 de Janeiro de 1880, p. 2.

7 Por causa destas ideias misógenas, Proudhon teve longas polémicas com as feministas do seu tempo, com destaque para a francesa Jenny d'Héricourt, até porque Proudhon chegou a considerar a mulher como estando num estado anterior de desenvolvimento, ao nível das crianças e, portanto, como sendo uma menor e uma inferior. Ver FRAISSE, Geneviève — Da destinação ao destino. História filosófica da diferença entre os sexos. In FRAISSE, Geniève; PERROT, Michelle — *Op. Cit.* p. 82.

tendo formado no cerebro fortes castellos de utopias catholicas, que essa abominavel gente — o clericalismo — lhe insufla, as leva ao espirito de seus filhos que constituem as sociedades futuras». Assim, para esta feminista, as mulheres portuguesas estavam dominadas pelo fanatismo, pela ignorância «em que todos os poderes a conservam» e que faziam com que ela não conhecesse «os seus direitos e se deixe escravisar pelo homem, que não vê n'ella a companheira com quem deve compartilhar todos os bens e males da vida»[8]. E, comparando a situação da mulher portuguesa com a da Inglaterra, afirmava Angelina: «Na parte que diz respeito aos direitos civis da mulher folgamos em ver que nos países sérios, como a Inglaterra, é hoje uma questão que os homens eminentes não desdenham. Se em Portugal é esta ideia motivo de gracejos apalermados de meia dúzia de idiotas sem consciência nem ciência, não quer isto dizer senão que o espírito fradesco predomina, e o bom senso não consegue penetrar a muralha pétrea do cérebro indígena»[9]. A socialista Beatriz Neves fazia igualmente uma descrição, no *Operário*, da situação da mulher portuguesa: «A mulher, hoje escrava das instituições vigentes, escrava da familia e na sociedade, a mulher que hoje jaz na ignorancia, terá amanhã, impreterivelmente que despertar, comprehendendo a grande parte que lhe cabe na lucta para a regeneração da sociedade»[10].

Nos inícios dos anos oitenta, algumas mulheres portuguesas começavam a «despertar», como testemunhava Bessa de Carvalho ao descrever o protesto de um grupo de mulheres francesas contra o czar da Rússia, ao qual aderiram, também, algumas mulheres portuguesas, comentando que eram «prenuncios de que as mulheres portuguezas vão pouco a pouco libertando-se das tradicções do passado e tomando o logar que lhe compete»[11]. Esta timida aparição das mulheres na vida pública portuguesa era corroborada por Angelina Vidal que afirmava que, nos finais de Oitocentos, começavam a surgir algumas mulheres profissionais em sectores que escapavam quer ao trabalho tradicionalmente feminino quer trabalho na fábrica ou oficina. Mas não passava de um reduzidíssimo grupo de médicas, telefonistas, professoras, encarregadas de estações de telégrafos e algumas jornalistas e escritoras[12].

---

8 Extractos do discurso de Angelina Vidal numa conferência realizada na Associação dos Manipuladores de Tabaco a 9 de Janeiro de 1881, descrita por CAMPEÃO, Luís — Necessidade de emancipação da mulher. *O Operário*. Porto, 30 de Janeiro de 1881, p. 1 e 2.

9 VIDAL, Angelina — *A Voz do Operário*. Lisboa, 11 de Julho de 1886.

10 NEVES, Beatriz — A Instrucção. *O Operário*. Porto, 13 de Fevereiro de 1881, p.1.

11 *O Operário*. Porto, 12 de Junho de 1881, p. 3. As portuguesas que assinavam aquele protesto eram Júlia Gomes Freire Trindade, Gertrudes M. Garcia e Maria C. Nóbrega.

12 Cf. NUNES, Maria de Fátima — Angelina Vidal e o mundo do trabalho. Apontamentos de um discurso feminino. In A.A.V.V. — *A mulher na sociedade portuguesa — visão histórica e perspectivas actuais*. Actas do Colóquio de 20-22 de Março de 1985. Coimbra: Instituto de História Económico-Social, 1986, p. 458.

Refira-se a ausência de referências no *Operário* à existência de associações e jornais feministas, o que se verficava no resto da Europa e Estados Unidos, onde as mulheres criaram as associações para conseguirem visibilidade na opinião pública e usaram de todos os meios disponíveis para divulgarem as suas mensagens e reivindicações: imprensa, comícios, conferências, desfiles, banquetes, petições, exposições, congressos nacionais e internacionais.

Qual era a posição dos dirigentes socialistas portuenses — pelo menos a que estava expressa nas páginas do *Operário* — sobre a situação da mulher? Os artigos deste jornal socialista remetem-nos quer para uma posição igualitária, quer para uma perspectiva dualista, isto é, em que se acentuava o que era específico nas mulheres. Assim, Bessa de Carvalho fazia, por um lado, a defesa da igualdade jurídica e intelectual entre homens e mulheres: «No seio da sociedade devem assistir á mulher os mesmos direitos que assistem ao homem e julgo — tenho até a certeza — que se encontrarão na mulher — tanto em artes como em sciencias — talentos mais lucidos que aquelles que hoje o mundo admira nos homens». Mas, ao mesmo tempo, afirmava que a mulher era «por natureza resignada e compassiva», e, um pouco na linha de Comte, que ela era «alegria do lar domestico», o «anjo propagador do bem, o apostolo dedicado da luz, cuja dupla missão no seio da família é: amar e educar»[13]. Bessa de Carvalho valorizava, deste modo, a maternidade como uma missão «sublime» da mulher, o que aliás, não era tipicamente socialista, já que entre os republicanos — nomedamente entre os franceses — exaltava-se a mulher enquanto educadora dos filhos, futuros cidadãos republicanos, amantes da liberdade e da igualdade.

Em 1881, Bessa de Carvalho pronunciava-se, mais uma vez, sobre a questão feminina, numa conferência dada no Casino do Porto, publicada no *Operário* durante vários números e onde demonstrava uma posição mais igualitária já que integrava a luta das mulheres na questão dos direitos e dos progressos da humanidade. Citando Latino Coelho — defensor da emancipação e sufrágio femininos — afirmava aquele redactor do jornal portuense: «A mulher pelo seu organismo mais debil que o do homem pertence ao sexo denominado *fraco*; classificação concedida pelo homem, seu *tutor,* ou para melhor dizer, seu *senhor*, n'um momento de immodestia em que se classificou a si como pertencente ao sexo *forte,* elle que tantas vezes tem demonstrado ser mais fraco que a mulher, ou pelo menos praticado actos que uma mulher não praticaria». Bessa de Carvalho estabelecia, igualmente, um paralelismo entre a lutas das mulheres e a dos operários: «O homem não quer que a mulher se liberte como o capitalista não quer que o proletario pense sequer em reagir contra a péssima distribuição da propriedade». E,

---

13 CARVALHO, Bessa — A mulher e a sua missão. *O Operário*. Porto, 29 de Junho de 1879, p. 3. Ver o texto integral no Anexo 12.

acusava o catolicismo de apoiar e estimular a ideia de que a mulher existia para servir o homem e, por isso, estar a impedir que «a mulher pense em libertar-se e conquiste o lugar que lhe compete no pantheon das artes, ou das sciencias, nos salões dos comicios ou nas assembleias legislativas»[14].

Mas, como veremos mais adiante, os socialistas — e particularmente os sindicatos — nem sempre aplicaram estas palavras na sua praxis política e mostraram-se pouco receptivos à urgência das reivindicações femininas, ao insistirem em relacionar a libertação da mulher com a «revolução social». Neste sentido, declarava Bessa de Carvalho: «Para a libertação política e social da mulher é necessário extinguir-se a sociedade actual fundada no roubo e no crime, esta sociedade egoista e materializada em que vivemos. Extincta ella, extincta a classe dominadora para só existir a egualdade, liberdade e fraternidade, essa sublime trindade moderna, a mulher encontrará a sua emancipação, visto que fazendo parte da humanidade opprimida, essa humanidade terá quebrado os grilhões que opprimem e soltando aos ventos o grito sublime, acompanhado pela voz da revolução: Viva a emancipação social: liberdade, egualdade e fraternidade»[15].

Que figuras femininas se destacavam no *Operário*? Em primeiro lugar, a republicana Angelina Vidal, que era, profusamente elogiada nas páginas deste jornal, ora como «revolucionária energica e intransigente», «poetisa revolucionaria» e, ao mesmo tempo, «mãe estremosa»[16]. Elogiava-se-lhe, igualmente, o trabalho e a coragem, apesar de ser frequentemente insultada pelos partidos mais conservadores.[17] De facto, Angelina Vidal distingiu-se na propaganda e publicitação das novas ideias republicanas e socialistas, visto ser um dos elementos do movimento republicano mais próximos dos socialistas e esteve sempre «muito ligada aos meios de informação e formação dos círculos intelectuais operários e respectivos espaços de sociabilização»[18], destacando-se, neste caso, a Associação dos Manipuladores de Tabaco e o respectivo órgão oficial *A Voz do Operário*[19]. Angelina Vidal, além do mais, teve uma intensa actividade como jornalista e tradutora em vários jornais, professora no conservatório e no liceu, poetisa, contista e ensaísta. Segundo Fátima Nunes, o pensamento de Angelina Vidal não foi particularmente original, a única originalidade foi ter sido pronunciado por uma mulher. O

---

14 IDEM — Os Direitos da Mulher. *O Operário*. Porto, 20 e 27 de Novembro e 4 de Dezembro de 1881, p. 4.

15 IDEM — Os Direitos da Mulher. *O Operário*. Porto, 4 de Dezembro de 1881, p. 4.

16 *o Operário*. Porto, 2 de Janeiro de 1881, p. 3.

17 *O Operário*. Porto, 22 e 29 de Agosto de 1880, p. 3.

18 NUNES, Maria de Fátima — *Op. Cit*, p. 457.

19 A propósito da participação de Angelina Vidal nas iniciativas do Partido Socialita, os redactores do *Operário* deixavam escapar um comentário significativo: «O partido republicano que tão bons elementos conta no seu seio, segundo dizem os seus apaixonados, precisou que uma mulher lhe ensinasse os deveres da civilidade acedendo ao convite feito pelo conferente [Azedo Gneco]». *O Operário*. Porto, 12 de Dezembro de 1881, p. 3.

próprio *slogan* utilizado por esta feminista — «a emancipação da mulher deve ser obra da própria mulher» — copiava o da Internacional[20]. No *Operário* aparecem-nos dois artigos assinados por Beatriz Neves, sobre a qual o jornal não dá qualquer informação, além do facto de ser uma «cidadã de Lisboa»[21]. Os artigos de Beatriz Neves incidiam sobre a instrução da mulher e o papel pernicioso da Igreja na formação da criança e da mulher.

Do estrangeiro chegava o exemplo de Louise Michel, a heroína da Comuna de Paris, que, em 1880, regressava a França, vinda de um exílio de quase dez anos. *O Operário* descreve em vários números todos os actos e discursos da «revolucionaria» na sua chegada a França[22]. Perante Louise Michel, os socialistas do *Operário* possuíam uma visão igualitária, já que o seu estatuto de mulher raramente era recordado, insistindo-se, antes, nos seus discursos políticos, onde Louise Michel defendia a revolução social, atacava o governo burguês e defendia a apropriação do solo e dos instrumentos de trabalho[23].

Mulheres como Angelina Vidal e Louise Michel era mal vistas e até insultadas pela maioria dos políticos e sectores mais conservadores o que fazia com que o *Operário* declarasse: «Comprehende-se e tolera-se que haja individuos que não queiram reconhecer os direitos da mulher e sahir da orbita do toucador e cesta de meia, marcada pelos seus tutores, mas o que não se póde tolerar é o insulto baixo e vil arremessado, demais a mais por quem não tem authoridade para tal, ás faces das mulheres que comprehendendo que tem direitos a exigir, se apresentam guerreando o actual estado de coisas e combatendo as ideias revolucionarias do futuro»[24].

O movimento feminista português terá pouco impacto até finais do século XIX, com a execepção de algumas — poucas — intelectuais como Alice Pestana ou Carolina Michäelis de Vasconcelos. Seria preciso esperar pelos princípios do século XX, para se assistir à formação das primeiras associações feministas, quase todas ligadas ao movimento republicano e onde se destacaram Ana Osório de Castro, Maria Veleda, Adelaide Cabete, Aurora de Castro, entre outras[25]. Estas mulheres lutaram fundamentalmente por direitos jurídicos e políticos, como o sufrágio feminino. Tratava-se, evidentemente, de um movimento da elite intelectual e urbana, numa sociedade que

---

20 VIDAL, Angelina — *A Chronica*, Junho de 1890. nº 9, citado por NUNES, Fátima — *Op. Cit.*, p. 463-464.

21 *O Operário*. Porto, 2 de Janeiro de 1881, p. 3.

22 Ver, como exemplo, *O Operário*. Porto, 28 de Novembro de 1880, p. 2 e 3.

23 *O Operário*. Porto, 5 de Dezembro de 1880, p. 1 e 2.

24 *O Operário*. Porto, 17 de Abril de 1881. p. 3.

25 CATROGA, Fernando — A laicização do casamento e o feminismo republicano. In A.A.V.V. — *A Mulher na Sociedade Portuguesa - visão histórica e perspectivas actuais*. Actas do Colóquio de 20 a 22 de Março de 1985. Coimbra: Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras, 1986, p. 142; e TAVARES, Maria Regina — Feminismo em Portugal na voz de mulheres escritoras no início do século XX. *Análise Social*. Vol. XIX, 1983.

continuava rural e em que as mulheres permaneciam dominadas por forças conservadoras.

9.2. Direito à instrução e ao sufrágio

A principal reivindicação do *Operário* era o direito das mulheres à instrução porque elas estavam investidas de um papel civilizador, ao serem responsáveis pela primeira educação dos filhos. Bessa de Carvalho afirmava que nenhum povo pode ser considerado civilizado se negar o direito de instrução à mulher e justificava: «A mulher instruida é um elemento forte e poderoso de civilisação, porque junto com os affectos maternaes vai infiltrando no espirito maleavel das creancinhas noções preliminares de moral, que mais tarde — quando essas crianças se tornarem adultos — serão um efficaz antidoto contra o vicio». Por isso, concluía Bessa de Carvalho, era preciso educar a mulher, «para que ella nos possa educar a nós»[26].

Mas os socialistas não exigiam apenas instrução para a mulher, queriam *outra* instrução, livre do domínio da Igreja Católica que, consideravam, perpetuava as ideias mais reaccionárias, combatendo as novas ideias democráticas e o espírito científico. Nesse sentido, Angelina Vidal atacava violentamente a influência «nefasta» dos jesuítas na educação da mulher que privilegiava as superstições e as coisas supérfulas, em vez de lhe ministrar coisa úteis e científicas necessárias à vida[27]. Para esta republicana, o clericalismo, em aliança com a monarquia e a burguesia, «encontrava na mulher uma boa alliada para estender o seu manto de trevas sobre a humanidade»[28]. Angelina Vidal dava um exemplo desse tipo de educação dominada pela Igreja: «A educação doméstica de qualquer rapariguinha aldeã resume-se em sermões caseiros, lavagem de roupas, trabalhos campestres, muita doutrina cristã, muito respeito ao sr. abade, muito terror do inferno. De resto poucas sabem ler, raríssimo pensar»[29]. Como alternativa, Vidal defendia o «estudo disciplinado, progressivo e despretencioso»[30], «no sentido da mais moderna corrente das ideias scientificas», particularizando o caso das mulheres operárias

---

26 CARVALHO, Bessa — A mulher e a sua missão. *O Operário*. Porto, 29 de Junho de 1879, p. 3. Ver o texto integral no Anexo 12.

27 *O Operário*. Porto 2 de Janeiro de 1880, p. 2.

28 Extractos do discurso de Angelina Vidal numa conferência na Associação dos Manipuladores de Tabaco, realizada e 9 de Janeiro e que são narrados por CAMPEÃO, Luís — Necessidade da emancipação da mulher. *O Operário*. Porto, 30 de Janeiro de 1881, p. 1 e 2. Luís Campeão chamava a atenção para o facto de nessa conferência ter estado presente «o cidadão, dr. Vidal», acompanhando a mulher «como correligionario leal, que acompanha a sua esposa na lucta sem treguas, que trava contra os inimigos da humanidade».

29 VIDAL, Angelina — *A Voz do Operário*. Lisboa, 31 de Janeiro de 1886. nº 327.

30 Citado por NUNES, Fátima — *Op. Cit.*, p. 460.

que eram as que mais urgentemente precisavam de cursos nocturnos. A propósito da mulher operária, o socialista Silvestre Pinto Caldeira dizia que era «como nós ignorante e para mais fanatica até à superstição»[31].

Beatriz Neves abordava igualmente a questão da instrução da mulher, inserindo-a num contexto mais vasto da necessidade de libertação das doutrinas «metaphisicas e das crendices religiosas que tolhem o caminho do progresso». E salientava a importância da criação de aulas para os filhos do povo e para a mulher para que eles «possam vêr bem claro o chaos para o qual a ignorancia e os falsos preconceitos os arrastam inconscientemente»[32].

A outra reivindicação feminina passava pelo direito ao voto, condição essencial de igualdade política e de cidadania. Ora, muitos intelectuais — alguns deles considerados liberais e "progressistas" como Kant — insistiam que a dependência das mulheres as impediam de serem personalidades civis e que, portanto, a plena cidadania devia ser apenas reconhecida aos homens que actuariam, também, como representantes das mulheres. Mas, foi em nome dos princípios do liberalismo político que algumas mulheres começaram a lutar pelo sufrágio, movimento que ganhou algum alento durante o período revolucionário de 1848, em que, por exemplo, as francesas foram apoiadas por socialistas como Pierre Leroux na sua luta pelo direito ao voto. Diga-se que esse apoio, custou a Leroux fortes apupos nos comícios em que participou[33].

O Operário, na secção dedicada às notícias do estrangeiro, dava conta, frequentemente, da luta das mulheres europeias, nomeadamente as inglesas, nórdicas, e americanas, a favor do sufrágio feminino e da emancipação da mulher. De facto, nos países latinos, de forte influência católica, o reconhecimento dos direitos políticos para as mulheres foi mais tardio do que nos países protestantes — nomeadadamente a Grã-Bretanha e algumas colónias inglesas, os Estados Unidos e os países nórdicos — onde, na década de oitenta, muitas mulheres votavam para certos cargos públicos e nas eleições municipais[34].

Nos países católicos, a Igreja continuava a defender como modelo de mulher, o de esposa e de mãe. Em 1880, Roma publicava a encíclica *Arcanum*, como resposta aos projectos laicos contra o matrimónio católico, reiterando, ao mesmo tempo, a autoridade

---

31 CALDEIRA, Silvestre Pinto — O nosso caminho. *O Operário*. Porto, 22 de Maio de 1881, p. 1 e 2.

32 NEVES, Beatriz — A Instrucção. *O Operário*. Porto, 13 de Fevereiro de 1881, p. 1.

33 ARNAUD-DUC, Nicole — As contradições do Direito. In FRAISSE, Geniviève; PERROT, Michelle — *Op. Cit.*, p. 100.

34 Cf. ARNAUD-DUC, Nicole — *Op. Cit.*, p. 101-102. Ver também *O Operário*. Porto, 17 de Agosto de 1879 e 29 de Fevereiro de 1880, onde existem notícias sobre várias associações feministas americanas e europeias que reivindicavam o voto para as mulheres.

do marido sobre a mulher, afirmando que «o homem é o chefe da mulher como Cristo é o chefe da Igreja»[35].

Em Portugal, o Código Civil de 1867 continuava a dar à mulher um estatuto de inferioridade, mantendo o domínio patriarcal na família e negando-lhe os direitos políticos, nomeadamente o direito ao voto.[36]

A posição dos socialistas portuenses, expressa através do *Operário*, era de alguma simpatia com os movimentos sufragistas estrangeiros, embora existissem muito poucos textos a defender expressamente o sufrágio feminino em Portugal. Um desses raros exemplos era um texto de Lopes Praça onde se analisavam e criticavam os motivos que levavam à recusa do voto às mulheres. Para o autor, o direito ao voto era concedido aos homens com base em critérios de maioridade, personalidade, educação e fortuna, mas, perguntava ele, se uma mulher possuísse todas essa condições porque lhe era recusado esse mesmo direito? Afinal, declarava Lopes Praça, um bom governo interessava tanto a homens como a mulheres, até porque sendo estas «physicamente menos vigorosas teem mais necessidade de justiça inteira, protecção efficaz e prudente equidade» e reafirmava que na essência os direitos das mulheres eram «quanto à essência equiparados aos dos homens»[37].

Ainda sobre o problema do voto, interrogava Lopes Praça: «Póde uma mulher gerir uma casa commercial, associar o seu nome a grandes empresas, illustrar os seus contemporaneos com os seus escriptos, chamar um povo ao sentimento da sua dignidade. E não póde, como qualquer dos seus eguaes, ter opinião e votar, quando se tracta de escolher os funccionarios eligiveis para o seu paiz?». Perante o argumento usado por alguns políticos e intelectuais, de que as mulheres, na altura de votarem, seriam sempre instrumentos da vontade do homem, Lopes Praça respondia que isso só aconteceria se houvesse violência ou ausência de convicções. Ora, declarava ele, «contra as violencias, a lei. Contra a cegueira dos espiritos, a instrucção. Em ambos os casos o melhoramento social é sempre a elevação da mulher pelo sentimento mais claro da sua dignidade, e pela consciencia engrandecida da sua responsabilidade». Com base na razão e na fé no progresso inevitável da humanidade, concluía Praça que «ás mulheres compete o direito

---

35 Mas os católicos também começavam a abrir novos espaços públicos às mulheres através de acções de caridade e do ensino o que afastava as mulheres da privacidade doméstica. É neste sentido que em meados do século aparecia a obra *La Donna Catholica*, do padre italiano R. P. G. Ventura. Sobre este assunto ver GIORGIO, Michaela — O modelo católico. In FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle — *Op. Cit.*, p. 199-237.

36 Cf. CATROGA, Fernando — *Op. Cit.*, p. 137. Afirma Catroga que este código legislativo «reforçava a estrutura da família nuclear, unificada e heirarquizada a partir do poder marital, e definindo-a como célula económica e afectiva básica para a reprodução fisiológica e social, para a interiorização ideológica dos mecanismos de autoridade», e esta subalternidade era claramente exposta quando se mandava que a mulher prestasse «obediência ao marido».

37 PRAÇA, Lopes — A mulher como eleitora. *O Operário*. Porto, 27 de Julho de 1879, p. 3 e 4.

do suffragio, e a missão dos espiritos cultos e generosos relativamente a esta verdade, consiste em transformal-a pela maneira mais conveniente n'uma realidade fecunda e civilisadora»[38].

Bessa de Carvalho, ao apontar os principais objectivos dos socialistas portugueses, apontava vagamente a defesa da emancipação da mulher que deveria ter direitos e deveres iguais[39].

Refira-se, contudo, que o primeiro programa do Partido Socialista — tal como o transitório aprovado em 1880 — não fazia qualquer referência aos direitos políticos das mulheres, nomeadamente o de voto. Traduzia esta ausência um pensamento comum a muitos partidos socialistas de que as mulheres deveriam deixar a questão do sufrágio para mais tarde e pedir, com urgência, mudanças sociais e laborais, como a protecção no trabalho feminino e social? E que, acima de tudo, deveriam esperar pelo fim do sistema capitalista, pela implementação da «revolução social» que traria a verdadeira emancipação feminina? É que vários socialistas insistiram que as reivindicações de igualdade formal e jurídica eram causas burguesas que perpetuavam a desigualdade social. O próprio *Operário* não deixava de relacionar a libertação feminina com o triunfo do socialismo ao afirmar que só com o triunfo deste «poderá a mulher conquistar os direitos que lhe pertencem»[40]. Por isso, como afirma Käppeli, as mulheres socialistas não ousavam, muitas vezes, «revelar os seus fins feministas com o receio de prejudicar a causa proletária»[41].

9.3. E a mulher trabalhadora?

No século XIX a mulher trabalhadora ganhou uma visibilidade nunca antes conhecida, embora o trabalho feminino, em casa, ou fora dela, estivesse disseminado antes da industrialização[42]. É que a mulher, como salienta Joan Scott, foi, no século passado, «observada, descrita, documentada com uma atenção sem precedentes,

---

38 IDEM, *Ibidem.*

39 *O Operário.* Porto, 2 de Novembro de 1879, p. 1 e 2. Bessa de Carvalho afirmava que o socialismo queria «a mulher emancipada, porque reconhecendo que ella é egual ao homem reconhece que lhe assistem eguaes direitos e eguaes deveres».

40 *O Operário.* Porto, 2 de Janeiro de 1881, p. 3.

41 KÄPPELI, Anne-Marie — Cenas feministas. In RAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle (Dir.) — *História das Mulheres. O século XIX.* Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, p. 565,

42 No período pré-industrial a maioria das mulheres trabalhavam em casa, de forma informal e não remunerada, mas havia também mulheres assalariadas que trabalhavam regularmente fora de casa, como vendedoras, amas, lavadeiras, criadas, artesãs, etc. Predominava o trabalho das mulheres jovens solteiras, embora as casadas trabalhassem em casa, que era, ao mesmo tempo, local de produção e consumo. Ver SCOTT, Joan W. — A mulher trabalhadora. In FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle — *Op. Cit.*, p. 445-446.

enquanto os seus contemporâneos debatiam a conveniência, a moralidade e até a legitimidade das suas actividades assalariadas. A mulher trabalhadora é um produto da revolução industrial, não tanto porque a mecanização tenha criado para ela postos de trabalho onde antes não existiam [...] mas porque durante essa época ela se tornou uma figura problemática e visível»[43]. Assim, foram levantados, por intelectuais, políticos e mesmo socialistas e sindicalistas, inúmeros obstáculos ao trabalho feminino assalariado fora de casa, na fábrica, alegando a incompatibilidade desse trabalho com a família e, sobretudo, a maternidade e também o favorecimento de uma maior promiscuidade com os homens.

Estranhamente, sendo o *Operário* um jornal dos trabalhadores, as questões específicas da mulher trabalhadora, particularmente da assalarida, não são abordadas. Como entender esta ausência, tendo em conta o peso do trabalho feminino no sector industrial portuense, e o debate existente no seio do movimento socialista e sindical a propósito do trabalho assalariado feminino?

De facto, na segunda metade do século XIX, o Porto tinha assistido a um importante crescimento industrial, embora a maior parte desta indústria mantivesse o trabalho artesanal familiar, na pequena oficina, sobretudo no sector dominante, a tecelagem, onde a mão-de-obra feminina era maioritária.[44] Segundo Maciel Santos, o peso do trabalho feminino nas fábricas e oficinas era bastante elevado e, em 1881, por exemplo, as mulheres e os menores eram metade da mão-de-obra industrial, subindo essa percentagem para 58%, em 1890[45]. Então, porque não reflectia o *Operário* o peso do trabalho feminino, quando, por exemplo, abordava a crise dos tecelões?

É verdade que, ao arrepio do que era a tendência crescente nos movimentos socialistas e sindicais, o Partido Socialista Português defendia, no seu programa, a igualdade no tempo de trabalho e no salário entre homens e mulheres[46]. Mas o que pensavam estes socialistas sobre a concorrência do trabalho feminino em determinados sectores industriais? É que sendo o trabalho feminino menos remunerado, a crescente

---

43 SCOTT, Joan W. — *Ibidem*, p. 441.

44 Afirma Maria Goreti Matias: «Cronologicamente, a operária de fábrica nasce com a indústria têxtil, poi foi aqui que a máquina mais depressa invadiu o velho mundo dos ofícios. É a mulher que irá servir de preferência, de "apêndice" à máquina, é ela que trabalhará horas a fio por um salário mísero, é ela que o patrão poderá despedir quando lhe apetecer, porque lá fora, no mercado, o seu número é inesgotável». MATIAS, Maria Goreti — As mulheres operárias: as tabaqueiras (1850-1890). In *Boletim de Estudos Operários*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1986, p. 7.

45 SANTOS, Maciel Morais — O Partido Socialista nos seus primeiros anos — duas eleições perdidas. *Revista da Faculdade de Letras*. Porto, 1994. 2ª série. Vol. XI, p. 294.

46 *O Operário*. Porto, 3 de Agosto de 1879. p. 1. Saliente-se que o programa transitório do Partido Socialista, aprovado em 1880 no IV Congresso, mantinha a mesma proposta mas o programa de 1882, da autoria de José Ribeiro, não fazia já qualquer referência ao trabalho feminino. Ver FONSECA, Carlos — *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal* Lisboa: Publicações Europa-América, s.d. Vol. II.

contratação de mão-de-obra feminina para as novas tarefas mecanizadas, que não exigiam grandes qualificações, representava para os homens a perda de postos do trabalho. Como afirma Scott: «Quer no sector têxtil, numa oficina de calçado, numa alfaiataria, ou numa tipografia, quer associado com a mecanização, a dispersão da produção ou a racionalização dos processos de trabalho, o facto de contratarem mulheres significava que os empregadores tinham decidido poupar nos custos de trabalho»[47], o que, aliás, Marx já tinha denunciado no *Capital.*

Muitos operários, apoiados pelos sindicatos, viam as mulheres trabalhadoras como uma ameaça, como correntes desleais e procuraram afastá-las para a esfera da intimidade doméstica. Podem ser dados vários exemplos deste posicionamento das associações operárias. Em 1877, no Congresso dos Sindicatos, afirmava-se que os sindicalistas tinham a obrigação «como homens e como maridos de concentrar todos os seus esforços na criação de uma situação em que as suas mulheres pudessem permanecer na sua esfera própria, em casa, em vez de serem atiradas para a luta pela subsistência contra os homens grandes e fortes do mundo»[48]. O Congresso Operário Francês, realizado em Marselha, em 1879, decidia que o lugar da mulher era no lar e não na oficina ou na fábrica[49]. Alguns socialistas chegaram a alegar que as mulheres eram menos produtivas que os homens[50].

Também não deixa de ser significativa a ausência de qualquer referência a mulheres militantes da Associação dos Trabalhadores ou do Partido Socialista[51]. Sabe-se que os sindicatos nem sempre acolheram com grande entusiasmo a entrada de mulheres no seu seio, e ou recusavam a adesão de mulheres na associação ou, então, exigiam que para poderem ser membros do sindicato teriam que ganhar um salário igual aos homens, o que na prática significava a mesma coisa[52]. Nos poucos sindicatos em que foram admitidas mulheres elas desempenharam sempre papéis subalternos.[53]

Acrescente-se que uma das principais exigências das associações operárias foi o «salário familiar», ou seja, o salário que permitisse ao homem ganhar o suficiente para sustentar a sua família. Esta posição era uma forma de manter a dignidade do velho chefe

---

47 SCOTT, Joan W. — *Op. Cit.*, p. 451.

48 Ver LEWIS, Jane — *Women in England 1870-1950: Sexual divisions and social chenge.* Sussex: Wheatsheaf Books, 1984, p. 175.

49 SCOTT, Joan W. — *Op. Cit.*, p. 463.

50 O socialista fabiano, Sidney Webb, a propósito da diferença de salários entre homens e mulheres declarava: «As mulheres ganham menos do que os homens não só porque produzem menos, mas também porque aquilo que produzem tem normalmente no mercado um valor inferior». Citado por SCOTT, Joan W. — *Op. Cit.*, p. 455-456.

51 Existem referências a uma presença feminina numa assembleia popular da 3ª sessão dos operários tecelões de Lisboa, da Fraternidade Operária, em 1872. *O Operário.* Porto, 11 de Julho de 1880, p. 2.

52 SCOTT, Joan W. — *Op. Cit.*, p. 451.

53 Cf. RULE, John — *La Clase Obrera e Industrializacíon.* Barcelona: Editorial Crítica, 1990, p. 246.

de família, cujo orgulho ficava destruído quando caía no desemprego — sobretudo devido à contratação de mulheres e crianças — e passava a depender cada vez mais dos parcos salários da sua mulher e filhos.

No *Operário* existe um artigo em que a reivindicação do salário familiar para o operário está presente. Segundo o socialista Manuel José Martins, o salário de um operário em Portugal variava entre 240 e 600 réis e que era com essa quantia que um trabalhador sustentava a mulher e os filhos, o que, dado o custo de vida, era claramente insuficiente. Martins lamentava-se que, perante isso, «a mulher deixa os arranjos domesticos para se entregar aos trabalhos que lhe possam dar alguns vintens; os filhos a ficarem ao abandono ou darem entrada na fabrica, analphabetos, sem a idade necessaria para arrostar com os trabalhos que os forçam, sem conhecimento dos seus deveres porque seus paes tambem os ignoravam... e assim se dissolve uma familia porque as necessidades do estomago assim o determina»[54].

Podemos ainda perguntar se a ausência das operárias das páginas do *Operário* não estaria relacionado com o facto deste jornal — e da própria Associação dos Trabalhadores — ser dominada pela chamada "aristocracia operária", ou seja, os artesãos mais qualificados. É que, segundo John Rule, as mulheres dos artesãos qualificados raramente trabalhavam fora de casa porque eram demasiado respeitáveis, mas trabalhavam em casa, ajudando os maridos nas respectivas actividades[55]. Assim, a esposa não trabalhadora tornou-se num ideal de respeitabilidade operária, sobretudo entre a elite operária, constituída pelos artesãos.

Refira-se que, normalmente, o trabalho feminino, sobretudo entre os artesãos, obedecia a estratégias familiares, ligadas ao ciclo de vida familiar. Assim, eram normalmente as mulheres jovens e solteiras que trabalhavam fora de casa — sobretudo nas oficinas e fábricas têxteis —, contribuindo para o rendimento familiar, e quando casavam voltavam para o lar, onde ajudavam o marido. Só em momentos de crise económica as mulheres casadas procuravam trabalho fora de casa. Por outro lado, muito do trabalho feminino era feito à peça, em casa. Ou seja, como afirma, Richard Wall, não existiram modelos fixos durante a industrialização, não podendo portanto dizer-se, como Scott e Tilly, que com a industrialização se passou de um modelo de economia familiar para um modelo de economia salarial[56]. Daí, aquele autor preferir o termo «economia

---

54 MARTINS, Manuel José — Apontamentos para a questão alimenticia II. *O Operário*. Porto, 20 de Junho de 1880, p. 1 e 2.

55 RULE, John — *Op. Cit.* p. 274. Ver também TILLY, Louise; SCOTT, Joan W. — *Les femmes, le travail et la familie.* Paris: Editions Rivages, 1987 (tradução francesa), p. 66.

56 Segundo Scott e Tilly, com a industrialização verificou-se a passagem de um modelo de economia familiar para o modelo de economia salarial. Assim, no período pré-industrial, a família era ao mesmo tempo uma unidade de produção e de consumo, ou seja, o lar era o local de trabalho e de residência dos membros da famíla — embora alguns elementos que não eram necessários iam procurar trabalho assalariado a outro lado. Após a industrialização deixava de haver limite para o número de assalariados

familiar adaptativa», modelo mais fléxivel, e muito útil para uma fase de transição industrial, onde predominavam os artesãos e as pequenas oficinas, o que correspondia à realidade portuense. Neste sentido, refere Gaspar Martins Pereira: «Por um lado, nas sociedades pré-industriais o trabalho assalariado, sobretudo nos meios urbanos onde predominam as actividades artesanais, tem já um papel importante. Por outro lado, nas sociedades industriais, mesmo se o trabalho assalariado se torna dominante, persistem formas diversas de economia familiar. Além disso, [...] a mudança que se verificou na economia com a industrialização foi gradual e não existiu uma ruptura instantânea que os modelos deixam supor»[57]. Este modelo proposto por Richard Wall demonstra como a família se adaptou às circunstâncias económicas e, por isso, em períodos de maior crise económica, a mulher podia integrar uma qualquer forma de trabalho assalariado, voltando novamente para o lar quando a situação melhorava e o mesmo acontecia com os filhos menores[58]. No fundo, assistiu-se a um conjunto diversificado de actividades em locais diferentes, para proteger a família nos maus momentos.

Há outra referência curiosa, a propósito de uma greve dos manipuladores de tabaco da Fábrica Regalia de Lisboa, em que a questão do trabalho feminino estava presente. Assim, teria sido comunicado aos operários cigarreiros daquela fábrica que o seu trabalho ia ser dado às mulheres e que eles passariam a serem charuteiros, o que exigia um período de aprendizagem e, portanto, uma redução no salário. Os operários entraram em greve[59]. Embora *O Operário* elogiasse a solidariedade das operárias que «se teeem apresentado perfeitamente leaes a seus irmãos no trabalho»[60], não analisava outro problema inerente ao trabalho feminino, a segregação e desqualificação do trabalho feminino. Assim, algum do trabalho mais barato e remunerado começava a ser atribuído exclusivamente às mulheres, como a confecção têxtil, o calçado, o tabaco (sobretudo no

---

numa família, isto é, a família dependia dos membros que trabalhavam fora e não havia limite para o número de assalariados que compunham uma família. TILLY, Louise; SCOTT, Joan W. — *Op. Cit.* Cf. WALL, Richard — Trabajo, bien estar y familia: una ilustracion de la economia familiar adaptativa. In BONFIELD, Lloyd; SMITH, Richard; WRIGHTSON, Keith — *El Mundo que Hemos Gañado. Estudios sobre Poblacíon y Estructura Social.* Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1990, p. 328-330.

57 PEREIRA, Gaspar Martins — *Famílias Portuenses na Viragem do Século (1880-1910).* Porto: Afrontamento, 1995, p. 127-128.

58 WALL, Richard — *Op. Cit*, p. 345.

59 *A Voz do Operário* descrevia o processo: «Pelas quatro horas da tarde de 2 do corrente [Fevereiro] estando os operarios cigarreiros de ambos os sexos na officina, entraram ali o director, e o mestre da mesma fabrica, para dizer-nos que d'ora avante os operarios que quizessem continuar a trabalhar, haviam de ir para a officina dos charuteiros, porque na dos cigarros só ficariam as mulheres». Esta decisão desagradou profundamente aos operários e às operárias que se mostram solidárias com os colegas de trabalho, embora os patrões as tentassem enganar dizendo que os homens tinham concordado com a mudança proposta». Citado por *O Operário*. Porto, 12 de Fevereiro de 1882, p. 3-4.

60 *Ibidem.*

sector dos cigarreiros)[61], entre outros. Verficou-se, pois, uma discriminaçãos sexual no mercado do trabalho, com base na hierarquia ocupacional e nos salários mais baixos.

Muitas outras questões podiam ser levantadas a propósito do trabalho feminino: Seria visto como um factor de emancipação ou de dependência em relação às estratégias familiares? Seria necessária ou não um protecção legislativa especifíca para as mulheres trabalhadoras? Estaria a afectar a estabilidade familiar? Sobre estas e outras questões o *Operário* nada diz, preferindo ignorar o fenómeno do trabalho feminino, o que parece revelar, também, que os movimentos feministas — socialistas ou não — eram ainda praticamente inexistentes.

---

61 Refira-se que, em 1880, no sector dos tabacos, em cada 10 trabalhadores, 7 eram mulheres. Maria Goreti Matias explica que durante muito tempo a indústria tabaqueira esteve afastada dos processos de transformação industrial, continuando a ser essencialmente manual e os operários dividiam-se em função do que produziam: fabricantes de rapé, charuteiros e cigarreiros. Ora, acrescenta Goreti Matias, a partir dos anos 80 os industriais começaram a importar máquinas para o fabrico de cigarros e começaram a ensinar as mulheres a trabalhar nesse sector através de operários especializados vindos do exterior. Gerou-se uma diferença entre charuteiros e cigarreiros, porque «pertencendo a um ofício qualificado, os charuteiros possuim uma superioridade clara sobre os outros trabalhadores: controlavam o processo produtivo no que respeitava à perfeição da obra e às quantidades produzidas, eram bem pagos e gozavam de estabilidade e segurança no emprego. Estes "aristocráticos operários" distinguiam-se ainda pela sua cultura, sabiam ler, contrariamente à classe dos cigarreiros, na sua maioria mulheres analfabetas. Conclui-se, portanto, que as mulheres, na indústria tabaqueira, desempenhavam as tarefas mais desqualificadas e repetitivas e as que ganhavam salários inferiores. MATIAS, Maria Goreti — *Op. Cit.*, p. 11.

10. Vida Material, Quotidiano e Sociabilidades

Quem são esses desgraçados
Faltos de pão e de luz,
De força extenuados
Pobres, rotos e quasi nús?
Quem são esses desditosos
Que milhares de ociosos
Exploram de noite e dia?
Quem são esses infelizes
Que, tem em ricos paizes
De pão escassa fatia?
Oh! quem são esses famintos
Que bem pouco, ou nada tem?
São operarios distinctos
Homens honrados, de bem.
Do trabalho são os filhos
Que seguido tem os trilhos
Sempre da civ'lisação.
São do progresso os obreiros,
Que devendo ser primeiros
Quasi que os ultimos são.

A. H. Sotto Maior Judice,
Os Famintos, 1879.*

10.1. Vida material e quotidiano operário na cidade

O socialista Manuel José da Silva sintetizava nas páginas do *Operário*, o quotidiano sombrio dos operários portuenses do seu tempo: «A época que atravessamos é má para todos, mas muito mais para nós, operarios. Estamos em lucta com a falta de trabalho, soffremos grandes baixas nos salários, augmentos exorbitantes nas rendas de casa, emfim vivemos desgraçados. N'esta situação a classe operaria olha para todos os lados, inquieta, transida de dores, anciosa por deparar com o caminho seguro que a conduza ao porto da salvação»[1]. Relatos como este repetiram-se durante os três anos de publicação do *Operário*, incidindo sempre nas consequências materiais e morais de uma organização social errada, na perspectiva dos socialistas.

Convém, previamente, clarificar que os socialistas que escreviam no *Operário* e que militavam no Partido Socialista e na Associação dos Trabalhadores pertenciam a uma certa «aristocracia» operária de pequenos artesãos qualificados com forte consciência política, o que não correspondia à situação da maioria dos operários portuenses. O tipo de indústria portuense caracterizava-se pela predominância das pequenas oficinas com meia dúzia, ou menos, de oficiais e aprendizes, muitas vezes membros da família do

* JÚDICE, A. H. Sotto Maior — Os Famintos. *O Operário*. Porto, 24 de Agosto de 1879, p. 1-2.
[1] SILVA, Manuel José da — Operarios e burguezes. *O Operário*. Porto, 3 de Agosto de 1879, p. 1-2.

artesão. Assim, por exemplo, Manuel José Martins anunciava nas páginas do jornal socialista a sua oficina de «moveis de ferro e colchoaria» o mesmo acontecendo com Luís Fernandes Cardoso, futuro dirigente anarquista[2]. Não admira, pois, que as primeiras associações operárias e repectivos jornais fossem animados por esta elite operária constituída por tipógrafos, serralheiros, tecelões, marceneiros, pregueiros, ourives, etc.[3]

Nesta pequena indústria predominava o sector têxtil — com destaque para a indústria algodoeira — onde a par de fábricas com máquinas a vapor, como a de Salgueiros, continuavam a trabalhar os teares manuais em muitas pequenas oficinas e até nas próprias casas dos operários, através do chamado «domestic system» em que o industrial vendia o fio e comprava o tecido, pagando parte em fio a várias centenas de tecelões que trabalhavam nos seus próprios teares[4].

A situação geral da classe trabalhadora — artesãos e operários menos qualificados — era difícil. João Ricardo afirmava que as «classes trabalhadoras da industria portugueza arrastam uma existencia verdadeiramente deprezivel. As habitações são insalubres e mesquinhas, as fabricas infectas e carissimo o preço dos generos. Os salarios variando mais ou menos, segundo os oficios, pagam-se por uma media de tres francos e as horas de trabalho que em geral são 12 a 14, sóbem em algumas industrias, como as do ferro, a 16 e a 18 horas por dia»[5]. Este extracto remete-nos para um fraco nível de vida dos trabalhadores provocado por salários muito baixos. Em 1879, Eduardo Carvalho e Cunha declarava que «os operarios do Porto, assim como os das outras localidades,

---

2 A oficina de Manuel José Martins funcionava como um depósito de móveis de ferro e colchoaria onde se vendiam fogões a lenha e carvão, camas de ferro e colchões, etc. Luís Fernandes Cardoso fabricava e vendia camas, lavatórios e fogões, anunciando também a «nova invenção de camas de ferro de armar sem parafusos». Ver, por exemplo, *O Operário*, Porto, 25 de Maio de 1879 (p. 4) e 26 de Junho de 1881 (p. 4).

3 Como delegados ao IV Congresso do Partido Socialista, realizado em 1880, no Porto apareciam 6 tecelões, 3 serralheiros, 2 tipógrafos, 1 ourives, 1 litógrafo, 1 pregueiro e 1 marceneiro. *O Operário.* Porto, 7 de Dezembro de 1880, p. 1.

4 Sobre o sector da tecelagem afirmava o Inquérito Industrial de 1881: «Ao numero de 10000 teares corresponde o numero aproximado de 30000 pessoas. Toda a familia do tecelão vive do tear. O pai e os filhos tecem, as crianças enchem canellas, as mulheres fiam e dobam. Que o operario compre o fio e venda o tecido, ou que trabalhe por tarefa e por conta do *fabricante*, o resultado vem a ser o mesmo, sob a fórma de lucro ou sob a fórma de jornal. Os mais activos, mais economicos e mais felizes formam pequenos nucleos de officinas em que tem companheiros seus trabalhando por tarefa, e n'este caso compram o fio e vendem o tecido. Os mais pobres trabalham sós por conta do fabricante. Á maneira que um dos primeiros vai enriquecendo, vai abandonando o trabalho, multiplicando as officinas que lhe dão lucros mais commerciais do que propriamente fabris. Assim, entre os dez ou doze grandes fabricantes do Porto, alguns ha que nem tem officinas suas, consistindo a sua arte em lucrar no fio que vendem e no tecido que compram, ou no lucro que obtem no trabalho que dão a fazer. D'este modo, um commercio que nasce d'uma pequena industria, e não propriamente as sobras do salario, é a causa do enriquecimento dos eleitos da sorte». *Relatorio apresentado ao Exc.mo Snr. Governador Civil do districto do Porto presidente da commissão districtal do inquerito ás industrias pela sub-commissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriaes.* Porto: Typ. de Antonio José da Silva Teixeira, 1881, p. 216-217.

5 RICARDO, João — Actos officiaes. *O Operário.* Porto, 2 de Outubro de 1881, p.1-2.

soffrem hoje uma baixa nos salários»[6]. Este abaixamento dos salários era justificado pela existência de uma crise industrial, resultante do desinteresse dos governos e da «concorrencia dos productos estrangeiros, favorecidos nas pautas das alfandegas e nos tractados de commercio, de modo que, o trabalho nacional sempre offerecido e nunca procurado, fica impossibilitado de resistir pela organisação, e os salarios descem ao *minimum*»[7]. A classe dos tecelões, «a mais numerosa d'esta cidade», vivia uma situação particularmente grave devido à «cubiça dos industriaes e d'outros individuos que compram áquelles manufacturas e as guardam em depositos, esperando que o mercado lhes dê, não um juro modico mas uma exorbitancia», segundo explicava Carvalho e Cunha, que acrescentava: «Todos sabem que até agora o algodão tem estado quanto tem sido possivel de barato, conservando-se as fazendas sempre com o mesmo preço que tinham quando o algodão era caro; hoje que o algodão subiu a preço mais elevado, os individuos de que acima fallamos, não compram as fazendas toda a vez que não seja pelo preço antigo»[8]. Perante isto, os industriais baixavam os salários, prejudicando os operários. João Ricardo definia claramente a situação de baixa de salários na indústria portuense, com destque para os tecelões em que «um terço [...] fica sem trabalho, um outro terço tem apenas trabalho durante alguns dias da semana, e o restante trabalha nas fabricas por um salario verdadeiramente irrisorio; isto porque, a concorrencia dos productos extrangeiros diminue a producção nacional, e os fabricantes se produzem alguma coisa, requerem a mão-de-obra o mais barato possivel, por que se vêem muitas vezes na necessidade de vender os produtos pelo preço do custo. Estas circumstancias fazem com que os fabricantes procurem uma boa parte de trabalho nas mulheres e nas creanças, que o offerecem pela natureza das suas aptidões, incomparavelmente mais barato que os homens, e é esta a razão porque aquella cathegoria tem menos folga do que esta»[9].

Esta baixa dos salários afectava muitos outros ofícios e, tendo em conta o aumento do custo de vida, particularmente dos bens alimentares, tornava o quotidiano dos operários muito precário. Dizia o socialista portuense Manuel José da Silva: «Resume-se n'isto a nossa situação: — salarios reduzidos. — Rendas de casas em alto preço. — Alimentos sadios, hygienicos, fóra do nosso alcance. — O poder do dinheiro corrompendo a honra das nossas filhas. — A nossa vitalidade abatida ao pezo do trabalho e dos soffrimentos»[10].

---

6 CUNHA, Eduardo Carvalho — Baixa de salario. *O Operário.* Porto, 13 de Julho de 1879, p. 1.

7 RICARDO, João — *Op. Cit.*, p. 1-2.

8 CUNHA, Eduardo Carvalho — *Op. Cit.*

9 RICARDO, João — Maria Nunes. *O Operário.* Porto, 16 de Outubro de 1881, p. 1.

10 SILVA, Manuel José — Aos tecelões do Porto. *O Operário.* Porto, 4 de Outubro de 1879, p. 2.

Para o *Operário* a baixa dos salários era, também, uma das formas do governo combater o deficit e daí ele ter ordenado uma «diminuição nos salarios dos operarios das obras publicas do districto». E davam-se exemplos: «Os salarios dos carpinteiros que eram de 800 reis foram reduzidos a 600 reis, os dos pedreiros que estavam a 700 reis, a 500, e os dos trabalhadores de 400 a 300 reis»[11].

Como foi referido, a esta baixa de salários juntou-se uma alta dos preços dos bens essenciais, provocando o que Manuel José Martins apelidava, num artigo do *Operário,* de questão alimentícia, «o motor de todas as revoluções»[12]. De acordo com este socialista, um operário ganhava entre 240 a 600 réis por dia, o que dava uma média de 420 réis diários o que, para uma família de apenas 4 pessoas, não chegava para assegurar uma alimentação razoável e saudável. Se às despesas alimentares se juntassem os gastos com a renda de casa, as despesas com a saúde e o vestuário, o deficit financeiro de uma família operária aumentava enormemente. Que fazer, interrogava-se Manuel José Martins? «Depois de muito pensar não vemos onde se possa fazer reducção a não ser que queiramos condemnar os operarios a morrer de fome», respondia. Não admira que a realidade resultante desta situação fosse terrível: «A mulher a definhar, os filhos a tornarem-se rachiticos ou famintos, o operario chefe de familia, desgostoso, a buscar na taberna ou na concubinagem os attractivos que em casa não encontra, corollario: a desmoralização dos costumes e a dissolução da familia; a miseria da esposa e a perdição dos filhos»[13].

Refira-se que o peso das despesas com a alimentação era similiar nas famílias operárias inglesas, em que representava, como demonstra Navailles, 50%, ou mesmo mais, do orçamento das despesas familiares, enquanto que os gastos com a habitação oscilavam entre 6 e 28% desse orçamento[14]. John Rule salienta que as classes mais pobres pagavam pelos bens alimentares, percentualmente, mais do que as classes privilegiadas e a maior parte das vezes optavam por alimentos de qualidade inferior, o que provocava várias doenças, e compravam em pequenas quantidades dependendo do crédito, o que onerava ainda mais a alimentação[15].

Outra questão agravava o quotidiano dos operários portuenses, o desemprego crescente, que engrossava o número dos indigentes na cidade. Em 1880, afirmava-se nas páginas do *Operário* que continuava «escasseando o trabalho; pelas ruas do Porto temos

---

11 *O Operário*. Porto, 23 de Novembro de 1879, p. 1.

12 MARTINS, Manuel José — Apontamentos para a questão alimenticia I. *O Operário*. Porto, 13 de Junho de 1880, p.1-2. Ver este texto em Anexo 13.

13 IDEM, *Ibidem*.

14 NAVAILLES, Jean-Pierre — *La Famille Ouvrière dans l'Angleterre Victorienne*. Paris: Editions Champ Vallon, 1983, p. 69.

15 RULE, John — *La Clase Obrera e Industrializacíon*. Barcelona: Editorial Crítica, 1990, p. 98-101.

visto bastantes operarios mendigando»[16]. Muitas outras notícias referem-se a operários despedidos no Porto, com destaque para os tecelões, para os chapeleiros — uma fábria do Bonjardim reduzia, em 1880, a mão de obra em 10%[17] —, para os fundidores de metais — as fábricas de Monchique e da Arrábida «mandavam embora operarios para admitir outros mais baratos»[18] — e, também, para os manipuladores de tabaco. Muitas vezes, após o despedimento, alguns operários tentavam retomar a actividade na sua própria casa, como aconteceu com o chapeleiro lisboeta, Manuel Correia de Melo, que, despedido — afirmava-se «victima dos industriaes» —, solicitava, nas páginas do *Operário*, o auxílio de amigos e correligionários, afirmando encarregar-se de todo o trabalho em chapéus de seda, feltro e bonés, aceitando também encomendas da província, por correio[19].

Para os operários que tinham emprego as condições laborais eram, frequentemente, penosas, abundando, por isso, os protestos no *Operário* contra a falta de higiene, de salubridade e de segurança nos locais de trabalho. Assim, por exemplo, os operários da Fábrica de Tabacos Regalia queixavam-se «contra o regulamento ahi existente que os obrigava a irem comer a um certo corredor, que serve de ponte e que tem 10 metros de comprido, por 1 de largo, no qual existe um banco ou banca, onde os operarios possam [sic] collocar qualquer objecto que levam a refeição, e que além d'isso existem debaixo d'essa mesma ponte os depositos em que se fazem as misturas do tabaco, andando constantemente no ar nuvens de pós que se involvem com a comida e lhes deterioram a saude». Além de pedirem um espaço para poderem tomar as suas refeições, solicitavam, igualmente, que o próprio local de trabalho fosse arejado, visto que esse espaço estava sempre cheio de fumo e era demasiado quente devido ao calor vindo das caldeiras[20].

Frequentes eram, também, as notícias de acidentes que feriam ou matavam trabalhadores, provocados pela falta de segurança nos locais de trabalho. A maior parte dos acidentes relatados no *Operário* estavam relacionados com as inúmeras obras públicas na cidade e nas vias públicas, com destaque para a construção do caminho-de-ferro. De facto, a construção das linhas férreas do Norte e da Beira Alta, no início dos anos oitenta, parece ter provocado centenas de mortos entre os trabalhadores[21].

Abundavam, igualmente, os protestos contra o longo horário de trabalho que ultrapassava, muitas vezes, as 12 horas diárias. Guedes de Oliveira acusava a burguesia

---

16 *O Operário*. Porto, 1 de Fevereiro de 1880, p. 3-4.

17 *O Operário*. Porto, 9 de Maio de 1880, p. 2.

18 *O Operário*. Porto, 28 de Março de 1880, p. 4.

19 *O Operário*. Porto, 19 de Dezembro de 1880, p. 4.

20 *O Operário*. Porto, 16 de Novembro de 1879, p. 2-3.

21 Ver, entre outros, os *O Operário*. Porto, 14 de Novembro de 1880, p. 3.

de ser a responsável pela miséria do proletariado, já que um operário trabalhava «durante treze, quatorze horas e mais; chega ao fim da laboriosa lida e vê valorosos productos que o seu senhor paga com escassas quantias, revertendo o valor do trabalho em favor do patrão»[22].

Estas condições de trabalho tornavam-se particularmente chocantes quando os trabalhadores eram menores, o que, como vimos, era frequente na indústria portuense. Em Outubro de 1881, o caso de Maria Nunes, de 13 anos, indignava os socialistas portuenses. A menina, perante a ausência do pai, obrigado a emigrar para o Brasil por falta de emprego, e da mãe, internada no hospital da Misericórdia do Porto, viu-se compelida «na dura posição de chefe de familia», a socorrer os irmãos mais novos e, por isso, «a corajosa rapariga n'aquella triste conjunctura, não hesitou um momento no cumprimento dos seus deveres de filha e de irmã. Era dobadeira de algodão; foi á fabrica pedir trabalho e veio para casa dobar, dobar, dobar, para acudir á próle que os infelizes proletarios seus paes, tinham desamparado, um emigrando, outro adoecendo!»[23]

Perante a situação dos operários portugueses, não admira que o programa do Partido Socialista, aprovado em 1880, no IV Congresso, continuasse a reivindicar melhorias substanciais para o quotidiano laboral dos trabalhadores: elevação dos salários, diminuição do horário de trabalho, salubridade e segurança no local de trabalho, exclusão das crianças das fábricas, etc.[24].

Mas a situação da indústria portuguesa e dos operários preocupava as próprias autoridades políticas. Deste modo, em 1881, o Governo promovia a realização do Inquérito Industrial contando, para o efeito, no distrito do Porto com o apoio da Sociedade de Geografia Comercial do Porto. A comissão responsável pelo inquérito, liderada por Oliveira Martins comentava, no relatório final, a importância das chamadas *questões sociais*, declarando: «Promover o bem-estar das populações é de certo o ponto de vista de todo o estadista merecedor d'este nome; e a creação de riqueza só por si, quando se dê á custa da existencia dos trabalhadores, póde ser abstractamente excellente, mas em economia positiva e pratica, para não fallar na moral é nefasta»[25].

Manuel José da Silva informava os leitores do *Operário* que a «Sociedade de Geographia Commercial do Porto resolveu ha pouco enviar um questionario a todos os chefes de estabelecimentos fabris d'esta cidade, exigindo uma serie de informações para

---

22 OLIVEIRA, Guedes de — Miseria e ignorancia. *O Operário*. Porto, 15 de Fevereiro de 1880, p. 1.

23 RICARDO, João — Maria Nunes. *O Operário*. Porto, 16 de Outubro de 1881, p. 1.

24 *O Operário*. Porto, 17 de Abril de 1880 p. 1. Ver Anexo 3.

25 *Relatorio apresentado ao Exc.mo Snr. Governador Civil do districto do Porto presidente da commissão districtal do inquerito ás industrias pela sub-commissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriaes*. Porto: Typ. de Antonio José da Silva Teixeira, 1881. (introdução). A comissão era constituída por A. J. Carneiro e Silva, Joaquim António Gonçalves, António Manuel Lopes Vieira de Castro e J. P. Oliveira Martins.

lhe servirem de guia nos trabalhos do inquerito industrial, que esta illustre sociedade se impoz realisar ou coadjuvar». Mas este socialista portuense deixava claro que não concordava com o método utilizado e, por isso, não esperava resultados positivos do inquérito: «Á illustre Sociedade de Geographia Commercial cumpre não largar mão do assumpto, uma vez que lhe deu começo; mas permita-nos que não esperemos resultado do meio de syndicancia que adoptou. Eles não querem que se saiba o que vae em suas casas!»[26]. Bessa de Carvalho mostrava a mesma desconfiança sobre a eficácia do Inquérito e dava um exemplo concreto, contando que os «delegados da commissão do inquerito se dirigiram a um fabricante a fim de obterem permissão para verem a sua fabrica, elle lhe respondera que "se quizessem que a vissem por fóra mas que lá dentro não entrava ninguem"»[27].

Em Dezembro de 1881, a redacção do *Operário* recebia o relatório do Inquérito e, apesar de algumas críticas pontuais, Bessa de Carvalho afirmava que o «relatorio veio provar á evidencia que os socialistas teem immensa rasão no que affirmam todos os dias, referentemente ás condições de existencia da grande familia trabalhadora, e é aqui que nós lhe encontramos uma grande parte do seu valor»[28]. De facto, e só para dar um exemplo, o inquérito confirmava que as condições de trabalho nas oficinas e fábricas de tabaco eram normalmente más no que dizia respeito à limpeza, arejamento e que muitas oficinas estavam mesmo «n'um estado de immundice repugnante». Em algumas das fábricas portuenses, os aprendizes apanhavam constantemente pancada e a «sodomia era um vicio mais que frequente na *Fidelidade*». Contudo, sempre que a comissão promotora do inquérito elogiava alguma fábrica ou industrial, o *O Operário* comentava que se tivessem ido sem aviso prévio, veriam como tinham sido «ludibriados»[29].

Outro aspecto do quotidiano constamente referido, no semanário socialista do Porto, era o das habitações operárias, caracterizadas como «infectas posilgas»[30]. João Ricardo descrevia algumas destas habitações, nas «ruas immundas d'esses bairros desoladores», que só «por irrisão» poderiam ser chamadas de casas, onde o «chefe da familia jazia prostrado sobre umas palhas contorcendo-se nas vascas agonisantes d'uma tysica com que o trabalho excessivo e a fome o haviam presenteado. De redor os filhos gemiam com o thypho, ou gritavam por pão e tiritavam de frio. A mulher a quem restava ainda algum alento, via-se no segundo plano cuidando d'umas brasas que saturavam o

---

26 SILVA, Manuel José da — Os industriaes e o inquerito. *O Operário*. Porto, 26 de Junho de 1881, p. 1.

27 *O Operário*. Porto, 9 de Outubro de 1881, p. 3.

28 CARVALHO, Bessa — O inquerito industrial no districto do Porto. *O Operário*. Porto, 25 de Dezembro de 1881, p.1-2.

29 IDEM, *Ibidem*.

30 *O Operário*. Porto, 27 de Julho de 1879, p. 3.

ambiente de gazes asphyxiantes, e punham em ebulição a água para um caldo por que todos anciavam»[31].

A questão da habitação das classes populares urbanas relacionava-se com a apropriação burguesa do solo urbano o que encarecia as rendas de casas que se tornavam completamente incomportáveis para os baixos salários dos operários.

O socialista Alfredo da Silva exigia que o poder municipal construísse «por sua conta bairros operarios em boas condições», mas não tinha grandes ilusões sobre o curso dos acontecimentos: «Todos os dias presenceamos a demolição de velhos casebres, ou a construcção de novos edificios; e julgareis que alguns d'elles serão edificados em condições que permittam o seu aluguer ao operario? Não». Por isso, as novas casas construídas eram, nas palavras de Alfredo da Silva, «opulentas» e «grandiosas» de «rendas elevadas» e, portanto, só acessíveis aos burgueses. Alfredo da Silva reflectia sobre a realidade de Lisboa em que a população trabalhadora estava a ser expulsa dos locais onde habitava, indo «augmentar, e accumular-se no velho bairro de Alfama, e em outros sitios immundos, onde mal penetra o sol, estiolando-se á mingua de luz, respirando um oxigenio carregado de emanações putridas, e perdendo as forças a pouco e pouco, pela abundancia de todos os elementos vitaes». Este socialista considerava, por isso, que o problema das construções económicas fosse resolvido no curto prazo para que tudo não passasse pela «philantropia burguesa»[32].

Assim, os trabalhadores procuravam habitações baratas como, no caso do Porto, as chamadas «colmeias» ou «ilhas em altura» — típicas do Barredo — em que velhos prédios de vários andares eram subdivididos em pequenos alojamentos para diversas famílias, originando, muitas vezes, processos complexos de sub-aluguer[33].

Multiplicaram-se também as «casas de malta», pequenos espaços onde dormiam em camas muito pobres, os operários que vinham de fora trabalhar para a cidade durante a semana e que não tinham dinheiro suficiente para pagar um quarto numa pensão.

---

31 RICARDO, João — Verdades. *O Operário*. Porto, 17 de Agosto de 1879, p. 1.

32 *O Operário*. Porto, 7 de Novembro de 1880, p. 3. Mas, de facto, as primeiras iniciativas de construção de bairros operários partiram da iniciativa privada de carácter filantrópico, como seria o caso, no Porto, dos bairros do *Comércio do Porto*, construídos por iniciativa deste jornal, a partir de 1899, embora as rendas não fossem acessíveis a todas as famílias operárias. PEREIRA, Gaspar Martins — *Famílias Portuenses na Viragem do século (1880-1910)*. Porto: Afrontamento, 1995, p. 70.

33 António Pereira Barbosa descrevia assim estas «colmeias»: «Em infectas e tortuosas ruellas, que em certos pontos não recebem um unico raio de sol, abrem-se longos e escuros corredores, ao fundo dos quaes as escadas, escorregadias e estreitas, cobertas de detrictos de toda a natureza, escassamente illuminadas por pequenas janellas que se abrem sobre saguões ainda mais acanhados e sombrios, dão ingresso até 3 ou 4 andares [...]. Para completar o quadro, a rapacidade dos proprietarios, multiplicou os alojamentos onde se albergam familias de cinco e seis pessoas, vivendo ou estiolando-se em nichos de alguns metros cubicos. E é n'estes quartos que ordinariamente se faz tudo: cosinha-se, come-se, dorme-se, etc. [...]». BARBOSA, António Pereira — *Da tuberculose no Porto*. Porto, 1906, p. 52-53.

Mas o tipo de habitação operária que mais se vulgarizou na cidade do Porto foram asa «ilhas» que, não sendo uma realidade nova criada pela industrialização, foram aquelas que iriam proliferar por toda a cidade na segunda metade do século passado, sobretudo devido ao aumento da população trabalhadora urbana e também devido à demolição dos bairros pobres no centro da cidade para efectuar «melhoramentos» urbanos. Mas o que eram exactamente as «ilhas»? Segundo Joaquim Urbano da Costa Ribeiro eram «grupos de casas, separadas na sua maior extensão por um estreito corredor ao ar livre; em algumas estes grupos são multiplos com varias dependencias, de ordinario sujeitas à irregular configuração do terreno em que assentam; noutras um dos lados do corredor é um muro que a separa d'um ouro anexo d'outra ilha»[34]. *O Operário* explicava a causa daquela designação dizendo que essas habitações eram «*ilhas* no meio do oceano da opulencia, riqueza e alegria. São *ilhas* para onde vão degredados os parias da sociedade actual»[35].

Muitas destas ilhas resultavam da especulação imobiliária em que participavam grandes negociantes, industriais e até alguns artesãos. Algumas delas foram construídas por iniciativa dos industriais para os seus operários, situando-se nas traseiras da própria fábrica. Segundo Gaspar Martins Pereira, num inquérito de 1885 eram assinaladas no Porto 531 ilhas, com 6020 famílias, num total de 19460 pessoas — o que representava 16% da população — e, em 1899, estes valores duplicavam[36].

Os proprietários das «ilhas» ou de outras habitações populares aumentavam frequentemente os alugueres das casas, como por exemplo, em 1879, em que o argumento usado era o facto de o governo ter aumentado a décima predial, o que era, segundo o *Operário,* um falso pretexto, já que há vários anos que os proprietários aumentavam constantemente a renda das casas, pagando sempre o mesmo imposto predial[37]. Alfredo da Silva abordava todos estes assuntos nas páginas do *Operário,* salientando a importância da questão da habitação, porque «das boas ou más condições hygiénicas, da casa em que habita, depende a sua saude e a dos seus filhos». Este socialista lisboeta explicava por que os operários se sujeitavam a viver em tão más condições: «As rendas hoje são elevadissimas, e de todo incompativeis com as posses e ganhos do proletario em geral, estes têem que resignar-se a habitar em baiucas immundas,

---

34 RIBEIRO, Joaquim Urbano da Costa — *A mortalidade do Porto em 1888.* Porto, 1889, p. 181.

35 *O Operário.* Porto, 15 de maio de 1881, p. 1.

36 PEREIRA, Gaspar Martins — *Op. Cit.*, p. 66. Ver também JORGE, Ricardo — *Demographia e Hygiene na Cidade do Porto....* Porto, 1899., p. 81-82. Sobre o inquérito de 1885, cf. FITAS, Idalinda Rosa Rodrigues — *A habitação popular no Porto em finais do século XIX: o Inquérito da Comissão Central da Imprensa (1885).* Porto, 1998. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, apresentada à FLUP.

37 *O Operário.* Porto, 17 de Agosto de 1879, p. 2.

situadas principalmente nos arredores da cidade, tendo que percorrer enormes distancias para chegarem ás suas officinas, aos logares onde exercem a sua industria»[38].

Os trabalhadores tinham muitas vezes que passar pelos tribunais devido a acções de despejo por não pagarem as rendas de casa, o que contribuía «para o espantoso *deficit* que se nota em habitações baratas para a classe operaria»[39].

Rodrigues de Freitas descrevia a divisão social criada no espaço urbano ao declarar que, «ao lado de tantas provas de progresso material, de tantas obras que aformosearam a cidade, bem como do incontestável aumento da riqueza externa, de tanto conforto para os opulentos —, vive a cidade da indigência, com as suas ilhas lôbregas, com as suas estreitas e infectas moradas, com os seus habitantes, cujo organismo necessariamente se deteriora, se atrofia, se deprava nesse meio tão mórbido»[40].

Como salienta John Rule, o que impressionava os contemporâneos, nas habitações operárias, não eram tanto as deficiências individuais de cada casa mas sim o «horror colectivo do ambiente que apresentavam»[41]. Obviamente, não eram novos os problemas ligados com as habitações das classes populares, mas a industrialização e rápida urbanização agravaram os problemas e colocaram outros numa escala sem precedentes no que respeita ao alojamento, higiene, administração e segurança pública. Foram construídas inúmeras habitações em ruas, pátios e becos sem quaisquer condições e sem que fosse prestada qualquer atenção a questões sanitárias, o que provocaria o ambiente propício para o surto e rápida difusão de doenças epidémicas.

Eram constantes as epidemias de cólera, tifo e varíola nas zonas mais populares do Porto e, recorde-se, esta cidade tinha a mais alta taxa de mortalidade do país e, a nível europeu, só podia ser comparada com cidades do leste como Moscovo, Bucareste e Ruão. Aliás, os primeiros inquéritos às ilhas coincidiram com surtos epidémicos de varíola e cólera e, mais tarde, de peste bubónica. Em Lisboa, Alfredo da Silva chamava a atenção, em 1880, para a enorme quantidade de febres tifoides no bairro ocidental de Lisboa, em consequência das más condições de higiene e alertava para a necessidade de ser construído «um bom systema de saneamento de Lisboa, e um bom systema d'esgostos»[42].

---

38 *O Operário*. Porto, 7 de Novembro de 1880, p. 3.

39 *Ibidem*.

40 FREITAS, Rodrigues — A miséria no Porto. *A Folha Nova*. Porto, 27 de Julho de 1885. p. 1. Citado em FREITAS, Rodrigues — *Novas Páginas Avulsas*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1996, p. 65.

41 RULE, John — *Op. Cit.*, p. 132. Este quadro não era exclusivo de Portugal, mas fazia-se sentir por toda a Europa industrializada. Para o caso francês pode ser consultado GUERRAND, Roger-Henri — Espaços privados. In ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges — *História da Vida Privada. Da Revolução à Grande Guerra*. Porto: Afrontamento, 1990. p. 356-366.

42 *O Operário*. Porto, 8 de Agosto de 1880, p. 4.

Todas as deficiências apontadas poderão ajudar a explicar as notícias sobre as doenças frequentes que afectavam os redactores do *Operário* e os dirigentes do Partido Socialista e da Associação dos Trabalhadores, como, por exemplo, José Ribeiro, os irmãos Pina e os irmãos Alecrim, Eduardo Carvalho e Cunha, Azedo Gneco, Viterbo Campos, Agostinho José da Silva, Manuel José Martins e outros. Frequentes eram também as notícias que informavam sobre a morte de filhos menores dos socialistas como Alfredo da Silva, Silvestre Pinto Caldeira, entre outros. De facto, a taxa de mortalidade infantil era elevadíssima, oscilando entre 250‰ a 300‰, no período ente 1881 e 1897[43]. Como acontecia um pouco em toda a Europa industrializada, os filhos dos operários que sofriam um conjunto de privações e viviam em condições higiénicas deficientes morriam frequentemente de escarlatina, sarampo, para não falar da varíola e do tifo, muito mais do que os filhos das famílias burguesas[44]. A propósito da situação portuense dizia o médico Ricardo Jorge: «Aqui entre as classes necessitadas, a canalha, como lhes chamam, chega a ser um tropeço, de que a morte tantas vezes benvinda, livra a familia. As crianças são votadas a um morticinio certo, esperando até com prazer pelos mais endurecidos»[45]. João Ricardo lembrava, também, que uma das piores consequências da miséria dos trabalhadores era a «estatistica obituaria das creanças»[46].

Assim, as questões da saúde da população começavam a ser relacionadas com as condições de habitação, levando as autoridades locais a tomarem medidas preventivas. Como afirmam Maria do Carmo Serén e Gaspar Martins Pereira: «Os avanços da medicina e da higiene permitem associar a doença ao próprio quadro urbano à insalubridade, pelo menos desde os anos 80. Daí que as preocupações com o alojamento popular insalubre, com o abastecimento de água potável, com o saneamento se verifiquem sobretudo a partir de então»[47]. Em 1881, após uma epidemia de varíola, o Governador Civil do Porto mandava fazer várias visitas sanitárias às ilhas da cidade, em que «centenas de intimações eram feitas aos proprietários ou aos residentes para mandarem caiar as casas, procederem à limpeza de lixos e estrumes dos pátios e quintais, construírem, desinfectarem ou consertarem as latrinas, limparem as cavalariças, removerem os porcos[...]»[48]. *O Operário* descrevia esta iniciativa, dizendo que o governador Tomás Ribeiro mandara «inspeccionar os innumeraveis fócos de infecção que, como supremo escarneo á sciencia e como templos levantados á ambição capitalista, se encontram em

---

43 PEREIRA, Gaspar Martins — *Op. Cit.*, p. 50-51.

44 Para uma compração com o caso da Inglaterra votoriana ver NAVAILLES, Jean-Pierre — *Op. Cit.*, p. 17-18.

45 JORGE, Ricardo — *Op. Cit.*, p. 331.

46 RICARDO, João — Verdades. *O Operário*. Porto, 17 de Agosto de 1879, p. 1.

47 SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins — O Porto Oitocentista. In RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.) — *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 1994., p. 408.

48 PEREIRA, Gaspar Martins — *Op. Cit.*, p. 69.

quasi todas as ruas do Porto e que o povo denomina, na sua rude linguagem, de *ilhas*»[49]. Ainda segundo o jornal socialista do Porto, após ter conhecimento dos resultados do inquérito, o Governador Civil «ordenou a confecção d'uma planta que deverá servir de modello ás construcções d'aquelle genero que de futuro venham a fazer-se, planta que possua os requisitos exigidos pela sciencia». Bessa de Carvalho louvava esta iniciativa, mas esperava que ela não ficasse apenas em projecto, proclamando que era «necessario que fossem mandadas expropriar por utilidade publica as *ilhas* actualmente existentes porque do contrario, continuarão a ser, como o tem sido e como são, uma especie de ante-camaras dos cemiterios»[50]. O projecto do Governador Civil não passou do papel e as ilhas continuaram a proliferar no Porto.

Não foram apenas as elites intelectuais e as autoridades políticas a preocuparem-se com a falta de condições de higiene nas habitações operárias, mas também, como o *Operário* o demonstra, algumas elites operárias que incorporaram o discurso «burguês» ao denunciarem os meios populares como «focos de infecção fisica» e «viveiros de imoralidade». Prevalecia, portanto, entre os dirigentes operários, a ideia de que com a degradação do espaço físico vinha a degradação moral.

Pelos motivos atrás referidos, torna-se evidente que a saúde dos operários portuenses estava afectada pelas carências alimentares, pela falta de condições de higiene e pelas epidemias. José Luís descrevia os operários portuenses com «aspecto macilento e cadaverico, verdadeiros symptomas da fome e da miseria, a implorarem caridade»[51]. Constantemente afectados por problemas de saúde, os operários do Porto não encontavam grande apoio nos serviços médicos existentes, mesmo naqueles, à partida, dirigidos aos trabalhadores. Era o caso do Hospital da Misericórdia do Porto, ao qual só ocorria a classe trabalhadora por falta de recursos mas quando alguém permanecia ali por algum tempo, ou acabava «na valla commum, ou sahia com o organismo deteriorado, pela dieta rigorosissima, pelo tractamento pesado e brutal, e pelo ar infecto e pestilento que aspirou dentro d'aquelle edificio verdadeiramente inquisitorial», o que não se compreendia já que aquela instituição tinha «rendimentos fabulosos» que iam «augmentando prodigiosamente de anno para anno». Criticava-se, especificamente, a decisão da administração daquele hospital de ter decidido suprimir a «dieta da quinta tabella e todas as outras extraordinarias», anteriormente decididas pelo Conselho Médico da Misericórdia que protestou, logo, contra a decisão administrativa[52].

---

49 *O Operário*. Porto, 15 de Maio de 1881, p. 1.

50 CARVALHO, Bessa — A hygiene e o governador civil do districto. *O Operário*. Porto, 15 de Maio de 1881, p. 1-2.

51 LUÍS, José — A crise. *O Operário*. Porto, 24 de Agosto de 1879, p. 2.

52 *O Operário*. Porto, 7 de Dezembro de 1879, p. 3-4.

Os socialistas desconfiavam das iniciativas filantrópicas de alguns industriais como a da empresa de fiação do Salgueiros que resolvera «instituir um serviço permanente e gratuito de medicina e pharmacia aos trabalhadores da fabrica». Ricardo não via neste gesto nada de louvável, porque os operários que trabalhavam mais de 12 horas em troca de salários «desgraçados» eram os únicos geradores da riqueza que enchia os bolsos do capitalista. Além disso, um horário de trabalho de 13 e 14 horas diárias contribuía para que o operário adoecesse e, nesse sentido, comentava este dirigente socialista: «Um chefe de familia com 340 réis por dia de ordenado, que até aqui passava apenas com tres tigelas de caldo e um kilo de pão, se para tanto e para o aluguer da casa lhe chegar, o miserrimo beneficio d'uma dose de quinino pela manhã em jejum e um xarope de folhas de larangeira ao deitar da cama!». Assim, os trabalhadores, entre os quais crianças, ameaçados por doenças como a tuberculose, passavam frio, não tinham comida mas tinham remédios![53]

Estas situações de total indigência provocavam a morte de muitos trabalhadores pobres por falta de condições. Junto à sede do Partido Socialista e da Associação dos Trabalhadores, morreu de fome um operário, o que parece ter causado alguma sensação em alguns jornais que consideraram inacreditável tal coisa se pudesse passar «no meio d'uma cidade como o Porto, onde existe tanta riqueza e tanta... *caridade*». Para o *Operário* a explicação de tal acontecimento passava pela má organização social e, por isso, «no Porto, na terra da celebre sopa economica; na terra que possue uma immensidade de associações de soccorros; que tem associações liberaes e catholicas, na terra que tem a sociedade de Instrucção que dá opiparos banquetes a estes e áquelles figurões; no baluarte da liberdade; MORREU DE FOME, em um dos dias da semana passada um cidadão!!!»[54]. Ao longo dos três anos de publicação deste jornal foram muitas as notícias de populares sem abrigo que morriam de fome e de frio nas ruas do Porto e de Lisboa[55] ou de trabalhadores que se suicidavam por falta de meios para sobreviver[56].

Descrevia-se a existência de «vasta» miséria nas cidades, «atirando ás dezenas, ás centenas, aos milhares de individuos para a mendicidade». Perguntava-se: como acabar com a miséria na actual sociedade? «Metendo os pedintes nos azylos?Mas os azylos estão cheios, onde a fartura de alimentos, segundo dados positivos, não é grande cousa por falta de meios». A solução dos socialistas não passava pela caridade, mas sim pelo fim da organização social existente, «organisação injusta, na qual a riqueza — o capital — está nas mãos de meia duzia de individuos que pôem e dispõem do solo, das industrias, das artes, etc., etc., como cousas deles; é irrisorio para pretender acabar com a miseria, sem

---

53 RICARDO, João — Capitalismo e therapeutica. *O Operário*. Porto, 15 de Janeiro de 1882, p. 1.

54 *O Operário*. Porto, 24 de Outubro de 1880, p. 2-3.

55 Ver como exemplo, *O Operário*. Porto, 25 de Janeiro de 1880, p. 3.

56 Ver, como exemplo, *O Operário*. Porto, 9 de Maio de 1880, p. 3.

primeiro remoldar a organisação da sociedade»[57]. Os socialistas repetirão até exaustão, no *Operário,* que «haverá pobres emquanto a propriedade for individual, porque sendo ella a origem da riqueza, é claro que não serão ricos aquelles que não possuirem»[58].

E, de facto, perante a incapacidade dos poderes públicos para resolverem a situação de miséria destas pessoas, surgiam iniciativas privadas encarregadas de fazer caridade, o que era visto pelos socialistas como um acto revoltante, um insulto, já que o trabalhador apenas recebia uma pequena parte do muito que lhe pertencia, portanto, «aquelle que dá esmola não dá do que é seu, dá do que tem explorado ao que a recebe»[59]. Uma das instituições de caridade mais criticadas nas páginas do *Operário*, e que pretendia melhorar o quotidiano das pessoas mais carenciadas eram as «sopas económicas», porque a caridade era o resultado da desigualdade social e, por isso, afirmava-se: «Se tres partes do producto do seu labutar não fossem escandalosamente roubadas pelos exploradores, não precisariam os desherdados de terminar a sua existencia entre as parede do azylo philantrópico»[60]. Entre outras instituições que surgiram, por esta altura para como combater a pobreza contam-se os Albergues Nocturnos, sendo os do Porto inaugurados em 1881 pelo próprio rei. Estas iniciativas mereciam comentários duros do *Operário* porque faziam-se «primeiro os pobres e depois criavam os estabelecimentos de beneficencia», ou seja, «a burguesia explora o trabalhador e faz os pobres e depois contribui para os asilos para sentir leve a sua consciencia»[61].

Enquanto não chegava a tão desejada «revolução social», os próprios socialistas tentavam encontrar formas de diminuir a miséria dos seus camaradas, abrindo, por exemplo, inúmeras subscrições no *Operário*, pedindo apoio monetário aos leitores para os operários desempregados ou para famílias as carenciadas[62].

Mesmo na morte as famílias operárias sentiam graves dificuldades, não podendo muitas vezes pagar o enterro e, por isso, eram frequentes pedidos de companheiros de trabalho fazendo quotizações entre si para pagar as despesas funerárias[63].

Neste quadro de miséria, ou pelo menos de precaridade, não deixa de ser estranha a ausência de qualquer referência às casas de penhores — mais conhecidas como «o prego» — que proliferaram no Porto na segunda metade do século XIX e que se destinavam, sobretudo, a conceder crédito às camadas populares, sobretudo em períodos de crise, associados ao elevado desemprego e aos salários baixos.

---

57 *O Operário*. Porto, 15 de Maio de 1881, p.1.

58 *O Operário*. Porto, 29 de Fevereiro de 1880, p. 1.

59 CARVALHO, Bessa de — A Caridade. *O Operário*. Porto, 31 de Novembro de 1879, p. 2.

60 IDEM, *Ibidem*.

61 *O Operário*. Porto, 27 de Novembro de 1881, p. 3.

62 Ver, como exemplo, *O Operário*. Porto, 15 de Junho de 1879, p. 3.

63 *O Operário*. Porto, 10 de Outubro de 1880, p. 3.

Apesar de estarmos a analisar uma realidade urbana e industrial, a maioria do povo português continuava a trabalhar no sector agrícola, o que não era esquecido pelo *Operário*. João Ricardo caracterizava a situação dos camponeses portugueses como «miseravel», continuando a usar instrumentos de lavoura primitivos e continuando, também, alheios a qualquer ideia socialista ou revolucionária, devido ao peso de uma pesada tradição religiosa e política herdeira do absolutismo, que tinha mantido os camponeses no mais profundo estado de analfabetismo[64]. Além disso, chegavam à cidade milhares destes trabalhadores, vítimas do desemprego nos campos e da «desagregação de uma míriade de pequenas explorações agrícolas, as mais numerosas de uma região marcada pelo minifundio», que levavam à proletarização ou semi-proletarização desta mão-de-obra, provocando um abaixamento dos salários, o que era uma das principais causas «do crescimento manufactureiro portuense»[65]. Não deixa de ser estranho que este crescente êxodo rural fosse completamente ignorado nas páginas do *Operário* pelos socialistas portuenses, que se limitavam a referir que uma das únicas saídas para essa mão-de-obra era a emigração para o Brasil.

10.2. Sociabilidades operárias

José Luís, sapateiro socialista, lamentava que o pesado horário de trabalho da maioria dos operários os impedisse de cuidar da sua instrução e de participar em vários lazeres[66]. Contudo, tal como Rule provou para Londres e outros centros urbanos, aumentou o tempo e o dinheiro dedicados ao lazer pelas classes trabalhadoras que começaram a construir espaços próprios de sociabilidade operária.

O espaço de sociabilidade privilegiado pelas classes populares era a própria cidade. Se a burguesia privilegiava cada vez mais a intimidade e a privacidade domésticas, construindo casas rodeadas de jardins, para as classes trabalhadoras que viviam nas ilhas, vielas, ou nas colmeias não havia limites estritos entre o espaço público e o privado. A porta das suas casas estava, muitas vezes, aberta para a rua, onde brincavam as crianças, falavam as mulheres e onde também se trabalhava. Como afirma Gaspar Martins Pereira: «Nos meios populares, o espaço doméstico e o espirito de familia articulam-se com solidariedades fortes de vizinhança. Cada vizinho é ainda cumplice das alegrias e desgraças do seu vizinho»[67].

---

64 RICARDO, João— Actos Officiaes. *O Operário*. Porto, 2 de Outubro de 1881, p. 1-2.

65 SANTOS, Maciel Morais — O Partido Socialista nos seus primeiros anos — duas eleições perdidas. *Revista da Faculdade de Letras*. Porto, 1994. 2ª série. Vol. XI, p. 291.

66 LUÍS, José — Instrucção Publica e o Trabalho. *O Operário*. Porto, 21 de Dezembro de 1879, p. 1.

67 PEREIRA, Gaspar Martins — *Op. Cit.*, p. 47.

A enorme preocupação revelada pelos dirigentes socialistas portuenses em relação à sua cidade parece ir ao encontro do que Michelle Perrot designa como a reivindicação do direito à cidade, por parte dos operários. Pela constante intervenção dos socialistas, através do *Operário*, nos assuntos da cidade, nas mudanças urbanas que se faziam sentir no início da década de oitenta, estes trabalhadores afirmavam que a cidade também lhes pertencia[68].

E a cidade estava a mudar. A partir da segunda metade de oitocentos, e particularmente após 1880, acelerava-se o movimento de urbanização da cidade do Porto, rasgando-se novas ruas, demolindo-se muitos bairros e becos habitados pelas classes populares, construindo-se pontes, encanando-se ribeiros, etc. Assim, por exemplo, toda a zona ribeirinha era transformada com a construção da ponte D. Luís, em 1886, que daria origem à abertura da Avenida da Ponte, ao alargamento da Rua Saraiva de Carvalho. A Rua Mousinho da Silveira era rasgada, a Praça Infante D. Henrique era ajardinada e assistia-se à construção do Mercado Ferreira Borges, em 1888. Embora a Câmara Municipal do Porto não possuísse um plano global de intervenção urbanística, a maior parte das obras concentrou-se no centro urbano com o objectivo de salubrizar as áreas degradadas e melhorar o sistema de tráfego, criando novas vias de comunicação.

As inúmeras obras na cidade eram comentadas pelo jornal socialista: «Se percorrermos toda a cidade não deixaremos de ver um só ponto em que se não possa avaliar o *zelo* da vereação do Porto e o quanto ella *trata* do bem estar dos seus municipes; por toda a parte ruinas»[69]. Para o *Operário* era preocupante que todas estas obras causassem vários acidentes, já que era normal alguém quebrar a «cabeça ou as pernas nos innumeraveis *precipicios* que a *excelentissima* camara mandou construir em quasi todas as ruas do Porto. Aqui é um passeio totalmente levantado, acolá uma valleta, mais adiante quatro ou seis buracos na rua, mais além uma enorme *barricada*... feita de paralelipipedos, etc., etc.»[70].

O Operário mostrava-se atento a todas estas mudanças, interrogando constantemente as autoridades públicas. Assim, em 1879, perguntava-se, a propósito das notícias sobre a construção de uma ponte sobre o Douro: «Será d'esta vez? Será d'um ou de dous taboleiros? É o que não sabemos, no emtanto o governo já... mandou *estudar* o assumpto!»[71]. Um ano depois eram dadas informações mais precisas e assim, «além da

---

68 Afirma Perrot: «A originalidade das classes populares urbanas reside no facto de que a sua rede familiar não se inscreve nem na fixidez do terreno nem na clausura de um interior. No entanto, o duplo desejo de um lugar e de um espaço para si afirma-se com uma força crescente na segunda metade do século XIX». PERROT, Michelle — Maneira de habitar. In ARIÈS, Philippe, DUBY, Georges — *História da Vida Privada. Da Revolução à Grande Guerra*. Porto: Afrontamento, 1990. Vol. IV. p. 316-317.

69 *O Operário*. Porto, 14 de Dezembro de 1879, p. 3.

70 *O Operário*. Porto, 2 de Outubro de 1881, p. 3.

71 *O Operário*. Porto, 21 de Dezembro de 1879, p. 3.

conclusão da linha ferrea do Douro e da construção do porto artificial, a que o governo está obrigado; prossegue-se nos estudos da nova ponte, que nos dizem ser de dous tabuleiros, um dos quaes, o superior, estabelecerá communicação entre a Batalha e o alto de Vila Nova. Além d'isso, estuda-se a construcção d'um ramal da linha ferrea que partindo das proximidades da estação do Pinheiro, vá em direcção ao rio Douro pelo esteiro de Campanhã»[72].

Os socialistas juntavam-se também às críticas dos seus contemporâneos sobre a sujidade da cidade do Porto, apesar de terem crescido as preocupações das autoridades com as questões da limpeza pública. Perguntavam se era verdade que existia no Porto uma repartição de limpeza pública e uma Junta de Saúde, porque via-se «por toda a parte a immundice»[73]. Constantemente, os socialistas do *Operário* alertavam para aspectos concretos de falta de higiene pública e aplaudiam, por exemplo, a decisão do Governador Civil de mandar retirar para fora da cidade todos os porcos que «em prejuiso e detrimento da hygiene publica, se encontrarem na cidade»[74].

Foi também na década de oitenta que a luz eléctrica se espalhou pela cidade[75]. Em Maio de 1879 falava-se de experiências feitas com luz eléctrica no Palácio Cristal, salientando que «noutros paizes já muitas cidades são illuminadas a esta luz. Entretanto nós vamo-nos sujeitando á que a companhia do gaz tem vontade de dar»[76].

As mudanças eram, sobretudo, profundas ao nível das comunicações, particularmente com a construção do caminho-de-ferro, que mudaria, no último quartel do século passado, a relação entre espaços e entre os portuenses, acelerando a mobilidadade das populações. Os socialistas do *Operário* mostravam-se atentos a estas mudanças e partilhavam as preocupações dos seus conterrâneos. Assim, em 1879, a linha do Douro chegava à Régua e parecia não avançar mais devido a outras prioridades do Governo central, pondo em causa o projecto acarinhado pelos portuenses de ligação à fronteira e a Salamanca. Em 1880, várias figuras portuenses reuniam no teatro Baquet para protestar contra a indiferença do Governo para com o desenvolvimento do Porto, exigindo um apoio nas obras de melhoramento, nomeadamente no prolongamento da linha do Norte do caminho-de-ferro. Os socialistas portuenses apoiavam essa reunião, considerando que era vital para os interesses da cidade que o prolongamento da linha férrea fosse feita e afirmavam: «Concordamos com as representações, porque tem ellas por fim não só conservar, mas alargar a actividade que sempre foi propria aos habitantes d'esta cidade.

---

72 *O Operário*. Porto, 25 de Abril de 1880, p. 3.

73 *O Operário*. Porto, 8 de Fevereiro de 1880, p. 3.

74 *O Operário*. Porto, 5 de Junho de 1881, p. 3.

75 SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins — O Porto Oitocentista. In RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.) — *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 1994, p. 392.

76 *O Operário*. Porto, 25 de Maio de 1879, p. 3.

Comprehende-se perfeitamente que a não realisação d'estas obras reduziria a cidade, n'um futuro bem proximo, a proporções insignificantissimas»[77]. E acrescentam os socialistas portuenses, num tom «bairrista»: «Agora pertence ao Porto exigir terminantemente do ministerio uma solução a uma questão, a que estão presos os seus maiores interesses. Agora pertence ao Porto faser saber ao governo que, visto que não quer attender reclamações, a cidade saberá mandar»[78].

A conclusão da linha férrea do Douro seria levada a cabo na década seguinte «numa operação que haveria de custar à burguesia portuense a autonomia financeira»[79].

Os socialistas percebiam que muitas destas transformações urbanas criavam formas de segregação que reproduziam na ocupação do espaço as formas de segregação social em que os mais pobres estavam cada vez mais marginalizados. Como afirma, a propósito, Gaspar Martins Pereira: «As operações de renovação urbanística, levadas a cabo na zona central da cidade, em especial as que atingem as zonas mais densamente povoadas do centro histórico, onde se concentravam populações pobres, contribuem para agravar as carências habitacionais, conduzindo quer a uma sobreocupação do miolo da cidade antiga não atingido pelas demolições, quer à centrifugação de famílias pobres para a periferia. Tal movimento, comum às grandes cidades europeias da época, paralelo ao processo de apropriação burguesa do solo urbano, durará, no caso do Porto, praticamente até aos nossos dias»[80]. Ora, a liberdade dos operários passava também por poderem escolher o local onde viviam e também o direito de não serem discriminados.

Existem duas referências explícitas sobre a tendência burguesa de segregação dos espaços. A primeira, quando o *Operário,* elogiando o trabalho de jardinagem feito na Praça Carlos Alberto, afirmava: «Era para desejar que a exc.ª camara fizesse outro tanto a outros largos que ha pela cidade. Com isso lucraria a higiene publica, e o povo a que é vedada a entrada nos outros jardins porque nem sempre póde andar bem calçado»[81]. O outro exemplo vinha da Companhia de Carris de Ferro, que, em 1881, decidia organizar um serviço especial para os mais pobres, uma viagem gratuita até á Foz. Mas os socialistas portuenses manifestavam-se contra esse projecto, porque esse carro iria ser identificado como o *carro dos pobres,* já que teria um horário próprio, com bilhetes próprios e apenas teria os pobres como passageiros e com isso estas pessoas seriam expostas «ás vaias e chalaças grosseiras dos *dandys* que por ahi abundam e que do alto da sua grandeza material e do fundo da sua baixeza moral, se haviam de rir dos desgraçados

---

[77] *O Operário*. Porto, 25 de Abril de 1880, p. 2-3.
[78] *O Operário*. Porto, 9 de Maio de 1880, p. 2.
[79] PEREIRA, Gaspar Martins — *Op. Cit.*, p. 61. .
[80] IDEM, *Ibidem*, p. 62.
[81] *O Operário*. Porto, 25 de Maio de 1879, p. 2.

que eram conduzidos por esmolla, já de si humilhante, á Foz n'um carro especial, assim a modos de carro do entulho»[82].

Mas também alguns espaços fechados apareciam constantemente referidos como locais privilegiados de sociabilidade operária. Um deles era a taberna, espaço violentamente criticado pelo *Operário*, como símbolo da apatia dos trabalhadores que em vez de se interessarem pelo Partido Socialista, pelas causas revolucionárias e «de lêrem o *Operário* e commentarem a sua incessante propaganda, que lhes está ensinando o verdadeiro caminho a seguir para se livrarem da tutella capitalista, vão para as tabernas sentarem-se n'aquelles immundos bancos, palestrando na vida d'este e d'aquelle e assim passam o tempo, que lhes concedem para descançar o corpo fatigado de trabalhar um dia inteiro e [...] deixam-se illudir pelos seus verdugos sem verem que são elles os que os teem posto em tão deploravel situação»[83]. Além disso, nos períodos eleitorais, uma das principais preocupações dos dirigentes socialistas era a vitória dos adversários que se alcançava «á custa do embrutecimento dos eleitores nas tabernas»[84]. Como foi referido, anteriormente, em vez de irem votar, muitos trabalhadores preferiam ficar na taberna e alguns vendiam o seu voto por um copo de vinho. Além disso, relacionava-se a taberna com o mundo da marginalidade que não era o mundo dos verdadeiros trabalhadores. A propósito de uma rixa entre operários que resultara na morte de um à navalhada comentava-se: «O trabalhador verdadeiro é aquelle que soffre quotidianamente o jugo do capital, para à noute receber o carinho da familia que sustenta com o seu suor. Este não deve confundir-se com o que possue navalha de fadista, que frequenta (por vicio) a taberna, que troca a Associação pelas orgias, que deixa o trabalho, pelas pandegas. O que assim faz não é mais que uma desgraçada victima das instituições actuaes e se como tal nos merece comiseração, não obsta isso a que digamos francamente: "Esse individuo não deve entrar no numero dos verdadeiros operarios"»[85].

Ligado à taberna aparecia o fenómeno da prostituição sobre o qual pouco se dizia, para além de que era um «cancro social» e sobre o qual os políticos procuravam atacar «os effeitos e não buscavam derrubar as causas». Atacavam igualmente as posições burguesas classificadas como hipócritas: «Não se cansam de chamar *nomes feios* a essas desgraçadas, victimas da actual sociedade, que vendem o corpo para *ganharem a vida*, e para reverso da medalha dispensam quotidianamente encomios aos prostituidores. Sempre a burguezia a fingir-se envergonhada das suas obras, sempre a aparentar moralidade»[86].

---

82 *O Operário*. Porto, 18 de Setembro de 1881, p. 3.

83 CAIADO, J. A. Dinis — Monte-mór o Velho. *O Operário*. Portyo, 27 de Novembro de 1881, p. 2.

84 CARVALHO, Bessa — Aos socialistas. *O Operário*. Porto, 26 de Outubro de 1879, p. 2. Sobre este assunto ver também RULE, John — *Op. Cit*, p. 310.

85 CARVALHO, Bessa — A Navalha. *O Operário*. Porto, 18 de Julho de 1880, p. 1-2.

86 *O Operário*. Porto, 24 de Outubro de 1880, p. 3.

Este discurso contra a taberna, o bordel e também algumas formas de divertimento populares traduzia, como salienta Catherine Hall, a assimilação por parte de uma aristocracia operária dos conceitos de dignidade e respeitabilidade burguesas, mas que ganhavam agora um carácter de classe através da construção de um operário digno, respeitável e virtuoso. Além do discurso burguês, os dirigentes operários integraram também alguns aspectos do discurso religioso, católico ou protestante — nomeadamente metodista — contra o alcoolismo e os comportamentos imorais, o que só poderia ser realizado através da instrução e do associativismo operário. Afirmava o *Operário*: «Se a maioria da classe trabalhadora em vez de se entregar ao vicio nefando da embriaguez e ao jogo, como infelizmente se entrega, se associasse para defender os seus interesses até hoje menos presados pelos grandes, se a classe operária concorresse á Associação dos Trabalhadores, onde quando agremiado em maioria, poderia ter um certo numero de regalias mais uteis que os do jogo, da taberna e dos lupanares»[87]. Usando os mesmos argumentos das elites burguesas, os socialistas e sindicalistas iriam ver no alcoolismo e na promiscuidade sexual a destruição da família operária e a sua depravação[88].

Um outro espaço de sociabilidade valorizado pelos socialistas portuenses era o teatro. Durante o seu primeiro ano de publicação, o *Operário* manteve uma secção dedicada ao espectáculo, denominada, numa primeira fase, «Palcos» e, mais tarde, «Espectaculos», onde, além de se anunciar vários tipos de espectáculos, também se fazia a crítica aos mesmos. Os espaços mais publicitados eram o Teatro Príncipe Real, o Trindade, o Baquet e o Camões. Os espectáculos mais divulgados, provavelmente por irem ao encontro de um gosto mais popular, eram as zarzuelas, as operetas, as comédias e também os dramas.

Enquanto o teatro lírico conhecia uma enorme expansão como espaço privilegiado «de reconhecimento e afirmação social da burguesia portuense» — destacando-se o Teatro S. João que recebia normalmente companhias de ópera italianas — outros teatros mais populares, como o teatro Variedades, que «eram pouco mais que barracões com assistência popular», levavam à cena dramas e farsas do chamado «teatro nacional», representados muitas vezes, por companhias amadoras[89]. Como afirma Gaspar Martins Pereira: «Se bem que a ópera tenha mantido sempre um público fiel ao longo do século XIX, a partir de meados da década de cinquenta, o "teatro nacional" irá disputar a popularidade do lírico, em parte devido ao aparecimento ou consagração de excelentes actores»[90]. Essa reabilitação passava também pelo aparecimento dos dramas sociais, que

---

87 CARVALHO, Bessa — A miseria no Porto. *O Operário*. Porto, 18 de Julho de 1880. p. 2.

88 HALL, Catherine — Lar, doce lar. In ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges — *História da Vida Privada. Da Revolução à Grande Guerra*. Porto: Afrontamento, 1990. Vol. IV, p. 73.

89 PEREIRA, Gaspar Martins — *No Porto Romântico, com Camilo*. Porto: Casa Comum/O Progresso da Foz, 1997, p. 60.

90 IDEM, *Ibidem*, p. 61.

se tornarão muito populares, e pela abertura de novas salas, como a do Teatro Baquet[91]. Além disso, o preço dos bilhetes nos espaços teatrais mais populares não era muito alto — geralmente cem réis —, permitindo que um grande número de operários, sobretudo os mais qualificados, tivesse acesso a este tipo de espectáculos. Estes espaços, como eram mais modestos e pouco pretensiosos permitiam, que os operários pudessem levar as suas roupas também elas modestas.

Um dos pioneiros do drama social fora Dias Guimarães com a peça «André, o fabricante», destacando-se também outros autores como Mendes Leal, Silva Albuquerque e Ernesto Biester. Deste modo, a literatura dramática, através da representação do palco, ganhava um público operário, sobretudo porque muitos destes dramas abordavam uma temática especificamente operária. A partir das décadas de sessenta e setenta, o herói destas peças era o trabalhador digno, sofredor e cumpridor das suas funções que funcionava como um modelo para os outros operários. Afirma Maria Manuela Tavares Ribeiro: «O teatro social tinha intencionalmente uma função didáctica. Assim, os textos dramáticos revelam um declarado objectivo de harmonia social e procuram desempenhar um papel preventivo e dissuador de um eventual comportamento atentatório das regras sociais. Estes produtores culturais deixavam as portas abertas para uma mobilidade social que se adequava à sua própria identidade e que os caracterizava como classe»[92]. A partir da década de setenta, o teatro realista e naturalista continuava a insistir nas preocupações sociais, abordando temas como a questão social, a mulher, a família, a Igreja, o casamento civil, etc.

Mas os próprios operários escreviam dramas sociais, onde procuravam denunciar situações de injustiça social. Uma dessas peças, muito popular na década de oitenta, seria «Gaspar, o serralheiro», que foi representada em quase todas as salas de teatro do Porto como o Trindade, Baquet e o Príncipe Real. Outra das peças mais publicitadas neste período era «Os Jesuitas», da autoria do dirigente socialista lisboeta, Manuel Luís de Figueiredo, drama que, segundo a crítica do *Operário,* «castiga de uma forma severa mas justa a cupidez dos exploradores»[93]. Em 1881, um grupo de operários portuenses

---

91 A companhia do Teatro Baquet e o seu repertório de operetas e comédias eram constantemente elogiados pelo *Operário*, mas o jornal chamava, igualmente, a atenção para o facto da sala oferecer «poucas condições de segurança». *O Operário*. Porto, 8 de Junho de 1879, p. 3. Recorde-se que o Teatro Baquet ardeu em 1888 provocando a morte a dezenas de pessoas. *O Operário* alertava também para a falta de higiene do Baquet e do Príncipe Real, onde as «retretes para homens n'estas duas casas de espectaculos são verdadeiramente insuportaveis, e se [...] existe na segunda capital do reino uma policia sanitaria, é necessario que ella ponha côbro a um tão descarado abuso para não se dar o caso de algum dia cahir nos corredores algum espectador fulminado por uma congestão cerebral». *O Operário*: Porto, 23 de Novembro de 1879. p. 3.

92 RIBEIRO, Maria Manuela Tavares — Movimento operário e a formação cultural. In *Los 98 Ibéricos y el Mar.* Torre do Tombo, Lisboa (27-29 de Abril de 1998). Madrid: Comisaría General de España, Expo Lisboa 98, 1998, p. 394.

93 *O Operário*. Porto, 23 de Janeiro de 1881, p. 4.

anunciava que pretendia constituir uma «sociedade dramatica de amadores» para levarem à cena «dramas de combate» e era dado como exemplo a peça já citada, «Gaspar, o serralheiro»[94]. Essa sociedade formava-se nesse ano com a designação de Associação Dramática Auxílio e Beneficiência e o seu espectáculo de estreia seria a favor de uma sociedade de socorros[95].

Nas críticas de teatro havia a preocupação de elogiar o trabalho dos actores, que eram vistos como homens do povo. Em 1879, fazia-se o elogio fúnebre do actor Ferreira, «que em tempos fez as delicias dos frequentadores das nossas plateias» e que, após ter passado pelo hospital da Misericórdia, morrera na casa do seu genro e, «se não fosse este ultimo, o incansavel trabalhador terminaria a sua existencia entre as paredes d'aquelle *philantropico* edificio. É o futuro que a sociedade proporciona aos proletarios!»[96]. Referia-se igualmente o actor Sanguinetti, a quem, em 1880, se dedicava um espectáculo, porque o público portuense não deixava de «premear os que trabalham e os que respeitam os deveres da honra»[97].

Um outro espaço muito popular era o Palácio Cristal, onde decorriam espectáculos muito variados, desde circo com «athletas russos e domadores de feras»[98] até recitais de música nos jardins, passando por exposições, espectáculos de ginástica e bailes. Aliás, os bailes eram muito apreciados pelos operários, pelo menos a julgar pelas críticas apresentadas nas páginas do *Operário*. Muitos bailes anunciados neste jornal realizavam-se no Salão Progressista — «bella orchestra, salão artisticamente adornado e um trato magnifico»[99] —, no Salão Porta do Sol, também conhecido por Nova Euterpe, e em alguns salões criados em zonas operárias, como na Rua Monte Belo — uma das principais zonas fabris da cidade —, onde se realizavam «magnificos e explendidos bailes»[100]. O aumento da popularidade dos bailes entre as classes trabalhadoras, na segunda metade de Oitocentos, coincidiu, significativamente, com o seu declínio nos salões da aristocracia, o que terá levado à desvalorização do baile como marca de distinção social[101].

Mas a separação dos espaços de sociabilidade, de acordo com os grupos sociais, não partia unicamente da iniciativa das classes hierarquicamente superiores, visto que os próprios operários procuravam afastar-se de algumas formas de sociabilidade burguesa e aristocrata, como, por exemplo, as corridas de cavalos e as touradas. Assim, *O Operário*

---

94 *O Operário*. Porto, 2 de Janeiro de 1881, p. 3.
95 *O Operário*. Porto, 16 de Janeiro de 1881, p. 4.
96 *O Operário*. Porto, 28 de Dezembro de 1879, p. 2.
97 *O Operário*. Porto, 11 de Janeiro de 1880, p. 3.
98 *O Operário*. Porto, 21 de Setembro de 1879, p. 4.
99 *O Operário*. Porto, 25 de Janeiro de 1880, p. 4.
100 *O Operário*. Porto, 30 de Janeiro de 1881, p. 4.
101 PEREIRA, Gaspar Martins — *Op. Cit.*, p. 65.

descrevia uma corrida de cavalos realizada em Matosinhos, como um espectáculo «aristocrata-burguez», onde os espectadores «deitam phrases e fazem estilo, fallando em inglez estragado como quem se dá ares de saber o que diz sobre a materia» e critica-se sobretudo a soma gasta em prémios — 1.379$000 réis —, o que era considerado incrível numa altura em que havia tanta miséria, tanto desemprego e muita gente mal tinha que comer, o que, ainda segundo o jornal socialista, era bem elucidativo dos «sentimentos de caridade que abrigam os possuidores de riqueza»[102].

Sobre as touradas, muitas promovidas pela família real portuguesa, as críticas do *Operário* incidiam sobre o carácter violento e bárbaro de um espectáculo que consideravam pouco adequado ao espírito do século XIX[103]. Por isso, pedia-se a proibição de um espectáculo que, no ano de 1879, causara, em Espanha, a morte de 20 homens, 526 touros e 1041 cavalos[104], comentando que não acabava «o barbaro divertimento das touradas» que «um governo imbecil» permitia[105].

Mas esta elite operária procurava afastar-se também das formas de sociabilidade mais tipicamente populares. O Carnaval era um caso paradigmático. Em 1881, o *Operário* elogiava a acção do Governador Civil do Porto que proibira os bailes de máscaras no Carnaval, pedindo que fossem também proibidos «todos os mais espectaculos carnavalescos que atestam pouco em favor da nossa civilisação»[106]. John Rule chama a atenção para a importância do Carnaval para as classes populares com uma forma de escape para a sua vida dura. Além disso, o Carnaval representava a libertação de toda uma série de constrições e a subversão da ordem sexual e social estabelecida, que era depois restabelecida com a quaresma[107]. Ainda segundo Rule, havia no período do Entrudo uma concentração de alguns aspectos do ócio plebeu brutal que chocavam e preocupavam todas as elites, mesmo as operárias[108]. Por isso, a preocupação de «civilizar» as formas de lazer popular não emanava unicamente das elites burguesas e religiosas, mas também dos próprios dirigentes operários que procuravam separar os operários «respeitáveis» dos «indecentes», em que os primeiros representavam uma cultura operária dignificada.

Havia espaços de sociabilidade especificamente socialistas, onde as relações sociais passavam pela propaganda ideológica, como os chamados «saraus literários» e as «conferências familiares». Muitas destas sessões, que procuravam divulgar as ideias socialistas e, ao mesmo tempo, auxiliar financeiramente a propaganda do Partido Socialista, realizavam-se na Associação dos Trabalhadores, no Largo da Fontinha.

---

102 *O Operário*. Porto, 1 de Junho de 1879, p.1.

103 *O Operário*. Porto, 21 de Dezembro de 1879. p. 3.

104 *O Operário*. Porto, 18 de Janeiro de 1880, p. 2.

105 *O Operário*. Porto, 29 de Agosto de 1880, p. 3.

106 *O Operário*. Porto, 25 de Dezembro de 1881, p. 4.

107 RULE, John — *Op. Cit.*, p. 306.

108 IDEM, *Ibidem*, p. 313.

Nos saraus literários faziam-se discursos políticos, debatiam-se temas da actualidade, recitavam-se poemas revolucionários e tocava-se alguma música como o hino da Internacional e a Marselhesa, hino revolucionário por excelência[109]. Um dos saraus publicitados pelo *Operário* realizou-se na Associação dos Trabalhadores para festejar o décimo aniversário da Comuna, abrindo com a orquestra a tocar o hino do Partido Socialista. Seguiram-se vários discursos feitos pelos principais dirigentes socialistas como Ermelindo Martins, José Ribeiro, Guedes de Oliveira e Bessa de Carvalho e houve récitas de poesia, algumas de autores operários[110].

As chamadas «conferências familiares» dirigiam-se a um público mais vasto, a família operária, tão pouco abordada nas páginas deste jornal socialista, mas os objectivos e os métodos eram muito semelhantes aos dos saraus. Algumas destas conferências eram especificamente políticas, ou seja, serviam para debater certos temas e fazer propaganda a favor das ideias revolucionárias. Em Lisboa, um dos espaços privilegiados de uma sociabilidade tipicamente operária era a Associação dos Manipuladores de Tabaco, onde se realizavam várias conferências socialistas. Para Maria Manuela Tavares Ribeiro, as conferências «foram um meio utilizado pelas várias correntes de pensamento para instruir os cidadãos e os operários. Na escola, na associação, na Câmara Municipal, em momentos de festa e de comemoração, as conferências sobre instrução, saúde, higiene, trabalho, transmitiam o saber científico, técnico, moral e cultural»[111].

---

109 Ver, como exemplo, *O Operário*. Porto, 26 de Setembro de 1880, p. 2.

110 *O Operário*. Porto, 27 de Março de 1881, p. 1.

111 RIBEIRO, Maria Manuela Tavares — *Op. Cit.*, p. 390.

Conclusão

[A História] *é um rio sem margens, sem começo nem fim, não é verdade?*

Fernand Braudel, 1979*

A análise do *Operário* (1879-1882), órgão oficial do movimento socialista do Porto, permitiu-nos apresentar neste trabalho uma reflexão em torno de algumas ideias-chave que nortearam a propaganda e a acção política dos socialistas numa fase crucial da sua história. Temos consciência dos problemas que uma tal abordagem coloca, a começar pela própria natureza da fonte principal utilizada, um jornal que funcionou como órgão oficial de uma ideia política, logo, com um discurso construído. E, por isso, estamos perante um discurso intencional, que deve ser analisado — e desconstruído — com precaução, sabendo que veicula uma visão parcial e parcelar da realidade. Este jornal não pretendia apenas informar mas também formar a opinião pública e um público muito concreto, o operariado. Foi nessa perspectiva que o lemos: essencialmente, como um discurso ideológico e orientado. Mas as limitações de uma tal análise são tão evidentes quanto incontornáveis num trabalho desta natureza. A leitura da fonte principal que utilizámos poderá ser aprofundada e, sobretudo, confrontada com novos estudos quer de outros periódicos quer de outras fontes de informação da época, a que só pudemos recorrer em pequena escala.

A análise do *Operário* revelou-nos uma realidade complexa e plural ao nível das ideologias e da *praxis* política dos socialistas do Porto. Embora integrado no movimento nacional, o socialismo portuense demonstrava uma estratégia autónoma, com aspectos específicos e originais em relação ao socialismo lisboeta.

Em termos gerais, podemos falar da existência de um marcado ecletismo ideológico nas páginas do *Operário,* onde coexistiam textos proudhonianos, bakuninistas e marxistas. Esta era uma atitude típica de operários autodidactas, com pouca formação ideológica, que, provavelmente, consideravam que todas as opiniões eram válidas para se alcançar a emancipação do proletariado. Apesar disso era notório a existência de alguma tensão entre os dirigentes socalistas. Apareciam artigos a defender as cooperativas e as associações dos trabalhadores e outros a considerar que acima de tudo era necessário valorizar a luta partidária. Ao mesmo tempo que o marxista Gneco proclamava que os

* BRAUDEL, Fernand — *Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos XV-XVIII.* Lisboa: Teorema, 1993 (trad. port.). Vol. III, p. 8.

socialistas portugueses não seguiam as ideias de Proudhon, *o Operário* publicava o mais proudhoniano dos textos socialistas portugueses — *O que é a Internacional?* —, de Antero de Quental; José Ribeiro declarava que as cooperativas eram um meio inútil para a emancipação do operariado, mas era obrigado na sua acção política a inaugurar uma das que se formaram no Porto por essa altura. Confusão ideológica ou pluralidade entre forças divergentes que procuravam a conciliação em nome dos trabalhadores? Entretanto, Oliveira Martins afastava-se gradualmente deste partido e partia para a defesa do Socialismo de Estado. Os programas do Partido Socialista — o primeiro e o transitório — não eram eles próprios sinais evidentes deste ecletismo ideológico? Programas de forte teor proudhoniano, apostando na descentralização do Estado através do municipalismo, na luta económica através das cooperativas e com referências pouco mais que superficiais à luta polítca.

Este ecletismo ideológico não escondia, porém, a preponderância de uma corrente «trabalhista» ou «obreirista» ligada à Associação dos Trabalhadores do Porto. Já em 1876, Costa Goodolphim salientava a vitalidade das associações operárias portuenses por contraponto a um certo marasmo no associativismo operário lisboeta. Além da influência que as associações mutualistas continuavam a ter, sobressaía a acção da Associação dos Trabalhadores, responsável por um intenso surto grevista no Porto entre 1875 e 1877. Os dirigentes da secção portuense da ATRP (Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa) eram, em 1879, os que lideravam o Partido Socialista do Porto, os responsáveis pela publicação do *Operário*, jornal da Associação dos Trabalhadores e alguns deles eram igualmente os responsáveis por cooperativas de produção e consumo como, por exemplo, a Cooperativa de Tecidos, de Eduardo Carvalho e Cunha. Todas estas estruturas socialistas coexistiam no mesmo espaço físico, no Largo da Fontinha, sede inicial da Associação dos Trabalhadores.

Assim, verificava-se no Porto uma articulação entre as estruturas associativas de classe, as estruturas partidárias e as cooperativas socialistas com o objectivo de alcançar aquele que parecia ser o objectivo comum a todas as tendências: a emancipação do proletariado português. Talvez esteja nesta convergência inicial entre facções a chave explicativa para uma das posições mais polémicas e de difícil justificação tomadas pelos socialistas portuenses: a decisão de avançarem para as eleições legislativas, em 1878, à revelia das decisões do II Congresso Socialista que, nesse mesmo ano, decidira pela abstenção. Este gesto autónomo dos socialistas do Porto custar-lhes-ia um corte de relações com os seus correlegionários de Lisboa.

Embora contasse com o apoio de uma pequena facção do movimento socialista portuense, liderada pelo jovem José Ribeiro, o Conselho Central do Partido Socialista nem sempre conseguiu travar estas iniciativas locais rebeldes nem controlar os ímpetos das associações de classe. A relação, nem sempre pacífica, entre o partido e o movimento

operário no Porto conduziria, de resto, a que se verificassem aqui as primeiras rupturas decisivas no seio do movimento socialista, antecipando o que aconteceria em Lisboa, a partir de meados dos anos oitenta.

Vimos que a primeira cisão se verificou em 1879, quando Pinto Barbosa decidiu formar a União da Democracia Social (UDS), descontente com a indiferença do Partido Socialista — ocupado com a luta eleitoral — perante a greve dos chapeleiros do Porto. A UDS seria uma organização socialista virada para a luta laboral e para a instrução dos trabalhadores, antecipando, de certa forma, o que seria a corrente possibilista do Partido Socialista.

Em 1880, o marxista José Ribeiro retira-se do Partido, da Associação e do jornal, indiciando que a corrente «trabalhista», liderada por Ermelindo António Martins, ganhava terreno dentro do Partido, não só a nível local como a nível nacional, já que no IV Congresso o Conselho Central seria formado exclusivamente por socialistas portuenses ligados à Associação dos Trabalhadores. Contudo, seria uma vitória efémera, porque os dirigentes socialistas de Lisboa rapidamente boicotaram as iniciativas do Conselho Central e, com o apoio da facção marxista do Porto, acabaram por levar à ruptura do grupo de Ermelindo António Martins face ao Partido e à Associação.

Pela mesma altura, em meados de 1881, o marxista José Ribeiro voltava ao jornal e era eleito para os órgãos dirigentes do Porto. A nova liderança do movimento socialista portuense iria tomar um conjunto de iniciativas no sentido da centralização do partido. A partir de então, José Ribeiro passaria a escrever longos editoriais de ideologia marcadamente marxista, defendendo, nomeadamente, que se acabasse com a descentralização do Conselho Central, combatendo o espírito autónomo das associações operárias ou afirmando a inutilidade das cooperativas. Os operários deveriam fazer convergir os seus esforços para a luta política do Partido Socialista. E, em 1882, contando com o apoio de dirigentes lisboetas, como Azedo Gneco e Agostinho da Silva, José Ribeiro iria propor o fim do *Operário* como órgão oficial do Partido no Porto para que o Partido falasse a uma só voz. Apesar do domínio quase completo do *Operário* por José Ribeiro, a indefinição ideológica e as tensões latentes no seio do movimento socialista continuaram, porque, ainda nesse ano de 1882, houve a necessidade de realizar uma Conferência Socialista em Lisboa, que adiou qualquer tomada de posição definitiva, optando-se por agradar a todos os lados: aprovação do mais marxista de todos os programas, fusão dos dois órgãos oficiais (*O Operário*, do Porto, e *O Protesto*, de Lisboa) num só (*O Protesto Operário*), mas, paralelamente, a Associação dos Trabalhadores ganhava novamente a sua autonomia no Partido e a participação eleitoral passava a depender da vontade dos núcleos locais e das circunstâncias. No fundo, este adiar de decisões e a tentativa de agradar a todas as facções não era em si um sinal de que as divergências continuavam e se queria evitar o inevitável?

As divergências ideológicas que, no período que analisámos, ocorreram no movimento socialista determinaram alguns impasses em matéria de acção política: que força valorizar, a Associação e a luta económica ou o Partido e a luta política? Deveriam os socialistas participar numas eleições em que, à partida, sabiam não ter quaisquer hipóteses de êxito? Aliás, a questão eleitoral foi determinante nas rupturas que acabaram por se verificar. Apesar de a lei eleitoral de 1878 alargar o sufrágio a quase todos os homens adultos, a verdade é que os resultados eleitorais dos socialistas foram desastrosos. Um operariado disperso e analfabeto parece mais mobilizável para a luta no campo económico, através das associações de resistência, das cooperativas e das greves, mecanismos que lhe poderiam trazer melhorias concretas numa vida precária e mesmo miserável. Quando a facção marxista do Partido insistiu na luta política, criticando as outras formas de luta, nomeadamente a greve, perdeu o apoio das massas populares que preferiam aderir ao discurso revolucionário dos anarquistas que apelava à acção directa e fazia uma intensa propaganda.

Dentro desta pluralidade ideológica que marca o socialismo portuense, destacámos a importância do anarquismo, dada a preponderância que as tendências aliancistas desempenharam desde a formação dos primeiros núcleos da Internacional. Esse espírito aliancista terá formado alguns dos dirigentes da ATRP, com destaque para o carismático Ermelindo Martins que, em 1881, ao romper com o partido e criar a Associação União dos Trabalhadores, punha finalmente em prática as ideias que bebia avidamente da *Revista Social*, de Barcelona, de tendência bakouninista. Apesar da existência efémera da AUT — não sobreviveu à morte de Ermelindo Martins, em 1884 — foram lançadas as sementes para o ressurgir de um novo grupo anarquista em 1887, o Grupo Comunista-Anarquista do Porto, liderado por José Martins Gonçalves Viana, o qual terá uma intensa actividade e impacto junto do operariado, responsável pelo jornal *Revolução Social*, órgão dos grupos anarquistas de Lisboa e Porto, publicado nesta última cidade.

O peso do anarquismo no Porto, testemunhado por contemporâneos e salientado em estudos mais recentes, como os de João Freire, exige um estudo mais profundo, que permita perceber até que ponto a especificidade do operariado portuense poderá explicar a forte implantação e o relativo sucesso das ideias e da acção anarquista e anarco-sindicalista naquela cidade. Terá a ver com um meio onde predominavam as pequenas oficinas dominadas por artesãos qualificados e, portanto, de trabalhadores que valorizavam a independência e a qualificação da sua arte, um operariado pouco industrializado, no sentido da sujeição à «disciplina da fábrica»? Uma tal abordagem exige, todavia, algum despojamento ideológico, o que nem sempre se verificou em relação ao anarquismo, acusado, frequentemente, de ser uma atitude «pequeno burguesa» oriunda de meios atrasados e rurais, ou com fraca implantação da indústria fabril. Sabe-se que a maioria dos dirigentes anarquistas eram operários e então como designar marxistas, como Azeco

Gneco e Nobre França, esses sim pertencentes a sectores da pequena burguesia? Como explicar o sucesso do anarquismo em zonas profundamente industrializadas como Barcelona e Milão?

A análise do *Operário* permitiu-nos, ainda, destacar o posicionamento dos socialistas do Porto perante outra força política opositora ao regime monárquico-constitucional, os republicanos. Esse posicionamento nem sempre foi muito claro, os socialistas hesitaram entre ver o republicanismo como uma força potencialmente aliada na luta contra o regime monárquico-constitucional ou como uma outra força adversária. Socialistas e republicanos tinham uma origem comum, ambos tinham bebido nas mesmas fontes ideológicas — nas revoluções de 1848, nas ideias de Proudhon, no espírito federalista, em Henriques Nogueira —, tinham partilhado os mesmos espaços como o Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, tinham escrito nos mesmos jornais, como *O Pensamento Social*, mas, a partir dos anos setenta começava o afastamento entre os dois partidos. Os republicanos, perante o desaire da experiência republicana espanhola e da Comuna francesa, aproximaram-se cada vez mais do exemplo da pragmática, centralista e bem sucedida III República Francesa. Além disso, alargaram o seu espectro de influência, numa matriz supra-classista, falando em povo como significando nação, e aproveitaram os acontecimentos de 1880 ligados à assinatura do Tratado de Lourenço Marques e ao tricentenáro da morte de Camões, para desenvolverem um discurso fortemente nacionalista em que o republicanismo aparecia como o movimento capaz de regenerar a Pátria. Os socialistas, ao falarem de povo, referiam-se a uma classe concreta, a dos deserdados do sistema capitalista, os proletários. E aqui, na questão de classe, começava a divergência. Os socialistas acusavam os republicanos de pertencerem à ordem burguesa, tal como os partidos monárquicos, de não quererem pôr em causa a essência da má organização social, a propriedade privada.

É evidente que as questões eram mais complexas. Porque os socialistas não conseguiram, nem podiam, deixar de participar em actividades protagonizadas pelos republicanos como os comícios contra o Tratado de Lourenço Marques ou contra os jesuítas, os festejos camonianos, etc. Eram momentos de visibilidade política. Além disso, continuavam fortes as ligações aos republicanos federalistas, mais próximos do ideário socialista e internacionalista, com destaque para Magalhães Lima ou Angelina Vidal. Por outro lado, as divergências internas dos socialistas acentuaram a sua fragilidade perante a crescente força dos republicanos no mundo urbano, na intelectualidade e na imprensa. Os marxistas que apostavam na luta política viam-se derrotados nas urnas pelos republicanos que tenderiam a incorporar a questão social no seu discurso, remetendo a solução dos problemas do operariado para o «Portugal novo» que se prometia com a implantação da República. Simultaneamente, reforçava-se a ala trabalhista ou anarquista, que desprezava a luta política como um mecanismo de afirmação

do poder burguês, concentrando-se na luta económica através das associações de classe, propagando a ideia de que nenhuma diferença substancial viria para os trabalhadores com a implantação do regime republicano.

A análise do *Operário* permitiu-nos destacar uma forte posição classista que determinou a posição dos socialistas em relação a certos temas fundamentais do discurso político e social de então: a questão religiosa, o nacionalismo, a instrução e a mulher. Em muitas destas questões as posições dos socialistas eram semelhantes às dos republicanos, particularmente dos federalistas. Percebem-se, no entanto, algumas *nuances* na abordagem socialista. O anticlericalismo radical, sobretudo contra os jesuítas, a luta pela laicização da sociedade, nomeadamente ao nível da instrução e dos momentos fundamentais do quotidiano como o nascimento, o casamento e a morte eram semlhantes a todos os anticlericais portugueses, com quem os socialistas partilhavam o espírito positivista de que a Igreja era um movimento do passado cujos dogmas eram desmentidos pelo espírito científico. Contudo, os socialistas viam a Igreja como mais uma força opressora e exploradora do proletariado, tal como os reis e os burgueses. Todos se aliavam no mesmo plano de manter o sistema capitalista. Os socialistas confrontaram-se neste período com outra força nova, o catolicismo social — ainda incipiente — personificado, no Porto, pelo jornal *A Palavra*, que descobria as injustiças sociais provocadas pela concorrência do regime capitalista e que apelava para uma maior justiça social. O catolicismo começava a concorrer com os socialistas no seu próprio terreno, no mundo operário.

À defesa do federalismo e do municipalismo, que tinham herdado de 1848, sobretudo de Proudhon e de Henriques Nogueira, os socialistas juntaram a defesa do internacionalismo operário, já que em todos os países os trabalhadores eram explorados. A solução passava por construir uma Europa federal e democrática. Contudo, o período em questão caracterizou-se por um crescente sentimento nacionalista, estimulado pela corrida à posse de territórios coloniais, mercados indispensáveis para a industrialização europeia, fontes de abastecimento de matérias-primas baratas e espaços de investimento de capitais. E Portugal foi apanhado nessa vaga nacionalista, marcada pelas rivalidades coloniais em África, destacando-se no período que estudámos a discussão sobre o Tratado de Lourenço Marques. Os republicanos acusaram a monarquia constitucional de vender a pátria e promoveram os festejos do tricentenário de Camões como forma de desagravo nacional. Os socialistas, mais uma vez, tiveram uma posição ambígua, procurando conciliar as suas ideias internacionalistas com o fervor nacionalista. Não admira, pois, que, ao mesmo tempo que Alfredo da Silva se manifestava chocado com a venda aos ingleses de uma parte do território nacional, Bessa de Carvalho insistisse que as fronteiras eram a raiz de todas as guerras entre os povos. É verdade que estas duas posições podem não ser contraditórias. O nacionalismo dos socialistas era, em grande medida, herdeiro do

nacionalismo romântico do início do século, protagonizado por Mazzini — e não do novo nacionalismo prussiano —, correspondendo a uma regeneração democrática da pátria, libertando os povos para uma maior cidadania. Seriam esses povos libertados que iriam constituir uma Europa e, mais tarde, um mundo formado por federações. É também evidente que este desejo de libertar os povos não se estendia aos povos colonizados. Não encontrámos nas páginas do *Operário* qulaquer ataque ao colonialismo como sistema mas apenas ao seu mau funcionamento.

Relativamente à instrução, os socialistas partilhavam com muitos liberais e republicanos a defesa da urgência de educar o povo para a cidadania e para o progresso técnico. A instrução tornaria possível a existência de cidadãos conscientes dos deveres e direitos e, ao mesmo tempo, bons técnicos que contribuiriam para o desenvolvimento industrial do país. Partilhavam com os positivistas a ideia de que a educação moraliza, promove os costumes e que, portanto, era o melhor remédio para combater o vício e o crime. Mas também aqui assumiam um discurso de classe, queixando-se, nomeadamente, do desprezo a que os filhos dos operários eram votados em todas as reformas de ensino. Os socialistas exigiam para os filhos dos operários um ensino profissional que formasse bons «artistas», operários qualificados na sua arte. Esta atitude era típica de artesãos que viam o trabalho desvalorizado no novo sistema económico de concorrência. Além disso, todas as reformas de ensino passariam inevitavelmente pela reforma da sociedade, já que as condições de trabalho existentes impediam que qualquer trabalhador pudesse ter acesso à instrução.

Em relação ao problema da mulher, os socialistas pareciam encontrar-se entre as forças progressistas que apoiavam a luta pela emancipação feminina. Encontrámos textos no *Operário* onde se defende a instrução da mulher e — com menos convicção — o sufrágio feminino. Contudo, verifica-se uma ausência gritante e quase sistemática nas páginas do *Operário*, a da mulher trabalhadora. Como explicar esta ausência numa cidade em que entre os trabalhadores do sector predominante da sua indústria, o têxtil, dominavam as mulheres? Será que o trabalho feminino era encarado como concorrência desleal porque enfraquecia a capacidade dos homens reivindicarem um salário familiar? Apesar dos programas do partido defenderem a igualdade de salário entre homem e mulher, a verdade é que não encontrámos nenhuma mulher entre os militantes da Associação ou do Partido Socialista. Representará esta atitude a posição de uma elite de artesãos qualificados que pretendia manter o velho orgulho — e autoridade — de chefe de família cuja concorrência com o trabalho mais barato da mulher o poderia lançar no desemprego? Saliente-se que a maioria das mulheres dos artesãos raramente trabalhava fora de casa, porque se pretendia construir um modelo respeitável de família remetendo a mulher casada para o lar, tal como acontecia com a modelo familiar burguês. As mulheres

dos artesãos trabalhavam em casa ajudando os maridos, mas esse trabalho não tinha qualquer visibilidade.

Por último, quando tentámos conhecer um pouco as condições de existência destes operários, o que nos pareceu fundamental para perceber em que condições materiais se fundava o seu discurso ideológico, deparámos com um cenário de miséria ao nível das condições de vida e de trabalho: salários baixos, alto custo de vida, saúde precária, má alimentação, habitações degradadas, péssimas condições laborais. Podemos levantar a questão até que ponto esta situação não tenderia a ser agravada pelo próprio discurso ideológico, mas outras fontes contemporâneas a que recorremos, como o Inquérito Industrial de 1881, ou estudos de Rodrigues de Freitas, Ricardo Jorge e outros acentuam esse quotidiano precário. Não seria provavelmente esse o cenário do quotidiano da elite operária que escrevia nas páginas do órgão oficial do Partido Socialista. E, quando partimos para uma análise das sociabilidades operárias, deparámos com uma dicotomia entre a realidade e o que estes dirigentes gostavam que fosse. Percebemos, pelas críticas que nos surgem no periódico, que as sociabilidades operárias se centravam ainda na taberna, nas festas populares e nos festejos carnavalescos, contra a imagem do operário digno e virtuoso que esta elite operária pretendia construir. Daí, a defesa da ida ao teatro ver o drama social, veículo de formação cultural, ou da frequência dos saraus operários e das conferências, onde se fazia a propaganda socialista. Destacámos que as sociabilidades operárias passavam também pela reivindicação do direito à cidade, onde se assistia a uma crescente demarcação social do espaço e sua apropriação pela burguesia. Mas estas referências aos saraus ou ao teatro não se reduziriam às experiências de socibilidades de uma aristocracia operária, inatingíveis para aqueles operários cujo nível de vida era tão precário que se limitavam a tentar sobreviver? E a própria militância em organizações políticas e nas associações de classe não se terá então reduzido aos sectores mais bem pagos e mais alfabetizados do operariado?

Como vimos, também pela defesa da aprendizagem profissional, que retomasse o trabalho como saber qualificado e totalmente controlado pelo artesão, o desprezo pelo trabalho feminino fora de casa, o desprezo igualmente pelas formas de sociabilidades mais populares mostra-nos que estamos perante uma elite que procurava construir uma moral operária autónoma, distinta, mas que ia beber à moral burguesa os seu valores de sobriedade, privacidade e intimidade.

No termo deste trabalho, sentimo-lo, em muitos aspectos, mais como ponto de partida do que como ponto de chegada. Outras questões poderiam ter sido abordadas ou aprofundadas, quer no que respeita a temas sociais e económicos, quer quanto ao estudo das biografias de alguns protagonistas, como Ermelindo Martins e José Ribeiro, a que pensamos proceder em trabalhos posteriores. Este trabalho é, assim, um pequeno

contributo para o estudo do movimento operário português. Mais um regato que vai dar ao grande rio que é a História. Ou apenas um olhar para os constantes olhares que se cruzam em busca de se completarem e compreenderem.

Bibliografia

Fontes manuscritas:

Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto — *Livro do Registo das Habilitações dos Jornaes e dos Editores Responsaveis.* 1°. — Index, p. 16 v.

Fontes periódicas:

Cruz do Operário (A). Lisboa (31 de Maio de 1880).

Eco Metalurgico (O) Lisboa (1895-1897).

Nação (A) Lisboa (16 de Abril e 21 de Maio de 1871).

Operário (O) Porto (1879-1882).

Palavra (A). Porto (16 de Abril de 1879, 18 de Agosto de 1881).

Protesto Operário (O). Lisboa/Porto (1882-1894)

Século (O). Lisboa (21 deJaneiro de 1881, 27 de Janeiro de 1881 e 17 de Abril de 1883).

Voz do Operário (A) Lisboa (1879- ?)

Estudos e Fontes Impressas:

ALEXANDRE, Valentim — *Origens do Colonialismo Português Moderno.* Lisboa: Sá da Costa, 1979. Vol. III.

ALMEIDA, D. António de — Os pobres. *A Palavra.* Porto, 18 de Agosto de 1881, p. 2.

ALMEIDA, Pedro Tavares — *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890).* Lisboa: Difel, 1991.

ALVES, Ana Maria — *Portugal e a Comuna de Paris.* Lisboa: Editorial Estampa, 1971.

ALVES, Jorge Fernandes — Rodrigues de Freitas: entre a "Janeirinha" e o "31 de Janeiro". In A. A.V.V. — *Estudos de História Contemporânea Portuguesa.* Lisboa: Livros Horizonte, 1991, p. 377-390.

ALVES, Luís Alberto Marques — *Conributos para o Estudo do Ensino Industrial em Portugal (1851-1910).* 3 vol. Porto: Faculdade de Letras, 1998 (Tese de Doutoramneto).

ARBEOLA, V. M. — *Socialismo y Anticlericalismo.* Madrid: Taurus, 1973.

ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (dir.) — *História da vida privada. Da revolução à Grande Guerraaaa.* Porto: Afrontamento, 1990.

ARNAUD-DUC, Nicole — As contradições do Direito. In FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle — *História das Mulheres. O século XIX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, p. 97-143.

ARON, Robert; MARC, Alexandre — *Principes du Fédéralisme*. Paris: Le Postulan, 1948.

ARRIAGA, Manuel — *Projecto de Organização Definitiva do Partido Republicano Português*. Lisboa: Tipografia Popular, 1882.

BAKER, K. M. — Politique et Opinion Politique. *Annales*. Paris: E. S. C., 1987, nº 1 (Jan.-Fev.).

BARBOSA, António Pereira — *Da tuberculose no Porto*. Porto:Typographia da Empreza «Artes & Letras», 1906.

BARRAL, Pierre — *Les Fondements de la Troisiéme République*. Paris, 1968.

BATALHA, Landislau — O Operariado e a Política. *Almanach Republicano para 1877*. Lisboa, 1876.

BERGER, G. et allii — *Federalismo Y Federalismo _Europeu*. Madrid: Editorial Tecnos, 1965.

BERSTEIN, S.; RUDELLE, O. (dir.) — *Le modèle républicain*. Paris: P.U.F., 1992.

BRAGA, Teófilo — *História das Ideias Republicanas em Portugal*. Lisboa: Nova Livraria Internacional, 1880.

BRAUDEL, Fernand — *Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos XV-XVIII*. Lisboa: Teorema, 1993 (trad. port.). Vol. III.

CABRAL, João Pina; FEIJÓ, Rui G. — Um conflito de atitudes perante a morte: A questão dos cemitérios no Portugal Contemporâneo. In FEIJÓ, Rui; MARTINS, Hermínio; CABRAL, João Pina — *A Morte no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Editorial Querco, 1985, p. 175-208.

CABRAL, Manuel Villaverde — *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX*. 2ª ed. rev. Lisboa: Regra do Jogo, 1977.

CABRAL, Manuel Villaverde — *O operariado nas véperas da República*. Lisboa: Editoral Presença, 1977.

CARPENTIER, Jean; LEBRUN, Francois (dir.) — *História da Europa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

CARQUEJA, Bento — *Liberdade de Imprensa*. Porto: Typographia do «Comercio do Porto», 1893.

CARVALHO, Joaquim — Estabelecimento do Rotativismo. In PERES, Damião — *História de Portugal*. Barcelos: Portucalense Editora, Ldª, 1935. Vol. VII, p. 401-411.

CATROGA, Fernando — A laicização do casamento e o feminismo republicano. In A.A.V.V. — *A Mulher na Sociedade Portuguesa — visão histórica e perspectivas actuais*. Coimbra. Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras, 1986, p. 135-152.

CATROGA, Fernando — A memória de 1848 na fundamentação do republicanismo português. In A.A.V.V. — *Estudos de História Contemporânea Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1991, p. 269-288.

CATROGA, Fernando — As comemorações cívicas: o centenário de Camões. In MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993. Vol. V, p. 602 - 607.

CATROGA, Fernando — Cientismo, política e anticlericalismo. In MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. Vol. V, p. 583-593.

CATROGA, Fernando — Morte romântica e religiosidade cívica. In MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. Vol. V, p. 595-607.

CATROGA, Fernando — Nacionalistas e Iberistas. In MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal.* Lisboa: Estampa, 1993. Vol. V, p. 563-567.

CATROGA, Fernando — O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911). In *Análise Social.* Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1988. IIIª série, Vol. XXIV, nº 100, p. 211-273.

CATROGA, Fernando — *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910.* Coimbra: Faculdade de Letras, 1991. 2 Vol.

CONCEIÇÃO, Alexandre — Ao Partido republicano. *O Século.* Lisboa, 21 de Janeiro de 1881, p.1.

COQ, Guy — *Laicité et République.* Paris: Éditions du Félin, 1995.

CORDEIRO, José Manuel Lopes — Umas tipografia célebre. *O Público.* Porto, 14 de Março de 1999, p. 47.

COSTA, D. António — *História da Instrução Popular em Portugal desde a Fundação da Monarquia até aos Nossos Dias.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1871.

COSTA, João Lobato — Os Jornais do Porto há Cem Anos. *Público,* 27 de Abril de 1997, p. 44.

CRUZ, João Vieira Neves Castro da — Direitos e Deveres do Homem. *A Palavra* Porto, 16 de Abril de 1879, p. 1.

CRUZ, Maria Antonieta — *Os burgueses do Porto na segunda metade do século XIX.* Porto: Fundação Engº. António de Almeida, 1999.

D'AINVELLE, Madeleine Varin — *La presse en France. Genèse et évolution des ses fonctions psycho-sociales.* Paris: PUF, 1965.

DOVIFAT, Emil — *Periodismo.* Mexico: Union Tipografica Editorial Hespano Americana, 1959. T. 1.

DROZ, Jacques (Dir.) — *História Geral do Socialismo.* Lisboa: Livros Horizonte, 1977- 1979. Vol. II, III e IV.

FERNANDES, António José — *Métodos e regras para a elaboração de trabalhos académicos e científicos.* Porto: Porto Editora, 1994.

FERNANDEZ, Celso Almuiña — *La Prensa Vallisoletana durnte el Siglo XIX (1808-1894).* Valladolid: Servicio de Publicaciones de la Diputacion Provincial de Valladolid, 1977. T. I

FITAS, Idalinda Rosa Rodrigues — *A habitação popular no Porto em finais do século XIX: o Inquérito da Comissão Central da Imprensa (1885).* Porto, 1998. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, apresentada à FLUP.

FONSECA, Carlos da — *Integração e Ruptura Operária. Capitalismo, Associacionismo, Socialismo 1836-1875.* Lisboa: Editorial Estampa, 1975.

FONSECA, Carlos — *A origem da 1ª Internacional em Lisboa.* Lisboa: Editorial Estampa, 1973.

FONSECA, Carlos — *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal.* Lisboa: Publicações Europa- América, s.d. 4 volumes.

FONSECA, Carlos — La classe ouvrière portugaise entre la tradition et la modernité. In *Utopie et Socialisme au Portugal au XIXe Siècle.* Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979, p. 372-374.

FONSECA, Carlos — Pour une analyse du mouvement libertaire e de son histoire. In *Histoire du Portugal. Histoire Europeenne. Actes du Colloque. Paris, 22-23 Mai 1986*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian. Centre Culturel Portugais, 1987, p. 253-272.

FRAISSE, Geneviève — Da destinação ao destino. História filosófica da diferença entre os sexos. In FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle — *História das Mulheres. O século XIX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, p. 59-95.

FRANCO, Graça — *A Censura à Imprensa (1820-1974)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993.

FREIRE, João (intr.) — *100 anos de anarquismo em Portugal 1887-1987*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1987.

FREIRE, João — *Anarquistas e Operários. Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*. Porto: Edições Afrontamento, 1992.

FREITAS, José Joaquim Rodrigues de — *Páginas Avulsas*. Porto: Livraria Chardron, 1906.

FREITAS, José Joaquim Rodrigues de— *Novas Páginas Avulsas*.. Porto: Fundação Engº. António de Almeida, 1996. (Recolha e introdução de Jorge Fernandes Alves).

GODINHO, Vitorino Magalhães — *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Arcádia, 1975.

GOODOLPHIM, Costa — *A Associação*. Lisboa: Seara Nova, 1974.

HALL, Catherine — Lar, doce lar. In ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges — *História da Vida Privada. Da Revolução à Grande Guerra*. Porto: Afrontamento, 1990. Vol. IV, p. 53-87.

HAYES, Carlton J. H. — *El Nacionalismo una religión*. México: Union Tipografica Editorial Hispano Americana, 1966.

HERCULANO, Alexandre — *O Pároco de Aldeia*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1969.

HERCULANO, Alexandre — *Opúsculo IV*. Lisboa: Presença, 1987. (Org., intr. e notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia).

História de Portugal. Barcelos: Portucalense Editora, 1935. Vol. VII.

HOBSBAWM, Erich — *A Questão do Nacionalismo (nações e nacionalismo desde 1870)*. Lisboa: Terramar, 1998.

HOMEM, Amadeu Carvalho O republicanismo e o socialismo. In MATTOSO, José *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. Vol. V, p. 239-250.

HOMEM, Amadeu Carvalho — O avanço do republicanismo e a crise da monarquia constitucional. In MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. Vol. V, p. 130-145.

HUNTZINGER, Jacques — *Introdução às Relações Internacionais*. S.l.: PE Edições, 1991.

JORGE, Ricardo — *Demographia e Hygiene na cidade do Porto*. Porto: Repartição de Saude e Hygiene da Camara do Porto, 1899.

JUSTINO, David — *A formação do espaço económico nacional*. Lisboa: Vega, 1988. 2 Vol.

KÄPPELI, Anne-Marie — Cenas feministas. In FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle (Dir.) — *História das Mulheres. O século XIX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, p. 539-577.

KAYSER, Jacques — L'Historien et la Presse. *Revue Historique*. Paris: Presse Universitaire de France, 1957. T. 218 (Out.-Dez.).

LIMA, Campos — *O Movimento Operário em Portugal*. 2ª ed. Porto: Afrontamento, 1972.

LIMA, José Lobo d'Ávila — *Movimento Operário em Portugal*. Lisboa: Ferreira e Oliveira Lda. Editora, 1905.

LIMA, Magalhães — *Episódios da minha vida*. Lisboa: Perspectivas & Realidades, s.d.

LIMA, Magalhães — *O Socialismo na Europa*. Lisboa: Typ. da Companhia Nacional Editora, 1892.

LÓPEZ-CORDON, Maria Victoria — *La Revolucíon de 1868 y la I Republica*. Madrid, 1978.

LUCAS, Maria Manuela — Organização do Império. In MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal*. Lisboa: Editoral Estampa, 1993, p. 285-311.

MARGARIDO, Alfredo — *A Introdução do marxismo em Portugal 1850-1930*. Lisboa: Guimarães & Cª Editores, 1975.

MARQUES, A. H. de Oliveira — *História de Portugal*. 3ª ed. Lisboa: Palas Editora, 1978.

MARQUES, Fernando Pereira (int.) — *Esperem e Verão! Textos Republicanos Clandestinos em 1848*. Lisboa: Alfa, 1990.

MARQUES, Mario Reis — A evolução da organização administrativa no Estado liberal. In MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993, p. 171-175.

MARTINS, Oliveira — *Dispersos*. Lisboa: Publicações da Biblioteca Nacional, 1924. T. II (prefácio e notas de António Sérgio).

MATER, André — *La Politique Religieuse de la République Francaise*. Paris: Librairie Critique Nourry, 1909.

MATIAS, Maria Goretti — As Mulheres Operárias: as tabaqueiras (1865-1890). In *Boletim de Estudos Operários*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Maio de 1986. nº 9, p. 7-30.

MEDINA, João (dir.) — *História Contemporânea de Portugal*. Lisboa: Multilar, 1990. Tomo II.

MENDES, J. Amado — As camadas populares urbanas e a emergência do proletariado industrial. In MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993. Vol, p. 493-499.

MENDES, Silva — *Socialismo libertario ou Anarchismo*. Lisboa, 1896.

MIRANDA, Jorge — *As Constituições Portuguesas*. Lisboa: Livraria Petrony, 1976.

MÓNICA, Maria Filomena (sel. e pref.)— *Poemas Operários*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1983.

MÓNICA, Maria Filomena (pref.) —*Almanaque de A Batalha, 1926*. Lisboa: Edições Rolim, 1987.

MÓNICA, Maria Filomena — *A Formação da Classe Operária Portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

MÓNICA, Maria Filomena — Bibliografia sobre o Socialismo em Portugal: 1875-1914. *Boletim de Estdos Operários*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1984, nº 5 (Maio).

MÓNICA, Maria Filomena — *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1985.

MÓNICA, Maria Filomena — Uma aristocracia operária: os chapeleiros (1870-1914). *Análise Social.* Vol. XV (60), 1979.

MONTALVOR, Luís (dir.) — *História do Regímen Republicano em Portugal.* Lisboa: Empresa Editorial Ática, 1930-32. 2 vol.

NAVAILLES, Jean-Pierre — *La Famille Ouvrière dans l'Angleterre Victorienne.* Paris: Editions Champ Vallon, 1983.

NETO, Vítor — *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911).* Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998.

NETTLAU, M. — *La Première International en Espagne (1868-1888).* Dordrecht: D. Reidel, 1969.

NOGUEIRA, César — *Notas Para a História do Socialismo em Portugal (1871-1910).* Lisboa: Portugália Editora, 1964. Vol.1

NOGUEIRA, César — Socialismo. In SERRÃO, Joel (dir.) — *Dicionário de História de Portugal.* Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971. Vol. III.

NOGUEIRA, José Félix Henriques — *Obra Completa.* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1976 (org. de António Carlos Leal da Silva).

NUNES, Maria de Fátima — Angelina Vidal e o mundo do trabalho. Apontamentos de um discurso feminino. In A.A.V.V. — *A Mulher na Sociedade Portuguesa — visão histórica e perspectivas actuais.* Actas do Colóquio de 20-24 de Março de 1985. Coimbra: Instituto de História Económica e Social, 1986, p. 457-465.

OLIVEIRA, César — *O Operariado e a Primeira República (1910-1924).* Lisboa: Alfa, 1990.

OLIVEIRA, César — *O socialismo em Portugal 1850-1900.* Porto: Afrontamento, 1973.

PEREIRA, Augusto Xavier da Silva — *O Jornalismo Portuguez.* Lisboa: Antiga Casa Bertrand, 1896.

PEREIRA, Augusto Xavier da Silva — *Os Jornaes Portuguezes: sua filiação e metamorphoses.* Lisboa: Imprensa de Libanio da Silva, 1897.

PEREIRA, Gaspar Martins — A questão regional. *História.* Ano XX(nova série), Outubro de 1998, nº 7, p. 54-63.

PEREIRA, Gaspar Martins — Aprender a Arte — Sobre o Aprendizado nas Fábricas e Oficinas Segundo um Inquérito de 1866. In A.A.V.V.— *Estudos de História Contemporânea.* Lisboa: Livros Horizonte, 1991, p.329-357.

PEREIRA, Gaspar Martins — *Famílias Portuenses na Viragem do Século (1880-1910).* Porto: Afrontamento, 1995.

PEREIRA, Gaspar Martins — *No Porto Romântico, com Camilo.* Porto: Casa Comum/O Progresso da Foz, 1997.

PEREIRA, José Esteves — A tensão entre progresso e tradição. In REIS, António (dir.) — *Portugal Contemporâneo.* Lisboa: Alfa, 1990. Vol. II, p. 235-256.

PEREIRA, José Pacheco — A origem do movimento operário no Porto: as associações mutualistas, 1850-1870. *Análise Social.* Lisboa, 1981, nº 17. Vol. 65, p. 135-151.

PEREIRA, Maria da Conceição Meireles — *A Questão Ibérica. Imprensa e Opinião (1850-1870).* Porto, 1995. Dissertação para Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

PEREIRA, Maria da Conceição Meireles — Jornais, editores e tipografias do Porto (1866-1898). In ALVES, Jorge Fernandes (Coord.) — *A Indústria Portuense em Perspectiva Histórica.* Porto: CLC/FLUP, s.d. Actas do Colóquio - Separata.

PIZARROSO QUINTERO, Alejandro (cord.) — *História da Imprensa.* Madrid Planeta Editora, 1996.

POLICARPO, João Francisco de Almeida — *O Pensamento Social do Grupo Católico de «A Palavra» (1872-1913).* Coimbra: Centro de História da Universidade de Coimbra, 1977.

QUEIRÓS, Eça — Um genio que era um santo. In *Anthero de Quental. In Memoriam.* Lisboa: Editorial Presença e Casa dos Açores, 1993.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van — *Manual de investigação em ciências sociais.* Lisboa: Gradiva, 1992.

Relatorio apresentado ao Exc.mº snr. Governador Civil do districto do Porto Pressidente da Commissão districtal do inquerito ás industias pela sub-commissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriaes. Porto: Typ. de Antonio José da Silva Teixeira, 1881.

REIS, Jaime Batalha — Anos de Lisboa. In *In Antero de Quental. In Memoriam.* Lisboa: Editorial Presença/Casa dos Açores, 1993.

RIBEIRO, Joaquim Urbano da Costa — *A mortalidade do Porto em 1888* Porto: Imprensa Civilização, 1889.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares — Movimento operário e formação cultural. *Los 98 Ibéricos y el mar.* Torre do Tombo, Lisboa (27-29 de Abril de 1998). Madrid: Comisaríaaa General de España, Expo Lisboa 98, 1998, p. 387-405.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares — *Portugal e a Revolução de 1848.* Coimbra: Livraria Minerva, 1990.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares — Utopismo, Internacionalismo, Pacifismo. In A.A.V.V. — *Estudos de História Contemporânea Portuguesa.* Lisboa: Livros Horizonte, 1991, p. 289-302.

RIVAS, Pierre — Utopie Iberique et Ideologie d'un Federalisme Social Pan-Latin. In *Utopie et Socialisme au Portugal au XIXe Siécle.* Acts du Colloque Paris 10-13 Janvier 1979. Paris: Foundation Calouste Gulbenkian, 1982, p. 319-330.

RODRIGUES, Edgar — *Breve História do Pensamento e das Lutas Sociais em Portugal.* Lisboa: Assírio & Alvim, 1977.

RODRIGUES, Jacinto — *Perspectivas sobre a Comuna e a Iª Internacional em Portugal.* Lisboa: Slemes, 1976.

ROSAL, Amaro del — *Los Congressos Obreros Internacionales en el siglo XIX.* Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1975.

RULE, John — *Clase Obrera e Industrializacíon.* Barcelona: Editorial Crítica, 1990.

SÁ, Victor de — *Movimento Operário e Sindicalismo em Portugal.* Porto: Federação dos Sindicatos dos Tabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário de Portugal, 1981.

SÁ, Victor de — Notícia sobre a imprensa operária portuguesa. *Revista de História*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1983-1984. Vol. V, p. 143-157.

SÁ, Victor de — *Roteiro da Imprensa Operária e Sindical 1836-1986*. Lisboa: Caminho, 1991.

SÁ, Victor — *A crise do liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852)*. 2ª ed. Lisboa: Seara Nova, 1974.

SÁ, Victor — *Sociologia em Amorim Viana*. Lisboa: Livros Horizonte, 1981.

SANTOS, Fernando Piteira — Anarquismo. In *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editorias, 1975. Vol. 1, p. 147-148.

SANTOS, José António — *Regionalização processo histórico*. Lisboa: Livros Horizonte, 1985.

SANTOS, Maciel Morais — O Partido Socialista nos seus primeiros anos — duas eleições perdidas. *Revista da Faculdade de Letras*. Porto, 2ª série. Vol. XI, p. 287-332.

SARAIVA, António José — *A Tertúlia Ocidental*. 2º ed. rev. Lisboa: Gradiva, 1997.

SCOTT, Joan W. — A mulher trabalhadora. In FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle — *História das Mulheres. O século XIX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, p. 441-473.

SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins — O Porto Oitocentista. In RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.) — *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 1994. p. 378-521.

SERRÃO, Joel — *Antologia do Pensamento Politico Português/1. Liberalismo, Socialismo, Republicanismo*. Porto: Editorial Inova, 1970.

SERRÃO, Joel — *Da "Regeneração" à República*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

SERRÃO, Joel — *Portugueses somos*. Lisboa: Livros Horizonte, 1975.

SILVA, Augusto Santos — *Formar a Nação: vias culturais do progresso segundo intelectuais portugueses do século XIX*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1987.

SILVA, Augusto Santos — *Palavras para um País: estudos incompletos sobre o século XIX português*. Lisboa: Celta, 1997.

SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira (org.) — *Metodologia das ciências sociais*. Porto: Afrontamento, 1986.

SILVA, Fernando Emídio da — *As Greves*. Coimbra: Imprensa da Faculdade, 1913.

SILVA, José Gentil — A Mulher e o Trabalho em Portugal. In A.A.V.V. — *A Mulher na Sociedade Portuguesa — visão histórica e perspectivas actuais*. Coimbra: Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras. 1986, p. 263-307.

SOUSA, Fernando — *Jornal de Notícias. A memória de um século (1888-1988)*. Porto: Empresa do Jornal de Notícias, S.A.R.L., 1988.

SOUSA, Manuel Joaquim de — *O Sindicalismo em Portugal*. 4ª ed. Porto: Afrontamento, 1974. (prefácio e notas de Emídio Santana)

SOUSA, Manuel Joaquim — *Últimos Tempos de Acção Sindical Livre e do Anarquismo Militante*. Lisboa: Antígona, 1989.

SYMMONS-SYMONOLEWICZ, Konstantins — *Nationalists Mouvements: A Comparative View*. Meadville: Maplewood Press, 1970.

TENGARRINHA, José Manuel — *Estudos de História Contemporânea de Portugal.* Lisboa: Editorial Caminho, 1983.

TENGARRINHA, José — *História da imprensa periódica portuguesa.* 2ª ed. Lisboa: Caminho, 1989.

TILLY, Louise; SCOTT, Joan W. — *Les femmes, le travail et la familie.* Paris: Editions Rivages, 1987 (tradução francesa).

TORGAL, Luís Reis — A instrução pública. In MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal.* Lisboa: Estampa, 1993. Vol. V, p. 609-651.

TORGAL, Luís Reis — O Tradicionalismo Absolutista e Contra-revolucionário e o Movimento Católico. In MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal.* Lisboa: Editorial Estampa, 1993. Vol V, p. 227-239.

TORGAL, Luís Reis; VARGUES, Isabel Nobre — Produção e reprodução cultural. In MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal.* Lisboa: Estampa, 1993. Vol. V, p. 685-696.

TOUCHARD, Jean [dir.) — *História das Ideias Políticas.* Mem Martins: Publicações Europa-América, 1991. Vol. III e IV.

VALA, Jorge — A Análise de Conteúdo. In SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira — *Metodologia das Ciências Sociais.* Porto: Afrontamento, 1986.

VALADO, Barão — *Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito do Porto pelo Governador Civil...*Porto: Typ. de Sebastião José Pereira, 1856 a 1859. 4 Vol.

VARGES, Isabel; RIBEIRO, Maria Manuela Tavares — Estruturas políticas: parlaaamentos, eleições, partidos políticos e maçonarias. In MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal.* Lisboa: Estampa, 1993. Vol. V, p. 182-251.

VASCO, Neno — *Concepção Anarquista do Sindicalismo.* Porto: Afrontamento, 1984.

VEDEL, Georges — Las Grandes Corrientes del Pensamento Político y el Federalismo. In BERGER, G. et allii — *Federalismo y Federalismo Europeo.* Madrid: Editorial Tecnos, 1965.

VIANA, J. M. Gonçalves — *A Evolução Anarquista em Portugal.* Lisboa: Seara Nova, 1975 (prefácio de Carlos da Fonseca).

VIANA, J. M. Gonçalves — Aspirações populares - Subsídios. *O Tripeiro.* Porto, 1926-1927. III Série. Vol. V e VI.

VIEIRA, Alexandre — *Para a História do Sindicalismo em Portugal.* Lisboa: Seara Nova, 1974.

VOYENNE, Bernard — *Histoire de l'Idée Européenne.* Paris: Payot, 1964.

WALL, Richard — Trabajo, Bienstar y Familia: Una ilustracion de la economia familiar adaptativa. In BONFIELD, LLoyd; SMITH, Richard; WRIGHTSON, Keith — *El Mundo Que Hemos Ganado.* Madrid: Centro de Publicaciones. Ministerio de Trabajo Y Seguridad Social, 1990, p. 325-363.

WEILL, George — *L'Europe du XIXe siècle et l'Idée de Nationalité.* Paris: Editions Albin Michel, 1938.

ANEXOS

Anexo 1: Ficha hemerográfica. *O Operário* (1879-1882)

I. FICHA DESCRITIVA

A. - Cabeçalho:

1. Título: *O Operário* [Porto, 1879-1882].

2. Subtítulo: Ao longo da sua existência, o jornal *O Operário* apresentou três subtítulos:

i) De 25 de Maio de 1879 a 24 de Outubro de 1880 subintitulou-se «*Periodico Destinado A Advogar Os Interesses Dos Trabalhadores*».

ii) De 31 de Outubro de 1880 a 7 de Novembro de 1880 tinha como subtítulo «*Orgão do Partido Socialista*».

iii) Por último, a partir de 14 de Novembro de 1880 até 26 de Fevereiro de 1882, na sequência da decisão do IV Congresso do Partido dos Operários Socialistas (Porto, 23 a 25 de Outubro de 1880), passava a «*Jornal do Partido dos Operarios Socialistas*».

3. Lemas: Durante os dois primeiros anos de publicação, o jornal não teve qualquer lema. A partir do dia 28 de Maio de 1881, o que corresponde ao primeiro número do 3° ano de publicação, o jornal *O Operário* apresentararia um lema bastante extenso, que pretendia ser um resumo das ideias fundamentais do programa do Partido Socialista:
Egualdade e diminuição nas horas de trabalho. Elevação dos salarios. Salubridade e segurança nos lugares onde se exerce o trabalho. Melhoramentos particulares tanto nos salarios como no tempo de trabalho para os que exercem officios penosos ou insalubres. Extinção de cathegorias nos officios. Abolição dos regulamentos vexatorios nas fabricas.
Egualdade de salario tanto para os homens como para as mulheres. Exclusão das creanças das fabricas e manufacturas. Regulamentação do tempo de trabalho dos menores com a idade. Abolição de tempo determinado de aprendizagem. Egualdade de tratamento para os aprendizes.
Constituição dos municipios com os seus contribuintes. Celebração de sessões periodicas nos municipios onde os contribuintes em assembleias resolvam os interesses respectivos.
Responsabilidade individual dos gerentes municipaes perante as respectivas assembleias. Validação dos recenceamnetos para todos os effeitos. Administração dos rendimentos municipaes sem dependencia do poder central nem de leis. Integração dos

municipios na administração das suas escólas, hospitaes, cadeias, vias publicas, correios e telegraphos da sua circunscripção. Instituição de policia municipal. Estabelecimento de escólas de ensino technico de artes e officios, geridas e pagas pelos municipios. Abrogação do Codigo Administrativo e sua substituição por disposições geraes. Conformação dos codigos e sua revisão periodica. Abolição do juramento. Abolição do recrutamento. Serviço militar voluntario. Sujeição dos militares aos tribunais comuns. Reducção das contribuições a uma unica, directa. Extincção das barreiras. Criacção de bilhetes de contribuição divisiveis e vendaveis. Extincção de privilegios.

4. Vinhetas: não existem.

B - Datação:

1. Cronologia:
a) Primeiro número (e número prospecto): 25 de Maio de 1879. Não se encontrou o número prospecto.
b) Último número: 26 de Fevereiro de 1882.

2. Periodicidade: semanário que se publicava aos domingos.

3. Momento de aparição: jornal matutino.

4. Colecção: Biblioteca Pública Municipal do Porto/Hemeroteca. *O Operário*, Porto, 1879 - 1882. Volume I (25 de Maio de 1879 a 26 de Fevereiro de 1882). Nesta colecção faltam os seguintes exemplares: 12 de Outubro de 1879; 3 de Agosto de 1881; 7 e 14 de Novembro de 1881 e 22 de Janeiro de 1882.

5. Sede Social:
a) Administração: Largo da Fontinha, 50 - Porto.
b) Redacção: Largo da Fontinha, 50 - Porto.
c) Lugar de impressão: O jornal conheceu três tipografias:
— De 25 de Maio a 29 de Junho de 1879: Tipografia A. F. Vasconcelos, na Rua Moinho de Vento, 29 - Porto.
— De 29 de Junho de 1879 até 28 de Novembro de 1880: Tipografia Ocidental, na Rua da Fábrica, 66 - Porto.

— A partir de 5 de Dezembro de 1880 até ao último número: Imprensa Civilização, na Rua de Entreparedes, 1 - Porto.

C. Caracteristicas Técnicas:

1. Formato:

a) páginas:

a') número: 4 páginas / número.

a") dimensões: 285 x 390 mm

b) colunas:

b') número: 3 colunas por página durante os dois primeiros anos de publicação; 4 colunas por página durante o terceiro ano de publicação.

b") dimensões: 69-70 mm (anos I e II); 61-62 mm (ano III).

2. Estrutura:

a) Superfície impressa:

a') redaccional: 77.000 - 80.000 mm2 / pág.; a 1ª página variava de acordo com a dimensão do cabeçalho

a") cabeçalho:

- De 25 de Maio de 1879 a 24 de Agosto de 1879: 20.140 mm2.
- De 31 de Agosto de 1879 a 22 de Maio de 1881: 21.200 mm2.
- De 29 de Maio de 1881 a 26 de Fevereiro de 1882: 29.150 mm2.

b") Corpo:

- títulos: variavél por número e ao longo do jornal. O corpo dos títulos das secções era maior que o dos títulos das notícias.
- ilustrações: há apenas uma ilustração, no número que comemorava o primeiro aniversário de *O Operário* (30 de Maio de 1880). A imagem é de Lopes Mendonça e as medidas são de 140 x 170 mm2 = 23.800 mm2.
- texto: muito variável ao longo da existência do jornal.

b') publicitária: a superfície impressa dedicada à publicidade (designada por «Annuncios») variou bastante ao longo dos vários números do jornal. Normalmente, a maior parte da 4ª página era destinada à publicidade, mas por vezes este espaço era reduzido a metade ou até a um terço, quando a importância de algumas notícias políticas o justificava.

b) secções:

Durante os dois primeiros anos de existência do jornal, apareceram com regularidade as seguintes secções: Editorial, Artigos de Opinião sem qualquer designação específica),

«Chronica Politica», «Eccos da Semana» (a 2 de Fevereiro de 1880 passou a designar-se «Eccos e Factos» e a partir de 31 de Outubro de 1880 mudou para «Varias Noticias»), «Correspondencia», «Correio Estrangeiro», «Folhetim do Operario», «Espectaculos», «Avisos», «Annuncios».

Durante este período, apareceram algumas secções de forma intermitente: «Publicações recebidas», «Bibliographia» e «Secção Official».

As transformações mais profundas ocorreram no início do 3° ano de publicação do jornal, quando as secções mudaram de designação: «Propaganda e Combate», «Datas e Recordações», «Atraves do Globo», «Tribuna dos Opprimidos», «Factos e Comentários», «Conhecimentos Uteis», «Secção Literaria» e «Movimento Operario». As secções «Avizos» e «Annuncios» mantiveram-se durante toda a publicação do jornal.

3. Impressão:

a) impressor:

- de 25 de Maio de 1879 a 22 de Junho de 1879: A. F. Vasconcelos.
- de 29 de Junho de 1879 a 28 de Novembro de 1880 : Tipografia Ocidental.
- de 5 de Dezembro até 26 de Fevereiro de 1882: Imprensa Civilização — Santos & Lemos.

II. - FICHA ANALÍTICA .

D. - Empresa Jornalística:

1. Aspectos jurídicos:

a) Fundadores: elementos da Associação dos Trabalhadores do Porto.

b) Propriedade: associativa (de início: Associação dos Trabalhadores da Região Portuguesa - secção do Porto; a partir de Outubro de 1880: Partido dos Operários Socialistas Portugueses).

c) Editor responsável: António Lopes de Almeida, que se habilitou como editor responsável pelo *O Operário* em 17 de Maio de 1879.

2. Aspectos económicos:

a) Administração: Até ao IV Congresso Socialista (Outubro de 1880) a administração era nomeada pelos círculos 38, 39 e 40 do Partido Socialista portuense. A partir daquele Congresso a administração era eleita pelo Conselho Central do Partido Socialista.

a') administrador: Há poucas referências sobre os administradores do jornal. Até ao IV Congresso o único nome conhecido era o do tecelão Eduardo Carvalho e Cunha.
O IV Congresso do Partido Socialista elegia, em Outubro de 1880 a seguinte administração: José da Silva Lino (tecelão), Eduardo Carvalho e Cunha (tecelão) e António da Rocha Coelho.
António José d'Ávila era o representante da administração d'*O Operário* em Lisboa

b') lugares de subscrição: fundamentalmente no Porto, mas também no resto do país, através do correio.

b) preço da publicação:
b') Venda por número avulso: 10 réis.
b") subscrições: por cada série de 12 números pagava-se mensalmente e em adiantado 150 réis. Os entregadores eram os encarregados da cobrança e passavam recibo. A partir de 28 de Maio de 1881, passava a haver para o Porto subscrição mensal, pelo correio, a 50 réis; para Lisboa e Província a subscrição era trimestral e custava 150 réis.
c) tarifa de publicidade: 20 réis por linha; 10 réis nos casos de repetição de anúncios. Anunciavam-se gratuitamente as publicações de que se recebesse um exemplar.
d) exemplares vendidos: indeterminado.

E - Equipa Redactora:

1. Direcção:
a) Conselho de redacção: Até ao IV Congresso a comissão redactora era eleita pela assembleia dos círculos do Porto do Partido Socialista. A partir daquela data, a comissão redactora era eleita pelo Conselho Central do partido. A redacção reunia todas as quartas-feira, à noite, no Largo da Fontinha, nº 50.
b) Director: não existe esta figura no jornal.

2. Redacção:
a) Redactores-chefe: não há. Fala-se de uma comissão redactora constituída por membros efectivos e membros suplentes.
b) Redactores: Pinto Barbosa (até Julho de 1879), Manuel José Martins (numa primeira fase, até Setembro de 1879), Manuel José da Silva (até Dezembro de 1879), Augusto Alberto Bessa de Carvalho, José Ribeiro/João Ricardo, Francisco Viterbo Campos e

Joaquim Pinto de Carvalho. A partir do IV Congresso do Partido Socialista, em Outubro de 1880, a redacção ficava constituída por Manuel José Martins, Bessa de Carvalho, Joaquim Pinto de Carvalho e, entrando um pouco mais tarde, José Ribeiro.

c) correspondentes: Azedo Gneco foi o correspondente de Lisboa até ao dia 11 de Julho de 1880, altura em que seria substituído pelo militante socialista lisboeta Alfredo da Silva que escrevia o seu primeiro artigo neste jornal a 18 de Julho de 1880.

3. Colaboradores: Antero de Quental, Oliveira Martins, Azedo Gneco, Nobre França, Manuel Luís Figueiredo, Agostinho José da Silva, Alfredo César da Silva, António Lúcio Fazenda, Sotto Maior Júdice, Guedes de Oliveira, José Martins Gonçalves Viana, Silvestre Pinto Caldeira, Ermelindo António Martins, António Cândido de Faria, José e João Maria Pina, José da Silva Lino, José Luís, José Amoedo Rodriguez, Luís Fernandes Cardoso, Beatriz Neves, António Oliveira Rolo.
Colaboram , ainda, alguns socialistas europeus: Benoît Malon, Frederic Borde, Andrea Costa, Louis Bertrand, Becker, Enrico Bignani.
De referir igualmente a participação de alguns republicanos: Angelina Vidal, Heliodoro Salgado, Lopes Praça, Gomes Leal.

4. Orientação: a administração e a redacção eram eleitas pelos orgão centrais e locais do Partido Socialista e participavam nos congressos socialistas como órgãos oficiais desse partido na imprensa. Assim, os objectivos da redacção prendiam-se com a divulgação das ideias fundamentais do programa do Partido Socialista, como único partido operário, e com a denúncia dos partidos «burgueses», fossem eles monárquicos ou republicanos.
Contudo, no Partido Socialista dos anos oitenta do século passado havia diversas tendências que conviviam entre si com mais ou menos dificuldade: marxistas, possibilistas, proudhonianos, anarquistas, etc. *O Operário*, de forma mitigada, era reflexo disso mesmo, aparecendo artigos assinados (ou não) pelos diferentes redactores, em que se notava uma tendência maior ou para a luta política (José Ribeiro/João Ricardo) ou para a luta económica (Manuel José Martins) ou para a luta contra o Estado (Guedes de Oliveira), etc. Unia-os a todos a ideia que «a emancipação dos trabalhadores devia ser obra dos próprios trabalhadores» e que só o Partido Socialista representava esses trabalhadores. A ideia da apropriação colectiva dos meios de produção era também comum a todas as tendências, embora alguns (poucos) insistissem na importância das cooperativas de produção e de consumo como um estado intermédio na organização económica, ou seja, resquícios de proudhonianismo face à crescente

importância e influência do marxismo (bem visível em *O Operário,* em particular desde inícios de 1881).

F. Natureza e Orientação:

O Operário era um jornal operário e socialista cujo principal objectivo era a propaganda política.

A 10 de Agosto de 1879 , a redacção do jornal referia que em Portugal só havia dois jornais socialistas, *O Protesto* , em Lisboa, e *O Operário* , no Porto. Numa 1ª fase, como se pode ver pelo primeiro subtítulo, o jornal estava directamente ligado com a Associação dos Trabalhadores, no Porto. Em 23 de Maio de 1880, em editorial não assinado, o jornal assumia-se como «filho de trabalhadores, redigido e sustentado por trabalhadores (...) que tem chamado à união as classes trabalhadoras do Porto (...)». O objectivo era fazer com que os trabalhadores percebessem a necessidade de pertencerem à Associação dos Trabalhadores para que os seus direitos fossem defendidos e também que apenas um partido podia representar os seus interesses, o partido dos operários socialistas. Foi o periodo em que predominaram artigos sobre os aspectos laborais como a aprendizagem, os salários, o horário de trabalho, as greves, as condições de vida dos trabalhadores e os ataques aos partidos chamados «burgueses». Predominaram também os artigos sobre a instrução das classes trabalhadoras.

A partir do IV Congresso do Partido Socialista (23 a 25 de Outubro de 1880) e na sequência das decisões relativas à imprensa do partido, *O Operário* (tal como *O Protesto* , de Lisboa) passava a ser o órgão oficial do Partido Socialista. A partir deste momento, a redacção do jornal tinha que obedecer às linhas programática e de conduta determinadas pelo Conselho Central do Partido Socialista. *O Operário* ganhava um tom mais panfletário e iriam predominar os artigos políticos e ideológicos, como a divulgação do programa do partido e a preocupação com os actos eleitorais. A linguagem para com os restantes partidos tornava-se mais agressiva, particularmente com os concorrentes directos, os republicanos. Significativamente, a partir de 3 de Julho de 1881 começava a ser publicado, em capítulos, a obra de F. Engels, «Socialismo Utópico, Socialismo Científico», sinal de que o jornal ganhava um tom predominatemente marxista, graças aos editoriais assinados por José Ribeiro/João Ricardo. Contudo, é de salientar que ainda não havia uma opção clara por nenhuma das tendências socialistas. A ruptura entre essas linhas dar-se-ia em meados dos anos oitenta.

G. Difusão:

1. Distribuição:

No Porto a distribuição era feita, essencialmente, através de um encarregado. Vendiam-se números avulsos nos quiosques de S. Lázaro, da Praça Carlos Alberto e no da Trindade e, ainda, na sede da Associação dos Trabalhadores, no Largo da Fontinha, nº 50.

Para o resto do país a distribuição era feita atráves do correio. Em alguns locais do país vendiam-se números avulsos do jornal: quiosques da Ribeira Nova, do Rossio, do Patriarcal, da Rua 24 de Agosto, da Rua Luís de Camões, do Poço dos Negros e da Rua de S. Pedro de Alcântara, em Lisboa e, ainda na Rua de Salinas, em Angra.

Refira-se que *O Operário* era enviado gratuitamente para os principais jornais e revistas socialistas da Europa.

2. Zonas de difusão:

a) Número de edições: uma edição por número.

b) Zona coberta por cada edição: fundamentalmente as zonas urbanas e operárias do Porto, onde residia um maior número de operários e artesãos. Mas, através da correspondência enviada para o jornal (e até alguns artigos), sabe-se que cada edição também atingia Lisboa e alguns assinantes de vários pontos da província, como Amarante, Castelo Branco, Régua, Penafiel, Montemor-o-Velho e Braga.

3. Leitores:

a) Número de leitores: indeterminado

b) Composição dos leitores: pela correspondência e artigos enviados para a redacção do jornal podemos ver que predominavam os operários membros da Associação dos Trabalhadores e/ou do Partido Socialista, de vários escalões etários mas com alguma preponderância dos jovens.

III. ASPECTOS HISTÓRICOS.

1. Significação: primeiro jornal operário socialista do Porto com uma linha reivindicativa e ideológica forte. Configura já as principais linhas teóricas do movimento operário internacional devido à sua ligação à Associação dos Trabalhadores do Porto que era uma das secções da Internacional em Portugal.

Seria também órgão oficial do Partido Socialista Português, fundado em 1875. Daí ser o primeiro jornal socialista no Porto a divulgar as grandes tendências do socialismo

internacional, com objectivos políticos concretos e onde participaram grandes nomes do socialismo português e europeu.
Os anteriores jornais operários do Porto tinham um carácter mais mutualista, de defesa das condições de vida dos trabalhadores, de instrução e recreação dos operários, de defesa de classe, etc.

2. Fonte Histórica: como primeiro jornal oficial da Associação dos Trabalhadores e do Partido Socialista no Porto, foi onde apareceram os mais importantes nomes do socialismo portuense, os fundadores, os teóricos e os divulgadores (pouco conhecidos, ao contrário do que acontece com os socialistas de Lisboa). Participaram também alguns nomes importantes da vida política e cultural da época, como Antero de Quental, Oliveira Martins, e ainda Azedo Gneco e Angelina Vidal, Heliodoro Salgado, entre outros.
É importante também para perceber alguma especificidade do socialismo portuense em relação, por exemplo, com o socialisno lisboeta. É ainda através do estudo de *O Operário* que conhecemos o emergir precoce do movimento anarquista no Porto, visto que a cisão entre socialistas e anarquistas no Porto foi anterior à de Lisboa.
Constitui igualmente uma boa fonte para perceber as difíceis e complexas relações entre socialistas e republicanos.
Por último, este jornal fornece alguns dados preciosos para o estudo do operariado portuense da segunda metade do século passado.

3. Localização de Fundos:
Colecção da Biblioteca Municipal do Porto: *O Operário*. Volume I (de 25 de Maio de 1879 a 26 de Fevereiro de 1882).
Surgem informações circunstanciadas sobre *O Operário* em:
MÓNICA, Maria Filomena — Bibliografia sobre o Socialismo em Portugal: 1875-1914. *Boletim de Estdos Operários*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1984, nº 5 (Maio), p. 20.
NOGUEIRA, César — Investigando o Passado. A Imprensa Social e Operária. *O Pensamento*. Lisboa, 1935 nºs 59 a 64.
PEREIRA, A. X. da Silva — *O Jornalismo Portuguez. Resenha chronologica de todos os periodicos portuguezes impressos e publicados no reino e no estrangeiro, desde o meiado do seculo XVII até á morte do saudoso Rei D. Luiz I, bem como dos jornaes em lingua estrangeira publicados em Portugal durante o mesmo tempo.* Lisboa: Antiga Casa Bertrand, 1896, p. 148.
PEREIRA, A. X. — *Os Jornaes Portuguezes. Sua filiação e metamorphoses*. Lisboa: Imprensa de Libanio da Silva, 1897, p. 108.

Registo das Habilitações dos Jornaes e dos Editores Responsaveis. L° 1° - Index. Arquivo da Câmara Municipal do Porto, p. 16 v.

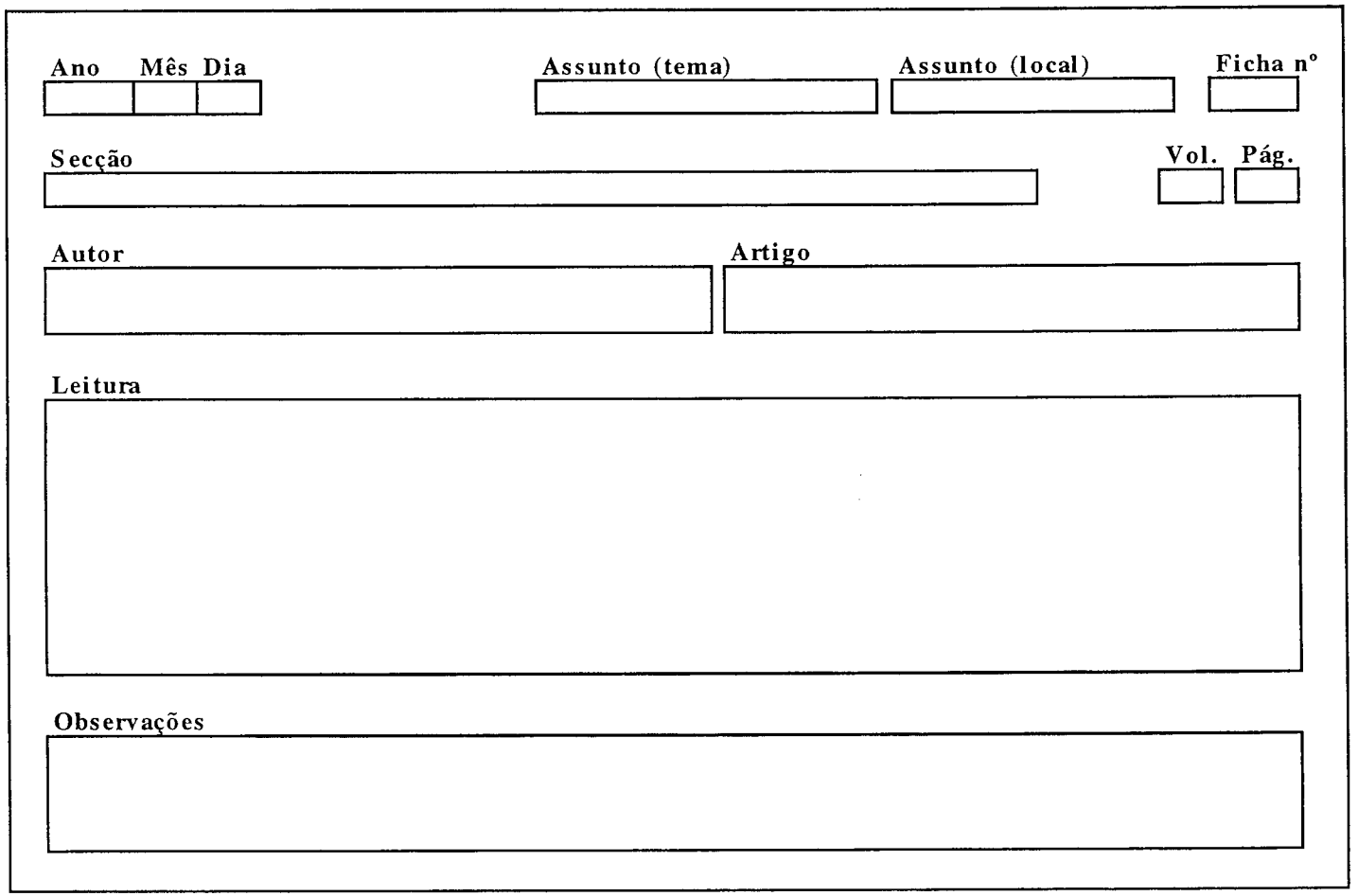
SÁ, Victor de — *Roteiro da Imprensa Operária e Sindical (1836-1986)*. Lisboa: Caminho, 1991, p. 69.

IV. - OBSERVAÇÕES.

A 12 de Fevereiro de 1882, na secção «Factos e Comentarios», informava-se que José Ribeiro, redactor principal de *O Operário*, partira para Lisboa a fim de participar numa conferência socialista urgente sobre o futuro da imprensa do Partido Socialista. No número seguinte, a 19 de Fevereiro, era pedido a todos os assinantes o favor de liquidar as contas com a administração do jornal, porque a referida conferência decidira reorganizar a imprensa do Partido Socialista.

Finalmente, no último número deste jornal (26 de Fevereiro de 1882), avisava-se que de 5 de Março em diante, por deliberação da conferência socialista *O Operário* juntava-se a *O Protesto*, de Lisboa, e ambos tomariam a designação de *O Protesto Operario — órgão do partido operario socialista*.

Anexo 2: Ficha de leitura



Anexo 3

Programma transitorio do partido dos operarios socialistas em Portugal conforme foi votado no ultimo congresso [IV Congresso em 1880][1]

I

A natureza concedendo a todos os individuos o direito de viver, impõe a todos o dever de trabalhar. O trabalho é, pois, a condição de existencia de todos.

A quantidade inteira do trabalho de cada individuo deve constituir os seus meios de subsistencia, isto é, a sua propriedade e a sua riqueza, não devendo haver especie alguma de propriedade pessoal que não seja adquirida ou produzida pelo proprio individuo, podendo dispor livremente d'ella.

Tudo quanto serve para produzir os meios de subsistencia sob todas as fórmas, todas as vias de circulação e de troca, em summa, e todas as riquezas immoveis, devem constituir a propriedade commum, de todos collectiva.

Todos os interesses pessoaes, gastos, lucros, juros, vencimentos, ordenados, devem porvir exclusivamente do proprio individuo, exercendo qualquer mister, trabalhando só com seus braços dirigidos pela sua vontade e intelligencia.

Jámais o homem deve explorar outro homem e viver á custa d'outrém, nem tomar uma migalha do trabalho alheio.

Taes são as condições de existencia da sociedade justa, isto é, em que todos os individuos subsistem pelo seu proprio trabalho, e em que a sociedade subsiste pelo trabalho de todos; em que o producto do trabalho de cada individuo é propriedade sua, e em que o producto do trabalho de todos, ou da natureza, não é propriedade de alguem, mas sim da sociedade toda.

II

A constituição da sociedade injusta é differente. N'esta sociedade os individuos não subsistem todos pelo seu proprio trabalho, e a sociedade não subsiste pelo trabalho de todos.

Um individuo trabalha como dois e mais ou o duplo, ou pela metade do preço e por menos, para produzir os meios de subsistencia dos individuos que não produzem.

A maioria produz a riqueza e a propriedade e a minoria apropria-se d'ellas.

---

[1] *O Operário*. Porto, 17 e 24 de Abril de 1881, p. 1.

Os productores ou creadores da propriedade individual e publica não possuem mesmo a parte em que subsistem. Esta parte é-lhes cedida pelos proprietarios, que accumulam mais propriedade e absorvem mais riqueza por meio da compra e venda dos productos do trabalho alheio.

D'este modo se constitue a sociedade com proprietarios e proletarios, constituindo duas classes: a dos ricos e a dos pobres, a superior e a inferior, a dominadora e a servil ou salariada.

A sociedade injusta subsiste só pela violencia, isto é, uma parte da sociedade arranca violentamente á outra a sua propriedade, mas essa violencia existe sem manifestar-se, por ter sido no principio estabelecida pela força, depois attestada pelas leis, mais tarde acceita e transmitida por costume pelas mesmas leis, e pela mesma força.

III

Na epoca actual os proletarios constituem a sua classe de salariados, determinados a fazerem da associação um poder, que modifique as violencias dos proprietarios industriosos, pela preposição e estabelecimento de condições; taes como:

1ª Estabelecimento do dia normal detrabalho, igual quanto possivel em todos os officios e em todas as estações;

2ª Diminuição do tempo de trabalho;

3ª Elevação dos salarios;

4ª Salubridade e segurança dos logares onde se exerce o trabalho;

5ª Melhoramentos particulares, tanto dos salarios como do tempo de trabalho, para os que exercem officios de sua natureza penosos e insalubres;

6ª Extincção do trabalho de jornal nos officios em que fôr applicavel o estabelecimento de tabellas de preços dos trabalhos;

7ª Extincção das categorias nos officios, taes como: ajudantes e serventes, devendo considerar-se as divisões do trabalho não como categorias, mas como ramos e especies do mesmo trabalho;

8ª Abolição dos regulamentos das fabricas e manufacturas, como especie que é de contracto unilateral, em que são partes os proprietarios e os miseraveis, tendo os proprietarios, como teem, liberdade de acção para despedir os trabalhadores e appellar para as leis nos casos de attentados;

9ª Igualdade do tempo de trabalho e dos salarios das mulheres e dos homens;

10ª Exclusão das creanças das fabricas e manufacturas, e relação do tempo de trabalho dos menores com a sua idade;

11ª Abolição do tempo determinado de aprendizagem, e prohibição de outros misteres estranhos a cada officio;

12ª Estabelecimento e eleição de comissões de exame e vigilância, compostas de officiaes, que julguem da aptidão dos aprendizes em periodos determinados e curtos;

13ª Igualdade de tratamento para os aprendizes, como individuos racionaes, evitando-se assim a educação aviltante que lhes incutem os costumes de obediencia passiva;

14ª Extincção dos signaes exteriores de obediencia e submissão como improprios da natureza humana;

15ª Exclusão dos proprietarios e seus representantes das sociedades de trabalhadores, taes como monte-pios, cooperativas, de recreio, instrucção e outras, com o fim de evitar a dominação e o servilismo;

16ª Creação de cooperativas de produção, de consumo e de credito; de caixas de soccorros na doença e na inhabilidade, e de seguros de mobilia e utensilios.

IV

Ao mesmo tempo os proletarios constituem-se em partido politico, determinados a crearem um poder, que modifique as violencias politicas da classe dominante, fazendo tambem representar nos poderes do estado os seus interesses de classe, excluidos das instituições politicas e civis.

O movimento politico dos proletarios é transitorio, existirá em quanto existirem classes, subordinando-se ás circumstancias e necessidades occorrentes.

Os proletarios de quasi todas as nações, com os quaes nos declaramos solidarios, organisam-se e procedem conforme as instituições de cada paiz.

Em Portugal, onde o poder legislativo se constitue publicamente, os operarios preparam-se para se apoderarem dos poderes publicos entrando em todos os corpos politicos e administrativos.

Immediatamente, o partido socialista, despresando todas as instituições, todas as reformas e aspirações e toda a politica dos partidos burguezes, proclama todavia como justas, dentro do regime actual de classes e como norma do seu procedimento politico, as seguintes reformas:

1ª Recompensa dos serviços publicos correspondentemente ao maximo do salario do operariado e ao trabalho prestado.

2ª Direito egual ao exercicio das funcções publicas para todos os membros da sociedade.

3ª Abolição da liberdade bancaria: o credito (desconto, hypotheca, seguros) reconhecido como funcção social, e consequente formação de um grande banco nacional que centralise todas as operações de credito a preço do custo.

4ª Integração do estado na exploração dos caminhos de ferro, e redução dos seus rendimentos ao restrictamente necessario para as despezas.

5ª Responsabilidade pessoal dos funcionarios publicos de todas as categorias e ordens, bem como dos membros de todos os corpos publicos, desde o governo ao estado até ás juntas de parochia; e sua sujeição á justiça commum, podendo qualquer individuo lesado ou aggravado recorrer directamente ao poder judicial.

6ª Abolição de todas as leis de promoções, accessos e reformas dos funcionarios publicos, e generalisação dos concursos para todos os cargos, devendo os candidatos eleger os seus proprios jurys d'entre os individuos da categoria em que pretenderem entrar.

7ª Constituição dos municipios como simples executores dos ditames das assembleias que os houverem eleito e que devem ser constituidas dos individuos maiores das respectivas localidades, e sua consequente responsabilidade perante as mesmas assembleias.

8ª Recenseamentos da população e da propriedade feitos pelos corpos gerentes municipaes, e sua validade para todos os effeitos civis, politicos e admnistrativos.

9ª Integração dos municipios na administração de todas as escólas, hospitaes, cadeias, vias publicas, correios e telegraphos da sua circumscripção, bem como na organisação local, e na cobrança dos rendimentos publicos e fixação da sua quota de rendimento para o estado.

10ª Reducção de todas as contribuições a uma unica directa, imposta sobre o rendimento e extincção das barreiras.

11ª Responsabilidade e sujeição á justiça commum de todos os agentes do poder e de authoridades, garantindo-se a immunidade dos cidadãos por uma lei de *hsbeas corpus*.

*12ª Conformação dos Códigos Civil, Comercial e Judicial com as disposições gerais no Código Fundamental e revisão periódica dos códigos.

---

* A partir deste ponto o jornal *O Operário* não traz mais programa embora anuncie que continuava para o próximo número, o que não acontece. Assim, os últimos 4 pontos foram retirados de FONSECA, Carlos da — *Op. Cit.*,p. 125, que por sua vez retirou do jornal socialista lisboeta *O Protesto*, nº265, de Setembro de 1880.

13ª Abolição do exército permanente.

14ª Extinção dos privilégios a companhias e associações e revisão dos seus contractos com o Estado e municípios a indivíduos, a empresas, a estabelecimentos e a instituições industriais, científicas e religiosas.

15ª Separação da Igreja e do Estado.

16ª Liquidação gradual da dívida pública por meio de sucessíveis concessões.

Anexo 4

O Socialismo e as classes operarias[1]

Os systemas de reformas, mais ou menos constantes nos seus principios e correspondentes nos seus processos, a que é uso chamar socialismo, não importam exclusivamente ás classes operarias, isto é, ao grupo de cidadãos que vivem do trabalho mecanico salariado.

Os operarios, — e todos n'uma sociedade justa o devem ser, — não são aquelles que manejam a lima ou o martello, embora o uso dê essa denominação quasi exclusivamente. Nem a revolução social pode, pois, ser a obra particular d'uma certa classe, nem mesmo entre as diversas classes de uma sociedade a classe operaria se acha em Portugal nas condições de ter n'essa revolução o papel dominante.

O socialismo não é mais que a explosão enthusiasta de certos espiritos, mais crentes e poeticos do que meditadores e sabios. As reformas não se podem fazer com declamações mais ou menos vans, nem com phrases mais ou menos ocas. É necessario saber-se primeiro o que se quer, e ter-se depois força e vontade para traduzir em actos esse querer.

Declarar que a propriedade é um roubo, além de ser tolice, é já uma banalidade sem significação; declarar que o capital é nefasto é outra tolice e um perigo; condemnar como perversos todos os que não trabalham comnosco, é por fim desconhecer a necessidade das cousas e teimar em conservar as illusões e os erros.

No debater das questões sociaes, que todos os dias se levantam com uma energia maior, que papel cabe, pois, ás classes operarias? Sobra em muitos um calor de boa-vontade, preciosa virtude que a classe media perdeu; mas sobra — para que negal-o? — em muitos mais uma relaxação vergonhosa. Esquecem o que devem ao futuro de si proprios e de seus filhos, para só se lembrarem do lucro de cada dia. São mais promptos em receber a vergonhosa moeda com que lhes pagam o voto, do que em usar d'um direito que a lei lhes dá e os faria verdadeiros soberanos dos destinos politicos, se d'elle soubessem usar. Preferem a taberna á associação, o vinho ao estudo, e dão-se melhor com a embriaguez e a miseria do que com a virtude que os tornaria fortes e ricos.

A pequena minoria dos que protestam contra este infeliz estado, que pode ou que deve fazer? Ensinar, pregar, apostolisar, por todos os meios. Antes de ensinar principios de reforma politica ou social, é necessario ensinar principios de reforma de costumes.

---

[1] *O Operário*. Porto, 11 de Janeiro de 1880, p. 1.

Para que a classe operaria conte e peze, como classe, é mister que se imponha pela dignidade, pela força, e pelo exemplo.

A boa vontade e o caracter de umas dezenas de homens valem muito, mas contam por pouco ou por cousa nenhuma no concurso dos elementos sociaes. Só quando forem milhares, unidos e fortes, com a consciencia dos seus direitos e o provado exemplo do seu juizo e da sua virtude, poderão exigir um logar condigno das santas doutrinas que invocam. Fóra d'isso pode haver intrigas que sirvam a um ou outro ambicioso, mas jámais os operarios cooperarão efficazmente na revolução social.

É necessario ser primeiro alguma cousa: depois, e só depois, se pode dizer o que se pretende. Quando a successão natural das cousas se inverte, acontece ser-se apenas ridiculo. Quando n'uma classe se encontra por cada homem de brios uma centena de infelizes sem consciencia, é necessario inverter primeiro as relações, para depois de fallar alto.

O melhor instrumento de moralisação é o trabalho, quando se trabalha com a consciencia do cumprimento de um dever. Quando apenas se mira aos meios de fugir a esse imposto natural, de defraudar, de exigir cubiçosamente aquillo a que não se tém direito: que outra cousa se faz senão o mesmo que praticam as classes contra cujos vicios se levanta o socialismo?

Por duras que nos pareçam estas palavras, são verdadeiras; e sem verdade nada de bom e duradouro se consegue. A primeira parte do programma socialista que as classes operarias tém de executar é agremiarem-se, moralisarem-se, constituirem-se como classes. O resto virá por seus pés.

Oliveira Martins

Anexo 5

A classe operaria e o cidadão Rodrigues de Freitas[1]

Um facto vae consumar-se que a nosso ver não representa outra cousa que não seja a nenhuma compenetração que ha em muitos homens de trabalho, da dignidade que lhes é propria.

Sim. A classe operaria deposita a sua confiança n'um cidadão para que o represente e defenda, bem como os seus interesses, nas regiões do poder legislativo, se o julga capaz para desempenhar essa missão com zelo, sollicitude e abnegação. N'este caso não tem supplicas que fazer ao seu escolhido para acceitar o mandato popular, por quanto todo o homem deve conhecer os seus deveres civicos e obedecer aos ditames d'esses deveres, com todas as forças da sua intelligencia e com todo o pezo do seu criterio, independente de quasquer bajulações.

Se não procede assim é indigno da confiança publica; é indigno do voto dos homens que teem inteira consciencia dos seus direitos e que, a despeito de tudo, prezam a sua dignidade!

Sustentaremos sempre, tanto nas nossas palavras como nos nossos actos, que nem o eleito deve pedir o voto, nem o eleitor deve pedir-lhe para acceital-o. Transgredir este principio importa, ao partido que o fizer, uma affirmação de que depende da influencia das personalidades, que não da grandeza dos principios e aspirações.

D'outro modo pensam alguns individuos, crêmos que operarios, juntamente com outros que o não são, convocando para breve uma reunião *operaria*, com o fim de pedir ao cidadão Rodrigues de Freitas, para acceitar a candidatura pelo circulo que tem representado em côrtes, nos ultimos annos, isto é, para que renuncie á declaração que em pleno parlamento fez de não tornar a propor-se deputado.

Rodrigues de Freitas, cidadão a cujas virtudes, honestidade e talento rendemos preito de consideração, não teria sciencia nem consciencia do que praticava quando tal declaração fazia?

Quererão os convocadores da reunião, com o acto que projectam praticar, mostral-o aos olhos do povo como um peccador arrependido? Ou quererão obrigal-o a engulir a declaração? Ou quererão fazer alarde de democracia, desconhecendo principios, direitos e regras de dignidade?

Se o cidadão Rodrigues de Freitas declara acceitar a candidatura, dá de si a mais triste ideia que póde dar um homem até aqui tão considerado por partidarios e adversarios!

---

[1] *O Operário*. Porto, 3 de Julho de 1881, p. 1.

Demais que tem a classe operaria com o cidadão Rodrigues de Freitas? Que beneficios tem ella recebido e que beneficios espera receber de s. exc^{a}, para em seu nome se effectuar uma manifestação de agradecimento? Nada.

Como propugnador do systema republicano, e como defensor de interesses commerciaes que não aproveitam aos explorados, mas sim aos exploradores, tem Rodrigues de Freitas dado prova de trabalhador dedicado e potente. Relativamente ás relações da classe operaria com os possuidores do capital e dos instrumentos de trabalho, isto é, ás condições penozas da nossa existencia, não vimos que s. exc^{a} propozesse e defendesse leis tendentes a alliviar taes condições, e a promover quanto possivel a emancipação do trabalhador da tutella capitalista. Achava isto menos plausivel do que gastar o tempo embrenhado nas pugnas frivolas e indecentes de que todos os annos é theatro o edificio da rua de S. Bento!

Isto é duro, mas é a verdade!

Somos membros da grande classe operaria, e como taes é dever nosso não deixar passar desapercebido um commettimento menos digno que tentam attribuir a iniciativa sua; e acerca d'elle fizemos algumas reflexões que incidentemente nos occorreram.

Saibam os operarios qual o caminho que devem seguir.

Manuel José da Silva

Anexo 6

Guerra aos Jesuitas[1]

No dia 30 de março publicou o jornal da republica franceza os decretos determinando a expulsão dos jesuitas, expulsão provocada pela votação do senado com respeito ao artigo 7° da lei Ferry.

Com referencia á companhia de Jesus, o governo francez declarou n'um relatorio que precedia os decretos, que não podia tolerar uma agrupação contra a qual se tinha pronunciado o sentimento publico.

O conselho municipal de Landes approvou por maioria n'uma das suas recentes sessões uma moção contra os decretos de 30 de março, e os bispos das diversas dioceses tentam protestar contra os mesmos decretos de expulsão. Isto, porém, de nada valerá porque a maioria do povo francez detesta por convicção os homens da sotaina; no caso contrario, não teriam appoiado a republica contra a qual Roma despede a toda a hora excomunhões, que até hoje ainda não poderam vencer a distancia desde Roma até onde são dirigidas, não têm effeito algum em paizes em que o povo quer ser livre e o chefe da igreja vê decahir lentamente as absurdas crenças religiosas ante o despontar dos scintillantes fachos da Justiça, da Sciencia e da Rasão.

Os jesuitas e as diversas congregações religiosas abusavam da tolerancia do governo da republica por meio do ensino que ministravam á mocidade franceza.

Se por um lado nos repugna a intolerancia, por outro lado achamol-a justa para com os hipocritas de roupeta negra, que ainda não se poderam convencer de que o seu reinado acabou; que ouzam, elles, os representantes d'um passado cuja historia está salpicada de sangue, erguer-se, para combater as doutrinas sacrosantas da Ideia Nova, e prégar-nos com visos de sinceridade as doutrinas que a Sciencia tem declarado absurdas, falsas e improprias d'este seculo. Repetimos, os jesuitas eram consentidos em França, se não abusassem da liberdade para conspirar contra ella; bem sabemos que as suas conspirações não conseguiram abalar o edificio liberal.

Os jesuitas appoiam, por meio dos seus jornaes e das suas praticas, a perseguição da Russia, chamada o colosso do norte, contra a formidavel seita do nihilismo, da Allemanha, da Italia e d'outros paizes contra o socialismo e seus deffensores; é bom que agora tomem o gosto também áquillo que com tanta energia aconselharam. É a penna de Talião.

Existe aqui simplesmente uma differença, que convém notar-se: o nihilismo, palavra terrível que faz tremer os despotas nos seus thronos d'oiro, deseja a libertação do

---

[1] *O Operário*. Porto, 18 de Abril de 1880, p. 1.

povo russo do feroz despotismo que o opprime, e os seus sectarios, já cançados de soffrer, empregam todos os meios para conseguir a realisação dos seus desejos; muitos pagam no patibulo os nas geladas regiões da Siberia, com a vida, a sua dedicação respeitavel é causa dos opprimidos.

O Socialismo, que faz tambem oscillar os tyrannos da humanidade, anhela a destruição da velha sociedade com todo o cortejo sinistro de desigualdades e de crimes, aspira a formar sobre as ruinas do velho edificio social uma sociedade justa que garanta a todos os entes, sem distincção, eguaes direitos e eguaes deveres; aspira á suprema perfectibilidade e muitos dos seus defensores gemem ainda na Nova Caledonia, comendo o amargo pão do exilio, outros buscam nos raros paizes hospitaleiros, propagar as doutrinas que adoptaram para si, convencidos de que são as unicas justas e verdadeiras. Estes são os apostolos do futuro, aquelles que um dia proximo serão reconhecidos como benemeritos da humanidade.

O jesuitismo, o clericalismo e todas essas seitas differentes em nomes, mas aspirando todas aos mesmos fins sinistros, são os apostolos do passado, cujo papel terminou ha muito e cujo logar é preenchido com toda a vantagem pelos sectários da philosophia moderna.

Abaixo, pois, os jesuitas! Abaixo os homens de Roma! São estes os gritos que n'esta hora entoam os representantes da nova geração, verdadeiros amantes da Civilisação e do Progresso.

A mocidade detesta os jesuitas por que elles representam as trevas, e ella está á vida de luz.

Da geração nova já hoje poucos são os que crêem nos dogmas catholicos, a geração nova já hoje pensa e estuda os problemas scientificos que destroem pelas bazes as antigas religiões.

Hoje publicam-se em grande numero os jornaes avançados, e accentua-se mais do que nunca a corrente das ideias democraticas, que visam á reorganisação da sociedade.

— Não mais deveres sem direitos, não mais direitos sem deveres — é este o lemma que será gravado na fachada do novo edificio social.

Porto — 1880.

Bessa Carvalho, operario ourives.

Anexo 7

A questão da patria[1]

Tem-se ventilado muito esta questão, desde ha muito tempo, mas tem assumido uns modos de gravidade desde que o snr. Alexandre da Conceição publicou no «Seculo» um artigo com o titulo — «Perigos».

É pois uma questão grave a questão da patria, e nós, os operarios socialistas, julgamos util declararmos quaes as nossas ideias a respeito d'essa *coisa*, que tem nos ultimos dias servido de assumpto para se encherem as columnas dos periodicos burgueses, á falta d'outras questões.

Os partidos conservadores, embora com titulos muito *bonitos*, teem feito para ahi uma *berraria* enorme, pretendendo com isso desviar as attenções da podridão em que estacionam, dos crimes que teem commetido, e dos enganos que teem feito ao povo, a essa desgraçada victima secular a quem de nada serve a patria.

Os politicos do soalheiro, os grandes criminosos sociaes agarraram-se á questão da patria, para insultarem os seus adversarios, armando ao effeito com o já gasto e detriorado argumento da *união iberica*.

Estão na sua posição. O campo que lhes pertence, a esses *patriotecos* de occasião, é justamente aquelle em que os vemos.

Que se conservem n'elle para gloria dos principios (?) que defendem. Nada nos importa com isso. A nossa posição é outra, muito differente da d'elles. Os campos distinguem-se muito bem.

No d'elles, grandes e poderosos, a infamia, o crime, o insulto e a calumnia. No nosso, no da plebe, dos rotos, dos desgraçados, a rasão, o direito, a verdade e a justiça.

Para que serve a patria ao proletario? Garante-lhe a subsistencia? Livra-o da miseria? Educa-lhe os filhos?

Não. Aqui, como na Hespanha, como na França, como em todas as nações do Universo, o proletario vive na miseria e na ignorancia.

Aqui, como em toda a parte, o proletario vê arrancarem-lhe os filhos e conduzil-os aos quarteis, por uma sociedade egoista, que não cuidou nunca da educação d'elles. Depois d'isto, vê que essa mesma sociedade se serve dos seus filhos emquanto lhe parece e depois lh'os entrega sem querer saber de mais nada.

Aqui, como em toda a parte, o trabalho vê-se esmagado pelo jugo do capital que o explora injusta e infamemente.

---

[1] *O Operário*. Porto, 1 de Maio de 1881, p. 1.

Aqui, como em toda a parte, o proletario é sempre ludibriado pelos homens que dirigem os destinos da nação; continuamente o embalam com promessas enganosas, escarnecem d'elle, cospem-lhe affrontas na face cavada pelo soffrimento, e riem-se da indolencia em que elle se tem conservado.

Os soffrimentos do proletario portuguez são os soffrimentos do proletariado de todo o mundo. Os seus interesses, os interesses de todos os que padecem. É a grande familia dos opprimidos, a immensa phalange dos desherdados.

Que importa que essa familia esteja separada por umas *barreiras* levantadas pelos ambiciosos burguezes? Que importa que as fronteiras, especie d'altares onde se presta culto ao deus do egoismo, dividam essa phalange? Nada, simplesmente nada.

Não estão os trabalhadores de todo o mundo unidos pelos laços do soffrimento que os afflige a todos? Não os ligam os laços da fraternidade?

É claro, pois, que elles não se prestam a reconhecer a patria, para não sanccionarem um acto de estupidez e egoismo dos seus senhores, e mesmo porque a patria de nada lhes serve; apenas lhes exige deveres e não lhes concede direitos. A patria serve para os barões do ouro, os nobres, os burguezes e os reis. Para os filhos da miseria, os plebeus, os desgraçados, não serve de nada essa ridicula palavra tão decantada como insulsa — patria.

A patria do trabalhador, a nossa patria, é o universo; a nossa familia a humanidade.

A terra é de todos. «Só a ambição e o egoismo faz dizer: "isto é meu" ou "aquillo pertence-me".

O proletarido militante assim o reconhece e assim o tem affirmado por mais que uma vez sem pretender declinar de si a responsabilidade das suas affirmações. Não somos *patriotecos*. Que assim o entendam os *anti-ibericos* e toda essa phalange de trapaceiros politicos que para ahi pullulam gritando e chorando pela nação, elles, os hypocritas que, succedendo-se uns aos outros no poder, onde a ignorancia do povo e a prerrogativa régia os colloca, tem arrastado essa nação, por cujo futuro tanto se *interessam*, á ruina e ao pendor do abysmo; elles, os hypocritas que defendem a *integridade da patria*, esquecendo-se de umas *cartas* de um *certo* personagem da politica que se referiam á *união iberica*!

Sigam os *patriotecas* o seu caminho abjecto e não pensem sequer que nós os acompanharemos. A nossa causa é mais nobre, mais honrosa e mais justa.

Trabalhem para o seu interesse individual e para a guerra; nós trabalhamos para o interesse collectivo, para a paz e para a fraternidade.

Bessa de Carvalho

Anexo 8

Associações[1]

O aggravamento constante das pessimas condições economicas em que vêem as classes trabalhadoras só poderá cessar quando não existir a actual sociedade baseada no individualismo egoista, mas poderá ser atenuado pelas diferentes aplicações que os operarios podem dar ao principio da associação.

A associação é o meio poderoso pelo qual todos os que somos trabalhadores quasi nos podemos tornar independentes e chegar á realisação do nosso ideal de justiça.

Este segundo resultado, que é aquele que desejamos, será infelizmente o ultimo a alcançar; mas o primeiro obter-se-ha immediatamente, logo que todos concorramos dentro de nossas forças para o engradecimento da Associação dos Trabalhadores, estabelecendo-a com garantias de protecção e defeza para os que n'ella se filiarem, e como consequencia promover-se-ha o desenvolvimento do partido operario.

Continuando com as observações que fizemos no artigo anterior, diremos que é do maior alcance a organisação de associações cooperativas no seio da Associação dos trabalhadores; quer seja estabelecer cooperativas de consumo, quer seja crear cooperativas de producção ou desenvolver a que já existe; pelas primeiras obtêm os operarios resultados superiores aos que poderão auferir por meio das ultimas, sendo tambem certo que as de producção são de grandissima utilidade, quando destinadas, e este deve ser o seu unico fim, a dar trabalho ao associado que se privou d'elle pelo facto de o ser, dando-lhe assim superioridade e independencia para em toda a parte e em todas as circumstancias se poder apresentar com o rosto erguido, expondo as suas opiniões sem receio de se prejudicar.

Se n'estas condições existissem já ainda que não fossem senão pequenas tentativas, muitos operarios nossos amigos não se veriam obrigados a calar as suas opiniões e a deixar de as manifestar politicamente para evitarem comprometter-se.

Se as cooperativas de producção têm como resultado, a independencia, por assim dizer, politica dos operarios, as de consumo têm um effeito todo domestico e salutar, e livram o trabalhador d'uma grosseira especulação, duplamente torpe, porque lhes absorve o salario e lhes arruina a saúde. Todos nós conhecemos por experiencia a desgraça do operario que tem de sugeitar-se a comprar a *credito* durante toda a semana. paga os alimentos mais caros do que outro individuo que paga *á vista*, e recebe menos e peior; d'este modo emprega quanto ganha em adquirir elementos de desorganisação phisica, que

---

[1] *O Operário*. Porto, 11 de Abril de 1880, p. 1.

o vão pouco a pouco definhando, que terminam por o impossibilitar para trabalhos que exijam maior esforço e que corôam a sua obra de destruição decompondo as origens da victalidade de que o operario devia transmitir aos seus filhos.

As cooperativas de consumo, formadas pela associação dos operarios, terão por fim diminuir este grande mal, fornecendo ao associado os productos pelo preço mais inferior e dando-lhe a certeza de que não serão alterados, porque alli não haverá especulação.

Nas cooperativas formadas pelos operarios, nenhum terá receio de ser explorado nem de que os artigos de consumo sejam falsificados, porque cada um será ao mesmo tempo o consumidor e o proprietario da cooperativa.

Parece-nos ter mostrado as vantagens que resultam da organisação de similhantes associações; ficaremos satisfeitos se as nossas palavras form ouvidas.

Editorial anónimo.

Anexo 9

O Dia de Hoje[1]

Se vivessemos n'um paiz em que o povo, ou mais propriamente as classes trabalhadores, tivessem uma comprehensão, ainda que não muito clara, da importancia que a escolha de bons representantes tem para a prosperidade do mesmo paiz e por conseguinte dos seus habitantes, não veriamos a grande massa dos eleitores empregando muito erradamente o seu voto na eleição de cidadãos a quem só importam os interesses egoistas da facção politica a que pertencem. O resultado da lucta eleitoral travada ha dias mostrará hoje mais uma vez que a alta significação politica que acompanha o direito de votar é desconhecida pela maior parte dos cidadãos, o que traz consequencias desastradas e perniciosas par a boa gestão dos negocios publicos.

Os factos ultimamente practicados nos pontos d'esta cidade onde a questão eleitoral está mais agitada, altamente vergonhosos e que attestam a grande corrupção que está gangrenando os membros d'este corpo social, prestes a desconjunctar-se, e os que succederam ainda hoje e que não hão de ser inferiores, darão mais uma vez aos conservadores ensejo para tentarem restringir o direito de votar, direito importantissimo, porque é d'elle que depende a boa escolha d'uma commissão, e outra coisa não é o parlamento, encarregada de estudar as questões de administração sob o aspecto de utilidade e conveniencia publicas e de apreciar os actos do governo de accordo com o meio de vida do povo. Os eleitores, porém, despresando os conselhos sinceros dos poucos a quem os vis negociantes de votos encontrariam firmes no seu proposito de protestar contra as infamias commetidas e cujas propostas seriam recebidas com o escarneo merecido; os eleitores, abandonando a opinião d'aquelles que se não deixam arrastar por promettimentos e que comprehendem a grandesa do acto que têm de practicar, e que se têm esforçado em mostrar o unico caminho possivel que se abre aos trabalhadores para a sua emancipação; os eleitores, dizemos, vão hoje eleger quem representa simplesmente a intriga politica, a veniaga, a corrupção, o desejo ambicioso de governar, de se impôr, de dar leis, abandonando-se ás intrigas dos politicos sem vergonha e sem dignidade.

É, pois, certo o resultado da eleição de hoje. Será vencedor aquelle dos partidos conservadores que mais e melhor souber corromper. É vergonhoso, altamente vergonhoso, mas é sabido que será eleito o candidato d'aquelle partido que por mais alto preço pagar os votos, e que por outros meios indignos souber e poder dominar os

---

[1] *O Operário*. Porto, 19 de Outubro de 1879, p. 1.

eleitores, a quem falta opinião firme e seria sobre a delicadesa do acto eleitoral. É, pois, certo que será eleito um qualquer dos representantes dos partidos conservadores, partidos da oppressão, partidos de mesquinhos interesses pessoaes, porque o povo ainda julga e crê que ha uma classe destinada a governar e a viver á custa d'aquelles, cujo trabalho mal chega para sustento de mulher e filhos.

Os membros do partido socialista no Porto conhecem bem as circumstancias em que se encontram e pezaram bem as difficuldades com que iam luctar.

Em pequeno numero, com escassos recursos, desajudados, desacompanhados dos seus companheiros, em proveiro de quem trabalham, e que estão tão cegos que não vêem a brilhante luz da Verdade enthusiasmando, com a forte convicção de quem combate pela justiça, as palavras sinceras dos seus companheiros que tentam levantal-os da miseria em que se afundam e chamal-os a vida nova, elles, sabem perfeitamente que o numero de listas com nomes socialistas ha de ser diminuto. Mas seria uma insensatez se o partido socialista suppozesse vencer candidaturas em Portugal, paiz onde o partido republicano, um partido conservador, carece ainda do auxilio de outro para ter um unico representante na Camara.

Qual é então a intenção dos operarios socialistas do Porto e de Lisboa apresentando deputados que os representem?

É a victoria no campo da moralidade. É um protesto contra a corrupção actual. É a voz de algumas dezenas de homens condemnando os representantes da oppressão do grande sobre o pequeno, do rico sobre o pobre; condemnando o monopolio do trabalho, o roubo da riqueza social, a desigualdade de direitos e emfim a especulação baixa e vil elevada á altura de virtude, que o governo premeia com commendas nas pessoas dos senhores especuladores. Quanto maior fôr a corrupção, e que o não pode ser mais, nem mais infame, do que presentemente, tanto mais valor terão essas dezenas de votos que conscientemente, livremente e independentemente apparecerem propondo candidatos socialistas.

Esperemos o resultado.

Editoral anónimo.

Anexo 10

A emancipação dos trabalhadores[1]

Desde o momento em que por uma supposta liberdade do trabalho, que não é mais do que a liberdade da exploração capitalista, a industria moderna principiou a progredir, reclamando de cada vez mais a aglomeração de braços, a concentração dos capitaes e a applicação da mechanica, as massas operarias, augmentando proporcionalmente, começaram tambem de reagir contra uma ordem social que as opprime e explora, que as conserva eternamente na dura condição de rotos e famintos.

Esta reacção principia de manifestar-se nos paizes imminentemente industriaes pela insurreição da classe explorada, que entendia poder libertar-se do jugo, impondo-se pela espingarda; alheia a qualquer principio de organisação, a qualquer noção de disciplina social, ignorando mesmo a sua verdadeira posição nas sociedades.

Por esta razão deviam ser completamente infructiferas, senão prejudiciaes ao movimento operario todas essas tendencias revolucionarias.

Effectivamente, se tomarmos como exemplo o desenvolvimento historico do socialismo em França, constatamos, não sem um grande sentimento de tristeza, a inutilidade da revoluções que deixaram estendidos nas ruas e nas praças milhares de cadaveres de operarios, em quanto que aquelles quie sobreviveram ás carnificinas, entravam para as fabricas exactamente nas mesmas condições em que se achavam antes da revolução. Uma differença apenas: as mulheres entravam sem maridos, os filhos sem paes, as mães sem filhos, cheios de recordações sanguinolentas dos dias tenebrosos que lhes arrebataram os entes mais caros!

O tempo do terror, a insurreição lyoneza de 1831, os dias de junho de 1848, e por ultimo os massacres e os fuzilamentos dos federados em 1871, taes são as datas horriveis que a burguezia assignala na sua historia liberticida, e o proletariado, nos fastos da sua libertação.

Sangue, cadaveres, horrores sem conta, eis tudo o que as classes operarias em França, por uma irreflexão natural, por uma acção cega e desordenada, por um falso criterio social, tem conquistado para o mealheiro ainda virgem, das suas reivindicações.

Mas o cyclo das revoluções sangrentas e infructuosas, parece agora fechar-se, felizmente. A classe explorada comprehende agora, bem que um pouco tarde, a sua verdadeira posição social; que as sociedades não podem transformar-se repentinamente, embora essa transformação seja imposta por uma maioria armada, mas sem a consciencia

---

[1] *O Operário*. Porto, 17 de Julho de 1881, p. 1.

das suas acções, sem uma orientação logica do seu movimento. É esta consciencia e esta orientação que caracterisam actualmente o moviemento socialista universal, e ellas, e só ellas poderão conseguir, seja qual fôr o ponto que possa inda subir a exploração do trabalho pelo capital, a transformação da propriedade individual em propriedade collectiova, a illiminação do salario, o aniquillamento dos monopolios, a unificação das classes emfim, que constitue o final da emancipação dos trabalhadores.

Este trabalho, porém, não póde completar-se, mesmo nos paizes onde o aperfeiçoamento da producção deter mina já a posse collectiva dos seus meios, sem que a classe expoliada pelas exigencias caa vez mais fortes do capital, se imponha pela sua moralidade, pela comprehensão efficaz dos seus direitos, realisando a sua intervenção nos negocios publicos, levada a effeito por via do suffragio universal, a poderosa alavanca do progresso das nações.

Objectar-nos hão talvez n'este ponto, a impossibilidade do exercicio soberano do suffragio, em virtude do predominio economico que tudo sacrifica e perverte. Sim, se a força da prepotencia brutal conseguir desviar o voto consciente das massas affirmando-se moral e pacificamente, rebentará então a revolução, não a revolução cega, anti-civilisadora, mas a revolução já preparada pela disciplina moral das massas, a revolução expontanea, efficaz, vivificadora, a que nada poderá oppor-se por obedecer ás leis immutaveis da evolução.

A superioridade dos meios de acção e propaganda, unicos que no momeno actual, estão á disposição de todos os revolucionarios, está marcada pela conquista e pelo exercicio do suffragio. Ha outros meios, sem duvida, de que o proletariado lança hoje mão para obter um melhoramento á dura condicção que vae soffrendo; a associação de resistencia é de todos esses meios secundarios aquelle que mais se destaca, mas a sua efficacia apenas consiste no exemplo de solidariedade que preconiza.

Por meio da associação de resistencia os operarios pertencendo a qual ramo industrial podem reclamar e obter um augmento de salario, uma diminuição nas horas de trabalho, mas esse bem estar relativo conquistado pelo exforço collectivo e solidario dos operarios agremiados, passará em breve, por que não destroe a baze essencial da exploração — a lei dos salarios. Mais inutil ainda o meio da cooperação, cuja pratica de producção ou de consumo, tem forçosamente de cahir defronte da concorrencia individual, que dispõe de sommas que os emprehendedores das cooperativas não podem jámais obter ainda que conseguissem, o que não é possivel, subtrahir uma pequena parte aos seus salarios. Entretanto, apezar de estes meios praticos revelarem uma insufficiencia manifesta, uma impotencia desde ha muito observada, para a realisação da emancipação dos trabalhadores, é certo que alguma coisa ha de bom nas suas manifestações. É a união, a cohesão das forças operarias pondo em pratica o principio sempre benefico da associação, cedendo á lei natural da lucta pela existencia e disciplinando-se ao mesmo

tempo no exame do seu estado politco e economico. Da insufficiencia immediata d'estes meios nasceu como é sabida a constituição dos partidos operarios em todo o mundo.

Os seus programmas, cuja realisação ha-de ser effectuada pelo livre exercicio commum dos direitos politicos de cada cidadão e de cada collectividade, attacam directamente o predominio capitalista, a agiotagem, o abuso politico e economico, e demonstram uma homogeidade de ideias pela qual se podem considerar num programma unico e universal, salvas as condicções differenciaes das classes trabalhadoras e do desenvolvimento das sociedades nos differentes paizes.

Em Portugal, a tactica revolucionaria dos operarios é na essencia a mesma que a esta hora praticam todos os operarios do mundo, isto é a acção politica do seu partindo distincto, de classe, intrasigente com todas as manifestações burguezas embora ellas tenham um caracter republicano.

Convém dizermos que a republica é o systema dentro do qual a acção poderosa do partido operario se apresentará em toda a sua plenitude, já pelo desenvolvimento da industria, da agricultura e da administração colonial, que os processos convencionaes e formalistas da monarchia impedem agora, já pelos conflictos latentes occazionados pela entrada em acção da actividade nacional que a monarchia paralysa. No entanto, se por um lado applaudimos como enthusiastas do progresso na nossa nacionalidade um moviemnto que tende a libertal-a da apathia em que jaz, por outro lado, nada temos que vêr com essa transformação politica que tende a desafiar a nossa actividade deixando-nos nas circumstancias servis em que ora nos encontramos

Ricardo

Anexo 11

A Instrucção[1]

A camara electiva acaba de occupar-se em algumas sessões com a discussão da reforma de instrucção secundaria e superior. Não vamos agora indagar se ficou boa, se má. Vamos simplesmente fazer observar o insulto dirigido ás classes pobres, ou o que equivale a dizer o mesmo, ás classes trabalhadoras.Quando é que o govreno se resolve a tratar a serio da educação popular? Não lhe convém, porque conhece que se apoia na ignorancia do povo e que oscillará esse ponto de apoio se essa ignorancia fôr afastada pelo derramamento da instrucção, que comsigo trará o conhecimento dos deveres e dos direitos que assistem a cada cidadão, que não deve deixar-se usurpar por aquelles que fazem uma carreira pela governação publica.O governo entende porém que o povo deve ser ignorante e estupido para poder *pagar mais*, que a instrucção só pertence aos nobres por *familia* ou por *dinheiro*, que só os aristocratas ou os endinheirados dos burguezes podem reclamar do Estado a reforma da instrucção para os seus filhos, que os operarios se devem limitar a trabalhar e que se calem, e assim nem se lembra sequer de que existe uma classe numerosa que é vilmente expoliada e para a instrucção da qual se póde dizer que o Estado não concorre. Já em outra occasião dissemos aqui que a unica instrucção, e essa muito defeituosa, que os filhos dos operarios podem obter, é a que lhes é dada pelas escólas sustentadas pelas irmandades.

Essa, que é muito superior á que se obtem nas escolas publicas e que é pessima em attenção aos resultados finaes, não está ao alcance de todos os operarios, nem mesmo em condições de ser aproveitada actualmente para a boa educação das creanças. D'onde se segue que as classes operarias, cujos salarios mal chegam para o sustento, se vêem privadas de dar educação conveniente e appropriada a seus filhos, porque o governo entende que essas classes não têm valor algum, que ellas nasceram para obedecer e que não têm direito a exigir do Estado o cumprimento dos deveres que este contrahe para com ellas, desde que lhes exige por meio do imposto que concorram para a despesa geral.

Esse procedimento da parte do governo é iniquo e indigno. Que n'uma camara de deputados se tracte de melhorar a instrucção que se hade dar aos filhos das classes elevadas e que não se apresente o pensamento de organisar a instrucção do povo, despresando-o, é facto que só se póde explicar que succeda em consequencia da indifferença com que o proprio povo vê tractar as questões que lhe dizem respeito.

---

[1] *O Operário*. Porto, 28 de Março de 1880, p.1.

Aquelles que hoje se sentam nas cadeiras de ministros e todos os que vivem na politica, quando se lhes fala nas reclamações operarias, respondem immediatamente que os trabalhadores são ignorantes e estupidos e que por isso a sua opinião não deve ser attendida, porque primeiro está a dos homens cujos conhecimentos podem trazer luz ás questões que os governos têm de resolver; a imprensa burgueza, assalariada ou não, repete a resposta dos politicos e architecta sobre os mesmos argumentos uma serie de *conselhos* que na opinião d'ella poderão, quando realisados, trazer a *felicidade* á casa dos operarios. E todavia nem os politicos, nem a imprensa, se recordam de que é á injustiça flagrante que praticam que se deve a existencia d'um povo ignorante.

O proceder, porém, do governo progressista, cuidando de melhorar a instrucção secundaria e pondo de parte a isntrucção popular, comprehende-se perfeitamente sabendo-se que o governo não quiz, nem quer do povo senão os votos e que só lhe servirão de norma de conducta os interesses da classe dominante.

Dir-nos-hão que o pensamento do governo é a creação do ensino profissional e que d'elle se tem já falado na camara. Bem o sabemos, mas tambem sabemos que só se tem *falado*, porque o ensino profissional em que o governo pensa não passará além das aulas de agronomia nos lyceus nacionaes.

D'este modo nunca se resolverá cousa alguma e a instrucção continuará a ser adda unicamente ás classes ricas e á pequena burguesia. Assim, o governo criará collocações, mas nunca obterá bons trabalhadores, intelligentes e sabedores, que se destinem á agricultura e á industria.

O que os governos devem ter em vista, se alguma cousa util querem fazer, é derramar instrucção pelos filhos dos operarios, mas instrucção profissional. Poderão até por este meio resolver uma questão importante que anda ligada á da instrucção — a aprendizagem. Continuaremos.

Editorial anónimo

Anexo 12

A Mulher e a sua missão[1]

O mundo sem a mulher
seria um ermo melancholico;
os prazeres a reproducção do tédio.
A. Herculano.

Á mulher!

Que immenso poema d'amor encerra esta palavra!

Creio não haverá quem proteste, contra as palavras do grande historiador, tão axiomaticas como auctorisadas.

A mulher é o archanjo consolador que faz renascer na nossa alma as esperanças que nos abandonam nos momentos de desalento e nos minoram as amarguras da vida.

A mulher é um livro primoroso em cujas paginas se lêem palavras: Carinho, Dedicação, Disvélo: carinho como filha, dedicação como esposa e disvélo como mãe!

É n'este ultimo periodo da sua existencia, que a mulher nos dá um exemplo bem frisante do seu heroismo.

É n'este ultimo periodo que a mulher nos faz chegar á convicção da sublimidade e grandesa do seu amor.

Olhai, vêde-a sentada junto ao berço do filho, velando-lhe o somno infantil e prodigalisando-lhe mil caricias, tão divinas, tão celestes, inspiradas pelo seu amor, caricias emfim como só póde prodigalisal-as uma mãe!

Vêde-a, esquecida de tudo, para só pensar no marido a quem adora e nos tenros filhinhos que idolatra, que são toda a sua ventura!

Se os seus filhos correm algum perigo eil-a que se colloca, como muralha invencivel, entre elles e seus inimigos.

A mulher sabe morrer cumprindo o seu dever, mas não sabe viver faltando a elle; tendo a certeza de que faria a felicidade dos filhos a mulher não hesitaria em arrostar com os mais duros transes da vida.

Como é grande, como é sublime, a missão da mulher no seio da familia e no seio da sociedade!

Pois aquelles que dizem que estamos muito adiantados em civilisação, não córam de vergonha quando escarnecem da mulher, negando d'esta maneira o grau de civilisação a que dizem termos chegado!!

Nunca poderá ser civilisado um povo que negar a instrucção á mulher.

---

[1] *O Operário*. Porto, 29 de Junho de 1879, p. 3.

A mulher instruida é um elemento forte e poderoso de civilisação, porque junto com os affectos maternaes vai infiltrando no espirito maleavel das creancinhas noções preliminares de moral, que mais tarde — quando essas crianças se tornarem adultos — serão um efficaz antidoto contra o vicio.

É por isso, para que melhor possa comprehender a sua elevada missão, que a mulher deve ser educada e não condemnada a ser victima da ignorancia.

É preciso que se eduque a mulher, para que ella nos possa educar a nós.

Eu bem sei que as minhas palavras não serão bem acceites por alguns entes mesquinhos, — parasitas que vivem á custa da exploração do seu similhante, — por que elles sã adversarios de tudo o que tenda a civilisar; mas que importa? São entes a quem se não liga a minima importancia e cujas ideas francamente detesto.

Eduque-se a mulher, digo isto aqui e proclamal-o-ei em toda a parte que fôr preciso sem que me intimidem os tacanhos adversarios da instrucção.

No seio da sociedade devem assistir á mulher os mesmos direitos que assistem ao homem e julgo, — tenho até a certeza — que se encontrarão na mulher - tanto em artes como em sciencias — talentos mais lucidos que aquelles que hoje o mundo admira nos homens.

Gloria pois a ti mulher! Ergue a tua fronte que a sociedade hodierna, mesquinha e egoista, te têm obrigado a abaixar.

Não te importem os zumbidos dos adversarios da tua educação.

Ergue a fronte, mulher, sobre a qual verás ostentar algum dia os laureis do triumpho, por ti merecidos e obtidos no templo da arte, ou no sanctuario da sciencia, onde ha muito já deveras ter entrado.

Não te importe o ruido dos zoilos detractores que zombam de ti, e que sem ti nada poderiam ser.

Creio que já me vou tornando prolixo e portanto terminarei, dizendo mais uma vez: instrucção para a mulher, instrucção em toda a sua amplitude, o contrario seria um crime horroroso, do qual em breve nos teriamos de arrepender.

Seria um absurdo consentirmos que permaneça vivendo nas trevas aquella que mais tarde será a encarregada de diffundir a luz.

É culposa a indifferença com que actualmente se olha para a educação da mulher, cuja existencia se é já uma epopêa brilhante, mais brilhante virá a ser quando possuir o fulgor da instrucção que lhe é devida e a que tem direito.

A mulher é por natureza resignada e compassiva; resignada com as desventuras que lhe acontecem, compassiva com os infortunos mais ou menos atrozes que affligem os seus similhantes.

Como flôr odorifera que embalsama a atmosphera com os sesu aromas, assim a mulher embalsama com os perfumes do seu amor as agruras tenebrosas da existencia.

Finalmente, a mulher conforta-nos nas vicissitudes da vida por que é a alegria do lar domestico, o balsamo consoladôr, o anjo propagador do bem, o apostolo dedicado da luz, cuja dupla missão no seio da familia é: amar e educar.

Eduquemos a mulher por que ella tem direito a ser educada; o negar-se-lhe a educação é um crime de que serão cumplices todos os que para isso concorrerem.

«O mundo sem a mulher seria um ermo melancholico; os prazeres, a reproducção do tédio».

Porto, 1879.

A. A. de Bessa Carvalho

Anexo 13

Apontamenos para a questão alimenticia I[1]

A questão alimenticia tem sido o principal motor de todas as revoluções; e, hoje ainda, os socialistas tem n'esta questão uma arma poderosa, senão a principal, para a propagação das suas ideias.

A sociedade, encarada debaixo de este ponto de vista, podemos consideral-a dividida em dous campos: os que tem com abundancia e os que perecem á mingua; é do viver d'estes ultimos que pretendemos falar.

Não ha uniformidade na percepção dos salarios do homem de trabalho, que varia entre 240 reis por dia a 600 reis; o termo medio para apreciarmos a questão, ou 420 reis por dia, que no anno de 300 dias, que são tantos quantos o operario poderá trabalhar, prefaz a somma de 126$000 reis.

Repartamos esta quantia por 52 semanas e teremos que o operario recebe 2$423 reis.

Posta a questão n'estes termos consideremos que o operario sustenta pelo seu trabalho mulher e 2 filhos, ao todo 4 pessoas e vejamos como os poderá sustentar com semelhante quantia.

21 arrateis de pão de milho (semanal)	420
1 arratel de carne de vacca	100
3 arrateis de bacalhau	180
4 arrateis de batatas	60
Hortaliça, 20 reis por dia	140
Vinho, 3 quarteirões por dia	315
2 quartilhos de feijões a 30 reis	60
Leite, 10 reis por dia	70
Café, uma quarta	40
Assucar, 1 1/2 arratel a 100 rs.	150
3 pães por dia, para o almoço — 21 pães	280
Carvão	180
Azeite, meio quartilho	65
Vinagre, 3 quarteirões	30
Petroleo, 1 quartilho	50
Sabão	80
Despesas diversas	300
	2$520

[1] *O Operário*. Porto, 13 de Junho de 1880, p. 1 e 2.

São 2$520 que uma familia operaria pode gastar com uma qualidade de alimento, alem de pouco sadia, pouco abundante e menos substanciosa. Se multiplicarmos esta quantia por 52 semanas teremos a despeza em 131$040; ha por tanto um *deficit* de 5$040.

Aquella verba, refere-se unicamente á despeza ordinaria, se lhe juntármos as despezas extraordinarias teremos por anno:

Alimentos	131$040
Aluguer de casa	12$000
Doenças (calculo)	8$000
Calçado	3$000
Roupa	5$000
Faltas de trabalho motivada por crizes nas industrias, doenças, etc.	4$200
Somma a despeza	163$240
Somma a receita	126$000
Deficit por anno	37$240

Tendo nós calculado as despezas extraordinarias pelo minimo possivel e havendo uma differença na despeza, para mais, de 37$240 ou seja 720 reis por semana, temos pois de redusir a despeza da alimentação — já diminuta — da familia do operario.

Mas que havemos nós reduzir?.....

.....

Depois de muito pensar não vemos onde se possa fazer reducção a não ser que queiramos condemnar os operarios a morrer de fome.

Mas admittido mesmo que se equilibrem os salarios dos operarios com as despezas, só as mais restrictamente indispensaveis, que poderemos presenciar? A mulher a definhar, os filhos tornarem-se rachiticos ou famintos, o operario chefe de familia, desgostoso, buscar na taberna ou na concubinagem os attractivos que em casa não encontra, corollario: A desmoralisação, os costumes e a dissolução da familia; a miseria da esposa e a perdição dos filhos.

E quando o operario faz *gréve* para conseguir o augmento de alguns reaes, calumniam-o chamando-lhe inimigo da familia.

Manuel José Martins

Errata

Pág.	Local	Onde está	Deve estar
6	nota 3	Pressidente	Presidente
6	nota 3	indústias	indústrias
10	l. 2	1878	1872
10	l. 25	refletia	reflectia
17	l. 21	ofício	ofícios
20	l. 26	entuasismo	entusiasmo
23	nota 37	*Maaio*	*Maio*
25	l. 25	Lisba	Lisboa
26	l. 20	veêm	vêem
27	l. 17	Socialsita	Socialista
30	l. 11	éera	era
31	l. 26	Portro	Porto
35	l. 2	definitavemte	definitivamente
35	nota 98	ruspturas	rupturas
36	l. 10	satisfatoriamnete	satisfatoriamente
36	l. 26	fururas	futuras
41	nota 8	e 6500	de 6500
44	l. 23	pelos	pelo
57	l. 19	uma bem tendência	uma tendência
78	nota 63	trade	tarde
85	18	posuuir	possuir
91	l. 25	testratégia	estratégia
94	l. 8	nehum	nenhum
97	nota 54	00 anos	100 anos
118	l. 1	seram	eram
137	l. 18	posotivismo	positivismo
156	l. 30	políticasa	políticas
159	nota 75	*Camra*	*Camara*
162	nota 90	concilrar	conciliar
167	nota 114	Durate	Duarte
176	l. 1	peseudónimo	pseudónimo
179	l. 21	oas	os
205	l. 30	sobra	sobre

Falta referir na **Bibliografia**:

280 ALMUIÑA FERNANDEZ, Celso — *La prensa vallisoletana durante el siglo XIX*. Valladolid: Servicio de Publicaciones de la Diputacion Provincial de Valladolid, 1997.

284 MEDINA, João — *As Conferências do Casino e o Socialismo em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984.